

A ESCALA DE ABORDAGEM NO CINEMA DOCUMENTÁRIO BRASILEIRO¹

Adérito Schneider Alencar e Távora
aderitoschneider@gmail.com
Universidade Federal de Goiás (UFG)
Mestrando da Faculdade de História
Bolsista Capes

Resumo

Este trabalho analisa a escala de abordagem adotada pelos documentários do cinema brasileiro, comparando filmes contemporâneos (pós-Retomada, ou seja, a partir de 1995) com obras dos anos 1960, 1970 e 1980 (especialmente do Cinema Novo). Partindo do conceito de escala de abordagem da micro-história italiana, a hipótese aqui levantada é de que há uma tendência de uso de escala micro no cinema documentário brasileiro contemporâneo. Isso representa uma mudança paradigmática em relação às obras de períodos anteriores, nas quais prevalece um olhar macro, totalizante.

Palavras-chave: cinema, documentário, micro-história.

Abstract

This paper analyzes the scale of approach adopted in the Brazilian cinema documentaries, comparing contemporary films (from 1995) with the 1960', 1970' and 1980' movies (especially the *Cinema Novo*). Based on the concept of scale approach of Italian microhistory, the hypothesis is that there is a tendency to use a micro scale in Brazilian contemporary documentary cinema. This represents a paradigm shift in relation to the works of earlier periods, in which prevails a macro scale.

Key-words: cinema, documentary, microhistory.

¹ Artigo realizado para o VI Simpósio Internacional de História Culturas e Identidades (Anpuh/GO), realizado entre 28 de outubro e 01 de novembro de 2013, Universidade Federal de Goiás (UFG), em Goiânia – Goiás – Brasil.

Introdução

Este artigo aponta alguns resultados preliminares da pesquisa que venho desenvolvendo em meu projeto de mestrado, no qual me apóio em conceitos historiográficos (especialmente da micro-história italiana) para analisar questões como escala de abordagem e narrativa no cinema documentário brasileiro contemporâneo. Aqui, apresento algumas constatações no que diz respeito à escala de abordagem adotada pelos cineastas em parte da filmografia de meu recorte.

A hipótese inicial de minha pesquisa é de que o cinema documentário brasileiro contemporâneo (aqui entendido como a produção cinematográfica nacional pós-Retomada², ou seja, a partir de 1995) opta por um escala de abordagem reduzida (micro), em contraposição a uma predominância de uso de escala de abordagem macro em anos anteriores – especialmente, no Cinema Novo³. Uma mudança paradigmática que pode ser percebida em Glauber Rocha, mas que se consolida principalmente em Eduardo Coutinho.

Para realizar minha pesquisa e comprovar (ou não) minha hipótese, escolhi vinte obras cinematográficas brasileiras do gênero documentário, sendo dez delas de um período que chamarei aqui de pré-Retomada (anos 1960, 1970 e 1980) e as demais dez de um período pós-Retomada; contemporâneo. Para sistematizar meu recorte, utilizei como parâmetro o festival *É Tudo Verdade*⁴, o mais importante festival latino-americano voltado para o cinema documentário, realizado anualmente em São Paulo (com ampliação para outras capitais brasileiras), desde 1996.

Para representar as obras correspondentes ao período pré-Retomada, utilizei a lista dos “dez maiores clássicos do documentário brasileiro” elaborada por iniciativa dos realizadores do *É Tudo Verdade*, em 2000, a partir de pesquisa inédita com 39

² Em dezembro de 1992, o governo brasileiro cria a Secretaria para o Desenvolvimento do Audiovisual, para fomentar a produção cinematográfica do país. A partir de 1995, começa-se a falar numa "retomada" do cinema brasileiro – que estava praticamente estagnado na produção de longas-metragens. Novos mecanismos de apoio à produção baseados em incentivos fiscais conseguem efetivamente aumentar o número de filmes realizados. O filme que marca o início deste período é *Carlota Joaquina, Princesa do Brasil* (Carla Camurati, 1995).

³ Movimento cinematográfico brasileiro que surge no final dos anos 1950 e segue até meados dos anos 1980.

⁴ <http://www.itsalltrue.com.br/>

especialistas, entre críticos e realizadores. Como afirma o fundador e diretor geral do festival, Amir Labaki, nessa pesquisa “foram citadas obras realizadas entre 1929 e 1999. Os dez títulos mais votados incluíram três produções dos anos 1960, duas da década de 1970 e cinco realizadas nos anos 1980” (LABAKI, 2010, p.68).

Os filmes eleitos nesta pesquisa são (em ordem cronológica): *Aruanda* (Linduarte Noronha, 1960); *Garrincha: Alegria do Povo* (Joaquim Pedro de Andrade, 1963); *Viramundo* (Geraldo Sarno, 1965); *O País de São Saruê* (Vladimir Carvalho, 1971); *Di-Glauber* (Glauber Rocha, 1977); *Mato Eles?* (Sérgio Bianchi, 1983); *Imagens do Inconsciente* [trilogia] (Leon Hirszman, 1983-1986); *Cabra Marcado para Morrer* (Eduardo Coutinho, 1984); *Jango* (Silvio Tendler, 1984); e *Ilha das Flores* (Jorge Furtado, 1989).

Pode-se perceber nessa eleição um dos precursores do Cinema Novo brasileiro (Linduarte Noronha), além de outros cinco diretores intimamente ligados à primeira geração desse movimento (Joaquim Pedro de Andrade, Geraldo Sarno, Vladimir Carvalho, Glauber Rocha e Leon Hirszman) e de Eduardo Coutinho, também de carreira iniciada nesse contexto. Assim, nota-se a importância do Cinema Novo para o documentarismo brasileiro – ainda que, como aponta Labaki (2010), alguns desses títulos listados transcendam esteticamente a vinculação automática ao movimento.

Para eleger dez obras contemporâneas, escolhi os longas ou médias-metragens⁵ brasileiros premiados nas dez primeiras edições competitivas do *É Tudo Verdade*, ou seja, entre os anos de 1997⁶ e 2006. Dessa forma, os filmes escolhidos são (em ordem cronológica): *O Velho: A História de Luiz Carlos Prestes* (Toni Venturi, 1997); *Geraldo Filme* (Carlos Cortez, 1998); *Nós que Aqui Estamos por Vós Esperamos*⁷ (Marcelo Masagão, 1998); *Notícias de uma Guerra Particular* (João Moreira Salles e Kátia Lund, 1999); *A Negação do Brasil* (Joel Zito Araújo, 2000); *Rocha que Voa* (Eryk

⁵ Nos anos de 1997 a 2001, o *É Tudo Verdade* contava com a categoria *Melhor Documentário da Competição Brasileira*, não diferenciando curta, média ou longa-metragem. A partir de 2002, foram criadas as categorias específicas *Melhor Documentário da Competição Brasileira: Longa ou Média-Metragem* e *Melhor Documentário da Competição Brasileira: Curta-Metragem*.

⁶ A primeira edição do festival *É Tudo Verdade*, de 1996, não contou com mostra competitiva.

⁷ Filme vencedor na categoria *Melhor Documentário da Competição Internacional*, no *É Tudo Verdade* de 1999.

Rocha, 2002); *O Prisioneiro da Grade de Ferro: Auto Retratos* (Paulo Sacramento, 2003); *A Alma do Osso* (Cao Guimarães, 2004); *Aboio* (Marília Rocha, 2005); e *Caparaó* (Flávio Frederico, 2006).

Todavia, como esta pesquisa encontra-se em execução e ainda não tive acesso a quatro dessas obras fílmicas (*Imagens do Inconsciente* e *Jango*, no primeiro recorte; e *Aboio* e *Caparó*, no segundo recorte), vou ater-me, neste artigo, as demais dezesseis obras. Portanto, pretendo aqui fazer uma rápida contextualização dos principais conceitos que utilizo em minha pesquisa e, posteriormente, apontar algumas constatações que faço da escala de abordagem utilizada nos filmes desse recorte.

Filme documentário

Para conceituar o filme documentário, parto do pressuposto de que o documentário é um gênero cinematográfico específico, com características próprias – ainda que diversas e passíveis de subclassificações. Assim, discordo da afirmação de Gauthier, que diz que “o documentário não é um gênero” (GAUTHIER, 2011, p.19) e ignoro as premissas de Labaki (2010), que diz não diferenciar o chamado filme de ficção do filme documentário.

Nichols (2005) afirma que todos os filmes são documentários. Entretanto, para diferenciar o chamado cinema de ficção do cinema de não-ficção, ele usa o termo “documentário de representação social” para o que aqui tratarei como documentário, ao passo que para a chamada ficção ele usa o termo “documentários de satisfação de desejos”. Em contraposição, Gauthier parte do pressuposto de que tudo é ficção, usando o simples termo documentário para um e “cinema romanesco” para a obra fílmica comumente classificada como ficção.

Todavia, para não deter-me numa discussão muitas vezes circular, me apóio principalmente em Ramos (2008), para quem o filme documentário é um gênero distinto do chamado cinema de ficção (para ficar apenas nesses dois grandes gêneros) e essa diferença pode ser percebida na classificação projetada pelo autor/cineasta; na recepção por parte do público/espectador; nas características particulares da obra em si; e, principalmente, numa indexação social do documentário.

Assim, Ramos ressalta a importância do próprio cineasta na qualificação de sua obra como filme documentário ou não. Segundo o teórico, “o documentário, antes de tudo, é definido pela *intenção* de seu autor de fazer um documentário” (RAMOS, 2008, p.25). E, ainda, diz que “a intenção documentário do autor/cineasta, ou da produção do filme, é indexada através de mecanismos sociais diversos, direcionando a recepção” (RAMOS, 2008, p.27).

Essa ideia de intenção do autor, apontada por Ramos, vai de encontro a uma possível conclusão de definição apontada por Nichols. De acordo com o último, talvez a única conceituação concreta do que seja documentário seja a definição dada pelos próprios realizadores (autores/cineastas). “Pode parecer circular, mas uma maneira de definir documentário é dizer que ‘os documentários são aquilo que fazem as organizações e instituições que os produzem’” (NICHOLS, 2005, p.49).

Portanto, neste trabalho, considerarei como filme documentário toda obra cinematográfica que tenha sido produzida e distribuída como documentário e, dessa forma, seja indexada socialmente enquanto tal.

Escala de abordagem

O conceito de escala de abordagem utilizado nesta pesquisa é uma apropriação proveniente da micro-história. Para ser mais específico, falo aqui da micro-história italiana que surge a partir de debates dos anos 1970 e se desenvolve mais fortemente a partir dos anos 1980 e 1990 – tendo seu nome associado à obra de historiadores como Carlo Ginzburg, Edoardo Grendi, Giovanni Levi e Carlo Poni, para citar apenas os mais representativos.

Para os micro-historiadores, o micro não é o objeto de estudo em si. Eles partem de hipóteses e problemas macro-históricos para o nível micro, utilizando-o como um espaço de experimentação historiográfica. De acordo com Carlos Antonio Aguirre Rojas

a micro-história italiana *não* é, ao contrário do que o termo *micro* poderia, equivocadamente, sugerir, uma história de micro-espacos, ou

de micro-regiões, ou de micro-localidades – uma história local ou de espaços pequenos e reduzidos –, mas, sim, uma *nova* maneira de focar a história que, entre seus procedimentos principais, reivindica o da ‘*mudança de escalas*’ do *nível de observação e estudo dos problemas históricos* e, por conseguinte, utiliza o acesso aos níveis ‘macro-históricos’ – vale dizer, a *escalas* de observação pequenas ou reduzidas, que podem ser locais mas também individuais ou referidas a um fragmento, a uma parte ou elemento pequeno de uma realidade qualquer – como espaço de experimentação e trabalho, como procedimento metodológico para o enriquecimento da análise histórica.” (ROJAS, 2007; p.99)

A metodologia da micro-história parte de três princípios básicos: a mudança da escala de análise na qual se desenvolve a observação histórica; a análise exaustiva e intensa do universo micro-histórico; e a valorização do paradigma indiciário. No entanto, é importante ressaltar que a micro-história não utiliza a escala reduzida do micro como uma comprovação do macro. O objeto é individualizado e se estabelece em diversas e complexas relações com o macro, sempre tendo em vista seu caráter único. Ou, nas palavras de Rojas

“diversamente da abordagem sociológica ou econômica, no caso da micro-história, trata-se de *uma única* realidade histórica, presente em níveis diversos e suscetível de ser observada e estudada nas suas manifestações correspondentes às diferentes escalas em que se desdobra, mas que, dada a sua unicidade originária, nos obriga a estabelecer e a recriar o modo de conexão particular entre esses dois ou mais níveis ou escalas considerados.” (ROJAS, 2007; p. 108-109)

Assim, deslocando o conceito de escala de abordagem da micro-história para o cinema, parto da hipótese de que existe no cinema documentário brasileiro uma tendência crescente de preferência de abordagem em escala micro; uma valorização da complexidade do individual. Porém, assim como na micro-história italiana, a abordagem não se dá perdendo a relação entre indivíduo e contexto; entre o micro e o macro. Da mesma forma, o micro não é uma comprovação do macro, mas um objeto único que se dá nessa relação complexa entre individual e contexto.

Portanto, nesta pesquisa, ao analisar os filmes documentários brasileiros no que diz respeito à escala de abordagem, utilizarei a denominação “micro” para aqueles em que percebo uma abordagem semelhante à da micro-história italiana, ou seja, de um

recorte individualizado, mas inserido e complexamente relacionado a um contexto macro. Em oposição, usarei a denominação “macro” para os filmes em que predomina uma tentativa de compreensão total do problema apresentado ou, ainda, quando há utilização do micro (indivíduo ou grupo social) como exemplificação de uma realidade macro.

A escala de abordagem nos documentários brasileiros nos anos 1960, 1970 e 1980

Analisando os oito filmes correspondentes ao período pré-Retomada (ou seja, dos anos 1960, 1970 e 1980), percebo a predominância de uma abordagem em escala macro. Essa característica pode ser percebida principalmente nas obras referentes ao Cinema Novo – período em que há uma consolidação do cinema documentário autoral brasileiro.

Os cineastas desse movimento foram influenciados, entre outras coisas, pelo neorrealismo italiano, pela *nouvelle vague* francesa e pelas discussões do cinema direto/cinema verdade (principalmente na França, Inglaterra, Canadá e Estados Unidos). Em suas produções cinematográficas, optaram pela liberdade ideológica e estética de seus filmes, acreditando no cinema como transformador da realidade social brasileira. Dessa forma, por meio de documentários muitas vezes em tom de denúncia e didatismo, passaram a discutir problemas de nossa sociedade, como analfabetismo, desigualdade social, alienação, entre outros.

Aruanda (Linduarte Noronha, 1960) é um dos marcos iniciais do Cinema Novo brasileiro. O filme foi feito numa comunidade quilombola na Serra do Talhado, na Paraíba, abordando principalmente uma família que sobrevive da agricultura de subsistência e do artesanato de cerâmica. Todavia, o filme utiliza essa família como uma exemplificação dessa realidade, ou seja, ainda que partindo de personagens específicos e uma pequena comunidade específica, as personagens em foco não são individualizadas, suas trajetórias não são apontadas como únicas. O micro é apenas comprovação do macro.

Essa característica de escala de abordagem em *Aruanda* pode ser percebida em praticamente todos os filmes do Cinema Novo presentes no recorte desta pesquisa.

Como aponta Holanda (2004), os filmes desse período tinham um olhar totalizante da sociedade ou grupo sobre o qual falavam e usavam os personagens como representantes desse determinado grupo, sobrepondo à condição geral sua história individual, particular. Esses “tipos sociológicos” eram escolhidos como representantes de uma realidade maior e suas individualidades são sufocadas em prol dessa exemplificação.

De certa forma, o mesmo acontece em *Viramundo* (Geraldo Sarno, 1965) que, ao falar dos nordestinos que migram para São Paulo, busca indivíduos como exemplificações de uma realidade maior. Ou seja, mesmo quando trata da história de um único indivíduo, sua história não é individualizada. O que existe no filme são tipos sociológicos que representam o nordestino que vira empresário bem sucedido, o nordestino analfabeto em subemprego, entre outros.

Essa escala de abordagem macro pode ser percebida também em *O País de São Saruê* (Vladimir Carvalho, 1971), documentário sobre as atividades econômicas da região nordestina do Rio do Peixe (região fronteira entre Paraíba, Pernambuco e Ceará). Mais uma vez, os personagens retratados são exemplificações de uma realidade maior. Mesmo a região específica parece ser apontada como uma exemplificação de uma realidade maior de desigualdade social no Brasil.

No documentário *Garrincha: Alegria do Povo* (Joaquim Pedro de Andrade, 1963), apesar de o nome dar a entender de que se trata de um documentário sobre o jogador de futebol Garrincha, o filme usa o personagem como pano de fundo para questionar o uso desse esporte como instrumento de manipulação política sobre as massas. Assim, mais uma vez, o personagem não é individualizado, não é trabalhado em suas múltiplas facetas.

Embora, evidentemente, esse tom generalizante seja predominante na produção do cinema documentário brasileiro do período, não se pode dizer que seja absoluto. A exceção aqui é *Di-Glauber* (Glauber Rocha, 1977). O filme é uma homenagem do cineasta ao pintor Di Cavalcanti, feito logo após a sua morte. Glauber filmou o velório e o enterro do artista plástico e algumas de suas obras, casando isso à locução de um texto-homenagem e uso de trilha sonora. Em *Di-Glauber*, não há tentativa de

construção de uma biografia de Di Cavalcanti. Existe apenas um filme sobre sua morte e uma homenagem de um amigo cineasta.

No início dos anos 1980, temos *Mato Eles?* (Sérgio Bianchi, 1983) como um filme atípico neste recorte. Embora a obra aponte uma tendência de escala de abordagem em nível macro ao falar da questão indígena no Brasil, ela é construída com ironias metalingüísticas que podem ser interpretadas como um desmascaramento das pretensões de verdade e de compreensão do todo do cinema documentário. No filme, ainda que a discussão sobre a questão indígena seja real, mais forte ainda parece ser a discussão sobre a verdade ou realidade e a ficção no próprio cinema documentário. Além das ironias narrativas, não fica claro se as personagens e situações mostradas são fictícias ou não.

Nessa mesma década, *Cabra Marcado para Morrer* (Eduardo Coutinho, 1984) surge como um marco no cinema documentário brasileiro, por traçar mudanças paradigmáticas em nossa cinematografia a partir de uma obra de ficção não finalizada cuja produção deu-se nos anos 1960, durante o Cinema Novo. *Cabra Marcado para Morrer* é um filme complexo que trabalha com diversas camadas temporais e de realidades. Uma obra que projetaria definitivamente aquele que é hoje considerado por muitos o mais importante documentarista brasileiro, Eduardo Coutinho.

Inicialmente, em 1964, Coutinho havia ido ao município de Galiléia, em Pernambuco, para rodar um filme sobre o líder camponês João Pedro Teixeira, assassinado em 1962, em Sapé, na Paraíba. Seria uma ficção inspirada na vida de João Pedro, mas misturando atores não-profissionais e pessoas reais interpretando a si mesmas – inclusive, a própria viúva do líder, Elisabeth Teixeira. No entanto, as filmagens foram interrompidas por uma ação do governo na região, em 1º de abril de 1964, nas primeiras horas do golpe militar no Brasil. Parte da equipe teve que fugir para as matas e grande parte dos equipamentos e do material filmado foi apreendido pelos militares, dando fim ao projeto.

Quase duas décadas após o incidente, em 1981, Coutinho retomou as filmagens. Porém, dessa vez, com um projeto de documentário – que viria a ser lançado em 1984. Uma obra não apenas sobre João Pedro Teixeira, mas sobre o próprio filme de ficção –

que nunca foi finalizado – e as demais personagens envolvidas na história. E, dessa maneira, a viúva Elisabeth Teixeira tornou-se uma das protagonistas da história (ao lado do próprio filme em si, que pode ser visto como um personagem).

Cabra Marcado para Morrer não é um filme sobre a ditadura militar no Brasil; nem um filme sobre as dificuldades de se fazer cinema durante o regime militar. A obra de Coutinho é sobre Elisabeth e sua trajetória dentro dos filmes (no plural, por se tratar tanto da ficção nunca finalizada, quanto do documentário em si). A personagem deixa de ser uma exemplificação e tem sua história individualizada. A sua vida é mostrada como única, embora o pano de fundo seja o mesmo para muitos dos seus semelhantes. *Cabra Marcado para Morrer* fala da história individualizada, mas inserida dentro de um contexto macro.

Todavia, ainda nos anos 1980, em *Ilha das Flores* (Jorge Furtado, 1989), temos novamente uma tentativa de compreensão macro, com uso de personagens e trajetórias individuais como exemplificação de uma realidade maior. Nesse filme, as personagens (mesmo quando individualizadas e identificadas com nome, profissão, entre outros) são apenas pontos de ligação numa rede complexa que serve de exemplo em diversos níveis.

Portanto, ao analisar os oito filmes desse recorte referente aos anos 1960, 1970 e 1980, acredito deparar-me com uma tendência de escala de abordagem em nível macro (especialmente no Cinema Novo), ou seja, de busca de compreensão de uma realidade maior, ainda que utilizando, em alguns casos, personagens individuais (mas não individualizados). As exceções aqui são *Di-Glauber* e *Cabra Marcado para Morrer*.

A escala de abordagem nos documentários brasileiros contemporâneos

Analisando os documentários contemporâneos referentes ao recorte aqui estabelecido, percebo uma mudança paradigmática na escala de abordagem que dá preferência ao micro; às trajetórias individualizadas. Dos oito documentários deste período, percebo o uso de uma escala de abordagem macro apenas em *Notícias de uma Guerra Particular* (João Moreira Salles e Kátia Lund, 1999) e *A Negação do Brasil* (Joel Zito Araújo, 2000).

O filme de Salles e Lund usa personagens como representantes de certos grupos sociais (o policial, o traficante, o sociólogo etc) para discutir a violência urbana no Rio de Janeiro. Ainda que não aponte saídas para a problemática discutida, há no filme um olhar macro sobre o problema. Olhar semelhante pode ser percebido na obra de Araújo, em que o diretor discute a representação dos negros nas telenovelas brasileiras, utilizando-se de trechos de novelas e entrevistas com atores, diretores, entre outros.

O filme *Nós que Aqui Estamos por Vós Esperamos* (Marcelo Masagão, 1998) situa-se aqui como um exemplo atípico no recorte (semelhante ao caso de *Mato Eles?* no recorte referente aos anos 1960, 1970 e 1980). O documentário é uma coletânea de micro-narrativas feitas a partir de um vasto material de arquivo e apresenta-se como uma espécie de resumo da história da humanidade no século XX. Todavia, essa afirmação é dúbia e irônica, não ficando claro se as personagens e narrativas apresentadas são ficcionais ou não.

Nesse filme, o autor mostra-se muito mais interessado em discutir o conceito de real e ficcional e construir pequenas trajetórias individuais a partir de imagens filmadas por outras pessoas. A obra é muito mais uma coleção de fragmentos narrativos que remetem a diversos períodos do século XX do que uma tentativa de reconstrução da história da humanidade nesse século. Portanto, não se pode afirmar que o olhar aqui seja macro. É mais uma vasta coletânea de “micros” inseridos num contexto macro, que é o da forte presença da imagem-movimento no século passado.

Nos demais filmes do recorte aqui fixado, percebo claramente uma opção pelo uso da escala de abordagem micro, ou seja, da preocupação de trajetórias individualizadas inseridas num contexto macro. Nestas obras, não há tipos sociológicos de representação ou exemplificação de uma realidade maior, mas indivíduos únicos em trajetórias únicas e em sua relação inerente e complexa com o contexto macro do qual fazem (ou fizeram) parte.

O Velho: A História de Luiz Carlos Prestes (Toni Venturi, 1997) é (cronologicamente) o primeiro filme do recorte fixado e apresenta características importantes para essa discussão. O documentário é uma cinebiografia do militar e

político comunista Luiz Carlos Prestes e, simplesmente por isso, marca uma opção de escala de abordagem que opta pelo micro, ou seja, pela trajetória desse indivíduo.

Todavia, o filme de Venturi apresenta algumas características do documentário clássico, como o uso de voz *over* – o narrador onipresente afirmando asserções em tom didático. Além disso, é visível no filme uma tentativa de reconstrução da vida do personagem, de seu nascimento à sua morte. Essa característica comum em diversos documentários biográficos é muitas vezes abandonada em documentários do gênero, principalmente no século XXI.

Isso pode ser percebido em *Rocha que Voa* (Eryk Rocha, 2002), por exemplo. O documentário foi feito pelo filho de Glauber Rocha a partir de entrevistas gravadas com o cineasta em Cuba, durante seu exílio em 1971 e 1972. Eryk Rocha associa a essas entrevistas depoimentos com pessoas que conviveram com Glauber durante seu exílio cubano, imagens de diversos filmes do Cinema Novo brasileiro e outras obras latino-americanas do período, imagens gravadas pela equipe de Eryk em Cuba, entre outras.

Ainda que *Rocha que Voa* possa ser classificado como um filme biográfico, vemos nessa obra um radicalismo da opção pela escala de abordagem micro. O documentário não busca uma reconstrução histórica e cronológica da vida e da obra de Glauber Rocha – como faz, por exemplo, *Glauber, o Filme: Labirinto do Brasil* (Silvio Tandler, 2003). Na obra de Eryk, o que prevalece é o diálogo entre o cineasta (o filho) e as idéias que seu pai discutia nos anos 1970 sobre a construção de uma identidade latino-americana por meio do cinema. Eryk “não fez um filme sobre Glauber, mas com ele”, conclui Labaki (LABAKI, 2010, p.105-106).

O Prisioneiro da Grade de Ferro: Auto Retratos (Paulo Sacramento, 2003) também insere o cinema brasileiro contemporâneo nessa tendência do micro como escala de abordagem. O filme de Sacramento é fruto de oficinas de cinema realizadas com detentos do presídio Carandiru, em São Paulo. Na montagem, o cineasta usou tanto as imagens gravadas pelos próprios presidiários, quando imagens feitas por sua equipe.

Nesse filme, não há tentativa de reconstrução histórica do presídio e muito menos debates que buscam compreender causas e soluções para problemas como violência urbana, situação carcerária etc. Ainda, não podemos dizer que as personagens

do documentário são apenas exemplificações da realidade das pessoas em situação carcerária no Brasil. Em *O Prisioneiro da Grade de Ferro: Auto Retratos*, o que vemos são experiências únicas de personagens únicos. E se semelhanças com a situação nacional do sistema penitenciário podem ser percebidas no filme, é porque o micro está inserido no macro e com ele dialoga em diversos níveis de complexidade.

A *Alma do Osso* (Cao Guimarães, 2004) dá sequência a essa tendência de escala de abordagem micro e aponta certo radicalismo. O filme apresenta o personagem Dominginhos, então com 72 anos, um ermitão que vive há mais de quarenta anos aparentemente isolado numa caverna de uma montanha no interior de Minas Gerais. Todavia, essas informações não são expostas na abertura do filme, ou seja, não há na obra (para o espectador) contextualização temporal, espacial ou mesmo da biografia do personagem.

A *Alma do Osso* não é uma obra que busca abordar a questão de eremitas ou de pessoas que optam por viverem isoladas da sociedade. O filme é especificamente sobre Dominginhos, mas não busca reconstruir sua trajetória (nem mesmo por meio de entrevista com o personagem). Durante os cerca de 50 minutos iniciais do filme – que tem, no total, 75 minutos – praticamente não há fala alguma da personagem retratada. Apenas nos 25 minutos finais da obra é que Dominginhos dirige-se à câmera. Nesse filme, mais do que compreensão, o que parece importar ao autor é o momento e a relação entre equipe e personagem por meio do aparato cinematográfico.

Caparaó (Flávio Frederico, 2006) também compartilha dessa característica da escala de abordagem micro ao falar sobre a Guerrilha do Caparaó, a primeira tentativa de luta armada organizada contra a ditadura militar brasileira após o golpe de 1964. A obra foca apenas na história dessa guerrilha e os personagens envolvidos, ao invés de buscar uma discussão e contextualização macro do golpe militar ou das guerrilhas contra o governo ditatorial brasileiro. Todavia, assim como nos demais documentários deste recorte que usam a escala do micro (com exceção do radical *A Alma do Osso*), o filme faz sempre um diálogo com o contexto macro.

Portanto, analisando os oito filmes do recorte aqui fixado para representar o documentário brasileiro contemporâneo, percebo que a maioria deles faz uso de escala

de abordagem reduzida (micro). Assim, pode-se afirmar que é um traço recorrente no cinema documentário nacional contemporâneo o abandono do didatismo e da busca por uma compreensão macro dos problemas apresentados, buscando causas e soluções – tão comum no Cinema Novo e em grande parte das produções até os anos 1980.

Conclusão

Evidentemente, o recorte fixado nesta pesquisa representa uma parcela muito pequena da produção cinematográfica brasileira do gênero documentário. Consuelo Lins e Cláudia Mesquista (2008) apontam que mais de cem documentários brasileiros em formato longa-metragem foram lançados comercialmente em salas de cinemas, entre os anos de 1996 e 2007. Isso sem contar uma diversidade de curtas e médias-metragens, produções televisivas, produções lançadas diretamente na internet, entre outros.

Dessa forma, é arriscado afirmar que prevalece (quantitativamente) no cinema documentário brasileiro contemporâneo uma preferência do uso da escala de abordagem em nível micro. O que posso afirmar é que existe uma preferência por essa perspectiva de abordagem por parte significativa dos cineastas, críticos e demais especialistas. Talvez, muito mais um sintoma do que uma constatação passível de comprovação concreta.

No caso dos recortes estabelecidos nesta pesquisa (um para o cinema documentário brasileiro contemporâneo e outro para os “clássicos” do documentarismo nacional), utilizei como referência o festival *É Tudo Verdade*, que, por ser o maior e mais representativo festival de cinema latino-americano voltado para esse gênero, torna-se uma espécie de norteador das tendências do filme documentário no Brasil e no mundo (visto que conta com personalidades nacionais e internacionais especializadas em cinema documentário em seus júris de seleção, de premiação etc).

Portanto, ainda que esta pesquisa esteja em desenvolvimento, consigo perceber uma comprovação da minha hipótese inicial de que prevalece no cinema documentário brasileiro contemporâneo uma preferência por escala de abordagem micro, em contraposição à preferência pela escala de abordagem macro de períodos anteriores (especialmente do Cinema Novo). Talvez, não em quantidade, mas – pelo que tudo

indica – entre as obras eleitas como significativas no atual momento de produção cinematográfica no Brasil.

REFERENCIAS

BERNARDET, Jean-Claude. **Historiografia clássica do cinema brasileiro: metodologia e pedagogia**. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2008.

GAUTHIER, Guy. **O documentário: um outro cinema**. Campinas, SP: Papirus, 2011.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____ **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____ **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOLANDA, Karla. **Documentário brasileiro contemporâneo e a micro-história**. Revista Devires – Cinema e Humanidade, v. 1, n. 2, p. 86-101, FAFICH / UFMG, janeiro/04.

LABAKI, Amir. **É tudo cinema: 15 anos de É Tudo Verdade**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LINS, Consuelo e MESQUITA, Cláudia. **Filmar o real: sobre o documentário brasileiro contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

LINS, Consuelo. **O documentário de Eduardo Coutinho: cinema, televisão e vídeo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

MASCARELLO, Fernando (org.). **História do cinema mundial**. Campinas, SP: Papirus, 2006.

MALERBA, Jurandir e ROJAS, Carlos Aguirre (orgs.). **Historiografia contemporânea em perspectiva crítica**. Bauru, SP: Edusc, 2007.

MOURÃO, Maria Dora e LABAKI, Amir. **O cinema do real**. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

NAGIB, Lúcia. **O cinema da retomada: depoimentos de 90 cineastas dos anos 90**. São Paulo: Ed. 34, 2002.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. Campinas, SP: Papyrus, 2005.

PUCCINI, Sérgio. **Roteiro de documentário: da pré-produção à pós-produção**. 2ª edição. Campinas: Papyrus, 2009.

RAMOS, Fernão Pessoa. **Mas afinal... o que é mesmo documentário?** São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

STAM, Robert. **Introdução à teoria do cinema**. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

TEIXEIRA, Francisco Elinaldo (org.). **Documentário no Brasil: tradição e transformação**. São Paulo: Summus, 2004.

O PATRIMÔNIO CULTURAL E ENSINO DE HISTÓRIA: CONHECER PARA VALORIZAR

Adriana Cristina de Godoy

historia_adriana@yahoo.com.br

FFCLRP/USP e SME/PMRP

Especialista e Mestranda em Educação (DEDIC/FFCLRP/USP)

Resumo

Neste trabalho discutiremos a relevância do estudo do patrimônio cultural inserido no local de vivência do aluno, nas aulas de História no Ensino Fundamental. Nosso objetivo é motivar o interesse deste estudante em relação ao patrimônio cultural e, por conseguinte, da História Local. Ao conhecer uma história próxima ao seu cotidiano, que este aluno possa perceber-se como agente histórico e participante nas mudanças, observador crítico das permanências e compreender a importância da preservação de símbolos, fazeres e lugares para a manutenção de uma memória coletiva. A formação do cidadão, uma das prerrogativas da História Escolar, passa pela valorização do patrimônio cultural.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural, Ensino de História, História Local.

Abstract

In this paper we discuss the relevance of the study of cultural heritage inserted in place of the student experience, in history classes in elementary school. Our goal is to motivate the interest of this student in relation to cultural heritage and therefore the Local History. By knowing a history next to their daily lives, this student may perceive themselves as historical agent and participant in the changes, critical observer of permanence and understand the importance of preserving symbols, activities and places to maintain a collective memory. The formation of the citizen, the prerogatives of the History School, passes by the appreciation of the cultural heritage.

Keywords: Cultural Heritage, Teaching History, Local History.

Introdução

Neste trabalho discutiremos a relevância do estudo do patrimônio cultural inserido no local de vivência nas aulas de História no Ensino Fundamental. Nosso objetivo é motivar o interesse deste estudante em relação ao patrimônio cultural e, por conseguinte, da História Local. Ao conhecer uma história próxima ao seu cotidiano, que este aluno possa perceber-se como agente histórico e participante nas mudanças, além de observador crítico das permanências. A História não é feita apenas de “heróis” e figuras de comando, mas também daqueles que vivem as suas vidas no cotidiano, porque é nele que a história acontece. Aquele que conhece a história local pode refletir sobre ela, e a partir desta sobre o global, e compreender a importância da preservação de símbolos, fazeres e lugares como a manutenção de uma memória coletiva. Para que algo seja respeitado é preciso conhecê-lo para compreensão da sua relevância. A formação do cidadão, uma das prerrogativas da História Escolar, passa pela valorização do patrimônio cultural.

A questão do Ensino de História e do Patrimônio: preservar para quê?

Na obra *Apologia da História ou Ofício do historiador*, o historiador francês Marc Bloch relata uma pergunta feita por uma criança sobre a função da História. Questão esta que o inquietou e foi o fio condutor de seu último livro, inacabado devido ao seu falecimento. Bloch fazia parte da resistência francesa e era judeu. Foi preso em 1944 pela polícia política do nazismo, a Gestapo, e morto por fuzilamento junto com outros prisioneiros em junho do mesmo ano. O episódio referido no início deste parágrafo foi relatado na Introdução deste livro (BLOCH, 2001, p.41):

“Papai, então me explica para que serve a história.” Assim um garoto, de quem gosto muito, interrogava há poucos anos um pai historiador. Sobre o livro que se vai ler, gostaria de poder dizer que é minha resposta. Pois não imagino, para um escritor, elogio mais belo do que

saber falar, no mesmo tom, aos doutos e aos escolares. Mas simplicidade tão apurada é privilégio de alguns raros eleitos. Pelo menos conservarei aqui de bom grado essa pergunta como epígrafe, pergunta de uma criança cuja sede de saber eu talvez não tenha, naquele momento, conseguido satisfazer muito bem.

Segundo Rocha (1999, p.48), esta discussão sobre a serventia da História deve ser permanente e “se fazer presente como forma de trazer à luz o inconsciente ideológico do professor, evitando-se, assim, que este se transforme, sem que o perceba, num instrumento de alienação.” E destacamos, a reflexão constante sobre a sua prática como uma forma de aperfeiçoá-la. A questão proposta na obra do ilustre historiador francês pode passar pela cabeça de muitos outros garotos e garotas, mesmo que poucos a verbalizem. Normalmente, aqueles que estão se sentindo presos no interior dos muros da escola enquanto o mundo acontece do lado de fora e dentro do seu telefone celular, o qual ele não pode usar durante as aulas, inclusive por imposição legal¹.

Esta questão sobre a função da História ou mesmo o porquê de se estudar algo que aconteceu quando eles nem eram nascidos pode ser relacionada à preservação do patrimônio histórico. O resultado deste tipo de indagação se reflete no descaso que vemos com as referências culturais, no fato de muitos não entenderem a razão de manter “este prédio velho”, ao invés de construir um edifício moderno no lugar como um shopping, por exemplo.

Em nossa prática diária de sala de aula, dos anos finais do Ensino Fundamental, algumas vezes nos deparamos com a indagação em relação ao estudo da História, relatada acima. Vivemos em um tempo no qual os olhos estão sempre muito voltados para o futuro, com uma preocupação constante com a inovação. Neste contexto, tudo que é relacionado a um tempo pretérito passa a ser visto, por alguns, como ultrapassado. É preciso que apontemos para a necessidade de olhar para o passado, devido ao fato deste ter, entre outras coisas, alicerçado o presente e o futuro. No Ensino de História é

¹ No estado de São Paulo, a Lei 12.730 de 11 de outubro de 2007 proíbe o uso de celulares em estabelecimentos de ensino durante o horário de aula. Disponível em: <http://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/130341/lei-12730-07>. Acesso em: 28Set.2013.

necessário que façamos sempre o exercício do ir e vir (passado e presente), situando os eventos no seu tempo histórico e relacionando-os com o nosso momento atual. Deste modo, levamos o estudante a significar este passado e ver-se como participante de uma história que está sendo construída. O conhecimento histórico está em constante movimento. Assim como as identidades culturais, ele é vivo e pertence aos cidadãos, não devendo ser apropriado pelos grupos dominantes como foi durante muito tempo, como uma história que privilegiava os heróis, datas e fatos ligados a quem estava ou tinha cesso ao poder, deixando à margem uma grande massa formada pelas camadas sociais menos privilegiadas, pelas mulheres, negros e crianças.

Para chegar aos computadores e à Internet, os seres humanos precisaram antes conhecer os tipos móveis de Guttenberg². Um passo importante para a ampliação do acesso ao conhecimento. O entendimento deste processo é fundamental. Nossos alunos devem atentar-se ao fato de que muitos eventos importantes aconteceram antes deles terem nascido.

O patrimônio faz parte desta percepção. Ele é uma herança comum, a qual todos devemos conservar, posto que constitui a nossa identidade. No entanto, para querer conservá-lo, e até se engajar neste movimento, é preciso conhecê-lo. Aos nos darmos conta da relevância de uma referência para um grupo de pessoas, do qual podemos nos constituir, passamos a ter um sentido de pertencimento, tanto do lugar quanto do grupo. De acordo com Martins (2001, p.5), “herdamos de gerações passadas o ambiente no qual vivemos, a cultura dentro da qual fomos criados, as lendas, as canções, os hábitos, a religião, os modos de comportamento, a língua com a qual nos expressamos”. Mesmo cada um tendo a sua singularidade, estes traços nos constituem como povo brasileiro. No nosso local de morada, essa herança contribui com a nossa identificação como cidadãos da Localidade. Entender este aspecto para atentarmos ao fato de que assim como recebemos esse legado, devemos conservá-lo para as gerações futuras. Isso é uma responsabilidade de todos.

² Johannes Guttenberg é considerado o criador do processo de impressão que usa os tipos móveis metálicos, conhecido como tipografia. O que alterou o processo de reprodução dos livros, que até o século XIV era feito um a um por meio de cópia. Era um processo demorado e caro.



Mas afinal, o que é patrimônio?

Ao procurarmos no Dicionário Básico da Língua Portuguesa Folha/Aurélio, encontramos a definição de patrimônio como:

1. Herança paterna.
2. Bens de família.
3. Dote dos ordinandos.
4. Riqueza.
5. Complexo de bens materiais ou não, direitos, ações, posse e tudo o que mais pertença a uma pessoa ou empresa e seja suscetível de apreciação econômica.
6. A parte jurídica e material da azienda.

Entre as definições acima é difícil escolher uma que represente o conceito de patrimônio aqui discutido. O aluno, que querendo saber mais sobre o assunto, buscasse nesta obra uma definição para a palavra, dentro do discutido até então, não a encontraria. Alguns daqueles conceitos podem explica-lo em parte, no entanto nenhum enquadra a questão da coletividade (pública) presente no patrimônio cultural.

Sensibilizar os alunos para a questão da preservação do patrimônio é uma tarefa da escola, a qual o Ensino de História pode abranger, por isso concordamos com Oriá (2001, p.130) e destacamos suas palavras:

Consideramos que a escola e, em particular o ensino de História, tem um papel fundamental nesse processo. É ela, em última instância, o *locus* privilegiado para o exercício e formação da cidadania, que se traduz, também, no conhecimento e na valorização dos elementos que compõem o nosso patrimônio cultural. Ao socializar o conhecimento historicamente produzido e preparar as atuais futuras gerações para a construção de novos conhecimentos, a escola está cumprindo o seu papel social.

E este trabalho não precisa ficar apenas no âmbito da História, pode acontecer em conjunto com outros componentes curriculares, como Arte, por exemplo, no engajamento da valorização do patrimônio artístico ou a Geografia, no ambiental e as Ciências, no científico.

Procurar atividades sobre o patrimônio focando em assuntos da atualidade e temas de interesse do aluno pode ser um caminho. Assim como o patrimônio quando não é imposto, mas eleito pela população, acresce sua relevância e pertencimento. Um

exemplo disso foi a pesquisa feita pela Rede de Cooperação Identidades Culturais³ em 2010, com intuito de levantar junto à população de Ribeirão Preto-SP, quais “as identidades mais importantes, aquelas consideradas como ícones representativos da cidade”, os quais “todos tem orgulho de mostrar aos visitantes do município” (ROSA, SILVA, 2013, p.15-16). Algo importante a ser levado em conta, posto que sempre que se pensava em Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Brasil relacionava-se àqueles identificados pelo ente público, como de interesse geral.

A questão do patrimônio no Brasil estava relacionada a uma “preocupação com a salvação dos vestígios do passado da Nação, e, mais especificamente, com a proteção dos monumentos e objetos de valor histórico e artístico” (FONSECA, 2005, p.81). De acordo com Fonseca (2005), ele passou a ser considerado relevante politicamente a partir da década de 1920, quando os grandes museus nacionais já se encontravam em funcionamento, porém sem formas de proteção dos bens que lá se encontravam abrigados, e alguns em condições de deterioração, tanto que este estado de coisas foi denunciado por intelectuais e pela imprensa. Este movimento levou à mobilização por uma legislação e um órgão que os preservasse, o SPHAN. Os trabalhos do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), órgão governamental de proteção ao patrimônio, foram iniciados em 1937, sendo promulgado pelo Decreto-Lei n. 25 de 30 de novembro do mesmo ano, durante o governo do Presidente Getúlio Vargas, em plena Ditadura do Estado Novo. A implantação do SIPHAN contou com a colaboração de intelectuais modernistas como Oswald de Andrade, Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade, segundo o site do, hoje, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Ao se referir a essa política de preservação que norteou a prática do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), e seus similares nos estados e municípios, Oriá (2001, p.131) atesta que este “objetivava passar aos habitantes do país a ideia de uma memória unívoca e de um passado homogêneo e o de uma História sem

³ Grupo formado em 2010 por pesquisadores de múltiplas formações ligados a várias instituições de ensino de Ensino Superior de Ribeirão Preto-SP, com o objetivo de “identificar e analisar os elementos que davam especificidade ao município, características que, juntas, constituíram a paisagem cultural de Ribeirão Preto” (ROSA, SILVA, 2013, p.15).

conflitos e contradições sociais”, o intuito era o de “forjar uma identidade nacional única para o país, excluindo as diferenças e a pluralidade étnico-cultural de nossa formação histórica”. Ainda segundo o autor (ORÍÁ, 2001, p.131) foram preservadas “igrejas barrocas, os fortes militares, as casas-grandes e os sobrados coloniais. Esqueceram-se, no entanto, as senzalas, os quilombos, as vilas operárias e os cortiços”.

Este tipo de classificação também é criticada por Garcia Canclini (2006, p.163), ao analisar a situação na América Latina, que o considera um “patrimônio histórico constituído pelos acontecimentos fundadores, os heróis que os protagonizaram e os objetos fetichizados que os evocam. Os ritos legítimos são os que encenam o desejo de repetição e perpetuação da ordem”. Diferente do que se queria ilustrar com este tipo de imposição, o de uma história homogênea e sem conflitos, os espaços de luta e legitimação também precisam ser preservados para a formação de uma identidade coletiva. Ainda para Garcia Canclini (2006, p.195) mesmo que o “patrimônio sirva para unificar cada nação, as desigualdades em sua formação e apropriação exigem estudá-lo também como espaço de luta material e simbólica entre as classes, as etnias e os grupos”. Ou seja, há um descompasso em meio a essas representações, legando espaços diferenciados dentro do contexto do patrimônio.

Atualmente, a definição de patrimônio se ampliou e passou a se tratar o “patrimônio cultural”, adotado pela Constituição Federal de 1988⁴, ampliando o

⁴ Por meio do artigo 216, Seção II, da Constituição Federal de 1988:

Artigo 216- Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

conceito para além dos bens imóveis, inserindo a partir de então os bens culturais, tais como saberes, fazeres e ofícios, além de objetos, artefatos e edifícios. Oriá (2001, p.133) também atenta para o patrimônio artístico, científico e o ecológico, dentro das diversas dimensões que englobam o ser humano, portanto o patrimônio histórico ultrapassou a dimensão da “pedra e cal”- constituído de bens imóveis, representados pelos edifícios e monumentos”, incluindo-se também “o patrimônio documental e arquivístico, bibliográfico, hemerográfico, oral, visual, museológico, enfim, o conjunto de bens que atestam a História de uma dada sociedade” (ORÍÁ, 2001, p.133). Deste modo, o Brasil alinhou-se a um movimento que estava sendo pautado por discussões em outros países e as quais chegaram à UNESCO, órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) para Educação, Ciência e a Cultura. Tal como ocorreu com um patrimônio cultural, o folclore, no período que sucedeu a Segunda Guerra Mundial.

Na década de 1950 houve uma ampla movimentação na área do folclore. De acordo com Cavalcanti (2007), com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a UNESCO (órgão da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) indicou o folclore como agente de atuação em prol da paz mundial, devido a seu fator de compreensão entre os povos e suas diferenças. A partir de então foi criada uma Comissão Nacional do Folclore no Ministério Exterior do Brasil. Este conjunto de iniciativas levou ao início do Movimento Folclórico. Em 1951 foi publicada a Carta do Folclore e com ela a questão do Fato Folclórico, e em 1958, o movimento teve o seu apogeu com a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB) do Ministério da Educação e Cultura, em prol do folclore e das artes populares. Para o Movimento, a industrialização e a modernização da sociedade eram uma ameaça para o folclore (CAVALCANTI, 2007).

O patrimônio na sala de aula e os sujeitos na História Local

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Para Fonseca (2005), a constituição de patrimônios nacionais é uma prática característica dos estados modernos que por meio de determinados agentes delimitam um conjunto de bens no espaço público e a eles é atribuído um valor. Por serem manifestações culturais e símbolos da nação, esses bens passam a ser mercedores de proteção, visando a sua transmissão para as gerações futuras.

A educação patrimonial é constituída por bens materiais e imateriais, e dela faz parte um processo contínuo de trabalho educativo. Essa educação que objetiva o trabalho com o patrimônio atende ao princípio da promoção da educação intercultural e de diálogo entre a História e os demais componentes curriculares, como já fora mencionado acima. Isso faculta a valorização da nossa cultura, baseada em uma formação dentro de uma diversidade étnica, a qual envolve a cultura afro-brasileira, indígena e europeia.

Na localidade esta identificação com o patrimônio se torna ainda mais nítida, posto que acende a questão do sentido, do porquê da preservação de determinado bem, da valorização de fazeres, saberes e ofícios relacionados ao cotidiano e ao local de vivência de uma população, da qual os alunos são parte. Atividades que proporcionem o resgate da memória podem contribuir para esta sensibilização quanto ao patrimônio como uma herança de todos que precisa ser preservada. Este exercício contribui com a formação para a cidadania. Ao se perceber como herdeiro deste patrimônio e responsável pela sua conservação o aluno poderá mudar a sua relação com este, e, por conseguinte, com a cidade, a partir do momento em que vê o bem público como algo que pertence a todos e não um espaço de ninguém. É uma mudança de pensamento cuja aplicação favorecerá todo o espaço da localidade, pois a falta de cuidado com o que é público se dá por esta mentalidade ainda arraigada em muitas pessoas, as quais jogam papel na rua, no entanto não o fazem nos corredores dos shoppings.

Podemos proporcionar atividades de resgate da memória com os alunos. Um exemplo bem conhecido, e difundido pelos professores nos anos iniciais do Ensino Fundamental, é a da história pessoal ou mesmo familiar. Este exercício pode ser feito por meio de entrevistas com familiares, levantamento de documentos como certidões,

fotografias, recortes de jornais e objetos pessoais. É um tipo de atividade que, além do resgate desta história, proporciona o sentimento de pertencer àquele núcleo, o convívio entre gerações diferentes e a conversa com escuta atenta da fala de familiares e parentes.

Outra opção é a confecção de árvores genealógicas. Para isso, é necessária uma preparação que envolve a arte de construir essas árvores. Podemos, junto com os alunos, buscar informações sobre o que é a genealogia, como essas árvores são feitas, as pessoas que tem como ocupação a sua construção e até o resgate e confecção de brasões de famílias (arte heráldica). Deste modo, os alunos passam a conhecer seu uso para escrita de biografias ou para pleitear dupla nacionalidade, usando a árvore para justificar a ascendência estrangeira. Também é importante que durante o trabalho de confecção das árvores, o professor deixe bem claras as possibilidades de arranjos familiares, como a família uniparental, as constituídas por novos enlaces, avós ou tios que cuidam das crianças, as provenientes de duas pessoas de sexos diferentes ou de uniões homoafetivas, entre outras possibilidades.

Também podemos propor entrevistas com detentores de fazeres e ofícios que estão se perdendo, como o de calceteiro, ou visitas aos sítios relacionados com a História Local. A Rede de Cooperação Identidades Culturais⁵ e o Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais (IPCCIC) publicou, em 2013, o livro *Paisagem Cultural do Café* que traz quatro opções de circuitos culturais na cidade de Ribeirão Preto. Esta obra, sem fins lucrativos, traz um panorama do patrimônio cultural na cidade e alguns breves históricos dos bens a serem visitados nos circuitos. Ela ainda é acompanhada por um mapa no qual é possível visualizar estes roteiros, além de um documentário sobre os mesmos. Os professores de História e Geografia das escolas públicas do Município e suas bibliotecas receberam um exemplar cada, seguido de uma qualificação e uma visita guiada com os docentes.

Um roteiro deste tipo, em locais onde não há publicações como a citada, também pode ocorrer, por meio da confecção de circuitos próprios feitos com auxílio de

⁵ Informações sobre o livro no blog da Rede de Cooperação Identidades Culturais (<http://redeidentidadesculturais.blogspot.com.br/>) e no site do Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais, no qual é possível fazer o *download* gratuito do livro e do documentário (http://www.ipccic.com.br/site2/projeto_003/index.htm).

pesquisas com os alunos. Deste modo, é incluir visitas de observação à parte histórica da Localidade, a museus de arte e históricos na cidade. Os museus tem muito potencial educativo, desde que as saídas a campo sejam feitas com um objetivo e uma preparação.

Pensar a História do Local para o nacional é um exercício para reflexão quanto à questão da Globalização, cujo um dos aspectos é uma homogeneização das pessoas, hábitos e costumes. Ao se diminuir a diversidade, busca-se igualar os desejos de consumo. Um adolescente brasileiro pode desejar o mesmo modelo de telefone celular que um no Japão ou na Rússia. Os lançamentos globais de aparelhos tecnológicos ilustram este momento. Portanto, ao se identificar com aspectos ligados ao patrimônio na sua Localidade, este aluno cria uma identidade cultural com o meio em que vive. Por isso, levar o aluno a conhecer o patrimônio cultural do seu Local de vivência é parte da formação de uma cidadania ativa, de pessoas críticas e participantes.

Conhecendo o seu patrimônio e reconhecendo a sua relevância, este cidadão, não só do futuro, mas do presente, entenderá as razões de preservação desta herança deixada pelas gerações passadas. Só preserva quem conhece e respeita.

Os objetivos de práticas como estas são fazer com que por meio de pesquisas prévias e visitas os alunos percebam a importância do patrimônio e a sua preservação, para que possam ver-se como seres humanos que fazem história e são ao mesmo tempo herdeiros de um passado e criadores do futuro, o que representa assumir a responsabilidade por este. Assim como levar os alunos à construção ativa de conhecimento crítico e de apropriação consciente e da conseqüente valorização de desta herança cultural, possibilitando o fortalecimento da identidade e da cidadania.

Também é importante quanto à relação com os museus, o fato de aproximar os estudantes destes espaços históricos e artísticos, com o intuito de alterar um conceito, presente entre alguns deles, de que são “depósito de coisas velhas” desconectadas da sua realidade, ou e em relação aos museus de arte, um amontoado de quadros, com o intuito de que estes sejam espaços de diálogo entre a História e a Arte e a vida do aluno.

Considerações Finais

Discutir a importância de o aluno conhecer o patrimônio cultural é uma premissa da qual a História Escolar é parte, em especial, a identidade cultural da sua localidade. Ou seja, para o estudante que vive em Ribeirão Preto, por exemplo, será mais interessante conhecer o boi-de-mamão do Paraná, ou o frevo de Recife e Olinda do que as companhias de folia de reis da sua cidade? Sendo que destas um vizinho ou mesmo um parente deste estudante podem fazer parte.

Por isso defendemos a valorização do cotidiano e da localidade dentro do Ensino de História nas escolas, abrangendo o patrimônio cultural local. O cotidiano pode ser definido como aquilo que acontece todos os dias. Segundo Lastória e Mello (2008), o estudo do cotidiano nem sempre foi valorizado, mas atualmente é visto como umas das categorias centrais, sendo este um cotidiano no qual as transformações são possíveis, e não de alienação diária. Uma história vivida por pessoas comuns, na qual o aluno pode se reconhecer como sujeito e cidadão. Em relação à localidade, este é o local de vivência do aluno, onde estão as suas referências culturais, e a possibilidade de pensar e agir por uma cidade que respeite o seu patrimônio e os seus cidadãos.

REFERÊNCIAS

BLOCH, M. **Apologia da História ou O ofício do historiador**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 159p.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. 47 p. Disponível em: http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf. Acesso em: 29Set.2013.

BRASIL. Decreto-Lei N.25 de 30 de Novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 29Set.2013.

CAVALCANTI, M.L. Entendendo o folclore. Disponível em: http://www.cnfcp.gov.br/pdf/Maria_Laura/CNFCP_Entendendo_Folclore_Maria_Laura_Cavalcanti.pdf. Acesso em: 02/04/2013.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994/1995. 687p.

FONSECA, M.C.L. **O Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC/IPHAN, 2005.296p.

GARCIA CANCLINI, N. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. Trad.: Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. 4.ed. São Paulo-SP: EdUSP, 2006. 385p. (Ensaio Latino-americanos)

LASTÓRIA, A.C.; MELLO, R.C. Cotidiano e lugar: categorias teóricas da história e da geografia. **Universitas** (Fernandópolis), v.4, p.27-34, 2008.

MARTINS, M.H.P. **Preservando o patrimônio e construindo a identidade**. São Paulo: Moderna, 2001. 46p. (Aprendendo a com-viver)

ORIÁ, R. Memória e ensino de História. BITTENCOURT, C. (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2001. p.128-148. (Repensando o ensino).

PORTAL IPHAN- Portal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaInicial.do>. Acesso em: 29Set.2013.

ROCHA, U. Reconstruindo a História a partir do imaginário do aluno. NIKITIUKI, S. (org.). **Repensando o ensino de História**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1999. p.47-66 (Questões da nossa época, v.53).

ROSA, L.R.O., SILVA, A.(org.). **Paisagem cultural do café**: Ribeirão Preto. Ribeirão Preto-SP, Rede de Cooperação Identidades Culturais/IPCCIC, 2013. 184 p.

SÃO PAULO. Lei 12.730 de 11 de outubro de 2007 Disponível em: <http://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/130341/lei-12730-07>. Acesso em: 28Set.2013.

A GESTÃO DAS REDES DE COOPERAÇÃO EM PROJETOS DE CIDADES CRIATIVAS

Adriana Silva

adrianasilva@ipccic.com.br

IPCCIC – Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais
Doutora

Resumo

Para o IPCCIC, Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais, criado em janeiro de 2013, muitas propostas em busca de transformar as cidades em lugares criativos só serão possíveis por meio da criação de Redes de Cooperação. Essa afirmação tem como base experiência vivenciada no período de 2009 a 2012, na Secretaria da Cultura de Ribeirão Preto. Composta por pesquisadores de várias instituições de ensino, a Rede possibilitou a realização de parte do inventário de Referências Culturais da cidade. Atualmente, o IPCCIC trabalha na criação de novas Redes com o objetivo de viabilizar vários projetos na área da Economia Criativa. Essencialmente, o Instituto se estrutura como uma Rede de ligações entre os muitos representantes culturais e, em outros casos, entre estes e o poder público.

Palavras-chave: Rede de Cooperação; cidade criativa; política pública.

Abstract

According to IPCCIC – State of São Paulo Institute of Creatives Cities and Cultural Identities, founded in January 2013, many proposals with the aim to transform cities into creative places will only be possible through the creation of cooperation network. This statement is based on experience lived in the period from 2009 to 2012, in the Secretariat of Culture of Ribeirão Preto. Composed of researchers from various educational institutions, the networks has made it possible to carry out part of the Cultural References Inventory of the city. Currently, IPCCIC works in creating new networks in order to facilitate various projects in the Creative-Economy area. Essentially, the Institute is structured as a network of connections among the many cultural representatives and, in other cases, between them and the government.

Keywords: Cooperation network; creative city; public policy.

Introdução

O Simpósio Temático “Patrimônio Cultural: reflexões interdisciplinares sobre referências culturais e desenvolvimento”, proposto para acontecer durante o VI Simpósio Internacional de História: Culturas e Identidades, se mostrou muito oportuno para a apresentação de material produzido a partir de várias experimentações na área da Cultura, em especial, as que relatam o trabalho em Redes de Cooperação e o conceito de Cidades Criativas.

Após ter ocupado o cargo de Secretária da Cultura do município de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, por quatro anos, de 2009 a 2012, e tendo vivido as relações entre o dever fazer e o poder fazer, permito-me afirmar que o hiato existente entre estas duas condições, com foco nas ações do gestor público, deve ser encurtado a partir da criação de Redes de Cooperação, modelo de atividade que sugere a interdisciplinaridade, a aproximação do Poder Público e dos agentes sociais e a realização de programas, projetos e ações muitas vezes impensáveis senão por meio da cooperação.

O IPCCIC – Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais surgiu como uma proposta de continuidade de um trabalho cultural iniciado dentro da gestão pública, porém, em novo formato. Fundado em janeiro de 2013, especialmente para ser o lugar onde as redes de cooperação se estabelecem, o Instituto tem como objetivo diagnosticar as realidades culturais dos município e atuar na transformação das cidades em lugares criativos mantendo sempre a cultura como matéria-prima do processo de mudança e consolidação.

Para conduzir o leitor, inicialmente serão apresentados alguns referenciais que localizam os conceitos de rede e de cidade criativa, posterior, serão narradas algumas experiências com os dois temas, no caso de rede, a criação da Rede de Cooperação Identidades Culturais e a Rede de Pontos de Cultura, no caso de cidade criativa, uma proposta defendida para o distrito de Bonfim Paulista, pertencente ao município de

Ribeirão Preto e, ao concluir, considerações que buscam apontar caminhos para o desenvolvimento da cultura apoiada na Economia Criativa.

Este trabalho se propõe a reunir a experiência do fazer e a da pesquisa, já que esta autora, inicialmente pesquisadora da área da Educação, com estudos em Teoria Crítica, especificamente indústria cultural, se fez, temporariamente, gestora pública em cargo de decisão no setor da cultura. Após 2012, de volta ao campo da pesquisa, como membro do IPCCIC, entidade que tem como principal função estudar as referências culturais das cidades e a partir de pesquisa de diagnóstico propor programas de ação na área da Economia Criativa, observa-se um encontro de saberes complementado pela multidisciplinaridade dos pares que se somam ao Instituto e a possibilidade de análises sobre as variações metodológicas de gestão que interligam poder público e sociedade organizada. Esta comunicação propõe, com base em um referencial teórico específico, oferecer um relato em primeira pessoa e objetiva fazê-lo de maneira a conduzir o leitor a avaliar como o trabalho cooperado, organizado em redes multi-institucionais, pode contribuir com o fazer cultural, seja na esfera pública ou como atividade dos demais setores da economia.

Redes e Cidades Criativas: a interdisciplinaridade como base

Começaremos por reconhecer o estado da arte do conceito de Rede. O sociólogo espanhol Manuel Castell chamou a atenção do mundo com sua trilogia sobre a “Era da Informação”, tornando-se, segundo o *Social Sciences Citation Index*, o pesquisador mais citado no período de 2000 a 2006. Naquele momento, o tema ainda não dizia respeito a tantos milhões de pessoas.

(...) la historia sólo está comenzando, si por ella entendemos el momento en que, tras milenios de batalla prehistórica con la naturaleza, primero para sobrevivir, luego para conquistarla, nuestra especie ha alcanzado el grado de conocimiento y organización social que nos permitirá vivir en un mundo predominantemente social. (CASTEL, 1999, p.23)

Castell, ao tratar de Rede, o fez com destaque para as novas tecnologias de informação e de comunicação como elementos da reestruturação econômica vivida a partir do final do século XX, começo do XXI, mas seu trabalho alicerça todo um debate sobre este formato de organização social.

C. Rubim, Pitombo e O. Rubim (2005), ao pesquisarem Políticas e Redes de Intercâmbio e Cooperação em Cultura no Âmbito Ibero-Americano alertam que:

Não existe ainda um conceito de rede amplamente aceito e compatível com a diversidade de organizações e contextos em que o termo é utilizado. Embora este seja o tempo das redes, muito pouco conhecimento foi organizado e difundido sobre a morfologia, as possibilidades e os limites dessas novas formas de organização social. Como resultado, muitas redes hoje existentes acabam recebendo outras denominações: fóruns, coletivos, movimentos, consórcios, comitês, articulações são alguns exemplos. O inverso também é verdadeiro: muitas das redes atuais não são nada além de velhas organizações com nova roupagem ou mesmo simples conjuntos de elementos. (RUBIM, PITOMBO, RUBIM, 2005, p. 5).

Para Martinho (2003) a figura da rede é a imagem mais usada para designar ou qualificar sistemas, estruturas ou desenhos organizacionais caracterizados por uma grande quantidade de elementos (pessoas, pontos-de-venda, entidades, equipamentos etc.) dispersos espacialmente e que mantêm alguma ligação entre si, mas também alerta, nem tudo o que apresenta estes três aspectos – quantidade, dispersão geográfica e interligação – é rede. Para exemplificar ele explica que um comércio com uma loja matriz e várias filiais, organizadas de maneira hierárquica, com elevado grau de subordinação poderia ser chamada de “rede”, mas não passa de uma organização tradicional em forma de pirâmide, com uma base muito ampla. Ao fazer esta constatação, Martinho lamenta os muitos equívocos afirmando que essa confusão na definição de Rede fragiliza seu verdadeiro poder criador de ordens novas e seu caráter libertador.

Quando tudo é rede, estruturas velhas e novas, modos convencionais e modos inovadores de fazer, estratégias de opressão e estratégias de libertação confundem-se sob uma pretensa mesma aparência. Se não



puder estabelecer algumas distinções, o conceito de rede deixa de ter sentido e passa a não servir para nada (MARTINHO, 2003, p.23).

Martinho iniciou seu estudo sobre Rede a partir das leituras do físico Fritjof Capra, autor de “A Teia da Vida”, de quem, ele carrega a afirmação de que onde quer que se encontre sistemas vivos – organismos ou comunidades de organismos, pode-se observar que os componentes estão arrançados à maneira de Rede. Sobre Castell, Martinho afirma não se tratar de um defensor da Rede como sistema de organização, mas um analista que apresenta uma série de alertas quanto à possibilidade da trama dos fluxos de capitais e informação se configurar em um estágio ultra-avançado do capitalismo.

Por outro lado, tomando por base a Globalização, as Redes podem se apresentar como a rota de fuga do capitalismo ultra-avançado sugerido por Castell. É nisso que acredita Martinho (2005) ao concluir que as redes tornaram-se a principal forma de expressão e organização coletiva, no plano político e na articulação de ações de grande envergadura, de âmbito nacional ou internacional, das ONGs e dos novos movimentos sociais.

Em seu estudo sobre Rede, ainda se utilizando das contribuições de Capra, Martinho nos convida a entender outro termo comum aos que atuam neste cenário de cooperação. Trata-se do conceito horizontal. Capra afirma em seus escritos que não existe hierarquia na natureza. Embora não possa ser afirmado o mesmo quanto às sociedades humanas, a horizontalidade é uma meta dos grupos que se organizam em rede.

Fachinelli e Moinet (2000), mostram a necessidade de se estabelecer critérios para definir o que verdadeiramente se configura como Rede. Segundo os dois, para que a rede ganhe corpo, é necessário que um projeto concreto, coletivo, voluntário, proporcione uma dinâmica específica às relações pré-existentes. Além disso, para adquirir uma dimensão estratégica, uma rede deve interagir com o campo de ação no qual ela se inscreve.

A rede deve dotar-se de uma realidade operacional. Esta repousa sobre a capacidade dos animadores de conferir-lhe: meios práticos de ação como material, local, orçamento, sistema eletrônico de comunicação; uma cultura de funcionamento considerando-se algumas regras, ética, repartição de papéis; recursos à trocar como informações, influência, conhecimentos, disponibilidades, agendas de endereços (FACHINELLI; MOINET, 2000, p.72).

Para convidar o público a participar do evento de inauguração da Casa das Redes, em Brasília, ocorrido nos dias 18, 19 e 20 de junho de 2013, os integrantes do coletivo Fora do Eixo, movimento criado em 2008 por agentes da cultra que entendiam-se fora do circuito comercial dos grandes centros, elaboraram um convite digital, em que definem:

As redes são formas de organizações sociais que melhor representam as dinâmicas socioculturais configuradas nesta primeira metade do século XXI. Suas práticas **articulam políticas** desenvolvidas a partir de **laboratórios produtivos**, que geram tecnologias sociais e **processos sustentáveis** em torno de organizações e pessoas envolvidas (e-mail recebido pela pesquisadora, 10/06/2013. Grifo mantido do original).

No mesmo material digital, eles escrevem que:

a Casa das Redes é um espaço colaborativo que desenvolve ações e tecnologias sociais visando a potencialização e o fortalecimento das redes socioprodutivas de todo Brasil e de outros países da América Latina. Trata-se de um ambiente de confluências entre redes, grupos e interessados em processos de colaboração cultural, de trocas de saberes, compartilhamento de experiências e construção de metodologias (op. cit.)

Em especial, no universo da política, Fleury e Ouverney (2007), citando Börzel (1999) ressaltam que as explicações teóricas sobre as redes de políticas podem ser divididas em duas correntes distintas, ainda que não mutuamente excludentes: a escola da intermediação de interesses e a escola de governança.

Para alguns autores, ainda segundo Fleury e Ouverney, as redes são uma ferramenta útil para explicar a união de atores interdependentes, enquanto para outros a inovação estaria no deslocamento do objeto da análise, passando-se do ator individual

ao padrão de vínculos e interações como um todo.

Nossa experiência, a ser narrada em tópico a seguir, tem como solo fértil toda a trajetória do conceito de rede. O aprimoramento do modelo foi vivenciado ao longo do período de quatro anos, desde a implantação, no município de Ribeirão Preto, das duas Redes nesta comunicação analisadas; Identidades Culturais e Pontos de Cultura.

É proposta também deste texto, apresentar uma variação do modelo de rede para a aplicabilidade do projeto de transformação das cidades em espaços criativos. Para tanto, se faz necessário contextualizar o termo Cidade Criativa que surge como uma derivação do conceito de Economia da Cultura, inicialmente empregado, em 1988, na Austrália, mas que tem como representativo difusor, o jornalista Britânico John Howkins. A Inglaterra se fez o berço da Economia Criativa, a partir da atuação de Chris Smith e da política de “New Labour” de Tony Blair. Para Howkins (2001), o divisor de águas da Economia Criativa é o potencial de gerar direitos de propriedade intelectual, expandindo sua abrangência dos direitos autorais para desenhos industriais, marcas registradas e patentes, ou seja, toda ação resultante do processo criativo.

É importante indicar que existem pontos de intersecção entre as duas propostas; Economia e Cidade criativas, mas embora todas as ações da Economia Criativa favoreçam a cidade, nem todas as proposta que objetivam transformar uma cidade em lugar criativo se apresenta metodologicamente como uma ação de Economia. Isso significa afirmar que é possível planejar uma cidade criativa com práticas desassociadas à economia. Esta ressalva se justifica, neste momento, somente para situar o leitor quanto às modalidades do tema. Para entender Cidade Criativa, no entanto, é mais apropriado fazê-lo a partir de uma breve imersão ao universo da Economia, que para o IPCCIC, se apresenta como o meio que pode viabilizar as propostas criativas de uma cidade.

Para melhor estabelecer a base deste novo conceito, optamos, nesta comunicação, por oferecer dados disponibilizados pelo universo acadêmico, econômico e político a



fim de estabelecer relações entre os conceitos de Cidade Criativa, Identidade Cultural e as políticas públicas, propondo um entendimento de como a união de práticas criativas podem fortalecer a economia, em especial, com a criação de emprego e renda local, reconhecer as referências culturais, dinamizar o setor artístico e criar possibilidades concretas para o acesso aos direitos culturais.

Segundo dados da Organização Mundial do Comércio – OMC, em 2006, a Inglaterra apresentava o maior crescimento na área, com taxa de 8% ao ano, além de participação de 8,2% no PIB e 6,4% da força de trabalho empregada. Durante a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), realizada em 2006, definiu-se que a Economia Criativa tem o potencial de fomentar o crescimento econômico, a criação de empregos e os ganhos de exportação, ao mesmo tempo em que promove a inclusão social, a diversidade cultural e o desenvolvimento humano.

Richard Florida e Irene Tinaglia (2010), professores da Carnegie Mellon University, em Pittsburg, realizaram, no ano de 2005, um trabalho que indica existir uma relação positiva e crescente entre economia criativa e produtividade. Dos 45 países pesquisados por eles, o Brasil ficou em 43ª posição, na frente apenas da Romênia e Peru e atrás da Argentina, México, Chile e Uruguai. A partir de alguns cruzamentos de dados desta pesquisa é possível inferir que há uma forte relação entre criatividade e produtividade, pois os 10 primeiros países com maior índice de produtividade são também os que mais investem em Economia Criativa.

A UNESCO divulgou, em 2005, que apenas três países: Reino Unido, Estados Unidos e China, produzem 40% dos bens culturais comercializados no mercado mundial, incluindo livros, esculturas e outros objetos de arte e decoração, CDs, filmes, videogames. África e América Latina participam nesse mercado com 4%. Para a entidade, conforme publicação de 2005, desenvolvimento é o processo de ampliação das escolhas. Com base nisso, nos países africanos e latino americanos, onde a exclusão social tem uma relação forte com os índices de criminalidade e há uma dificuldade

evidente em alocar a mão de obra pouco qualificada em atividades urbanas, ampliar as escolhas no setor cultural pode atrair jovens de baixa renda e pouca escolaridade por meio de programas de qualificação e geração de primeiro emprego.

Meleiro e Fonseca (2012) afirmam que embora os países emergentes e em desenvolvimento consigam ter participações expressivas em áreas específicas, ainda há um vasto território inexplorado de possibilidades, que podem ser objeto de políticas públicas, concebidas e implementadas num ambiente de cooperação internacional, especialmente a chamada Cooperação Sul-Sul.

Ainda segundo esses autores, entidades como o Convênio Andrés Bello, a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Organização dos Estados Ibero americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), o Centro Regional para a Promoção de Livros na América Latina e no Caribe (CERLALC), o PNUD, a UNESCO e a UNCTAD desenvolvem uma série de estudos visando subsidiar programas públicos de desenvolvimento desta economia. Alguns desses estudos mostram que gradualmente vem crescendo a oferta de dados estatísticos do segmento na região, como consequência de uma maior determinação política dos governos em promover iniciativas no setor. As economias mais desenvolvidas, como Brasil, Argentina, México, Colômbia e Chile, têm concentrado os maiores esforços nos últimos anos, o que vem pouco a pouco se espalhando para os países vizinhos.

A Argentina tem protagonizado um grande incremento de sua indústria do cinema e audiovisual, onde também se inclui a produção publicitária, adotando uma estratégia que tem se mostrado vitoriosa, que contempla o fomento da produção nacional a partir de uma taxa para exibição de produções estrangeiras, com intermediação técnica do INCAA – Instituto Nacional de Cine e Artes Audiovisual – instituição amplamente legitimada pela comunidade cinematográfica local. Não por acaso, a cinematografia e, de modo geral, a indústria do cinema e audiovisual da Argentina atualmente é respeitada em todo o mundo, sendo reconhecida por muitos como a mais importante da América Latina (MELEIRO & FONSECA, 2012, p. 44).

No Brasil, as iniciativas são concentradas em movimentos específicos como os localizados nas cidades do Rio de Janeiro, de São Paulo e de algumas capitais do Nordeste. Ações da sociedade organizada, como o projeto Criaticidade, que concentra informações sobre o tema, difunde experiências e realiza ações pontuais quando apoiados por outras instituições, com destaque para a atuação da economista e urbanista Ana Carla Fonseca Reis, mantêm o tópico em debate.

A partir de uma proposta do Governo Federal, desde 2011 o assunto foi incorporado ao Ministério da Cultura, que criou, em 2012, uma Secretaria específica para o acompanhamento e estruturação do assunto.

A novidade dos conceitos provoca incertezas e muitas dúvidas, em especial, quanto à sua abrangência. Tendo o elemento “desenvolvimento regional” como um pilar da proposta da Economia Criativa, Arjo Klammer, professor da Erasmus University Rotterdam, durante curso oferecido na Faculdade de Economia, da Universidade de São Paulo, de Ribeirão Preto, em agosto de 2012, deixou implícita a permissão de variação conceitual a partir das especificidades do local.

A Inglaterra foi o primeiro país a definir as áreas empreendedoras compreendidas em uma proposta de Economia Criativa, mas isso não limita releituras locais, permitindo, desta forma, que o Brasil tenha sua própria lista de empreendimentos vinculados às Ações e Indústrias Criativas.

Para melhor compreensão, faz-se necessário traçar uma linha diferencial entre a Inglaterra, primeiro modelo, e o Brasil. Para os ingleses, conforme difundido pelo Ministério de Economia Criativa, criado em 1997, são indústrias criativas aquelas que têm na sua origem a criatividade e individualizam habilidades e talento, e que tenham habilidade para produzir riqueza por intermédio da propriedade intelectual (DCMS).

No Brasil, o conceito foi apresentado em documento publicado pelo MinC. Na cartilha que delinea o Plano da Secretaria da Economia Criativa, depois de uma longa introdução sobre a necessidade de pensar o termo a partir da brasilidade desejada,

definiu-se como sendo setores criativos todos aqueles cujas atividades produtivas têm como processo principal um ato criativo gerador de valor simbólico, elemento central da formação do preço e que resulta em produção de riqueza cultural e econômica e a Economia Criativa é definida com foco nas dinâmicas culturais, sociais e econômicas, construídas a partir do ciclo de criação, produção, distribuição/circulação/difusão e consumo/fruição de bens e serviços oriundos dos setores criativos, caracterizados pela prevalência de sua dimensão simbólica.

O programa de Economia Criativa Britânico compreende como atividades motrizes: Arquitetura, Arte e antiguidades, Jogos de computador, Artes, Design, Moda, Cinema e Vídeo, Música, Espetáculos de arte, Editoração e publicações, Software e TV e Rádio. Estas atividades respeitam os critérios de sua definição exposta acima, mas também de relevância econômica para o Reino Unido – vale destacar a importância de “antiguidades” (abrangendo leilões e feiras de arte), de menor importância para o caso brasileiro.

O Brasil, para definir o escopo dos setores criativos, se pautou nas contribuições apresentadas pela Unesco, em 2009, e a partir delas, elencou as atividades a serem compreendidas pelas políticas públicas do governo: no campo do patrimônio – patrimônio material, imaterial, arquivos e museus. Na área das expressões culturais – artesanato, culturas populares, culturas indígenas, culturas afro-brasileiras e artes visuais. Nas artes de espetáculos – danças, música, circo e teatro. No campo do audiovisual e do livro, da leitura e da literatura – cinema e vídeo, publicações e mídias impressas. Nas criações funcionais – moda, design, arquitetura e arte digital.

O pensamento do BNDES, que também possui setor específico para avaliações e incremento de projetos criativos, foi expresso pelo seu presidente, Luciano Coutinho, em 2012.

Hoje se reconhece que quanto mais denso, diverso e rico o conteúdo cultural de uma sociedade, maiores as suas possibilidades de desenvolvimento. O vigor das manifestações culturais mais enraizadas



permite sua preservação e difusão e pode representar uma significativa alternativa de inclusão produtiva, seja pelas oportunidades de criação de emprego e renda, seja pela ampliação do acesso e da qualificação desses serviços. Em consonância com o Plano Brasil sem Miséria, destaque-se, ainda, a capacidade de estimular o desenvolvimento de outras atividades produtivas associadas às atividades culturais. Estes atributos são particularmente importantes em países como o Brasil, de vastas riquezas e diversidade natural, patrimonial e cultural, fruto de um território de dimensões continentais e da fusão de múltiplas etnias. (COUTINHO, Plano da Secretaria da Economia Criativa, 2012, p. 09).

Em relação à trajetória dos pensadores econômicos brasileiros, Celso Furtado, que foi Ministro da Cultura, entre 1986 a 1988, já abordava a relação entre criatividade e economia em seu texto “Criatividade e Dependência na Civilização Ocidental”:

[...] as sociedades necessitam de meios de defesa e adaptação, cuja eficácia reflete a aptidão de seus membros para formular hipóteses, solucionar problemas, tomar decisões em face da incerteza. Ora, a emergência de um excedente adicional abre aos membros de uma sociedade um horizonte de opções; já não se trata de reproduzir o que existe, e sim de ampliar o campo do que é imediatamente possível [...] O novo excedente, constitui, portanto, um desafio à inventividade... Em sua dupla dimensão de força geradora de novo excedente e impulso criador de novos valores culturais, esse processo libertador de energias humanas constitui a fonte última do que entendemos por desenvolvimento (FURTADO, 2008, p.5).

Por fim, após breve contextualização da Economia Criativa, retomamos Reis (2011), para quem talvez a maior contribuição de toda esta questão que envolve a economia e a cidade criativa, seja perceber que, no âmago de tudo, reside a capacidade criativa do ser humano.

Com isso, abrem-se as portas para o surgimento de novas soluções, de novas profissões e de novos desenhos de urbanos, transformando nossas cidades fragmentadas em espaços mais convívies e alinhavando tecidos sociais esgarçados (REIS, 2011, p.2).

Algumas experiências que fortalecem a ideia de gestão por Rede

A Rede de Cooperação e Identidades Culturais foi criada em Ribeirão Preto em 2009, dentro da Secretaria Municipal da Cultura, para dar conta de uma demanda reprimida: a realização do inventário das referências culturais da cidade. A ideia de

implantação da Rede surgiu como resposta à falta de pessoal técnico de formação multidisciplinar no poder público para a realização do inventário. A base conceitual do trabalho, um problema também naquele momento, se resolveu por meio de um convênio firmado com o Iphan – Instituto do Patrimônio, Histórico, Artístico Nacional que forneceu a metodologia do INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais e disponibilizou a presença de duas técnicas do órgão para qualificar, semestralmente, toda a equipe.

Para compor a Rede foram convidadas instituições de ensino superior, pública e privadas, entidades organizadas e empresas. A aceitação mostrou que a proposta seguia o caminho correto. Com um calendário de atividades estruturado dentro das possibilidades dos pesquisadores, que destinavam 20 horas/aulas mensais ao projeto, foram criados grupos de trabalho específicos com demandas delineadas pela coordenação realizada por técnica da Secretaria da Cultura.

A cada doze meses de atividade a Rede gerava um relatório com informações que eram divulgadas para a comunidade por meio de eventos de entrega do documento, difusão por mídias eletrônicas e impressão de material especialmente distribuído aos envolvidos e à imprensa. Uma coleção de livros formada por 12 obras foi publicada no período de três anos e outras duas publicações mais abrangentes resumiram os principais apontamentos das pesquisas realizadas. Os dados gerados nos relatórios eram assimilados aos programas políticos da prefeitura. Um exemplo para ilustrar, foi a liderança da Secretaria da Cultura no programa de revitalização do centro da cidade. Todo o projeto para esta ação tomou como base as contribuições apresentadas pelo inventário realizado na região. Assim como o trabalho de diagnóstico das potencialidades culturais do distrito de Bonfim Paulista.

A composição da Rede sofreu alterações ao longo do processo, mas um núcleo duro de doze profissionais se manteve durante os três anos analisados. Como agente deste projeto, hoje avaliadora da experiência, concluo que as atividades praticadas em

defesa do patrimônio material e imaterial de Ribeirão Preto, em especial, na forma de registro, não teria se viabilizado sem a formação da Rede. O trabalho dos pesquisadores, professores universitários, o financiamento da iniciativa privada e a atuação do poder público foram elementos indissociáveis da iniciativa.

Outro exemplo de formação de Rede no mesmo período foi a Rede de Pontos de Cultura. Um convênio entre a Secretaria da Cultura e o MinC financiou a seleção por meio de edital e manutenção de dez Pontos de Cultura e um Pontão durante três anos. Com um valor repassado de R\$ 60 mil reais por ano aos Pontos e R\$ 175 mil ao Pontão, as entidades se organizaram para o cumprimento de uma agenda de projeto que gerou uma ação em rede permitindo troca de experiência, formação colegiada, compartilhamento de infraestrutura, realização de atividades coletivas, formação de plateia a partir da interação das entidades, consciência crítica sobre os direitos e os deveres dos agentes culturais, já que após o recebimento, tinham todos que cumprir um calendário e fazer a prestação de contas.

Ao longo do programa uma entidade foi desconveniada por uso indevido dos recursos, outra precisou devolver quantia aplicada fora da programação e até mesmo estes desconfortos de gestão serviram para o aprimoramento dos grupos envolvidos.

O programa foi criado pelo Governo Federal e desde a saída do presidente Lula segue ameaçado quanto à sua manutenção. Os problemas de variação de nível de formação entre as entidades contempladas sugere uma desqualificação, assim como ocorreu em Ribeirão Preto, mas o programa, ao propor ação em rede, fortalece as relações nos municípios, permite a descentralização das atividades culturais, troca o lugar o protagonista, que até pouco tempo era totalmente centralizado indevidamente no poder público e, muito importante, possibilita a chegada da cultura em áreas periféricas, muitas vezes desprovidas de ofertas culturais.

Novamente sem a formação deste modelo de gestão em rede, os resultados alcançados não se viabilizariam. Publicações realizadas a cada ano desde a formação da

rede dão conta da dinâmica alcançada, da produção cultural realizada e o diagnóstico mais conveniente, o apoderamento das informações levando ao empoderamento da cultura, fato que permitiu que muitas das entidades se consolidassem como proponentes em outros programas dos entes federativos e concebessem formatos próprios de sustentabilidade.

Estes exemplos devem ser considerados como propostas diferenciadas do fazer cultural e balizarem outras iniciativas como então se faz dentro do IPCCIC, que ao experimentar a gestão em rede se consolida como entidade fomentadora do modelo. Seus técnicos conciliam a experiência a uma nova expertise, a da Cidade Criativa, para agir mediante à missão delineada. Ainda que embrionária, a proposta de criação de um programa de Economia Criativa para proteger o patrimônio cultural e dinamizar o distrito de Bonfim Paulista, mostra-se atrelado à gestão de rede. A cooperação tem sido apresentada como estratégia que capacita grupos a partir das trocas multidisciplinares praticadas, torna possível ações realizadas por muitos cidadãos que, individualmente, qualquer agente social não concretizaria e cria ambientes mais propícios à criatividade e à inovação.

As potencialidades não dinamizadas do distrito de Bonfim Paulista diagnosticadas pela pesquisa são as características rurais que dão lugar a excelentes propostas de atividades do turismo ecológico, gastronomia e a preservação da história do homem canceiro. Tratam-se de possibilidades que incrementam a Economia e que estão vinculadas à criatividade, mas também se referem à propostas que certamente são mais viáveis se realizadas em formato de cooperação atingida por meio da implantação de redes de interesse comum.

Considerações finais

O texto apresentado sugere um movimento. Começa ao narrar as atividades praticadas na Secretaria da Cultura do município de Ribeirão Preto, no período de 2009 a 2012 e segue com a criação do IPCCIC, Instituto Paulista de Cidades Criativas e

Identidades Culturais, em 2013. O comum entre estas duas iniciativas é o envolvimento de vários atores sociais semelhantes, a defesa de alguns pressupostos, como a certeza de bons resultados de ações cooperadas, mas, especificamente o que mais interessa nesta narrativa sequencial é o aprendizado continuado apesar das variações de modelos de gestão.

O grupo que conduz as diretrizes do Instituto se formou a partir de convivência adquirida na Secretaria da Cultura. Sem qualquer predisposição à rivalidade, muito diferente disto, com toda a preocupação aparente de continuidade, o IPCCIC surge como alternativa de não rompimento de proposta exitosa praticada pelo governo em outro momento. O sucesso pode parcialmente ser medido com a publicação do livro Paisagem Cultural do Café, em agosto de 2013, que reuniu os resultados das pesquisas da Rede de Cooperação Identidades Culturais e, por meio de elaboração de projeto aprovado no Proac – Programa de Apoio à Cultura do Governo do Estado de São e captação de recursos via ICMS viabilizou estratégica e financeiramente a difusão dos resultados.

O material, disponibilizado também pela internet, deixa aparente o mesmo movimento observado nesta comunicação. Ele tem como abertura texto que apresenta a Rede e uma conclusão que sugere a manutenção desta e a criação de novas redes como alternativa para a consolidação de uma Ribeirão Preto Criativa.

Ao concluir, convidamos o leitor a sempre que diante de uma bifurcação entre o fazer e o não fazer considerar as possibilidades de um trabalho em rede. Definitivamente este é um modelo que materializa uma frase usada no mundo do designer em que se afirma que juntos somos todos mais inteligentes do que qualquer um de nós sozinho.

REFERÊNCIAS

BÖRZEL, T.A. Qué tienen de especial los policy networks? Explorando el concepto y su utilidad para el estudio de la gobernación europea. 1977. Disponível em:

<http://revista-redes.rediris.es/webredes/textos/policynet.pdf>

acesso em maio de 2013.

CAPRA, Fritjof. A teia da vida. São Paulo: Cultrix, 1996.

CARMO Jr., J. Aldo do; MORAES, Júlio Luchesi. How magic is Cinema? Assessing the effects of the artistically successful cinema cluster in Paulínia, Brazil. ACEI – Association for Cultural Economics International. 2012. Disponível em: <http://www.regionalstudies.org/uploads/RSAI_2012_Moraes_Final.pdf>. Acesso em: 04 set. 2013.

CASTELLS, Manuel. *La Era de la información: economía, sociedad y cultura. Vol. I La sociedad red*. Tradução: Carmen Martínez Gimeno. Madrid: Alianza Editorial, 1999.

CAVALCANTI, Paula Arcoverde. Sistematizando e comparando os enfoques de avaliação e de análise de políticas públicas: uma contribuição para a área educacional. Tese de Doutorado. Unicamp. 2007.

DIAS, Reinado; Matos, Fernanda. **Políticas públicas**: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012.

EAGLETON, Terry. A ideia de cultura. São Paulo: Unesp, 2005, p. 204.

FACHINELLI, Ana Cristina & MOINET, Christian Marcon Nicolas. A prática da gestão de redes: uma necessidade estratégica da Sociedade da Informação. 2000. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/socinfo/info14.htm>

Acesso em 01 de junho de 2013.

FLEURY, Sonia; OUVÉNEY, Assis Mafort. Gestão de Redes: a estratégia de regionalização da política de saúde. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

FLORIDA, Richard. **A ascensão da classe criativa**. Tradução de Ana Luiza Lopes. Porto Alegre: L&pm Editores. 2010.

FREY, Klaus. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Revista Planejamento e Políticas Públicas, Brasília: IPEA. Número 21, junho de 2000. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/89/158>
Acesso em 01 de julho de 2013.

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento**: enfoque histórico-estrutural. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000

HOWKINS, John. The Creative Economy. USA: Penik, 2001.

KRAMEL, Arjo. Value of Culture. Michigan University. 1997.

MARTINHO, Cássio. Redes uma introdução às dinâmicas da conectividade e auto-organização. Brasília: Editora WWF Brasil, 2003.

MELEIRO, Alessandra & FONSECA, Fábio. Economia criativa: análise setorial. **Revista Nemer**. 2 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.pragmatizes.uff.br>>. Acesso em: 20 ago 2013.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Plano da Secretaria da Economia Criativa – Políticas, Diretrizes e Ações – 2011 a 2014**. Disponível em: www.minc.gov.br. Acesso em: 02 set. 2013.

OLIVEIRA, Zita. <http://www.webartigos.com/artigos/economia-criativa/4662/#ixzz23zd1FWeW>. Acesso em 16/03/2013.

PASSADOR, C. S.; FERREIRA, V. da R. S.; PASSADOR, J. L. Produção acadêmica sobre redes no Brasil. In: XXIV Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. Anais... Gramado, out. 2006.

PASSADOR, J. L.; CUNHA, J. A. C. da. A formação de alianças e redes interorganizacionais. In: PASSADOR, C. S.; PASSADOR, J. L. (orgs). Gestão Pública e desenvolvimento no século XXI. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2008.

REDE de Cooperação Identidades Culturais. Blog oficial. Disponível em: <<http://redeidentidadesculturais.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 25 jun. 2013.

REDE de Cooperação Identidades Culturais. **Relatório Fase 1 do INRC**. 2010. Disponível em: < <http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/scultura/relatorio.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2013.

REIS, Ana Carla Fonseca Org. **Economia criativa**: como estratégia de



desenvolvimento : uma visão dos países em desenvolvimento. São Paulo. Itaú Cultural, 2008.

___ **Cidades Criativas** – soluções inventivas – O papel da Copa, das Olimpíadas e dos museus internacionais. Garimpos de Soluções e Fundarpe, São Paulo, 2010.

___ **Cidades Criativas: burilando um conceito em formação.** Revista Iara – Revista de Moda, Cultura e Arte. N.01, abril de 2011. Disponível em

www.revistaiara.com.br/arquivos/noticias/arquivos/183/anexos/PDF.pdf - Acesso em 20 de setembro de 2013.

___ **Cidades Criativas** – da teoria à prática. SESI SP Editora.2012.

RUBIM, Antonio Albino Canellas, PITOMBO, Mariella & RUBIM, Iuri Oliveira. Políticas e Redes de Intercâmbio e Cooperação em Cultura no Âmbito Ibero-Americano, 2005. Disponível em

http://www.cult.ufba.br/arquivos/cult_politicas_e_redes.pdf

acesso em 01 de junho de 2013.

SANTOS-DUISENBERG, E. Economia Criativa: uma opção de desenvolvimento viável? In: REIS, A.C.F. (org.). **Economia Criativa como estratégia de desenvolvimento**: uma visão dos países em desenvolvimento. São Paulo: Itaú Cultural, 2008.

SCHNEIDER, Volker. Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas. Tradução Hermílio Santos. Civitas, Porto Alegre, v. 5, 2005. Disponível em

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/33/1605>. Acesso em março de 2013.

SERAFIM, Milena Pava; DIAS, Rafael de Brito. Análise de Política: uma revisão da literature Policy Analysis: a review. Cadernos Gestão Social – Revista do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social – Rede de Pesquisadores em Gestão Social. Volume 3, janeiro a junho de 2012.

SILVA, Adriana.; ROSA, Lilian R. O. (orgs.) **Patrimônio Cultural do Café da terra vermelha.** Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2012b.

SILVA, Adriana; ROSA, Lilian R. O.; SILVA, Michelle C. C. et al. Projeto Paisagem Cultural do Café: experiências com a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). **Labor & Engenho**, Campinas [Brasil], v.6, n.2, p.77-96, 2012a. Disponível em: <www.conpadre.org> e <www.labore.fec.unicamp.br>. Acesso em 12 jun. 2013.

SMCRP – Secretaria Municipal da Cultura de Ribeirão Preto. **Programa Café com Açúcar.** Disponível em:

http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/scultura/i14cafe_acucar.php>. Acesso em 10 set. 2013.

UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development. **The Creative Economy Report**. 2008. Disponível em: <www.unctad.org/en/docs/ditc2008cer_en.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2013.

UNESCO Institute for Statistics – International Flows of Selected Cultural Goods and Services, 1994-2003. **Defining and Capturing the Flows of Global Cultural Trade**. Montreal: 2005. Disponível em: <www.uis.unesco.org/template/pdf/cscl/IntlFlows_EN.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2013.

A CIDADE INVISÍVEL DE MARABÁ

Airton dos Reis Pereira
Doutor em História (UFPE) e
professor da Universidade do Estado
do Pará (UEPA), Campus de Marabá.
airtonper@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo, diferentemente de grande parte da literatura sobre a cidade de Marabá(PA) que é centrada na figura do pioneiro, do bravo desbravador de terras novas, que enfrentou e venceu todo tipo de adversidade e trouxe o “desenvolvimento” e o “progresso” para o município, procura demonstrar que há uma cidade invisível em Marabá, sobretudo, os bairros, de casas, às vezes precárias, sem água encanada e esgoto, formada por pobres, migrantes, trabalhadores itinerantes, de vida marcada pela provisoriade e mobilidade, e de mãos-de-obra polivalente que lutam cotidianamente pela sobrevivência, que gera e movimenta a cidade. São estes que fizeram e fazem alargar, espacialmente, a cidade e as políticas públicas.

Palavras – chave: Amazônia. Migração. Cidade de Marabá.

Abstract

This article, unlike much of the literature on the city of Marabá (PA) which is the figure of the pioneer, the brave explorer of new lands, who faced and overcame all kinds of adversity and brought the "development" and "progress" for the city, seeks to demonstrate that there is an invisible city in Marabá, especially, the neighborhoods, homes, sometimes precarious, without running water and sewage, formed by poor migrants, itinerant workers, life marked by tentativeness and mobility, and manpower polyvalent daily struggle for survival, which generates and moves the city. Are these made and make extended, spatially, the city and public politics.

Keywords: Amazon. Migration. City of Marabá.

Introdução

De uma maneira geral, grande parte da literatura que analisa a cidade de Marabá está centrada na personalidade do pioneiro, do suposto herói da conquista de terras novas, do desbravador que plantou o marco do “desenvolvimento” e do “progresso” legando aos munícipes o grande e importante patrimônio que é Marabá. Não raro lamenta as perdas territoriais e os *royalties* das grandes empresas de exploração mineral.

Este trabalho, portanto, procura explicar que há uma cidade invisível em Marabá formada por milhares de empobrecidos, trabalhadores migrantes, pessoas de vida itinerante, marcada pela provisoriedade e pelo conflito, sem profissões definidas ou com afazeres diversos que lutam pela sobrevivência. Nesse processo constituem espaços de moradia, de sociabilidade e de vivências.

Para compreender esses processos foram pertinentes as análises que Figueira (2004) fez sobre a migração de nordestinos para trabalharem nas grandes fazendas de agropecuárias do estado do Pará nos finais do século XX. Para este autor, muitas pessoas migram não porque querem, mas porque são obrigadas. Várias são as migrações e diversos são os fatores que as ocasionam, entre eles: “(...) por razões comerciais, por necessidades econômicas prementes vividas por uma ou mais pessoas ou mesmo pela totalidade de um grupo social, pelo desemprego temporário ou estrutural, pela abundância de mão-de-obra em um lugar e pela escassez em outro” (p.101). Migrar é, em certo sentido, uma experiência de vida. As cidades da Amazônia Oriental, dos séculos XX e XXI, são de quem chega, de quem fica, mas também de quem parte. São entroncamentos e travessias. Chegou à cidade porque partiu, mas porque pode partir. É vida dilacerada. É vida triturada. É vida que virou suco. É sujeito partido, segmentado. É vida errante. É vida marcada pelas andanças. É sujeito aberto e atravessado por diferentes fluxos. É entroncamento de diferentes estradas e de diferentes histórias. As andanças é parte constitutiva de quem habita Marabá. Pegou a estrada e atravessou o rio. Ou pegou o trem no Maranhão. Ficar é uma aventura, é construção. Ir também. Olhar para o presente e para o futuro é sobrevivência. Por isso o passado é relâmpago. Lembrar pode ser doloroso. Deixar a sua região de origem ou onde se estabeleceu é

deixar a dor e o sofrimento de quem teve de partir. A lembrança pode ser uma empreitada de quem não quer lembrar. Esquecer é parte de quem quer (re)construir a vida. Lembrar é reviver o tempo da seca no Nordeste, do trabalho duro no Maranhão, das lidas nas lavouras de café ou na formação de pastagem no Sudeste e Centro-Oeste ou na apanha da castanha-do-pará nos castanhais da região, “da mão calejada que aguentava as injúrias do patrão”. Migrar para tentar conseguir uma terra ou um trabalho autônomo quase sempre foi condição de sobrevivência, de autonomia e de liberdade de muitas pessoas que habitam a cidade de Marabá. Lembrar pode ser também nostálgico para quem nessas terras nasceram ou a muito tempo chegaram. Lembrar é recordar os tempos de robustez e de aventuras nos garimpos de diamante ou de cristal no Araguaia e no Tocantins em épocas de verão ou na apanha da castanha ou nas cachoeiras de Itaboca ou nos canais Capitariquara, Arrependido e Inferno conduzindo barcos e batelões.

Nesse sentido, faz-se pertinente compreender a cidade de Marabá não só como espaço para onde diversas pessoas se deslocam para viver as suas relações. Espaço de possível acolhimento para os que não têm lugar. De espaço que se presta à elaboração de sonhos, busca de utopias e de realizações, mas também de decepções e de confronto entre classes, concepções, direitos, temporalidades e de variações linguísticas e de costumes. Assim, enquanto espaço indefinido e impreciso, Marabá abre como lugar para a possibilidade de diferentes projetos.

Esta cidade, que surgiu nos finais do século XIX, até o início da década de 70, do século XX, ostentou o posto de cidade ribeirinha. Até que as estradas chegassem como parte da estratégia do Governo Federal de integrar a Amazônia ao resto do País - “integrar para não integrar” - havia uma interação direta entre cidade e os rios Itacaiúnas e Tocantins. A frente da cidade iniciava-se no rio. Ou seja, com a efetivação dos planos de colonização agrícolas, o incentivo e apoio governamental aos grandes empreendimentos agropecuários dirigidos por empresas privadas, sobretudo do Centro-Sul do País, bem como a implantação projetos mineralógicos (Carajás e Serra Pelada) e o estabelecimento de siderúrgicas de ferro-gusa¹, em Marabá, a migração para esta parte

¹ A instalação de indústrias siderúrgicas visando a produção de ferro gusa em Marabá iniciou-se em 1988. A primeira a se instalar foi a COSIPAR, do grupo ITAMINAS, em março de 1988. Nesse mesmo ano foi inaugurado o Distrito Industrial de Marabá (DIM) numa área de 3.000 hectares. Atualmente são duas

do território paraense aumentou consideravelmente e a infraestrutura rodoviária acabou tirando a supremacia dos rios. Quer dizer, a estrada suplantou os rios e trouxe levas de migrantes, sobretudo do Nordeste brasileiro fazendo alargar a cidade. E como parte desse processo se formou uma *cidade invisível*, visualmente disfarçada e avessa à prática e aos hábitos de grupos dominantes que se esforçam em não admiti-la.

Para construção deste texto foram primordiais as andanças, às vezes solitárias, às diversas partes da cidade, de olhar peculiar e atento procurando perceber os detalhes, os pormenores, num esforço sem medida para colher informações e significações nos diversos espaços. Busquei privilegiar os pequenos acontecimentos, marcas sutis e singulares, pelejas, falas dissonantes, discursos da margem e do subterrâneo. Entrevistei moradores de bairros, trabalhadores, políticos e representantes de movimentos sociais e das pastorais da Igreja Católica. Utilizei também, além das fontes bibliográficas, diversas informações propiciadas por jornais, panfletos, ofícios e abaixo-assinados de associações de bairros e fotografias diversas.

Todo esse corpus documental não foi tomado como comprovação do real, mas como “índice, sinal ou outras vezes signo daquilo que se nomeia real, realidade” (MONTENEGRO, 2011, p. 231). Nenhum documento pode ser adotado como espelho do passado, portador de significados evidentes que se encontram impressos e expressos no acontecido. Os documentos, são, antes de tudo, narrativas que se encontram inseridas na rede das relações sociais e são, em certa medida, articuladores de discursos que devem ser lidos “(...) como um texto onde se inscrevem desejos, reproduzem-se modelos, apreendem-se fugas” (GUIMARÃES NETO, 2006, p.47). São documentos que possibilitaram perceber aspectos e detalhes até então não registrados e analisados sobre a cidade de Marabá.

Marabá dos finais da década de 1890 e um pouco mais...

Em 1897, Henri Coudreau, pesquisador francês subiu pelo Tocantins para depois explorar o rio Itacaiúnas. Nos relatos que fez sobre a sua expedição, a “TV missão paraense”, incumbida pelo então Governador do Pará, Paes de Carvalho que, segundo

ele, era em prosseguimento “às investigações geográficas (...) designadas por seu antecessor, Sr. Lauro Sodré (...)”(COUDREAU, 1980, p.13.), afirma que nas proximidades da confluência dos rios Itacaiúnas e Tocantins existia tão somente um “Burgo Agrícola”, vaqueiros conduzindo gado às margens do rio Tocantins, pela “estrada do boi”, subindo do Maranhão para Belém, tribos indígenas, alguns povoados às margens do rio, como São João do Araguaia, Alcobaça, Arumateua, etc. Mas percebeu também que diversos trabalhadores faziam a coleta do látex do caucho no vale do Itacaiúnas. No local onde provavelmente está, hoje, assentado o núcleo urbano denominado Marabá Pioneira, observou em agosto daquele ano, que não passava de um “pântano que se encontra seco neste momento” (p.49). Mas devido às atividades relacionadas à exploração do caucho² nas matas do vale do Itacaiúnas, os rios tornaram-se os caminhos para trabalhadores e comerciantes da goma elástica e na península, entre os dois rios, embora sujeita às constantes enchentes, foi onde se instalaram as primeiras casas de comércio dando origem ao povoado de Marabá³, facilitando “o escoamento das mercadorias e as trocas que seriam realizadas” (EMMI, 1987, p. 26). Ou seja, foi a partir de então que se iniciou a migração de trabalhadores e pequenos comerciantes, principalmente maranhenses, goianos e cearenses para a confluência dos rios Itacaiúnas e Tocantins conformando, assim, o povoado de Marabá. Segundo Audrin (1947),

A importância de Marabá provinha de sua posição geográfica e das riquezas de seu território. Afluíam aí numerosas famílias ribeirinhas do Tocantins e do Araguaia, outras do interior do Maranhão, junto com milhares de seringueiros e caucheiros do Itacayuna. Certos meses da safra, a população adventícia atingia a mais de quinze mil pessoas. Entre essas apareciam um sem número de doentes, saídos das matas úmidas, consumidos pela malária, que vinham morrer em barracas

² *Caucho* ou *Castiolla* elástica provem da família de árvores produtoras de látex. Contem de 15 a 20 metros de altura e meio metro de diâmetro. É uma espécie inferior a *Seringa* (*Hevea brasiliensis*). Para extrair seu látex, o caucheiro derrubava-a, pois depois de golpeada morria. Assim, derrubando-a aproveitava-a toda. Tirava-lhe o látex do tronco e dos galhos, Cf. IANNI, 1978).

³ Conta-se que Francisco Coelho da Silva, natural de Barra do Corda ou Grajaú, no Estado do Maranhão (há controvérsia quanto seu lugar de origem) se instalara, em 1897, no “Burgo Agrícola Itacaiúnas” fundado e dirigido pelo florianista Carlos Gomes Leitão, ex-deputado provincial do Rio de Janeiro, que fugira de Boa Vista (hoje Tocantinópolis-TO) após sair perdedor do conflito armado com o intendente Francisco Maciel Perna. Em 1898, Francisco Coelho da Silva constituiu no pontal, entre os rios Itacaiúnas e Tocantins, uma casa comercial a qual deu-lhe o nome “Marabá” em homenagem ao poeta maranhense Gonçalves Dias, autor do poema denominado “Marabá” (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ, 1984; MATTOS, 1996; PETIT, 2003; SAMPAIO, 1998 e 2000; OPINIÃO, 05 e 06/04/2006).

imundas sem o mínimo socorro material e espiritual ... Marabá não era Conceição. Marabá brotara da ganância louca do dinheiro; logo totalmente alheia a qualquer preocupação religiosa e moral (AUDRIN, 1947, p.155).

Quer dizer, diversos eram aqueles que aventuravam-se nas matas do Itacaiúnas atrás da coleta do látex do caucho, expostos às enfermidades diversas e ao trabalho mal remunerado.

Mesmo com a decadência da exploração da borracha, no início da década de 1920, a cidade de Marabá continuou sendo o ponto de intercâmbio comercial não só no médio Tocantins, mas servindo ao norte de Goiás e ao sul do Maranhão com a ascensão da exploração da castanha-do-pará, atividade que passou a atrair aventureiros, principalmente nordestinos, que chegavam em busca do trabalho e do comércio de mercadorias. Isto é, os rios Itacaiúnas e Tocantins continuaram sendo os caminhos de uma população instável, flutuante e aventureira. O transporte de castanha, de animais, de mercadorias manufaturadas e de passageiros era feito pelos rios por meio de batelões, canoas, balsas, lanchas e, posteriormente, por barcos a motor, os “pentas”. Estes “prestaram relevantes serviços no transporte de cargas e passageiros, cobrindo todo o trajeto de Jacundá, Marabá, Imperatriz e vice-versa” procura traduzir, nostalgicamente, uma publicação feita pela Prefeitura Municipal, em 1984 (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ, 1984).

A provisoriedade, dado ao predomínio das atividades sazonais (caucho e castanha), não permitia a fixação definitiva de boa parte da população de Marabá. As casas, excluindo algumas delas dedicadas ao comércio, à administração pública ou à moradia de famílias abastadas, foram por muito tempo habitações simples, em sua maioria de taipas, coberturas de palhas de babaçu e piso de terra batida. Essa provisoriedade, de certa forma, pode ser identificada na desproporcionalidade entre homens e mulheres. Segundo Velho (1972), em 1940, em Marabá existiam 7.839 homens para 4.714 mulheres.

Outra situação que provavelmente forçava a provisoriedade de grande parte da população de Marabá, eram as periódicas enchentes nos períodos chuvosos. Américo Leônidas Barbosa de Oliveira, engenheiro civil que visitou Marabá, em 1938, quando

estudava a possibilidade de melhoria na navegação pelo rio Tocantins chegou a escrever que Marabá era nada mais do que um acampamento que se levantava todas as vezes que se aproximava uma grande enchente. “Por isso”, afirmava ele, “rareiam ali as casas de alvenaria. Não existem colégios, nem bancos, nem hospitais, nem clubes, nem cinemas, nem estradas, nem automóveis” (BRASIL, 1941, p. 37).

As maiores enchentes ocorreram nos anos de 1926, 1947, 1957, 1968, 1974, 1978, 1979 e 1980 (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ, 1984; SAMPAIO, 2000). A enchente de 1926 inundou toda a cidade, destruiu todas as casas e expulsou a população. Por quatro meses o povoado Lago Vermelho (hoje Itupiranga) abrigou parte da população asilada, tornando-se, provisoriamente, a sede da Comarca de Marabá (CORREIO DO TOCANTINS, 05/04/2000 p.05), outros, talvez os mais pobres, se abrigaram, no Amapá, bairro localizado do lado esquerdo do rio Itacaiúnas. A enchente de 1980 é considerada pela população local como a maior da história de Marabá. O rio Tocantins passou o nível de 1,20 metros, no verão, para 17,42 metros no período chuvoso (CORREIO DO TOCANTINS, 05/04/2000 p.05; MATTOS, 1996; ALMEIDA, 2011). Muitas famílias perderam as suas casas, os seus empregos ou seus meios de geração de renda.

Até hoje as enchentes incomodam a população que habita grande parte das margens do Tocantins e do Itacaiúnas. Quando a água transborda o leito dos rios os moradores são obrigados a se instalarem, muitas vezes durante três ou quatro meses, em abrigos improvisados. Não só pescadores, mas lavadeiras, carregadores, oleiros, entre outros, perdem os seus meios de sobrevivências. Isso ocorre porque são forçados a deslocarem-se para longe de seus lugares de trabalho: o rio. Muitas casas, às vezes, precárias, se deterioram e os quintais onde muitos plantam legumes e hortaliças são destruídos. Para ajudar a compreender essa questão considero importante a reflexão José Viturino Damasceno, um dos antigos moradores do bairro Santa Rosa, do núcleo Marabá Pioneira fez. Segundo ele, as famílias mais pobres da cidade sempre sofreram com a problemática das enchentes dos rios Itacaiúnas e Tocantins:

Marabá, podemos dizer assim, sempre foi uma cidade de maioria pobre. Muitos vieram pra cá em busca de melhora de vida. Lá no



Santa Rosa onde eu morei mesmo todo mundo, vamos dizer assim, são pobres. Pescadores, trabalhadores de fazendas, apanhadores de castanhas, mariscadores. Esse povo sempre sofria muito com as enchentes. Quando o rio enchia tinha que abandonar as casas, mas quando a água abaixava voltava todo mundo, porque não tinha outro jeito. Ainda hoje é assim. O povo vive nessa peleja. Não é só o Santa Rosa não, também o Cabelo Seco e toda essa beirada de rio aqui da Velha Marabá (Entrevista concedida em 13/03/2006).

Já os mais abastados, donos de fazendas, de castanhais e de casas de comércio, a quem grande parte da literatura marabaense atribui o prodígio e os grandes feitos da cidade, homens que fizeram de Marabá uma “terra conquistada e produtiva, (...) marco do desenvolvimento” (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ, 1984), tão logo passaram a habitar casas luxuosas e possuem barcos a motores e, posteriormente, avião. Estes não tardaram a se beneficiar da energia elétrica gerada por uma usina movida a lenha instalada na cidade, em 1929. Foram estes que constituíram a oligarquia local: donos de terra, donos do poder. Não só se apropriaram de áreas de terras devolutas, mas também da administração pública da cidade. Segundo a pesquisadora Marília Emmi (1987), estes exerceram “uma dominação que se traduziria em relações de exploração de tipo paternalista sobre os caucheiros, castanheiros, barqueiros, tropeiros e trabalhadores da castanha de um modo geral” (p.37). Os cargos de vereadores, prefeitos, deputados estaduais e federais foram e ainda são ocupados por muitos desses homens. E não foi por acaso que estes tiveram também os seus representantes no poder judiciário da comarca local. São homens que souberam construir, não menos pela força, os seus nomes na história. Não é acidentalmente que Coriolano Milhomem aparece na literatura marabaense como “figura de lutador inato” cuja “seus feitos ainda estão vivos na memória dos velhos habitantes da região”. Foi um homem que “tornou-se temido e respeitado. Para os índios, foi uma espécie de Átila. Por onde ia levava a morte e a destruição. Ele sempre vingava a morte dos que caíam sob a impiedosa borduna dos “Caiapós”. A figura de Coriolano Milhomem se tornou tão conhecida nas matas da região que os índios – segundo afirmavam – conheciam os rastos de suas botas” (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ, 1984, p.42).

Ademir Braz, poeta de Marabá, em seu livro *Rebanho de Pedras & Esta Terra* (2003), descreve bem esses aspectos, um tanto antagônicos, da vida na cidade de

Marabá, que segundo ele era regulada pelas circunstâncias. Para ele, enquanto os proprietários de fazendas, de castanhais e de comércio possuíam “carros lizados como caroços de melancia” e “não cavam o solo e nem se curvam ao peso dos ouriços”, sendo estes “é que o município deve seu progresso”, os quais “vão à paróquia e guardam seus preceitos cristãos, os que se sentam à porta, no fim da tarde, com a consciência e a família em repouso. Desses é o reino do céu” (p.152), os pobres por sua vez,

crianças feias, futuros homens feios, grosseiros, de dentes podres e camisas de mescla; homens que – desempregados e sem futuro, no verão – acocoram-se no topo da ribanceira, cuspidos ruidoso por entres mascas e sonhos dourados de inverno; que – subnutridos, ultrajados, as mãos anquilosadas e pele curtida de sol e de pragas voadoras – não sabem mais do que manejar o facão e a bateia. Senão, de onde vieram os braços para a derrubada, a queima, o plantio? Quem cuidaria do gado, tocaria as tropas nas capoeiras a levar mercadorias para os cafundós das quintas? Quem (à chuva, ao maruim, sujeito à selva, aos horrores do desterro, da febre braba, da solidão desumanamente verde da mata), quem juntaria das castanheiras os ouriços, dos garimpos os diamantes que fazem a riqueza do município, do estado, deste país? Depois, isto é uma democracia: cada um tem o direito de morrer como quiser (...) (p.152)

O bairro do Amapá, do lado esquerdo do Itacaiúnas, que surgiu no início da década de 1920 não era diferente do núcleo que crescera entre os dois rios. Fora formado por uma população pobre: pescadores, trabalhadores rurais, castanheiros e trabalhadores braçais diversos. A sua ligação com a Marabá Pioneira se dava por meio das embarcações. Esta área serviu como moradia para grande parte da população mais pobre atingida pelas enchentes, sobretudo a partir da grande cheia de 1926 (OASPUC, 1988).

A constituição dos núcleos urbanos: Cidade Nova, Nova Marabá e São Felix

Como foi explicado, o aglomerado urbano denominado de Amapá surgiu para abrigar as vítimas dos constantes transbordamentos dos rios Tocantins e Itacaiúnas nos períodos chuvosos. Diversas famílias que foram atingidas pela enchente de 1926 ali improvisaram os seus barracos de palhas até que as águas dos rios tivessem voltado ao

normal. Poucos foram aqueles que ali permaneceram em razão da reconstrução da cidade no pontal, entre os dois rios (hoje Marabá Pioneira).

Só com a abertura da rodovia Transamazônica, no início da década de 1970, que a população do Amapá veio aumentar consideravelmente. Muitas famílias de migrantes passaram edificar, mesmo que provisoriamente, as suas casas próximo à rodovia, alargando espacialmente o bairro. Foi devido a esse fluxo migratório, mais precisamente entre 1974 e 1977 que núcleo Cidade Nova surgiu e se estruturou (OASPUC, 1988). Para Rosalina Pereira Izoton⁴, liderança comunitária, o surgimento dos bairros Cidade Nova, Novo Horizonte, Laranjeiras, do Núcleo Cidade Nova, entre outros, deveu-se a necessidade de moradia segura de muitos moradores da cidade, vítimas das constantes enchentes do período chuvoso. Mas segundo ela, grande parte dos novos moradores era formada por famílias de migrantes de diversas regiões do Brasil, principalmente do Nordeste, que chegavam em busca de terra, mas também do trabalho nos projetos de infraestrutura e nos garimpos de ouro da região. “Aqui quase tudo foi ocupação. Foi uma luta danada. A Associação de Moradores da Cidade Nova junto com as comunidades da Igreja Católica ajudava o povo que chegava. Isso aqui tudo era fazenda”, conta ela lembrando o tempo que iniciou a sua militância na comunidade da Igreja Católica. Já “o bairro Laranjeiras”, descreve Maria Arruda, outra liderança da Igreja Católica, “surgiu em 1976 com a invasão. Ai entrou muita gente. Depois que o pessoal já estava aqui, todo mundo em seu lugarzinho certo, a prefeitura entrou e cortou os lotes e entregou para cada um” (Entrevista concedida em 23/02/2006). Quer dizer, parte considerável da cidade de Marabá, para além da península, na confluência do Itacaiúnas e Tocantins, foi produto de ocupações irregulares por famílias migrantes empobrecidas de diversas regiões do País que chegaram a Marabá atraídas pelo Projeto de Colonização, do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), às margens da rodovia Transamazônica,⁵ pelo surgimento do garimpo de Serra Pelada, pela instalação do Projeto Ferro Carajás e pela montagem da linha de transmissão da rede

⁴ Entrevista concedida em 08/03/2006.

⁵ O INCRA, no início da década de 1970, procurando consolidar a política de deslocamento populacional de Garrastazu Médici, implantou nos municípios de São João do Araguaia e Itupiranga, o Projeto de Colonização denominado Programa Integrado de Colonização Marabá. Nesses dois pontos da colonização foram assentadas cerca de 2.100 famílias. Mas a propaganda governamental sobre o Projeto atraiu milhares de famílias empobrecidas para Marabá. Cf. PEREIRA (2013).

elétrica da Hidrelétrica de Tucuruí, nos anos de 1980. Estes fatos geraram, naqueles anos, os bairros Alvorada, Liberdade, Novo Planalto, Independência e Bom Planalto. Ou seja, em 1988, somente o Núcleo Cidade Nova já contava com 35.921 habitantes (OASPUC, 1988).

Nesse mesmo íterim surgiu o núcleo Nova Marabá. Já em 1969, o Ministério do Interior, através do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) e do Grupo de Trabalho do Projeto Rondon, firmou convênio, com recursos provenientes do Programa de Ação Concentrada, para a realização de um Relatório Preliminar de Desenvolvimento Integrado do Município de Marabá, cujos resultados foram publicados em 1970 (MINTER-SERFHAU, 1970). Em 1972, Joaquim Guedes e Associados, de São Paulo, vencedor da concorrência aberta pelo SERFHAU para elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano de Marabá, cujos trabalhos foram publicados em 1973, previa a implantação de um núcleo urbano após o varjão conseguinte à Velha Marabá. A estrutura pensada era uma “grelha articulada” com ligação com a Velha Marabá pela Av. Antônio Maia com a BR-230 (Transamazônica) e prolongamento da Av. Marechal Deodoro às margens do rio Tocantins (SERFHAU/JOAQUIM GUEDES e ASSOCIADOS, 1973). Visando a concretização do Plano, a Prefeitura Municipal doou 1.650 hectares de terra à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) (Lei nº96 de 14/02/73) por meio da desapropriação, com vultuosos recursos, da Fazenda Santa Rosa (Decreto-lei nº 72.534 de 25.07.73 apud OASPUC, 1988, p.57; EMMI, 1987).

Com a extinção do SERFHAU, em 1974, a SUDAM assumiu então a responsabilidade pela a implantação do novo núcleo urbano, entretanto abandonou o projeto inicial, contratando para tal empreendimento a J.H. Cole Associados S/A para a elaboração de um novo plano de expansão urbana de Marabá. Foi quando, abandonando a concepção inicial, o novo núcleo assumiu o formato de “um organismo de estrutura vegetal no qual os troncos são os eixos viários periféricos, os galhos o sistema viário principal de penetração e as folhas as comunidades propriamente ditas” (MINTER/SUDAM/J.H. COLE e ASSOCIADOS, 1976, p.114). Para tal efeito, isto é, para somente a conclusão de 77.770 metros de terraplenagem e bases do sistema viário, a SUDAM desembolsou, entre 1975 e 1981, Cr\$ 136.204.591,00 (US\$ 7,6 milhões)



(YOSHIOKA, 1986). De 1976 a 1981, a SUDAM entregou 4.979 lotes residenciais, ou seja, 94% do total de 5.302 previstos. Estes 4.979 foram entregues às instituições públicas (3.327), religiosas (55) e particulares (1.597). Do montante de lotes residenciais, 1.930 foram repassados à Caixa Econômica (CEF), ao Banco Nacional de Habitação (BNH) e à Prefeitura Municipal de Marabá (PMM), para o sistema formal de habitação; 1.397 para atendimento de funcionários da Eletronorte, Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Amazônia Mineração e militares do Exército. Os outros 613 lotes foram destinados ao Banco do Brasil, Banco da Amazônia, entre outros (OASPUC, 1988).

Algumas dificuldades no processo de ocupação desse novo espaço urbano podem ser verificadas. Primeiro, no que se refere à abertura do sistema viário. O alto índice pluviométrico em alguns meses do ano obrigava a paralisação quase que completa de maquinários e funcionários com a terraplenagem, além de causar erosão e atoleiros nas vias abertas. Segundo, que o projeto da SUDAM determinava obrigatoriedade aos moradores da Marabá Pioneira que, ao adquirir lotes no novo bairro, mediante Contrato de Concessão de Uso, a demolição de suas casas na área alagadiça (ALMEIDA, 2002).

Por outro lado, a escassez de serviços de infraestrutura (água encanada, energia elétrica, escolas, hospitais, etc.), os poucos recursos financeiros da maioria da população pobre, sobretudo as pessoas que moravam nas áreas propícias às enchentes, a distância do centro de negócios, os custos de deslocamento para o trabalho, para a escola, para fazer compras ou para o lazer, podem ser vistos como desestímulos iniciais no processo de ocupação da área planejada. E associada a estas, embora carecendo de estudos mais aprofundados, longe, talvez, de inclinações congênitas, estão as relações afetivas e socioeconômicas com o lugar, que implicava a relação moradia-rio. As vivências desses moradores foram (podem ser assim entendidas), construídas na relação moradia-rio-trabalho. Deixar o seu lugar significava deixar o seu espaço constituído pela afetividade, de valor simbólico, e pelo trabalho, determinado pela necessidade de sobrevivência. Morar longe do rio significava morar longe do trabalho, mas também a ruptura com o seu espaço, implicando novas adaptações. Ao mudar, as famílias

distanciavam-se ou desfaziavam-se de seus lugares e das amizades construídas ao longo do tempo. Abandonava-se a casa, o quintal, o rio e a vizinhança.

Por volta de 1979/1980, a SUDAM abandonou o projeto, repassando a responsabilidade para a Prefeitura Municipal de Marabá. Os poucos recursos, a tímida administração municipal e o processo de ocupação espontânea possibilitaram o desvirtuamento do plano urbanístico. A população de baixa renda, sobretudo migrantes de diversas regiões do Brasil, passou a ocupar os lotes vagos, espaços vazios destinados ao sistema viário, às praças e às áreas verdes.

A gente que assistia a palestra do diretor da implantação do projeto, que era o Dr. Rinei, na época da SUDAM, era tornar aqui um bairro. Era para tirar aquelas pessoas dos lugares baixos da cidade velha para trazer pra cá. Era para trazer o povo só da velha Marabá. Mas com o garimpo da Serra Pelada isso aqui teve um crescimento populacional fulminante. Quando acabou os terrenos destinados pelo projeto passou-se ocupar onde não era para ocupar como o corredor da Grota Criminosa. Isso aí nós nem pensava que um dia fosse ocupada. Então começou-se tornar periferia. Quando acabou os terrenos oficiais começou a ocupação das áreas verdes, as áreas baixas, esse lado da galeria passou a ser ocupada (Mário Brito, entrevista concedida em 20/03/2006).

As casas que foram construídas pela Companhia Estadual de Habitação (COHAB) e as áreas reservadas às empresas que não foram vendidas passaram a ser ocupadas por especuladores imobiliários e por famílias migrantes. Em 1988, a Nova Marabá já contava com 38.853 habitantes. A sua população somada a da Cidade Nova, nesse ano, chegava a ser 74.774 habitantes, ou seja, 82,8% da população da sede municipal (OASPUC, 1988).

A perda de controle da administração pública sobre organização física e a alienação dos lotes possibilitaram a especulação quase que generalizada de lotes, algo que já vinha acontecendo desde o início da implantação do projeto. Algumas pessoas passaram a titular grandes áreas, inclusive no centro do núcleo e aguardavam valorização imobiliária. Ainda hoje é possível ver essa realidade. Diversos são os lotes vagos com títulos definitivos. Aos poucos vão sendo negociados.

Já o bairro São Felix, por algum tempo, foi abrigo para diversos moradores da Marabá Pioneira prejudicados pelas enchentes do rio Tocantins. Em 1965 contava com apenas três casas, em 1970, com 297: uma população de 1.461 habitantes (VELHO, 1972). Com a construção da PA-70 (hoje BR-222), núcleo que quase desapareceu com a decadência do garimpo de diamante e da exploração da castanha⁶, voltou a crescer. A travessia sobre o rio Tocantins, na época realizada por meio de barcos e de balsas, possibilitou o reaparecimento de um pequeno núcleo comercial nessa localidade. O pernoite quase que obrigatório de passageiros e de veículos, que chegavam após a suspensão diária das travessias, fez com que surgisse, embora que precário, pensões, dormitórios, farmácias, bares e um pequeno comércio de alimentação (GALVÃO, 2002). Era comum a movimentação de viajantes nas toscas bancas de madeira de venda de café, peixe frito e bolo de macaxeira enquanto os barcos esperavam para a travessia dos transeuntes. Eram ali que as lavadeiras lavavam as roupas nas águas límpidas do rio. A sua população, em 1988, era de 4.127 habitantes (OASPUC, 1988).

Com a construção da ponte rodoferroviária sobre o rio Tocantins, embora tenha decaído o número populacional,⁷ o bairro passou a ser também alternativa para diversos moradores acossados pelas enchentes dos rios Itacaiúnas e Tocantins e para migrantes, sobretudo do Maranhão. Assim, algumas áreas próximas ao antigo núcleo passaram a ser ocupadas. Foi assim que surgiu os São Felix II e III. Em fevereiro de 2006, a sua população somada a de Morada Nova (antigo Km 12) e Vila Murumuru, segundo informações divulgadas pelo Jornal Opinião passava de 42.000 habitantes (OPINIÃO, 21 e 22/04/2006, p. 5).

Quer dizer, as transformações espaciais, demográficas e culturais mais recente da cidade de Marabá estão relacionadas diretamente aos processos migratórios dos finais da década de 1960 e início da década de 1970⁸, em razão da colonização das

⁶ Sobre a exploração de diamante e castanha-do-pará em Marabá cf. Prefeitura Municipal de Marabá (1984), Mattos (1996), Petit (2003) e Opinião (05 e 06/04/2006, p.13).

⁷ É importante notar que com o término da construção da ponte rodoferroviária, um número considerável de operários, pequenos comerciantes, barqueiros e carregadores migraram do núcleo São Felix.

⁸ É importante mencionar que a migração já ocorria em virtude das políticas oficiais voltadas para a região por meio de planejamentos quinquenais da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA (1953), da implantação dos eixos rodoviários, como Belém-Brasília e PA-70 (BR-222), dos planos regionais com incentivos fiscais oportunizados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM (1966) entre outros.



margens da rodovia Transamazônica, da construção da Hidrelétrica de Tucuruí e, mais tarde, da exploração de ouro de Serra Pelada e as atividades de mineração de Carajás e aos projetos a ela associados. E talvez mais acentuada do que em outras cidades da Amazônia, a infraestrutura urbana não conseguiu acompanhar o ritmo de crescimento da cidade (MONTEIRO et. al, 1997). Vejamos a expansão demográfica de alguns bairros da cidade no quadro abaixo:

Número de residências e habitantes por núcleos urbanos - 1988 a 2000

Núcleos	Número de residências			Número de habitantes		
	1988	1995	2000	1988	1995	2000
Marabá	2.232	2.461	2.613	11.35	11.075	15.020
Pioneira				2		
Cidade Nova	6.960	9.174	12.007	35.92	41.283	55.232
				1		
Nova Marabá	7.473	9.819	11.261	38.85	44.181	51.801
				3		
São Felix	864	1.320	1.819	4.127	5.940	8.367
Total	17.52	22.77	27.700	90.25	102.479	130.42
	9	4		3		0

Fonte: OASPUC (1988, vol.1); OLIVEIRA (2004, p.33).

Por conseguinte, podemos afirmar que Marabá é uma cidade policêntrica. Em cada núcleo tem um centro comercial mais ou menos dinâmico: casas comerciais, bancos, escritórios de órgãos governamentais, de advogados, de assessorias diversas, de Organizações Não-Governamentais, hotéis etc. O processo de verticalização não é um fator isolado, vem acontecendo paulatinamente. A cada dia vê-se surgir prédios, escritórios, lojas e hotéis. Segundo Castro (1992), há um deslocamento de bairro para bairro dentro da cidade. “O processo mais comum”, afirma ela, “é a mudança por populações de baixa renda, de bairros mais próximos ao centro da cidade em direção à periferia. Isso em geral ocorre à medida em que os bairros centrais onde moravam, vão sofrendo uma melhoria e sobre eles incide a especulação imobiliária” (p.171). É um

processo que fecha a possibilidade das populações de baixa renda morar no centro da cidade. Já para as pessoas mais abastadas, conforme Lefebvre (1969), se “conservam fortes posições no coração da cidade” (p.16). As populações mais pobres se veem obrigadas a vender as suas casas e migrarem para os bairros periféricos. Primeiro, porque são pressionadas pela modificação espacial. As taxas habitacionais são mais elevadas, além de se sentirem constrangidas com suas casas humildes em meios aos prédios e automóveis de luxo. Segundo, porque é uma forma de aplicarem dinheiro, depois de comprar uma casa com um valor mais baixo em outro local, em necessidades, às vezes, imediatas, como o casamento ou formatura de uma filha, o tratamento médico, a aquisição de um imóvel para aluguel, aquisição de um carro ou moto usada ou mesmo montar um pequeno comércio.⁹

Assim, não muito distante dos centros, estendendo-se a partir destes, estão os bairros periféricos que aumentam a cada dia com o processo migratório, sobretudo, devido a implantação de projetos na área de extração e beneficiamento de minérios, fabricação de carvão e corrida pela posse da terra em áreas rurais de Marabá e região. A possibilidade de “arrumar a vida” nessas paragens estimula milhares de famílias pegarem o trem e descer na cidade de Marabá. Segundo Mario Brito, ex-presidente da Associação de Moradores da Nova Marabá, a cidade de

Marabá recebe uma migração muito grande devido os vários projetos que tem na região, isso é um ... vamos dizer assim, esse trem chega e derrama gente diariamente aqui em Marabá. A notícia do crescimento de Marabá com essas indústrias está indo longe, as siderúrgicas e muito mais. Antes você conhecia pessoa por pessoa, hoje você sobe e desce rua e não conhece ninguém, é muita gente de fora (Mário Brito, entrevista concedida em 20/03/2006).

A busca por melhores condições de vida faz com que muitas pessoas cheguem, estabelecem as suas famílias e não voltam mais. “Eu vim tentar a vida. No Maranhão já não dá mais. Aqui pelo menos, por enquanto, está dando para dar de comer pros

⁹ Muitos chefes de família adquirem uma moto e passam a trabalhar na cidade como moto-taxista. É um trabalho autônomo que possibilita, minimamente, provir a casa. Fala-se que existem em Marabá mais de 5.000 moto-taxistas. Outros com o dinheiro acabam montam um bar, uma quitanda ou mercearia na frente de sua casa ou revendem, ambulante, roupas, calçados, redes ou perfumes.

meninos. Por enquanto não quero voltar não”, conta um morador do bairro Novo Planalto onde a maioria das casas é de madeira e de telha de amianto e não tem água encanada, esgoto e coleta de lixo. É uma situação precária, mas realidade de quase todos os bairros da cidade. As fossas são as chamadas “fossas perdidas” ou “secas” construídas no fundo do quintal. Como não tem água encanada, a maioria da população se serve de poços rasos, cavados, às vezes, ao lado das fossas, possibilitando, dessa forma, a contração de diversas doenças uma vez que essas águas estão contaminadas pelos dejetos fecais. Como não tem esgoto, as águas servidas são dispostas sobre o solo. Assim, a população mais pobre desses bairros vive com o fenômeno do reuso da água, sofrendo riscos constantes de contaminação. Com relação ao abastecimento de água no bairro Liberdade afirma o Sr. Joaquim Jovito de Souza:

Aqui no Liberdade não tem água encanada. É poço, mas nem todo mundo tem e nem toda água presta para o consumo em geral porque tem uma caparosa. É uma nata que tem assim por cima da água. Aí não presta para o consumo. Muitas pessoas pegam do vizinho. Aqui mesmo nós somos quatro famílias que pegam água de meu poço. Aqui por perto tem poço, mas a maioria não presta. O meu graças a Deus é bom (Entrevista concedida em 22/03/06).

Os serviços públicos como limpeza e coleta de lixo são quase inexistentes, sendo efetivados nas vias centrais onde há casas comerciais, como lojas de confecções e tecidos, móveis e eletrodomésticos, supermercados e linha de ônibus coletivo, entre outros. Nos outros espaços esses serviços praticamente não existem. Há ruas que, no período de inverno, são quase que intrafegáveis. As reivindicações dos moradores parecem não fazer muito efeito. “O pessoal lá da prefeitura” desabafa uma moradora da Nova Marabá, “até mesmo o prefeito, fala que não tem verba, que a gente tem que ir se virando”. O sistema de abastecimento de água nesse núcleo, diferentemente de bairros do Núcleo Cidade Nova, é feito precariamente pela Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA). Além das constantes interrupções, devido, às vezes, defeitos nos equipamentos ou na encanação, a água não consegue subir para os depósitos. Grande parte da população tem que dispor de caixas d’água no solo e conviver com o racionamento obrigatório. “Mesmo no tempo chuvoso nós temos problema com água

que falta dois, três, cinco, oito dias. Quando vem, a cor é de suco de maracujá. Na minha opinião não tem tratamento de água não” sintetiza Antônia Bezerra liderança de bairro, da Nova Marabá (Entrevista concedida em 24/03/2006).

Como se não bastassem estes problemas, são também a precariedade da sinalização de trânsito e a falta de acostamento que provocam engarrafamentos e os constantes acidentes, às vezes, com mortes. Marabá é uma cidade que tem pouco espaço para o trânsito de pedestres e nenhum para ciclistas. Incessantemente acontecem acidentes envolvendo, às vezes com óbitos, automóveis e ciclistas. Estes são, em maioria, moradores dos bairros periféricos que trabalham em serviços diversos como pedreiros, serventes de pedreiros, garçons, vendedores de jornais, mecânicos, oleiros etc. que não podem pagar o transporte coletivo.

Em São Felix a situação não é diferente dos outros bairros. Não existe rede coletora de esgoto sanitário e as águas de banhos e de lavagem de louças ou roupas são lançadas e infiltradas no solo dos quintais das casas. Não há, como nos outros bairros, abastecimento de água potável, fazendo com que a população se abasteça por meio de poços rasos.

Na Velha Marabá há água encanada e as águas servidas são encaminhadas para valas e para a rede de esgotos pluviais, contudo, as fossas são do tipo “perdida” as quais consistem basicamente de tanques sépticos sem laje do fundo ou com paredes vazadas.

Assim, doenças como diarreia, gripe, coceiras, anemia e desnutrição são quase que comuns em grande parte dos bairros da cidade de Marabá onde está a maioria da população mais pobre. Silva (2001), em sua pesquisa sobre infecções respiratórias agudas no bairro Laranjeiras, constatou que 60% das 20 famílias que pesquisou ganhavam até dois salários mínimos, 10% eram analfabetas e 70% oscilavam entre a primeira e a oitava séries do ensino fundamental. Ou seja, os problemas relacionados às doenças e às más condições de moradia, são, geralmente, encontrados entre os moradores de bairros onde as suas situações econômicas e os níveis de escolaridades são muito baixos e os serviços públicos mais elementares são escassos.

Situação parecida foi constatada pela OASPUC, em 1988. Embora houvesse uma certa heterogeneidade em todos os bairros, em alguns a renda familiar se apresentava como muito baixa, como no Cabelo Seco, Santa Rosa e Canela Fina, na

Marabá Pioneira; Liberdade e Independência, no Núcleo Cidade Nova e em diversas partes do Núcleo Nova Marabá. Nos bairros Liberdade e Independência, segundo a OASPUC (1988), 40,9% dos domicílios estavam situados na faixa de renda baixa, isto é, domicílios sem rendimentos ou de até dois salários mensais. Já no aglomerado São Felix esse percentual era de 75,8% (OASPUC, 1988). Em 2001, segundo informações fornecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 62.957 habitantes da cidade de Marabá, isto é, 37,47%, do total 168.020¹⁰ do município, com 10 anos ou mais de idade, faziam parte da categoria “sem rendimento”; 24.589 (14,63%) possuíam rendimento nominal de até um salário mínimo; e apenas 16.440 (9,78%) ganhavam entre um e dois salários mínimos. Somente 939 habitantes (0,55%) possuíam rendimento nominal de mais 20 salários mínimos. Segundo ainda este instituto, 18.184 (10,82%) habitantes perfaziam a categoria “sem instrução e menos de um ano de estudo” e 70.822 (42,15%) possuíam de um a sete anos de estudos. Apenas 1.716 (1,02%) tinham quinze ou mais anos de estudos.

Se somarmos o número de habitantes das categorias denominadas de “sem instrução e menos de um ano de estudo” com os que possuíam apenas entre um e sete anos de estudo (89.006), podemos perceber que mais da metade da população do município de Marabá, isto é, 52,97%, possuía, nesse período, nível de instrução muito baixa, ou seja, não tinham nem o ensino fundamental completo. Vamos perceber também que uma parcela relativamente grande dessa população vivia sem rendimento e com renda nominal mensal muito baixa.

Essa situação talvez possa explicar porque grande parte da população dos bairros de Marabá não tem profissão definida e é submetida à mobilidade constante, ganhando a vida em serviços diversos, sendo famílias de sem-terra, moradores que buscam trabalho na construção civil, como pedreiro ou como servente de pedreiro ou são carroceiros, trabalhadores do comércio, das siderúrgicas, das serrarias, das olarias, da prefeitura ou são assalariados rurais temporários nas fazendas e nas carvoarias da região. Para Maria de Jesus, da Pastoral da Criança, da Diocese de Marabá (Entrevista concedida em 23/04/2006), uma das dificuldades que a Pastoral da Criança enfrenta na

¹⁰ 134.373 habitantes na área urbana e 33.647 na área rural (IBGE, 2001).

cidade de Marabá é a mobilidade muito grande das famílias que moram, principalmente, nos bairros periféricos. Segundo ela, muitas lideranças que passaram pelo processo de capacitação da pastoral e que já estavam dando excelentes contribuições na formação de outras líderes são obrigadas a deixar a pastoral em busca do trabalho. São famílias, a maioria migrantes do Maranhão, que são forçadas a “se virar” com trabalhos incertos, temporários e de remuneração baixa.

À medida que a cidade cresce, a relação “urbanidade-ruralidade” não desaparece, ao contrário, parece acentuar. Se considerarmos as análises de Lefebvre (1969), podemos perceber que em Marabá parece persistir “entre as malhas do tecido urbano ilhotas e ilhas de ruralidade ‘pura’, torrões natais frequentemente pobres, povoados por camponeses” (p.17). Muitos moradores são aqueles que vivem do cultivo de hortaliças nos fundos dos quintais ou nos terrenos baldios ou são pequenos agricultores assentados da reforma agrária, trabalhadores rurais temporários nas fazendas e carvoarias da região ou são trabalhadores rurais sem-terra.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) recebe diariamente trabalhadores rurais fugitivos de fazendas e de carvoarias da região, muitos deles moradores dos bairros periféricos, que denunciam as situações de trabalho análogo a escravidão.¹¹ Por outro lado, formam-se na cidade aglomerados de famílias de sem-terra constituídos de desempregados e trabalhadores rurais migrantes que lutam pela posse da terra em áreas rurais. Atualmente o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Marabá tem aproximadamente 700 famílias de trabalhadores rurais sem-terra pleiteando assentamentos da reforma agrária pelo INCRA¹². Diversos camponeses, assentados da reforma agrária, possuem moradias na cidade: porque as suas terras são próximas; porque ali se estabelecem temporariamente (na entressafra); ou porque fixam moradia em razão dos estudos de seus filhos.

¹¹ Normalmente estes trabalhadores rurais, que moram nos bairros mais afastados, trabalham nas grandes fazendas fazendo roço de juquirá, cerca de arame ou jogando veneno nas pastagens ou trabalham na fabricação de carvão vegetal, nas carvoarias da região, que alimentam as siderúrgicas de ferro-gusa, em Marabá.

¹² São, atualmente, cinco acampamentos de famílias de trabalhadores rurais sem-terra ligados ao STR de Marabá: Balão II (Fazenda Cigana), Lagedo (Fazenda Castanhal Lagedo), Cristo Rei (Fazenda Tibiriçá), Zumbi dos Palmares (Fazenda Cabo de Aço) e Nossa Senhora Aparecida (Fazenda Itacaiúnas).

Assim, embora a cidade de Marabá seja uma sede regional e abriga sede de diversas instituições públicas e privadas, tanto no plano administrativo, comercial, industrial, financeiro, etc., quanto político e religioso, não podemos nos furtar diante do cinturão de pobreza a ela delegado. Com razão escreveu Hebette (2004, Vol. IV):

Marabá abandonou em poucos anos os ares de grande povoado da frente pioneira, como seu comércio totalmente orientado para as fazendas de gado e os garimpos, para se tornar uma pequena cidade voltada para sua própria classe média de comerciantes, de pequenos empresários, de assalariados, uma cidade de fato bastante indiferente a seu imponente cinturão de pobreza (...) todo o aparelho administrativo e econômico deste “lugar central” que é Marabá contribui muito pouco para o desenvolvimento do mundo rural que o cerca (p.68/69).

Considerações finais

Como procurei analisar, há uma *cidade invisível* em Marabá formada, sobretudo, pelos bairros – heterogêneos – de casas, às vezes precárias, sem água encanada e esgoto, onde mora grande parte dos trabalhadores pobres, migrantes, homens e mulheres sem profissão, de mão-de-obra polivalente, de vida itinerante, às vezes complexas, marcada pela provisoriedade e mobilidade. Até parece que estamos, não de outro modo, diante de uma sociedade desenraizada, dilacerada, excluída, que aos poucos se inclui, mas de outro modo, desumana, difícil, instável e marginal. Uma humanidade incorporada através do trabalho precário, do pequeno comércio, do setor de serviços mal pagos ou, até mesmo, escusos, etc. É uma *cidade* composta também por centenas de moradores vivem do cultivo de hortaliças e legumes nos fundos dos quintais e/ou nos terrenos baldios e comercializam de casa em casa ou nas feiras livres.

Ainda como parte desse processo, estão os camponeses que moram, mesmo que transitoriamente na cidade. São as famílias de sem-terra, alguns assentados da reforma agrária, assalariados rurais temporários de grandes fazendas agropecuárias e de carvoarias que, entre uma e outra atividade, consegue um “bico”, como a limpeza de um quintal alheio ou se fichando como servente de pedreiro na construção civil ou como carregador de mercadorias.

É uma *cidade* que imprime, como porção da luta pela vida, a luta pela posse da terra, moradia, água, luz, rede de esgoto, limpeza de ruas, coleta de lixo, abertura e asfaltamento de ruas, entre outros. São formas de resistências e estratégias de

sobrevivências desses grupos sociais. Práticas cotidianas de homens e mulheres que intervêm e constituem a paisagem urbana e cultural da cidade de Marabá.

REFERÊNCIA

ALMEIDA, Francinete Souza de. *O entroncamento como forma espacial no urbano em área de fronteira: o caso do KM 06, Marabá – PA*. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Geografia). Marabá-PA: Universidade Federal do Pará, 2002.

ALMEIDA, José Jonas. Os riscos naturais e a história: o caso das enchentes em Marabá (PA). *Tempos Históricos*, v. 15, 2º Semestre, 2011, p. 205-238.

AUDRIN, Frei José Maria. *Entre Sertanejos e Índios do Norte*. Rio de Janeiro: Púgil, 1946.

BRASIL.MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. *O Vale Tocantins-Araguaia: Possibilidades Econômicas, Navegação Fluvial*. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas pelo engenheiro civil Américo Leônidas Barbosa de Oliveira. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1941.

BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR/SERVIÇO FEDERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO-MINTER-SERFHAU. *Relatório Preliminar de Desenvolvimento Integrado do Município de Marabá*. São Paulo, 1970.

BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR/SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA/J.H. COLE E ASSOCIADOS - MINTER/SUDAM/J.H.COLE E ASSOCIADOS. *Modelo Experimental de Urbanização: Marabá*. In.____. *Política de Desenvolvimento Urbano da Amazônia*. Rio de Janeiro, 1976.

BRAZ, Ademir. *Rebanho de Pedras & Esta Terra*. Poesias. Marabá: Grafecort, 2003.

CASTRO, Edna Maria Ramos. A questão urbana na Amazônia. In: Secretaria Estadual de Educação. *Estudos e Problemas amazônicos: história social e econômica e temas especiais*. 2ª edição, Belém, 1992, p. 165-176.

COUDREAU, Henri. *Viagem à Itaboaca e ao Itacaiúnas*. Belo Horizonte: Ed.Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980.

DESDE O INÍCIO do século Marabá atrai migrantes, *Opinião*, Marabá, 05 a 06 de abril de 2006.

EMMI, Marília. *A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/NAEA/UFPa, 1987.

GALVÃO, Francisca de Calvares. *Os impactos das atividades de lazer no bairro São Félix: um estudo sobre o povoado Geladinho (Marabá-Pará)*. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Geografia). Marabá-PA: Universidade Federal do Pará, 2002.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Cidades da mineração: memória e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do Século XX*. Cuiabá-MT: Carlini & Caniato; EdUFMT, 2006, p. 47.

HÉBETTE, Jean. *Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Belém: ADUFPA, 2004 (Vol. IV)

IBGE. *População e Domicílios – Censo 2000 com Divisão Territorial 2001*. 2006. www.ibge.gov.br acessado em 23.02.2006.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Ed. Documentos Ltda, 1969.

MARABÁ, 89 ANOS: os anseios de hoje são os mesmos de ontem, *Correio do Tocantins*, Marabá, 05 a 08 de abril de 2000.

MATTOS, Maria Virginia Bastos de. *História de Marabá*. Marabá: Grafil, 1996.

MONTEIRO, Alcidema et al. *O espaço amazônico: sociedade & meio ambiente*. Belém: NPI/UFPa/Editora UFPa, 1997.

MONTENEGRO, Antônio Torres. Ação trabalhista, repressão policial e assassinato em tempos de regime militar. Rio de Janeiro, *Topoi*, v. 12, n. 22, jan./jun. 2011, p. 228-249.

OLIVEIRA, Thiana Rodrigues de. *A luta dos moradores da Nova Marabá e a ação das lideranças da Associação de Moradores no período de 97 a meados de 2004*. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Marabá-PA: Universidade Federal do Pará, 2004.

ORGANIZAÇÃO E ASSESSORAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS E COMERCIAIS – OASPUC. *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Marabá – PDDI*. Belém, 1988 (Vol. 1 e 2).

PEREIRA, Airton dos Reis. *A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo*. Tese (Doutorado em História), Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

PETIT, Pere. *Chão de Promessas: Elites Políticas e Transformações Econômicas no Estado do Pará pós-64*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2003.

POPULAÇÃO DE MORADA NOVA se diz esquecida, *Opinião*, Marabá, 21 e 22 de abril de 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ. *Marabá: a história de uma parte da Amazônia, da gente que nela vive e da gente que a desbravou e dominou, fazendo-a emergir para a civilização. De 1892 até nossos dias*. Marabá: PMM, 1984.

SAMPAIO, Walter Leitão. *Craviuna*. São Paulo: Artlink Comunicação e Assessoria, 1998.

SAMPAIO, Walter Leitão. *Marabá Pontal Verde: histórias mal contadas*. Marabá: Edsongraf, 2000.

SERVIÇO FEDERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO-SERFHAU/JOAQUIM GUEDES E ASSOCIADOS. *PDU – Marabá*. São Paulo, 1973 (Vol.2).

SILVA, Romei Lima. *Perfil de responsáveis de crianças acometidas por infecção respiratória aguda, em Laranjeiras, Marabá*. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Naturais). Marabá-PA: Universidade Estadual do Pará, 2001.

VELHO, Otávio. *Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da transamazônica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. 178p.

YOSHIOKA, Reimei. *Avaliação de implantação de núcleo urbano na Amazônia: exemplo de Nova Marabá-Pará*. Dissertação (Mestrado em Geografia). São Paulo: Universidade de São Paulo/ Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 1986.

**CAMILO DE HOLANDA NOVOS ESPAÇOS URBANOS E O
“AFORMOSEAMENTO” DA CIDADE: DISCURSOS LEGITIMADORES DE
MODERNIZAÇÃO (1916/1920)**

Alana Cavalcanti Cruz
alanaccruz@hotmail.com
Universidade Federal de Campina Grande
Mestranda
Agência Financiadora (CAPES)

Resumo

Os signos da modernidade foram fazendo parte da realidade da sociedade brasileira paulatinamente, modificando não só a aparência física da cidade, mas também a inserção de certos hábitos oriundos da Europa. Experiências como estas também foram vivenciadas em João Pessoa, desde a época que ainda se chamava Paraíba. A gestão de Camilo de Holanda (1916-1920) é legitimada pela historiografia local como a responsável pelo o início da modernização da capital paraibana. Pretendemos analisar, portanto esses discursos historiográficos, bem como as ações de higienização e “embelezamento” do referido gestor, refletindo sobre as mudanças cartográficas instauradas.

Palavras-chave: Cidade, Espaço Urbano e Modernidade

Abstract

The signs of modernity were part of the reality of Brazilian society gradually changing not only the physical appearance of the city, but also the inclusion of certain habits from Europe. Experiences such as these have also been experienced in João Pessoa, from the time it was still called Paraíba. The management of Camilo de Holanda (1916-1920) is legitimized by local historiography as responsible for the beginning of the modernization of the capital of Paraíba. We intend to analyze, so these historiographical discourses, as well as the actions of hygiene and "beautifying" the manager said, reflecting on the changes brought cartographic.

Keywords: City, Urban Space and modernity

Modernização, modernizar, moderno, são vocábulos que vem ocupando espaço nas sociedades, ao longo do tempo. Por trataram-se de termos familiares, muitas vezes não paramos para refletir na complexidade do entendimento da modernidade, por isso pretendemos a partir deste artigo refletir acerca desse conceito que ao mesmo tempo tão próximo, pode receber conotações múltiplas a partir da forma como é empregada. Assim apresentaremos alguns entendimentos sobre a temática, bem como desenvolveremos um diálogo entre eles e os projetos de higienização e “embelezamento” nas cidades brasileiras, ressaltando a influência do discurso europeu em tais projetos. O ponto de partida será o âmbito nacional, o qual servirá de embasamento para tratarmos das posturas modernizantes locais, nesse caso a cidade de João Pessoa (que na época chamava-se Parahyba), na gestão de Camilo de Holanda (1916-1920). Trata-se, portanto, de uma revisão bibliográfica, a partir da historiografia brasileira, bem como paraibana, sendo assim, estas serão as fontes que fundamentarão este trabalho.

Ao levarmos em consideração a moderna reflexão de cidade, vemos a multidão como uma marca nesse processo. Sobre isso, nos afirma Bresciani:

E, nas ruas, a multidão é uma presença. Seja na sua dimensão anônima, mecânica de massa amorfa, seja na apreensão de detalhes seus exploráveis até certo ponto, o movimento de milhares de pessoas deslocando-se por entre o emaranhado de edifícios da grande cidade compõe, uma representação estética da sociedade. (BRESCIANI, 1994, p.8).

Também foi possível analisar a existência de uma forma ampla do uso da palavra moderna. Tendo em vista os inúmeros debates que permeiam a esfera da modernidade, ora criticando, ora resignificando, como poderíamos então defini-la?

Em sua obra “Orfeu Extático na metrópole” Nicolau Sevcenko, nos mostra um panorama a cerca do entendimento deste conceito, tendo em vista a realidade social e cultural de São Paulo nos anos 1920. O autor trata de um terremoto que ocorreu na cidade em 1922, o qual foi responsável pela eclosão de um medo que se instaurou e que de certa forma provocou uma mudança no pensamento das pessoas da época, fazendo

surgir múltiplas interpretações e significados para o termo moderno, o contexto pós-guerra vivido faziam com que cronistas de jornais, por exemplo, descrevessem a sociedade da época, como neurótica, com indivíduos “doentes da imaginação”. O autor prossegue sua explanação relatando uma possível apropriação do termo moderno por parte da sociedade com uma conotação negativa, considerada por alguns intelectuais uma grande crise espiritual, agravada pelo acontecimento da Primeira Guerra Mundial, fazendo com que a moda dos amuletos fossem aderidas também no Brasil, como descreve o autor:

“O fenômeno, como está dito, era internacional e amplo, foi especialmente acentuado pela Guerra e suscitava um anseio generalizado de amparo espiritual miraculoso, que se manifestou das mais diversas formas. Tanto com uma intensificação do culto místico de Maria, aqui e na Europa, quanto pela nova moda contagiante dos amuletos da sorte, na Europa e aqui. De fato, os amuletos ou *porte-bonheurs*, como eram mais sonoramente chamado, vinham se tornando uma mania, cuja força adquiriu curiosas proporções.” (SEVCENKO, 1992, p.225)

Tendo em vista a realidade mundial Bernardo Secchi define esse período como o fim da cidade moderna, utilizando o conceito de “grande de geração” de Henry Godard ele descreve essas adversidades da seguinte forma:

“A geração à qual Henry Godard se refere, testemunha da Primeira Guerra Mundial e das desordens que a seguiram (...). Essa mesma geração assistiu a movimentos revolucionários capazes de solicitar, para uma ampla parte da população europeia, a esperança de um mundo melhor (...) pôde entrever a passagem de uma sociedade indigente a uma sociedade opulenta.” (SECCHI, 2009, p. 114)

Por influência do período de transição vigente, o termo moderno, mesmo pouco conhecido passou a ser amplamente utilizado, desde a medicina à anúncios publicitários, proporcionando portanto inúmeras interpretações, vejamos:

“A palavra ‘moderno’, de recente fluência na linguagem cotidiana, em particular através da presença crescente da publicidade, adquire conotações simbólicas que vão do exótico ao mágico, passando pelo revolucionário. Assim, como os talismãs são objetos-fetiches, assim também a palavra ‘moderno’ se torna algo como uma palavra-fetiche que, quando agregada a um objeto, o introduz num universo de

evocações e reverberações prodigiosas, muito para além e para acima do cotidiano de homens e mulheres comuns. Nos termos da nova tecnologia publicitária, essa palavra se torna a peça decisiva para captar e mobilizar as fantasias excitadas e projeções ansiosas da metrópole fervilhante. Não há limite para seu uso e, embora na sua raiz ela comporte um mero registro temporal, na semântica publicitária ela capitaliza as melhores energias da imaginação e se traduz, por si só, no mais sólido predicado ético em meio à vasta expectativa por uma vida melhor. Medicina moderna não se opõe simplesmente à medicina antiga por diversidade de princípios: ela comporta tecnologias mirabolantes, conhecimentos revolucionários que ultrapassam tudo o que se sabia sobre a vida e a morte.” (SEVCENKO, 1992, p.227-228)

Esse mesmo termo ao ser utilizado para tratar equipamentos modernos tais como a lâmina de barbear Gillete e a vitrola, passa a ter outra conotação, pois em se tratando do primeiro exemplo, a partir desse aparelho é colocada de lado a dependência do barbeiro e o seu uso, portanto, passa a ser sinônima de independência, autonomia. No caso da vitrola, os anúncios publicitários afirmavam que ela era servia para ouvir ritmos modernos, portanto era mais própria para os jovens, e deveria ser tocada em bailes excitados e não nos familiares, por conta disso os mais velhos não viam com bons olhos essas modificações. Portanto:

“Aqui ‘moderno’ era sinônimo explícito e recurso concreto de liberdade, libertação. Era nessa linha que a palavra ‘moderno’ adquiria eventualmente conotação negativa, significando perda de controle, indisciplina, promiscuidade- do ponto de vista daqueles ‘homens severos, educados na rígida moral de outra época’.” (SEVCENKO, 1992, p.230)

Ainda sobre modernidade vale acrescentar:

Entende-se por Modernidade o movimento que gera alterações não apenas nos espaços, como também, nos hábitos, na moda e nos costumes dos habitantes. Este ideário, tal como coloca Berman (1986) tende a homogeneizar o mundo, à medida que as relações de sociabilidade são difundidas entre diferentes cidades; bem como a produção científica; as vestimentas; o estilo arquitetônico; a arte, enfim, uma série de alterações baseadas na busca do ser moderno que se refletem, sobretudo, no cotidiano dos habitantes da cidade. Este é, portanto, ‘um movimento coletivo, impessoal, que parece ser endêmico à modernização: o movimento no sentido de criar um



ambiente homogêneo, um espaço totalmente modernizado, no qual as marcas e aparência do velho mundo tenham desaparecido sem deixar vestígio' (p. 78). (SANTOS, 2011 p.15)

Saindo do contexto de São Paulo para o Rio de Janeiro, que no início do século XX este já era o maior centro do país, iremos tratar de outra experiência moderna, vivenciada em diversas cidades brasileiras. Neste caso enfatizaremos a gestão de Pereira Passos (1902/1906), que em nome do progresso, implementou uma série de mudanças no município carioca, estas tinham o modelo europeu como base, por isso, não respeitavam os traços particulares na área cultural, geográficas, dentre outras. Observe:

No alvorecer do século XX, a cidade do Rio de Janeiro vivia grandes mudanças. O barulho e a poeira das demolições anunciava o progresso e a busca de novas representações para a cidade significava a condenação das tradições. A modernidade abria seu caminho numa voracidade sem limites. Vencendo a topografia acidentada, ela tragava morros, pântanos e lagoas definindo mudanças sensíveis do ser, no ter, no fazer e no sentir. As mudanças justificavam-se em nome da necessidade da construção de uma nova capital, vitrine do novo regime. Imposto de cima o progresso interditava cenários e costumes do passado. (MENEZES, 1999, p.109)

Até que se chegasse à intervenção urbanística ocorrida no governo de Pereira Passos, ocorreram outras ações governamentais nesse sentido, posto que o Rio de Janeiro foi palco de diversas mudanças que ocorreu desde a época que o Brasil era colônia de Portugal, já que ocupava certa autonomia em relação a outras regiões, desde a chegada da Corte. A partir de então protagonizou várias ações modernizadoras de acordo com o contexto.

No processo de modernização do gestor tratado acima, o plano de remodelação e saneamento da cidade eram a circulação urbana (homens e mercadorias) e a transformação das formas sociais. Ocorreram muitas demolições para se construir novos prédios, além de muitas leis. Todos esses elementos juntos tentavam impor novos padrões de comportamentos, como forma de fundamentar os novos tempos que a instituição do regime republicano anunciava. Estes podem ser vistos a seguir:

Ao longo das primeiras décadas republicanas, os registros dos novos tempos fizeram-se presentes:

- na dialética cotidiana do demolir e do construir; intensificada em algumas administrações, com destaque às gestões Pereira Passos e Carlos Sampaio;
- na abertura de novas vias e no alargamento de outras, *arejando*, embelezando e dando racionalidade ao centro da cidade;
- na criação de espaços para o lazer e para o prazer, cada vez mais presentes no viver urbano;
- no combate às epidemias que *ameaçavam* não só a saúde da população, mas também a representação sonhada da *cidade higiênica e civilizada*;
- na busca da ordem e da disciplina no espaço público, sujeito ao olhar cada vez mais vigilante do Estado;
- no apelo à ciência e à técnica em todos os aparelhos de Estado, possibilitando, entre outros aspectos de Estado, o advento de uma polícia científica, em que a improvisação desaparecesse para dar lugar a razão;
- na febre dos negócios que tomava os espaços centrais, transformados em ícones de novos tempos;
- na pulsação acelerada da vida através do relógio, presente, segundo João do Rio ‘até mesmo nos pulsos dos mendigos’.
- na perspectiva de que mudanças no nível mais concreto do viver propiciaram, de forma imediata, as alterações comportamentais desejadas. (MENEZES, 1999, p.112-113)

Aparentemente pode-se pensar que tudo ocorreu sem conflitos, porém, estas modificações tinham como fundamento uma mentalidade escravista e fundiária, que fundamentou o processo de modernização a partir de “uma visão limitada, excludente e impositiva do progresso, que acirrou as diferenças e desencadeou reações violentas por parte daqueles que, fora dos canais decisórios, reduziam-se a pacientes do drama urbano.” (MENEZES, 1999, p.110) A passagem a seguir justificam as revoltas sociais, pois como enfatiza o trecho abaixo:

O centro do Rio de Janeiro vestiu-se de luxo e modernidade à medida que as elites dedicaram-se a especializar espaços, reprimir os costumes tradicionais, esconder a pobreza e as contradições mais

aparentes na invisibilidade da periferia, procurando manter sob vigilância e controle as vozes dos excluídos. (MENEZES, 1999, p.111)

No início da República o Rio de Janeiro passou por uma situação semelhante, na época o prefeito era Barata Ribeiro, que pretendia retirar da cidade todo vestígio do período anterior, com a demolição dos cortiços. A obra “Cidade Febril Cortiços e epidemias na Corte imperial” de Sidney Chalhoub, destaca as ações governamentais direcionadas ao cortiço Cabeça de Porco. Parte deste cortiço havia sido interditada pela Inspetoria Geral de Higiene. A intendência municipal notificou os moradores para que eles se retirassem do local, tendo em vista que as casas seriam demolidas, como isso não ocorreu, o cortiço foi demolido, mesmo com a presença dos moradores, Chalhoub mostra a repercussão que houve na imprensa, por conta dessa destruição marcando o fim de uma era com a erradicação dos cortiços. Assim sendo:

Mulheres e homens que saíam daqueles quartos ‘estritos e infectos’ iam as autoridades implorar que ‘os deixassem permanecer ali por mais 24 horas’. Os apelos foram inúteis, e os moradores se empenharam então em salvar suas camas, cadeiras e outros objetos de uso. De acordo com a *Gazeta*, porém, ‘muitos móveis não foram a tempo retirados e ficaram sob entulho.’ Os trabalhos de demolição prosseguiram pela madrugada, sempre acompanhados pelo prefeito Barata. Na manhã seguinte, já não existe a célebre estalagem Cabeça de Porco.” (CHALHOUB, 1996 p.17).


Na Paraíba, este processo também é vivenciado, quando Campina Grande até a década de 60 se configura como espaço de afirmação do moderno, sobretudo pelo prefeito Vergniaud Wanderley na década de 40. Vejamos o que nos aponta, Fábio Sousa: “ Vergniaud incentivou ou ordenou a derrubada de todas as antigas construções da área, com exceção do prédio do Telégrafo Nacional, hoje Museu Histórico, um dos poucos prédios remanescentes da primeira metade do século XIX na cidade.” (SOUSA,2003, p.74)

Muito além dos espaços urbanísticos que se consolidaram nesse contexto, gostaríamos de enfatizar a segregação social que ficou bastante nítida na época. Fábio Sousa nos alerta sobre essa questão:

Sem exceção seja no Brasil ou em cidades européias, o saneamento de ruas e áreas centrais e o abastecimento de água significaram, em grande parte, o fim ou a diminuição das costumeiras epidemias, a transformação arquitetônica das áreas centrais e a reordenação de espaços e territórios. Porém, junto com estas conquistas modernas, pobres e ricos, que moravam em habitações consideradas insalubres ou antiestéticas, foram deslocadas para áreas, bairros ou subúrbios afastados, liberando o centro para atividades comerciais, o lazer elegante e os negócios. Nos novos lugares reorganizados com esse processo de desterritorialidade, constituíram-se hierarquias e segregações sociais e espaciais de novo tipo e, em alguns casos, mais marcantes do que as conhecidas até então. (SOUSA, 2003 p.64-65)

No contexto do século XIX o estado da Paraíba ainda se caracterizava por paisagens rurais, inclusive sua capital que hoje recebe o nome de João Pessoa, mas na época também era chamada de Paraíba, por isso a maioria das casas eram feitas de taipa, como descreve a passagem a seguir:

O bairro era o mais populoso da cidade da Paraíba. A principal, a rua do Tambiá, começava na divergência da rua da Aurora, atual Joaquim Nabuco, e seguia em larga curva até encontrar a praça da igreja. Em maioria, casas de taipa, de porta e janela; na parte oriental, porém, já se erguiam vivendas amplas, de bom aspecto, habitadas por famílias mais abastadas. (AGUIAR, 1985, p.115)

Na obra da historiografia paraibana “Uma cidade de quatro séculos”, Wellington Aguiar e José Octávio são os organizadores, esta faz parte de um projeto cultural organizado com o intuito de comemorar os 400 anos do estado, dentre as várias atividades educativas e culturais, insere-se o livro citado. Este será dividido em várias partes, compostas por vários artigos de intelectuais paraibanos, dentre elas uma denomina-se “O ritmo do progresso- da transição do século aos nossos dias”, um de seus capítulos propõe-se a narrar as ações de governadores do estado (na época chamados presidentes) responsáveis por modificações no nosso território, este é 

intitulado “De João Machado a Camilo- Os impulsos para o progresso.” As obras que estes governantes realizaram fazem parte, segundo o autor, do início da modernização da capital, porém as implementações feitas por Camilo de Holanda são destacadas, por serem consideradas uma “pequena revolução urbanística”. Observe:

A modernização da Capital começou no governo de João Machado, que construiu o primeiro serviço de abastecimento de água, dotou a cidade de luz elétrica e substituiu os bondes de burro pelo serviço de carris que funcionou trinta e tantos anos. O governo não se caracterizou por grandes realizações materiais, porém, ainda assim deixou um traço de sua passagem na faixada do palácio do governo, que modernizou, dando-lhe a feição que ainda hoje conserva. Com o governo de Camilo de Holanda tivemos uma pequena revolução urbanística-edifícios, avenidas, calçamentos- que começou a modificar o aspecto colonial da cidade. (AGUIAR, 1985, p.135)

Em outra passagem é enfatizada realização de obras públicas feitas por ele, como sendo um feito distinto das gestões anteriores. Dentre elas a Avenida Eptácio Pessoa, logradouro importante até os dias atuais, já que a mesma foi responsável em estabelecer a ligação entre o Centro da cidade e a Orla Marítima, deslocando a população do marco original, o Rio Sanhauá, para a praia. Veja:

(...) Camilo de Holanda governou de 1916 a 1920, tendo feito uma administração que se distinguiu pela realização de numerosas obras públicas, principalmente na capital. Naquele tempo os governantes ainda não se preocupavam com o interior, onde trabalhavam muito pouco. Entre os melhoramentos de que a capital foi então dotada, destacam-se o edifício da escola Normal (hoje Palácio da Justiça), o da Imprensa Oficial, a balaustrada de Trincheiras, a Praça Venâncio (sem o Pavilhão do Chá que foi construído por João Pessoa), o prolongamento da rua General Osório até a da República, a abertura da Avenida Eptácio Pessoa, de Cruz do Peixe a Tambaú. (AGUIAR, 1985, p.135)

Holanda também é considerado o responsável por uma pequena revolução administrativa conforme podemos constatar no texto que se segue:

Em seu governo, trabalhou-se em toda a Cidade, que parecia haver despertado de marasmo secular. Em certo sentido, tivemos como que

uma pequena revolução administrativa. Para esta concorreram o entusiasmo do novo partido dominante, que trazia para o poder uma equipe rejuvenescida; a prosperidade decorrente da guerra e da alta dos preços do algodão; o fato de haver sido eleito, para a Presidência da República, um paraibano que carregou, para o Nordeste, através das Obras Contra as Secas, recursos financeiros em proporções inéditas. (AGUIAR, 1985, p.135)

Embora a narrativa destaque com entusiasmo os projetos modernizantes desenvolvidos por Camilo Holanda, podemos perceber que houve um embate da oposição, por conta de um possível superfaturamento das obras, discussão esta que não é aprofundada pelo autor, alegando para tal fato, a incompreensão das pessoas que agiram dessa maneira. Como também não é o nosso objetivo nesse momento também não aprofundaremos, porém citaremos a passagem para a melhor compreensão do leitor:

No plano estadual, e pelos padrões da época, Camilo foi um administrador notável. Mas, a mentalidade do meio não o compreendeu bem e a oposição não lhe fez justiça. Moveu-lhe acirrada campanha, acusando-o de esbanjamentos e atribuindo-lhe a responsabilidade por todo deslize verificado na realização das obras. Eram as cousas que ocorreram em todos os governos, impotentes para coibir a corrupção que macula quase todos os empreendimentos públicos. O de Camilo de Holanda foi Cognominado o governo do racha, expressão que injustamente traduzia a má qualidade das obras e o desperdício do dinheiro do Tesouro. O próprio Epitácio que, mesmo como Presidente da República, dirigia a política do Estado, parece ter ficado mal impressionado com o que ocorria na Paraíba. Em carta que escreveu a Camilo, em janeiro de 1920, estranhava que se gastassem cem contos num belvedere e perguntava: ‘Por que despender mil contos numa Escola Normal?’

É possível que, nas obras do governo Camilo de Holanda, como sempre ocorre, tivesse havido algum esbanjamento. Mas não sei de qualquer pessoa idônea, na Paraíba daquele tempo, que atribuísse ao Presidente do Estado o menor locupletamento, Camilo, pessoalmente, conduziu-se com a mesma honestidade que marcou a passagem pelo poder de seus antecessores, todos em geral pobres, e que do governo sempre saíam mais pobres do que entravam.” (AGUIAR, 1985, p.135-136)

No capítulo “A nova arquitetura urbana” do mesmo livro citado acima fala-se que nos primeiros anos da República a cidade não passou por muitas modificações, mas adiante ao tratar a encanação de água, esgoto e uso da luz elétrica exclama-se portanto que a Paraíba “já parecia uma cidade” e para fundamentar ainda mais a afirmação descreve-se com detalhes o trabalho dos arquitetos contratados por Camilo Holanda, denominados “nossos arquitetos modernos”. Sendo assim compreendemos que como Pereira Passos e Barata Ribeiro no Rio de Janeiro, as mudanças implementadas por Camilo de Holanda na capital paraibana se baseavam no ideário Republicano, visto como sinônimo de moderno, ao contrário da monarquia sinônimo de atraso.

No período de Camilo de Holanda fez-se a Escola Normal que já vai ser reformada, acrescida, para o funcionamento da Corte da Apelação e outras repartições da Justiça. A rua Nova que morria num sobradinho da Rua da Misericórdia, atual Peregrino de Carvalho, foi prolongada até o largo onde hoje é a Venâncio Neiva. Metade do que imaginava Rohan 70 anos antes. A balaustrada das Trincheiras tirou o aspecto de abismo do caminho povoado que se estreitava ali. E foram outros muitos os trabalhos renovadores dessa administração.” (AGUIAR, 1985, p.138)

Finalizamos essa breve explanação sobre as experiências modernizadoras vivenciadas na cidade compreendendo que o passado não pode ser revivido, mas sim resignificado, por isso entendemos que “... as cidades escritas e as cidades faladas, são todas elas cidades imaginárias que um historiador da cultura busca recuperar.” (PESAVENTO, 2007, p. 20)

A cidade pode ser lida como um texto polissêmico, conforme ressaltou (CERTEAU:1999), (PESAVENTO:2007). Acreditamos que essas indagações podem ser melhor contempladas se levarmos em consideração o conceito de representação, posto que:

Representar é, pois, fundamentalmente, estar no lugar de, é presentificação de um ausente, é um apresentar de novo, que dá a ver uma ausência. A ideia central é pois, a da substituição, que recoloca uma ausência e torna sensível uma presença. (...) A representação não é uma cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção feita a partir dele. (PESAVENTO, 2003, p.40)



Estas seriam, portanto as considerações no que diz respeito às contribuições da História Cultural, em relação a essa pesquisa que encontra-se em seus primeiros passos. Para um melhor entendimento dessa perspectiva, caminharemos em busca do resgate dessas representações da cidade, através de seus “rostos” e rastros. Por ora essa passagem esclarecem nossas pretensões iniciais:

Ora, no caso da cidade passada, por vezes esses rastros-para usar a feliz expressão de Ricoueur- nem sempre estão aparentes, como pegadas de guiar os passos e o olhar do historiador. Com frequência, a transformação do espaço foi de tal ordem, a modernidade, implantada tão avassaladora que apagou do espaço materialidades e sociabilidades do passado. E, como de praxe, o objeto da atenção do historiador passa por fora da experiência do vivido, nessa tarefa de resgate das representações da cidade passada que se produz por uma reconfiguração temporal- como mais uma vez assinala Paul Ricoueur-construído pela força do imaginário, que é capaz de dar ver e ler a temporalidade transcorrida. (PESAVENTO, 2003, p.17)

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Wellington. **Cidade de João Pessoa: a memória do tempo.** João Pessoa, Edições Funesc , 2002.

AGUIAR, Wellington e Mello, José Octávio. **Uma Cidade de Quatro Séculos. Evolução e Roteiro.** Estado PB Ed, 1985.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza,** 8 ed, São Paulo, Brasiliense, 1994.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano: artes de fazer.** Petrópolis, Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: Cortiços e epidemias na corte imperial,** São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Cidades visíveis, Cidades Sensíveis, Cidades Imaginárias*. Revista Brasileira de História-Órgão Oficial da Associação Nacional de História. São Paulo, ANPUH, vol.27, n.53, jan-jun, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SANTOS, Chrislayne Fernandes, SÁ, Nirvana Lígia Albino Rafael, NASCIMENTO, Rebeca Maria Aguiar do. **Expansão Urbana da Cidade: Uma leitura da Avenida Eptácio Pessoa- João Pessoa-PB**, anais XXII Simpurb, Belo Horizonte, 2011.

SECCHI. Bernado. **A cidade do século vinte**. São Paulo, Perspectiva, 2009.

SEVCENKO, Nicolau- **Orfeu Extático na Metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20**. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra- **Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945)**. Revista Brasileira de História.Experiências Urbanas.vol.23, n.46, jul-dez 2003.

O HAITI SOB A ÉGIDE DA MINUSTAH: HISTÓRIA, DISCURSOS E REPRESENTAÇÕES (2004-2010)

Alex Donizete Vasconcelos
advasconcelos@ig.com.br
Doutorando
PPGH/UFG

Resumo

O Haiti figura nos construtos discursivos contemporâneos, no mais das vezes, como o circo dos horrores do Caribe/América Latina, hipótese que pode parecer verossímil se levarmos em conta determinada representação, discursivamente construída, produzida e disseminada, sobretudo, a partir dos meios midiáticos de informação/meios de comunicação de massa. Buscaremos, nos limites desse breve trabalho acadêmico, pensar a constituição/subjetivação do sujeito, numa acepção foucaultiana, a partir da (re)produção de determinados discursos, literários e/ou midiáticos, dirigidos ao povo haitiano no contexto da ocupação do país pelas *forças de paz* da Organização das Nações Unidas (ONU), ali representadas pela Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH).

Palavras-chave: Haiti, História, Haiti e Identidades

O Haiti figura nos construtos discursivos contemporâneos, no mais das vezes, como a antítese da ordem, hipótese que pode parecer verossímil se levarmos em conta determinada representação, discursivamente construída, produzida e disseminada, sobretudo, a partir dos meios midiáticos de informação/meios de comunicação de massa, que buscam retratá-lo ou representá-lo. Dentro dessa perspectiva, alguns críticos disseram se tratar de “uma nação patética”, outros viram ali um “pedaço da África

perdido no meio das Américas”¹, outros ainda, o retrataram como “um dos piores buracos do inferno sobre a terra”².

Partindo dessas considerações iniciais, poderíamos lançar a seguinte questão: O que vem a ser, então, o Haiti? Para essa pergunta teríamos uma grande variedade de respostas, a depender das fontes ou do local de fala dos diferentes sujeitos que voltam seus olhares (suas potentes teleobjetivas) para aquela que fora, em outro momento, em detrimento a essa perspectiva, a colônia mais rentável da França, então conhecida como a pequena “pérola das Antilhas”.

E nós, o que diríamos? Talvez arriscássemos dizer inicialmente que o Haiti é um país com uma história bastante singular, o que não seria grande coisa; diríamos também, o que talvez pareça óbvio, que para tentar compreender o seu presente é imprescindível conhecer a fundo a intrincada história e, certamente afirmaríamos, por fim, que o Haiti é um país em crise, ininterrupta talvez, como afirmou em outro momento o sociólogo haitiano Gerard Pierre-Charles, mas certamente em crise.

Não estamos nos referido apenas as já conhecidas crises política e econômica, exploradas, à exaustão, pelos grandes conglomerados midiáticos, que transformam a miséria haitiana em atração sensacionalista, exibindo relatos e imagens surreais de idosos decrepitos, crianças subnutridas, jovens mutilados e corpos destroçados. Estamos falando de uma crise que subjaz todo esse quadro. Estamos falando de uma crise identitária, forjada sobre essas representações, ostensivamente disseminadas. O Estado, representado por uma elite minoritária, e o povo haitiano, ocupado em subsistir, tornaram-se estranhos, reféns de um pensamento polarizado que há tempos caracteriza as relações internas e sua história, onde prevalecem as dicotomias: negros/mulatos; ricos/miseráveis, elite/povo, cidade/campo, norte/sul, religião católica ou protestante/vodu, etc. Temos motivos para acreditar que o drama haitiano contemporâneo é assim, de um lado a outro, um problema ligado a produção/reprodução

¹ SCHWARTSMAN, Hélio. *Graças ao açúcar, “pedaço da África” já foi uma “pérola”*. Folha de São Paulo, Folhaonline, São Paulo, 14 jan. 2010. Mundo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1401201013.htm>>. Acesso em: 19 abr. 2010.

² FREIRE, Vinícius Torres. *Como se faz um Haiti?* Folha de São Paulo, Folhaonline, São Paulo, 17 jan. 2010. Dinheiro. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1701201008.htm>>. Acesso em: 11 mai. 2010.

desses discursos, dessas representações, um problema identitário, em que o que está em jogo é, em última instância, a constituição do sujeito haitiano como efeito dessas práticas discursivas.

As representações haitianas, quase sempre pensadas a partir do paroxismo dos traumas e rupturas presentes no seu intrincado processo histórico, deram ensejo à determinada identidade que, na perspectiva de suas elites, está relacionada exclusivamente ao grande contingente de miseráveis que se amontoam em casebres insalubres e mal cheirosos de Porto Príncipe e outras cidades haitianas. Essa elite, menos de 3% da população, prefere ser vista, e pensar o Haiti, como parte da França, em seus hábitos, costumes e cultura.

Outro fato que pode levar o leitor contemporâneo, alheio à historicidade que subjaz esses discursos/representações, a dar crédito à veracidade das informações que a cada crise ou catástrofe natural ocupam as telas/páginas dos noticiários é o fato deste país estar, há mais de uma década, sob ocupação das Forças de Paz da ONU, ali representadas pela Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH)³. O componente histórico, fundamental para que se proceda uma análise que busque escapar ao imediatismo sensacionalista e pueril que caracteriza boa parte dos discursos endereçados ao Haiti, é, na grande maioria das vezes, negligenciado ou simplesmente ignorado, quando não, intencionalmente ocultado.

A história do Haiti, de seu intrincado processo de independência até os dias atuais, é caracterizada principalmente pelas incessantes, e na maioria das vezes traumáticas, rupturas, que traduzem a falta de organicidade entre povo e estado. Outrora, este pequeno país, localizado no coração do Caribe, tornara-se ostensivamente conhecido principalmente por ter levado a cabo, em fins do século XVIII, uma revolução sem precedentes – arquitetada e executada por um maciço contingente de escravos negros, trasladados da África para as Américas para mover as pesadas

³ Em sua resolução 1542 (2004), de 30 de abril de 2004, o Conselho de Segurança da ONU estabeleceu a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH) por um período inicial de seis meses, com a intenção de prorrogá-la, e pediu que a autoridade da Força Multinacional Provisória (FMP) fosse passada a MINUSTAH, em 1º de junho de 2004.

engrenagens do sistema colonial -, que selou, direta ou indiretamente, o futuro de milhões de haitianos e que ainda repercute.

Em tempos mais recentes, nas primeiras décadas do século XX, o Estado haitiano viveu mais um momento de forte tensão, interna e externa, desencadeada a partir de uma série de desajustes políticos e econômicos, que culminaram com a ocupação militar de seu território. Esta ocupação, justificada, como seriam todas as outras, sobre o “pretexto do caos”, que coloca o povo haitiano como “negros incapazes de governarem a si mesmos” (Pierre-Charles, p. 183, 1991), duraria quase duas décadas e, além de não trazer nenhum resultado/mudança efetiva, tornar-se-ia mais uma mácula em sua história. Trata-se da ocupação militar estadunidense, que se estendeu de 1915 a 1934, e trouxe, uma vez mais, o Haiti para as páginas dos periódicos e, conseqüentemente, da literatura histórica. Esta foi primeira de uma série de intervenções sofridas pelo Haiti após sua independência, conquistada ao final de um longo e tortuoso processo revolucionário capitaneado por Toussaint L’Overture e Desalines, no fim do XVIII.

A história da política haitiana, se analisada de maneira fortuita e enviesada, dá margem, como tentaremos demonstrar ao longo de nosso trabalho, a um discurso que, em última instância, se constitui em um obstáculo que de certa maneira torna prisioneiros não só o povo haitiano, mas grande parte daqueles que dele se valem como único referencial. Não queremos dizer com isso que não existem problemas políticos e/ou que os graves déficits econômicos haitianos sejam menos importantes, ou não devam ser considerados. Afirmamos, isto sim, que tão importante quanto o restabelecimento da política e da economia, e o resgate cultural desse povo, é a superação desse discurso e, por conseguinte dessa representação, e dos preconceitos raciais/epidérmicos e imperialistas que dela resultam, extremamente caras ao povo haitiano.

No campo político abundam, desde os primórdios de sua história, em meio a golpes, sedições e aos vazios de poder criados por esses movimentos, os governos despóticos e autoritaristas. Destes, certamente os mais conhecidos foram François Duvalier, o Papa Doc, e Jean-Caude Duvalier, o Baby Doc, que se instalaram no poder

de 1959 a 1986, deixando um saldo de milhares de mortos e um quadro de miséria e abandono ainda mais desolador.

Ao final deste longo período, que tem como figura emblemática os *tontons macoutes*, forças de repressão dos Duvalier, sobretudo do Doc pai, surge, após mais um vazio de poder, outro ícone da política haitiana. Trata-se de Jean-Bertrand Aristide, o *Père Titid*. Aristide representa um ponto de inflexão da vida política haitiana e está diretamente relacionado com uma série de intervenções sofridas pelo Haiti desde 1991, ano em que Aristide se elege, pela primeira vez, como presidente haitiano. Estas intervenções, seis em pouco mais de uma década, caracterizam-se, principalmente, por serem, quase que invariavelmente, estabelecidas e desenvolvidas sob a chancela de organismos internacionais intervencionistas, dentre os quais se destacam a ONU e a OEA, e sob os pretextos anteriormente elencados.

Os antecedentes históricos, sobretudo aqueles que fazem referência aos movimentos de libertação, diretamente relacionados à Revolução Haitiana - ainda hoje, muito presentes no ideário discursivo que busca retratar o Haiti -, e/ou ainda às seguidas lutas de emancipação política – ocupação estadunidense, de 1915-1934; ditadura dos Duvalier, 1959-1986, e as intervenções resultantes das eleições de Aristide em 1991 e 2001, sobretudo da MINUSTAH – prestam-se, a depender do local de fala, a um duplo papel. Ora são efusivamente evidenciados, por meio de um discurso de tergiversações, parcial e enviesado, como um claro sinal/alerta à propensão do povo haitiano à desordem e à barbárie, ora são manifestadamente ignorados, numa clara tentativa de dissimular o caráter processual e histórico do quadro de miséria e abandono do seu povo, ou ainda, de minimizar o papel decisivo das políticas imperialistas/colonialistas de países como França e Estados Unidos no quadro crônico de crise que a muito assola o país.

A Revolução e as lutas emancipatórias, com todos os seus traumas e reflexos estruturais, tornaram-se, de certa forma, estruturantes na construção dos discursos erigidos a partir do, e contra o, povo haitiano.

A partir desse acontecimento fundante e de seus desdobramentos, o Haiti atraiu, ao longo dos anos, a atenção e os olhares de um público bastante diversificado –

cronistas, literatos, viajantes, curiosos e cientistas - tornando-se, daí por diante, alvo de um discurso que teima em não silenciar e, o que é pior, se exaspera nos momentos de crise/tensão. É desse discurso que nos serviremos aqui. É a partir desse discurso, e da problemática que o cerca, que nosso trabalho se constroi.

Em um trabalho realizado anteriormente⁴, pensado e elaborado no contexto da MINUSTAH, procuramos evidenciar - por meio de um vasto e diversificado corpus, que compreendia documentos oficiais da ONU/OEA e matérias e reportagens veiculadas pela mídia nacional, apresentadas/condensadas pela Folha de São Paulo -, a presença desse discurso nas referências, oficiais ou oficiosas, ao povo e ao Estado haitiano, e, por conseguinte, em suas representações e identidades.

Pudemos observar a negativa ao povo haitiano, por meio desses marcos, não apenas a condição de sujeito, mas, por vezes, a própria humanidade, trazendo à tona certos aspectos e/ou conceitos que pareciam há muito superados, estando bem próximos de algumas das teorias racistas do século XIX. Nossas suspeitas de que alí estavam, muito certamente, as raízes de grande parte dos infortúnios que acometeram, e ainda acometem, o povo e o Estado haitiano, tornaram-se ainda mais sólidas.

Restou demonstrado, ao final dos trabalhos, a existência de determinadas construções discursivas, bem como a relação destas com determinadas identidades e representações, via de regra negativas e pejorativas, do povo haitiano. Observamos também que os marcos discursivos que orientavam e sustentavam tais construções distinguiam-se, sobretudo, pelo seu caráter pedante, a-histórico e sensacionalista, sendo tomados, no mais das vezes, por amplos setores da comunidade internacional, em função de sua ampla e exaustiva disseminação, como verdades pacíficas.

Se por um lado determinadas questões tornavam-se bastante evidentes, algumas resolvidas, outras, por outro lado, permaneciam abertas e outras mais se colocavam. Quais eram os marcos constitutivos destes discursos? Como e a partir de onde eles se

⁴ VASCONCELOS, Alex Donizete. *A MINUSTAH e a alteridade: representações e identidades haitianas nos discursos da ONU e da Folha de São Paulo (2004-2010)*. 2010. 189 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

estruturavam? Seria possível historicizá-los, delimitando-os a partir de um dado espaço-tempo? Haveria determinadas permanências que os caracterizariam, aproximando-os ou, até mesmo, tornando-os uníssonos? Teríamos um discurso e diferentes temporalidades ou esses discursos seriam distintos?

Há, não resta dúvida, uma série de fatores que contribuem para que esse tipo de discurso encontre no Haiti um campo fértil e até apropriado para a sua (re)produção e disseminação. Dentre estes, destacam-se, principalmente, componentes de ordem histórica e cultural. Sua história e sua cultura são marcadas por um componente mítico e por um exotismo incomum – como, por exemplo, materializado por Alejo Carpentier em sua obra *O reino deste mundo*⁵.

Um caráter distintivo de sua cultura que também contribuiu, e contribui, para que esses componentes ganhem fôlego, diz respeito ao Vodú. O desconhecimento e o conflito com interesses de diferentes setores da sociedade, dentre os quais aqueles ligados à religião Católica, contribuíram ainda mais para demonizar essa prática ancestral e, conseqüentemente, seus adeptos, a grande maioria da população. Tais apropriações acabam permitindo que esse discurso e essas representações tomem corpo, servindo, via de regra, aos mais variados interesses.

Acreditamos que, por força e obra desse discurso e, por conseguinte, dessas representações, o Haiti tenha se tornado, com o passar dos anos e das sucessivas crises político-econômicas, uma espécie de circo dos horrores do Caribe. O estado de penúria e degradação que caracteriza o Haiti contemporâneo é, em grande parte, fruto de alguns dos desdobramentos desse discurso e dessas construções, que teimam em não silenciar.

Se para um público considerável, certamente uma esmagadora maioria, essas construções parecem não despertar interesse, para outro grupo esse fato não passa despercebido e é recorrentemente assinalado. São autores/escritores, haitianos ou não, pesquisadores, cientistas e jornalistas, que serão referenciados ao longo do trabalho.

⁵ O reino deste mundo foi publicado em 1949 pelo escritor cubano Alejo Carpentier. No prólogo desta obra o autor desenvolve o *real maravilhoso*, como forma de retratar a realidade latino-americana e, em especial do Haiti, a partir de sua *revolução*.

Buscaremos dialogar com estes sujeitos, por meio de suas obras, no intuito de procurar demonstrar como esse discurso, logo essas representações/identidades, se constrói e se mantém incólume ao longo da história haitiana, que tem como termo inicial, como pontuado, a Revolução. Por meio de suas produções, buscaremos evidenciar o poder e a influência que esse aparato discursivo exerceu, e ainda exerce, sobre as esferas sócio-políticas e econômicas haitianas.

O corpus discursivo sobre o qual nos debruçaremos será composto por documentos oficiais da ONU/OEA e de algumas das centenas, ou milhares, de ONGs que se encontram no Haiti; reportagens/matérias da imprensa nacional, com ênfase na Folha de São Paulo, ambos utilizados na realização do primeiro trabalho; jornais/revistas haitianas e periódicos dominicanos; de uma singular bibliografia produzida por eminentes pensadores haitianos e/ou dominicanos contemporâneos e um conjunto de entrevistas, pesquisas/questionários realizados junto à integrantes e/ou ex-integrantes dos contingentes brasileiros da MINUSTAH, ambos inéditos⁶.

É a partir desses marcos discursivos que buscaremos identificar e pontuar o surgimento, a construção, e a perpetuação de um conjunto de representações que, desde sempre, tiveram um papel determinante na maneira enfiada como o Estado e o povo haitiano são percebidos e/ou reconhecidos em suas relações com o outro, via de regra sob estímulos barbarescos e/ou barbarizantes.

Nosso objetivo pode ser descrito então como um esforço para demonstrar, por meio de um corpus discursivo amplo e diversificado - que tem como objeto e são produzidos a partir da problemática haitiana, em todas as suas instâncias -, o poder e a influência do discurso midiático contemporâneo, historicamente constituído, sobre a (re)produção de determinada representação/identidade - via de regra negativa - do povo e do Estado haitiano e desta sobre as esferas sócio-política e econômica haitianas.

Para que possamos atingir nossos intentos seremos obrigados a realizar um recuo na história haitiana, buscando delinear, por meio das fontes e da bibliografia apontada, os contornos desse discurso na longa duração até o presente. Realizado esse

⁶ Apresentadas ao final do trabalho.

delineamento, estabelecidos os termos do que aqui denominamos discurso midiático contemporâneo, buscaremos circunscrever nosso recorte temporal aos limites da última intervenção que, iniciada em 2004, ainda não conheceu fim. É a partir dos discursos produzidos neste conturbado período, com ênfase naqueles ligados aos desdobramentos do sismo ocorrido em janeiro de 2010, que marcou seu paroxismo, que procederemos nossas análises.

Procuraremos estabelecer as aproximações desse corpus discursivo, no tempo, nos valendo dos dispositivos teórico-metodológicos dos analistas do discurso de linha francesa. Buscaremos na lingüística - em teóricos como Foucault e Pêcheux, e em analistas do discurso brasileiros, dentre os quais podemos citar Fernandes, Gregolin, Orlandi, dentre outros – parte dos aportes conceituais e metodológicos necessários à construção de um modelo de análise que contemple nossas demandas. Utilizar-nos-emos de seus métodos, de suas técnicas e de seus conceitos analíticos de maneira a demonstrar a pertinência de nossas proposições no que tange a tais permanências/apropriações - sintetizadas, como pontuamos, nos discursos produzidos a partir do traumático evento ocorrido em 12 de janeiro de 2010 -, em detrimento às sucessivas rupturas.

Metodologicamente, após um delineamento inicial, de caráter teórico-conceitual, faremos um trabalho de análise de cada um desses discursos, tendo como parâmetro de distinção/diferenciação do local de produção, ou de fala (discursos onuseanos, da Folha de São Paulo, das ONGs que atuam no Haiti, dos jornais e revistas haitianos, dos periódicos dominicanos, e da bibliografia hatiano-dominicana). Neste momento estaremos empenhados em evidenciar as permanências discursivas, ou seja, os traços comuns que nos possibilitarão falar de um determinado discurso, dentre outros possíveis. Estabelecidos tais limites, caracterizadas as permanências – barbarescas/barbarizantes, estigmatizadoras -, e, por conseguinte identificado o discurso que nos servirá de objeto, procederemos, num momento subsequente, a contraposição deste com as fontes obtidas a partir das pesquisas/questionários realizados com ex-integrantes da MINUSTAH, buscando identificar possíveis apropriações e/ou discrepâncias daqueles com relação a este.

Outro aspecto que também demandará maior aprofundamento teórico com relação ao trabalho anteriormente desenvolvido diz respeito ao nosso recorte temporal. A história que nos propomos pensar, sobretudo o seu último capítulo, materializado pelo estabelecimento da MINUSTAH em 2004, é uma história cujos atores estão em cena e as fontes, em sua maior parte, sendo produzidas.

Trabalhamos com uma problemática que é, em maior ou menor medida, muito próxima de nosso próprio cotidiano. O conteúdo de nossas fontes é constituído de informações que há bem pouco tempo estampavam as páginas dos jornais, sendo apresentadas mundo pelos meios de comunicação de massa. Torna-se necessário, portanto, estabelecer os limites – conceituais inclusive - desse tempo, de onde essas vozes, ainda ativas, nos falam, de um tempo presente. Para tanto nos valeremos de uma considerável produção que trata do trabalho do historiador com esse tempo que é, respectivamente, o tempo de seu objeto e do seu fazer.

A problemática haitiana tornou-se, sobretudo a partir dos eventos que culminaram com o estabelecimento da MINUSTAH, em meados de 2004, tema recorrente em trabalhos de conclusão de curso e de especialização em uma grande variedade de cursos, tanto no Brasil, quanto no exterior. No Brasil em particular, o tema tem sido objeto de análise de estudantes das mais diversas áreas do conhecimento, tais como antropologia, geografia, sociologia, relações internacionais, história, dentre outros. Visitando alguns destes trabalhos pudemos observar, sobretudo aqueles de menor fôlego, como alguns artigos, monografias e TCCs, o que não exclui trabalhos de especialização, *lato* ou *stricto sensu*, uma dificuldade em avançar para além do lugar comum, que as vezes se aproxima do sentido desses discursos que procuraremos demonstrar.

Nossa proposta justifica-se, dessa maneira, como uma tentativa de virar um capítulo da história haitiana que, temos certeza, estendeu-se por um tempo demasiado longo. Buscar superar os estreitos limites desse discurso, em tudo sentencioso e performático, produzido, reproduzido, disseminado e apropriado, ora acriticamente, ora intensionalmente, por amplos setores da sociedade, e que há tanto aprisiona o povo haitiano, constitui a nosso ver, o mote deste trabalho. Buscaremos desvelar a

historicidade que via de regra subsumi ao sensacionalismo e ao exotismo com que são tratados a história e a cultura haitiana. Dar lugar e voz a um discurso outro, a uma realidade que, se longe está de ser a ideal, também não pode ser instrumentalizada e utilizada como prova de acusação e condenação.

Dessa maneira, nossas hipóteses podem ser assim descritas: 1) O Estado e o povo haitiano, aí compreendidos todos os componentes de ordem sócio-político-econômico e cultural, são sujeitos/vítimas de determinado discurso - caracterizado, ora por determinadas permanências, reminiscências ou apropriações históricas, ora por notória *a*-historicidade -, cuja ampla e reiterada disseminação contribui para a (re)produção de determinada representação, via de regra negativa, pejorativa e barbarizante, que, por sua vez, constitui um dos, se não o, principal(ais) entrave(s) à superação de seu permanente estado de crise, ao seu desenvolvimento e à sua aceitação junto à comunidade internacional; 2) O discurso dirigido ao Estado e/ou ao povo haitiano pode ser caracterizado, ora por determinadas permanências/reminiscências/apropriações históricas ligadas, invariavelmente, a determinados(as) traumas/rupturas, presentes em seu intrincado processo histórico, ora por uma *a*-historicidade e/ou um silêncio perturbador acerca de toda a historicidade que subjaz as sucessivas crises que os acometem; 3) As representações e as identidades do Estado/povo haitiano, constituídas a partir desse discurso, via de regra negativas, pejorativas e barbarizantes, tidas como um dos graves entraves à superação de seu permanente estado de crise, dão ensejo ao que aqui denominaremos contradiscurso; 4) As representações do Estado/povo haitiano, constituídas a partir desse discurso, tal como descritas, e disseminadas, em sua maior parte, a partir dos meios de comunicação de massa, desempenham importante papel na manutenção de determinado *status quo* característico das relações existentes entre o Estado/povo haitiano e cenário político-econômico internacional caribenho; 5) O estabelecimento e as sucessivas renovações dos mandatos da MINUSTAH estão assentados sobre princípios outros que não as propaladas questões humanitárias e estão diretamente relacionadas com a (re)produção dessas representações e à manutenção desse *status quo* 6) Há uma relação de dependência entre as/os organizações/organismos internacionais (ONU/OEA/ONGs)



presentes no Haiti, em especial a MINUSTAH, e a manutenção deste *status quo*; 7) A permanência de organizações/organismos internacionais (ONU/OEA/ONGs) em território haitiano reforçam/contribuem para a (re)produção dessas representações/identidades 8) As representações do Estado/povo haitiano, constituídas a partir desse discurso e disseminadas, em sua maior parte, a partir dos meios de comunicação de massa, diferem substancialmente/não correspondem (d)àquelas construídas a partir dos relatos daqueles que observaram/observam seu cotidiano *in loco*.

Nossas hipóteses buscam, inicialmente, estabelecer os limites históricos desse discurso e dessas representações, perscrutar suas origens, identificando seus autores, propósitos e personagens, até seus últimos desdobramentos, materializados pelo estabelecimento da MINUSTAH em meados de 2004. Para tanto será necessário eleger determinados marcos históricos representativos como pontos de inflexão a partir do qual esse discurso se (re)produz. Para que possamos estabelecer esses recortes históricos é preciso haver antes uma delimitação teórica desse discurso, ou seja, é preciso estar claro que discurso é esse.

Para tanto buscaremos, num primeiro momento do que será a primeira parte de nosso trabalho - dividida em três momentos -, demonstrar de que discurso estamos falando, ou seja, estabeleceremos o nosso local de fala, nossa posição teórica, que estará, como já pontuamos, estreitamente ligada as práticas teórico-metodológicas dos analistas do discurso de linha francesa, cujos grandes expoentes teóricos foram Foucault e Pêcheux. Adotamos a análise do discurso de linha francesa (AD) em nosso trabalho, justamente por seu caráter interdisciplinar, ligado, em maior ou menor grau, à psicanálise, ao materialismo histórico e à linguística, que se traduzem em uma abordagem do discurso, tal como propomos, [...] como prática social que resulta de transformações sócio-histórico-ideológicas, ao mesmo tempo em que as provoca. (FERNANDES, 2007, p. 13).

Ato contínuo, no segundo dos três momentos que compõe essa primeira parte, faremos algo análogo ao que fizemos no primeiro momento com relação ao discurso, desta vez com as representações/identidades. Será o momento em que buscaremos

delimitar teóricamente o conceito de representação/identidade. Lançaremos mão do conceito de representação como uma das formas de apreender a realidade. Para tanto nos aproximaremos da teoria das representações sociais, cujo principal expoente é Serge Moscovici. Este teórico, dentre outras abordagens, busca trabalhar a questão das representações sociais a partir do ato comunicacional, enfatizando o papel dos meios de comunicação em massa nesse processo, contemplando assim o viés de nossa proposta.

Feita essa primeira delimitação, de cunho teórico, estando o discurso e as representações agora determinados, voltaremos nosso olhar para a construção dessa discursividade ao longo de sua história, partindo, como já foi dito, de quatro momentos que, apesar de distintos, estruturam, segundo acreditamos, o discurso que buscaremos evidenciar. Cabe ressaltar que nosso esforço neste momento consistirá em tentar estabelecer a historicidade desse discurso que, em última instância, torna possível a construção e a (re)produção dessas representações, tão caras ao povo haitiano.

Analisaremos, de início, os discursos relacionados e produzidos a partir do ato fundante, da Revolução da qual o Estado haitiano se origina, que está temporalmente localizada entre o início da década de 1790 a 1804; num segundo momento voltaremos nossos olhares para a ocupação estadunidense, que se desenrola de 1915-1934. Em um terceiro momento nos debruçaremos sobre o período de 1959-1986, marcado pela longa ditadura dos Duvalier, pai (1959-1971) e filho (1971-1986). No quarto e último momento analisaremos o período que se estende de 1991, ano da primeira eleição de Jean-Bertrand Aristide, até os dias atuais, marcados pela ocupação quase que ininterrupta de organismos internacionais. É sobre esse último período que dedicaremos maior atenção. Estão aqui os elementos que nos permitirão corroborar grande parte de nossas hipóteses. É a partir daqui que nosso trabalho ganha sentido, se justifica e se desenvolve.

Na segunda parte de nosso trabalho estaremos ocupados, de início, em demonstrar as apropriações e os empregos desse discurso, anteriormente descrito e situado, na elaboração de determinado *status quo*, dentro do qual o Estado/povo haitiano é representado, invariavelmente como bárbaro, incapaz e/ou dependente, a partir de três perspectivas/locais de fala, temporalmente localizados no período pós-

duvalierista. São eles: público ou institucional (discursos onuseanos, estatais, governamentais); privado ou interno (mídia interna, acadêmicos/pesquisadores/autores nativos) e externos (mídia internacional, acadêmicos/pesquisadores/autores de outras nacionalidades e contingentes militares/civis envolvidos).

No segundo momento dessa segunda parte, procuraremos demonstrar a construção daquilo que denominamos anteriormente de contradiscurso. Trata-se, antes de tudo, de um discurso que se constrói a partir da negação de ‘determinadas’ representações erigidas a partir do discurso anteriormente pontuado e, concomitantemente, da afirmação de determinados aspectos valorativos do espaço geográfico e do povo haitiano, aí inclusos determinados traços/aspectos culturais.

Buscaremos evidenciar, a partir dessa abordagem, como um determinado setor da população haitiana, ligado às elites e as camadas mais abastadas e influentes, procura desconstruir - por meio da utilização de recursos midiáticos, principalmente jornais e revistas, e de uma literatura, que aqui denominaremos de resistência -, os discursos e as representações estigmatizantes. Nessas produções sobressai, com relação ao povo, sobretudo dos habitantes das zonas rurais, a imagem daquilo que poderíamos considerar, parafraseando Rousseau, o ‘bom haitiano’, que se distingue por sua humildade, simplicidade, honestidade e alegria contagiante, sobretudo dos camponeses. Já no que diz respeito ao meio, são explorados e evidenciados sobretudo os aspectos ligados à paradisíaca paisagem caribenha.

Em um momento seguinte, o terceiro e último dessa segunda parte, procuraremos demonstrar as relações de dependência que se estabelecem a partir de um discurso filantrópico-altruísta produzido e disseminado, principalmente, por meio de ONGs e outras agências internacionais, de cunho religioso, inclusive. Nesse discurso o povo haitiano é geralmente representado como vítima, incapaz e/ou dependente de ajuda externa. Esse discurso, em que pese as boas intenções existentes por parte de algumas dessas entidades, evidenciado por seu caráter denunciante, (re)produzem um quadro representativo tão ou mais comprometedor do que aquele em que os haitianos são, historicamente, tidos como bárbaros e, por vezes, inumanos. Neste momento nos

valeremos, principalmente, de relatórios e documentos produzidos e disponibilizados por meio dos sítios destas entidades.

Na terceira parte, a última do trabalho, buscaremos, primeiramente, identificar determinadas apropriações e/ou traços distintivos de cada um dos diferentes enfoques dados a esse discurso (midiático, institucional/político, acadêmico, jornalístico, propagandístico), a partir da, ou na, fala desses sujeitos. Feito isso, num segundo momento dessa terceira parte, o último do trabalho, tentaremos demonstrar as aproximações e os distanciamentos existentes entre discurso midiático e a observação realizada *in loco* por determinados sujeitos que, por motivos diversos, estão ou estiveram no Haiti no período coberto pela ocupação da MINUSTAH. Nesta última parte nos valeremos principalmente de entrevistas e/ou pesquisas realizadas, em diferentes momentos desse período, 2004 até os dias atuais, com integrantes e ex-integrantes da MINUSTAH.

É a partir mapeamento discursivo final que pretendemos corroborar nossas hipóteses iniciais de que, para além das dificuldades estruturais, sobretudo sócio-político e econômicas, que há tempos acometem o Estado/povo haitiano - materializadas no quadro de miséria quase que absoluta tão presente nas imagens que rodam o mundo estampadas nas capas dos jornais ou nas páginas da internet -, existe um componente discursivo que contribui para a (re)produção de determinada representação, via de regra negativa, pejorativa e barbarizante, que, por sua vez, constitui um dos, se não o, principal(ais) entrave(s) à superação de seu permanente estado de crise, ao seu desenvolvimento e à sua aceitação junto à comunidade internacional, com ênfase na caribenha.

Esperamos assim, ao final de nossos trabalhos, poder contribuir, em alguma medida, para solapar essas barreiras/entraves, discursiva e historicamente erigidos e mantidos a frente do povo haitiano. Esperamos, ainda, se não se fragiliza por hora essa grande barreira, contribuir com um degrau a mais para que, num futuro próximo, nossos sucessores possam ver por sobre este aparato que se ergue entre a coisa em si e o sujeito, podendo ter outra visão do que foi, do que é, e do que poderá um dia ser o Haiti.

FONTES:**1) Documentos oficiais da ONU/OEA e de algumas das centenas, ou milhares, de ONGs.**

Estes documentos – resoluções, relatórios dos especialistas independentes, cartas do Conselho de Segurança da ONU, relatórios/publicações das ONGs, etc. -, já estão disponíveis, impressos inclusive, até o final do primeiro semestre de 2010. Estes já foram todos lidos e utilizados, em sua grande maioria, no trabalho desenvolvido anteriormente. Já estamos acessando, baixando, imprimindo e encadernando os produzidos a partir do período supracitado, para, posteriormente iniciar as leituras.

2) Reportagens/matérias da imprensa nacional, com ênfase na Folha de São Paulo

Estes documentos – aproximadamente 400 matérias/reportagens -, já estão disponíveis, impressos inclusive, até o final do primeiro semestre de 2010. Estes já foram todos lidos e utilizados, em sua grande maioria, no trabalho desenvolvido anteriormente. Já estamos acessando, baixando, imprimindo e encadernando os produzidos a partir do período supracitado, para, posteriormente iniciar as leituras.

3) Jornais/revistas haitianas e dominicanas

Utilizaremos matérias/reportagens dos seguintes jornais/periódicos:

a - haitianos: - Haiti Libre: <http://www.haitilibre.com/en/>

- Haitian Times: <http://www.haitiantimes.com/>

b – dominicanos: - Diario Libre: <http://www.diariolibre.com/>

- Listín Diário: <http://www.listin.com.do/>

Utilizaremos matérias/reportagens da revista Magic Haiti

- http://issuu.com/clarens/docs/magic_haiti_new_2_temp_2011_-_lite

4) Referências à temática haitiana

Bibliografia produzida por pensadores haitianos/dominicanos e/ou estrangeiros contemporâneos (algumas já lidas e utilizadas anteriormente):

ARISTIDE, Jean Bertrand. *Todo Homem é um Homem* (Tout Moun se Moun). São Paulo: Paz e Terra, 1995.

CÂMARA, Irene Pessôa de Lima. *Em nome da democracia. A OEA e a crise Haitiana – 1991/1994*. Brasília : Instituto Rio Branco, 1998.

CASIMIR, Jean. *Haïti et ses Élités: L'interminable: Dialogue de Sourds*. Port-au-Prince : Editions de L'Université D, État D'Haïti, 2009.

CASTILLO, Pelegrin. *Haïti y Los Interesses Nacionales*. Santo Domingo : Santuario, 2011.

CASTOR, Suzy. *la ocupación norteamericana de Haiti y sus consecuencias - 1915-1934*. Santo Domingo : Casa de las Américas, 1971.

CAUNA, Jacques. *Haïti: L'Éternelle révolution*. Port-au-Prince : Henri Deschamps Editions, 1997.

CORTEN, André. *Misère, Religion et Politique en Haïti - Diabolisation et mal Politique*. Montreal : Karthala, 2001.

DIEDERICK, Bernard e BURT, A.. *Papa Doc et les Tontons Macoutes*. Port-au-Prince : Henri Deschamps Editions, 1986.

ÉTIENNE, Sauveur Pierre. *L'Enigme Haïtienne: échec de l'état moderne en haïti*. Montréal : Les Presses de l'Université de Montréal - Mémoire D'encrier, 2011.

FILS, Jean Ledan. *L'Histoire d'Haiti: La 'Petit Histoire'*. Port-au-Prince : Ilustré, 2010.

FRANCO, José Luciano. *Historia de la Revolución de Haití*. Santo Domingo : Sociedad Dominicana de Bibliófilos, 2008.

GRONDIN, Marcelo. *Haiti: cultura, poder e desenvolvimento*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

HECTOR, Michel. *Crises et mouvements populaires en Haïti*. Port-au-Prince : Presses Nationales D'Haiti, 2ª Edition, 2006.

HURBON, Laënnec. *Compendre Haïti: ensai sur l'etat, la nation, la culture*. Port-au-Prince : Editions Henri Deschamps – Karthala, 1987.

HURBON, Laënnec. *O Deus da resistência negra: O Vodou Haitiano*. São Paulo : Paulinas, 1987.

JAMES, Cyril Lionel Robert. *Os jacobinos negros. Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*, São Paulo, Boitempo, 2000.

JEAN, Eddy Arnold. *Haiti: Les obstacles à la démocratie*. Port-au-Prince : Editions Haïti Demain, 2011.

LEYBURN, James G.. *El pueblo haitiano*. Santo Domingo : Sociedad Dominicana de Bibliófilos, 2011.

LOCKWARD, Ángel. *Haití - la tragedia*. Bogotá : Cangrejo Editores, 2010.

MAXIMÉ, Jean Miguelite. *Les valeurs dans la société haïtienne: entre crise et inexistence*. Port-au-Prince : Bibliothèque Nationale d'Haïti, 2012.

NÉRESTANT, Micial M.. *Religions et politique en Haïti*. Port-au-Prince : Karthala, 1994.

PATTEE, Ricardo. *Haití: pueblo afroantillano*. Santo Domingo : Sociedad Dominicana de Bibliófilos, 2008.

PIERRE-CHARLES, Gerard. *Radiographie d'une dictature*. Port-au-Prince : Le Natal.

PIERRE-CHARLES, Gerard. *Haiti (1930-1975): a crise ininterrupta*. IN: CASANOVA, Pablo Gonzalez (org). *América Latina: História de Meio Século*. Brasília, DF: Ed Universidade de Brasília, 1990.

PRICE-MARS, Jean. *La vocation de L'Elite*. Port-au-Prince : Les Editions Fardin, 2002.

PRICE-MARS, Jean. *De Saint-Domingue à Haïti: essai sur la culture, les art et la littérature*. Port-au-Prince : Les Editions Fardin, 2012.

PRICE-MARS, Jean. *La República de Haití y la República Dominicana - Tomo I e II*. Santo Domingo : Sociedad Dominicana de Bibliófilos, 2000.

PRICE-MARS, Jean. *Así habló el Tío*. Santo Domingo : Editora Manatí, 2000.

SCARAMAL, Eliesse dos Santos Teixeira. *Haiti: fenomenologia de uma barbárie*. Goiânia: Canône Editorial, 2006.

SEITENFUS, Ricardo. *Haiti: a soberania dos ditadores*. Porto Alegre : Solivros, 1994.

FERNANDES, Cleudemar A. *(Re)tratos discursivos do Sem-Terra*. Uberlândia : EDUFU, 2007.

5) Entrevistas e questionários

Conjunto de entrevistas, pesquisas/questionários realizados junto à integrantes e/ou ex-integrantes dos contingentes brasileiros da MINUSTAH. As entrevistas realizadas com militares do 8º e 9º contingentes da MINUSTAH, referentes ao período de 2008 e 2009 já se encontram transcritas. Realizaremos as demais entrevistas e questionários com militares que já atuaram no Haiti, em diferentes contingentes e com outros que se encontram em fase de preparo.

**CRIMINALIDADE FEMININA: UM DESENCONTRO AOS PADRÕES
ESTABELECIDOS, SÃO LUÍS 1890 A 1940**

Alexander Miller Câmara Sousa
sousamiller@hotmail.com
Universidade Federal do Maranhão
Mestrando em História Social
Bolsista CAPES

Resumo

Estudo sobre as representações sobre criminalidade feminina em São Luís do Maranhão entre os anos de 1890 e 1940, analisando os discursos jurídico, social e médico-legal sobre os perfis, papéis e locais femininos, sobretudo, no contexto de crescimento urbano da cidade, utilizando alguns processos crimes encontrados no Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão nos quais a mulher figura como autora de crimes e não como vítima.

Palavras Chave: Criminalidade, Mulher, Cidade.

Abstract

Study on the representations of female criminality in São Luís do Maranhão between the years 1890 and 1940, analyzing the speeches legal, social and medicolegal about profiles, roles and local women, especially in the context of urban growth of the city, using some criminal cases found in the Archive of the Court of Maranhão in which women figure as the author of crimes rather than victim.

Keywords: Crime, Female, City.

Os vários discursos que emergiam, no início do século, como o jurídico, procuraram reforçar as tradições católicas e patriarcais que consideravam preponderantes para a evolução da humanidade, paralelamente pretenderam compatibilizar os ideais da democracia liberal com os objetivos disciplinadores e eugênicos do recém criado Estado republicano

O código penal de 1890, segundo próprios doutrinadores do período, como Galdino Siqueira, foi aprovado sem muitos debates e foi criticado no Brasil e no exterior, principalmente pela má qualidade da redação e por já ter nascido obsoleto. Ressalte-se que, a influência dos ideais positivistas tiveram bastante aceitação no meio acadêmico desse período. Os debates sobre tal código colocaram os preceitos da escola positivista do direito penal em oposição à tradição brasileira de direito clássico. Os juristas brasileiros buscaram respaldo em nomes como Cesare Lombroso, Enrico Ferri, Alexandre Lacassagne dentre outros e trabalhavam para aplicar novos conhecimentos das ciências biológicas e humanas ao direito, insistindo nas diferenças inerentes aos indivíduos.

Havia no Brasil no início da república, uma leva de jovens juristas que pretendiam modificar o conjunto de princípios jurídicos ligados ao liberalismo do início do século XIX. A influência da escola clássica (defendia os princípios básicos do pensamento iluminista, como a igualdade dos indivíduos perante a lei, o livre arbítrio, a responsabilidade moral e a punição fixa e proporcional ao crime) era marcante sobre esses pensadores que representavam a nova geração de juristas do final do século. (CAULFIELD, 2000)

O nome escola clássica foi criado pelos positivistas com o sentido pejorativo, mas que serviu para denominar os doutrinadores daquela época. Seu maior expoente foi Francisco Carrara, autor do monumental programa *Del corso di diritto criminale* (1850). Para ele o delito era um ente jurídico impelido por forças físicas (movimento do corpo) e a moral (vontade livre e consciente do criminoso). Em sua linha de pensamento o livre arbítrio é considerado pressuposto da afirmação da responsabilidade e da aplicação da pena. Nesse sentido, “Carrara definia o crime como ‘a infração da lei do

Estado, promulgada para proteger a segurança dos cidadãos, resultante de um ato externo do homem, positivo ou negativo, moralmente imputável e politicamente danoso”. A norma para ele visava proteger a segurança dos cidadãos e a lei deveria tutelar os bens jurídicos. (MIRABETE, 2004, p. 39)

O positivismo surge na segunda metade do século XIX, no qual se destacavam as ideias de Comte e também as teorias evolucionistas de Darwin e Lamarck e das ideias deterministas de Stuart Mill e Spencer. O positivismo foi uma corrente filosófica bem recebida pelos intelectuais brasileiros, estava organizado sobre elementos como a moral, a rigidez, o autoritarismo e a disciplina, com o objetivo de organizar a sociedade através de uma moral conservadora. (ISMÉRIO, 1995)

Seu principal representante foi Auguste Comte, filósofo francês (1798-1857), este teve relações familiares problemáticas o que certamente produziu reflexos sobre o desenvolvimento de sua vida e obra. O pensamento positivo idealizado por este intelectual caracterizava-se pela subordinação da imaginação e da argumentação a critérios de observação. A visão positiva dos fatos diminuía a importância da metafísica e valorizava os fenômenos pesquisáveis e passíveis de comprovação através da observação. Ou seja, o espírito positivo afirmava as ciências como “*investigação do real, do certo e indubitável, e do efetivamente determinável e do útil*” (COMTE, 1978, p. XII).

A visão de Comte sobre o feminino era caracterizada por um tom conservador, o que é observado no discurso referente à mulher, atribuindo a esta, a preservação da moral e organização do culto privado, impondo um modelo de comportamento feminino baseado na visão patriarcal. A mulher tinha que ser a rainha do lar e o anjo tutelar da família (ISMÉRIO, 1995).

Os positivistas normalmente utilizavam símbolos e alegorias para expressar suas ideias, especialmente tendo em vista dois grupos estratégicos, as mulheres e os proletários, menos afetos, no Brasil, aos livros e publicações. Para disseminar a ideia de

modelo feminino, presente no catecismo positivista¹, era necessário que os Positivistas tivessem participação direta na educação feminina, que deveria ser voluntária e planejada. A influência sobre a educação começava pelo casamento, determinando a idade mais apropriada para o enlace, que segundo o Catecismo Positivista seria a partir dos 20 anos. Para estes, o casamento era considerado o alicerce da organização social. (COMTE, 1979)

De acordo com essas concepções a mulher deveria ficar restrita ao espaço privado e dedicar-se a sua função de administradora do lar e educadora dos filhos, enquanto que o sustento da família caberia ao marido. Para desenvolverem bem seus papéis deveriam receber alguns conhecimentos básicos, sobretudo as chamadas prendas domésticas, tais como: costurar, bordar, fazer renda, tocar piano, violino, canto, dentre outras. As mulheres deveriam educar seus filhos nos princípios da moral e do civismo tendo por base a história. Vale lembrar que a mulher era considerada educadora nata por sua natureza terna, desse modo poderia exercer o trabalho de professora, ensinando os alunos como se fossem seus próprios filhos, sem necessariamente correr o risco de perder seu estado de pureza e sua função de mãe-educadora. A mulher poderia exercer também a profissão de costureira, desde que não se afastasse do ambiente privado, por exemplo, da escola, do lar ou do ateliê para a execução das tarefas². (ISMÉRIO, 1995)

Desse modo, os papéis sociais já estavam bem definidos e mesmo com a ampliação dos espaços à mulher deveria saber como se portar, a mulher sensata, ainda

¹ Obra escrita por Auguste Comte entre 1851 e 1854, com o objetivo de disseminar a doutrina da Religião da Humanidade, baseada nas ideias e moral positivista

² As ideias positivistas chegaram ao Brasil por volta de 1850 e ganharam espaço no cenário intelectual brasileiro. Jerônimo de Viveiros, no artigo intitulado “O positivismo no Maranhão”, publicado no jornal o Imparcial, comenta que a primeira propaganda de positivismo no Maranhão foi feita pelo doutor Francisco Antonio Brandão, por volta de 1865, estendendo-se até 1870, e tinha a característica de ser esparsa e demorada. Nesse momento específico, como afirmou Viveiros “... Parece que foi de resultados quase nulos não despertando interesse na nossa elite intelectual”. No entanto, ainda segundo o autor a partir de 1876, “a doutrina de Augusto Comte surgiu de novo na nossa imprensa. Desta vez provocando um escândalo, despertando a atenção do público”. (O IMPARCIAL, 12 de dezembro de 1954).

mais se fosse casada deveria evitar sair pelas ruas com um homem que não fosse seu pai, marido ou irmão, justamente para evitar expor-se à maledicência, comprometendo assim a sua honra e de sua família.

As cidades estavam repletas de novos personagens que antes não tinham a mesma representatividade, os libertos, os imigrantes, os representantes das elites que se mudavam para as cidades, dentre outros, o ambiente urbano tornava-se mais complexo e heterogêneo. Intelectuais tentaram disciplinar as iniciativas que pudessem ser interpretadas como ameaçadoras para a ordem familiar, pois esta era o suporte da sociedade.

Além da influencia do positivismo comteano tivemos também o movimento criminológico do Direito Penal surgido com os estudos do médico e professor, italiano, Cesare Lombroso, que publicou em 1876 o livro *L'uomo delinquente studiato in rapporto, all'antropologia, alla medicina legale e alla discipline carcerarie*, expondo suas inovadoras ideias penais. Para ele o crime era uma manifestação da personalidade humana e produto de várias causas, seus estudos dão a ciência penal um caráter biológico, com a criação do criminoso nato. Apesar de ter sido considerado por muitos como exagerado, sua teoria abriu caminhos para os estudos sobre a criminalidade.

O crime seria um fenômeno biológico, não um ente jurídico, como afirmava Carrara. Por essa razão, o método que deveria ser utilizado em seu estudo é o experimental, e não o lógico-dedutivo dos clássicos; O criminoso nato apresentaria características físicas e morfológicas específicas como assimetria craniana, fronte fugidia, zigomas salientes, face ampla e larga, cabelos abundantes e barba escassa etc. O criminoso seria um ser atávico e representaria a regressão do homem ao primitivismo. Seria um selvagem que nasceria delinquente como outros nascem sábios ou doentios fenômeno que na biologia é chamado de degeneração. O criminoso nato seria insensível fisicamente, resistente ao traumatismo, canhoto ou ambidestro, moralmente insensível, impulsivo, vaidoso e preguiçoso. A causa da degeneração que conduz ao nascimento do criminoso seria a epilepsia, que ataca os centros nervosos, deturpa o desenvolvimento do organismo e produz regressões atávicas; existia ainda “loucura moral”, que deixa

integra a inteligência, suprimindo, porém o senso moral; o criminoso seria, assim, um ser atávico, com fundo epilético e semelhante ao louco moral, doente antes que culpado e que deve ser tratado e não punido. (MIRABETE, 2004)

Cesare Lombroso, com a ajuda do médico Ferrero, publicou em 1893 o livro *A mulher delinquente, a prostituta e a mulher normal*³, expondo suas teorias sobre a inferioridade que considerava inerente à mulher normal, reforçando dessa maneira, as representações femininas que vigoravam na época. Nesse trabalho, defendia que as leis contra o adultério só deveriam atingir a mulher não predisposta pela natureza para esse tipo de comportamento. Aquelas dotadas de erotismo intenso e muito inteligentes seriam desprovidas do sentimento de maternidade, característica inata da mulher normal, e, consideradas extremamente perigosas. Constituíam-se nas criminosas natas, nas prostitutas e nas loucas que deveriam ser afastadas do convívio social. A desigualdade existente entre homens e mulheres em relação ao crime passional também era discutida por Lombroso, que apontava nas mulheres inúmeras deficiências, além de atribuir-lhes fortes traços de perfídia e dissimulação. Afirmava que estas eram menos inteligentes que os homens, explicando que quando a mulher se destacava por sua inteligência era porque havia uma confusão em suas características típicas tais como tais como raridade das psicopatias sexuais nesse sexo, sua capacidade de manter a castidade por longo período, o que era algo quase impossível para os homens normais. (SOIHET, 2001)

Segundo Lombroso a criminosa nata seria dotada de intenso erotismo, grande inteligência, além de características mais voltadas para o sexo masculino como, coragem, energia, gostos viris pelo álcool e fumo, incapacidade para funções maternas, disposição para aventura e o ócio. Essa mulher poderia ser confundida com um homem. Já os outros tipos de criminosas seriam as ocasionais e as por paixão, sendo que as primeiras facilmente se arrependiam de seus feitos, além de serem capazes de ter um

³ O título original deste trabalho é *La femme criminelle et la prostituée*.1893.

amor ideal, as segundas normalmente cometeram crimes na juventude período em que estavam na plenitude sexual. (CALEIRO, 2002)

A escola positiva do direito penal tem como maior vulto Enrico Ferri, criador da Sociologia Criminal ao publicar o livro que leva esse nome. Foi discípulo dissidente de Lombroso e ressaltou o trinômio causal do delito, fatores antropológicos, sociais e físicos. FERRI (2003) era adepto das ideias deterministas e afirmava que o homem era responsável por viver em sociedade, dividiu ainda os criminosos e as paixões em sociais (amor, piedade, etc.) que deveriam ser estimuladas e as anti-sociais (ódio, inveja etc) que deveriam ser extirpadas e reprimidas. Rafael Garófalo, também é um nome que se destacou nesse momento sendo considerado o iniciador da chamada fase jurídica do positivismo italiano. Para ele o homem possuía dois sentimentos básicos a piedade e a probidade e que o delito seria uma lesão a um desses dois sentimentos. (MIRABETE, 2004). Em síntese as principais características da escola positiva, destacadas por MIRABETE (2004, p. 42) são:

O crime é um fenômeno natural e social, sujeito às influencias do meio e de múltiplos fatores, exigindo o estudo pelo método experimental; A responsabilidade penal é responsabilidade social, por viver o criminoso em sociedade, e tem por base a sua periculosidade; A pena é medida de defesa social, visando à recuperação do criminoso ou à sua neutralização; O criminoso é sempre psicologicamente, um anormal, de forma temporária ou permanente.

Então, destacavam-se duas principais correntes, a clássica e a positiva, que serviram para embasar tanto o código penal como também as decisões de muitos juristas da época. Como já mencionamos, o código de 1890 foi elaborado às pressas, e como no ensina Galdino Siqueira em seu livro Direito Penal Brasileiro de 1932, o projeto do código foi encomendado por Campos Salles a Baptista Pereira e ficou pronto em aproximadamente três meses.

No final do ano de 1890, é aprovado o decreto nº 847 que expediu o Código Penal⁴. E como afirma Galdino, “inspirado ainda na intuição clássica, não satisfaz

⁴ O Código Penal de 1890 estava dividido em quatro partes: 1ª Dos crimes e das Penas; 2ª Crimes em espécie; 3ª Contravenções e espécie; 4ª disposições geraes.

completamente as aspirações e as necessidades do paiz, sendo objecto, por isso de intensa crítica, em muitos pontos procedente, como se verá no decorrer deste trabalho” (SIQUEIRA,1932, p.11). A crítica de Galdino estende-se e este afirma:

Sem método científico, quer na distribuição geral das figuras delituosas, quer na coordenação destas, entre si, sem técnica rigorosa, lacunoso em muitos pontos, parco daquilo que já tem tido entrada no direito positivo de povos cultos e resultado das elucubrações científicas, da observação atenta, com penalidade ineficaz, em geral para proteção dos interesses individuais e sociais o que encerra de bom é, as mais das vezes, reprodução do anterior código, ou de leis especiais, e isto mesmo quando não modifica ou altera. (SIQUEIRA, 1932, p. 12)

Em função da própria maneira como o código foi escrito ele acabou passando por inúmeras reformulações, como forma de tentar amenizar os problemas, sobretudo, referentes às imprecisões textuais da lei. No livro de Siqueira Galdino, existe citação a trinta e uma modificações feitas no código penal de 1890, referentes aos mais diversos assuntos, desde questões com alcoolismo até mesmo ao atentado violento ao pudor além de outros crimes.

A organização e a definição dos crimes contra honra, também foram pontos duramente criticados no código penal de 1890. Assim como o código de 1830, este reservou um lugar especial às questões relacionadas à honra e moralidade. A proteção da honra da família ficou mais evidenciada e os crimes contra a honra e a família melhor organizados. Houve as mesmas preocupações em manter, a instituição patriarcal da família e o conceito de honra baseado nas relações de gênero que lhe davam sustentação.

Tais juristas estavam ansiosos por promover um aperfeiçoamento social e racial da população, viam no direito positivo uma forma e um método para intervir no desenvolvimento físico e moral da nação. Entretanto, o código penal de 1890 acabou sendo marcado, principalmente pelos moldes clássicos e a organização e definição dos crimes contra a honra, seguindo os moldes tradicionais, ocuparam um lugar de destaque. Pensadores como Nina Rodrigues, figura destacada no cenário intelectual brasileiro, pioneiro da medicina legal e da antropologia brasileira, adaptaram a obra de Lombroso e

de outros cientistas europeus as características do povo brasileiro, e ressaltava que as raças negra e indígena eram inferiores por isso deveriam receber tratamento diferenciado. (CAULFIELD, 2000)

A definição de crime trazida pelo código penal de 1890 não fazia diferenciações entre quem o praticava, se homens ou mulheres, entretanto, o próprio código apresentava alguns crimes que comumente eram mais praticados por mulheres ou especificamente por estas, como o adultério, aborto, parto suposto e infanticídio, vejamos a definição de crime apresentada pelo código em seu artigo 7º: Crime é a violação imputável e culposa da lei penal (BRASIL, 1890). Assim para a caracterização da conduta delituosa é necessário que esta viole o tipo penal, ou seja, o que esta prescrito como crime em lei e que a conduta seja culposa, não importando o sexo de quem a pratica.

O adultério no código penal de 1890, assim como no de 1830, não deu ao homem o direito de defender a honra da família através do assassinato da esposa adúltera e elimina a desafronta da desonra como atenuante para o crime. Destaque-se que no Brasil, somente a mulher deveria ser penalizada pelo adultério, sendo punida com pena de um a três anos de prisão celular, enquanto o homem só era considerado adúltero no caso de possuir concubina “teuda e manteuda”, como podemos observar no art. 279, § 1º, 1º, do código supracitado: “Art. 279. A mulher casada que commetter adultério sera punida com a pena de prisão cellular por um a três annos. § 1º Em igual pena incorrerá: 1º O marido que tiver concubina teuda e manteuda. [...]” (BRASIL, 1890).

As penas aparecem de maneira desequilibrada principalmente pela própria forma como era encarada a sexualidade masculina, ou seja, o homem tinha plena liberdade de exercer sua sexualidade, desde que não ameaçasse o patrimônio familiar já a mulher era punida, pela sociedade e pelo cônjuge traído, muitas vezes com a própria vida. Lembre-se que a fidelidade masculina era impossível de ser mantida pelo homem cuja sexualidade era excessivamente exigente. A esposa deveria compreender as fragilidades

masculinas. A infidelidade masculina tornava-se tolerável desde que esse conseguisse manter o seu papel de mantenedor da casa. Em muitos casos, observamos a absolvição do assassino sob a alegação de que estava privado de sentidos e da inteligência na hora do crime. Na prática, reconhecia-se ao homem o direito de dispor da vida da mulher. (SOIHET,2001)

Como dissemos, durante a primeira república despontava no país o discurso da modernização das cidades, no qual as ideias de civilidade e higienização eram o objetivo principal. Desse modo, os hábitos das camadas populares passaram a merecer atenção especial, pois era necessário adequar homens e mulheres a valores e comportamentos aceitáveis. A família passa a ser uma grande preocupação e as mulheres também por serem mantenedoras e organizadoras desse ambiente familiar. A presença de mulheres chefiando famílias já era algo bastante frequente, por isso, as concepções sobre honra e casamento das mulheres pobres deviam ser controladas, para não se tornarem perigosas à moralidade da nova sociedade que se formava.

Além do adultério temos outras figuras penais como, por exemplo, o parto suposto e outros fingimentos essa conduta criminaliza mulheres que simulam gravidez ou parto com objetivo de fraudar ou enganar alguém. Esse crime é bem difícil de ser comprovado, pois normalmente a mulher não deixava vestígios do crime e se o feto fosse de poucas semanas se decompunha com muita facilidade.

Outro crime bastante comum entre as mulheres era o aborto. Entretanto as práticas abortivas eram condenadas pelos médicos, que aconselhavam uma maternidade consciente, ou seja, a escolha do momento correto para procriação, utilizando um planejamento familiar e, para evitar que isso ocorresse em momento inoportuno, recomendavam o uso de métodos contraceptivos como camisinha de tripa, as esponjas umedecidas colocadas no fundo da vagina, coito interrompido, dentre outros. A igreja evidentemente não aceitava essas práticas e, mesmo assim, não eram uma unanimidade entre os médicos, tais recomendações. (MATOS. 2003)

O Código Penal de 1890 tornou as penas mais duras para os crimes de aborto e infanticídio, em relação ao Código Penal de 1830. Neste o aborto quando praticado pela gestante não era considerado crime, sendo a conduta criminalizada somente quando praticada por terceiros. No Código Penal de 1890, o aborto passou a ser considerado crime tanto quando praticado pela própria gestante como por terceiros. A criminalização do aborto praticado por terceiros em ambos os Códigos objetivava o combate a transmissão de conhecimentos dentro de uma rede de solidariedade feminina, sobre medicamentos e intervenções que visavam a prática abortiva. (NECKEL; PEDRO; MACHADO; HAWERROTH in PEDRO. 2003)

Quanto ao infanticídio, para a caracterização do crime era necessário comprovar que a criança viveu após o nascimento e que nasceu a termo, para isso era utilizado o exame cadavérico que deveria ser realizado por peritos médicos, estes utilizavam o exame “dosimásia hidrostática pulmonar” para saber se a criança respirou ao nascer, o que comprovaria o nascimento com vida. (NECKEL; PEDRO; MACHADO; HAWERROTH in PEDRO. 2003)

Ressalte ainda a parte final do art 298 que diz: recusando à vítima os cuidados necessários à manutenção da vida e a impedir sua morte, o legislador buscou certamente um alargamento nas condições de verificação do crime, além de tentar coibir partos clandestinos realizados por mulheres solteiras, viúvas e de marido ausente que tentavam esconder seu estado gravídico e também o parto. (NECKEL; PEDRO; MACHADO; HAWERROTH in PEDRO. 2003)

Outro ponto relevante a ser mencionado é que o Código Penal de 1890 previa a atenuação da pena quando o crime de infanticídio ou aborto era cometido pela mãe para ocultar a desonra própria, nesses casos o juiz analisava o caráter dessas mulheres além de seus antecedentes para diminuir a pena. Em muitos casos se tornava muito difícil fazer as verificações necessárias para comprovar os elementos caracterizadores do crime quer fosse pelo estado avançado de putrefação do feto quer fosse pela falta de perícia para proceder aos exames necessários.

Em acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado, sobre um caso de Infanticídio ocorrido no interior do Estado os magistrados ao avaliarem o mérito da questão emitem de forma bastante clara os atravessamentos sociais presentes nos julgamentos, pois ressaltam que a maternidade era um dom nobre e grandioso e deveria se sobrepôr a qualquer lei social, sendo um grande erro a mulher contrariar sua natureza de mãe mesmo que para ocultar uma desonra.

Quanto ao mérito não se pode contestar as sobejas provas de (criminosidade) digo de criminalidade da R. que como vítima de amores ilegítimos entre as correntes do instinto de conservação da espécie e a do sentimento da honra, deixou, que esta suplantasse aquela, contrariando a própria natureza que impele a mãe a desprezar as leis sociais, pelo affecto materno que é uma lei natural muito mais nobre e grandiosa do que quanta lei social egoística possam os homens crear. (BRASIL, 1935)

Ressalte-se mais uma vez a forma como as autoridades judiciais se referem a questões ligadas a honra como elementos essenciais dentro desse tipo de crime. A preservação da honra da mulher era fator determinante para conservação do bom funcionamento do Estado.

Nos casos em que a mulher aparece como ré, veremos muitos valores e preconceitos gravados nas páginas processuais; intrigas, amores e ódios estão estampados nas páginas de inquéritos, denúncias, etc. A realidade das populações, mulheres pobres e suas maneiras de resolver suas questões eram bastante peculiares e fugiam dos padrões exigidos para as mulheres da época. Essas mulheres que figuram nas páginas dos processos eram na maioria dos casos pobres, analfabetas, tendo que trabalhar fora para sustentar a casa e os filhos, entretanto, eram pessoas que amavam, que brigavam, que batiam e às vezes matavam em nome de sua própria sobrevivência e mesmo da existência fugindo dos modelos idealizados e estereotipados propostos pelas elites.

Como é o caso da senhora Antonia Rodrigues da Costa, ocorrido no ano de 1919. Residente em São Luís, moça de 21 anos, analfabeta, casada e que trabalhava em serviços domésticos. Segundo a denúncia feita pelo promotor essa jovem senhora ao ser

agredida verbalmente por um soldado do corpo militar de São Luís, não se controla e parte para agressão física sobre o mesmo. Essa atitude demonstra que diferente do que nos é apresentado, as mulheres muitas vezes insubordinavam-se contra maus tratos e abusos cometidos por homens, inclusive chegando a ponto de enfrentamento físico, vias de fato. Interessante é observar a forma que o soldado Hermínio se refere aos acontecimentos dizendo que Antonia sem motivo algum teria o agredido, aliás, afirma que estava trabalhando, escoltando um preso e só foi à casa da acusada para trocar de roupa, pois esta era sua engomadeira e como não a encontrou em casa foi procurá-la. Ao encontrá-la teria sido surpreendido pelas agressões físicas dela e de um rapaz que a acompanhava.

Perguntado, como explica o facto de que resultou achar-se ferido [...]

Respondeo quer hontem pelas cinco horas da tarde escoltando um prezo de justiça, ao chegar em frente ao barreiro, lugar que chamam ‘ceo’, este no caminho grande, convidou o prezo para ir a casa de sua gomadeira para elle repondente mudar a roupa, que chama-se Antonia Rodrigues da Costa, chegando em casa desta não a encontram; de volta ncontram-na em frente a quitanda que fica em frente ao referido ‘ceo’ e esta lhe insultando puchando por uma navalha botou-se ao paciente para feril-o enquanto um rapaz que acompanhava a mesma com um pequeno cacete a auxiliava, querendo também espancal-o, cahindo o respondente numa sala, quando procurava desviar-se de ambos, e que assim rende-se victima do mesmo, puchou pelo seu sabre punhal para defender-se dando-lhe uma pancada com este, na cabeça da mesma, resultando o ferimento que na mesma se via, ahi travando-se em seguida uma luta corporal entre os trez da questão, momento esse que sua agressora lhe dera diversas dentadas e seu companheiro cacetadas. (MARANHÃO, 1919a)

Já no depoimento de Antônia vemos a outra versão dos fatos, a jovem senhora relatou que como o Sr. Hermínio não havia a encontrado em casa, indignou-se, e quando a encontrou fora lhe dirigindo palavras alteradas. Além disso, esta não havia gostado do fato de ele ter ido a sua casa buscar roupas, e o havia censurado, aumentando ainda mais a sua raiva, assim este pegou seu sabre punhal e deu-lhe umas pancadas. E ela fugindo do perfil de docilidade e passividade, não aguentando a afronta “botou-se”

para ele, desse modo, partindo para luta corporal, dando-lhe dentadas, pois era a única arma que possuía e deixando-o também bastante ferido.

Outro fato relevante foi à pergunta do delegado de polícia sobre a utilização de álcool. Quando a ré foi indagada sobre estar alcoolizada na ocasião, rapidamente ela diz que não, mas que às vezes tomava um pouquinho. Segundo a testemunha Altrarrazio de Noronha, residente na rua do ocorrido, Antônia teria se dirigido ao soldado para tomar satisfação sobre alguma coisa e nisso deu um tapa no soldado que de pronto reagira tomando o seu sabre e dando-lhes umas pancadas, afirmou ainda que tanto o soldado quanto o seu preso estavam alcoolizados e que Antônia estava em seu estado normal, aliás todas as testemunhas, que eram do sexo masculino, afirmaram que o soldado Hermínio parecia alcoolizado.

Nesse caso apesar de estar o soldado Hermínio embriagado, andando com um preso pelas ruas também embriagado, e ter entrado em luta corporal com uma mulher, em momento nenhum o soldado parece ter sido censurado, sendo sua conduta colocada de lado para se provar que Antônia era realmente a culpada do crime de lesões corporais. É interessante que a luta era de um homem contra uma mulher e apesar da valentia da mulher contra o seu suposto agressor, fisiologicamente a mulher seria mais fraca e isso também parece que não foi levado em consideração, e os papéis foram invertidos, Antonia foi colocada como a agressora e o soldado a vítima.

O segundo caso analisado é o de Cattarina de Sena, de 30 anos de idade, solteira e de serviço doméstico (lavadeira), também analfabeta e residente em um cortiço no largo de Sant'Iago, em São Luís, ocorrido no ano de 1900. Nesse caso vemos logo de maneira explícita a forma preconceituosa com que o promotor do caso se refere à denunciada, chamando-a de mulher de má índole e desordeira, certamente por que esta fugia aos padrões de moralidade e civilidade propostos. Aqui nos vemos mais uma vez a mulher sendo colocada como agressora, violenta e mordaz contra o homem, sua vítima, brando e calmo que pouco fazer para se defender. Vejamos a denuncia feita pelo Promotor contra Catharina de Sena:

Usando da faculdade que a lei lhe confere vem a Promotoria Pública denunciar de Catharina de Sena, 30 annos de idade, solteira, serviço domestico, natural deste Esado pelo facto delictuoso que passa a expor – No dia 8 de outubro do corrente anno, pelas sete horas da noite pouco mais ou menos, Raphael amazio da denunciada achava-se em tal estado de embriaguez em uma quitanda a rua da Madre de Deus, desta cidade, que Innocêncio Rodrigues de Araújo resolveu conduzil-o a casa d’este ao largo de Sant’Iago, também d’esta cidade e ali chegando foi Raphael grosseiramente recebido pela denunciada, que é **mulher de má índole e desordeira**; exasperada a denunciada pelas palavras brandas de Innocencio Rodrigues de Araújo, que procurava acalmal-a pedindo que nada fizesse a Raphael em vista de seu lastimável estado, armou-se de um formão e fez em Innocencio Rorigues de Araújo as lesões corporais descriptas no corpo de delicto de fls. E como constitua esse um facto o delicto definido no art. 303 do código penal vem esta promotoria offerecer a presente denuncia e requer que no dia, logar e hora que forem designadas sejam inqueridas as testemunhas [...] (MARANHÃO, 1900a)

No depoimento da vítima, Innocencio Rodrigues de Araújo, observamos a referência dele a uma mulher extremamente agressiva e de pouco diálogo, segundo ele, a agressora era acostumada a maltratar seu amasio e por ter pedido para não fazer isso foi também ameaçado e agredido na cabeça. E só agrediu a jovem para controlá-la e impedir que ela o ferisse ainda mais, mais uma vez vemos o homem se colocando como vítima de uma mulher no combate físico.

Por outro lado vemos a versão completamente diferente dada por Catharina em seu depoimento. Catharina afirma que foi vítima da audácia de Innocencio que lhe pediu um copo d’água e como ela se recusara a dar-lhe, este além de ter invadido sua casa a agrediu fisicamente, com tapas e bofetadas deixando-a toda ensanguentada, e como ela era mulher e mais fraca utilizou um formão para se defender golpeando assim seu agressor. Além disso, Catharina também afirmava que Innocencio era usuário de drogas como “diamba” e quando bebia costumava entrar na casa dos outros fazendo arruaça.

Quando as testemunhas deste caso foram ouvidas, percebemos um dado interessante e que certamente veio desfavorecer o depoimento de Catharina e da credibilidade ao depoimento de Innocencio. Todas as testemunhas, mesmo aquelas que

não estavam em casa no momento do ocorrido ressaltaram a má índole de Catharina chamando-a de desordeira, provocadora e que costumava espancar seu amasio, principalmente por que esse era mais velho. A testemunha Elysário Simião de Araújo, de trinta anos de idade, solteiro, pescador quando perguntado sobre a conduta de Catharina respondeu que esta era uma mulher turbulenta e que por várias vezes já havia ouvido dizer que ela esbordoava o seu amasio.

Entre as testemunhas, destacam-se duas, principalmente por serem mulheres, a Sra. Lina Germiniana Marques de trinta e quatro anos, solteira, alfabetizada e Rita de Acássia Gentil da Silva, com vinte anos de idade, solteira, alfabetizada e de profissão doméstica. Ambas têm uma opinião semelhante sobre Catharina ressaltando a péssima índole da acusada e pior revelando que a acusada já havia sido presa outras vezes e que não receava ser presa. Provavelmente, esses depoimentos serviram para convencimento das autoridades quanto à culpa de Catharina e justificaram de certa maneira a forma como o promotor a descreve na denúncia. As testemunhas a descrevem como desordeira e incomoda a vizinhança. Fugindo mais uma vez ao modelo de passividade.

Outro caso intrigante é o de Crescencia d' Annuniação, moça de vinte e um anos, analfabeta, natural da vila do Paço serviço doméstico, ocorrido no ano de 1914, que se vendo importunada por seu antigo amante, um senhor de oitenta anos, acaba agredindo-o causando-lhe ferimentos na cabeça. O interessante é que seu ex-companheiro, o senhor Francisco Moraes, quando interrogado, relata, que quem o agrediu não foi Crescencia e sim seu novo amasio Manoel, desse modo, deixando uma dúvida quanto a autoria do crime. Sem dúvida esse foi mais um caso de intrigas e ciúmes amorosos. O Sr Francisco Moraes parece acusar, Manoel Alves como uma forma de tentar agredir o novo amante de Crescencia.

No entanto, tanto Crescencia quanto seu companheiro, Manoel Alves Ferreira de vinte anos, apresentaram depoimentos semelhantes, desmentindo desse modo à tentativa do Sr Francisco de incriminar Manoel. Este afirmou que na hora do acontecido estava retirando Jussara, quando ouve os gritos de desespero de Crescencia, mulher com a qual

afirmava ter relações amorosas, e quando chegou em casa encontrou o sr Manoel gritando-lhe desaforos, entretanto afirma não tê-lo agredido. Por outro lado, Crescencia afirmou ter agredido o seu ex-companheiro em legítima defesa, pois o mesmo estava enfurecido e inclusive também a teria agredido. A ré relatou ainda que já vinha sendo ameaçada a alguns dias de ter seu filho, que também era filho de Sr. Moraes, levado embora, além de ter ouvido diversos desaforos como sem vergonha e desgraçada.

Ainda sobre o depoimento dos agressores, como está no inquérito policial, é curioso destacar o estado da vítima que após estar vindo de um enterro encontrava-se completamente alcoolizada, o que nos leva a inferir que essa era uma prática comum naquele período, pelo menos entre as classes mais pobres, nesse tipo de cerimônia. Quanto às testemunhas pouco sabiam sobre o caso mesmo porque tudo aconteceu dentro de casa, desse modo não puderam dar muitos detalhes sobre o ocorrido. A única coisa que falaram foi que souberam que o velho Francisco havia sido espancando.

A forma como tudo aconteceu, a confissão de Crescencia, o relato de Manoel, além dos depoimentos das testemunhas levaram o promotor a concluir pela autoria de Crescencia, denunciando-a pelo crime de lesões corporais, conforme o artigo 303 do código penal de 1890.

Ilmo Juiz Municipal da 3ª Vara Criminal desta Comarca

Denúncia

O Promotor P. da comarca vem perante V. Sr. Denunciar de Crescencia de Annuniação, natural da vila de Paço, deste Estado, residente no lugar 'Batatan', pelo posto de, no dia 26 de setembro do ano vigente, na casa de sua residência, onde para procurá-la, bastante embriagado, o velho Francisco Pedro de Moraes, seu antigo amasio, para que ela entregasse ao mesmo um de seus meninos de quem diz elle pae, haver a dita denunciada, depois de ligeira luta com Francisco Pedro de Moraes, occasionando por essa razão, produzido no mesmo com uma acha de lenha as offensas phisicas constantes no auto de [...] corpo de delicto, junto a que confessou a sobre dita denunciada no seo interrogatório.

E como assim procedendo haja esta incorrido nas penas do art. 303 do cód. Penal representa esta promotoria contra a mesma. (MARANHÃO, 1914)

Os dois casos seguintes guardam consigo grande semelhança, pois se referem a brigas entre mulheres. O primeiro, ocorreu na travessa dos barqueiros e envolveu quatro mulheres em uma luta corporal: as Senhoras Filomena Correa Lima, Maria Correa Lima, Maria Francisca de Mello e Maria Luiza Barbosa.

Filomena Correa Lima era cearense, alfabetizada, doméstica e ao contar sua versão sobre o ocorrido afirmou ter sido insultada e agredida por Maria Francisca de Mello e não suportando a afronta partiu para a agressão física, tendo ajuda de sua filha Maria Correa Lima que tinha 15 anos, era costureira e também alfabetizada. Maria Lima relatou que não aguentou ver sua mãe toda ensanguentada e sendo agredida daquela forma, por isso interviu para protegê-la.

Por outro lado, temos a versão de Maria Francisca de Mello que diz ela sim ter sido agredida por Filomena Lima e por sua filha Maria Lima, que inclusive portava uma navalha. Maria de Mello diz ter sido insultada por Filomena, por isso entrou na briga. E quanto a participação de Maria Luiza Barbosa, piauiense de trinta anos de idade, analfabeta, solteira, doméstica, só ocorreu com o intuito de apartar a briga que se seguia e por ver que Maria de Mello já estava bastante machucada.

O curioso é que se as autoridades observassem as duas versões do fato realmente ficariam em dúvida sobre quem estaria falando a verdade, entretanto quando ouvidas as testemunhas concluiriam o que realmente parece ter acontecido, que foi uma briga por motivações antigas que as paginas processuais desconhecem, o que freqüentemente acontecia nas camadas sociais mais baixas. A primeira testemunha Antonia Rita do Nazareth de 23 anos, solteira, serviço doméstico, afirmou ter ouvido Maria Correa Lima dizer que agora Maria Francisca iria “paga-la”, como se já houvesse alguma questão entre elas. Afirmou ainda que Maria Correa Lima portava uma navalha. Outra testemunha, Honorina Martinha Salles, de 18 anos, solteira, gomadeira também afirma ter visto Maria Correa Lima com uma navalha.

No final, a Promotoria acabou convencida da agressão de Maria Lima com uma navalha, sendo responsável pelos ferimentos existentes no corpo de Maria de Mello e sendo denunciada pelo crime de lesões corporais art. 303 do código penal da época.

Usando da faculdade que a lei lhe confere, vem a promotoria Pública, denunciar de Maria Correa Lima de 15 anos de idade, brasileira natural do Estado do Cera, costureira, solteira, pelo facto delictuoso que passa a expor – No dia 28 de junho pelas cinco horas da tarde pouco mais ou menos , a travessa dos Barqueiros d’esta cidade, as mulheres Filomena Correa Lima e Maria Francisca de Mello Travaram-se de razoes insultando-se reciprocamente, em seguida ao que atracaram –se rolando ambas pelo chão, quando Maria Correa Lima, filha da primeira intervindo na luta armada de uma navalha, fez em Maria Francisca de Mello os ferimentos descriptos no corpo de delicto [...] alteradas exame de sanidade.

E como apesar disto tinha a referida Maria Correa Lima commettido o delicto definido no ar. 303 do Código Penal vem Promotoria Pública offerer a presente denuncia [...] (MARANHÃO, 1900b)

“Uma contusão no pescoço [...] uma na região lombar [...] outra nas costas estando bastante inchados os locais e roxos” (MARANHÃO, 1919). Esse é o resultado de mais uma contenda entre mulheres, e mais uma vez por motivo aparentemente irrelevante, insultos mútuos. Dessa vez, o ocorrido deu-se na vila do Paço do Lumiar, no Iguaíba, envolvendo Constança Januaria da Silva, trinta e dois anos, lavadeira e analfabeta e Mônica Rosa de Lima de vinte e seis anos, solteira, domestica e alfabetizada.

O que tudo indica é que, mais uma vez, tivemos uma briga que parece desfecho de algum problema que existiu entre as duas, entretanto o que impressiona é a forma violenta com que foram proferidos os golpes. Os resultados foram de lesões corporais, e caso não houvessem socorrido a vítima talvez o desfecho pudesse ser bem mais sério.

E por fim, analisaremos o caso de Mariana Pereira de Souza, processo de homicídio levado ao tribunal do júri, em 1907, contendo cerca de quatrocentas e vinte páginas. Aqui analisaremos trechos do inquérito, e principalmente a forma como o promotor fez a denúncia de maneira agressiva e tendenciosa.

Mariana Pereira de Souza, vinte e cinco anos de idade, casada e de serviços domésticos e José Pereira do Carmo também vinte e cinco anos, jornalista e solteiro foram denunciados pelo promotor público de São Luís acusados de terem matado Luiz Pereira Lopez. Aparentemente seria mais um de homicídio, entretanto o fato de Mariana ser a esposa de Luiz e amante de José torna o caso intrigante. O referido caso ocorreu nas proximidades do lugar chamado Cutim e ao que tudo indica corresponde a um crime premeditado, entretanto o que chama a atenção é como elementos subjetivos estão muito evidentes nas falas oficiais e como a condução do caso foi carregada de intencionalidade. A trama foi aos poucos sendo desvendada nos autos do inquérito, no primeiro momento ambos negam a autoria do crime, mas as nítidas contradições em seus depoimentos levaram as autoridades a realização de uma acareação, na qual Mariana Pereira revela ter sido José o autor do crime, este por sua vez em segundo depoimento afirma ter cometido o assassinato, mas que só o fez por ter sido induzido por Mariana, e revela ainda que esta era sua amante e que por outras vezes já o havia agredido por ciúmes deixando caro a conduta desvirtuante e agressiva de sua referida amasia. É interessante perceber como a autoridade policial demonstra acreditar na versão dada por José, mesmo após a negativa de Mariana as acusações.

No texto, o promotor utiliza as expressões: pérfida, sangue frio e perversão moral para se referir a Mariana. Esta seria uma mulher calculista, desleal e traidora, dessa forma, estaria comprovada sua perversão moral. Uma mulher casada jamais poderia dar-se ao desfrute de trair seu marido, isso era algo inadmissível e já comprometia a imagem da acusada perante a sociedade e nitidamente perante o promotor. A partir dessa constatação o jurista vai tentar em seu discurso transformar Mariana na grande vilã da história. Vejamos um fragmento da denuncia apresentada.

[...] O promotor Público da comarca, usando da faculdade que lhe confere a lei, vem, perante, este juízo denunciar de Mariana Pereira Souza, de vinte e cinco annos, maranhense, aqui residente, e José Pereira do Carmo, de vinte e cinco annos de idade, brasileiro, jornalista, também residente nestta cidade, pelo crime que passa a

expor:[...] Sahindo, ambos com uma lus chegaram ao local de onde partiam os gritos encontrando o individuo de nome Luiz Pereira Lopez, **homem estimado e de bons costumes, trabalhador no sitio El-dorado**, que estava mortalmente ferido e banhado em sangue. Levado o facto ao conhecimento do subdelegado do Anil[...] Procedendo-se do inquérito policial, Candido pereira do Nascimento, afirmou estar convicto de que José Pereira do Carmo , sobrinho de Luiz, era seu assassino, devido ao estado de sobresalto de sossego em que estava quando foi avisar Mariana do ocorrido, e declaração indentica fez Florentino Ribeiro de Carvalho, que disse não ser o mesmo José afeiçãoado a seu tio. Interrogada **Mariana que desde muito tempo mantinha relações ilícitas com Jose**, consoante afirmação deste, declarou ella que Jose Pereira do Carmo lhe havia confessado ser o assassino de seu marido, o que depois confirmou o mesmo Jose perante o delegado geral, dizendo peremptoriamente que assim havia procedido por instigações da mesma Mariana. Diante destas declarações o Delegado geral resolveu interrogar novamente a **pérfida Mariana e, não obstante o sangue frio** com que ella se apresentara, o que **alias denota o seu estado de perversão moral**, continuou a afirmar que o assassino era Jose e por fim depois de habilmente submettida pela authoridade, sem meios capeissos, a dizer o que soubesse, disse que não mandou matar seu marido [...] (grifos nossos) (MARANHÃO, 1907)

Observando o fragmento do depoimento, percebemos também a preocupação do promotor em elogiar as qualidades de bom moço e bom marido de Luiz, aparentemente como forma que incriminar ainda mais Mariana. Luiz é apresentado como homem estimado e de bons costumes, além de ser trabalhador, ou seja, se enquadrava em todos os elementos de um marido tido como honesto. Em outro fragmento do texto como veremos abaixo mais uma vez a vítima, tem suas qualidades de bom marido ressaltadas e Mariana é pintada de como uma mulher cruel e sem sentimentos que deveria estar muito alegre com a morte do marido. Além disso, o autor do homicídio, José Pereira aparece no depoimento de certa forma também como uma vítima do poder persuasivo de Mariana, de modo que José só cometeu o crime por que estava envolvido com a acusada e por que ela pediu. Pois Luiz era um estorvo para o prosseguimento do caso amoroso dos dois. Ressalte-se que José além de ter a mesma idade de Mariana, exercia trabalho fora do ambiente privado tendo vivência no mundo e experiência no convívio social, mas mesmo

assim fora facilmente seduzido e convencido a praticar o delito por sua suposta amasia.

Além de tudo, a forma como o promotor, fala sobre Mariana nos leva a perceber que ele a considerava dissimulada e sádica, pois somente chorou a morte do seu marido para iludir as pessoas que a foram visitar.

[...] que o mesmo Jose Pereira do Carmo combinou consigo commetter o crime e que quando veio a cidade trazer uma vacca já sabia elle teria, na volta de ser assassinado, nada prevenindo a autoridade porque esta tinha que acontecer [...] Vê-se [...] **que Mariana, trahindo seu marido exercia certo poder suggestivo sobre o seu amante Jose. E como Luiz fosse estorvo aos seus amores criminosos, resolveu, contra elle, armar o braço do amante, seu sobrinho affim, declarando que morto seu marido, iriam ambos para o Brejo, neste Estado.** [...] assentaram que o crime seria naquella dia [...] incumbindo-se Mariana de entretel-o para que não sahisse aquella hora e sim mais tarde para que só a noite podesse estar de volta, sendo, , por isso fácil de ser assassinado [...] **E Luiz que estimava sua mulher, attendeu-a sahindo as quatro(...)**Depois que entregou a vacca [...] foi a casa de seu patrão [...] aniversario de uma pessoa da família. Ali lhe foram dados alguns doces que deixou de comer, afim de leval-os para sua Mariana que neste momento devia jubilar por nunca mais ter **ocasião de vel-o e ouvil-o.** [...] Jose [...] as seis e meia da tarde, indo esperar seu tio junto ao rio, onde a estrada é mais escura e menos freqüentada, e ali, commetteu o crime [...]

[...] Sahiu então Jose pela por dos fundos da casa, muito sobresaltado, e depois **Mariana, que fingia chorar para a mulher iludir,** sem entretanto ir em busca da victima [...] (grifos nossos) (MARANHÃO, 1907)

Mariana, mesmo não participando efetivamente do assassinato de Luiz, foi considerada a mandante, e saiu como a maior culpada pelo crime, principalmente por ter contrariado as regras sociais que a enquadravam em um modelo de casamento, em que deveria servir ao marido e jamais tê-lo traído, ainda mais com seu próprio sobrinho. Desta forma sai duplamente culpada, condenada pela sociedade por sua perversão moral e também pela justiça pela coautoria no delito.

Enfim, a criminalidade feminina, em São Luís, no início do século aparece como uma forma de resistência aos modelos definidos, ao que parece, as mulheres das camadas sociais menos elevadas, em função das condições econômicas, educacionais, profissionais e mesmo sociais acabavam gozando de uma maior liberdade de circulação e mesmo de expressão, ignorando muitas vezes as regras da boa educação. Ressalte-se também que os casos de uniões consensuais não eram raros, e que a maioria destas mulheres, era analfabeta e trabalhava com serviços domésticos. E quando interrogadas pelas autoridades dependendo da prática delituosa sofriam preconceitos e acabavam culpadas antes mesmo de serem julgadas. De desordeiras a criminosas, certamente essas mulheres pagaram um preço muito alto pela sua “liberdade”.

REFERÊNCIAS

BRASIL Código Penal. 1890..

CALEIRO, Regina Célia de Lima. História e Crime: quando a mulher é a ré; Franca 1890- 1940. Montes Claros: Unimontes, 2002.

CAUFIELD, Sueann. Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1978-1940). São Paulo: Unicamp, 2000.

CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

COMTE, Auguste. Curso de Filosofia positiva; Discurso sobre o Espírito Positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo Positivista. Tradução e prefácio por Gianotti. São Paulo: Victor Civita, 1978. (Coleção Os Pensadores).

CORREIA, Maria da Glória Guimarães. Nos fios da trama: quem é essa mulher? cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do século XIX. São Luís: EDUFMA, 2006.

FERRI, Enrico. O delito passionnal na sociedade contemporânea. Campinas: LZN, 2003

GALDINO, Siqueira. Direito Penal Brasileiro: parte geral. v. 1. [s. l.]: Livraria Jacynto, 1932.

ISMÉRIO, Clarisse. Mulher, a moral e o imaginário: 1889 – 1930. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

MARANHÃO. Tribunal Superior de Justiça Acórdão 1.270: crime: Infanticídio. Apelante: O Juiz de Direito; Apelado: Paulina Rodrigues da Conceição. 1935. São Luís. 1935.

MARANHÃO. Tribunal Superior de Justiça. Processo Crime – crime: lesões corporais; ré: Catharina de Sena; vítima: Innocencio Rodrigues de Araújo. 1900. São Luís. 1900a. (Arquivo Público do Estado do Maranhão).

_____. Tribunal Superior de Justiça. Processo Crime – crime: lesões corporais; ré: Maria Correa Lima; vítima: Maria Francisca de Mello. 1900. São Luís. 1900b. (Arquivo Público do Estado do Maranhão).

_____. Tribunal Superior de Justiça. Processo Crime – crime: homicídio; réus: Mariana Pereira de Souza e José Pereira do Carmo; vítima: Luiz Pereira Lopez. 1907. São Luís. 1907. (Arquivo Público do Estado do Maranhão).

_____. Tribunal Superior de Justiça. Processo Crime: crime: lesões corporais; ré: Crescencia d' Anunciação; vítima: Francisco Pedro de Moraes. 1914. São Luís. 1914. (Arquivo Público do Estado do Maranhão).

_____. Tribunal Superior de Justiça. Processo Crime: crime: lesões corporais; ré: Antônia Rodrigues da Costa; vítima: Hermínio de Andrade. 1919. São Luís. 1919a. (Arquivo Público do Estado do Maranhão).

_____. Tribunal Superior de Justiça. Processo Crime: ré: crime: lesões corporais; ré: Constança Januaria da Silva; vítima: Mônica Rosa de Lima. 1919. Paço do Lumiar. 1919b. (Arquivo Público do Estado do Maranhão).

MATOS, Maria Izilda Santos de. Delineando corpos. As representações do feminino e do masculino no discurso médico (São Paulo 1890-1930). In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel(org). O corpo feminino em debate, São Paulo: UNESP, 2003.

MIRABETE, Julio Fabbrini. Manual de direito penal. v. 1. São Paulo: Atlas, 2004.

MOTT, Maria Lúcia; MALUF, Marina. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). História da vida privada no Brasil. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. (Capítulo 5).

NECKEL, Roselane; PEDRO, Joana Maria; MACHADO, Vanderlei; HAWERROT, Eliana Izabel. Aborto e Infanticídio nos códigos penais e nos processos judiciais: a pedagogia das condutas femininas. In: PEDRO, Joana Maria. Práticas Proibidas: Práticas Costumeiras de aborto e Infanticídio no século XX. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary Del. História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2001. p. 362-400.

AS TRANSFORMAÇÕES NO SETOR PORTUÁRIO E OS IMPACTOS NA CULTURA DA ESTIVA NO PORTO DE SANTOS

Alexandre Pacheco Raith¹

alexraith@usp.br

Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH-USP)

Mestrando

Bolsista CAPES

Resumo

O artigo objetiva discutir mudanças na cultura dos trabalhadores da estiva do Porto de Santos, localizado no litoral sul do Estado de São Paulo, por conta de transformações institucionais e operacionais pelas quais atravessou o setor portuário, como o processo de containerização, iniciado na década de 70, e a Lei de Modernização dos Portos, de 1993. O artigo analisa como leis e alterações na esfera da produção interferem nas relações interculturais e na organização do trabalho. Busca-se compreender os impactos na formação de identidades neste espaço marcado por processos de convívio intercultural entre estivadores locais e estrangeiros, tornando o porto um território privilegiado de sobreposições, intersecções ou trocas culturais.

Palavras-chave: Porto de Santos, estiva, cultura do trabalho

Abstract

The article discusses changes in the culture of workers stowage Port of Santos, located on the southern coast of São Paulo State, because of institutional and operational transformations through which passed the port sector, such as containerization process, initiated in the late 70, and the Law of Modernization of Brazilian Ports, 1993. The article examines how laws and changes in the sphere of production interfere in intercultural relations and work organization. We seek to understand the impact on the formation of identities in this space marked by processes of intercultural interaction between local and foreign stevedores, which makes the port one privileged territory overlaps, intersections or cultural exchanges.

Keywords: Port of Santos, stevedoring, work culture

¹ Mestrando do curso de Pós-graduação em Estudos Culturais da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH-USP) – Bolsista CAPES.

Introdução

A cultura do trabalho no Porto de Santos, localizado no litoral sul do Estado de São Paulo, sofreu influências internas e externas ao longo de sua construção, seja pelo fluxo migratório ou pelas mudanças provocadas por transformações institucionais e operacionais pelas quais atravessou o setor, como a implantação da containerização, na década de 70, e a Lei de Modernização dos Portos, de 1993. O estudo destas influências é crucial para entender os elementos da cultura dos trabalhadores da estiva santista.

Por isso, o artigo abordará o Porto de Santos desde a sua origem, passando pelo seu desenvolvimento e potencial econômico e pela importância na imigração e, conseqüentemente, pela presença de estrangeiros em Santos e no próprio porto, os quais exerceram papel fundamental na mão de obra e no movimento operário. Por fim, este trabalho mostrará como um novo sistema de transporte de carga e uma lei, ambos impulsionados pelas *exigências* da globalização, impactaram na esfera da produção portuária e na cultura do trabalho da estiva em Santos.

O artigo está dividido em três partes. A primeira trata da criação do ancoradouro santista na década de 1500 até a inauguração do primeiro porto organizado do Brasil, em 1892, e sua importância nas exportações e na reestruturação da atividade portuária brasileira. Enquanto a segunda mostra a diversidade cultural do espaço-porto, por ter sido a porta de entrada dos imigrantes que chegaram ao país por meio de estímulo oficial durante a virada do Império para a República, cujas ideologias influenciaram politicamente na formação da identidade da estiva nesta cidade. Já a última apresenta as conseqüências no trabalho dos estivadores decorrentes das transformações ocorridas no setor portuário por conta da modernização exigida pelo contexto econômico pelo qual atravessa o comércio mundial.

Dos trapiches a porto organizado: o impulso à circulação de mercadorias, capital e pessoas

O tráfego do primeiro porto organizado do Brasil foi inaugurado em fevereiro de 1892, após longos séculos durante os quais o porto era um ancoradouro formado apenas por trapiches. Depois de estudos realizados por Brás Cubas, integrante da expedição portuguesa de Martim Afonso de Souza, iniciou-se em 1531 a construção de um ancoradouro, na então costa da Província de São Paulo, na Capitania de São Vicente².

Formado de trapiches, o ancoradouro situava-se em Enguaguaçu, com acesso ao Canal de Bertioiga, local definido por ser protegido dos ventos, da agitação marinha e do ataque de piratas que saqueavam as vilas costeiras. O povoado de Santos surge simultaneamente com a construção da infraestrutura de apoio aos serviços destinados à operação do ancoradouro, que matinha relações comerciais com as Vilas implantadas no Planalto de Piratininga - Santo André da Borda do Campo e São Paulo de Piratininga. Em 1546, o povoado é elevado à condição de Vila do Porto de Santos, a qual recebe a primeira alfândega em 1550.

O aumento do preço do açúcar na Europa, no século XVI, e a insuficiente produção da matéria-prima em colônias portuguesas do Atlântico, estimulam Portugal a investir a cultura canavieira no Brasil (HUGON, 1973). Decisão que aumenta a importância da Vila e do ainda então ancoradouro que, no século XVII, torna-se local de recebimento e fornecimento de sal para toda Capitania e a embarcar produção de ouro das cidades mineiras de Ouro Preto, Mariana, Sabará, Caeté e Congonhas do Campo. E, no final do século XVIII, consolida-se como o primeiro corredor de exportação brasileiro ao monopolizar os embarques de açúcar (CODESP, 2013).

Em 1808, a movimentação dos portos brasileiros é impulsionada pelo Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas, carta régia promulgada pelo príncipe regente de

² Em 1502, o [navegador português](#) Gonçalo Coelho, que comandou as duas primeiras expedições exploratórias das [terras descobertas](#) por [Cabral](#), em 1501-02 e 1503-04, descobre o Porto de São Vicente, localizado na Ponta da Praia, entre as ilhas Guaiáó (São Vicente) e Guaiabê (Santo Amaro), na boca do rio São Vicente (Estuário de Santos). O local era usado para consumo de bordo, principalmente de navios espanhóis que se dirigiam ao Prata, e para tráfico de escravos indígenas (tupinambás), por Cosme Fernandes, degredado [português](#) enviado, em 1501, ao sul do litoral de [São Paulo](#). Em 1532, a Coroa portuguesa envia Martim Afonso de Sousa, para exilar o degredado e estimular a produção de açúcar. No mesmo ano, ocorre a transferência do porto para o outro lado da ilha (CODESP, 2013).

Portugal Dom João de Bragança, em Salvador, durante a vinda da Corte portuguesa ao Brasil. Decreto que permitiu, também, o contato com viajantes e negociantes de outros países, já que pôs fim ao Pacto Colonial e liberou o comércio direto de produtos brasileiros com outros países (OLIVEIRA; RICÚPERO, 2007). E, conseqüentemente, os portos abertos ao mundo impulsionaram a circulação de mercadorias e pessoas em nosso território. Esta porosidade territorial permitia ao território nacional facilitar e estimular sua relação com o exterior, a partir de uma base institucional encarregada de regular e operar o movimento (ARROYO, 2001).

O auge chegaria em 1851, quando o café lidera a movimentação do porto devido ao aumento da produção, que precisava atender a demanda em consequência da Revolução Industrial vivida pelos países importadores. Em 1857, o início da operação da São Paulo Railway, que ligava por via ferroviária a região da baixada Santista ao Planalto (Santos-Jundiaí), estimula ainda mais o crescimento da operação do porto e da cidade, que acaba recebendo um alto número de brasileiros e imigrantes. O Porto do Café, principal saída da produção cafeeira para o exterior, tornava-se também entrada de maciça imigração (GITAHY, 1992). A abertura de consulados de diversos países serve como prova da intensa presença de estrangeiros em Santos (VILAS BOAS, 2005).

O aumento da movimentação de navios por conta da exportação do café e da intensa imigração exigia a reforma do porto como garantia de sua operacionalidade. A construção de um porto moderno em Santos revelava a importância da reestruturação do transporte marítimo no Brasil. A modernização da infraestrutura portuária significava vantagens econômicas por meio do escoamento mais rápido de produtos de exportação do interior via litoral (MONIÉ; VIDAL, 2006). Os portos tornavam-se porta de entrada para os mercados externos e fator estratégico no desenvolvimento econômico nacional (STARR; SLACK, 1999).

Após uma tentativa privada e outra estadual de construir o porto, a concessão parecia a opção mais viável, impulsionada pelo monopólio do escoamento do café (GITAHY, 1992). Em 1888, após concorrência pública, o grupo liderado por Cândido Gaffrée e Eduardo Guinle foi autorizado a construir e explorar o Porto de Santos. E, finalmente, em 2 de fevereiro de 1892, o navio a vapor Nasmith, de armadora inglesa,

atracava no primeiro trecho de 260 metros de cais construído em Santos, na região do Valongo. Fato que registrava o momento histórico em que o modesto atracadouro tornava-se o primeiro porto organizado do Brasil, sob a concessão da Gaffrée Guinle & Cia., que se transformou na Companhia Docas de Santos (CDS) e teve o direito de exploração de serviços portuários estendida de 39 para 90 anos.

Desde então, o maior porto da América Latina já movimentou mais de um bilhão de toneladas de cargas e ainda assume o posto de propulsor do desenvolvimento industrial do Estado de São Paulo - e do Brasil - ao representar a maioria das transações comerciais realizadas com o mercado externo, com cerca de um terço da receita cambial do país (CODESP, 2013). Por intermédio do porto, Santos torna-se o ponto de contato com o exterior, e não somente pela movimentação de cargas. Tal articulação foi – e ainda é – representada, também, pela circulação de pessoas.

A rota mundo-Santos: a chegada de imigrantes e a influência ao convívio intercultural

Com a proibição do tráfico internacional de escravos, em 1850, houve um estímulo oficial à imigração durante a virada do Império para a República. O Brasil precisava de mão de obra para a lavoura de café, e a vinda de estrangeiros era essencial para a economia brasileira (VILAS BOAS, 2005). Dados da Revista de Imigração e Colonização (1940) indicam que os brancos europeus estavam eram maioria. Entre 1890 a 1899, desembarcaram no Brasil 690.365 italianos, 219.653 portugueses, 164.293 espanhóis e 17.084 alemães, enquanto no século seguinte, inicia-se a entrada massiva de japoneses. Somente em 18 de junho de 1908, aportaram em Santos 8.781 imigrantes japoneses contratados para trabalhar na lavoura cafeeira. No período entre 1908 e 1923, 32 mil japoneses entraram em solo brasileiro, por conta do incentivo do governo paulista e a Companhia Imperial de Imigração, sediada em Tóquio (CARNEIRO, 2003).

De acordo com Hobsbawm (2002), o deslocamento a outros países criava aos imigrantes o confronto entre o sentimento de pertencimento do local deixado para trás e a vida em um novo território. Mas como o “emigrante era carga útil”, os governos de

países que atravessavam pelo período de industrialização e de grande produção incentivaram a vinda de imigrantes. Assim como aconteceu na época de maior colheita e exportação do café brasileiro, quando incentivos governamentais pagavam antecipadamente a passagem de navio daqueles que desejavam migrar e garantiam moradia, alimentação e trabalho na chegada ao Brasil.

No artigo *Santos: Porto, Deslocamentos e Representações*, em que se abordam as transformações econômicas, urbanísticas e socioculturais ocorridas no século XIX, nesta cidade portuária, por conta da exportação de café, a historiadora Maria Izilda Santos de Matos (2012) destaca a rica multiplicidade do cotidiano do porto e apresenta a relação entre mercado, espaço e influência cultural.

As experiências no porto foram múltiplas, resta aos pesquisadores o desafio de recuperá-las, observando o porto a partir dessas múltiplas vivências: dos homens de negócios, comissários, importadores e exportadores; visitantes, marinheiros, turistas, veranista e banhistas; destacando os trabalhadores no balcão, os caixeiros e caixeirinhos (portugueses), os estivadores e carroceiros, as costureiras de sacaria e as catadoras de café e toda uma vasta gama de outras atividades que envolviam homens e mulheres, brancos e negros, nacionais e imigrantes e que vitalizavam o cotidiano do porto [...] O porto de Santos, conexão do Brasil com o mundo, exportava café, mas também recebia todo um amplo conjunto de influências, tornando-se um território privilegiado de trocas culturais e da chegada de mercadorias. A segunda metade do século XIX foi um momento estratégico do processo de mundialização - de expansão do capitalismo e crescimento industrial, com amplas mudanças nas formas de produzir, o vapor extravasando os limites da fábrica, através dos trens e dos navios, viabilizando o aumento das conexões internacionais (MATOS, 2012, pp. 95-100).

O historiador francês Alain Corbin (1989), em *O Território do Vazio: A Praia e o Imaginário Ocidental*, também cita o porto como um movimentado espetáculo social onde estimula o espectador a observar a diversidade étnica, a qual “possibilita a viagem imóvel, proporciona o exotismo a domicílio, assinala a missão civilizadora do porto, que se converte em museu etnológico implícito”. Corbin detecta a influência cultural dos portos, onde se encontram “a diferença das línguas, a variedade das roupas e das fisionomias”.

Portanto, as atividades econômicas do porto estão diretamente ligadas ao comportamento daqueles, independentemente de raça, nacionalidade, profissão ou gênero, que trabalham e se relacionam com trabalhadores locais e estrangeiros neste cenário.

O porto tornou-se porta de entrada, saída e circulação de pessoas e influências, um palco de trocas culturais que implicou na intensificação da circulação de mercadorias, pessoas, ideias e referências culturais [...]. Entravam pelo porto: modas, modos, hábitos, costumes, estilos, sensibilidades, modelos, não só de como vestir, se alimentar, de como se morar, também modelos de comportamento masculino e feminino, de como receber e ser recebido, de como namorar, novas noções de higiene, de civilidade e de modernidade (MATOS, 2012, p. 95).

Os recém-chegados, em sua maioria, seguiam pelo sistema ferroviário para a cidade de São Paulo, onde havia a Hospedaria de Imigrantes, no bairro do Brás, que recebia, alojava e sustentava os imigrantes que partiriam para trabalhar nas fazendas do interior paulista (HUTTER, 1986). Porém, muitos destes estrangeiros permaneceram para trabalhar em Santos, inclusive no porto.

Houve uma explosão populacional na cidade com a vinda de europeus e de migrantes de outros Estados brasileiros. O número de habitantes subiu de 13 mil em 1890 para quase 90 mil em 1913 (ANDRADE, 1992). Destes, 44 mil eram estrangeiros, o que representava quase a metade da população, composta em sua maioria por portugueses, italianos, espanhóis, turcos e japoneses. O recenseamento 1913 constatou, ainda, a presença de imigrantes de outras 15 nacionalidades, entre elas alemã, austro-húngara, argentina, francesa, britânica e russa. (GITAHY, 1992). Além de carroceiros, pedreiros, alfaiates, caixeiros e empregados de diversos tipos de comércio, “os estrangeiros pobres residentes em Santos eram trabalhadores portuários” (VILAS BOAS, 2005).

A relação entre portuários brasileiros e estrangeiros também era presente no período entreguerras, ao longo do qual a participação dos trabalhadores estrangeiros no cotidiano do porto passa a ser também política. “Portugueses e espanhóis



predominavam nos serviços do porto e foram fundadores das primeiras associações operárias, participando ativamente do movimento operário” (BARBOSA; DIAS, 2000). A influência – e presença - de ideologias estrangeiras na área portuária santista entusiasmou os movimentos grevistas.

No início do século 20, Santos era chamada de a “Barcelona Brasileira”, por conta da influência anarquista espanhola na forma de organização dos portuários. “Era essa a imagem que os marinheiros e armadores estrangeiros levavam para o mundo” (VILAS BOAS, 2005). Já em 1946, acontece outro exemplo de atuação política por parte dos portuários. Durante quatro meses, os estivadores de Santos se recusaram a operar em navios que transportassem mercadorias da Espanha. O boicote aos navios espanhóis era uma forma de protestar contra a ditadura franquista.

Em contrapartida, segundo o historiador Fernando Teixeira da Silva (2003), houve no Porto de Santos um forte movimento operário no período entreguerras, marcado por conflitos que tiveram origem em diversidades profissionais e étnicas. Na década de 1930, por exemplo, com a preferência pela contratação de migrantes nordestinos, os portugueses deixaram de ser maioria no trabalho da estiva (SILVA, 2003). A influência da identidade étnica, no caso de Santos, era ambígua. Havia, ao mesmo tempo, solidariedade e conflito de classe (MATOS, 2002). O resultado desta disputa étnica resultaria em desorganização operária, causada por motivos xenófobos, por contradições entre as identidades nacionais ou, ainda, por disputa pelo mercado de trabalho (BATALHA, 2003).

Tais práticas cotidianas vividas pelos estivadores, através de lutas, conflitos, resistências e acomodações, construíram o que E. P. Thompson (1987) chama de classe operária. Para o autor, a noção de classe está diretamente ligada à relação histórica, em que “a classe acontece quando alguns homens, como resultados de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus” (Thompson, 1987, V. II, p. 10). Por este motivo, classe não seria uma coisa, e sim uma relação, constituída ao longo de uma trajetória. Desta forma, Thompson contraria a ideia marxista de que a classe operária seria um mero fator de produção, em que as relações

humanas estariam reduzidas a definições econômicas. O autor compreende classe operária como uma identidade definida na realidade social.

Esta coexistência de várias culturas perceptível no trabalho portuário santista é resultante do encontro e interação de pessoas de diferentes origens. O porto torna-se, portanto, lugar não apenas de encontro, mas também sobreposições ou intersecções entre culturas. Esta interação, primeiramente, ocorre pelo comércio, pois as tradições locais se hibridam com os repertórios culturais procedentes das metrópoles com que comercializam e pelo fluxo migratório (GARCÍA CANCLINI, 2003), sendo que o movimento migratório amplia e forma regiões transfronteiriças, que rompem os limites do território nacional (DIAS, 2005).

Ordem e desordem: as transformações no setor portuário

As transformações ocorridas no espaço-porto por conta da circulação de mercadorias e pessoas, do avanço da navegação marítima e do aumento de comercialização entre um maior número de países mostram a relação entre mobilidade populacional e difusão de cultura. No entanto, vale ressaltar que mudanças externas, mais adequadas à modernização necessária para cumprir as exigências de uma nova realidade econômica mundial, podem modificar internamente este espaço, como por intermédio de alterações na esfera da produção, as quais diminuem o tempo de estadia dos navios nos portos e, logo, alteram as relações sociais. Pois esta nova estrutura econômica, ou globalização, intervém não somente nos processos econômicos e tecnológicos, mas também nos conflitos transculturais e na sociedade civil ao transformar o cotidiano das nações, das organizações e das pessoas (BECK, 1999).

A partir da década de 60, o Porto de Santos começa a sofrer inúmeras transformações operacionais e institucionais, as quais resultariam em mudanças profundas do setor portuário nos aspectos político, econômico, social e cultural. A primeira transformação começa em 1965, ano em que começam os testes para a

utilização de contêineres³, com o intuito de acelerar a movimentação na entrada e saída de mercadorias.

O novo sistema operacional, adotado efetivamente na década de 70, acaba influenciando tanto na esfera do trabalho quanto na social. A containerização alterou o comércio marítimo com o surgimento de novos padrões comerciais devido à facilidade de transportar contêineres, aumentando, assim, a competitividade entre os portos (STARR; SLACK, 1999). A chamada *revolução dos contêineres* teria, segundo Keedi (2004), dividido a logística, o transporte e o processo de globalização em antes e depois da chegada deste dispositivo de carga.

Trabalhadores portuários brasileiros e estrangeiros, além de moradores e comerciantes da cidade, sentiram o impacto.

[...] em 1959, o porto ainda fervia de atividade graças aos marinheiros que frequentavam a área durante vários dias, tempo necessário para descarregar os navios e confraternizar com a população local [...] as atividades realizadas em ternos – equipes de trabalhadores avulsos montadas conforme a demanda da estiva – permitiam contatos e conversas regulares entre seus componentes. Mas a frequência dos navios não diminuiu. Ao contrário. O tempo dos marinheiros no cais é que se tornou escasso (VILAS BOAS, 2005, p.84).

Mais transformações estariam por vir. Passados os 90 anos de concessão dado à Companhia Docas de Santos, em 1980, o controle do porto passa para as mãos da Codesp (Companhia Docas do Estado de São Paulo), sociedade de economia mista sob controle acionário da União, que inicia um processo de revolução no setor portuário ao promulgar, em 1993, a Lei nº 8.630. A chamada Lei de Modernização dos Portos permitia a empresas privadas gerenciar operações portuárias e mão de obra.

Áreas do porto brasileiro são arrendadas por empresas detidas de poder para operar mercadorias em seus terminais privativos e controlar a contratação de

³ A containerização é caracterizada pela troca da carga do granel para o contêiner, cofre utilizado para transportar carga em uma unidade independente. Tal processo permitiu ganhos de tempo e de escala na movimentação de mercadorias por transporte marítimo.

estivadores, para trabalhar dentro dos navios, e de homens da capatazia, que exercem funções no cais, em pátios ou armazéns. Desta forma, a reformulação institucional afetara, também, a operação e a organização dos portos brasileiros, sobretudo no que diz respeito à contratação e racionalização da mão de obra, além de a perda do monopólio estatal em prol de investimentos da iniciativa privada.

Antes da Lei nº 8.630, aplicava-se desde 1930 no setor portuário o sistema de *closed shop*, isto é, a contratação de mão de obra era controlada diretamente pelo sindicato (Centro da Estiva), principal referência social na vida dos trabalhadores, já que o favoritismo era marcado por conta das relações pessoais (BATALHA; SILVA; FORTES, 2004). Fatores políticos e aspectos da cultura e da natureza do trabalho dos estivadores teriam resultado neste controle do mercado de trabalho. Os estivadores poderiam, assim, ser chamados de operários sem patrões (SILVA, 2003).

Essas condições favoráveis não os isolaram em uma organização fechada por ‘minorias militantes’ ou por uma aristocracia operária ciosa de seus interesses particulares e sem vinculação com outras categorias. Ao contrário, foram tanto o fundamento do seu orgulho profissional e de sua dignidade como produtores quanto a fonte de seu poder e a vontade de estabelecer relações com a totalidade dos trabalhadores (SILVA, 2003, p. 29).

Tal sistema modificou-se com a promulgação da nova Lei, que exigia a constituição do Órgão Gestor de Mão de Obra (OGMO), que teria a função de cadastrar, registrar e capacitar os trabalhadores portuários, administrar o fornecimento de mão de obra para os operadores, além de arrecadar junto aos operadores os encargos sociais e previdenciários, bem como a remuneração dos trabalhadores. Ou seja, a criação do OGMO confrontou com a cultura e os costumes da categoria.

Contata-se, portanto, que o processo de containerização e a Lei de Modernização dos Portos influenciaram no trabalho e no cotidiano dos estivadores, causando a queda na oferta de vagas com a automatização das atividades e na perda de força sindical da classe dos estivadores (VILAS BOAS, 2005). Perda que pode provocar desorganização de classe, já que o vínculo de um operário a uma associação caracteriza a materialização

da experiência comum ao longo da qual se constrói e se reproduz a identidade coletiva (BATALHA, 1991).

A dificuldade de treinamento por conta dos processos mais modernos e o custo elevado da mão de obra provocaram conflitos com os sindicatos em portos da América Latina (STARR; SLACK, 1999). A partir de 1980, por conta da globalização, valoriza-se uma nova concepção de articulação entre as esferas de produção e consumo, a fim de que os meios de circulação garantissem o máximo de extensão e diversidade no abastecimento de mercados, em um mínimo de tempo. Processo facilitado pela containerização e pela mudança institucional do estatuto dos portos e da reorganização produtiva do trabalho (COCCO; SILVA, 1999).

O trabalho manual que até então dominava a indústria marítima criou um sistema de valores e vínculos de pertencimento determinantes nas atividades dos estivadores. Com as novas relações de trabalho, impostas pela modernização portuária, estes operários avulsos perderam o controle do mercado de trabalho, o que resultou em resistência não somente nas esferas econômica ou técnica, mas ligada a elementos culturais, tornando os estivadores dependentes da estrutura da tecnologia e do mercado (GOMES; JUNQUEIRA, 2008).

A modernização dos portos brasileiros, especialmente a do porto de Santos, se deu como resposta à demanda de inserção do país no processo de globalização mundial, em uma economia globalizada. Entender a globalização como um processo multidimensional significa entendê-lo como vivência cotidiana da ação sem fronteiras que integra diferentes dimensões: econômica, da informação, tecnológica, ecológica e aquela dos conflitos transculturais e da própria sociedade civil. Ela desorganiza a ordem vigente e coloca novas demandas, transformando o cotidiano das nações, das organizações e das pessoas (AGUIAR; JUNQUEIRA; FREDDO, 2006, p. 998).

Além de reduzir o tempo dos navios no porto e, conseqüentemente, o tempo de circulação de pessoas e mercadorias no espaço-porto, já que o período de permanência também diminuiu, tais transformações operacionais e institucionais encolheram o quadro de funcionários. Vilas Boas apresenta dados que reforçam o impacto. Segundo o autor, em 1975, a CDS tinha 15,3 mil empregados. O número chegaria a 27 mil se

somado estivadores e outros profissionais avulsos. Em 1979, 45% da população economicamente ativa de Santos trabalhavam em atividades direta ou indiretamente ligadas ao porto. Já em 1º de janeiro de 1990, havia mais de 10 mil funcionários vinculados à Codesp, enquanto que, em 31 de dezembro de 1990, o número havia reduzido para cerca de 2 mil, e chegou a 1.300 em janeiro de 2001. Em 2013, apesar de o OGMO ter mais de 3 mil estivadores cadastrados, somente cerca de 450 estivadores trabalham por dia⁴.

A intensificação do processo de globalização caracterizado pela integração das esferas da produção, do consumo e da circulação (MONIÉ; VIDAL, 2006) também reduziu a quantidade de escalas de navios. Embora o Porto de Santos apresente crescimento na movimentação de produtos ao registrar um aumento de 7,6% nas operações de 2012 em relação ao ano anterior, as 5.595 paradas de embarcações em 2012 representaram redução de 4,7% em relação ao número de 2011, quando houve 5.874 escalas. Redução constatada graças ao novo perfil dos cargueiros e embarcações de passageiros, os quais têm, hoje, maior capacidade de transporte, reduzindo, assim, a movimentação de navios (A TRIBUNA, 26 mar. 2013).

As transformações operacionais e institucionais provocaram processos positivos para o mercado, como integração e aumento de produção. No entanto, os trabalhadores da estiva sentiram contrariamente o efeito.

Os portos são empurrados para transformações profundas e não raro aceleradas, refletindo a mundialização da economia, que busca a otimização dos recursos, rapidez no deslocamento dos produtos e controle hegemônico das operações. O fator trabalho, no entanto, um dos segmentos mais atingidos pelas mudanças ocorridas em meados dos anos 1990, ainda enfrenta a crise do ajustamento, com perdas sucessivas de antigas conquistas, com algumas categorias profissionais praticamente descaracterizadas e postas sob regime de concorrência. Este longo caminho de dois séculos, assim, imbrica os diferentes estágios da economia brasileira com o crescimento dos portos, criação de novos e, sobretudo, o nascimento de terminais de uso privativo ou mesmo misto, os quais, por definição são tocados

⁴ Dados fornecidos pelo OGMO em 14 de junho de 2013.

exclusivamente pelo setor privado (RODRIGUES; VAZ, 2007, p. 327).

O encurtamento do tempo e da distância causado pelas inovações nos transportes e nas comunicações resultou na capacidade de “instalar uma ponte entre lugares distantes” (DIAS, 1995, p. 141) e de “criar condições sociais inéditas, de modificar, a ordem econômica mundial e de transformar os territórios” (DIAS, 1995, p. 143). O aumento das redes de navegação integrou territorialmente o mundo, com a circulação e, ao mesmo tempo, a unificação de mercadorias, capital e pessoas. Porém, a interação entre intensificação da circulação e nova organização de produção criou o que Leila Dias chama de ordem e desordem no espaço geográfico. A ordem, pela redução do tempo de circulação pela maior articulação entre as corporações, e a desordem, pela alteração do mercado de trabalho (DIAS, 1995).

Desta forma, constata-se um paradoxo. Ao mesmo tempo que o capitalismo e a força da globalização intensificam no porto a fluidez e a circulação de mercadorias e de capital, opostamente reduzem o convívio e as relações multiculturais entre os trabalhadores portuários devido à redução de tempo dos navios no porto. Isto é, as relações cotidianas se modificaram a partir de transformações institucionais e operacionais ocorridas no setor portuário, pois, como relata E. P. Thompson (1998), cultura não é somente um

[...] sistema de atitudes, valores e significados compartilhados, e as formas simbólicas (desempenhos, artefatos) em que se acham incorporados [...] Cultura também é um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um “sistema”. E na verdade o próprio termo “cultura”, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto [...] Situando a cultura “no lugar material que lhe corresponde”, podemos entendê-la como agente formador, ao mesmo tempo em que é consequência da luta e da consciência de classe (THOMPSON, 1998, p. 17).

Por fim, pode-se constatar como se constroem as relações entre identidade e território e de que forma os indivíduos, neste caso, os estivadores do Porto de Santos, absorveram, interagiram e reagiram aos efeitos da globalização. O que nos permite traçar uma relação entre localismo da cultura e desterritorialização causada pelos fluxos globais, já que as relações de coexistência produzem identidades heterogêneas, produzidas coletivamente, por isso o espaço torna-se também uma esfera de relações, local de entrelaçamentos de trajetórias e histórias múltiplas (MASSEY, 2008).

REFERÊNCIAS

A TRIBUNA. *O Porto que Mais Recebe Navios no País*. Santos, 26 mar. 2013. Porto & Mar, Caderno 3, p. 15.

AGUIAR, Maria Aparecida Ferreira de; JUNQUEIRA, Luciano Antonio Prates; FREDDO, Antonio Carlos de Moura. *O Sindicato dos Estivadores do Porto de Santos e o Processo de Modernização Portuária*. Revista de Administração Pública. Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, v.40, n.6, p.997-1017, Nov./Dez. 2006.

ANDRADE, Wilma Therezinha F. de. *Santos: Um Encontro com a História e a Geografia*. Santos: Leopoldianum, 1992.

ARROYO, M. MÓNICA. *Território Brasileiro e Mercado Externo. Uma Leitura do Brasil na Virada do Século XX*. 250 p. Tese. (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo/SP, 2001.

BARBOSA, Maria Valéria; DIAS, Nelson Santos. *Santos na Formação do Brasil: 500 Anos de História*. Santos, SP: Prefeitura Municipal de Santos, Secretaria Municipal de Cultura, Fundação Arquivo e Memória de Santos, 2000.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. *Identidade da Classe Operária no Brasil (1880-1920): Atipicidade ou Legitimidade?* Revista Brasileira de História. São Paulo, v12, n.23/24, pp.111-124, Set.91/Ago.92.

BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (Orgs.). *Culturas de Classe: Identidade e Diversidade na Formação do Operariado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. *Formação da Classe Operária e Projetos de Identidade Coletiva*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: O Tempo do Liberalismo Excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 163-189.

BECK, U. *O Que é Globalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *A Imagem do Imigrante Indesejável*. Revista Seminários, 2003. Disponível em
<http://www.usp.br/proin/download/revista/revista_seminarios3_imagemimigrante.pdf>
Acesso em: jul., 2013.

COCCO, G.; SILVA, G. *Cidades e Portos: Os Espaços da Globalização*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

CODESP. *Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Santos*. Disponível em
<<http://www.portodesantos.com.br/pdzps/PDZPS2006.PDF>> Acesso em: mar., 2013.

_____. *Porto Vivo – Resumo Histórico*. Disponível em
<<http://www.portodesantos.com.br/historia.php>> Acesso em: mar., 2013.

CORBIN, Alain. *O Território do Vazio: A Praia e o Imaginário Ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DIAS, Leila. *Os Sentidos da Rede: Notas para Discussão*. In: DIAS, Leila; SILVEIRA, Rogério (Orgs.). *Redes, Sociedades e Territórios*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005, pp.11-28.

_____. *Redes: Emergência e Organização*. In: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo César; CÔRREA, Roberto Lobato (Orgs.). *Geografias: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, pp. 141-164.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. *A Globalização Imaginada*. São Paulo: Editora Iluminuras, 2003.

GITAHY, Maria Lucia Caira. *Ventos do Mar: Trabalhadores do Porto, Movimento Operário e Cultura Urbana*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

GOMES, João Carlos; JUNQUEIRA, Luciano Antonio Prates. *Cultura e Transformação do Trabalho no Porto de Santos*. Revista de Administração Pública. Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, v.42, n.6, p.1095-1119, Nov./Dez. 2008.

HOBBSAWM, Eric. *A Era do Capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HUGON, Paul. *Demografia Brasileira*. São Paulo: Editora Atlas, 1973.

HUTTER, Lucy Maffei. *Imigração Italiana em São Paulo de 1902 a 1914*. São Paulo: IEB/USP, 1986.

KEEDI, S. *Logística de Transporte Internacional: Veículo Prático de Competitividade*. São Paulo: Aduaneiras, 2004.

MASSEY, Doreen. *Pelo Espaço: Uma Nova Política da Espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Santos: Porto, Deslocamentos e Representações*, Revista Porto, Rio Grande do Norte, v1, n.2, p.93-115, 2012.

_____. *Cotidiano e Cultura: História, Cidade e Trabalho*. Bauru: EDUSC, 2002.

MONIÉ, Frédéric; VIDAL Soraia Maria do S. C. *Cidades, Portos e Cidades Portuárias na Era da Integração Produtiva*. Revista de Administração Pública. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, v40, n.6, p.975-995, Nov./Dez. 2006.

OLIVEIRA, Luís Valente de; RICÚPERO, Rubens (Orgs). *A Abertura Dos Portos*. São Paulo: Editora Senac, 2007.

RODRIGUES, José; VAZ, José Pascoal. *Portos Brasileiros: Duzentos Anos de Transformação Socioeconômica*. In: OLIVEIRA, Luís Valente de; RICÚPERO, Rubens (Orgs). *A Abertura Dos Portos*. São Paulo: Editora Senac, 2007.

SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem Patrões*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

STARR, John T.; SLACK, Brian. *Porto como Porto de entrada: Discutindo a Concepção Tradicional*. In: COCCO, G.; SILVA, G. *Cidades e Portos: Os Espaços da Globalização*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

THOMPSON, E. P.. *A Formação da Classe Operária Inglesa: A Maldição de Adão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Vol. II

_____. *Costumes em Comum: Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VILAS BOAS, Sérgio. *Santos: O Centro Histórico, o Porto e a Cidade*. São Paulo: Editora Horizonte, 2005.

**SOBRE AS RECONSTRUÇÕES DE UM CARÁTER: UM ESTUDO
COMPARADO DOS RELATOS DE PLUTARCO DE QUERONÉIA E APIANO
DE ALEXANDRIA ACERCA DE LÚCIO CORNÉLIO SILA (séc. I a.C./II d.C.)**

Alice Maria de Souza
asspqr@gmail.com
Doutoranda pelo PPGH/UFG
Bolsista Capes-REUNI

Resumo

É inegável a importância da figura de Lúcio Cornélio Sila para a história das Guerras Civis e do fim da República Romana. Pertencente à *gens* Cornélia e descendente de uma família empobrecida e sem prestígio político, Sila tornou-se Ditador de Roma após invadir a cidade em duas ocasiões. Diversos autores antigos escreveram sobre esta personagem, analisando sua atuação de diferentes ângulos. Nesta ocasião objetivamos analisar, de maneira comparada, os relatos de Plutarco de Queronéia e de Apiano de Alexandria sobre Sila, no que se refere à sua caracterização. O primeiro escreveu *A Vida de Sila* na segunda metade do século I d.C., e nos fornece detalhes sobre a origem e juventude do futuro Ditador; Apiano de Alexandria viveu no final do século II d.C. e é autor da *História Romana*, cujos livros II e III apresentam uma narrativa detalhada e analítica dos embates civis que levaram ao fim o governo republicano. Diferentes épocas e contextos influenciaram os divergentes posicionamentos destes autores em relação à atuação de Sila no fim do século I a.C. o que, inegavelmente, refletiu em sua caracterização, nestas narrativas.

Palavras-Chaves: história comparada, Sila, caráter.

Abstract

There is no denying the importance of the figure of Lucius Cornelius Sulla to the history of the Civil Wars and the end of the Roman Republic. Belonging to the *gens* Cornelia and impoverished descendant of a family and without political prestige, Sulla became dictator of Rome after invading the city twice. Several ancient authors wrote about this character, analyzing its performance from different angles. On this occasion aimed to analyze, so compared, reports of Plutarch of Chaeronea and Sila on Appian of Alexandria, as regards their characterization. The first wrote *The Life of Sulla* in the second half of the first century AD, and provides details about the origin and youth of the future Dictator; Appian of Alexandria lived in the late second century AD and is the author of *Roman History*, whose books II and III present a detailed narrative and analytical civil conflicts that led to an end Republican rule. Different times and contexts



influenced the authors of these divergent positions regarding the role of Sulla in the late first century BC which undeniably reflected in his characterization, these narratives.

Keywords: comparative history, Sulla, character.

Na Roma Antiga, a política, definida como o acesso às magistraturas, não consistia apenas em uma carreira, era também geradora de estatuto, determinando a influência, o poder e a dignidade, modelando e organizando, em grande medida, a vida social, sobre a qual prevalecia. *Cives* é a palavra que encontramos no latim para definir o cidadão, mas que também é utilizada para referências ao homem político, cujo ideal era o *bonus* ou o *optimus civis*. O homem político romano, o cidadão, tinha sua existência balizada por três principais fundamentos: as qualificações censitárias, a obrigação do serviço militar e a determinação do estatuto social pelas honras políticas (NICOLET, 1992, p. 44-46).

Esta forma de pensar e organizar a vida pública permaneceu sendo o gabarito utilizado para avaliar o desempenho dos magistrados durante séculos. Ela compunha o *mos maiorum* (o costume dos ancestrais, a tradição), juntamente com o *cursus honorum* (a carreira das honras). Com base nesta tradição, era considerado bom cidadão aquele que, no exercício de sua magistratura, colocava os interesses da cidade acima dos próprios e que lutava para manter a tradição e a ordem. Também era valorizada a luta contra o mau cidadão, aquele que se desviava do comportamento correto em nome de interesses pessoais. Muitos ideais morais e políticos, tais como a conveniência, a equidade, a dignidade e a lealdade, além da glória, da piedade e da autoridade consistiam categorias utilizadas nesta análise/julgamento do homem romano, das quais este tinha consciência e as quais ele utilizava como baliza de seu comportamento.

Monumentos e inscrições que homenageiam os grandes feitos de cidadãos ilustres nos permitem acessar esta organização do pensamento político romano, mas também podemos perceber este comportamento pelo silêncio – voluntário ou determinado por lei – em relação a algumas figuras. Importantes informações sobre este

constituente da organização social e política romana também podem ser extraídas das fontes documentais. Muitos autores antigos amarram, em suas narrativas, sua análise à descrição dos fatos passados, comumente permeada pelo reconhecimento dos traços característicos do bom ou do mau cidadão – as virtudes – nos sujeitos das ações.

Neste estudo – que compõe a tese de doutoramento que pesquisa as variações das interpretações acerca da trajetória de Sila nos documentos republicanos e alto imperiais – nossos objetos são duas obras que exemplificam este tipo de escrita permeada pelo juízo de valor de seus autores. Trata-se das narrativas de Plutarco de Queroneia e de Apiano de Alexandria sobre Lúcio Cornélio Sila, Cônsul e Ditador no final da República Romana. Nosso objetivo é analisar o caráter de Sila que é apresentado em cada documento e verificar o posicionamento destes autores em relação à personagem.

O método comparativo consiste na busca de semelhanças e diferenças presentes em duas séries de natureza análoga, tomadas de meios sociais distintos (CARDOSO; BRIGNOLI, 2002, p. 409). É certo que na aplicação desta metodologia sempre existe o risco do anacronismo. Portanto, é importante considerar tanto as semelhanças quanto as diferenças entre os elementos comparados. Ele pode ser aplicado de duas formas diferentes: limitando a comparação a sociedades próximas temporalmente e que partilham traços estruturais análogos, ou estendendo a comparação a sociedades francamente heterogêneas estrutural e temporalmente, o que traz dificuldades enormes, além do perigo de cometer anacronismos (BARROS, 2007, p. 11).

Partindo dos princípios de que tudo está em comparação, implícita ou explicitamente, e de que a História como conhecimento implica em comparação constante, Marcel Detienne defendeu em seu livro *Comparar o incomparável* (2004) que não há limites para a proposta de comparações¹. O seu argumento básico é que é

¹ Esta teoria diverge daquela defendida por Marc Bloch, cuja premissa básica era o fato de que só podemos comparar o comparável, ou seja, para realizarmos uma comparação é necessário que haja fatos similares em ambientes distintos (BARROS, 2007, p. 06 e 11). Entretanto,

possível comparar o incomparável à medida que é o pesquisador quem constrói os conjuntos ou categorias comparáveis².

O uso deste método comparativo pode ser adequado a pesquisas individuais. O historiador pode se dedicar a comparações sincrônicas e diacrônicas de um conjunto de comparáveis, observando a maneira com que diferentes eventos se comportam diante do conjunto de problemas (MORAES, 2009, p. 06). Este é o exercício desenvolvido neste estudo: a comparação de dois relatos sobre o mesmo tema, distantes temporal e espacialmente, cuja categoria comparável constitui o caráter que cada autor associou a Lúcio Cornélio Sila.

Este romano viveu em um contexto de crise e protagonizou um dos importantes embates das Guerras Civis, iniciadas com a crise graqueana, que causaram o desarranjo das instituições da República Romana. Elas revelaram as fraquezas de um regime e de uma sociedade estáveis para uma cidade estado, mas não para um império territorial. O último século da república é, em muitos sentidos, um momento decisivo na História de Roma por ser palco da substituição de valores tradicionais e de uma crise política que levou a cidade a ser dominada pelas tentativas de instauração de poderes pessoais (LE GLAY et alli, 1991, p. 125).

É inegável a importância de Sila para a história da crise final da República Romana. Muitos estudos tentam interpretar seu caráter e suas intenções, além de justificar seus atos. Ele é constantemente apresentado pela historiografia como figura polêmica, descrito simplesmente como um homem excepcionalmente ambicioso (SANTANGELO, 2007), tirano e déspota, ou como figura obscura que saiu da pobreza e do anonimato para se tornar o senhor de Roma. Géza Alföldy (1989, p. 95) caracteriza

² Sua metodologia pode ser dividida em três etapas complementares: a construção de objetos de pesquisa pelos projetos individuais de cada membro da equipe, a construção de conjuntos de problemas – questões comuns que perpassam pelos projetos individuais – e a criação de um campo de exercício de experimentação comparada. Neste campo seriam construídos os conjuntos de problemas em comum mediante o debate entre os pesquisadores do grupo e a apresentação dos resultados das pesquisas individuais relacionadas ao conjunto de problemas (THEML; BUSTAMANTE, 2007, p. 12-13).

a Ditadura de Sila como o primeiro passo do Estado romano rumo à “monarquia”³. Entretanto, existem estudos que analisam de forma mais complexa esta personagem. Harriet I. Flower (2010), ao propor uma nova periodização para a História da República Romana, considera a Ditadura de Sila como a última das seis Repúblicas que existiram, sendo caracterizada como um novo sistema político em que existia o compromisso entre os membros do poder e havia pouca influência das divisões políticas no funcionamento da administração. Segundo esta interpretação, o que melhor diferencia a Nova República de Sila daquelas que a precederam é seu assentamento na aplicação da legislação através de uma corte permanente formada por Senadores, e a pequena utilização do debate para o empreendimento de mudanças. Arthur Keaveney (2005) considera Sila um restaurador da República, tendo se empenhado, para tanto, na aplicação de leis que favoreciam o reordenamento do governo da República, abalado desde o Tribunato de Tibério Graco.

Este romano neto de Cipião, o Africano, propôs, durante a sua Magistratura, uma reforma agrária – objetivando a resolução do problema da mobilização do exército, que era feita obedecendo a critérios censitários definidos pela extensão de terras possuídas pelos cidadãos – e um projeto de alargamento da cidadania romana aos aliados itálicos, visando o apoio destes para sua inédita reeleição (ALFÖLDY, 1989, p. 91). Ambas as propostas desagradaram as altas camadas sociais, o que levou ao assassinato de Tibério. Estes conflitos entre a camada dirigente da sociedade romana, os itálicos e a plebe da cidade – defendida dos abusos dos magistrados pelos Tribunos da Plebe – persistiram até o final do período republicano. Ao longo das disputas, dois grupos opostos, ou facções políticas se formaram: os *optimates* e *populares*, sendo o primeiro defensor da hegemonia dos patrícios e da autoridade do Senado sobre as assembleias; e o segundo, defensor da ideia de que o governo da cidade era papel dos magistrados, especialmente dos Tribunos (SHOTTER, 1994, p. 37) e preconizava a

³ Apesar de o autor utilizar o termo “monarquia” para se referir à forma de governo estabelecida com o Principado de Augusto, optamos por utilizar, em nossa pesquisa, a expressão “governo imperial” para aludirmos ao período, por acreditarmos ser a nomenclatura mais adequada.

solução da questão agrária e a adoção de medidas favoráveis aos itálicos (ALFÖLDY, 1989, p. 93).

Durante a Guerra Social, estes dois grupos tiveram que se unir para defender a hegemonia de Roma. Neste conflito, Mário, que era partidário dos *populares* lutou ao lado de Sila, que é sempre associado aos *optimates* – e suas severas leis contra a traição, que visavam restabelecer a autoridade senatorial, associadas à sua busca por aumentar o número de Senadores e as proscricções de inimigos são justificativas para esta vinculação. Entretanto, logo após o fim do conflito com os aliados itálicos, as disputas internas entre as duas facções reiniciaram, tendo como figuras centrais o *popular* Mário e o *optimate* Sila que, ao final destes embates tornou-se Ditador. A Ditadura, na Roma antiga, consistia um estado de exceção necessário em tempos de crise; o Ditador era escolhido para restabelecer a ordem no prazo máximo de seis meses e, então, devolver o governo da cidade aos Cônsules (CRAWFORD, 1981, p. 105). Entretanto, a Ditadura de Sila, segundo os documentos antigos, não tinha data de término pré-estabelecida. Isto pode indicar o quanto o conflito havia afetado a administração pública e incita muitos estudos sobre a figura do Ditador e do seu contexto.

A trajetória de Lúcio Cornélio Sila é narrada com detalhes, na obra de Plutarco de Querónéia, sobre a qual a historiografia moderna se apoia para falar sobre este republicano.

Plutarco nasceu em 45 d.C., viveu a maior parte da sua vida em Querónéia, cidade da região central da Grécia, e morreu algum tempo depois de 120 d.C.⁴ (STADTER, 1999, p. i), tendo visto, provavelmente, a ascensão de Adriano (PERRIN, 1967, p. xii). Descendente de uma família rica, Plutarco recebeu a educação necessária para participar da elite grega, convivendo com amigos cultos e poderosos, tanto gregos quanto romanos (STADTER, 1999, p. ix). Ele estudou em Antenas, na Academia fundada por Platão e, retornando a Querónéia, foi convidado a representar sua cidade no governo romano da província da Grécia (PERRIN, 1967: xi). Plutarco, como muitos de seu tempo, aceitou o sistema imperial romano e dele participava, mantendo, entretanto,

⁴ Alan Wardman (1974, p. 2) afirma que o ano de sua morte foi 126 d.C.

sua herança cultural grega (STADTER, 1999, p. ix). Ele foi sacerdote⁵ no Templo de Apolo, em Delfos, por alguns anos, o que lhe deu a oportunidade de encontrar visitantes ilustres, mas seus interesses cosmopolitas não o detiveram na pequena Queronéia (STADTER, 1999, p. x), tendo conseguido, através de suas amizades, a cidadania romana (STADTER, 2000, p. 536).

Quando estava envolvido com o governo de sua Província, Plutarco viajou pela Grécia, visitou a Ásia Menor, Egito, Itália e morou algum tempo em Roma, onde se ocupou com leituras públicas, como filósofo e divulgador do platonismo, além de ter sido encarregado de alguns negócios públicos (PERRIN, 1967, p. xi). Em 68 d.C., quando uma insurreição e uma guerra civil colocaram fim ao governo de Nero, Plutarco tinha 23 anos e, provavelmente, estava entre os professores de filosofia que Domiciano expulsou de Roma, por temer que o estudo filosófico encorajasse tiranicidas (STADTER, 1999, p. ix). Ele vivia em Queronéia e Atenas, ensinando filosofia a um pequeno grupo de jovens e já trabalhando em sua maior obra, quando testemunhou a ascensão de Trajano. Também viu este Imperador expulsar os bárbaros do norte da Europa e os Partos da Ásia, levando, assim, o Império Romano a sua extensão máxima (STADTER, 1999, p. ix).

Após anos de viagens e missões diplomáticas, Plutarco, dedicou-se à escrita de suas principais obras: *Moralia* e *Vidas Paralelas*. (PERRIN, 1967, p. xii), compostas pelos cerca de 227 livros que escreveu, dos quais 130 não chegaram aos nossos dias. *Vidas Paralelas* reunia cinquenta biografias de antigos chefes militares, legisladores e governantes (PEIXOTO, 1992, p. 10), das quais as de Cipião e Epaminondas foram perdidas. Na obra, escrita em grego, há um padrão básico: a maioria das *Vidas* está organizada em pares em que a história de um grego é seguida (geralmente) pela de um romano e as duas são sucedidas por uma comparação⁶ em que o autor medita sobre as

⁵ Bernadote Perrin (1967, p. xii) afirma que Plutarco ocupou este cargo religioso já no fim de sua vida, enquanto se dedicava à produção de suas principais obras e participava da administração de sua cidade natal.

⁶ O fato de alguns pares de *Vidas* não apresentarem suas comparações é uma questão em aberto. Não sabemos se estas foram perdidas ou se o autor, por alguma razão, não as escreveu.

várias qualidades dos heróis. Sem exceção, os heróis das *Vidas* são homens cujas atividades – usadas por Plutarco como pistas para seus caracteres – tiveram um efeito decisivo em algum evento histórico importante de seu tempo. (WARDMAN, 1974, p. 03). Há ainda quatro biografias – as de Artaxerxes, Aratus, Galba e Oto – que são apresentadas isoladamente (PERRIN, 1967, p. xii).

O caráter constitui o interesse especial das *Vidas*, suas tendências e influências em sua forma. Plutarco vê a política como a arena em que os caracteres são revelados, através das ações. O objetivo da obra era apresentar, em cada caso, o caráter das personagens, mais do que narrar os acontecimentos políticos da época. Por isto o enfoque exaustivo sobre a educação, a origem familiar e sobre os comportamentos das personagens e a utilização de anedotas para revelar a natureza do homem (PEIXOTO, 1992, p.10). Plutarco persegue seu objeto (o caráter dos heróis) através da sua narrativa e, convencido de que o homem é revelado pelo que faz ou diz naqueles momentos em que não parece estar envolvido em ações sérias, associa os gestos como evidências do caráter (WARDMAN, 1974, p. 08).

A *Vida de Sila* constitui o livro IV das *Vidas Paralelas* e forma, com a *Vida de Lisandro*, o segundo par de biografias⁷ deste volume. A narrativa compõe-se de 38 capítulos em que Plutarco descreve os aspectos físicos e morais do Ditador, fala sobre sua juventude e sobre sua carreira política e militar, mantendo sempre um tom moralista, característica marcante da obra. Grande destaque é dado às batalhas de Queronéia e de Orcômeno, sobre as quais versam os capítulos 11 a 27, ocorridas durante a Guerra contra Mitridates I e, podemos inferir, isto se deve ao fato de o cenário de tais embates ser a terra natal do autor.

Este relato é de grande importância para a nossa pesquisa não apenas pela singular riqueza de detalhes sobre a vida de Sila, mas principalmente por conter referências diretas às *Memórias* que Sila começou a escrever depois de abandonar a vida pública, e que não chegaram até nossos dias: “Seja com for, o próprio Sila, em suas *Memórias*, contesta essas imputações” (PLUTARCO. *Vida de Sila*, 23) e “Ele próprio

⁷ As biografias de Alcebíades e Coriolano formam o primeiro par

conta em suas *Memórias* que o primeiro soldado a trepar no muro foi Marco Atéio” (PLUTARCO. *Vida de Sila*, 14), são exemplos destas valiosas menções.

Em linhas gerais, a narrativa é clara, marcada por detalhes e até diálogos entre as personagens, como aquele entre Sila e Arquelau do qual resultou uma proposta de acordo para findar a Primeira Guerra Mitridática (PLUTARCO. *Vida de Sila*, 22), e outro entre o General e o próprio Mitridates, que relutava em aceitar o referido acordo, o que acontece ao fim da conversa (PLUTARCO. *Vida de Sila*, 24). Nestas, e em outras ocasiões, Plutarco ressalta a grande habilidade diplomática de Sila; já em outras passagens, alude ao seu gosto por fraudes e charlatanices (PLUTARCO. *Vida de Sila*, 28), enfatizando, de maneira alternada, as ações e características positivas e negativas de Sila.

Com base nas estátuas, Plutarco o descreve com possuidor de olhos brilhantes e terrivelmente duros, rosto rude de cor vermelho-escuro pintado com manchas brancas (PLUTARCO. *Vida de Sila*, 02) e cabeleira dourada (PLUTARCO. *Vida de Sila*, 06). Ele é descrito, logo no início da narrativa, como apreciador da pilhéria e da bebida – o que o fazia negligenciar obrigações imperiosas, desonrando a majestade do poder – inclinado à morbidez e à paixão desenfreada pelos prazeres e amores (PLUTARCO. *Vida de Sila*, 02). Sobre seu comportamento, Plutarco afirma:

Homem de humor flutuante e pleno de contrastes. Tomava muito, dava mais ainda, honrava ou ultrajava indiscriminadamente, adulava aqueles de quem precisava, repelia aqueles que precisavam dele: não se pode, assim, saber se era, por natureza, mais altivo que obsequioso. Idêntica irregularidade caracterizava os castigos que infligia: à primeira ofensa condenava ao suplício, e, no entanto suportava com paciência as piores agressões. Perdoava de bom grado ofensas inexpiáveis, mas punia com a morte e o confisco, faltas leves e insignificantes. (PLUTARCO. *Vida de Sila*, 06).

E termina a descrição proferindo um veredito: “Daí se poderia concluir que era naturalmente cruel e vingativo, porém subordinava o ressentimento ao interesse” (PLUTARCO. *Vida de Sila*, 06). A narrativa sobre as Guerras Civis e o embate entre Sila e Mário é bastante concisa – talvez porque o autor já havia tratado deste tema na *Vida de Mário* – e, segundo ela, o conflito teve origem no choque da vaidade de Sila

com a inveja de Mário (PLUTARCO. *Vida de Sila*, 04). Do mesmo modo é construído o relato sobre sua Ditadura. Plutarco descreve as proscricções e os exílios que seguiram à tomada da cidade e assim resume seus atos:

Afora esses massacres, todas as iniciativas de Sila indignavam os romanos. Acabou proclamando-se ditador, revivendo assim uma magistratura esquecida há 120 anos. Fez votar a impunidade para todos os seus atos pregressos e, de futuro, o direito de justicar e confiscar, fundar colônias ou suprimi-las, tirar a realza ou dá-la a quem entendesse. Sentado no tribunal, vendia os bens das famílias espoliadas nua atitude tão altiva e despótica que suas liberalidades pareciam mais odiosas que seus confiscos (PLUTARCO. *Vida de Sila*, 33).

Sua decisão de devolver o poder aos Cônsules é interpretada por Plutarco como um exemplo de que confiava mais na sorte do que na ação. Esta relação entre Sila e a Fortuna permeia toda a narrativa, além disso, o favor dos deuses também aparece como fator determinante em diversas ocasiões, geralmente em forma de presságios e sonhos. Plutarco narra que um adivinho da comitiva de Orobazo, analisando sua fisionomia e movimentos concluiu que era inevitável que se tornasse poderosíssimo (PLUTARCO. *Vida de Sila*, 05). Outro exemplo da predestinação de Sila ao poder e do favor dos deuses, é o seu sonho na véspera de invadir Roma pela primeira vez. Segundo Plutarco, neste sonho, uma deusa – talvez Sêmele, ou Atena ou Enió – colocava raios em sua mão e, nomeando seus inimigos, ordenava-lhe que os ferisse (PLUTARCO. *Vida de Sila*, 09). Outro deus, Apolo, também é citado como protetor do Ditador, durante uma batalha, na obra de Plutarco:

Sila correu, montado num cavalo branco, feroso e ágil, que o fez ser reconhecido por dois inimigos. Estes brandiram os dardos; Sila nada percebeu, mas seu escudeiro chicoteou o animal, que saltou para diante justamente a tempo de esquivar os projéteis. Os dardos apenas roçaram pela garupa da montaria e foram crava-se no chão; Diz-se que Sila possuía uma estatueta de ouro de Apolo, apanhada em Delfos, que sempre trazia ao peito durante as batalhas; na ocasião, beijou-a murmurando: “Apolo Pítio, tu que em tantas pejeas elevaste ao ápice da glória e da grandeza o Feliz Cornélio Sila, queres abatê-lo aqui, às portas de Roma, para onde o trouxeste, a fim de que pereça com seus concidadãos da maneira mais vergonhosa?” Tal a prece que dirigiu ao deus (PLUTARCO. *Vida de Sila*, 29).

Poderíamos supor que tal aproximação de Sila com os deuses pudesse ser parte da interpretação de Plutarco sobre sua vida. Entretanto, três ações de Sila atestam sua estreita relação com o divino. A primeira delas diz respeito à sua análise de seus feitos, em suas *Memórias*:

Com efeito, escreve em suas *Memórias* que, ao lado dos empreendimentos bem meditados, os que na realidade arriscara sem reflexão, ao sabor das circunstâncias, lograram melhor êxito. Por outro lado, quando afirma ter nascido antes para a fortuna que para a guerra, parece conferir muito mais à fortuna que a seu mérito, crendo-se verdadeiramente o filho do Destino. [...] Há mais: aconselha a Lúculo, nessas *Memórias* que lhe dedicou, não considerar nada tão seguro quanto as indicações recebidas em sonhos da divindade (PLUTARCO. *Vida de Sila*, 06).

Podemos perceber, neste excerto, que Sila acreditava possuir um destino já determinado, ao qual as divindades o conduziam através dos acasos e sonhos. Certamente, foi baseando-se nesta assertiva e, talvez por gratidão aos deuses, que Sila adicionou ao seu nome a alcunha “Félix”, logo após a cerimônia de seu triunfo:

Finda a cerimônia, Sila tomou a palavra diante do povo reunido e recapitulou seus feitos, enumerando os favores da sorte com a mesma complacência com que enumerava as ações voluntárias, e, por fim, pediu para ser chamado “Feliz” (tal é, com efeito, o significado de *Felix*). Ele próprio, quando escrevia aos gregos ou respondia a seus pedidos, dava-se o título de “Epafródito”, e, em nosso país, o nome dele assim aparece nos troféus: “Lúcio Cornélio Sila Epafródito” (PLUTARCO. *Vida de Sila*, 34).

A última ação de Sila que atesta sua crença na intervenção divina em sua vida está registrada em suas *Memórias* e assim é citada, por Plutarco:

Sila não apenas previra a própria morte como, de certa maneira, fala dela em seus escritos. Com efeito, sustou a redação do vigésimo segundo livro das *Memórias* dois dias antes do desenlace. Conta que os caldeus lhe haviam previsto uma morte em plena prosperidade depois de uma vida cheia de glórias. Também relata que seu filho, falecido pouco tempo antes de Metela, apareceu-lhe em sonhos com uma roupa andrajosa e, postado diante dele, suplicou que renunciasse de vez aos cuidados e viesse para a companhia de sua mãe Metela, a

fim de gozarem todos uma existência folgada e tranquila (PLUTARCO. *Vida de Sila*, 37).

Plutarco analisa a decisão de se retirar da vida pública como mais uma amostra da crença de Sila na proteção divina e no seu destino glorioso:

De tal maneira confiava mais na sorte que na ação que, depois de matar tanta gente, introduzir tamanhas novidades e sacudir a tal ponto as bases do Estado, renunciou ao poder, devolveu ao povo o direito de escolher os cônsules, não mais interferiu nas eleições e vivia a passear no Fórum como simples particular, expondo sua pessoa a todos que quisessem pedir-lhe contas (PLUTARCO. *Vida de Sila*, 34).

Pouco tempo depois de abandonar o poder, segundo Plutarco, Sila perdeu sua quarta esposa, Metela, e pôs-se a beber e a comer em meio a divertimentos, na companhia de atrizes e bufões. Esta vida agravou um abscesso intestinal que o acompanha há anos, que se generalizou (PLUTARCO. *Vida de Sila*, 35-36). O autor afirma que Sila, “depois de uma noite ruim, morreu”, deixando dois filhos jovens, tidos com Metela e uma menina, nascida de Valéria – sua quinta esposa – depois de sua morte (PLUTARCO. *Vida de Sila*, 37). O impasse sobre seu funeral – exaustivamente descrito por Apiano de Alexandria em sua *Historia Romana*, é, nas *Vidas Paralelas*, resolvido rapidamente pela intervenção de Pompeu, que lhe assegurou as exéquias. Seu túmulo, no Campo de Marte, ostentava um epitáfio, provavelmente escrito por ele próprio que diz, resume Plutarco: “que ninguém como Sila fez tanto bem aos amigos e tanto mal aos inimigos” (PLUTARCO. *Vida de Sila*, 38).

Assim, podemos perceber, nesta breve análise, que Plutarco, ao descrever Sila como intempestivo em seus comportamentos, ambicioso, imprevisível, vingativo, tende a desaprovar sua guerra contra Mário e seus partidários e o seu governo ditatorial. Para Plutarco,

Em relação a Mário, que se mostrara rude desde o começo, a subida ao poder endurecera o caráter, mas não o alterara. Bem outro o caso de Sila: de início, valera-se da fortuna com moderação e civilidade; ganhara reputação de chefe aristocrático, porém devotado ao povo; ademais, gostava de pilhérias quando jovem e mostrara-se sensível à piedade a ponto de chorar facilmente. O exemplo de Sila permite,

pois, inculpar legitimamente o poder absoluto e mostrar que ele impede aqueles que o exercem de conservar o caráter e as maneiras de antes, tornando-os caprichosos, arrogantes, desumanos” (PLUTARCO. *Vida de Sila*, 30).

Fica claro, aqui, o posicionamento do autor posto que, nesta breve comparação entre Mário e Sila, o primeiro é exemplo de constância, enquanto o outro aparece como alguém volúvel e dissimulado. O poder absoluto causaria a mutação da natureza, ou revelação de uma tendência inata para o mal? (PLUTARCO. *Vida de Sila*, 30). Com esta pergunta, Plutarco encerra esta análise, não se posicionando sobre o assunto. Entretanto, parece-nos que o autor defende a tese de que Sila não possuía um bom caráter, o que foi revelado quando deteve o poder.

A *Vida de Sila*, de Plutarco de Queroneia é um relato muito rico em detalhes sobre o caráter e as intenções do Ditador romano. É de fundamental importância para o seu completo entendimento, a consciência de que ele constitui, mais do que uma simples narrativa das ações, uma obra de cunho moralizante. Por sua vez, um autor do século II d.C. apresenta o ditador de forma diversa. Ele parece considerar Sila como um bom cidadão, motivado pela fidelidade à República e pelo respeito às tradições.

Apiano de Alexandria narra a trajetória de Sila de forma detalhada e com diversas pausas para análise dos fatos. Diferentemente de Plutarco, ele não explicita seu posicionamento em relação à personagem, mas podemos extraí-lo de algumas passagens de sua narrativa.

Nascido em Alexandria, no Egito, no final do governo de Domiciano (81-96 d.C.) (GRANT, 1996, p. 98), o autor desempenhou altos cargos administrativos em sua cidade natal, e foi advogado do Tesouro Imperial durante o governo de Adriano, (BROWDER, 1980, p. 32) em Roma. Na velhice, por intercessão de Frontão⁸, foi nomeado por Antonino Pio para o cargo de Procurador Imperial de Marco Aurélio e

⁸ Marco Cornélio Frontão (100-166/167 d.C.) nasceu na Numídia, alcançou muita influência literária em sua época, era um jurista eminente e famoso orador no Senado. Foi nomeado como um dos tutores de Marco Aurélio por Adriano em 138 e reafirmado neste cargo por Antonino Pio (GRANT, 1996, p.84-85).

Lúcio Vero (SANCHO ROYO, 1985, p. 08), provavelmente na Província do Egito⁹ (GRANT, 1996, p. 98).

Sobre sua vida pessoal sabemos, apenas através das cartas de Frontão, que o autor não teve filhos e que sofria de um problema gástrico. A data de sua morte é incerta: há suposições sobre os anos de 165 d.C. e 180 d.C.. Ele foi contemporâneo de três governos da dinastia dos Antoninos¹⁰: Adriano concedeu-lhe a cidadania romana e o título equestre; Antonino Pio entregou-lhe o cargo de Procurador Imperial que foi, provavelmente, desempenhado durante o governo colegiado de Marco Aurélio e Lúcio Vero.

O autor viveu no século II d.C. que, em linhas gerais, pode ser caracterizado como um período de moderação e magnanimidade, não só pela prosperidade econômica, mas também pelo liberalismo político que os governos souberam conservar, dentro de uma ordem pública estável (GIL, 1989, p.179). Este cenário de equilíbrio e estabilidade da paz romana – vivenciado desde o governo de Augusto até o de Antonino Pio – foi quebrado (RÉMONDON, 1967, p.03), durante os governos de Marco Aurélio e Cômodo, quando apareceram as múltiplas formas de uma possível crise interior¹¹ e exterior.falar sobre a crise exterior

⁹ A interferência de Frontão nesta ocasião deve ter sido necessária porque os magistrados que ocupavam as Procuradorias eram membros da Ordem Senatorial, da qual o autor não participava.

¹⁰ A importância dos Antoninos é múltipla, mas encontra-se principalmente no fato de representarem uma época de transição (GRANT, 1996, p.04). As mudanças operadas na sociedade romana deste período tiveram como instrumento mais significativo as guerras, iniciadas pela ruptura das fronteiras norte e leste, que indicaram o fim próximo da estabilidade e da harmonia (GRANT, 1996, p.152). Segundo Paul Petit (1974, p.175-176), o governo dos Antoninos caracterizou-se pelo equilíbrio entre os elementos civis e militares, seguindo a tradição de Augusto. As mudanças relevantes constituem a transformação do poder pessoal do Imperador em um governo burocrático: o *Princeps* perdeu seu traço de magistrado, de representante do povo romano e se tornou o titular de um ofício público. Neste sentido, a evolução do Conselho do Príncipe é significativa: era formado por *amici* e *comites* do Imperador, chamados a discutir com ele as grandes opções políticas, além de ser um dos órgãos da justiça imperial. Sua existência rendeu a ilusão da permanência da política pessoal dos soberanos através de seus conselheiros.

¹¹ O governo de Marco Aurélio pode ser considerado como bastante desastroso, pois a aristocracia senatorial e os ricos notáveis das províncias romanas, grupos em que o governo se apoiava, se serviram do Estado, antes de servi-lo, para se enriquecerem sem obstáculos. Os grandes chefes militares e os altos funcionários, cada vez mais, eram retirados da Ordem Equestre, que ainda conservava o gosto pelo serviço público (PETIT, 1974, p.37-38).

A obra de Apiano, a *História Romana*, apesar de ser importante sobre alguns temas, não figura nas listas das principais produções deste período. Entretanto, a sua composição apresenta características que a tornam peculiar, principalmente no que diz respeito ao modelo utilizado em sua construção, e pelo fato de que, no século II d.C., ele escreveu um relato que tratava do distante passado pré-imperial ou republicano.

Ela é a principal produção histórica deste autor e a única que nos chegou. Escrita em grego, compõe-se de uma narrativa da História de Roma desde sua fundação até a morte de Sexto Pompeu, em 35 a.C. (SANCHO ROYO, 1985, p.10 e 13). A data de sua elaboração permanece incerta: Apiano pode tê-la escrito durante muitos anos entre 150 d.C. e 167 d.C. ou até mesmo para além deste período. Trata-se da narrativa sobre o caminho percorrido por Roma até chegar ao seu auge, desde suas origens humildes, sendo este o centro de gravitação de todo o acontecer histórico.

O autor descreve toda a trajetória de Sila nas guerras contra povos vizinhos e na Guerra Social, exaltando sua qualidade como soldado e, no capítulo 55 do livro II da *História Romana*, apresenta o conflito entre ele e Mário como sendo a origem das disputas entre grupos políticos cujo prêmio era a pátria, ou seja, a Guerra Civil.

Ao longo do relato destes confrontos entre Mário e Sila, Apiano apresenta a ambição como motivadora das ações do primeiro e nobres intenções para as do segundo. Segundo o autor, Sila, questionado por um mensageiro sobre o que o levava a marchar contra Roma, respondeu: “[...] para libertá-la dos tiranos” (APIANO, *História Romana* II. Guerras Civis I, 57). Durante a assembleia realizada após a tomada da cidade, os vencedores do conflito estabeleceram algumas mudanças no governo que, segundo eles, lamentavelmente, “havia sido entregue desde muito tempo aos demagogos”, o que justificava suas ações (APIANO, *História Romana* II. Guerras Civis I, 59). Dentre estas mudanças, podemos citar o retorno da votação por centúrias (e não mais por tribos), cujo efeito é assim explicado por Apiano: “[...] as votações, não estando mais nas mãos dos pobres e desenfreados, mas sim nas dos ricos e prudentes, não seriam mais o foco de sedições” (APIANO, *História Romana* II. Guerras Civis I, 59).

Além disso, diminuíram as atribuições dos Tribunos da Plebe “que tinham se tornado excessivas” e renovaram a lista do censo senatorial, inscrevendo 300 dos

melhores cidadãos (APIANO, *História Romana* II. Guerras Civis I, 59). Assim, podemos perceber que, de acordo com o relato de Apiano, os atos de Sila, desde a invasão de Roma, foram motivados não pela busca de poder pessoal, mas pela necessidade de restaurar a tradição e a ordem e chegou-se neste resultado devido ao domínio dos Tribunos da Plebe e pela perda de poder do Senado – prontamente restaurado ao modificar-se a forma de votação. Isto pode ser percebido na seguinte passagem do texto de Apiano:

Em Roma, Sila, que foi o primeiro a se apoderar da cidade com as armas, e teria podido, talvez, exercer o poder absoluto, uma vez que rechaçou seus inimigos, desistiu voluntariamente da violência e [...] voltou a assumir o poder consular (APIANO, *História Romana* II. Guerras Civis I, 63).

O respeito à tradição também está presente na forma como ele tornou-se ditador, após invadir Roma pela segunda vez: retomando a prática dos tempos monárquicos para a escolha de um novo rei, Sila organizou, primeiramente, a eleição de novos Cônsules (pois os últimos eleitos foram mortos em batalha), tendo, para isto, se retirado da cidade. Ao Cônsul eleito, Valério Flaco, remeteu uma carta ordenando que fizesse chegar ao povo que, na sua opinião, a ditadura, naquele momento, seria útil à cidade, e aconselhando que este cargo tivesse vigência breve. Ao final da carta, Sila revelou que julgava-se útil à cidade, nesta conjuntura. Assim, ele foi eleito ditador pelo tempo que quisesse (APIANO, *História Romana* II. Guerras Civis I, 98-99).

Ao longo de sua ditadura, Sila implementou várias reformas que diminuíram o poder da assembleia do povo e aumentaram o poder do senado. A principal destas impedia que um tribuno pudesse exercer qualquer outra magistratura e, Apiano não diz com exatidão quanto, transferiu o cargo tribunício para o senado, cujo número de membros foi aumentado mediante recrutamento dos cavaleiros mais destacados (APIANO, *História Romana* II. Guerras Civis I, 100).

Sila, segundo o autor, era muito ousado e afortunado, pois, designou-se cidadão privado e deixou o poder sem medo, recusou a sua guarda pessoal e dava explicações sobre seus atos a qualquer pessoa que lhe pedisse; retirou-se para o campo, morrendo

pouco tempo depois aos 70 anos de idade (APIANO, *História Romana II. Guerras Civis I*, 104-105). Seus funerais foram motivo de discórdia entre os seus partidários – que queriam lhe dar um grande funeral a expensas do Estado – e os seus opositores, vencidos nesta questão (APIANO, *História Romana II. Guerras Civis I*, 105). Sila recebeu funerais públicos dos quais, segundo Apiano (*História Romana II. Guerras Civis I*, 106), todos participaram consternados pela perda; e os inimigos do morto, também presentes na ocasião, temiam seu corpo sem vida. O orador mais eloqüente de então pronunciou o discurso fúnebre e os Senadores carregaram o corpo de Sila até o Campo de Marte, “lugar em que só os Imperadores recebem sepultura” (APIANO, *História Romana II. Guerras Civis I*, 106).

Consideramos que o autor percebia o ditador romano como um cidadão virtuoso que lutou para defender a cidade daqueles que ameaçavam a ordem, cumprindo, assim, seu dever de defender a tradição, o *mos maiorum*. A opinião de Apiano sobre o comportamento de Sila difere largamente daquela emitida por autores contemporâneos dos primeiros anos do Principado, como Veléio Patérculo¹², por exemplo. Em sua obra, Sila é caracterizado pela crueldade sem limites que vitimou a cidade, principalmente quando ele tornou-se Ditador (VELÉIO PATÉRCULO. *História Romana II. 28*).

Este posicionamento diverso de Apiano frente ao passado pode ser explicado pelo fato de o governo imperial encontrar-se absolutamente legitimado como mantenedor da unidade e da paz, no século II d.C., Apiano de Alexandria busca validar o comportamento de Sila demonstrando sua dedicação à cidade e a necessidade do governo Ditatorial pela desordem político-militar do período.

Assim, neste estudo comparado dos relatos de Plutarco de Queronéia e de Apiano de Alexandria sobre Lúcio Cornélio Sila, podemos perceber que, enquanto o primeiro – que escreveu uma obra de cunho moralizante no século I d.C. – descreve o caráter de Sila como manipulador, vingativo, volúvel, cuja verdadeira natureza foi revelada pelo poder, Apiano de Alexandria já o descreve como um cidadão virtuoso,

¹² Veléio Patérculo (19 ou 20 a.C. – ?) era romano de origem equestre, autor da *História Romana*, obra escrita durante o governo de Tibério (14-37 d.C.) que abarca desde a fundação de Roma até a ascensão de Tibério ao poder.

que subordinou seus interesses pessoais ao bem da República. Delinear os motivos desta divergência de caracteres que encontramos nos documentos textuais será nosso objetivo nos nossos próximos estudos. Para tanto, já possuímos algumas hipóteses, e sabemos que o contexto de produção de cada obra influenciou sobremaneira os posicionamentos dos seus respectivos autores.

REFERÊNCIAS

A) Documentos Textuais

APPIAN. *Roman History II*. Trad. Horace White. London: Willian Heineman, 2002. Loeb.

PLUTARCO. Vida de Sila. In: *Vidas Paralelas*. Trad. Gilson César Cardoso. Rio de Janeiro: Paumape, 1992.

PLUTARCO. Vida de Mário. In: *Vidas Paralelas*. Trad. Gilson César Cardoso. Rio de Janeiro: Paumape, 1992.

PLUTARCH. *Lives. Tomo IV: Alcibiades and Coriolanus, Lysander and Sulla*. Trad. Bernadote Perrin. Londres: Willian Heineman, 1967. Loeb.

VELLEIUS PATERCULUS. *Histoire Romaine T II: Livre II*. Trad. Joseph Hellegouarc'h. Paris: Les Belles Lettres, 1982.

B) Obras Gerais

ALFÖLDY, Géza. *História Social de Roma*. Lisboa: Presença, 1989.

BARROS, José D'assunção. História Comparada: um novo modo de ver e fazer a história. *Revista de História Comparada*. Rio de Janeiro, v. 01, n. 01 p. 01-30, 2007.

BROWDER, Diana. *Quem foi quem na Roma antiga*. São Paulo: Art, 1980

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Péres. *Os Métodos da História*. São Paulo: Graal, 2002. p. 409-419.

CRAWFORD, Michael. *La Republica Romana*. Madrid: Taurus, 1981.

DETIENNE, Marcel. *Comparar o Imcomparável*. Aparecida: Idéias e Letras, 2004.

FLOWER, Harriet I. *Roman Republics*. Princeton: University Press, 2010.

GIL, Luis. *Censura em el mundo antiguo*. Madrid: Alianza, 1985.

GRANT, Michael. *The Antonines: the Roman Empire in transition*. New York: Routledge, 1996.

KEAVENEY, Arthur. *Sulla: The last republican*. London and New York: Routledge, 2005.

LE GLAY, Marce; VOISIN, Jean-Louis; LE BOHEC, Yann. *Histoire Romaine*. Paris: Presses Universitaires de France, 1991.

MORAES, Alexandre Santos de. Marcel Detienne e os caminhos do comparativismo. *Revista de História Comparada*. Rio de Janeiro, v. 05, n. 05 p. 01-10, 2009.

NICOLET, Claude. O Cidadão. In: GIARDINA, Andrea et allí (orgs.). *O Homem Romano*. Lisboa: Presença, 1992. p. 19-48.

PEIXOTO, Paulo Matos. Introdução. In: *Vidas Paralelas*. Rio de Janeiro: Paumape, 1992. p. 9-15.

PERRIN, Bernadote. Introdução. In: *Plutarch's Lives*. Londres: Willian Heineman, 1967. Loeb.

PETIT, Paul. *Histoire Générale de l'Empire Romain: 2. La crise Le l'Empire (161-284.)*. Paris: Du Seuil, 1974.

RÉMONDON, Roger. *La Crisis del Imperio Romano: de Marco Aurelio a Anastasio*.
Barcelona: Labor, 1967.

SANCHO ROYO, Antonio. Introdução. In: APIANO. *História Romana I*. Trad.
Antonio Sancho Royo. Madrid: Gredos, 1985. p. 7-39.

SANTANGELO, Frederico. *Sulla, the elites and the empire: a study of Roman policies
in Italy and Greek East*. Leiden and Boston: Brill, 2007.

STADTER, Philip, et alli. *Roman Lives: A Selection of Eight Romans Lives*. Oxford:
University Press, 1999.

THEML, Neyde; BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. História Comparada:
olhares plurais. *Revista de História Comparada*. Rio de Janeiro, v. 01, n. 01 p. 63-85,
2007.

WARDMAN, Alan. *Plutarch's Lives*. London: Elek Books, 1974.

**CULTURAS POLÍTICAS E A HISTÓRIA DOS CONCEITOS ALEMÃ
(BEGRIFFSGESCHICHTE): O TENENTISMO E A INTELLECTUALIDADE
ANTILIBERAL NA CRISE DA PRIMEIRA REPÚBLICA**

Allony Rezende de Carvalho Macedo
allony.macedo@gmail.com

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da UFJF
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG)

Resumo

A produção historiográfica sobre Tenentismo tem se centrado em explicações sociológicas que reduziram sua posição enquanto caudatário dos setores médios ou produto de uma estrutura organizacional militar apolítica. O que lhes daria uma expressão teórica distorcida do liberalismo das elites. Lançando mão do conceito francês de Cultura Política e da *Begriffsgeschichte*, este artigo propõe uma outra abordagem do movimento, procurando localizar “tenentes” e intelectuais antiliberais (ou “autoritários”) no mesmo contexto histórico de desgaste do modelo republicano oligárquico-liberal. A finalidade é verificar convergências e divergências entre estes grupos contemporâneos a partir de suas leituras da realidade brasileira e suas propostas e ações para a real “modernização” da República brasileira.

Palavras-chave: República Oligarca; Tenentismo; Cultura Política.

Abstract

The historiographical production on Tenentismo has focused on sociological explanations that reduced its position as a sector in the wake of the middle class or result of an apolitical military organizational structure. Idea that would give them a theoretical expression distorted of elite's liberalism. Dealing with the French concept of political culture and "Begriffsgeschichte", this paper proposes a new approach, trying to point out "Tenentes" and anti-liberal intellectuals (or "authoritarians") in the same historical context of deterioration of Brazilian liberal-oligarchic republican model. The purpose is to verify convergences and divergences between these two contemporaries groups by its thoughts about Brazilian reality and its proposals and actions to "real modernization of the Brazilian Republic".

Keywords: Olygarchy Republic; Military; Political Culture.

APRESENTAÇÃO

A proclamação da República no Brasil foi seguida de decepção por parte de setores importantes da sociedade, englobando civis e militares. No pós-primeira Guerra, em um cenário de desgaste dos sistemas político-culturais, o Brasil foi atingido por uma ambição pedagógica que pretendia modernizar o sistema político e a sociedade liberal-excludente, a partir de técnicos e de uma elite renovada. À frente dessa busca por transformação se colocavam o Movimento Tenentista e, desde os anos de 1910, uma intelectualidade antiliberal, que inspiraria a (re)construção do Estado no pós-30.

Para efeitos desta apresentação, o trabalho a seguir enfoca nas questões metodológicas que embasam o projeto de mestrado que visa investigar o momento descrito acima¹. Especificamente, serão discutidas as possíveis contribuições da *Begriffsgeschichte* para o estudo das culturas políticas em disputa no momento de contestação e crise da República Oligárquica.

Assim sendo, o texto se organizará da seguinte forma: primeiro, será feita uma breve apresentação do objeto de pesquisa do referido projeto de mestrado, em andamento. Segundo, serão discutidas as questões metodológicas que norteiam a proposta de uma nova abordagem sobre o Tenentismo. Por último, será feita uma apresentação do conceito de *República*, na sua acepção no movimento republicano brasileiro e nas primeiras décadas de república proclamada.

O TENENTISMO EM PERSPECTIVA

¹ Refiro-me ao projeto de mestrado por mim apresentado ao PPGHIS-UFJF, o qual foi aprovado, em março de 2013, com o título provisório de *Presente, passado e futuro: o Movimento Tenentista e a intelligentsia antiliberal na Crise da Primeira República*, sob orientação da Profa. Dra. Cláudia M. R. Viscardi.

Com o título provisório de *Presente, passado e futuro: o Movimento Tenentista e a intelligentsia antiliberal na Crise da Primeira República*, o projeto de mestrado que será discutido tem como objeto o estudo das culturas políticas em formação/disputa na contestação e crise da Primeira República, mormente aquelas que envolveram o Movimento Tenentista, e suas relações com o período de “gênese do Brasil Moderno”. Serão focados, para isso, valores, crenças, práticas, discursos, usos políticos de doutrinas e concepções de sociedade ideal disseminados entre os combatentes do movimento.

Chama-se de período de contestação e crise da Primeira República o momento que se inaugurou na década de 1910, com a primeira disputa eleitoral efetiva, com campanha, que consistiu numa inaugural ruptura séria da relativa estabilidade institucional, conagrada pela “Política dos Estados” (BORGES, 2011). Na disputa entre Rui Barbosa e Hermes da Fonseca, ou seja, entre civis e militares respectivamente, elementos importantes das culturas políticas do período foram trazidos para o centro da discussão: a representatividade dos governos constituídos, os poderes das oligarquias, o republicanismo, a nação, etc. (BORGES, 2011, p.41). É nesse momento e sob estes temas que se reacende a polaridade entre civis e militares, algo que será retomado pelos Tenentes até os anos 30 e que se insere em um debate internacional, que discute a importância dos Exércitos, antecedendo a Primeira Guerra Mundial (BORGES, 2011, p.158). Tudo isso torna essa década e a seguinte centrais para a gestação de todo um clima político-cultural, no qual submergirão os dissidentes da República -- tanto os críticos intelectuais antiliberais, que já produzem nesse momento, quanto os “Tenentes”--, apontando a compreensão das culturas políticas ali em disputa como algo de considerável importância². Por fim, os estudos se encerrarão no final dos anos 20,

² Chama-se aqui de inteligência ou intelectualidade antiliberal o grupo que se prontificou a analisar de maneira crítica o momento vivido pela república brasileira. No alvo destes homens estava o modelo constitucional de 1891 e a distância que o mesmo teria da realidade social brasileira -- marcada pela organização clânica que a distanciava das demais “nações civilizadas”, onde o liberalismo havia sido implantado com sucesso. Damos destaque a Alberto Torres e Oliveira Viana, que tem atuação literária importante já nas décadas de 10 e 20, respectivamente. A contribuição de Azevedo Amaral e Francisco Campos também será levada em conta na gestação desse ideário, mesmo que sua atuação tenha ganhado maior destaque no pós-30.

marcados pela chamada *Reação Republicana* e pelas manifestações armadas dos tenentes e pela também disputada eleição de 1930.

Sobre o Tenentismo, seus principais trabalhos, inclusive os mais recentes, baseados em modelos sociológicos e no estudo das ideologias, avaliaram o ideário militar a partir da formação social e/ou do aspecto organizacional do movimento³. Nestes estudos, no geral, os Tenentes não teriam condições de elaborarem um ideário próprio e de se livrarem de um “liberalismo de fachada”, utilizando-o como bandeira de luta para atuarem contra a dominação das oligarquias centrais. Para Anita Prestes (1990, p.94) e José Murilo de Carvalho (2005, p.28), os militares sediciosos eram marcados por uma “indigência teórica”, resultado da formação técnica que teriam tido na escola Militar do Realengo, aberta em 1911, apoiada numa ideologia de despolitização do Exército.

Tais colocações, quando confrontadas com outras perspectivas empíricas e acrescidas de diferentes reflexões teórico-metodológicas são abertas a novas abordagens. No âmbito empírico, por exemplo, o trabalho de Leila Maria Capella (1985) é um elemento importante. Ao estudar a revista *A defesa nacional*, criada pelos *jovens turcos* -- os mesmos que deram instruções em Realengo, grupo este apontado como apolítico, pela historiografia -- a autora percebeu que nas preocupações dos militares com a modernização do Exército estava embutida uma perspectiva de atuação em direção à sociedade⁴. Temas e conceitos como pátria/patriotismo, nação/nacionalidade, politicagem/política e república/republicanismo tinham grande importância nessas reflexões (CAPELLA, 1985).

³ Entende-se *ideologia* como um conjunto de idéias orientadoras e legitimadoras de projetos e ações políticas. Apesar de compatível com o estudo das ideias e ações políticas, esta categoria não dá conta de outros elementos existentes que orientam o posicionamento dos atores diante da realidade social (MOTTA, 2009).

⁴ *Jovens turcos* era um termo pejorativo dado ao grupo de militares reformistas que fizeram estágio no Exército alemão e que havia retornado ao Brasil em 1910. Para o oficial Bertoldo Klinger, um dos fundadores da revista, o termo soava como elogio, uma vez que os militares turcos, também treinados pelos alemães, haviam promovido reformas importantes no Exército do Império Otomano. (CAPELLA, 1985, p.53).

O que se pode ver é que as temáticas acima são recorrentes nos textos dos intelectuais antiliberais e aparecerão nos manifestos e cartas dos tenentes durante suas manifestações armadas nos anos 20 (FORJAZ, 1988; PRESTES, 1990). Trata-se de um intercâmbio de temas e propostas entre civis e militares que parece ser anterior a esta década e que já se materializava, por exemplo, na fundação da nacionalista Liga de Defesa Nacional, em 1916-- entidade fundada por civis com a colaboração de militares. Para se ter uma ideia, no quinto ano da revista *A Defesa Nacional*, em 1918, distribuiu-se regularmente 1.700 exemplares, atingindo 40% da oficialidade do Exército, em sua maioria de tenentes (tenentes e capitães perfaziam 83% da oficialidade atingida), enquanto que quase metade de suas assinaturas eram de civis (CAPELLA, 1985, p.51).

Ora, percebendo as manifestações políticas enquanto fruto não somente de escolhas pragmático-rationais e estratégicas, como também influenciada por aspectos culturais e relacionais, este estudo entende que é necessário ir além da exploração das filiações teóricas e sociológicas na interpretação dos usos políticos das ideias (BERSTEIN, 1988; CHARTIER, 1990; MOTTA, 2009). Em consonância com os debates atuais que relacionam cultura e práticas, considera-se aqui que ações e representações são duas dimensões interligadas da vida dos sujeitos. Para entender tal relação é necessário então entender a cultura ou o escopo cultural enquanto um complexo de categorias cognitivas e como um conjunto de práticas sociais (ALONSO, 2002, p.37). É preciso, portanto, que se atente para um conjugado de valores, tradições, representações, conceitos, memórias e maneiras de agir compartilhados pela sociedade brasileira e que estão sendo questionados e reapropriados de maneira candente nestas duas décadas. É nesse cenário que os Tenentes e os intelectuais críticos da república oligárquica constituíram suas representações sobre a realidade social e agiram perante ela.

As fontes são, basicamente, os ensaios histórico-sociológicos produzidos pelos intelectuais críticos da república, ou antiliberais, tais como as produções de Alberto Torres, Oliveira Vianna, a coletânea lançada por Vicente Licínio Cardoso (CARDOSO, 1990), textos de Azevedo Amaral e Francisco Campos, etc.. Além dos manifestos e cartas produzidos pelos tenentes durante suas ações militares, bem como depoimentos e

registros auto-biográficos. Dicionários de época também serão consultados como ferramentas para auxiliarem na interpretação de conceitos-chave.

Tal exercício de reflexão do qual nasceu a proposta de uma nova abordagem sobre o Tenentismo, no referido projeto de mestrado, foi e é subsidiado em última instância por aspectos teórico-metodológicos que serão discutidos neste próximo item e que constituem o propósito deste texto.

Sob o olhar da cultura política e da *Begriffsgeschichte*

Como já apontado acima, as décadas de 1910 e 1920 foram marcadas por um esforço de setores importantes em repensar e dar novos rumos à República. Para os críticos do regime, civis e militares, a República idealizada havia encontrado entraves perante as singularidades brasileiras. Diante da experiência compartilhada em um regime liberal pela constituição e oligárquico pela prática, intelectuais e militares sediciosos se colocavam enquanto sujeitos capazes de diagnosticar e transformar tal cenário -- os primeiros predominantemente pela via pacífica, reformista, os últimos, pelas armas e pelo discurso (FORJAZ, 1988).

Em um momento no qual os campos político e intelectual se confundiam; quando a Primeira Guerra Mundial tem uma incidência sobre a maneira como estes atores enxergavam a história, mergulhando-os em virulentos patriotismos; se torna importantíssimo o estudo do uso político das ideias debatidas nos espaços públicos (SILVA, 2002, p.16)⁵. Tal vivência compartilhada pelos intelectuais antiliberais e pelos militares envolvidos no Tenentismo, autoriza a investigação de possíveis diálogos

⁵ Angela de Castro Gomes definiu o que era ser um intelectual no final do século XIX e início do XX. Para a historiadora, tratava-se de uma categoria sócio-profissional de contornos fluidos, composta produtores e mediadores de interpretações da realidade social com grande peso político. Nesse momento do Brasil, empírica e teoricamente falando, os campos político e cultural estavam muito próximos. O próprio surgimento do termo no final do XIX, na França, colocou os intelectuais como produtores de bens simbólicos essenciais à legitimação do Estado moderno, cada vez menos afeito à violência. Uma necessidade que traçaria relações complexas entre poder e saber, entre política e cultura (GOMES, 2009, p. 26)

existentes entre estes dois grupos distintos, desde a gestação do movimento militar. Isso poderia contribuir para auxiliar a historiografia sobre o tema no entendimento do alinhamento posterior, ocorrido no pós-Revolução de 30, de importantes figuras dos dois grupos, sob o governo Vargas.

Para isso, parte-se da posição inicial de que as formas de pensar e agir não devem ser estudadas de maneira separada, uma vez que estão em íntima conexão. Para Roger Chartier (1990), os sujeitos sociais criam representações, leituras sobre a realidade social, que orientam suas ações. Todavia, tais percepções do mundo não são neutras, envolvem estratégias, usos e práticas dos indivíduos na disputa pela construção do seu meio social. É assim que esse autor aproxima o mundo das ideias, da realidade material, da ação política (CHARTIER, 1990, p.17). É isso que torna importante a operacionalização do conceito de Cultura Política e da História dos Conceitos na pesquisa proposta.

Neste estudo da contestação e da crise da Primeira República, o que se busca entender é o uso político daquelas ideias compartilhadas. Para compreenderem o mundo e usar tais ideias em seus objetivos práticos, estes atores históricos recorreram a um universo cultural e *semântico* compartilhado. A cultura política pode ser entendida como parte deste universo, o qual fomenta um conjunto coerente de referentes que agem sobre os atores durante longos períodos e os fornece uma grade de análise através da qual se orientam -- trazendo à tona elementos explicativos que vão além do aspecto racional e pragmático (BERSTEIN, 1988). Esta é constituída de valores, tradições, práticas e representações políticas, que expressam uma identidade coletiva de determinados grupos humanos, fornecendo leituras comuns de passado e inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro (MOTTA, 2009, p.21). É no âmbito destas representações políticas que os atores gestam suas leituras de mundo e as expressam através de ideologia, *linguagem*, memória, imaginário, iconografia; mobilizando portanto, mitos, símbolos, *discursos*, *vocabulários* e uma cultura visual (MOTTA, 2009, p.21-22). É necessário lembrar, porém, que as culturas políticas, apesar de estarem além do aspecto racional dos atores, elas são indissociáveis dos seus usos estratégicos e pragmáticos. Para Daniel Céfaï, os atores se orientam e se movem segundo *arquiteturas*

semânticas que constroem as formas de ação individual e coletiva diante de situações inéditas, as quais exigem novas maneiras de agir e pensar (CÉFAÏ, 2001, p.99).

É no entendimento desse universo de significados, historicamente dados, que a *Begriffsgeschichte* pode dar sua contribuição para a pesquisa aqui discutida. Como apontou a reivindicação central da metodologia desenvolvida por Reinhart Koselleck: entender a intencionalidade dos atores passa por interpretar os conflitos políticos e sociais. Estes, por sua vez, devem ser recuperados também através do horizonte conceitual que lhes é coetâneo e em termos dos usos lingüísticos compartilhados e desempenhados pelos atores que participaram de tais conflitos (JASMIN, 2005, p.31)⁶. O que faz total sentido, quando se recorda, o que já foi mencionado acima: que discursos e vocabulários específicos são mobilizados em contextos particulares de atuação social e política, de acordo com universos semânticos compartilhados.

Para Koselleck, os conceitos trazem em si experiências e teorias de ação. Ou seja, além de plasmarem em seus significados elementos da vivência (espaço de experiência), também carregam consigo propostas, teóricas e práticas (horizontes de expectativas). A experiência seria o “passado atual”, no qual foram configuradas lembranças, recordações. Nela estão presentes tanto elaborações racionais, quanto crenças já naturalizadas, advindas de vivências individuais e coletivas. Enquanto que expectativa seria “o futuro presente”, também vinculado ao pessoal e ao interpessoal, direcionado para aquilo que ainda está por vir, para o que é previsto (KOSELLECK, 2006, p.309-310). Essa colocação é importante quando se busca investigar as leituras que tenentes e antiliberais tinham de seu passado e do seu presente, bem como as propostas que revelavam na luta política -- em outras palavras, quando se procura entender a ação destes sujeitos no uso político do passado na construção de coletividades e no incentivo a engajamentos.

⁶ Reinhart Koselleck entende por conceito, as palavras que exigem certo nível de teorização na sua formulação e cujo entendimento é reflexivo. Isso porque os conceitos teriam uma exigência concreta de generalização, sendo também polissêmicos, abrangendo diferentes totalidades de sentido em diferentes momentos e espaços (KOSELLECK, 2006, p.108)

É importante ressaltar que, na visão de Koselleck, a relação entre conceito e realidade social além de não ser unidirecional ela não é direta. Não é direta porque nem sempre o conceito dá conta de absorver o que aconteceu no mundo da realidade material. Não é unidirecional porque os conceitos, além de trazerem em si elementos extralingüísticos, também funcionam como referenciais para a mudança da realidade social, uma vez que é em torno deles que se organizam diversas sociedades e unidades de ação política. Assim sendo: “[...] todo conceito é sempre concomitantemente Fato (Faktor) e Indicador (Indikator)” (KOSELLECK, 1992, p.136). Desta forma, torna-se importante atentar para o momento a partir de quando os conceitos podem ser encarados de forma tão rigorosa como indicadores das transformações políticas e sociais. Segundo o historiador alemão, a disputa de significados para manter, mudar ou definir posições políticas em relação a idealizações está sempre, em épocas de crise, registradas nas fontes escritas (KOSELLECK, 2006, p.101-102). O que é algo que reforça a viabilidade deste instrumental para a investigação da crise do modelo republicano liberal-oligárquico.

Outra questão importante de ser lembrada é que o projeto trabalha com críticos à república, sejam eles civis e militares, portanto, com sujeitos que enfrentam os defensores da ordem vigente. Neste aspecto deve-se estar atento às questões referentes ao uso político dos conceitos e seus pares assimétricos antitéticos. Uma vez que invariavelmente se estará diante de grupos que lançam mão de conceitos para se identificarem e excluam aqueles que entendem como opostos. Como lembrou Reinhart Koselleck: “Nesses casos, um grupo concreto reclama o direito exclusivo à universalidade, aplicando um conceito lingüístico apenas a si próprio e rejeitando qualquer comparação” (KOSELLECK, 2006, p.192). Isso chama atenção para os diferentes projetos antagônicos colocados em debate em um momento de instabilidade e crise de um regime político; o que auxilia na análise comparativa de grupos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A REPÚBLICA, PROJETO E PRÁTICA

Em conferência publicada na revista *Estudos Históricos*, em 1992, Reinhart Koselleck replicou argumentos que combatem a construção de uma história dos conceitos. Para aqueles que defendem essa objeção, os conceitos não possuiriam história por serem inéditos a cada uso. Isso quer dizer que os conceitos teriam um significado correspondente ao seu uso pragmático, em um momento específico. Em resposta a esta colocação, o historiador lembrou que todo uso pragmático, só é possível de ser entendido dentro de uma semântica anteriormente existente, “[...] pois sem o conhecimento prévio do significado das palavras que utilizo, nada será compreendido. A semântica é assim imprescindível para a comunicação lingüística (*Sprachhandlung*) e para o uso pragmático da língua.” (KOSELLECK, 1992, p.141). Isso quer dizer que, em cada uso pragmático da linguagem, que é sempre sincrônico, há sempre uma semântica que é diacrônica. Sobre tais forças diacrônicas os sujeitos não detêm poder algum e nelas as mudanças são muito mais lentas. É isso que permite a história dos conceitos sobre um eixo de longa duração (KOSELLECK, 1992).

Tudo isso é algo fundamental para o estudo da cultura política, que é dotada de permanências e tradições, sobre as quais os atores políticos recriam maneiras de se posicionar diante de situações inéditas.

Tomemos como exemplo as disputas em torno do conceito de República. Cláudia Viscardi, ao estudar o Manifesto Republicano de 1870 e jornais republicanos mineiros do final do século XIX, observou que o significado retomava, em parte, e sob novo contexto político, elementos daquilo que se entendeu como república ainda no início daquele século (VISCARDI, 2012, p.151).

Nesse aspecto, Starling e Lynch (2009) elucidam bem o que se entendia como república na década de 1820. Para eles, após a influência da Revolução Liberal do Porto, os republicanos brasileiros trabalharam um significado que era sinônimo de democracia ou de governo popular eletivo; além de associarem república ao modelo federalista americano. Tratou-se de um conceito que foi proposto de maneira destacável na constituinte de 1823. Porém, assim como em Portugal, a monarquia era preservada. Ficando então a república sob fórmulas monárquicas, o debate foi organizado entre uma monarquia republicana -- ou seja, democrática e federalista -- e uma monarquia

moderada, relacionada a um governo misto semelhante ao inglês, com concepções unitaristas. Somente em casos limites recorreu-se às armas e se declarou efetivamente a república -- separada da monarquia -- em algumas regiões, como em Pernambuco, em 1824, e no Rio Grande do Sul, em 1835, por exemplo. Em tal contexto, república não era vista como boa em si mesma, nem como uma solução final aos problemas nacionais; era uma forma instrumental de conseguir emancipação em relação ao governo nacional. O conceito, na época, vinha acompanhado do temor pela desordem e pela impopularidade da ideia (STARLING & LYNCH, p.1285-1287).

Ora, pode-se dizer que a cultura política monárquica se mostrava ainda bem estabelecida, tendo forte influência no espaço de experiência e no horizonte de expectativa destes sujeitos, que viam nesse regime a única forma de manter o Brasil unido. Aos olhos daqueles atores, sob suas leituras da história, a monarquia havia mostrado sua eficácia, desde a Independência. A organização política pulverizada da América Latina era, para muitos, prova suficiente de suas leituras.

Segundo Paulo Mercadante, a elite política imperial era marcada pela busca da moderação. Questões sociais importantes, como a escravidão, freavam os ímpetus liberais mais radicais. O temor da revolução, da desorganização daquela estrutura social, fazia parte do universo daqueles homens (MERCADANTE, 2003).

No estudo do Manifesto Republicano, Viscardi destacou as semelhanças entre estes usos dos conceitos, como já dito. República e democracia, em 1870, apareceram como sinônimos, ou entendiam ser a república a única via para democracia; bem como defenderam o liberalismo como base para a organização do novo regime. Contudo, a historiadora apontou que a diferença central era que os signatários rejeitavam a vinculação de suas ideias à monarquia. Para eles, a monarquia era incompatível com o que entendiam como democracia⁷. Isso porque a primeira era fundamentada na

⁷ Pode ser destacado no manifesto o elemento político na disputa pelo conceito de “democracia”, que o incompatibilizou com o de “monarquia” no manifesto republicano. Em dicionário português de 1873, também lançado no Brasil, e dedicado pelos editores ao Imperador D. Pedro II, o conceito de democracia **não excluiu** a monarquia: “Forma de governo em que o povo exerce a soberania. -- Estado de sociedade que exclue toda a aristocracia constituída, mas não a monarchia.” (VIEIRA, 1873, v.2, p.764). Ao passo que neste mesmo dicionário, o conceito de “república” é associado à participação popular, mas admite



hereditariedade, o que seria inconciliável com o poder baseado no povo e exercido na elegibilidade dos governantes (VISCARDI, 2012, p.150).

Outra diferença que se pode inferir é que a república deixou de ser apenas uma saída instrumental para a busca de uma autonomia local, para se projetar enquanto uma finalidade do país como um todo. O próprio manifesto já se colocava com o objetivo de fundar um partido político de âmbito nacional (VISCARDI, 2012, p.144). A república passou a se apresentar como solução para as mazelas históricas do Brasil, representando o oposto ao regime monárquico.

Neste momento, a conjuntura era outra e os republicanos já podiam expressar mais claramente seu projeto de inovação. A cultura política monárquica começava a se enfraquecer, diante da sua dificuldade em responder aos problemas materiais que enfrentava. O que abriu espaço para que os republicanos e seu universo semântico, modificado pelas novas circunstâncias e pelas disputas políticas, conseguissem começar a dar passos mais sólidos em direção a uma expansão da sua cultura política.

Opondo república e monarquia, os republicanos delimitavam seu grupo e identificavam seus opositores. Além de identificar os grupos, os conceitos também ofereciam horizontes de ação, projetos diferentes, em torno dos quais os atores construía suas leituras de mundo e se organizavam para agir.

Os republicanos que se organizaram a partir de então defendiam que era necessário inserir o Brasil nos trilhos do progresso. Para isso, era indispensável a ruptura com o passado monárquico, marcado pelo despotismo, pelos vícios do antigo regime, que alimentavam uma sociedade de privilégios. Este modelo de sociedade impedia o crescimento econômico, o bom aproveitamento das riquezas naturais e a ampliação da participação política. Democracia e monarquia eram reforçados como conceitos opostos, levando os republicanos a bradarem contra discursos que buscavam o caminho da reforma, da construção de uma “monarquia democrática” -- como os de Rui Barbosa e Joaquim Nabuco, pelos idos de 1880 (MELLO, 2007, p.139).

como uma das formas republicanas a república das “*aristocracias*, nas quaes o governo existe entre as mãos da alta classe dos cidadãos [...]” (VIEIRA, 1874, v.5, p.224, grifo do autor).

Proclamada a República em 1889, era o momento de materializar a idealização anterior. Campo Sales, no seu governo, logo entendeu que as dificuldades que encontrava se relacionavam com a inadequação dos parâmetros constitucionais à realidade brasileira. O liberalismo baseado representatividade política individual não funcionava naquela sociedade (HOLLANDA, 2008, p.26). Já nos anos 1910, diante das circunstâncias políticas do regime, e mesmo do cenário internacional, diagnósticos que separavam a república ideal da república real não deixaram de ganhar espaço. A tão almejada inserção do país na esteira do progresso, aos olhos de parte dos intelectuais da época, era frustrada pela manutenção dos privilégios políticos, pela instabilidade do regime, trazida pelas disputas entre oligarquias, e pelos problemas da economia agroexportadora cafeeira. Alberto Torres, figura de grande influência para os críticos da república, via que suas propostas federalistas não tinham funcionado, sobretudo porque o Brasil não havia formado ainda uma nação coesa. Na sua opinião, era isso que havia alimentado um governo de interesses restritos, particularista, distanciado dos fins coletivos, muito diferente do imaginado por ele e por outros republicanos históricos (TORRES, 2002).

No cenário internacional, a Primeira Guerra Mundial trazia como consequência a crise crença no liberalismo, no racionalismo e intelectualismo do século XIX. Enquanto que no ano da comemoração do centenário da independência do Brasil, o país era sacudido pela chamada *Reação Republicana* e pela primeira reação militar dentre outras as quais se chamaria Tenentismo.

Ao analisar documentação diversificada a respeito do centenário da independência do Brasil, Marly Silva Motta (1994) percebeu que a intelectualidade dos dois mais importantes centros urbanos (Rio de Janeiro e São Paulo) se mobilizou em um esforço de repensar o país. Revendo as origens, o passado colonial, as realizações republicanas, o momento suscitou grandes debates sobre a nação brasileira.

Em 1924, no prefácio da coletânea *À margem da história da República*, o organizador Vicente Licínio Cardoso dizia que os colaboradores da obra, inspirados “pelo grande Alberto Torres”, estavam cientes da gravidade do momento e se mobilizavam ali para promover uma reação frente ao cenário conturbado vivido pelo

país, propondo soluções. Este livro seria então o preâmbulo de uma obra maior, exigido pelo ambiente de um país que ainda carecia de nacionalidade (CARDOSO, 1990, p.12-14). Também Cardoso, desta vez na conclusão, atacava o idealismo sobre o qual a república foi construída, o que teria causado grande decepção e retrocesso:

Foi profunda nossa desilusão, por certo. Melhor se diria -- está sendo. Vemos a cada momento, em torno a nós a negação -- não só de tudo o que sonhamos, também de tudo o que pensamos.
[...] para que possamos resistir a essa dissolução de esperanças, a esse arrivismo indigno que triunfa e também a esse falso idealismo, de vistas curtas e mal-empregado, que nos disciplina -- é mister fugir à vaidade das competições e ao interesse das recompensas, para pensar silenciosamente a verdade que nos cerca. (CARDOSO, 1990, p. 304)

Neste mesmo livro, no texto *O idealismo da Constituição*, Oliveira Vianna destacou a discrepância entre a república democrático-liberal idealizada e a realidade brasileira. Para ele, a Constituição de 1891 havia sido construída sobre um ideário saxão, que dependia da existência de uma “opinião pública” organizada e engajada, movida por interesses coletivos, o que inexistia no Brasil. Uma sociedade clânica como a brasileira não estaria dotada de interesses gerais, mas sim organizada em torno de pequenos grupos de poder com anseios específicos. Desta forma, a falta do ingrediente fundamental do idealismo teria provocado sua falência:

Realmente, todo o fracasso do idealismo contido na Constituição de 24 de fevereiro tem, em síntese, esta causa geral: somos um povo em que a “opinião pública”, na sua forma prática, na sua forma democrática, na sua forma política, não existe.
[...] falta aqui terreno propício a esses brilhantes movimentos em prol do bem coletivo, de que são tão férteis os grupos anglo-saxônicos. (VIANNA, 1990, p.131-133).

No universo militar, os tenentes em seus manifestos também bradavam contra uma república bacharelesca, contra os interesses particulares, que contrastavam com a necessidade de um Estado técnico, meritocrático e eficiente. Em um destes, em São Paulo, no dia 10 de julho de 1924 denunciavam:

“Estes governos de nepotismo, de advocacia administrativa e de incompetência técnica, na alta administração, de concessão em concessão, de acordos em acordos, vêm arruinando paulatinamente as suas forças vivas, aniquilando-o [o governo da república] [...]” (MANIFESTO, 1990, p.397).

E acrescentam:

O Brasil está reduzido a verdadeiras satrápias, desconhecendo-se completamente o merecimento dos homens e estabelecendo-se como condição primordial, para o acesso às posições de evidência, *o servilismo contumaz que, movendo-se pela mola das ambições, cada vez mais se generaliza, constituindo fator de degradação social.* (MANIFESTO, 1990, p. 398, grifo nosso).

O que se vê é que esses autores e atores políticos viviam um desafio que os convergiam. Era necessário romper com o passado recente de uma *Belle Époque* e de uma República que destoou do que foi imaginado.

Foi nesse clima de frustração, de abalo do regime republicano, somado ao enfraquecimento de sistemas político-culturais no pós Guerra, que o uso do conceito de república ganhou contornos mais centralistas, tecnocráticos e autoritários (ao menos antiliberais). No horizonte estava a defesa dos interesses públicos, do bem da coletividade, da comunidade para o bem comum -- representando o que há de essencial no conceito de República, desde Cícero e Políbio. Esta convivência entre tradição e inovação, por meio de um passado (re)lido a partir das necessidades do presente, funcionaria como substrato semântico de uma cultura política autoritária que ganhou espaço, trazendo visões institucionais que acabaram por tomar corpo no plano organizacional do Estado no pós-30.

Considera-se, desta forma, que as colocações acima apresentadas são indispensáveis para a análise das fontes que visa dentre outros itens, as temáticas discutidas por militares e antiliberais, dando atenção ao léxico e aos significados dos conceitos expressos nos discursos. Tentar-se-á extrair das práticas políticas, dos discursos e dos conceitos as leituras de passado contidas neles, que inspiraram

determinadas visões sobre o presente e projetos para o futuro. A finalidade última é responder questões como: quais os problemas que os atores identificaram na tradição política e na República brasileira? A quem eles culpam pelo “fracasso” da República proclamada? Quais as estratégias que propuseram para mudar o quadro? Qual o papel que designaram para os setores populares? Como se viam reciprocamente civis e militares? Quais são suas bases doutrinárias? Proporiam, então, reforma ou revolta?

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. **Ideias em Movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: SIRINELLI, Jean-François & RIOUX, Jean-Pierre (org). **Para uma história cultural**. Lisboa: 1998. pp. 349-363.

BORGES, Vera Lúcia Bogéa. **A batalha eleitoral de 1910**: imprensa e cultura política na Primeira República. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

CAPELLA, Leila Maria Corrêa. **As malhas de Aço no Tecido Social**: A Revista “A defesa Nacional” e o Serviço Militar Obrigatório. Niterói: 1985. Dissertação em História. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense.

CARDOSO, Vicente Licínio (org.). **À margem da História da República**. 3ª ed. Recife: Editora Massangana, 1990. (Primeira edição de 1924).

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CÉFAÏ, Daniel. Expérience, culture et politique. In: CÉFAÏ, Daniel (dir). **Cultures politiques**. Paris: PUF, 2001. pp. 93-116.

CHARTIER, Roger. **A história Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

FORJAZ, Maria Cecília Sipna. **Tenentismo e forças armadas na Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

GOMES, Angela de Castro. **A República, a história e o IHGB**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. A questão da representação política na Primeira República. **Caderno CRH**. Salvador, v.21, n. 52, p.25-35, Jan./Abr. 2008.

JASMIN, Marcelo Gantus. História dos Conceitos e Teoria Política e Social: referências preliminares. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 20, n. 57, pp. 27-38, fev. 2005.

KOSELLECK, Reinhart. **O Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

_____. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p.134.146, 1992.

MANIFESTO dos rebeldes de São Paulo publicado na imprensa de São Paulo, em 10/07/1924. In: PRESTES, Anita L. **A coluna Prestes**. São Paulo: Brasiliense, 1990. pp.397-399.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A república consentida**: cultura democrática e científica do final do Império. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

MERCADANTE, Paulo. **A consciência conservadora no Brasil**: contribuição ao estudo da formação brasileira. 4ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

MOTTA, Marly Silva. **1922**: em busca da cabeça do Brasil moderno. Rio de Janeiro: CPDOC, 1994. Disponível em : <
<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/4133>>. Acesso em ago. 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios de possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia: In:---. **Culturas políticas na História**: novos estudos. Belo Horizonte: Argvmentvm: 2009. pp. 13-37.

PRESTES, Anita L. **A coluna Prestes**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SILVA, Helenice Rodrigues da. **Fragmentos da História Intelectual: entre questionamentos e perspectivas.** Campinas-SP: Papyrus, 2002.

STARLING, Heloísa M. M. & LYNCH, Christian E. C.. República: Brasil. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández. **Diccionario político y social del mundo iberoamericano.** Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009. Disponível em: <<http://www.iberconceptos.net/wp-content/uploads/2012/10/DPSMI-I-bloque-REPUBLICA-REPUBLICANO.pdf>>. Acesso em 03 jun. 2013.

TORRES, Alberto. **A organização Nacional.** [S.l.]: eBooksBrasil.com, 2002. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/torresc.html>>. Acesso em jan. 2012. (Primeira edição em 1914).

VIANNA, Oliveira. O idealismo da Constituição. In: CARDOSO, Vicente Licínio (org). **À margem da História da República.** 3. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1990. pp. 121-141.

VIEIRA, Domingos. **Grande dicionario portuguez ou thesouro da lingua portugueza pelo dr. Frei Domingos Vieira, dos eremitas calçados de Santo Agostinho:** publicação feita sobre o manuscrito original, inteiramente revisto e consideravelmente augmentado. Porto: em casa dos editores Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1871. v.2.

_____. _____. Porto: Porto: em casa dos editores Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1874. v.5.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Federalismo e cidadania na imprensa republicana (1870-1889). *Tempo*. v.18, n.32, pp. 137-161, 2012.

O SUBLIME NA REPRESENTAÇÃO DA MEMÓRIA: IMAGENS DA FESTA DO DIVINO DE PIRENÓPOLIS/GO

Amanda Alexandre Ferreira Gerales
amandaalexandre@gmail.com
PUC-SP
Mestranda em História
Bolsista do CNPq

Resumo

A Festa do Divino Espírito Santo da cidade de Pirenópolis, no estado de Goiás, ocupa um espaço especial no imaginário coletivo da comunidade. Neste artigo, cuja pesquisa se encontra em desenvolvimento para a elaboração da dissertação de Mestrado, iremos apresentar uma breve descrição dos tempos da festa e as muitas formas de celebrar o Divino. A pesquisa propõe analisar objetos da cultura material produzidos para a festa e busca identificar a relação estabelecida entre os significados dos símbolos e suas representações na coletividade da comunidade. Para tanto, entendemos que os saberes, as artes de fazer e a tradição são sustentados por uma memória e constroem identidades coletivas e individuais. A escolha metodológica parte do trabalho com fontes da Cultura Material, História Oral e Iconografia.

Palavras-Chave: Festas. Memória. Cultura Material.

Abstract

The Feast of the Divine Holy Spirit in the city of Pirenópolis, in the state of Goiás (Brazil), occupies a special place in the collective imaginary of the community. In this article, whose research is being developed for the preparation of the Master's thesis, we will present a brief description of the times of the feast and the many ways of celebrating the Divine. The research aims to analyze objects of material culture produced for the feast and seeks to identify the relation between the meanings of the symbols and their representations in the collectivity of the community. Therefore, we believe that knowledges, arts of making and the tradition are supported by a memory and builds collective and individual identities. The methodological choice part of the work with sources of Material Culture, Oral History and Iconography.

Key- Words: Celebrations. Memory. Material Culture.

A Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis é uma festa religiosa que acontece tradicionalmente na cidade desde 1819. Consolidando sua relevância e sua memória, a celebração obteve pelo IPHAN em 2010 o registro como Patrimônio Cultural Imaterial, sendo então a segunda manifestação registrada no Livro das Celebrações, na qualidade de bem imaterial, realizada no país. A festa tem duração de quase dois meses, mas seu auge acontece no Domingo de Pentecostes, 50 dias após a Páscoa, data que representa a vinda do Divino Espírito Santo sobre os apóstolos de Cristo. Essa data marca na festa o início das famosas Cavalhadas – uma encenação que representa a luta dos cristãos liderados por Carlos Magno nas Cruzadas contra os mouros. De origem medieval, a celebração chegou ao Brasil na época colonial, prestando-se como forma de catequização e expressão religiosa.

Celebrar Pentecostes é parte da liturgia católica. A Festa do Divino é uma celebração muito comum em todo o país. No entanto, em Pirenópolis a festa tem suas particularidades. São muitas as manifestações que compõe as comemorações ao Divino: além do Império do Divino, lá encontramos as folias, novenas, missas e procissões, as pastorinhas, as cavalhadas e os mascarados, as congadas e os congos, as bandas de música, os reinados e juizados. É uma festa de grande porte que reuniu ao longo do tempo todas essas manifestações para celebrar o Divino.

AS FESTAS DENTRO DA FESTA

O cronograma da festa é complexo: cerca de vinte dias antes de Pentecostes iniciam as Folias do Divino Espírito Santo¹. Atualmente são dois grupos de folias que fazem os giros e os pousos: a “folia do povo” e a “folia do padre”, essa organizada pela Paróquia Nossa Senhora do Rosário – local onde se concentram as atividades religiosas

¹ As Folias mais tradicionais partem à cavalo percorrendo um trajeto pelas fazendas da zona rural da cidade. Com o objetivo de recolher donativos para a festa, os foliões fazem os giros com a bandeira do Divino, acompanhados pela comunidade que participa do evento e pelos anfitriões da casa que oferecem o pouso e o alimento. A dinâmica alimentar é característica primordial no processo das folias, constituindo um ato de fé e um comportamento festivo compartilhados socialmente.

da festa. As folias (que podem ser rural e urbana) saem e chegam em datas diferentes e têm cerca de dez dias de duração cada uma. Por volta de quinze dias antes do domingo de Pentecostes iniciam os ensaios dos cavaleiros das Cavalhadas. Faltando nove dias para o domingo de Pentecostes inicia-se a Novena do Divino Espírito Santo, sempre numa sexta-feira. O início da novena marca no calendário oficial a “abertura” da festa. Durante os nove dias de novena a cidade amanhece com duas alvoradas – a primeira às 4h com a banda de Couro e a segunda às 5h com a tradicional banda Phôenix. Fogos e roqueiras são disparados nesses nove dias de alvorada que se seguem com a missa e a novena, já no período noturno, às 19h. No último dia da novena – sábado, véspera de Pentecostes – ocorre a procissão dos membros da Irmandade do Santíssimo Sacramento² para a bênção e o levantamento do Mastro, acontecendo em seguida a tradicional queima de fogos e a apresentação do auto de natal “As Pastorinhas” no teatro da cidade. É também nesse dia que os mascarados ocupam as ruas da cidade com suas tradicionais máscaras de boi, onça, capeta; suas roupas coloridas e enfeitadas com as flores de papel crepom e com o tilintar dos guizos nos cavalos.



Imagem 1

Chegada da Folia Renovação Cristã na Fazenda Mateus Machado. 2012.



Imagem 2

Benção e levantamento do Mastro, 2012.



Imagem 3

Auto natalino “As Pastorinhas”, 2012.

² A Irmandade do Santíssimo Sacramento foi criada em 1732 e constitui-se como um grupo de devotos que preservam os valores religiosos, promovendo solenidades e encontros relacionados à fé cristã e cuidando dos bens e interesses da igreja.

É chegado o dia mais esperado: o Domingo de Pentecostes. Após as alvoradas, segue o Cortejo Imperial, saindo da casa do Imperador³ rumo à igreja. Depois da missa é realizado o sorteio do próximo Imperador e dos mordomos. Terminado o sorteio, um novo cortejo sai da igreja rumo à casa do atual imperador. Nesse cortejo seguem: o Imperador e sua família ocupando lugar de honra na procissão, a Irmandade do Santíssimo Sacramento, a Procissão das Virgens (meninas vestidas de branco), as bandas de Couro e Phôenix e por fim a comunidade que acompanha para receber do Imperador os cumprimentos e as tão esperadas Verônicas de Alfenim e os pãezinhos do Divino⁴. Na casa do Imperador fica exposto o altar em homenagem ao Divino, exibindo a Bandeira, a Coroa e o Cetro – símbolos do Espírito Santo.



Imagem 4

Chegada do Cortejo Imperial à Igreja, 2012.



Imagem 5

Saída do Cortejo Imperial e após a missa, 2012.

~ símbolos do Império: a coroa e o cetro.



Imagem 6

Irmandade do Santíssimo Sacramento no Cortejo Imperial 2012



Imagem 7

Procissão das Virgens no Cortejo Imperial, 2012.

⁴ Quando o cortejo chega à casa do Imperador, as bandas entram para a área preparada para o evento (geralmente um pátio ou a área externa da casa) que é onde fica o altar ao Divino. Todas as pessoas que participaram da procissão se organizam em uma fila para receber as lembrancinhas. A banda toca o Hino do Divino e após esse momento os familiares do festeiro começam a distribuir as verônicas, que são doces feitos de açúcar – o alfenim, uma massa branca e muito delicada – que são trabalhadas à mão e moldadas em formato circular com motivos do Divino, e os pãezinhos do Divino, ambos embalados especialmente para a ocasião.

Esses objetos possuem um *status sacro*: na procissão as pessoas se debruçam para tocá-los e pedir graças. Todas essas atividades – que iniciaram às 4h da manhã – se prolongam até o horário do almoço. E é preciso estar atento: a abertura das Cavalhadas começa às 13h no campo conhecido como “Cavaldódromo”⁵. Durante toda a tarde do domingo acontece o primeiro dos três dias de encenação das Cavalhadas. Ainda no domingo, na missa à noite, temos a posse do novo Imperador, que junto com os mordomos já começam a pensar os preparativos para a festa do próximo ano. O novo ciclo se inicia antes mesmo que o ciclo corrente termine.



Imperador, 2012.



Imagem 9

Bandeira do Divino em residência, 2012.



Imagem 10

Altar do Divino na casa do Imperador, 2012.



Imagem 11

Embalagem com as Verônicas



Imagem 12

Mascarado – A morte de chapéu, 1992.



Imagem 13

Mascarado Curucucu, 1992.



Imagem 14

Rei Cristão (Azul), 2013.



Imagem 15

Rei e Cavaleiros Mouros, 1992.

A segunda-feira começa com o Reinado de Nossa Senhora do Rosário: o cortejo, a missa e a festa do Reinado – os reinados e juizados seguem a mesma estrutura dos cortejos do Imperador do Divino: o cortejo busca o rei e a rainha em sua residência, seguindo para a igreja onde acontecerá a missa. Após a missa o cortejo retorna da igreja para a residência do rei e rainha onde acontece a “festa” e são servidos os quitutes para a comunidade. Esse movimento ocupa todo o período da manhã e às 13h dá-se continuidade ao segundo dia da encenação das Cavalhadas. Na terça-feira acontece o Juizado de São Benedito – nos mesmos moldes do Reinado – e no período da tarde o último dia das Cavalhadas. A festa termina oficialmente em meados de junho, no dia de *Corpus Christi*, data em que o mastro é descido e se comemora o encerramento da festa com um grande almoço que é oferecido para todos os envolvidos na festa. E nesse mesmo final de semana ainda acontecem na cidade as Cavalhadinhas Mirins, onde as crianças participam e atuam nos mesmos moldes da festa ocupada pelos adultos.

A TEMPORALIDADE DA FESTA

A festa transforma o tempo da normalidade na cidade. Nesse período a cidade define vários tempos para sustentar e praticar todas essas manifestações que compõe o festejo ao Divino. Fundamentamos em Bakhtin a categoria *festa*, uma vez que se tratando de uma celebração de caráter religioso, nota-se a profunda relação com o sagrado nas manifestações e suas representações. Segundo Bakhtin, a *festa* é algo maior que a experiência puramente humana:

As festividades (qualquer que seja o seu tipo) são uma forma primordial, marcante, da civilização humana. Não é preciso considerá-las nem explicá-las como um produto das condições e finalidades práticas do trabalho coletivo nem, interpretação mais vulgar ainda, da necessidade biológica (fisiológica) de descanso periódico. As

festividades tiveram sempre um conteúdo essencial, um sentido profundo, exprimiram sempre uma concepção do mundo. Os “exercícios” de regulamentação e aperfeiçoamento do processo do trabalho coletivo, o “jogo no trabalho”, o descanso ou a trégua no trabalho nunca chegaram a ser verdadeiras festas. Para que o sejam, é preciso um elemento a mais, vindo de uma outra esfera da vida corrente, a do espírito e das idéias. A sua sanção deve emanar não do mundo dos meios e condições indispensáveis, mas daquele dos fins superiores da existência humana, isto é, do mundo dos ideais. Sem isso, não pode existir nenhum clima de festa. (BAKHTIN, 1987: 7-8)

Entendemos a *festa* como uma expressão fundamental presente na dinâmica cultural. Sua ordem própria revela concepções de mundo e, no âmbito religioso, pensamos na relação metafísica existente que desenvolve na comunidade vivências de profundo respeito, devoção e sacralização, culminando em verdadeiras experiências de contato com o sublime.

Assim, compreendemos esse tempo da *festa* como um tempo transcendental: um templo da fé. Essa experiência de fé, classificada nesse tempo do rezar, é acompanhada intimamente por outros tempos: o preparar, o comer e o festejar.

Como já apresentado, a Festa do Divino de Pirenópolis possui um cronograma festivo complexo: folias, rezas, missas e novenas, alvoradas com bandas de música, procissões e cortejos, reinados e juizados, teatros, cavalhadas e mascarados – essas manifestações compõem o festejo ao Divino e têm uma característica muito presente que é a comensalidade festiva. Eduardo Etzel em seu estudo a respeito do simbolismo do Divino, afirma:

Acredito que a Festa do Divino é um eco das remotas festividades das colheitas. Foi nossa única comemoração anual com ênfase na comilança e alegria, desenvolvida num Brasil ainda provinciano e rural. É a expressão do sentimento inconsciente do povo simples e, por isso mesmo profundamente ligado à ideia de afugentar a fome. Não se trata propriamente de festa de um dia, mas de um longo ritual com as folias pedintes para o grande período de festas. Como simples aproximação pode-se pensar que representam a sementeira, o curso do

cultivo e a colheita final com as comemorações festivas. (ETZEL, 1995: 31)

Dessa forma, esses traços de manifestações e festividades campesinas somados a antigos costumes e tradições são agregados a um novo culto, à figura do Divino – iniciativa festiva da Rainha Santa Isabel – e que com o tempo caem no gosto popular, justamente por apresentar origem nessas comemorações folclóricas.

Pensando nesses movimentos que constroem a dinâmica da festa, percebemos temporalidades distintas no desenvolvimento do rito: o tempo do preparar, o tempo do comer, o tempo do rezar e o tempo do festejar, sendo que esses tempos não se dividem necessariamente cronologicamente, e sim dialogam e coexistem quase que simultaneamente.

O tempo do preparar é o antes da celebração da festa em si: é o momento de produzir os objetos que compõe os cenários para as manifestações festivas, como objetos decorativos, paramentação e indumentária. É também o momento de angariar recursos financeiros e donativos. Apesar de não corresponder à celebração propriamente dita, o tempo do preparar é uma festa paralela – nesse tempo também estão presentes o tempo do rezar e do comer. As folias caracterizam esse movimento.

Podemos classificar como tempo prioritário do rezar o momento quando se inicia a Novena, nove dias antes do Domingo de Pentecostes. Esse tempo é vivenciado pela comunidade como um momento de recolhimento e adoração ao sagrado. A Novena é realizada após a missa diária e é também um momento de preparação espiritual para receber o Divino.

O tempo do rezar ainda se configura durante as manifestações do tempo do festejar: já em tempo de festa as procissões fazem parte e compõem a experiência do festejo. Nesse momento o comer se faz presente,

seja nas delicadas Verônicas distribuídas pelo Imperador, seja nos quitutes oferecidos no Reinado de Nossa Senhora do Rosário e no Juizado de São Benedito.



Imagem 16

Detalhe da veste sacerdotal com o Divino representado, 2013.



Imagem 17

Igreja Matriz decorada com representação do Divino, 2013.

A encenação das Cavalhadas e a atuação dos Mascarados, no tempo do festejar, representam o auge da Festa do Divino e apesar de ser um momento de descontração, transgressão e até profanação, o discurso na encenação pedagógica das Cavalhadas é a catequização, o que também assume características do rezar.

IMAGENS DO SAGRADO E MEMÓRIA

Em seu trabalho, Silva destaca a importância da Festa do Divino nas memórias e nas oralidades dos pirenopolinos:

A festa do Divino em Pirenópolis ocupa atualmente um lugar privilegiado na memória coletiva local. A maior parte das pessoas que moram na cidade já se envolveu de alguma forma com esses festejos, seja por iniciativa própria, seja da família. Assim, todos têm muitas “histórias” para contar. Percebemos que essa memória coletiva foi elaborada a partir das diversas experiências vivenciadas, que, por sua vez, passaram de geração para geração, sendo recriadas de modo que, com o passar do tempo, atribuíam-se diversos significados à festa, ao mesmo tempo que identificava-se a sociedade local, através de várias características desse festejo. (SILVA, 2000: 118.)

Esse imaginário participa diretamente no desenvolvimento dos produtos culturais utilizados na festa. A produção dessa cultura material está relacionada a esse imaginário. A memória sustenta a tradição e continuidade da Festa do Divino. Os saberes que constituem a memória coletiva constroem as referências identitárias das manifestações. Bosi diz que “Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho” (BOSI, 1994: 55).

Em sua pesquisa, Veiga analisou o código alimentar presente na Festa do Divino. Dentre suas análises e percepções acerca o processo ritual da festa pelo viés antropológico, destaco a seguinte constatação: “Suas medalhas brancas feitas do mais puro açúcar, as verônicas ou veronquinhas, com a pomba e a coroa em relevo representando os símbolos do Divino, de alimentos se transformam em verdadeiras relíquias, objetos de memória dos festejos” (VEIGA, 2008: 9-10).

Esse status *sacro* adquirido pelas Verônicas de Alfenim confirma sua importância como produto cultural e nos dá pistas quanto ao seu significado, consumo e representação do Sagrado na Festa do Divino.

Como proposta metodológica, o uso da imagem propicia ao historiador uma nova abordagem, possibilitando estudos inovadores.

As imagens dão acesso não ao mundo social diretamente, mas sim a visões contemporâneas daquele mundo. [...] O testemunho das imagens necessita ser colocado no “contexto”, ou melhor, em uma série de contextos no plural (cultural, político, material, e assim por diante), incluindo as convenções artísticas [...], bem como os interesses do artista e do patrocinador original ou do cliente, e a

pretendida função da imagem. [...] O historiador necessita ler nas entrelinhas, observando os detalhes pequenos, mas significativos – incluindo as ausências significativas – usando-os como pistas para informações que os produtores de imagens não sabiam que eles sabiam, ou para suposições que eles não estavam conscientes de possuir. (BURKE, 2004: p.236-238.)

Com o uso das imagens – em questão as fotografias – é possível analisar as transformações, reclassificações e re-significações estabelecidas nos objetos da cultura material ao longo do tempo.

Sabemos que a utilização de imagens faz parte do imaginário religioso. Os motivos talhados nas fôrmas das Verônicas constituem um grande acervo para análise etnográfica desses símbolos e significados e também no repertório imagético e das práticas culturais da comunidade.

Na imagem 19 observamos a representação do Divino na capa de um cavaleiro cristão. A imagem de tal representação é a *pomba*, símbolo absoluto na representação do Divino Espírito Santo. Nos bordados das capas dos cavaleiros cristãos é recorrente o uso da *pomba* com os raios de luz ao redor, em formatos circulares.

Na imagem 20 podemos observar uma Verônica de Alfenim e sua fôrma correspondente. Os desenhos da fôrma retratam o Divino representado pela *pomba*, uma coroa acima da *pomba* representando o Império e três estrelas abaixo da *pomba*, simbolizando a Santíssima Trindade.



Imagem 19

Capa de cavaleiro cristão com representação do Divino, 2012.



Imagem 20

*Esquerda: Verônica de Alfenim
Direita: Fôrma de Verônica*

Dessa forma, entendemos que essas representações do Divino presentes nos objetos da cultura material da festa, simbolizam não apenas a devoção ao Espírito Santo, mas correspondem à dimensão do universo simbólico do Sagrado e às memórias da comunidade quanto à prática festiva. Decodificar esses elementos é um caminho relevante para compreender melhor as relações estabelecidas na festa, o processo de construção da memória e da tradição da manifestação e a própria história da comunidade.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1987.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade – Lembranças de Velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BURKE, Peter. **Testemunha Ocular: História e Imagem**. Bauru: EDUSC, 2004.

ETZEL, Eduardo. **Divino: Simbolismo no folclore e na arte popular**. São Paulo: Giordano; Rio de Janeiro: Kosmos, 1995.

SILVA, Mônica Martins da. **A Festa do Divino. Romanização, Patrimônio & Tradição em Pirenópolis (1890-1988)**. Goiânia: Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 2000.

VEIGA, Felipe Berocan. **Os Gostos do Divino – Análise do código alimentar da festa do Espírito Santo em Pirenópolis, Goiás**. In: Candelária – Revista do Instituto de Humanidades. ISSN 1807-4170. Rio de Janeiro: IH-UCAM, Ano V, Jan-Jun 2008, pp. 135-150.

LITERATURA E HISTÓRIA: ESCRAVIDÃO, RAÇA E IMIGRAÇÃO NAS CRÔNICAS DA GAZETA DE NOTÍCIAS

Ana Flávia Cernic Ramos

afcramos@yahoo.com.br

Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Doutora em História Social da Cultura pela Unicamp

Resumo

O objetivo desta apresentação é analisar como a questão da substituição do trabalho escravo foi abordada na série de crônicas “Balas de Estalo” (1883-1887), que contava com a participação de vários intelectuais, entre eles Ferreira de Araújo, Capistrano de Abreu e Machado de Assis. A propósito da chegada de Tong King Sing ao Brasil, em 1883, que vinha com o intuito de incentivar a imigração chinesa para o país, os cronistas da série – que através da literatura tentaram intervir nas disputas políticas e sociais de seu tempo – construíram sentidos bastante específicos para escravidão, imigração, raça, progresso e formação do povo brasileiro. Nosso propósito é compreender como esse debate ocorreu entre os diferentes narradores da série, enfatizando os projetos de nação que estavam inseridos nessas pequenas crônicas humorísticas da *Gazeta de Notícias*.

Palavras-chave: Escravidão, Imigração, Literatura.

Abstract

The purpose of this presentation is to analyze how the issue of replacement of slave labor was addressed in a series of chronic named "Balas de Estalo" (1883-1887), which involved several intellectuals, among them Ferreira de Araújo, Capistrano de Abreu and Machado de Assis. By the arrival of Tong King Sing to Brazil in 1883, this came with the intention of encouraging Chinese immigration to the country, the chroniclers of the series - that through literature tried to intervene in political and social disputes of their time - built senses quite specific to slavery, immigration, race, progress and training of the Brazilian people. Our purpose is to understand how this debate took place between different narrators of the series, emphasizing the national projects that were inserted in these small humorous chronic of *Gazeta de Notícias*.

Keywords: Slavery, Immigration and Literature.

A série “Balas de Estalo” foi publicada entre os anos de 1883 e 1887 na *Gazeta de Notícias*, um dos maiores jornais do Rio de Janeiro naquele final de século. Fundada por Ferreira de Araújo em 1875, a *Gazeta*, que rapidamente alcançou mais de 20 mil exemplares diários, se pretendia um jornal moderno e barato, que estivesse ao alcance do grande público e que contivesse, entre um dos seus maiores atrativos, a presença cotidiana da literatura em suas páginas (BARBOSA, 2000, pp.44-45). Este jornal carioca tornou-se assim célebre por ter entre os seus colaboradores os literatos mais renomados da época, tais como Eça de Queirós, Ramalho Ortigão e tantos outros¹. Se pretendendo um jornal leve, de fácil leitura e com tom jovial², a *Gazeta* criará diversas novas colunas com o objetivo de ser um jornal cada vez mais atraente ao leitor. Foi assim que em abril de 1883 nasceu a coluna intitulada “Balas de Estalo”. Composta por mais de uma dezena de narradores-personagens, esta série de crônicas humorísticas contou com a presença de ilustres intelectuais, tais como o próprio dono do jornal, Ferreira de Araújo, Capistrano de Abreu, Valentim Magalhães e Machado de Assis. Escrevendo sob pseudônimos, os cronistas da série publicaram ao todo mais de 940 crônicas, que cotidianamente comentava os assuntos da cidade e do país. Escritas nos agitados anos de 1880, a série acompanhou de perto temas importantes como a política imperial, a questão do poder moderador e a ação da monarquia na sociedade brasileira, a existência de uma religião oficial no país, o papel da ciência e da medicina na vida cotidiana do império, a escravidão e também a imigração. No ano de surgimento da série, por exemplo, ocorre a fundação da Confederação Abolicionista e a publicação do

¹ Colaboraram para a *Gazeta de Notícias* nomes como Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão, Aluísio Azevedo, Coelho Neto, Pardal Malet, José do Patrocínio, Olavo Bilac e o próprio Machado de Assis. Sobre a relação do jornal de Ferreira de Araújo e a Literatura, Olavo Bilac escreveu: “Não era pois o desejo de ganhar dinheiro que me impelia para esta formosa *Gazeta* [...]. Eram Eça de Queiroz, Machado de Assis, Ramalho Ortigão, tantos outros... Quando as minhas mãos abriam a *Gazeta*, e os meus olhos liam o nome de alguns desses mestres, assinando um soneto, uma crônica, uma novela, parecia-me estar vendo um ídolo, incensado pela admiração e pelo aplauso de um milhão de homens. É que a *Gazeta*, naquele tempo era consagradora por excelência [...] (Bilac, Olavo. “Crônica”, *Gazeta de Notícias*, 02/08/1903).

² Já em seu prospecto, publicado em seu primeiro exemplar, a *Gazeta de Notícias* anunciava seu desejo de ser um jornal jovem, de ter seus “vinte e tantos anos...”, querendo dizer com isso que era capaz de “falar de amor à moças”, de saber “rir com os rapazes” e, apesar de recém-nascida, saber “ter juízo com os velhos, mas a seu modo” (“Folhetim da *Gazeta de Notícias*”, *Gazeta de Notícias*, 2 de agosto de 1875).

livro *O Abolicionismo* de Joaquim Nabuco. Em 1884 é extinta a escravidão no Ceará e, posteriormente, no Amazonas. A escravidão e o sistema monárquicos viam-se, então, questionados e ameaçados, a lei dos sexagenários, de 1885, intensificava a discussão acerca da questão servil e assustava os proprietários.

Através de “doces guloseimas”, recheadas de leveza e pilhéria, os narradores da série aproveitaram para “estalar balas” “com os homens e com as instituições” que os regiam. Entre os anos de 1883 e 1886, ela comentou sistematicamente os fatos mais pilhéricos e absurdos ocorridos na Corte, tivessem eles se passado no palácio imperial, na Câmara dos Deputados ou nas ruas da cidade. O humor e o formato coletivo da série, por sua vez, correspondiam ao desejo de Araújo de criar um jornal que se pretendesse leve, acessível ao grande público e preocupado com o convívio de opiniões diversas em um mesmo espaço. Com pequenos textos recheados de pilhéria, os cronistas da série transformavam eventos do cotidiano em críticas contumazes às instituições nacionais, fazendo da literatura um instrumento importante de intervenção social na realidade em que viviam. Protagonistas também de suas histórias, eles se utilizaram da imprensa, através de suas crônicas, para testemunhar e interagir com o mundo a sua volta (CHALHOUB & PEREIRA, 1998), construindo sentidos políticos bastante específicos tanto sobre a monarquia, quanto sobre as instituições que a sustentavam. Imbuídos de um sentimento reformador da sociedade, vendo na literatura uma espécie de instrumento para executar uma espécie de “missão” transformadora da realidade (PEREIRA, 2004), eles comentaram as grandes questões políticas e sociais que marcaram a década de 1880.

Já no primeiro ano de vida da série, entre os assuntos que ganharam destaque na fala dos cronistas de “Balas de Estalo” está a questão da imigração estrangeira para o Brasil como forma de substituição do trabalho escravo. O assunto não era uma novidade dentro do jornal, uma vez que a *Gazeta de Notícias* já destinava importantes espaços em suas páginas para tratar do tema, tais como uma seção em que eram publicadas as

discussões feitas pela Sociedade Central de Imigração, organização criada em 1883 e que tinha como principal função promover a imigração europeia para o Brasil. Contando com o apoio do dono do jornal, que no editorial de primeira página da *Gazeta*, intitulado “Cousas Políticas”, reforçava a necessidade de políticas imigrantistas para o desenvolvimento da economia brasileira, a Sociedade Central de Imigração tinha entre os seus principais membros Alfredo d’Escragnolle Taunay, André Rebouças e Carl von Koseritz. Mas o tema ocupará a coluna humorística de “Balas de Estalo” de forma expressiva apenas em outubro de 1883, quando chega ao Brasil o mandarim Tong King Sing, diretor da Companhia Chinesa de Navegação Mercante. Como um dos desdobramentos da iniciativa do governo imperial de incentivar a imigração chinesa para o Brasil³, Tong King Sing vinha ao país para conhecer de perto a agricultura brasileira, travando contado direto com agricultores e autoridades de Estado, visando estabelecer uma linha marítima regular entre os dois países (LEITE, 1999, p.243). Chegando ao Brasil em 11 de outubro de 1883, já no dia seguinte a *Gazeta* informava que “tendo de assinar os contratos para importação de colonos asiáticos no Brasil, o Sr. Tong King Sing quis primeiro visitar o nosso país e estudar sua administração, principalmente na parte que se refere à colonização” (*Gazeta de Notícias*, 12 de outubro de 1883). No mesmo dia de sua chegada, o mandarim foi recepcionado na suntuosa mansão de Maurício Haritoff, na rua das laranjeiras, como bem anuncia a coluna “Crônica da Semana” da *Gazeta*:

O amável mandarim [...] vem surpreender-nos em questão de colonização, como se nos apanhasse de improviso pela manhã no quarto de banho [...]. Sua Ex., depois de ter encontrado neste país tudo quanto em sua conferência declarou ter encontrado o Sr. Jayme Victor – “altas montanhas, rios caudalosos e natureza exuberante” – reconhecerá que em matéria de colonização apenas temos, para principiar – alguns discursos feitos na câmara e poucas resmas de

³ Em fevereiro de 1883, o governo imperial fundou a Companhia de Comércio e Imigração Chinesa, que se comprometia a trazer no prazo de três anos 21.000 *coolies*, como eram chamados os imigrantes chineses, ao custo de 35 mil réis por indivíduo (LEITE, 1999, p.242).



papel escrito, arquivadas na secretaria da agricultura (“Crônica da Semana”, *Gazeta de Notícias*, 14 de outubro de 1883).

Como podemos notar, já em suas primeiras impressões sobre a visita de Tong King Sing a *Gazeta* opta por criticar a maneira como o Brasil e o governo conduziam a questão da imigração, dizendo que pouco havia sobre a matéria no país, existindo apenas algumas “resmas de papel escrito”, ou seja, nenhuma política efetiva ou discussão consistente sobre o tema. Já no dia 13 de outubro, Carl von Koseritz, jornalista alemão que vivia no Rio Grande do Sul e que naquele momento visitava o Rio de Janeiro e escrevia um diário sobre suas impressões da cidade, e que depois seria publicado com o título *Imagens do Brasil*, escrevia:

O chinês veio aqui para tentar o comércio de carne mongólica [...]. Seu secretário é um negro da Califórnia resplendente de diamantes [...]. No que diz respeito ao interessante chinês devo ainda juntar que ele chegou há três dias, tendo sido recebido com o maior entusiasmo pelos barões do café, de tal maneira que no mesmo dia da sua chegada compareceu a um baile nos salões de conto de fada do palácio Haritoff [...]. Ali, naqueles salões dourados, onde corria em torrentes o champanhe pago com o suor dos negros, e nos quais a nata da sociedade daqui, que vive do trabalho dos negros, exhibe o seu luxo, o mandarim foi naturalmente o herói do dia e considerado um messias. Traga ele o tão esperado substituto do escravo negro, o amarelo, que o fazendeiro comprará não por toda a vida, mas por uma série de anos, e que poderá tratar como coisa sua! [...] Que ele tenha surgido com um secretário negro é uma ironia do destino que com isto chegava a fazer sensação; porque aquela brilhante sociedade, que olha o negro com o maior desprezo, fazendo-o trabalhar como um animal de carga, tinha sido forçada a receber um representante da raça desprezada nos seus dourados salões, – e a festeja-lo. Mas a alta roda sabe fazer das tripas coração; o negro poderia ter a influência no comércio de carne humana, que deve trazer um novo gênero de escravos ao país e um novo elemento ao sangue do povo, e por isso era mister trata-lo bem (KOSERITZ, 1980, pp.242-243).

Os primeiros comentários surgidos na imprensa indicam a hostilidade com que será recebida a proposta de imigração chinesa para o Brasil. Na coluna de “Balas de Estalo”, o primeiro com a se manifestar sobre o tema foi Zig-Zag⁴, em crônica publicada no dia 15 de outubro de 1883. Nela ele diz que foi “dos primeiros que tiveram a honra de ver de perto S. Ex. o mandarim Tong King Sing”, no largo da Carioca. Debochando dos trajes do mandarim, Zig-Zag afirmava ter confundido Tong King Sing, com suas “vestes talares e coloridas”, com Madame Durocher e dizia que o mandarim “não [era] um ignorante a respeito das cousas do Brasil”, uma vez que conhecia o movimento literário do país (Zig-Zag, “Balas de Estalo”, *Gazeta de Notícias*, 15 de outubro de 1883). Ainda em tom ameno, Zig-Zag não chegou a falar sobre a questão da imigração, brincando apenas com a figura atípica que circulava pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro.

No entanto, no mesmo dia 15 de outubro, a coluna “Cousas Políticas”, de Ferreira de Araújo, abria a primeira página do jornal comentando a questão. Nela, Araújo dizia esperava “com sinceridade” que os planos de “introdução de chins” no país não chegassem a ser executados. Dizia que uma das primeiras cousas que o “digno hóspede” deveria veria era o “muito limitado número” dos que desejavam a imigração chinesa. Os que apoiavam, segundo Araújo, eram, em primeiro lugar, os que pretendiam “fazer uma indústria produtiva com a introdução desses e de outros colonos” e que davam “preferência a esses, por lhes parecer mais fácil e mais barato obtê-los e cedê-los aos lavradores”. Em segundo lugar estariam os “poucos industriais que acreditam que o trabalho escravo é o mais remunerador, que vêm que a escravidão não pode manter-se no país com o africano”, e que acreditam que podem “prolongar, com pequenas modificações, importando o chim”. Insistindo na ideia – que se repetirá nas crônicas de alguns colaboradores das “Balas de Estalo”, Araújo insiste que a vinda dos chineses seria apenas uma forma de perpetuar o trabalho com características escravocratas no

⁴ Zig-Zag é o pseudônimo utilizado por Henrique Chaves em “Balas de Estalo”. Jornalista, tradutor, teatrólogo, escreveu no *Besouro*, no *Diário de Notícias* e finalmente tornou-se um dos redatores da *Gazeta*. Também utilizou os seguintes pseudônimos em “Balas de Estalo”: João Tesourinha e Zig-Zug (COUTINHO & SOUZA, 2001, p. 482).

Brasil. Utilizando argumentos bastante impregnados de concepções racistas, Ferreira de Araújo defenderá, no editorial da *Gazeta*, que os que se opunham à vinda dos chineses eram aqueles que queriam para o Brasil a vinda da “população laboriosa da Europa”, “que não encontrava no velho mundo emprego bastante remunerador para a sua atividade” (Araújo, “Cousas Políticas”, *Gazeta de Notícias*, 15 de outubro de 1883). Segundo o dono do jornal, que também se utilizava de argumentos ditos econômicos, reforçando a necessidade de se diversificar a atividade econômica, fortalecendo a pequena lavoura, sendo o Brasil um “país novo”, não se precisava apenas de trabalhadores, mas de “toda a sua vida”, eram necessários homens “que [cultivassem] terreno seu, que [fizessem] a sua casa, que [constituíssem] a família brasileira”. Para Araújo:

Lá [Europa], onde a terra tem valor, o pobre não vê onde assentar a sua independência; sorri-lhe ao longe a terra fértil e inexplorada da América, onde ele, o último, o desclassificado em seu país, pode, pelo seu braço, pelo seu trabalho, cavar no solo virgem o direito de ser alguém. Esse, desejamos todos nós; mas esse não vem, porque há aqui a grande lavoura e o escravo. [...] Introduzir o chim já não prejudica a guerra contra a escravidão; mas prejudica o desenvolvimento da pequena lavoura. O chim arreda o europeu, que povoa, que contribui para constituir a nação. [...] Ora, o imperador vê bem que libertar o africano e importar o chim é tomar para si o inglório papel de Sísifo, que nunca conseguiu levar a pedra fatal ao alto da montanha. [...] A nós, que desejamos de coração não sofrer dos chins o que sofremos dos africanos, em paga do que lhes temos feito sofrer, parece de bom agouro a vinda ao Brasil do ilustre mandarim, e do digno cidadão dos Estados Unidos que o acompanha. Quando eles tiverem lido no livro aberto da nossa natureza a palavra das nossas necessidades, compreenderão que não é o chim que nos convém, porque o chim não nos traz uma civilização, nem um sangue mais forte que o nosso, nem melhores costumes, e principalmente porque o chim não fica [...] (Araújo, “Cousas Políticas”, *Gazeta de Notícias*, 15 de outubro de 1883).

Araújo, partindo do pressuposto que o Brasil não dispunha de braços suficientes para suprir as necessidades econômicas do país, articulava-se com argumentos



racializados de que apenas os europeus, por sua experiência com o trabalho livre, por seu estágio civilizatório, poderiam contribuir com uma nova fase da história brasileira. O esforço do jornal em reafirmar a cada edição essa necessidade fica ainda mais evidente no dia 17 de outubro com a publicação das colunas “Imigração” e “O Sr. Tong King Sing (Da *Anti Slavery Reporter*)”, ambas na primeira página da *Gazeta de Notícias*. Na primeira, reforçava-se a necessidade de incentivar a pequena lavoura, argumentando-se que “nem é só o café que nos há de fazer viver, nem é só na grande lavoura que repousam as nossas esperanças”. Na coluna “Imigração” afirmava-se que o se pretendia era fazer “uma propaganda, que dê resultado a imigração do colono europeu, válido, robusto, filho de uma raça adiantada, justamente ambicioso, que encontrará na América o que já falece no Novo Mundo – campo vasto e fértil que compense generosamente o trabalho” (“Imigração”, *Gazeta de Notícias*, 17 de outubro de 1883). Já no artigo da *Anti Slavery Reporter*, dizia-se que Tong King Sing não percebia o grande risco que corriam os “coolies” de “tornarem-se verdadeiros escravos” (“O Sr. Tong King Sing”, *Gazeta de Notícias*, 17 de outubro de 1883).

O efeito da chegada de Tong King Sing ao Brasil é sentida na série de forma bastante interessante, como podemos notar, por exemplo, na criação de um novo personagem-narrador – Confúcio – que não se pronuncia sobre a imigração chinesa, mas que não deixa de ser uma clara referência ao tema. Demonstrando que a crônica lia o jornal para o leitor da *Gazeta*, em um esforço de comentar e interpretar o periódico para o leitor, os narradores de “Balas de Estalo” voltarão ao tema da imigração chinesa, com podemos observar na “bala” publicada no dia 18 de outubro de 1883, de José do Egito⁵, pseudônimo de Valentim Magalhães na série. Bem mais que fazer humor, ou servir como entretenimento para os leitores da *Gazeta*, os cronistas adotavam uma espécie de “sentido pedagógico”⁶ nas “Balas”, utilizando a literatura como importante

⁵ José do Egito era o pseudônimo de Valentim Magalhães, advogado, jornalista, escritor e crítico literário, foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. Em 1885 fundou o jornal *A Semana* (1885-1895) jornal literário que também fazia propaganda abolicionista e republicana. Ao sair de “Balas de Estalo”, ainda em 1883, passou a assinar a coluna “Notas à Margem” na *Gazeta de Notícias*.

⁶ (...) esta dimensão pedagógica está presente tanto no seu caráter disciplinar e acadêmico como em sua função de definir e relacionar os sujeitos sociais, de ser intérprete do acontecido, de tecer suas

meio de intervir nos acontecimentos a sua volta, atribuindo sentidos e comentando as questões políticas e sociais do país. Em sua crônica, José do Egito escrevia:

Irra! Basta de Chim! Há seis dias que tudo nesta cidade, imperial e pândega, apanhou feição mongólica. O arroz anda pela hora da morte. Que querem? Tomou o sal da oportunidade e subiu nas cotações do mercado. Anda *salgado* o arroz. [...] A casa Faro & Lino deitou para a vitrina quanto livro tinha sobre a pátria de Tong King Sing: *O mandarim*, *Memórias de um mandarim*, *Aventuras de um chinês na China*, etc., etc. [...] As folhas aparecem diariamente cheias de artigos consagrados ao império do Meio e aos seus celestes e enrabichados filhos. [...] Por ser o amarelo a cor clássica e característica da China, as icterícias andam em moda (José do Egito, “Balas de Estalo”, *Gazeta de Notícias*, 18 de outubro de 1883).

Em meio à repercussão da chegada do mandarim, José do Egito fará uma série de pilherias de mudanças no cotidiano da cidade do Rio de Janeiro por conta da chegada a ilustre visita. Desde o preço do arroz à vida cultural, tudo parecia remeter-se à China. Dizendo-se irritado, já em suas primeiras observações deixa escapar a imagem que tinha dos chineses, a quem atribuía exotismo aos modos de viver e aspecto doentio à cor da pele. Mais uma vez, reforçando alguns estereótipos raciais, o cronista se entrincheira nas bem humoradas “Balas de Estalo” para reforçar, através da piada, do comentário leve e aparentemente fortuito da coluna, argumentos que haviam aparecido em outras colunas da *Gazeta* e que defendiam outro tipo de colonização para o Brasil, apontando para resultados tidos como funestos da imigração chinesa. Mas, apesar de toda a repercussão, já que o tema da vinda de Tong King Sing havia tomado os jornais da corte, José do Egito se perguntava:

Estará satisfeito, entretanto, o ilustre Tong King Sing? Duvido muito. Verdade, verdade, Sua Excelência não tem razões para isso.

[...] Sua Excelência não há, porém, sido feliz, em relação aos fins que o trouxeram cá. Veio ver quais nossas disposições para com a imigração dos seus patrícios, estudar as condições de sua introdução, promove-la por todos os meios e S. Ex. não esperava por certo vir a encontrar o que encontrou aqui. Por piores que fossem as prevenções que o trouxeram para cá. [...] Manifestação nenhuma de hostilidade contra a imigração chinesa tem sido poupada. [...] Na imprensa o fogo é geral [...] Que o celeste mandarim me perdoe o que vou dizer. A imprensa, o povo, o país tem razão: - o chim não nos serve; é o pior dos colonos. [...] O chim é bom para furtar galinhas. E para cozinhá-las também. Como saltador de quintais e preparador de petiscos – é inimitável. É verdade que possui esta preciosa qualidade: participa da natureza do sapo – é duro de morrer. Atura todos os climas, sofre todas as privações, suporta todos os tratos. A chuva, o frio, o sol, a fome, a sede, a nudez e a pancada não lhe causam perda, não o molestam. Não emagrece, porque é puro osso; não empalidece, porque é lívido; não enfraquece, porque é a fraqueza em pessoa, e só morre – quando não há outro remédio. Vaso ruim... Sinistro e duro como o corvo. Ignóbil e eterno como o sapo. Ameaçam-nos com esta desgraça terrível: - a escravidão amarela, - a nós que andamos podres com a escravidão negra. [...] Repilamos o chim... enquanto ele não está cá dentro, porque depois que ele estiver cá dentro, há de ser um pouco mais difícil. [...] O Brasil não quer o chim; só pode vê-lo... pintado. Pintado, sim, é bonito e bom. Que nos venham, pois alguns milhares de chins... em ventarolas (José do Egito, “Balas de Estalo”, *Gazeta de Notícias*, 18 de outubro de 1883).

Para José do Egito, a imigração de chins representada na visita do mandarim não era “piada”, era degradação, era o atraso. Em sua crônica de 18 de outubro de 1883, ele ataca veementemente a ideia de importação de trabalhadores chineses para o Brasil, e se diz contrário à substituição da “escravidão negra” pela “amarela”. Sua bala não é doce, “é amarga como fel”, pois para ele, os chineses não serviriam ao “progresso” do país. Baseando-se em critérios eminentemente raciais, em um discurso que creditava aos europeus uma superioridade civilizacional e biológica, o personagem-narrador de “Balas de Estalo” rechaçará a vinda de chineses ao Brasil, não só pela condição de trabalho – que muitos argumentavam que seria próxima a do trabalho escravo –, mas principalmente pela fraqueza física, por serem, ao seu olhar, lívidos, fracos, ignóbeis. Tudo isso dito em tom aparentemente galhofeiro, feito para recheiar aquelas pequenas “balas de estalo”, que se intitulavam “brincadeira de meninos”, que faziam barulho, mas

não machucavam, como os estalinhos das festas populares. Porém, o que estava sendo dito não tinha nada de galhofeiro ou fortuito, estava em jogo um projeto de país, um projeto de nação, e os muitos intelectuais envolvidos na fabricação das “balas” sabiam disso e utilizavam este espaço para intervir nos processos e escolhas que levariam à vitória ou a derrota desses projetos políticos.

Ferreira de Araújo, dono da *Gazeta*, acreditava na fórmula do humor para atingir seus leitores e usava de tom mais galhofeiro em muitos espaços de seu jornal. Colunas como “Boletim Parlamentar”, “Crônica da Semana” – escrita por Demerval da Fonseca – e “Dizia-se Ontem”, por exemplo, eram sempre escritas de forma direta e bem humorada, independente dos temas tratados, fossem eles crise ministerial ou finanças. No entanto, entre os anos de 1883 e 1886, nenhuma outra coluna da *Gazeta* parece ter feito tanto sucesso quanto “Balas de Estalo”. Índícios desse sucesso revelam-se, por exemplo, na peça *O Mandarim*, revista do ano de 1883, escrita por Arthur Azevedo, que estreou na Corte em janeiro de 1884⁷. Ao comentar os principais acontecimentos daquele ano, a revista de Azevedo não podia deixar de falar sobre o surgimento de “Balas de Estalo” e seu grande sucesso na cidade:

Folha Nova: - Oh, que cabeça a minha! É tal a coisa! Senhor Mandarim

consinta que lhe apresente minha amiga Dona Gazeta de Notícias...

Mandarim: Oh! Minha senhora! Tenho muito prazer em travar relações

⁷ O Mandarim foi apresentado em janeiro de 1884 no Teatro Imperial, e seu texto trazia uma novidade que foi o principal fator do seu sucesso: a caricatura pessoal. Além das alusões aos fatos políticos e sociais do ano anterior tratados de forma satírica, os autores incluíram a caricatura explícita de personalidades públicas como uma forma de rir e comentar episódios amplamente conhecidos pela população da cidade. O ator Xisto Bahia foi o intérprete que consagrou a personagem barão de Caiapó, identificado por todos como sendo João José Fagundes de Rezende e Silva, um “conhecido barão do café”, que ao se ver retratado no palco, registrou queixa na polícia, promovendo uma grande polêmica e o sucesso da revista. Rezende e Silva conseguiu, na época, o apoio de Carlos de Laet, colaborador do Jornal do Comércio (MENCARELLI, 1999).

com Vossa Excelência... Já de há muito a conhecia, mas não ligava o nome à pessoa. Como passa dona Philomena Borges, essa interessante senhora que se acha atualmente alojada no pavimento térreo da casa de Vossa Excelência?

Gazeta de Notícias: Perfeitamente, obrigada. (Oferecendo-lhe um rebuçado, que tira do bolso.) Há de permitir que lhe ofereça uma bala...

Mandarim: (recuando) Uma bala?

Gazeta de Notícias: De estalo, são inofensivas.

Barão: (À parte) Conforme.

Mandarim: Aceito. (Chupando a bala e fazendo uma careta, à parte.) Pode ser que seja de açúcar, mas amarga como fel!
(AZEVEDO, 1885)

Representando a cabeça da *Gazeta de Notícias* na peça de Azevedo, “Balas” foi o grande acontecimento do jornal de Araújo em 1883. “Açucaradas e brincalhonas” elas fizeram-se populares na cidade. No entanto, ao serem oferecidas ao Mandarim, as “balas” da *Gazeta* revelavam ainda outros significados que a série havia adquirido na Corte. Anunciadas por seus narradores como “doces guloseimas”, como “balas que feriam”, mas docemente, que estalavam, que batiam, mas que, passado o estrago, dissolviam-se em doçuras no paladar da vítima, elas apareciam na revista de Arthur Azevedo com a ressalva que o “amargo” do final não mais se transformava em “doçuras”. O personagem Mandarim, que representava o embaixador chinês Tong King Sing, chupava a bala e fazia uma careta, evidenciando não só o quanto estas poderiam se revelar mais que pura “brincadeira”, como também a repercussão que do tema da imigração chinesa na série e na cidade. A revista do ano fazia uma espécie de retrospectiva dos principais assuntos do ano anterior e a escolha do título *Mandarim* – e o destaque para o tratamento de “Balas de Estalo” com o personagem de Tong King Sing – demonstram o impacto dessa discussão junto aos leitores. Assim sendo, as ambivalências presentes nas crônicas de “Balas de Estalo” são essenciais para entendermos os propósitos políticos desta série e de seus narradores. As crônicas

podiam ser de artilharia ou de confeito, mas nunca deixavam de ser formas de intervenção social e política. Ao analisarmos a própria relação da série com o jornal em que ela era publicada, percebemos essas intenções políticas e mesmo essa ambivalência na fala dos narradores.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Arthur. **Teatro de Arthur Azevedo** – Clássicos do Teatro Brasileiro. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Artes Cênicas, 1885.

BARBOSA, Marialva. **Os Donos do Rio. Imprensa, Poder e Público**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

CHALHOUB, S. e PEREIRA, L. A. Miranda (org.) **A História Contada: capítulos da história Social da literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHALHOUB, S; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, L. A. de M. (org.). **Histórias em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888**. Trad. Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Senzala à Colônia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

COUTINHO, Afrânio e SOUZA, José Galante de. Direção. **Enciclopédia de Literatura Brasileira**. 2ed. São Paulo: Global editora; Rio de Janeiro, RJ: Fundação Biblioteca Nacional/Academia Brasileira de Letras, 2001.

KOSERITZ, Carl von. **Imagens do Brasil**. Tradução, prefácio e notas Afonso Arinos de Melo Franco. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

LEITE, José Roberto Teixeira. **A China no Brasil: influências, marcas, ecos e sobrevivências chinesas na sociedade e na arte brasileiras**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

NEVES, Margarida de Souza. “História da Crônica, Crônica da História” in **Cronistas do Rio**, Beatriz Resende (organizadora). Rio de Janeiro: José Olímpio: CCBB, 1995.

MENCARELLI, Fernando Antônio. **Cena Aberta: a absolvição de um bilontra e o teatro de revista de Arthur Azevedo**. Campinas, SP: Editora da Unicamp/ Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.

PEREIRA, Leonardo A. de Miranda. **O Carnaval das Letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX**, 2a. ed., Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

RAMOS, Ana Flávia Cernic. **Política e Humor nos últimos anos da monarquia: a série “Balas de Estalo” (1883-1884)**. Dissertação de Mestrado em História: Unicamp, 2005.

**FOTOGRAFIA E CIDADE: UM OLHAR ATRAVÉS DO ANDAR PELAS
OBRAS DE TOM LISBOA (2005-2008)**

Ana Rita Vidica Fernandes
anavidica@gmail.com
Universidade Federal de Goiás
Doutoranda em História
FAPEG

Resumo

Esta comunicação se propõe a discutir três intervenções artísticas urbanas com o uso da fotografia, Ficções Urbanas: o documentário (2004), Polaroides (In)visíveis (2005) e Absent Tom (2008), todas de autoria de Tom Lisboa, a partir das reflexões de autores como Walter Benjamin, Sandra Jatay Pesavento, Nelson Brissac Peixoto sobre a cidade, a fotografia, a obra de arte em relação com as pessoas, conduzindo o leitor a percorrer este caminho como um “flâneur”, que perambula pelas ruas, a fim de perceber as relações entre fotografia e cidade, fotografia e recepção/produção, fotografia e tempo e, assim, pensar sobre a cidade como um espaço de intervenção, apropriação e reinvenção.

Palavras-chave: Fotografia, Cidade, Intervenção Urbana

Abstract

This communication aims to discuss three urban artistic interventions with the use of photography, Fictions Urbanas: the documentary (2004), Polaroides (In)visíveis (2005) and Absent Tom (2008), all written by Tom Lisboa, from the reflections of authors such as Walter Benjamin, Sandra Jatay Pesavento, Nelson Brissac Peixoto, on the town, photography, artwork in relationship with people, leading the reader to go this route as a "flâneur" who roams the streets in order to understand the relationship between photography and city photography and reception / production, photography and time and thus think about the city as an intervention, appropriation and reinvention.

Keywords: Photography, City, Urban intervention

Existem naturezas puramente contemplativas e totalmente impróprias para a ação, que, no entanto, sob uma impulsão misteriosa e desconhecida, agem às vezes com uma rapidez de que elas próprias se julgariam incapazes.¹

Essa ideia de uma natureza puramente contemplativa fez parte do discurso proferido pelo físico François Arago, em 19 de agosto de 1839, relativa à invenção da fotografia². Contudo, a própria história da fotografia nos apresenta, a partir de uma “impulsão misteriosa”, a ação das imagens fotográficas, dadas pelo percorrer do olhar e caminhar do fotógrafo, em fins do século XIX. Desse modo, as fotografias deixariam de ser meros signos para executar o papel de atores sociais, produzindo efeitos, possibilitando a criação de trajetórias, de fabulações.

Assim, as fotografias passariam a existir para agir além de comunicar sentidos. Este agir, percorrer e fabular toma uma outra forma, em fins do século XX para o XXI, com as fotografias usadas nas intervenções urbanas de Tom Lisboa³, a exemplo das obras “Ficções Urbanas: o documentário” (2004), Polaroides (In)visíveis (2005) e Absent Tom (2008), em que o olhar e o caminhar são também daqueles que habitam as ruas.

Na obra “Ficções Urbanas: o documentário”⁴ (Figura 1), Tom Lisboa faz o registro fotográfico de imagens da tela da televisão, editadas em computador e, posteriormente montadas em 20 *outdoors*, colocadas no centro de Curitiba-PR. Cada *outdoor* apresenta uma sequência de imagens que forma uma breve narrativa, trazendo à tona questões como a homogeneização, a perda da identidade, a solidão, o consumismo, a arte pop e o amor idealizado.

¹ Trecho extraído do texto: O mau vidraceiro de Charles Baudelaire, 2007, p.55 (texto original de 1869/obra póstuma – O *spleen* de Paris).

² Conhecemos essa nomenclatura “fotografia” hoje, mas a apresentação de Arago nomeou de Daguerreotípiã, em virtude do seu inventor, Daguerre (BENJAMIN, 1994, p. 93).

³ Tom Lisboa é goiano e está radicado em Curitiba desde 1987, atua como artista visual, tendo realizado vários projetos de intervenção urbana, exposições coletivas e individuais. É mestre em Comunicação e Linguagens e professor de cinema e fotografia,

⁴ Esta obra é a terceira de uma série, completando uma trilogia iniciada em 2001, com a exposição “Doc Pop: documentário de uma metrópole qualquer”, no Museu da Imagem e do Som de Curitiba e continuada em 2002 com a série “Seres Hurbanos”, veiculada em vários salões de arte do Paraná. A obra “Ficções urbanas: o documentário” foi às ruas a partir do dia 8 de maio de 2004, cujas imagens (ainda desmontadas) já haviam sido divulgadas, desde o dia 15 de abril do mesmo ano, no *site* do projeto.



Figura 1 - Obra “Ficções Urbanas” de Tom Lisboa (2004) – Intervenção em Curitiba-PR

Fonte: Acervo do artista

Na obra “Polaroides (In)visíveis”⁵ (Figura 2), Tom Lisboa fez 40 polaroides em papel sulfite amarelo (nas dimensões 14x11,5cm), contendo a descrição de enquadramentos quase ocultos do espaço urbano⁶, sendo, portanto, uma fotografia imaginada, feita sem câmera e sem imagem icônica. Estas polaroides foram adesivadas com fita crepe, em dezoito pontos de ônibus das praças Santos Andrade, Carlos Gomes e Zacarias, do centro da cidade de Curitiba-PR, possibilitando que fossem retiradas pelas pessoas.



Figura 2 - Obra “Polaroides In(visíveis)” de Tom Lisboa (2005) – Intervenção em Curitiba-PR

Fonte: <http://www.sintomnizado.com.br/tomlisboa.htm>, acesso em 25 de setembro de 2013

⁵ Esta obra foi premiada com o Prêmio Porto Seguro de Fotografia, em 2005. E, após a exposição no espaço público, foram realizadas exposições em espaços fechados, como a Galeria Lunara (Porto Alegre). É importante ressaltar que a cada novo lugar, as polaroides são refeitas a fim de manter o diálogo com o espaço.

⁶ O texto da polaroide da figura 2 é: “Já reparou na árvore que existe em cima de um prédio rosa que está atrás de você, a esquerda?”

A obra “Absent Tom”⁷ (Figuras 3) é composta por porta-retratos, nas dimensões 20x25cm, feitos em mdf, colocados em pontos das cidades de Buenos Aires. As imagens dos porta-retratos pertencem ao arquivo pessoal do artista, cujas fotografias foram feitas em 1994, quando esteve nesta cidade pela primeira vez, sendo retirada a sua silhueta e a inserção de um texto escrito nas laterais “absent tom” e “buenos aires, 1994”. As fotografias são deixadas nos locais para serem levadas por alguém ou descartadas.



Figura 3 - Obra “Absent Tom” de Tom Lisboa (2008) – Intervenção em Buenos Aires

Fonte: <http://www.sintomnizado.com.br/tomlisboa.htm>, acesso em 25 de setembro de 2013

As três obras permitem o acesso à elas devido ao processo de reprodução técnica, exaltando o valor de exposição, em detrimento do valor de culto, como expôs Benjamin, ao refletir sobre a perda da aura, substituindo uma existência única por uma serial. Além disso, a reprodução se torna o próprio fundamento das intervenções, tanto em um sentido técnico (próprio da fotografia e das artes gráficas) quanto na visualidade. Ou seja, no grão das imagens pré-existentes da TV em “Ficções urbanas: o documentário”, no formato repetido das “Polaroides in(visíveis)” e na silhueta ausente de Tom em “Absent Tom”.

⁷ Essa obra foi realizada em duas etapas, a primeira, objeto deste texto, em Buenos Aires, no mês de agosto/2008. A segunda, em dezembro do mesmo ano, foi para as ruas de São Paulo, com imagens feitas a partir do percurso da corrida de São Silvestre, realizada pelo artista em dezembro de 2007.

E, esta repetição parte de um processo de “arrancar as coisas” do contexto (de um meio de comunicação de massa, do extrapolar um enquadramento icônico de uma polaroide e do próprio álbum pessoal do artista) gerando, então, uma nova ordem de significação que se dá em meio aos carros, fachadas, calçadas, pontos de ônibus ou seja, dentro da própria cidade. Com isso, a experiência de se relacionar com as imagens é também a experiência do homem na cidade que para Benjamin, é uma experiência de choque.

E esse “choque” percebido como um “acontecimento”, na acepção exposta por Durval Muniz de Albuquerque Jr. (2007, p. 70-71), como “uma prática que se altera, que sai da rotina, que se diferencia da ordem, que emerge, irrompe diferencialmente num horizonte de continuidade e repetição.” Isso possibilitaria um processo de epifania, como a personagem Ana, no conto “Amor” de Clarice Lispector, que ao ver um cego mascando chicletes, pensa sobre sua vida monótona de cuidar da casa, marido e filhos.

A própria fotografia, como ressalta Benjamin (1995, p. 122) traz também uma experiência de choque, a partir do seu “click” como expõe:

Entre os inúmeros gestos de comutar, inserir, acionar, etc., especialmente o “click” do fotógrafo trouxe consigo muitas consequências. Uma pressão do dedo bastava para fixar um acontecimento por tempo ilimitado. O aparelho como que aplicava ao instante um choque póstumo.

E, as pessoas, ao verem os *outdoors* que não cumprem sua função de vender ou anunciar um produto, uma polaroide sem imagem icônica ou um porta-retrato no meio do caminho, não poderiam suscitar uma quebra da monotonia do cotidiano? Um susto? Um choque? Nesse sentido, as obras não se encerram na produção, mas são expandidas e problematizadas nos processos de colocação das fotografias no espaço e na recepção do público, que se torna aberta, uma vez que não diz respeito somente ao conteúdo da obra ou das aproximações com os receptores, mas a ambos. Desta maneira, o receptor se torna a figura central da cultura em detrimento do culto ao autor (BOURRIAUD, 2009, p. 99).

Diante disso, é possível pensar em uma fotografia construída e contaminada⁸ pela visualidade já existente no espaço urbano (publicidade, fachadas, letreiros, etc) e também “pelo olhar, pelo corpo, pela existência de seus autores” e assim, “concebida como ponto de intersecção entre as mais diversas modalidades artísticas, como o teatro, a literatura, a poesia e a própria fotografia tradicional” (CHIARELLI, 2002, p. 115). Desse modo, a cidade é um misto de concreto (ruas, calçadas, etc) e fluidez (os múltiplos olhares). Nesse sentido, ela é:

antes de tudo, uma materialidade de espaços construídos e vazios, assim como é um tecido de relações sociais, mas o que importa, na produção do seu imaginário social, é a atribuição de sentido, que lhe é dada, de forma individual e coletiva, pelos indivíduos que nela habitam. (1999, p. 32)

Assim, a cidade se aprende pelo olhar, do artista e daquele que transita pelas ruas. Com isso, as intervenções urbanas “implicam não apenas uma nova forma de fazer, mas também uma nova forma de mostrar e, conseqüentemente, de ver a arte” (FREIRE, 1997, p. 65).

E as três obras de Tom Lisboa mostram isso, as suas fotografias não mais ocupam uma galeria ou uma instituição artística, mas estão nos *outdoors*, exigindo um olhar pra cima, não somente frontal, quebrando o movimento do trânsito; nos pontos de ônibus, modificando a espera do transporte coletivo e olhar do entorno e nas calçadas, podendo ser olhados pelos pés, ao tropeçar em um dos porta-retratos.

Com isso, a fotografia artística intervindo no espaço urbano, de um primeiro ponto de vista, opera na fronteira, entre o transitório e o permanente, entre a imagem fixa e a imagem do movimento da cidade, entre o político e o artístico, entre o objetivo e o subjetivo. Propondo, então, uma superação destas oposições, que seria, primeiramente, uma superação das oposições arte-cidade. Para Pallamin (2000, p.48-49) isto caminha “na compreensão de que a arte é social em primeira instância e sua

⁸ Termo utilizado por Tadeu Chiarelli no texto “A fotografia contaminada”, presente no livro “Arte internacional brasileira”.

significação social, é dada pelo trabalho da obra entendido como sua historicidade, sua recepção, seus modos de presença / ausência, visibilidade / invisibilidade em público”.

Esta questão da invisibilidade, apontada pela autora, ganha sentido, no tocante à grande profusão de imagens que permeia a urbe, gerando uma espécie de anestesia visual, como aponta Brissac:

A metrópole é o paradigma da saturação. Contemplá-la leva à cegueira. Um olhar que não pode mais ver, colado contra o muro, deslocando-se pela sua superfície, submerso em seus despojos. Visão sem olhar, tátil, ocupada com os materiais, debatendo-se com o peso e a inércia das coisas. Olhos que não vêem. (2004, p. 175)

Devido a esta possibilidade de apagamento visual, que Canclini (2006, p. 303-304) atribui à diminuição da eficácia da leitura da cidade, em decorrência da hibridação que constitui a trama visual urbana, não há a garantia da existência de um público para a arte colocada na rua. Contudo, a intenção destas intervenções, citadas no início do texto, se propõem a discutir o próprio espaço e a relação que se estabelece com as imagens que compõem o espaço urbano e com as pessoas.

Com isso, correr o risco, inclusive, da invisibilidade, já que a cidade, segundo Freire (1997, p. 37), se converte em um museu, cujas peças ora são visíveis, ora invisíveis. E, o não perceptível é também uma resposta à obra, à cidade e uma apreensão sobre o tipo de relação que se estabelece com as duas.

Isso porque suscita uma reflexão sobre o estar de cada um nas ruas e o invisível que nos cerca. Este invisível, para Brissac (2004, p. 17) “não é, porém, alguma coisa que esteja para além do que é visível. Mas é simplesmente aquilo que não conseguimos ver.” Esse pensamento se aproxima ao de Tom Lisboa, que o materializa com suas polaroides in(visíveis) ao escrever enquadramentos existentes no entorno das praças que passam despercebidos pela maioria das pessoas, gerando então, outras imagens, não

necessariamente reais, se não houver a curiosidade de se buscar os enquadramentos propostos, mas imaginadas.

Estas imagens imaginadas fazem ressurgir o olhar e a própria paisagem da cidade, uma vez que se ultrapassa a descrição de Tom, sendo possível vê-la, senti-la a partir de seus indícios, transformando as ruas de Curitiba em luz, cor, sons e memória. Esta operação mostra a percepção do visionário que, como expõe Brissac (2004, p. 40) “é uma experiência que resulta do ofuscamento do olhar habitual” ou seja “a visão como evidência do invisível”. Desse modo, Tom e algumas pessoas que lêem e imaginam as polaroides se convertem em videntes, na acepção de Brissac, já que são capazes de enxergar no visível sinais invisíveis aos olhos domesticados.

E esta experiência, dada nesta intervenção urbana das “Polaroides (in)visíveis e também nas outras duas expostas no texto, propicia uma nova relação com a cidade, se torna também objeto de reflexão e transformação e, por isso, exige um tipo de recepção que não se adequa a uma contemplação descomprometida.

Desse modo, estas produções artísticas de intervenção passam a atuar a partir de um processo de pós-produção, como esclarece Bourriaud (2009), à recorrência a formas já produzidas, à inscrição de obras ou produtos conhecidos em uma rede de signos e significados, o uso de elementos ou espaços cotidianos. O sentido das obras de arte nasce, em consequência, de uma colaboração, de uma negociação entre o artista e as pessoas que vem observá-la.

E esta observação se dá com os olhos, ouvidos, boca, mãos e nariz, ou seja, a mistura de sentidos dá continuidade à obra que se torna uma experiência vivida, um dispositivo formal que gera relações. Logo, o artista, que pode ser também espectador e vice-versa desprograma para reprogramar. A arte passa a ser uma manifestação da interpretação do mundo resultante da colaboração do artista com o observador, sendo, portanto, um produto coletivo. Logo, “os significados da arte urbana tem relação com a apropriação pela coletividade” (PALLAMIN, 2000, p. 19). E, como coloca Benjamin (2007, p. 468):

As ruas são a morada do coletivo. O coletivo é um ser eternamente inquieto, eternamente agitado que vivencia, experimenta, conhece e inventa tantas coisas entre as fachadas dos prédios quanto os indivíduos no abrigo de suas quatro paredes. Para este coletivo, as brilhantes e esmaltadas tabuletas das firmas comerciais são uma decoração de parede tão boa, senão melhor, quanto um quadro a óleo no salão do burguês, muros com o aviso “Proibido colar cartazes” são uma escrivaninha; bancas de jornal, suas bibliotecas, caixas de correio, seus bronzes; bancos de jardim, a mobília de seu quarto de dormir; e o terraço do café é a sacada de onde ele observa seu lar.

A própria fotografia artística nas intervenções urbanas pode ser reinventada pelo coletivo, ao mesmo tempo que reinventa a cidade, uma vez que se converte em um museu a céu aberto, os pedestres em visitantes deste local, originando reações diversas e a criação de fabulações.

Em “Ficções urbanas: o documentário” por narrativas formadas pela sequência de imagens, nas “Polaroides in(visíveis)” a formação de imagens criadas mentalmente ou mesmo a busca delas nas ruas e, em “Absent Tom” com a imaginação da história daquele “homem recortado” passando por aquele lugar que poderia ser qualquer homem, inclusive, quem olha a imagem. Essas obras se tornam, portanto, traços das cidades de Curitiba e Buenos Aires, uma vez que são capazes de “evocar sentidos, vivências e valores” (PESAVENTO, 1999, p.16).

Dessa forma, as fotografias das três obras citadas, inseridas na cidade, propiciariam a transfiguração da paisagem urbana, uma nova apropriação da cidade e outras significações por aquelas pessoas que passam pelos locais e se lançam na aventura de flânar, se convertendo em um *flâneur*⁹ que, segundo Benjamin, “é abandonado na multidão” (1994, p. 51) que, de modo embriagado, vagueia pela cidade com seu passo lento e atento.

⁹ Conforme acepção utilizada por Walter Benjamin no texto “Flâneur”, no livro “Passagens” (vide bibliografia).

Esse passo lento se contrapõe ao passo do transeunte, mecânico e automático, mas que não deixa de ser também “perturbado” pelas imagens das obras, instaurando uma suspensão imprevista e gerando uma “divagação e um diálogo novo com as cercanias” (FREIRE, 1997, p. 29). Desse modo, é possível que se se trave uma conversa reflexiva sobre o consumismo dado pelas imagens de TV ou que se busque lugares ainda não vistos, ambos no centro de Curitiba ou mesmo que se passe a recolher porta-retratos em Buenos Aires.

Com isso, a caminhada, seja do flâneur ou do transeunte, transformam a cidade, “mudando a cada passo, e repartida em proporções, em sucessões, e com intensidades que variam conforme os movimentos, os percursos, os caminhantes” (CERTEAU, 1994, p. 171). Logo, a caminhada afirma, lança suspeita, arrisca e transgride. Assim, andar para ver é o princípio para conhecer a cidade. Nesse sentido, Freire (1997, p. 122) expõe que

(...) a experiência do movimento do corpo no espaço articula outros tempos, resgata memórias que acompanham os ritmos dos passos. O imaginário se atualiza nos percursos urbanos. É aí que o passo dá o ritmo de leitura desse texto simbólico de conteúdo individual e também coletivo.

Esses outros tempos são potencializados e deflagrados nas obras. Ao olhar as imagens congeladas da TV, caminhamos também ao passado de já tê-las visto ou a um futuro, uma vez que estarão nas nossas casas ao ligarmos um aparelho televisor. Ou mesmo, nas polaroides, cujos textos remetem a algo visto por alguém que escreveu o texto (o artista) e insita a percorrer as imagens, em seguida, seja por meio da imaginação ou do andar ao redor. E, por fim, a ausência de Tom nos remete a imaginar o que fez antes daquela fotografia, como chegou ali, como aquele porta-retrato parou naquele espaço e, o que acontecerá com ele, por onde andar se alguém pegá-lo.

É possível dizer que existe então um cruzamento de temporalidades que se dá no ato de olhar e também no fazer do artista que mapeia a cidade trazendo à tona imagens já vistas e sentidas que vão e voltam, a partir de suas experiências da rua, como a deriva

benjaminiana ou os planos afetivos dos situacionistas, implicando em “uma renovação da percepção” (BRISSAC, 2004, p. 416).

Desse modo, Tom retoma o modo de fazer artístico que parte da deambulação cidadina, já praticada por outros artistas: flâneur do séc. XIX, dadaístas, surrealistas, grupos contemporâneos “internacional situacionista”(1958-1969), grupo “Fluxus”(anos 60) e Arte Conceitual (anos 70), recuperando a cidade como o próprio objeto artístico, denunciando a fragmentação e descontinuidade da cidade contemporânea.

Estas andanças, tanto do artista quanto das pessoas que transitam e caminham pela cidade, geram uma nova relação com o espaço e também com a fotografia, permitindo o estabelecimento de uma subjetividade entre olhar, espaço e fotografia, como Barthes (1981), que com a obra “A Câmara clara” passa a abordar a fotografia a partir das sensações que ela provoca, conforme comenta Braga¹⁰:

A alternativa passa a ser, então, a assunção plena da subjetividade diante da fotografia, a tradução da experiência particular do observador perspicaz numa linguagem expressiva como último recurso para captar a “essência” ou o “gênio próprio” da fotografia.

Assim, o descobrir da cidade se entrelaça com o fotográfico que passa a ser, também, um descobrir de si mesmo, na medida em que o andar leva a um outro olhar e o olhar leva a um outro andar, gerando, assim, um indeterminado, “o que escapa e o que não tem medida” (PEIXOTO, 2002, p.12). Desse modo, o andar do pedestre define um “espaço de enunciação” que para Michel de Certeau (1998) é um “lugar praticado” em que se joga com espaços que não se veem.

E, esses espaços perturbam o espectador, o qual percebe que deve procurar um determinado caminho para alcançá-las e as obras de intervenção urbana, com o uso da fotografia artística potencializam esta perturbação. Isto porque há a deflagração de

¹⁰ Trabalho “Roland Barthes e a escritura: um olhar poético sobre o signo fotográfico” apresentado por Robson Aurélio Adelino Braga, ao NP – Fotografia: comunicação e cultura do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom e publicado na Revista Studium 19.

novos sentidos, que requalificam e descaracterizam o espaço sonhado, desejado, batalhado e/ou imposto da urbe (PESAVENTO, 1999, p. 16).

Esses sentidos se dão com a intervenção de Tom Lisboa com suas fotografias, sejam as de frames de TV, as polaroides “descritas” ou as dos seus álbuns privados, E, essas imagens “(...) coladas em lugares previstos, são, a seguir, abandonadas à própria sorte. Submetidas ao sol, à umidade, à fumaça, à chuva, transformam-se, degradam-se, desaparecem.” Desse modo, estas imagens podem ser levadas a outros lugares no momento que as polaroides são descoladas dos pontos de ônibus ou os porta-retratos são recolhidos.

Com isso, a intervenção é transformada, mas também a fotografia, a cidade e a própria arte, uma vez que são construídas novas imagens, novos deslocamentos e outras paisagens urbanas, sendo possível reinventar a localização e a permanência. Defronta-se, então, “com o desmedido das metrópoles como uma nova experiência das escalas, da distância e do tempo. Através dessas paisagens, redescobrir a cidade” (BRISSAC, 2004, p. 15).

A cidade e a fotografia mostram, com isso, a sua face fantasmagórica, na acepção benjaminiana, na medida em que vão além de suas programações e de suas realizações como produtos culturais, uma vez que “hesitam ainda um pouco antes de se tornar mercadoria pura e simples” (1994, p. 62).

Essa fantasmagoria se dá também no próprio fazer do artista que se assemelha à figura do trapeiro de Baudelaire, que recolhia no lixo o que a sociedade jogou fora. E, assim procede o poeta, conforme Benjamin (1995, p.78-79) e também, Tom Lisboa que busca as imagens midiáticas, as imagens invisíveis do entorno e suas fotos antigas. Assim, o que, normalmente, seria desprezado pela sociedade, ele toma como parte da sua construção poética que é feita a partir de fragmentos, vestígios deixados, lançando-os novamente no corpo da própria cidade.

Este processo de retroação é possível de ser pensado a partir do conceito de jogo, de Gadamer (2005), em que o sujeito é o próprio jogo, ou seja, o sujeito da experiência da arte é a própria arte. Assim, o fazer, o andar, o olhar, o sentir as obras constituem o jogo, que é o movimento e, por isso “não possui nenhum alvo em que termine, mas renova-se em constante repetição” (GADAMER, 2005, p. 156).

Além disso, “(...) a obra de arte ganha seu verdadeiro ser ao se tornar uma experiência que transforma aquele que a experimenta” (*ibid.*, p. 108). E, as três obras se fundamentam na experiência, ou seja, o experimentar da apropriação dos vestígios, das imagens televisivas, de cenas do cotidiano das cidades e das fotos de um álbum de uma viagem pessoal, que se estende àqueles que passam pelas ruas que veem esses fragmentos de imagens em *outdoor*, que podem pegar as polaroides e os porta-retratos, jogá-los fora, mudá-los de lugar. Desse modo, as imagens jogam também, impelem a apropriação, a fragmentação dos vestígios deixados por Tom. Assim, todos jogam e são jogados, como propõe Gadamer (2005, p. 165).

E, essas peças do jogo (o artista, os passantes e as imagens das obras e da cidade) geram um ir-e-vir, um movimento incessante em que não se sabe mais quem é produtor ou receptor, já que ambos acabam por criar uma cidade do pensamento, traduzida em imagens, figurações mentais imagéticas do espaço urbano e apropriações.

Nesse sentido, as obras também são transformadas, uma vez que se opera uma sucessão de montagens, feitas a partir de fragmentos urbanos. Assim como Benjamin fez com os farrapos e o lixo, não inventariando-os, mas fazendo justiça a eles, ou seja, usando-os (2007, p. 574). E, Tom realiza também suas montagens, juntamento fragmentos de imagens televisivas, descrições de imagens vistas pelo andar atento pelas ruas e fotos revisitadas de seu álbum de viagem.

Nesse processo uma nova constelação imagética se forma, possibilitando outras montagens por quem passa pelas obras e se lança nas ruas pelo olhar e o andar, criando, então uma nova dinamicidade das ruas, da própria fotografia e do tempo. A inserção destas obras, mesmo que de forma transitória, influenciariam no ver, ouvir e sentir as

veias pulsantes da cidade e de outros modos de concepção do fazer fotográfico. Assim, fotografia artística e cidade se entrecruzariam nas intervenções urbanas de Tom Lisboa, possibilitando diálogos e reflexões sobre o espaço urbano e o estar de cada um no mundo.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR., Durval. *História: a arte de inventar o passado*. São Paulo: EDUSC, 2007.

BARTHES, R. *A câmara clara: nota sobre fotografia*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1984.

BAUDELAIRE, Charles. *O mau vidraceiro*. In: *O spleen de Paris: pequenos poemas em prosa / tradução Dorothée de Bruchard*. São Paulo : Hedra, 2007.

BRAGA, A.A.B. *Roland Barthes e a escritura: um olhar poético sobre o signo fotográfico*. Revista Studium n. 19, <http://www.studium.iar.unicamp.br/19/04.html>.

BENJAMIM, W. *A pequena história da fotografia*. In: *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura / tradução Sérgio Paulo Rouanet*. São Paulo : Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas; v.1)

_____. *Charles Baudelaire e um lírico no auge do capitalismo / tradução José Martins Barbosa, Hemerson Alves Baptista*. São Paulo : Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas; v.3)

_____. *Rua de mão única*. São Paulo : Brasiliense, 1995. (Obras escolhidas; v.2)

_____. *Passagens*. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2007.

BOURRIAUD, Nicolas. *Pós-produção - Como a arte reprograma o mundo contemporâneo*. São Paulo: Martins Fonte, 2009.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano – artes do fazer*. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

CHIARELLI, T. *A fotografia contaminada*. In: *Arte internacional Brasileira*. São Paulo : Lemos Editorial, 2002, p. 115-120.

FREIRE, Cristina. *Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo*. São Paulo : SESC/Annablume/FAPESP, 1997.

GADAMER, Hans-Georg. *A ontologia da obra de arte e seu significado hermenêutico*. In: *Verdade e Método I*. São Paulo : Ed. Vozes, 2005.

LISPECTOR, Clarice. *Amor*. In: *Laços de família: contos*. Rio de Janeiro : Rocco, 1998.

PALLAMIN, Vera. *Arte Urbana - São Paulo: Região Central(1945-1998)*. FAPESP, 2000.

PEIXOTO, Nelson Brissac. *Paisagens urbanas*. São Paulo : Editora SENAC, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatay. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano*. Porto Alegre : UFRGS, 1999.

EXTRA! OS TRABALHADORES SÃO NOTÍCIA: A RELAÇÃO DOS OPERÁRIOS ALAGOANOS COM OS JORNAIS NOS ANOS 1950

Anderson Vieira Moura

E-mail: anderson_vm@yahoo.com.br

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Doutorando em História Social

Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)

Resumo

Durante a década de 1950 circulavam em Alagoas três grandes jornais: o *Diário de Alagoas*, a *Gazeta de Alagoas* e o *Jornal de Alagoas*. Além destes representantes da chamada “grande imprensa”, havia o periódico semanal do Partido Comunista do Brasil (PCB): *A Voz do Povo*. Cada um, a sua maneira, dirigia-se de alguma forma aos operários urbanos de Maceió, capital do estado. No entanto, a questão é: qual o alcance destes veículos e sua inserção na classe trabalhadora? Além disto, torna-se necessário compreender a base ideológica de cada um dos órgãos, tentando entender a razão de se buscar a um público que até pouco tempo era tratado como “caso de polícia”.

Palavras-chave: trabalhadores urbanos; imprensa; Alagoas.**Abstract**

During the 1950s circulated in Alagoas three major newspapers: *Diário de Alagoas*, *Gazeta de Alagoas* and *Jornal de Alagoas*. Besides these representatives of the “mainstream media” was the weekly newsletter of the Communist Party of Brazil (PCB): *A Voz do Povo*. Each one, in its way, was addressed in some way to the urban workers in Maceió, capital of the state. However, the question is: what is the scope of these vehicles and their integration into the working class? Moreover, it is necessary to understand the ideological basis of each organ, trying to understand the reason to seek an audience that until recently was treated as “polices case”.

Keywords: urban workers; press; Alagoas.

Pensei em meu lema preferido, rabiscado entre os grafites nas paredes do 'barraco' dos repórteres, em frente às delegacias em Manhattan, em 1964: "Toda notícia que couber, a gente publica".

(Robert Darnton)

INTRODUÇÃO

O norte-americano Robert Darnton trabalhou como jornalista antes de se tornar um renomado historiador. Não por menos, tem uma visão bem peculiar dos periódicos como fonte de pesquisa.

O primeiro choque ocorreu em Newark, Nova Jersey, quando aprendi que a notícia não é o que aconteceu no passado imediato, e sim o relato de alguém sobre o que aconteceu. Essa ligação me pareceu convincente, mas todos os dias encontro historiadores profissionais de ambos os sexos, adultos, em plena posse de suas faculdades, que tratam os jornais, como repositórios de fatos em si, e não como coletâneas de relatos (DARNTON, 1995, p. 18).

Darnton não enxerga a imprensa como uma fonte simples, na qual podemos coletar os dados publicados, escritos no momento do acontecimento. Para o autor, os jornais, como qualquer outro documento, é um relato *sobre* um fato, escrito por um repórter muitas vezes a partir dos depoimentos das testemunhas presente, pois o jornalista nem sempre presenciou a ocorrência ao qual ele vai narrar.

Além disso, Darnton considera que os repórteres muitas vezes escrevem uns para os outros – assim como fazem os acadêmicos: “os repórteres são os leitores mais vorazes, e precisam conquistar seu *status* diariamente, ao se exporem a seus colegas de profissão” (DARNTON, 1995, p. 72). Não apenas os colegas de profissão: o repórter precisa agradar seu editor e ter sua matéria publicada. Ainda segundo Darnton (p. 74), o editor procura incentivar seu repórter, principalmente quando é uma matéria pouco vistosa ou um simples fato cotidiano. Nessa mesma conversa, o editor “dá algumas pistas sobre o que lhe parece ser ‘a matéria’”.

Seguindo linha semelhante, Zicman (1985, p. 90) destaca o fato de a imprensa atuar “no campo político-ideológico”, sendo necessário que o pesquisador trace primeiro “as principais características dos órgãos de imprensa consultados”. Para a autora, as matérias publicadas “denotam as atitudes próprias de cada veículo de informação: todo jornal organiza os acontecimentos e informações segundo seu próprio ‘filtro’”. Além disso, os jornais em si são pouco estudados, pois é costumeiramente utilizado como uma “fonte auxiliar” na pesquisa, “fazendo a informação valer por si mesma”.

Relato de terceiros sobre um evento, escrever para os pares, visando principalmente agradar o editor, filtro político-ideológico. Diante de tais “problemas”, é compreensível o receio dos historiadores com esse tipo de fonte. Mas não foram esses os motivos de ter demorado um bom tempo para que os periódicos fossem visto pelos historiadores como um documento em potencial. Por também serem considerados depósitos diários de fatos (um dos grandes inimigos das duas primeiras gerações dos *Annales*), “os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado”, sendo praticamente desprezados pelos historiadores (DE LUCA, 2008, p. 112). Afora todas essas questões, Tania de Luca destaca mais uma dificuldade: por conta de sua ampla variedade, não há uma metodologia própria para o uso de jornais como fonte de pesquisa histórica: “Assim, não é viável sugerir um procedimento metodológico ou mesmo técnicas de pesquisa que deem conta de tantas possibilidades” (Ibid., p. 141).

Tudo isso não foi suficiente e alguns pesquisadores resolveram encarar esses desafios.¹ Principalmente aqueles interessados em pesquisar a história operária: foi nos periódicos que encontraram uma fonte rica, conforme já sinalizava Paulo Sérgio Pinheiro no final da década de 1970 ao prefaciar o livro de Maria Nazareth Ferreira:

A imprensa operária não é, nem a professora Maria Nazareth o crê, o oráculo que detém a explicação definitiva sobre as classes trabalhadoras no Brasil. Entretanto, não há nenhuma dúvida que, para esse quadro desaparecido do final do século XIX e do começo do

¹ Até porque, como lembra ZICMAN (1985, p. 89), “(...) para alguns períodos, a imprensa é a única fonte de reconstituição histórica”.

século XX, a imprensa operária constitui a fonte privilegiada e indispensável. (...) *Os jornais fornecem generosas informações sobre a sociedade da época, as condições de vida (ou de sobrevivência) das classes subalternas, suas manifestações culturais.* Os numerosos jornais operários são assim o instrumento fundamental para a reconstrução da dimensão política da história social (FERREIRA, 1978, p. 12. Grifos meus).

São essas informações que constituem toda a riqueza dessa fonte. Notícias sobre os bairros (moradia), esportes e cinema (lazer), aumento dos preços dos transportes e gêneros de primeira necessidade (problemas de carestia e custo de vida) etc., não esquecendo a cobertura da política nacional e local. Através desses e outros tópicos podemos adentrar no cotidiano dos trabalhadores, indo além do movimento operário e suas lutas, desafios, estratégias e vitórias.

Como vimos, Pinheiro faz referência ao período pré-Era Vargas. Os primeiros a utilizar os jornais como fonte para explicar os eventos posteriores foram os sociólogos e economistas, ainda nos anos 1960, quando iam até as gazetas em busca de dados econômicos (câmbio, produção e preços) e demográficos, além de informações “para analisar múltiplos aspectos da vida social e política” (DE LUCA, 2008, p.117). Os historiadores demoraram um pouco mais. Pelo menos desde meados dos anos 1980 resolveram pesquisar os trabalhadores na Era Vargas e na conjuntura de 1945 a 1964, “rompendo-se a tendência, antes majoritária, dos estudos sobre a classe operária concentrarem-se no período da chamada República Velha” (Ibid., p. 120). Com efeito, a produção no campo da História Social do Trabalho continua a crescer progressivamente (SILVA, 2008, p. 9). E para tanto, os periódicos passaram a ser uma documentação recorrente nas investigações.²

² A lista de trabalhos que utilizaram os jornais como fonte é imensa. Entre outros, Cf.: COSTA, Hélio da. **Em busca da memória. Comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra.** São Paulo: Scritta, 1995. FONTES, Paulo. **Um Nordeste em São Paulo:** trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. FORTES, Alexandre. **Nós do Quarto Distrito – A classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas.** Caxias do Sul: EDUCS; Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2004. FRENCH, John D. **O ABC dos operários:** conflitos e alianças de classes em São Paulo, 1900-1950. São Paulo: Hucitec / São Caetano do Sul: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1995. LEAL, Murilo. **A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964).** Campinas: Editora da Unicamp, 2011. SILVA, Fernando Teixeira da. **A carga e a culpa. Os operários das docas de Santos:** direitos e cultura de solidariedade. São Paulo: Hucitec / Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1995.



O propósito desse texto é analisar como quatro jornais alagoanos que circulavam na década de 1950 (*Diário de Alagoas*, *Jornal de Alagoas*, *Gazeta de Alagoas* e *A Voz do Povo*)³ se dirigiam aos trabalhadores de Maceió. De início, traço um rápido perfil de cada um dos quatro periódicos e no final indico vestígios presentes em algumas edições que remetem de alguma forma aos operários, sinal da inserção desses veículos entre a classe operária.

JORNAIS PARTIDÁRIOS

Começando pelo único que não leva o nome do estado em seu título: *A Voz do Povo* foi o periódico oficial do Partido Comunista do Brasil (PCB)⁴ em terras alagoanas. Circulou durante praticamente todo o período de relativa democratização: entre 1946 e 1964, com um lapso entre os anos de 1948 e 1951 (MACIEL, 2007, p. 130). Não é difícil entender o motivo dessa lacuna: o PCB teve seu registro cassado em maio de 1947 e seus parlamentares legalmente eleitos perderam seus cargos em janeiro de 1948. Em Alagoas, o partido elegeu três deputados estaduais e um deles – André Panini – foi diretor do jornal nesses dois primeiros anos de funcionamento. Mesmo enfrentando uma conjuntura local completamente desfavorável,⁵ o jornal retorna em 1951 para ser completamente desmantelado e extinto apenas em abril de 1964, com o golpe civil-militar.



Logotipo da folha comunista.

³ Dos quatro, apenas a *Gazeta de Alagoas* ainda está em circulação.

⁴ Como se sabe, apenas a partir de 1958 o PCB mudou o nome para Partido Comunista Brasileiro. O PCdoB, que herdou o nome antigo, só surgiu em 1962.

⁵ Arnon de Mello, da União Democrática Nacional, era o então governador, eleito em outubro de 1950.

Há uma quantidade considerável de edições disponíveis no Arquivo Público do Estado de Alagoas (APA), cobrindo os anos de 1954 e 1964.⁶ Ainda assim, para esses dez anos a coleção não é completa e homogênea. Entre 1954 e 1957 existem poucas edições. Já os anos de 1958 e 1961 são os mais completos. O único ano que não possui nenhuma edição é 1960.

A Voz do Povo chegava ao público aos domingos com quatro páginas semanais.⁷ Ao menos tentava. Esse tipo de imprensa – operária e/ou de esquerda/comunista – sempre enfrentou dois tipos de diversidade: econômica e política (FERREIRA, 1978, pp. 104-105). Por ser um órgão impresso voltado quase que exclusivamente para trabalhadores, a arrecadação com as vendas avulsas era bem escassa, afinal seu público alvo sempre lutou contra as dificuldades financeiras.⁸ Além disso, havia os empastelamentos: as oficinas eram constantemente invadidas pela polícia, as máquinas eram destruídas, o arquivo confiscado e os trabalhadores, na maioria das vezes, encarcerados. Os comunistas alagoanos só tiveram um período no qual puderam atuar mais livremente e sem sofrer perseguições: durante o mandato governamental de Sebastião Marinho Muniz Falcão (entre 1956 e 1961).

Segundo Maciel (2007, p. 143), a folha comunista abordava os mais variados temas e assuntos: a política (local, nacional e internacional) e as lutas e dificuldades sofridas pela classe trabalhadora alagoana eram o mote principal, passando pelo movimento estudantil e operário, destacando “às condições de trabalho nas fábricas, chegando às perseguições patronais e as lutas sindicais”. Além disso, publicavam um pouco de literatura, matérias sobre esportes locais e “a cultura política da cidadania e dos direitos trabalhistas”. Por fim, a terceira página era quase sempre dedicada aos escritos do Comitê Central do partido, sendo vários desses textos assinados por Luís Carlos Prestes.

⁶ Em 2010 foi encontrada uma edição de 18 de fevereiro de 1951, anexada em um processo da extinta Junta de Conciliação de Julgamento de Maceió, à época pertencente ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (Pernambuco).

⁷ Em raríssimos casos, vinha com um suplemento de duas ou mais páginas.

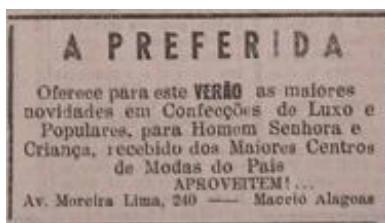
⁸ Além dos problemas econômicos, uma parcela classe operária era analfabeta e dependia da leitura feita pelos companheiros para se informar, principalmente no período anterior a Era Vargas. Cf.: SILVA, 2010, p. 28.

A publicidade do jornal – outra importante fonte de renda – tomava metade da segunda página, além de eventuais propagandas espalhadas nas demais laudas. Essa tática de arrecadação começou a ser utilizada pelos comunistas apenas a partir de 1956. Antes, nesse espaço eram divulgados livros, revistas e jornais produzidos pelo PCB. Entre os anunciantes encontramos sapatarias, alfaiatarias, lojas de tecido, relojarias, casas comerciais, farmácias e padarias.



Propagandas na segunda página de *A Voz do Povo* de 31 de dezembro de 1962.

Destaco ao menos um estabelecimento que tem anúncios em várias edições de *A Voz do Povo*: “A Preferida”. Loja de roupas localizada no Centro de Maceió, “A Preferida” pertencia aos irmãos Péricles de Araujo Neves e Maria Augusta Neves de Miranda, ambos dirigentes do PCB alagoano (os dois eram os proprietários do prédio onde funcionava o jornal comunista).⁹



⁹ Além de trabalhadores e sindicalistas, o PCB alagoano contava em suas hostes com uma gama considerável de comerciantes – algo bem comum no partido, diga-se de passagem –, principalmente em Maceió e nas cidades de Rio Largo e Murici. Por exemplo, em algumas poucas edições encontramos o anúncio do Hotel Atlântico, propriedade da família Miranda: os irmãos e dirigentes comunistas Jaime (advogado e jornalista) e Nilson Miranda (jornalista) eram filhos do dono do hotel Cf.: MAJELLA, 2011.

Propaganda de “A Preferida” encontrada em várias edições de *A Voz do Povo*.

Surpreendentemente, foram poucas as informações que encontrei sobre os outros três periódicos. As primeiras edições do *Diário de Alagoas* disponíveis no APA são do segundo semestre de 1957.¹⁰ Sua fundação pode ter sido em 1952, pois o cabeçalho de 1957 aponta que se trata do “Ano V”. Seu diretor era o então deputado estadual trabalhista Abrahão Fidélis de Moura.¹¹ O jornalista e político Djalma Muniz Falcão (irmão do governador Muniz Falcão) exerceu o cargo de secretário do jornal entre 1957 e 1966. Afora seu diretor e secretário, basta folhear o jornal para perceber que se trata de um órgão pró-Muniz Falcão, enaltecendo seu governo (1956-1961), atacando e defendendo-se de seus inimigos (em especial a *Gazeta de Alagoas*).

Com seis páginas diárias, só não circulava as segundas-feiras, algo corriqueiro à época. A primeira página era dedicada à política estadual, com a cobertura da gestão de Muniz Falcão, suas conquistas no plano federal (verbas, obras públicas etc.). Na terceira lauda temos os informes nacionais e internacionais e a quarta era inteiramente dedicada aos esportes locais. As notícias sobre os trabalhadores geralmente eram publicadas na sexta e última.¹²

O espaço de publicidade era bem diferente se comparado a meia página do órgão comunista: as propagandas estão mais espalhadas pelas folhas do *Diário* e em alguns casos um único anúncio ocupava metade de uma página (por exemplo as propagandas da Lóide Aéreo Nacional). A partir de 1958, no final da segunda página, encontramos um espaço fixo para anúncios de profissionais liberais (médicos, dentistas e advogados em sua quase totalidade). Com efeito, a folha ligada aos trabalhistas alagoanos valia-se

¹⁰ Não há edições desse jornal no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL), muito menos na hemeroteca da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro.

¹¹ Nesse momento (1957), Abrahão Moura exercia seu segundo mandato na Assembleia Legislativa. Nas eleições de 1958 disputou, com sucesso, para a Câmara dos Deputados, reelegendo-se em 1962. Ainda em 1960 concorreu para o Governo do Estado pelo Partido Social Progressista (PSP), agremiação política de Muniz Falcão. Seu primeiro mandato para deputado estadual foi pelo Partido Social Trabalhista (PST) e o segundo pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A maioria dos trabalhistas alagoanos nunca teve qualquer tipo de fidelidade partidária, com raras exceções. Sempre transitaram entre o PTB, PSP e PST.

¹² Às vezes saía algo na primeira página, como as comemorações do 1º de Maio e a visita de trabalhadores ao Palácio Floriano Peixoto (sede do governo). As páginas dois e cinco, via de regra, trazia o complemento das matérias, expediente comum naqueles anos.

igualmente de outros meios de arrecadação além das vendas avulsas e assinaturas: encontramos muitos editais e notas de empresas como a Companhia Força e Luz Nordeste do Brasil, do Serviço de Águas e Esgotos de Maceió e Federação das Indústrias do Estado de Alagoas. Curiosamente, uma mesma empresa anunciou nos dois periódicos: há propaganda dos Biscoitos Manguaba tanto no *Diário* quanto em *A Voz do Povo*.



Propaganda localizada no meio da primeira página de o *Diário*.

Segundo Zicman (1985, p. 91. Grifos meus), pelo menos até meados da década de 1950 os meios de comunicação brasileiros podem ser caracterizados como “pequenas empresas com capitais e negócios limitados e *gestão improvisada, primando por suas posições políticas*”.¹³ Essa é uma definição que se encaixa bem no perfil do *Diário de Alagoas*. Apesar do secretário ser jornalista, Abraão Moura, o diretor, era comerciante e proprietário rural, com negócios ligados ao campo.¹⁴ A principal função desse jornal era o resguardo e a glorificação do governo Muniz Falcão, servindo também como espaço de defesa contra os ataques de seus adversários políticos. Ainda de acordo com Zicman, periódicos assim possuíam “características claramente políticas e apaixonadas, ultrapassando a simples função de ‘espelho da realidade’ (...)”.

Tão passional quanto o *Diário*, a *Gazeta de Alagoas* foi fundada em 1934 pelo pernambucano Luiz Silveira. Jornalista e político filiado ao Partido Social Democrático

¹³ A mudança mais incisiva acontece a partir de meados dos anos 1950, quando Juscelino Kubistchek assume a presidência do país. Seu lema “50 anos em 5” e todo clima modernizante e desenvolvimentista da época inspira os grandes jornais, sobretudo no Rio de Janeiro e em São Paulo. Cf.: BARBOSA, 2007, p. 149.

¹⁴ Essas e outras informações sobre as personalidades citadas nesse artigo podem ser encontradas em BARROS, Francisco Reinaldo Amorom de. **ABC das Alagoas** – Dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico de Alagoas. Brasília: Edições do Senado Federal (vol. 62), 2005. A consulta também pode ser feita pela internet no seguinte endereço eletrônico: <http://www.abcdasalagoas.com.br>.

(PSD), chegou a ser suplente na Assembleia Constituinte de 1945.¹⁵ Não por menos, com o fim do Estado Novo e a reabertura política, a *Gazeta de Alagoas* estreita laços com os Góis Monteiro, apoiando o governo de Silvestre Péricles de Góis Monteiro (1947-1951).¹⁶

Em 1950, a *Gazeta* fazia severas críticas ao grande inimigo dos Góis Monteiro no momento, o então deputado federal udenista Arnon de Mello, a quem o jornal se referia pelo adjetivo jocoso de “melíflu”. Para as eleições daquele ano, o periódico faz campanha em nível estadual para o delegado do Trabalho Muniz Falcão, candidato a deputado federal pelo PTB, e vários outros candidatos trabalhistas, principalmente aqueles ligados ao PST de Silvestre.¹⁷ No campo nacional, a *Gazeta* pede votos e faz ampla divulgação de Cristiano Machado, que disputava a presidência da República pelo PSD.

Alguns meses após o pleito de 1950, o jornal fecha as portas. Mas por pouco tempo: em 1952 a *Gazeta de Alagoas* é comprada pelo governador Arnon de Mello, mudando radicalmente o caráter político da folha. Assim como aconteceria com o *Diário de Alagoas* poucos anos depois, a *Gazeta* torna-se praticamente o órgão oficial da gestão Mello. Em outras palavras, o jornal pouco mudou: apenas apontou sua mira para o lado contrário do cenário político alagoano. Silvestre Péricles e logo em seguida Muniz Falcão passam a ser alvos de violentas críticas diárias em suas páginas.

¹⁵ Foi deputado estadual (uma vez) e federal (quatro vezes seguidas) nas duas primeiras décadas do século XX. Chegou a se reeleger para o quinto mandato, mas foi suspenso com as mudanças implementadas em outubro de 1930.

¹⁶ Em Alagoas, o PSD surge através do ex-interventor estadonovista Ismar de Góis Monteiro, irmão de Silvestre. Este se elegeu em 1947 pelo PSD, mas após desentendimentos com o irmão, migra para o Partido Social Trabalhista (PST). A partir desse racha, a *Gazeta de Alagoas* fica do lado de Silvestre, publicando várias críticas a Ismar.

¹⁷ Mesmo não sendo do PST, a *Gazeta* dessa época deu grande destaque a Muniz Falcão, fazendo várias matérias sobre sua atuação como delegado do Trabalho. O principal motivo disso se deve a aproximação entre Muniz e Silvestre Péricles. Muniz fora delegado do Trabalho durante a primeira metade da década de 1940, chegando a Alagoas através de Ismar, quando este era interventor. Deixou o cargo antes de 1945, muito provavelmente por desentendimentos com Ismar (essa hipótese ganha mais força ao analisarmos o clima eleitoral de 1955, quando Ismar é contra, desde o início, a candidatura de Muniz para o Governo de Alagoas). Falcão retorna ao cargo em 1947, quando o então governador Silvestre o traz de volta ao estado. Nas eleições legislativas de 1958, Silvestre foi eleito Senador por Alagoas, derrotando seu grande inimigo, Arnon de Mello. Podemos colocar boa parte dessa vitória na conta de Muniz Falcão, na época governador de Alagoas. O *Diário*, por exemplo, fez intensa campanha pró-Silvestre.

Contudo, antes de criar a *Gazeta de Alagoas*, Luiz Silveira havia fundado em 1908 o *Jornal de Alagoas*, que na década de 1950 era o mais antigo periódico em circulação no estado. Curiosamente, Silveira foi o primeiro a empregar o jovem Arnon de Mello em uma redação. Em 1933 Silveira deixa o *Jornal de Alagoas* e no ano seguinte funda a *Gazeta*. Nesse período, Arnon é correspondente da *Gazeta* no Rio de Janeiro e em 1936 assume a direção geral do *Jornal de Alagoas*.

Já na década de 1950, o *Jornal* fazia parte da rede dos *Diários Associados* de Assis Chateaubriand. Talvez por isso tenha se “afastado” um pouco de Alagoas: era a folha que mais se dedicava ao noticiário nacional. Tanto o *Jornal* quanto a *Gazeta* tinha suas primeiras páginas praticamente todas dedicadas às notícias políticas e econômicas dos governos Getúlio Vargas (1951-1954) e Juscelino Kubitschek (1956-1961). Na campanha eleitoral de 1955, o *Jornal* fez ampla cobertura dos acontecimentos nacionalmente, publicando algumas notas, reportagens e entrevistas sobre o clima em Alagoas, quase sempre na sua sexta e última página.¹⁸

No campo político, o *Jornal* era partidário do PSD (partido ao qual Chateaubriand era filiado). Isso fica mais claro entre setembro e outubro de 1955: páginas inteiras pedindo votos aos candidatos pessedistas. Como em Alagoas o PSD não tinha postulante próprio, o periódico pede voto para os candidatos da UDN de Arnon.¹⁹

A BUSCA POR LEITORES

Das quatro gazetas anteriormente descritas, três são da chamada grande imprensa e a outra pertence *diretamente* a um partido. Penso ser imprescindível apresentar algumas diferenças mais gerais da dicotomia jornal operário/partidário *versus* grande imprensa. Segundo Ferreira (1988, p. 6):

¹⁸ Assim como o *Diário* e a *Gazeta*, o *Jornal de Alagoas* só não era publicado as segundas-feiras. Aos domingos vinha com dois cadernos e 12 páginas em média. Durante a semana, eram apenas um caderno e seis páginas. As notícias locais sempre apareciam na última página.

¹⁹ O PSD local publicou uma nota em o *Jornal de Alagoas*, às vésperas da eleição, dando seu posicionamento para o pleito, afirmando que iriam apoiar e votar nos candidatos da UDN (**NOTA do PSD**. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 1 out. 1955, p. 6).

O veículo de comunicação da classe trabalhadora – quer seja representante de sindicato ou de partido – não tem proprietário, e sua mensagem não é uma mercadoria a ser consumida; seu conteúdo é resultado do conjunto de informações, preocupações, propostas etc. produzido pela coletividade e para ela mesma. *O jornal é um instrumento de informação, conscientização e mobilização; o receptor não é um elemento passivo, mas alguém que tem interesses comuns e participa da mesma forma de organização.* (Grifos meus.)

Darnton (1995, p. 77) cita rapidamente as relações de poder existentes nas grandes redações, onde o controle “do editor sobre o repórter, assim como o do diretor sobre o editor, realmente gera uma tendência na maneira de redigir as notícias (...)”. Por outro lado, não podemos desconsiderar possíveis interferências editoriais do Comitê Central do PCB, por exemplo. *A Voz do Povo* não era um jornal imparcial, longe disso: “Neste tipo de imprensa [operária], não existe o mito da imparcialidade” (SILVA, 2010, p. 4). A diferença para essa questão reside no fato de os periódicos operários/partidários deixarem mais claro seu posicionamento ideológico, defendendo e divulgando suas ideias em suas páginas. E essa parcialidade deve ser levada em consideração (Ferreira, 1978, p. 87).

Ainda sobre essa dicotomia, Darnton chama a atenção para o fato de os jornalistas terem pouco contato com seu público/leitor “e não recebem quase nenhum retorno dele”. Os leitores não enviavam cartas às redações e os jornalistas eram (são) pouco conhecidos nas ruas, salvo raríssimas exceções. Logicamente, hoje em dia isto mudou bastante com a internet e sua dinâmica. Diante disso, fica difícil para o repórter criar uma “imagem” do leitor por não conhecer a fundo o seu perfil, ficando aquém das indicações do editor e do público-alvo geral do jornal.²⁰ Aumentando ainda mais o “anonimato”, segundo Darnton (1995, p. 81) o “público raramente lê o nome de quem escreveu a matéria” – lembrando que nos anos 1950, o nome do repórter não era publicado.

²⁰ “Talvez seja equivocado falar em ‘o público’ como se fosse uma entidade dotada de sentido, assim como não cabe, segundo os estudos de divulgação, pensar numa audiência de ‘massa’ composta por indivíduos atomizados e indiferenciados”. (DARNTON, 1995, p. 81)

Para o caso dos repórteres que cobrem setores estratégicos – como ministérios ou palácios presidenciais – existem grandes chances de ele escrever suas matérias direcionadas as grandes lideranças (ministros, presidentes, governadores). Darnton extrapola em seu argumento, afirmando que o grau de “conhecimento” pode ser tão profundo que o repórter seria capaz até de imaginar a reação do “objeto” ao ler a matéria. Temos um direcionamento claro disfarçado para um público mais geral (Ibid., pp. 81-82). Ainda de acordo com Darnton, há a questão da proximidade entre observador e observado. Ou seja, há uma enorme possibilidade de o repórter adotar o olhar daquela pessoa ou instituição do qual faz a cobertura diária. Essa aproximação acaba por influenciar diretamente na sua escrita e percepção dos fatos.²¹ Não por uma simples manipulação maquiavélica e sim por uma afinidade cultivada com a convivência diária.

A manipulação aberta pode ter menos eficácia do que o cultivo de uma certa familiaridade amistosa durante um longo período de contato diário. Depois de mais ou menos um ano na mesma área, os repórteres tendem imperceptivelmente a adotar o ponto de vista das pessoas sobre as quais escrevem. Passam a compreender as complexidades da tarefa do prefeito, as pressões sobre os comissários de polícia e a falta de um espaço de manobra na área do bem-estar social. (DARNTON, 1995, p. 82)

Já a imprensa operária é necessariamente produzida por operários. *A Voz do Povo*, um órgão partidário, se encaixa *parcialmente* nesse perfil.²² Osvaldo Maciel (2009, pp. 115-116), ao pesquisar os tipógrafos de Maceió no começo do século XX, demonstra essa aproximação:

²¹ “Em um nível mais modesto, os repórteres policiais veteranos que dominam as salas de imprensa na maioria das delegacias desenvolvem uma relação de simbiose com a polícia. Em Newark, havia quatro velhos e rijos repórteres que tinham mais tempo de delegacia do que a maioria dos policiais. Conheciam todos os figurões da polícia: bebiam com os tiras, jogavam pôquer com os tiras, adotavam a concepção de crime dos tiras. Nunca escreviam sobre a brutalidade policial” (Ibid., p. 83).

²² “Não podemos deixar de citar também a imprensa vinculada a partidos políticos e sindicatos, pois, por vezes, torna-se até difícil desvincular estas da imprensa operária, já que, em geral, os objetivos são os mesmos” (SILVA, 2010, p. 19).

Propomos a noção de imprensa operária como a de uma imprensa comprometida com os trabalhadores, isto é, como veículos impressos de divulgação constante de textos, ideias, eventos, notícias, etc. que contribuam na construção de uma identidade coletiva dos trabalhadores (ou de categorias de trabalhadores) e de sua representatividade legítima. Ora, esta noção implica uma necessidade de inserção – por mínima que seja – destes órgãos da imprensa entre os trabalhadores.

Uma característica bem comum da imprensa operária/partidária é a ausência de repórteres (SILVA, 2010, p. 22). *A Voz do Povo*, no entanto, possuía jornalistas em sua redação, como os já citados irmãos Miranda, por exemplo.²³ Outro era o potiguar Tomislav Rodrigues Femenick. A polícia política de Alagoas o taxou de “jornalista de caráter subversivo”, prendendo-o dentro da redação “em franca atividade” em 1955, no derradeiro ano do mandato de Arnon de Mello. Na ocasião, Tomislav foi preso com uma “grande quantidade de jornal de caráter comunista, e em seu poder diversos documentos também de caráter comunista e boletins de propaganda de caráter subversivo”.²⁴

Apesar de contar com alguns jornalistas em sua redação, *A Voz do Povo* igualmente se valia do expediente mais comum da imprensa operária para formular suas matérias e reportagens: “Eram as notícias que procuravam o jornal. As redações recebiam grande material de notícias, textos e repasses vindos do movimento operário, o que demonstra a ligação forte e interação entre o receptor e o emissor” (SILVA, 2010, p. 22). O advogado Rubem Ângelo, além de defender na Justiça do Trabalho vários sindicatos e trabalhadores de Maceió,²⁵ também trabalhou na redação de *A Voz do Povo*. Em seu depoimento²⁶, contou-me que os operários (principalmente das fábricas têxteis – as maiores de Alagoas) mandavam bilhetes e cartas para a folha comunista, relatando a situação no local de trabalho ou no bairro onde residiam. Por conta de sua profissão, Ângelo tinha um contato mais próximo com os trabalhadores e muitas vezes o relato foi

²³ Jaime Miranda foi diretor do periódico em sua última fase, de 1953 até o golpe de 1964 (MACIEL, 2007, p. 130).

²⁴ Arquivo Público de Alagoas. Ficha sem numeração. Pasta 14, pp. 29-30.

²⁵ Chegou a advogar para 18 sindicatos da capital.

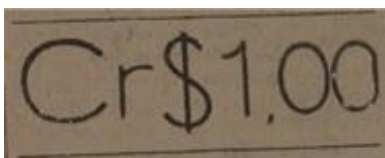
²⁶ Entrevista realizada nos dias 10 e 11 de agosto de 2010.

feito pessoalmente. Dessa forma, os comunistas tinham material para redigir as notícias e matérias a serem publicadas pelo periódico.

Mas afinal, como a imprensa alagoana se relacionava com a classe trabalhadora? Esses jornais estavam ao alcance [do bolso] dos operários? Um indício pode ser os preços de capa de cada um dos periódicos. No quadro abaixo temos a evolução dos preços de *A Voz do Povo*:

Ano	Valor
1951	Cr\$ 0,80
1954	Cr\$ 1,00
1959	Cr\$ 2,00
1961	Cr\$ 5,00
1964	Cr\$ 10,00

Como podemos observar, por quase toda década de 1950 a folha comunista aumentou apenas 1,20 cruzeiro. O grande salto acontece justamente nos anos 1960, período em que a inflação no país atingiu níveis astronômicos. Para efeitos comparativos, vamos confrontar o preço de *A Voz do Povo* com os outros periódicos. A *Gazeta de Alagoas* em 1953 também custava Cr\$ 1,00:

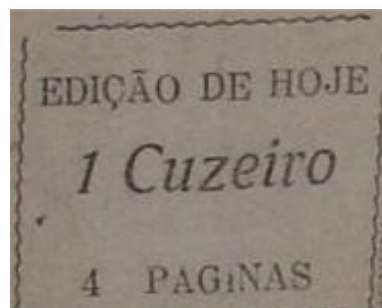


Edição de domingo, 25 de outubro de 1953, página 3.

Dois anos depois, em 1955, o *Jornal de Alagoas* era insignificamente mais caro do que o jornal do PCB.



Jornal de Alagoas, domingo, 6 de novembro de 1955.



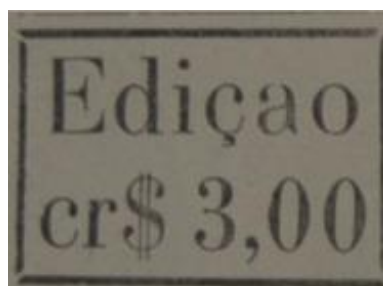
A Voz do Povo, domingo, 11 de dezembro de 1955.

Como de costume, as edições de domingo vinham mais recheadas e esse detalhe vem impresso na folha dos *Diários Associados*: duas secções e o dobro de páginas em relação às quatro costumeiras oferecidas pelos comunistas.

Como podemos supor, o grande concorrente do jornal do PCB entre os trabalhadores era o jornal dos trabalhistas: o *Diário de Alagoas*, em 1957, custava Cr\$ 2,00. Entretanto, para o ano seguinte encontrei informações mais completas:



A Voz do Povo, sexta-feira, 3 de outubro de 1958.²⁷



Diário de Alagoas, sexta-feira, 3 de outubro de 1958.



Voz Operária, sábado, 18 de outubro de 1958.²⁸

Em 1958, os comunistas alagoanos continuavam a vender seu periódico pelo mesmo preço nos últimos quatro anos. Já o *Diário de Alagoas*, um cruzeiro mais caro

²⁷ A edição seguinte é a do dia 12 de outubro, um domingo. Por ser o dia da eleição, o jornal foi lançado em uma sexta-feira.

²⁸ UNICAMP-IFCH: AEL EL J/0185.

em relação ao ano anterior, custava o mesmo valor de *Voz Operário*, folha pecebista editada no Rio de Janeiro.²⁹

Além de um custo-benefício menos convidativo, o periódico do PCB enfrentava duas enormes dificuldades: um sistema de distribuição precário e uma periodicidade sem garantias. Explicitei mais acima sobre o segundo aspecto. Passo agora para o método de vendas. De acordo com Maciel (2007, p. 132) “quando as edições estavam prontas, por exemplo, era montada a estratégia de vendas avulsas e distribuição aos assinantes”. Na imagem acima temos os valores das assinaturas de *A Voz do Povo*. Por exemplo: no pacote mensal cada edição custaria Cr\$ 1,25 (levando-se em consideração uma periodicidade completa dentro de um mês). “Os comandos de venda do jornal eram realizados aos domingos nos bairros de Maceió, e muitas vezes havia perseguição aos mesmos” (Ibid., ibidem).



Edição de outubro de 1958.

Além desses dois pontos de vendas fixos,³⁰ muitos militantes tinham como tarefa vender o jornal em seus bairros ou nos locais de trabalho (no interior do estado, era a única forma de se adquirir uma edição da folha). A Delegacia de Ordem Política, Social

²⁹ O título “Voz Operária” nomeou inúmeros jornais operários por todo o Brasil. Esse dos comunistas tinha como colaboradores militantes conhecidos nacionalmente, como João Amazonas, Aydano do Couto Ferraz (editor), Pedro Pomar e Astrogildo Pereira.

³⁰ O “mercado” a que se refere à chamada fica no Centro de Maceió, nas imediações do CEASA, bem próximo a vários bairros populares e periféricos – lotados de trabalhadores – da capital alagoana. O Cine Ideal, antigo cinema maceioense, fica nessas imediações. Algumas linhas de ônibus partiam ou fazem parada em frente ao antigo prédio do Ideal (atualmente encontra-se fechado) e até os dias de hoje é um dos locais mais movimentados da cidade.

e Econômica (DOPSE) prendeu alguns trabalhadores apenas por estarem vendendo *A Voz do Povo*. Odilon Porfírio Gomes foi um dos encarcerados. Casado e com 40 anos de idade, Odilon era operário da Fábrica Alexandria (indústria têxtil localizada em Maceió) e militava na célula “Olga Benário Prestes”. “Agitador comunista”, foi preso no dia 4 de março de 1951 com uma “grande quantidade de jornais, pelo Dective Antônio Rodrigues Rocha. (jornal A VOZ DO Povo)”.³¹ Em resumo, comprar uma edição de *A Voz do Povo* não era uma das coisas mais simples a se fazer em Alagoas durante os anos 1950 e 1960.

Algumas pistas demonstram que a grande imprensa alagoana não ignorava os trabalhadores, mesmo não sendo eles seu público-alvo. Se os políticos – até mesmo da UDN – não o faziam no período eleitoral (algo impensável até 1930), os periódicos não tinha razões para desperdiçar esses eventuais leitores. Por exemplo, em todas as edições de o *Diário de Alagoas* encontramos um quadro com os horários dos trens e ônibus intermunicipais e interestaduais. Para os militantes comunistas, esses trens eram a única forma de acesso a outras cidades de Alagoas. As fichas da DOPSE revelam essa interação entre os comunistas da capital e interior e a existência de grandes comitês municipais do PCB em duas importantes cidades (Penedo e Rio Largo) refuta a ideia de isolamento dos pecebistas.³²

Na *Gazeta de Alagoas* de 3 de outubro de 1953, temos como publicidade os produtos de três fábricas têxteis do estado (os brins e toalhas felpudas da Alexandria; os morins da São Miguel; e o bramante da Carmen). Nessa mesma edição existe um grande quadro do Serviço Social da Indústria (SESI), dirigido “Aos Trabalhadores da Indústria”. O anúncio informa que o SESI “está aparelhado a atender” as necessidades dos operários e os mesmos devem procurar o órgão para resolver “os problemas que lhes afligem”. Em um ato da mais pura benevolência, o informe deixa claro que “os empregadores alagoanos põem” a disposição da classe trabalhadora “por intermédio do SESI, os seguintes serviços”: médicos (incluindo pediatria, ginecologia e obstetrícia), odontológicos, raios-x, psiquiatria, farmácia, internação em casa de saúde, além de

³¹ Arquivo Público de Alagoas. Ficha nº 02, Pasta 17, p.41. Grafia conforme o original.

³² Cf.: MOURA, 2012.

assistência jurídica, promoção de atividades culturais e esportivas e cursos de corte e costura (“para as operárias e filhas de operários (...) sendo fornecido às alunas todo o material necessário além do ensino gratuito”) e alfabetização de crianças e adultos.

No dia 27 do referido mês e ano, temos um edital de convocação para uma assembleia geral do Sindicato dos Estivadores de Maceió, uma das maiores e mais fortes entidades sindicais do estado. A convocação, feita pelo “presidente interino em exercício” José Honorato Alves, é dirigida “aos associados em pleno gozo de seus direitos sociais”. A assembleia seria realizada naquele mesmo dia, com primeira chamada às 8 horas da manhã e a segunda às 10 horas. O objetivo seria “discutir e aprovar” através de voto secreto a verba adicional “para o exercício financeiro de 1953, que será encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, para os devidos fins”. Pela data da assinatura, o edital é de 24 de outubro (SINDICATO dos Estivadores de Maceió. *Gazeta de Alagoas*. Maceió, 27 out. 1953, p. 5).

No *Diário de Alagoas* encontramos um leque maior e mais variado de matérias, anúncios e editais de interesse da classe operária. Na edição de 14 de julho de 1957 (um domingo), há um edital de convocação para um “Curso Prático de Legislação do Trabalho”, publicado pela Comissão Técnica de Orientação Sindical. Não há qualquer pista sobre a tal Comissão, mas o curso seria realizado na sede da Delegacia Regional do Trabalho e ministrado pelo bacharel Ortegal Jucá, advogado de alguns sindicatos de Maceió. Não por menos, o anúncio deixa claro que apenas “poderão ser inscritos no referido Curso trabalhadores sindicalizados” (COMISSÃO Técnica de Orientação Sindical. *Diário de Alagoas*. Maceió, 14 jul. 1957, p. 8).

Em 20 de novembro de 1958, a delegacia alagoana da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria – o documento é assinado pelo delegado substituto, Joel Joaquim dos Santos – publicou um convite no *Diário*, invitando “os trabalhadores em geral, para uma assembleia geral extraordinária”, realizada cinco dias depois no Palácio do Trabalhador. O objetivo era “discutir os novos níveis de salários mínimos para o nosso Estado, junto com a comissão designada para esse fim” (CONFEDERAÇÃO Nacional dos Trabalhadores na Indústria. *Diário de Alagoas*. Maceió, 20 nov. 1958, p.

5.). Além do convite, o jornal publicou algumas notas – inclusive no dia da assembleia – convocando não só os trabalhadores, mas também autoridades e jornalistas.

Porém, um edital merece um destaque especial. Publicado no dia 24 de outubro de 1957, convocava “os associados contando mais de seis meses ininterruptos de inscrição no quadro social e mais de dois anos de exercício na profissão” do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Maceió. Naquele mesmo dia – uma quinta-feira –, “das 14 às 20 horas” seria realizada “a votação no pleito para a eleição da diretoria, Conselho Fiscal e representantes da entidade no Conselho da Federação e respectivos suplentes”. Para ter direito ao voto, além de cumprir o período exigido, os filiados deveriam comparecer a sede do sindicato “munidos do recibo de quitação da mensalidade sindical, ou declaração do sindicato para supri-la”, juntamente com algum documento comprovando sua identidade: “carteira profissional, carteira de identidade, caderneta militar, carteira de Instituição de Previdência Social ou carteira sindical” (SINDICATO dos Condutores de Veículos Rodoviários de Maceió. Diário de Alagoas. Maceió, 24 out. 1957, p. 5). Quem assinou o edital foi o presidente do sindicato, o comunista Rubens Colaço Rodrigues. Colaço foi um dos mais destacados e conhecidos militantes do PCB alagoano. Sempre ativo em seu sindicato, ajudou também a fundar os sindicatos rurais em Alagoas, além de outras inúmeras tarefas.³³

Infelizmente, para o ano de 1957 só existe uma edição de *A Voz do Povo* (setembro), não sendo possível sabermos se o mesmo edital também foi publicado na folha comunista. Cabe salientar que este tipo de nota “oficial” (editais, convites etc.) não eram publicados no periódico do PCB. Geralmente, os comunistas publicavam matérias acerca de eleições sindicais, comunicavam as datas, locais de votação e documentação necessária, e várias notas lembrando dos eventos. A prática de divulgar editais era mais comum no *Diário*: encontramos também em alguns exemplares do jornal trabalhista pequenas notas convidando sindicatos e prefeituras a comparecerem a sede do *Diário*, com o objetivo de quitar suas dívidas por conta dessas publicações.

³³ Cf.: MAJELLA, 2010.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com efeito, a partir do governo Muniz Falcão o PCB alagoano teve ampla liberdade de atuação, chegando inclusive a fazer parte de sua gestão.³⁴ Se não há matérias fazendo qualquer tipo de referência aos comunistas no *Diário de Alagoas*,³⁵ essa aproximação aconteceu de outras formas. Havia uma interação, ainda que desigual, entre comunistas e trabalhistas.

No *Diário de Alagoas* são inúmeras as reportagens sobre eleições sindicais, visitas dos trabalhadores a sede do governo e do governador Muniz Falcão aos espaços operários, festejos de 1º de maio, inaugurações públicas em bairros populares e vilas operárias, divulgação das ações e benfeitorias do SESI e da Federação das Indústrias de Alagoas para com a classe operária, entre outros temas. Refletindo sobre a frase utilizada na abertura desse texto, Darnton conclui “que os artigos só são publicados no jornal se tiver espaço”. Por outro lado, a mesma sentença “também podia estar expressando uma verdade mais profunda: as matérias jornalísticas precisam caber em concepções culturais prévias relacionadas com a notícia” (DARNTON, 1995, p. 96). Não podemos negar que o jornal trabalhista dedicava um espaço volumoso aos operários. E não podia ser diferente, tratando-se de um periódico ligado a herança varguista, ao PTB, PSP e PST.

Ainda assim, era em *A Voz do Povo* que os operários se encontravam (MOURA, 2010, pp. 159-18). Suas lutas, privações, dificuldades econômicas e sociais, seu lazer e espaços de convivência, sua organização: a cultura e o movimento operário era a pauta principal da folha comunista. Também não podia ser diferente. “Desta forma, mesmo em um país com altos níveis de analfabetismo, estes periódicos [operários] serviram de instrumento de organização e resistência dos trabalhadores brasileiros” (SILVA, 2010, p. 43). *A Voz do Povo* representava tão bem os trabalhadores porque era escrita, produzida, distribuída e lida pelos trabalhadores.

³⁴ O cel. Henrique Oeste, conhecido militar carioca e comunista assumido, foi Secretário de Interior e Segurança Pública nos dois últimos anos do governo Muniz Falcão.

³⁵ Por outro lado, encontrei no *Diário de Alagoas* a reprodução de alguns editoriais do jornal comunista.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**: Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARROS, Francisco Reinaldo Amorom de. **ABC das Alagoas** – Dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico de Alagoas. Brasília: Edições do Senado Federal (vol. 62), 2005.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**. Mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

DE LUCA, Tania R. Fontes impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes históricas**. 2º ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008, p. 111-153.

FERREIRA, Maria Nazareth. **A imprensa operária no Brasil** – 1880-1920. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

_____. **Imprensa operária no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

MACIEL, Osvaldo B. A. *A Voz do Povo* – Um registro da esquerda alagoana (1954-1964). **Cabanos: Revista de História**. Arapiraca: v. 1, n. 4, 2007, p. 129-144.

_____. **Trabalhadores, identidade de classe e socialismo**: os gráficos de Maceió (1895 - 1905). Maceió: EDUFAL, 2009.

MAJELLA, Geraldo de. **Mozart Damasceno, o bom burguês**. Recife: Edições Bagaço, 2011.

_____. **Rubens Colaço: Paixão e vida** - A trajetória de um líder sindical. Recife: Edições Bagaço, 2010.

MOURA, Anderson Vieira. **Comunistas e trabalhadores urbanos em Alagoas (1951-1961)**. 2012. 200 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

SILVA, Fernando Teixeira da. Apresentação. **História Social**. Campinas: n. 14-15, 2008, p. 9-18.

SILVA, Shuellen S. P. **A imprensa operária em Alagoas: a história de A Semana Social (1917)**. 2010. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4º ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa – Algumas considerações metodológicas. **Projeto História**. São Paulo: n. 4, 1985, pp. 89-102.

RIO MEIA PONTE: OS SENTIDOS DE UM RIO URBANO

Angela Ciccone Pinto

angelaciccone@gmail.com

Universidade Federal de Goiás- Faculdade de História

Mestranda

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás**Resumo**

É no perímetro urbano da capital do Estado de Goiás que realizaremos nossos estudos acerca da relação homem/rio. Trataremos, desta forma, de uma das interfaces deste rio em sua conotação cidadina. Enfatizar-se-á o movimento de influência do rio sobre a interpretação de mundo das pessoas, suas configurações de sentido e as relações de afetividade dos goianienses e, especificamente, dos moradores de suas margens. Intentamos com isso demonstrar “o papel e o lugar da natureza na vida humana” (WORSTER, 1991) correlacionando fatores amplos no que diz respeito ao rio com expressões de sentidos e significados particulares. Propomo-nos a identificar a riqueza e as minúcias da relação dos homens com seu meio, e também as intersecções históricas entre um rio e o contexto regional e mundial no qual ele se insere dentro da perspectiva teórica e metodológica da História Ambiental.

Palavras-chave: Cidade, Meia Ponte, sentidos.**Abstract**

It is within the city limits of the capital of the State of Goiás that we will make our studies about the relation between man/river. We will, in this way, treat of one of the interfaces of this river in its urban connotation. One will emphasize the movement of influence that the river presents on the interpretation of world by people, its configurations of meaning and the relations of affectivity of goianienses, and, specifically, of the inhabitants of its margins. We intent with this demonstrate "the place and the role of nature in human life" (WORSTER, 1991) correlating large factors linked to the river with expressions of individual senses and meanings. We propose ourselves to identify the wealth and the details of the relation of men with their environment, and also the historical intersections between a river and the regional and global context in which it is inserted within the methodological and theoretical perspective of Environmental History.

Keywords: Meia Ponte; city, senses.

O objeto de nosso trabalho se aporta a elaboração de sentidos e significados de um rio dentro de uma cidade e, mais ainda, a relevância do rio na subjetividade de seus moradores no Setor Balneário Meia Ponte. A compreensão das formas de demarcação do espaço urbano passa a ser fundamental para entendermos o contexto do rio e seus moradores. Ferreira (1970) aponta três características definidoras fundamentais para as cidades, que tem como objetivo descrever esta composição espacial específica, são elas: as **formas**, as **funções** e as **estruturas** todas elas intrinsecamente relacionadas.

As formas se detém as características morfológicas de uma cidade, ou seja, consideram os elementos demográficos e ecológicos, como volume populacional, migrações, os planejamentos urbanísticos e suas composições de interdependência no ambiente em relação ao meio natural. As funções são quem destacam as funcionalidades dos elementos urbanos, dividindo e designando categorias como habitação, trabalho, lazer, circulação – muito característicos das cidades planejadas, mas que estão presentes em todos os centros urbanos. Por fim temos as características estruturais. Elas agem sobre dois elementos, os espaciais e os sociais, em outras palavras, remetem-se a arquitetura e construções urbanísticas, como também, às organizações e relações humanas, constitutivas da coletividade. A dinâmica destes elementos em forma de relações-tensões estabelecem a composição de uma cidade. Assim, Ferreira conclui que “a cidade é uma certa organização de um espaço construído e também o lugar de agrupamento de uma população.” (1970, p.129)

Todas as três características definidoras dos espaços urbanos são primordiais ao se tratar de uma cidade. Como nos lembra Lefebvre, o fenômeno urbano depende primeiro dos métodos descritivos (2002, p.51). Eles vislumbram a enormidade e complexidade das variáveis urbanas. Assim sendo falaremos sumariamente dos três definidores em relação Goiânia e o Meia Ponte.

Moysés (2009) observa que o planejamento urbano é uma ferramenta técnica, científica e política muito séria que não escapa as relações de poder. Assim sendo, Goiânia uma cidade planejada, começa a sofrer drásticas mudanças em suas formas e funções a partir dos anos 1950 quando o planejamento deixa de exercer controle sobre o

crescimento da cidade à mercê da especulação imobiliária desenfreada. O contexto socioeconômico, de queda de poder aquisitivo de um grande contingente populacional, o desemprego e o êxodo rural - todos aspectos de um grande fluxo migratório ocorrido em Goiânia -, somam-se a falta de controle do poder público em detrimento do capital imobiliário, mudando as formas e funções da cidade. Fenômeno que corrobora com a análise de Ferreira de que a alteração qualitativa de uma forma urbanística implica, quase sempre, uma nova interpretação “funcional” de seus “elementos”. (1970, p.124)

Crescimento Populacional de Goiânia							
1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
48.166	53.389	153.505	389.784	738.117	920.840	1.090.737	1.302.001

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1872, 1890, 1900, 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Disponível em >
<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00>> Acesso em: 18 set. 2013.

Como pudemos observar, a partir de 1950, Goiânia teve índices de crescimentos expressivos que se sustentaram nas três décadas seguintes. Para Moysés este movimento migratório resulta da condição de fronteira da cidade, incentivada pela política desenvolvimentista voltada ao interior brasileiro promovida por Getúlio Vargas com a “marcha para o oeste”. Goiânia corresponde ao entreposto comercial, de produção e força de trabalho no território nacional e, por isso mesmo, reveste-se da condição de um lugar tido como “Eldorado”. (2009, p. 82)

O resultado estrutural, no que tange as questões socioambientais, é que as famílias de baixo poder aquisitivo que adensavam a cidade são lançadas cada vez mais para a periferia dos espaços centrais, ora, através da compra de lotes em conjuntos habitacionais de baixa qualidade parcelados pelo Estado, localizados em antigas áreas rurais “a revelia da legislação urbana vigente” (MOYSÉS, 2009, p. 82). Ora, ocupando às margens dos cursos d’água na forma de favelas ou invasões. Em ambos os casos as áreas de reserva ambiental são deterioradas comprometendo o abastecimento de água da cidade.

Os estudiosos deste eixo espaço-temporal diferenciado, que é a cidade, tomam curiosamente os elementos presentes nos planos diretores como categorias de análise urbanas, como já pudemos atestar na síntese elaborada sobre as formas, funções e estruturas urbanas. Comparando diversos autores¹ e a estrutura elementar e um plano diretor podemos verificar as vinculações com as categorias propostas nos métodos de análise e este instrumento de organização especializado. Pondo em evidência dois aspectos: primeiro, que sem sombra de dúvidas o espaço urbano tem uma composição singular, segundo, que essa composição se fundamenta na ordem, na organização espacial, sobrepujando a técnica e a ação humana. “A cidade é, sobretudo, uma materialidade erigida pelo homem, é uma ação humana sobre a natureza. A cidade é, neste sentido um outro da natureza: é algo criado pelo homem, como sua obra ou artefato.” (PESAVENTO, 2007, p. 2). É neste sentido que Santos (1994) concluí que a natureza tem acesso à cidade por duas vias, ambas sob a primazia urbana: “como jardim botânico, jardim zoológico e museu etnográfico, por um lado; ou como matéria-prima, por outro.” (p. 38) Dito isso, elenquemos as congruências mais importantes das duas produções que nos propusemos analisar, a saber, a estrutura técnica de um plano diretor e a produção intelectual nas construções teóricas e metodológicas a cerca da cidade.

O Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (1992), explica que os fundamentos básicos deste documento são de desenvolver parâmetros operacionais do espaço urbano para a dinamização administrativa; para ampliar as possibilidades, através do planejamento, de proporcionar melhorias nas ações do poder público e; também, como forma de melhor organizá-lo com o intuito de “que a população o compreenda e, assim, faça melhor uso deste espaço”. O documento encerra de forma conclusiva ressaltando seu valor pela relevância de criar uma “ordem no tecido urbano.” (PDIG, 1992, p.19)

As pesquisas sobre o funcionamento de Goiânia pautam-se na esfera da distribuição espacial da população e os sistemas de prestação de serviços. Todos analisados por setores censitários subdivididos em distritos. Em cada um dos distritos

¹ Tomamos como referencia os estudos de Sandra Jatahy Pesavento, Henri Lefebvre, Vitor Matias Ferreira, Boaventura de Souza Santos, Robert Ezra Park e Aristides Moysés.



são verificados os serviços como escolas, transporte, praças esportivas, comércios, postos de saúde, postos de emprego, meio ambiente, entre outros.

Assim também nos propõe Park (1973) estes elementos como categorias de análise, subdividindo-os nas esferas: geográficas, ecológicas² e econômicas. Estas esferas então abarcam a complexidade urbana, desde as habitações e edificações cidadinas, interpreta a dinâmica da cidade através das relações humanas com os artefatos elaborados neste espaço e, problematiza a organização e relações de trabalho. Para dar cabo a esta jornada épica em busca de uma aproximação verossímil do que é o meio urbano ele propõe que se inicie pela organização física da cidade, a planta da cidade e, o movimento de ocupação destes espaços, considerando a vizinhança, os guetos, os limites. Prossegue, propondo a análise da organização de trabalho e a ordem moral que a circunscreve, permeando as relações de poder, laços de afetividade e a influência das relações econômicas dentro da malha da vida social. Continua, apontando a pertinência de que se considere os espaços coletivos da igreja, escola e família como fortes agentes de coesão e controle social, neste momento, agrega a análise a importância da opinião pública e os veículos de comunicação, Por fim, sugere que se debruce sobre o “temperamento e o meio urbano”. Em síntese, fala quais seriam as possibilidades de desenvolvimento coletivo e individual neste meio, considerando a relevância de um ordenamento moral (plural e fragmentado), bem como da prática do esporte, da diversão e da arte à sinergia urbana.

Com Parker damos finalmente vida ao espaço, tão bem sintetizado pelo plano diretor na forma de organizações setorializadas, que abarcam a educação, o lazer, o transporte, a economia, a saúde e meio ambiente. O que os estudiosos do fenômeno urbano realizam com referencia em dados presentes também nos planos diretores, são análises aprofundadas das vivências, das temporalidades, dos espaços e atividades abordadas pelos planejamentos da cidade. Eles tateiam o sensível como conclama Pesavento. Desta amálgama constata-se que:

² Aqui se referindo a corrente das Ciências Humanas denominada de Ecologia Humana.

[...] a cidade está enraizada nos hábitos e costumes das pessoas que a habitam. A consequência é que a cidade possui uma organização moral, bem como uma organização física e estas duas interagem mutuamente de modos característicos para se moldarem e modificarem uma a outra. (PARK, 1973. p. 29).

As cidades, além de complexas, possuem um caráter singular, diferente de outras organizações espaciais, como por exemplo, o campo. A cidade é condicionada pela noção de mobilidade; comunicação dinâmica; aglomerado populacional; multiplicidade de trabalhos especializados e atividades econômicas; assim como espaço privilegiado do campo político. Todos estes elementos são agregadores de um conjunto fragmentado, que Park (1973) reconhece como um mosaico, presente também sobre a subjetividade de seus habitantes. Portanto o urbano abarca em si uma unicidade. As características apresentadas acima são constituintes da condição urbana, reconhecidas com maior ou menor força, se relacionam e influenciam no espaço citadino, expressos nas práticas cotidianas, pelos rituais, códigos de civilidade e imaginário. Ainda considerando a unicidade, se sabe que são específicas umas das outras, não se confunde a cidade de São Paulo com o Rio de Janeiro, ou Salvador, Belo Horizonte, Goiânia, Paraíba e outras capitais. É neste sentido que Pesavento considera indispensável que se interpele aos “deuses da cidade” com o propósito de identificar os elementos comuns que a distingue das outras:

Tal como os antigos, que buscavam o espírito das cidades invocando o nome dos deuses que presidiram a sua fundação, os homens modernos precisam exercer uma espécie de despojamento do olhar, identificando, simplificando e reduzindo a multiplicidade de traços que uma cidade oferece para dizer quem é. (PESAVENTO, 2007, p. 4)

A cidade de Goiânia corresponde de formas diferentes, no qual a essência de sua representações e imagens mudam mas não a forma, a de cidade verde. Sobre este viés já foi proclamada como a cidade possível, a cidade das flores, a cidade ambientalmente correta, a cidade dos parques, entre outros discursos sempre de aproximação com a natureza. (SILVA, 2012). O que nos remete as indagações de Lefebvre que formula a seguinte questão:

[...] o que ocorre com a tentativa, inerente ao espaço urbano, de reunir o espontâneo e o artificial, a natureza e a cultura? Não existe cidade, nem espaço urbano sem jardim, sem parque, sem simulação da natureza, sem labirintos sem evocação do oceano ou da floresta, sem árvores torturadas até tomarem formas estranhas, humanas e inumanas. O que dizer, portanto, dos jardins e parques que fazem a qualidade urbana de Paris como de Londres, de Tóquio ou de Nova York da mesma maneira que as praças e o arruamento? [...] Seriam a re-presentação sensível de um *alhores*, a u-topia da natureza? (LEFEBVRE, 2002, p. 35)

Poderíamos dizer que no campo do discurso e na esfera do que se deseja, imagina, ou rememora, a natureza, logo os cursos d' água em Goiânia, carregam esta potência de re-presentação sensível de um outro lugar, mas este outro lugar longe de ser uma utopia fez parte da realidade de um outro tempo. Está no passado das pessoas e da cidade e carrega consigo uma enorme ambiguidade. Estamos a falar do rio imaginado e o rio vivido. O rio imaginado tem relação com o ímpeto de ordenação das cidades como destacamos acima, neste prisma, as águas dos rios são artefatos favoráveis à cidade, estão para ela. Para a capital do estado de Goiás, os rios foram uma das condições mais recomendadas para a ereção da própria cidade. O decreto n 2737 de 1932, trata a mudança da capital e a busca de um lugar para a construção da nova cidade nos seguintes termos:

O Interventor Federal, neste Estado, considerando que é pensamento do governo dotar o Estado de uma capital moderna, que satisfazendo as exigências do urbanismo, seja um centro de irradiação em todas as esferas da evolução econômica e social. (MONTEIRO, 1938, p.32)

A busca deste novo lugar que possibilitasse tamanha influencia pautavam-se, além da proximidade com a via férrea, sobre três “requisitos essenciais: ABUNDANCIA DA AGUA, BOM CLIMA E TOPOGRAFIA ADEQUADA.” (MONTEIRO, 1938, p.34). Frisadas em letras maiúsculas na ata de reunião da comissão técnica organizada para expedição do território da nova capital. Como se observa no relatório os territórios não foram pensados tão aleatoriamente, tomando em consideração somente os aspectos geográficos, o viés político e econômico exerceram influencia fundamental para e, na mudança, assim como na localização da nova capital. Era necessário encontrar um novo lugar tendo como pressuposto o desenvolvimento capitalista do Estado:

O sul do estado ganha aqui, dimensões que vão além de sua localização geográfica ou regionalização, ele ganha dimensão política e econômica e passa a representar uma nova lógica do pensamento político dominado pela ideologia industrial do sudoeste brasileiro. O sul e sudeste goianos representam, juntos, a aliança com o capital industrial que chegou com os trilhos da Estrada de Ferro Goiás (Mogiana). Para tanto, a localização geográfica da área de construção da nova capital goiana no centro do país facilitou este propósito metropolitano, pois a idéia de articular as regiões centro-oeste e norte com a economia de mercado do sudeste brasileiro passava pela estruturação de uma “base central” de redistribuição de mercadorias, serviços e capitais para o Centro-Oeste e o Norte do país. Por isso, sua implantação próxima a ferrovia que vinha do sudeste e passava pelo Triângulo Mineiro. (OLIVEIRA, 2011, p. 58)

Só então, os outros fatores atribuídos como essências para uma cidade moderna como o clima, topografia e água, entraram em consideração na escolha de um espaço. O engenheiro urbanista Armando de Godoi em seu relatório conclusivo, que por fim balizou o trabalho da comissão expedicionária, esclarece que:

A cidade moderna, quando lhe proporcionam os elementos de vida e seu estabelecimento e á sua expansão se prende um plano racional, isto é que obedece ás determinações do urbanismo, é um centro de cultura, de ordem, de trabalho e de atividades bem coordenadas.(GODOI *apud* MONTEIRO, 1938, p.49)

Exatamente este tipo de ordenamento espacial era que serviria como propulsor de mudanças, na visão do engenheiro, para que Goiás saísse da condição de atraso: “cujas as riquezas extraordinárias ainda não puderam ser exploradas por vários motivos, entre os quais figura o de não ter ainda aí surgido uma cidade moderna.” (MONTEIRO, 1938, p.48)

Embora, reconheçamos nestes estudos e projetos uma visão utilitarista, direcionada exclusivamente a uma preocupação de recursos e condições aos homens, um lugar de riquezas extraordinárias a serem exploradas, as discussões presentes nos relatórios analíticos - referentes ao abastecimento de água, as condições de temperatura, o fornecimento de energia elétrica, entre outros - tentavam reconhecer e planejar-se em um ordenamento complexo. Godoi considerou em seu relatório os elementos de latitude, altitude, direção dos ventos, condições topográficas, geológicas e hidrográficas do terreno. Existe um trecho emblemático para demonstrar o que estamos a falar, sobre o

Meia Ponte e a vegetação, Armando de Godói em seu relatório na seção intitulada **Clima** argumenta:

Também concorre para o favorável grau de humidade a circunstancia do rio Meia Ponte e os regatos que banham a área em questão não apresentarem margens alagadas. Isso provem da permeabilidade e da regular declividade dos terrenos. As águas fluem com boa velocidade, formando fortes correntes em vários trechos e as secções não variam muito, sendo relativamente uniformes. Também concorre para temperar o clima a visinhança de matas, as quais constituem um elemento precioso nas proximidades de um centro urbano, pelas madeiras e pelas lenhas que podem fornecer, bem como pela salutar influencia sobre as condições atmosféricas e pelo que podem proporcionar sob o ponto de vista paisagista e recreativo. (GODOI *apud* MONTEIRO, 1938, p.61)

Estas análises nos reportam as afirmações de Santos sobre o acesso da natureza à cidade, no qual afirma que a natureza está para a cidade por duas vias: pela forma de lazer e contemplação ou, ainda, como matéria-prima. (SANTOS, 1994, p. 38) É este o discurso mais antigo referente ao Meia Ponte e a cidade . Como viemos demonstrando, nos documentos oficiais, além de considerado por sua relevância climática e paisagística, foi posto em evidência para a cidade de Goiânia como potencial energético, fator altamente valorizado a partir dos anos de 1930, correspondente da noção de desenvolvimento tão em voga na época. “A eletricidade é a forma de energia que mais facilmente se transforma em outras, apresentando, por isso, maior souplesse e sendo mais submissa ao domínio do homem.” (GODOI *apud* MONTEIRO, 1938, p.56). Para Godoi a energia elétrica era o que proporcionava “a vida moderna nos seus mais importantes aspectos”, ele ainda argumenta que “as cidades morriam á noite antes do homem haver conquistado os meios de governar tão poderosa força.” (GODOI *apud* MONTEIRO, 1938, p.56)

O Meia Ponte em razão da corredeira do Jaó, com potencia de mais de 450 cavalos, foi avaliado como fundamental, suficiente e possível de fornecer luz necessária a cidade em sua primeira fase. (GODOI *apud* MONTEIRO, 1938, p.64 e 65), respondendo às expectativas às demandas da cidade que se ergueria.

Porém, passando para outra face do propomos tratar, a saber, a ambiguidade entre o imaginado (idealizado) e o vivido adotamos as palavras de Oliveira (1999, p.67) e ousamos “dizer que a modernidade não é a energia que movia esse universo de valores e ações dos sujeitos” em Goiânia nos suas primeiras décadas, aspecto identificado muito mais nos documentos oficiais e de propaganda que na realidade. (OLIVEIRA, 1999)

Os entrevistados que vivem no Balneário Meia Ponte nas proximidades com o rio demonstram e rememoram outras relações de identificações com o rio, diferente das que destacamos. As hipóteses de nossa pesquisa em relação à memória/identidade/significações insistiram ater-se por um tempo à perspectiva de abjeção sobre o Meia Ponte, devido o contato com todas as matérias realizadas pelo jornal O popular das décadas de 1990 até o ano de 2013. Tomando como referência o discurso da imprensa, grande veiculadora de informação na cidade e fonte de um poder radiador de opinião pública, apostamos na feição abjeta do rio como sinônimo predominante de sua identidade, porque é desta maneira que ele é retratado majoritariamente.

Acreditávamos que as narrativas iriam, com suas respectivas mudanças individuais, confirmar esta forma: do esquecido, do não dito, do renegado, do transtorno, do indesejável. No entanto, para nossa surpresa e, por que não alegria? Pudemos verificar através de nossos entrevistados que a história entre o Meia Ponte e os homens é muito mais complexa e profunda do que a noção de abjeção. O que tornou nossa investigação muito mais intrigante e justificável.

É preciso admitir o poder da comunicação de massas em influenciar a construção de sentidos e significados nos habitantes de uma cidade, seja lá qual for o assunto. Mas é igualmente indispensável detectar o peso e relevância das relações e práticas cotidianas no qual o sujeito esta imerso. Este é o ponto essencial, referencial, que nos remete a razão de Stuart Hall (2006), na qual o autor explica que embora exista uma cultura globalizada, de massas, o ponto de referência da maioria das pessoas é do que lhe é mais próximo e comum, do vivenciado, do indissociável. Para ele um dos pontos de crítica de uma noção simplista acerca da homogeneização cultural deve ser realizado a partir do questionamento do que realmente é afetado por ela:

[...] uma vez que a direção do fluxo é desequilibrada, e que continuam a existir relações desiguais de poder cultural entre o “Ocidente” e “o Resto”, pode parecer que a globalização – embora seja por definição algo que afeta o globo inteiro – seja essencialmente um fenômeno ocidental. [...] Na última forma da globalização, são ainda as imagens, os artefatos e as identidades da modernidade ocidental, produzido pelas indústrias culturais das sociedades “ocidentais” (incluindo o Japão) que dominam as redes globais. A proliferação das escolhas de identidade é mais ampla no “centro” do sistema global do que nas suas periferias. Os padrões de troca cultural desigual, familiar desde as primeiras fases da globalização, continuam a existir na modernidade tardia.

Desta forma, reconhecemos a influencia de uma identidade mais ampla, através de narrativas tipicamente próprias da sociedade de consumo. Detectamos também, o entendimento pelos entrevistados da imagem que é reproduzida sobre o território onde moram, constituído por todos aqueles que coexistem na mesma cidade, mas que não dividem o mesmo lugar. Entretanto, existe uma outra forma de significação entre os moradores, pautada na proximidade, na comunidade, erigida pela confiança, respeito, carinho e sobretudo solidariedade.

Bauman (2003) em seu livro **Comunidade** define uma organização comunal como o espaço de percepção comum entendido como “círculo de aconchego”. As relações neste círculo “não derivam de uma lógica social externa ou de qualquer análise econômica de custo e benefício”. (2003, p.16) Para ele existe no seio da comunidade um entendimento “natural”, “tácito” sobre o convívio. O grupo, a partir do momento que se torna “autoconsciente”, já é o substrato de uma comunidade morta, que não existe mais. Este fenômeno representa a passagem da comunidade para a identidade, visto que para ele, “a comunidade que fala de si é uma contradição em termos”. (2003, p.17). Adiante, o autor admite que exista um caso específico no qual a comunidade acaba por falar e conscientizar-se acerca de sua existência: quando a comunidade fala sobre si no intuito de demarcar os limites que distinguem os de dentro e os de fora. (BAUMAN, 2003, p. 17). Porém, para Bauman as comunidades, nos moldes do “círculo de aconchego”, fazem parte do passado da sociedade humana. Existe então, particularmente em nosso caso, uma aproximação e um distanciamento com as análises de Bauman. Para nossa pesquisa ficou evidente que se trata, pelas categorias de Bauman de uma comunidade,



que possui entre seus membros a elaboração identitária (mesmo que realizada de forma inconsciente) que demarca os de dentro e os de fora, mas mesmo assim, não deixam de ser uma comunidade, um “círculo de aconchego”. Suas narrativas são marcadas por este tom híbrido e peculiar.

Assim, como resposta a noção corrente em relação ao seu espaço o sentido de abjeção é um fator circundante, faz parte do princípio de suas construções narrativas, muito em razão de identificar no discurso as categorias de pertencimento do grupo e a distinção com os outros. É tentando responder o presente, buscar uma composição na fala - que estruture e de sentido do hoje para o passado - que os entrevistados elaboram seus relatos. Eles conscientes da interface mais conhecida do Meia Ponte, a da degradação, em seus relatos defendem e apresentam o rio de outra forma. Feito isso, apresentam a si mesmo e sua comunidade de outra maneira. Mas existe ainda uma relação importante nesta construção, o fato que é necessário que se more no lugar, divida o mesmo espaço para pertencer a comunidade, no entanto, não é simplesmente isso que faz com que alguém seja de dentro. Existe, compartilhado silenciosamente, mas vista através da prática, um código de conduta reconhecido e aceito. Todos estes fatores revelados nas entrevistas nos permitem então adentrar no campo das afetividades. As experiências sociais da comunidade, os conflitos de interesses políticos e econômicos, o reconhecimento do rio e do bairro como seu lugar, todos estes elementos transpassados pela afetividade.

Identificamos que as relações com o espaço e as construções íntimas de identidade do sujeito em relação ao seu meio são repletas de dimensões, camadas, profundidades. Embora exista um fator agregador entre as narrativas e as pessoas, cada qual desenha sua paisagem em relação ao rio. Alguns compõem esta relação com tons mais monocromáticos, outros, enchem a mão em sua palheta, revelando perspectivas, composições e contrastes surpreendentes. Para Dona Maria, o rio é um assunto distante e tristonho. Sua maior lembrança é sobre o afogamento marcante de duas crianças gêmeas e seu pai. Ela justifica o distanciamento com o rio argumentando ser ele muito mais um espaço dos homens. Mas Dona Naríndia contrapõe esta afirmativa, ela guarda na memória suas idas ao rio para lavar roupa, evento que segundo ela era coletivo. Iam

Dona Naríndia e suas vizinhas, acompanhadas dos filhos, para a beira do rio, e lá passavam boa parte do dia. O rio era ao mesmo tempo o espaço do trabalho, do lazer e da socialização.

Uma grande amplitude na palheta de cores e contrastes podemos observar nos quadros elaborados por Seu Manoel e Seu Gercino. Em suas narrativas o Meia Ponte tem vigor. É também o lugar de tragédias e/ou abjeção, porém, além destes aspectos ele é o recanto da felicidade, dos tempos bons de outrora, da rica existência na coletividade, do empoderamento do indivíduo. Foram eles excelentes pescadores e Seu Manoel o melhor nadador conhecido do Meia Ponte no bairro, salva-vidas de profissão. Em suas narrativas identificamos que o Meia Ponte permeava as produções coletivas de valores, saberes, atividades e trabalhos, construindo o homem no rio, dando suas águas sentidos à existências destes sujeitos. Assunto muito complexo, que extrapola os limites de um artigo, e aguarda uma nova oportunidade para serem tratados especificamente.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização**: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. 145 p.

_____. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 141p.

FERREIRA, Vítor Matias. **Fascínio da Cidade**: memória e projeto da urbanidade. Lisboa: Centro de Estudos Territoriais e Ler Devagar, 2004.

_____. **O fenômeno urbano**: notas prévias para a formulação de um objeto. Lisboa, 1970. Disponível em: <
<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224255230K6bPA4me3Bw99CA3.pdf> >
Acesso em 4 set. 2013.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2002. 178p.

MONTEIRO, Ofélia Socrates do Nascimento. **Como nasceu Goiânia**. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais”, 1938.

MOYSÉS, Aristides. **Goiânia**: metrópole não planejada. Goiânia: UCG, 2004. 418 p.

_____. Cidade, território e requalificação urbana: programa Macambira-Anicuns na metrópole goianiense. **Revista Mercator**, v. 8. n.17, p. 79-96, 2009.

OLIVEIRA, Eliezer Cardoso de. **Imagens e Mudança Cultural em Goiânia**.1999. 254f. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de História, Universidade federal de Goiás, Goiânia, 1999.

OLIVEIRA, Ubiratan Francisco de. “**Marca d’ água**”: o ser e o existir do rural no espaço metropolitano de Goiânia. 2011. 132f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

PARK, Ezra Robert. **A cidade**. In: VELHO, Otávio Guilherme. (Org.). **O fenômeno urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. São Paulo. **Revista Brasileira de História**. V.27, n. 53 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000100002> Acesso em 10 set. 2013.

SANTOS, Boaventura de Souza. Modernidade, Identidade e cultura de fronteira. **Tempo Social**. Revista de Sociologia Da USP, São Paulo, v.5, p. 31-52, 1994. – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

SILVA, Clarinda Aparecida da. **Goiânia(s)**: representações sociais e identidades. 2012. 331f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

Documentos:

PDIG/2000. **Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (1992)**. Goiânia: IPLAN.

A MODERNIZAÇÃO DO CAMPO NA PERSPECTIVA DE PEQUENOS AGRICULTORES

Anísio José Pereira Filho

ajpf13@yahoo.com.br

Universidade Federal de Goiás-UFG

Mestre em História

Resumo

A partir da década de 1970, as regiões econômicas Oeste da Bahia e Médio São Francisco, margem esquerda do rio São Francisco, no passado conhecida como Além São Francisco, passaram por um processo de modernização da agricultura e receberam grandes projetos, que introduziram importantes mudanças na paisagem, na sociedade e na economia. A partir do caso do Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho (PEC-SR), construído para abrigar a população rural desalojada pela construção da barragem de Sobradinho, o presente trabalho, parte de dissertação de mestrado, pretende apresentar a visão de pequenos agricultores do Médio São Francisco sobre este processo.

Palavras-chave: PEC-Serra do Ramalho; modernização da agricultura; Médio São Francisco.

Abstract

From the 1970s, the economic regions of Bahia West and Middle São Francisco, left bank of the São Francisco River, formerly known as In San Francisco, went through a process of agricultural modernization and received large projects, which introduced important changes the landscape, society and the economy. From the case of the Special Project for Settlement of Serra do Ramalho (PEC-SR), built to house the rural population displaced by dam construction Sobradinho this study, part of dissertation, aims to present the vision of small farmers of Middle São Francisco on this process.

Keywords: PEC-Serra do Ramalho; modernization of agriculture; Middle São Francisco.

A partir da década de 1970, a região da margem esquerda do rio São Francisco na Bahia passou por um processo de modernização da agricultura e recebeu grandes projetos que introduziram mudanças de paisagem, social, econômica e cultural.

Um dos projetos implantados foi o Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho (PEC-SR), construído pelo INCRA, em convênio com a CHESF, para abrigar uma população de quatro mil pessoas desalojadas pela construção da barragem de Sobradinho. Numa área de 257 mil metros quadrados, no município de Bom Jesus da Lapa, o PEC-SR foi construído no modelo lote/agrovila; inicialmente previa-se a construção de dezesseis agrovilas, mas ao final construiu-se vinte e três. Cada família recebia um lote na agrovila de 20 por 60 metros com uma casa e um lote rural de 25 hectares, sendo 20 nas glebas das agrovilas e 5 na área de reserva do Projeto. Os "colonos" teriam ainda acesso a assistência técnica e crédito bancário, além de serviços urbanos como energia elétrica, abastecimento de água, escola e atendimento médico. Estes serviços não funcionaram a contento e as agrovilas tornaram-se um fiasco em termos de infraestrutura.

Além disso o PEC-SR impõe uma reorganização espacial e um tipo de vida que se choca com o modo de vida tradicionalmente vigente na região, sua instauração faz chegar a Serra do Ramalho novos valores e comportamentos. Este trabalho procura evidenciar aspectos da percepção que a população que vivia na região antes da construção do PEC-SR demonstrou ter do Projeto. Busca localizá-lo no contexto de modernização pelo qual passava a região.

Na década de 1970 esta região foi alcançada pelo processo de modernização da agricultura brasileira, que pode ser melhor definida como o avanço do capitalismo sobre o campo em nosso país. É o período de abertura de novas fronteiras agrícolas que incorporou áreas até então não integradas como o Centro-Oeste, a Amazônia e o Oeste da Bahia. Esta modernização abriu a região para o capital nacional e internacional e se realizou com a forte presença do Estado. Este último elaborou planos de desenvolvimento, políticas de crédito, incentivos fiscais fomentando a exploração da fronteira agrícola pela iniciativa privada.

No caso da região do Médio São Francisco, a ação do Estado tem como marco o ano de 1946 quando ocorre a inclusão na constituição, daquele ano, do artigo 29, das disposições constitucionais transitórias¹. De acordo com Sigaud (1988), o plano que se esboçou no final dos anos 1940 concebia o aproveitamento como uma integração da região ao resto do país, era um plano regional que visava a fixação da população; tratava-se de um aproveitamento total da região que não deveria se restringir a explorar elementos particulares.

Já na primeira metade da década de 1950 os objetivos do Estado em relação ao Vale começam a mudar. Inicia-se uma tendência a priorizar políticas de grandes obras, necessárias à criação de infraestrutura para a industrialização. A ênfase em transporte e energia leva o governo a abandonar investimentos na navegação em favor da construção de rodovias e a produção de energia elétrica insinua-se como prioridade (SIGAUD, 1988). A construção da barragem de Sobradinho na década de 1970, que não estava prevista no plano para o Vale, representa a consolidação da prioridade à hidreletricidade. Ela significou a ruptura com a concepção do Vale do São Francisco como uma unidade e com objetivos de desenvolvimento da região (SIGAUD, 1988).

Agripino Coelho Neto (2004), de certa forma, confirma esta interpretação de Sigaud ao tratar da trajetória da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), cuja criação resultou da implementação do artigo citado acima. Segundo ele, esta Comissão previa a difusão da irrigação entre os pequenos agricultores. Com a sua transformação em Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE), passa a privilegiar a colonização em perímetros públicos selecionados. Em 1974 a SUVALE transforma-se em Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) que orienta sua ação em favor da iniciativa privada (COELHO NETO, 2004). Assim, também no setor de irrigação, estudado por Coelho Neto, as ações do Estado no Vale voltam-se para o incentivo à modernização privilegiando a iniciativa privada.

¹ Este artigo estabelecia a utilização de 1% das rendas tributárias federais, no período de 20 anos, no estudo e execução de um plano de aproveitamento total das possibilidades econômicas do São Francisco e afluentes.

Conforme este autor, os programas de irrigação assumem caráter sistemático no Brasil a partir da década de 1960. Durante os governos militares o planejamento ganha força no âmbito do Estado, com a criação dos Planos Nacionais de Desenvolvimento. Principalmente no nordeste os programas de irrigação buscam o aumento da produção e da produtividade para promover a inserção regional nos moldes da acumulação ampliada do capital (COELHO NETO, 2004). No final da década de 1960 a irrigação pública ganha expressividade no Vale do São Francisco; com a criação da CODEVASF, em 1974, ele torna-se espaço privilegiado.

Na opinião de Coelho Neto, o movimento das políticas de irrigação aponta para uma maior presença do Estado, o avanço no planejamento e na institucionalização de normas. Mas, isso não evitou o privilégio à iniciativa privada, à modernização do campo, à vinculação da agricultura irrigada aos mecanismos de mercado. Tendo por base estes princípios, a infraestrutura da irrigação envolve, além de obras dentro do perímetro irrigado, a edificação de um aparato técnico que viabilize os fluxos de mercadorias; cria uma concentração espacial das técnicas, da produção e dos serviços no entorno de áreas selecionadas.

Assim, Coelho Neto (2004) demonstra o surgimento de uma nova espacialidade no Médio São Francisco com a implantação, pela CODEVASF, do Projeto Formoso, no município de Bom Jesus da Lapa, separado do PEC-SR somente pela BR-349. Ele mostra que o Projeto Formoso foi gradualmente orientado para a exploração dentro da lógica da racionalidade econômica, pautada em parâmetros de produtividade, competitividade, lucratividade. Um modelo de agricultura que exige aproximação com os mercados financeiros, de insumos e de produtos; uso de tecnologia e informação; construção de infraestrutura. Tal modelo exclui o pequeno produtor.

Outro aspecto deste modelo, discutido por Coelho Neto, é a seletividade espacial que ele promove. Os perímetros irrigados tornam-se ilhas de tecnologia e produção em meio a regiões carentes. Para mostrar isso o autor compara o Projeto Formoso exatamente com o PEC-SR. Segundo este autor, o projeto original do Formoso incluía parte da área onde se construiu o PEC-SR. Com as pressões pela alocação da população de Sobradinho e a destinação desta área para tal fim, a CODEVASF retirou-a dos planos

de irrigação. Para Coelho Neto isto prova que o projeto de irrigação não estava voltado para a população pobre, se aproximando de interpretação de Sigaud (1988). Assim, Serra do Ramalho se construiu sem irrigação enquanto o Projeto Formoso se fez irrigado.

O autor utiliza fotografias para mostrar o contraste entre os dois espaços e provar a sua tese sobre a seletividade espacial que o modelo de modernização produz. No Projeto Formoso aparece a disponibilidade de água, a densidade das técnicas e da ocupação produtiva da terra; enquanto no PEC-SR vê-se a mata seca e poucos resquícios de atividade produtiva. No primeiro percebe-se a presença do Estado por meio da destinação de recursos, assistência técnica, etc.; no segundo um aparente abandono. Serra do Ramalho, então, assume a função de fornecedor de mão-de-obra barata para o Projeto Formoso reproduzindo a situação que justificou a criação do projeto de irrigação (COELHO NETO, 2004).

Clóvis Santos (2007), utilizando uma abordagem histórico-sociológica, estudou a incorporação do Oeste da Bahia, no final dos anos 1970, ao ciclo da agricultura moderna. Em sua análise, a agricultura capitalista provocou mudanças substanciais na estrutura produtiva e implicou na incorporação de novos grupos sociais externos à região e ao estado, que constituíram novas identidades, interações e formas de organização. Surgiu no Oeste nova configuração econômico-social que, se trouxe avanços econômicos, acentuou as desigualdades econômicas e sociais entre os espaços e grupos sociais. Este autor insere este processo, que se desenvolvia no Oeste baiano no contexto mais amplo, demonstrando que a modernização da agricultura fazia parte de um movimento que abrangia todo o país, impulsionado pelos governos autoritários. Mostra ainda que o estado da Bahia também se modernizava, num processo de criação e expansão da indústria que se iniciara desde a década de 1950.

A modernização do Oeste baiano se deu com a chegada dos “gaúchos”, o investimento de capital inclusive internacional, o desenvolvimento de estudos, a farta disponibilidade de créditos. Para Santos (2007), desencadeou-se um processo econômico com características excludentes e desiguais que provocou a concentração da renda, da produção regional, além de ter agravado a concentração da terra; como

resultado, a migração de camponeses, a sua proletarização, o aumento do desemprego. A instauração do aparato moderno aconteceu de forma localizada criando diferenciações no espaço regional. Esta reconfiguração espacial foi feita sem considerar as estruturas pré-existentes. Isso, mais a abertura da região para a chegada de pessoas de diversas partes, gerou conflitos de identidades. A modernização promoveu também rearranjos nos grupos dominantes locais. Enfim, o estudo de Clóvis Santos dá a ver as profundas transformações pelas quais passou uma região antes “esquecida” pelos centros de poder, onde predominava a cultura tradicional camponesa, que foi alcançada pelos interesses do capitalismo na sua versão agrícola.

Para Avelino Miranda (2000), o processo modernizador em Correntina, um dos municípios estudados por Santos (2007), foi favorecido, além da ação do Estado, pelos preços baixos da terra, a situação ambígua em relação à dimensão e limites das propriedades, à vulnerabilidade das terras devolutas e de posseiros. A modernização representou o rompimento com a ordem tradicional, incidindo sobre o modo de vida e valores. Trouxe uma série de problemas sociais como o aumento da grilagem e consequente aumento da concentração fundiária; a migração de camponeses para as cidades ou a sua transformação em assalariados e desempregados; a redução na oferta de produtos alimentícios como os cereais, o que levou ao encarecimento destes produtos.

No final dos anos 1980, foi apresentado à Câmara dos Deputados o projeto para a criação do Plano Diretor de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (PLANVASF), que previa a realização de projetos de irrigação, formação de empresas, intervenção na atividade pesqueira e na produção e beneficiamento de grãos (CARVALHO, 1995). O projeto, elaborado pelo governo brasileiro em convênio com a Organização dos Estados Americanos (OEA), foi apresentado à Câmara pelo deputado baiano Prisco Viana, que tinha fortes interesses na região; e tornou-se a Lei nº 2093 de 1991 (CARVALHO, 1995).

Na opinião de Carvalho (1995), que estudou a comunidade negra do Rio das Rãs, na margem direita, esse processo de intervenção do Estado na região provocou o aumento da pressão sobre a terra ocupada por comunidades negras secularmente.

Muitos fazendeiros passaram a reivindicar o seu direito sobre a área fazendo eclodir um importante conflito.

Para Ely Estrela (2011), as intervenções do Estado no Vale provocaram profundas transformações repercutindo nesta área com o rompimento do isolamento secular da região, a ligação aos centros mais dinâmicos do país, urbanização, formação de uma classe média ligada ao setor de serviços e de uma burocracia do Estado; apesar disso, essas mudanças foram insuficientes no combate à pobreza. Para esta autora, persistiram a hierarquização social, as desigualdades, a burguesia se fortaleceu, surgiu uma classe média, não houve a criação de número significativo de empregos. Ela constata que a chegada do agronegócio na região em princípios dos anos 1980 fez com que as pressões e agressões dos fazendeiros se tornassem mais intensas; os fazendeiros passaram a pressionar seus antigos agregados, meeiros e posseiros cerceando a liberdade destes sujeitos e impondo-lhes condições inaceitáveis.

Em Serra do Ramalho os camponeses também sentiram os efeitos deste processo. Os entrevistados que falaram das disputas com fazendeiros deixam claro que as pressões aumentaram a partir da década de 1970. Um deles contou que ficou ilhado, pois o fazendeiro comprou as terras de todos os seus vizinhos, pressionando-o para que também vendesse a sua. Os resultados dos estudos citados mostram que o PEC-SR foi uma ação entre várias no processo de modernização pelo qual passava a região. Na década de 1970 esta área foi percebida como uma nova fronteira que se abria para o capital, talvez este tenha sido um fator importante na sua escolha para abrigar as agrovilas. Os estudos deixam claro também que o modelo de modernização que se estabeleceu não tem a população como uma preocupação, está voltado para a garantia de interesses de grupos nacionais e internacionais.

Além dos aspectos sociais apontados por esses autores, os pequenos agricultores da Serra do Ramalho levantam questões que mostram transformações das bases culturais do seu mundo. Pretende-se aqui apontar as principais.

Ao falarem do PEC-SR os agricultores estabelecem uma disputa em torno do passado através da construção de versões sobre a vida na região que variam de acordo com a avaliação que fazem do Projeto. Ruben Siqueira (1992), estudando os

camponeses de Sobradinho, chamou isso de idealização do passado. Ou seja, os camponeses, ao se referirem ao tempo anterior à construção da barragem, exageram em características como a harmonia social, a fartura na produção, etc. Este passado idealizado serve como contraponto do presente, é sua imagem em negativo que serve para o entrevistado ressaltar a situação presente. Ely Estrela (2004) também percebeu isso entre seus entrevistados em Sobradinho e em Serra do Ramalho.

Dar *status* de verdade à leitura do passado é uma estratégia central na argumentação dos entrevistados. Os agricultores, então, escapam à prescrição das agências, que partem da tentativa de homogeneizar o tempo e apagar o passado e, contrariamente a elas, repõem o passado instituindo significados opostos àqueles ditados pelo Estado, eles voltam-se para este passado enfatizando exatamente a sua heterogeneidade. O tempo com o qual operam é o tempo da memória.

Assim, em Zé Catarino², o lugar antes do INCRA, era atrasado, marcado pela violência das disputas por terra; as casas eram de enchimento, ou lona; o povo não tinha conhecimento: “O povo era agoniado, com medo, ninguém queria... quando via um carro do INCRA na estrada o povo entrava pra dentro do mato, com medo”; era um lugar isolado com muita dificuldade de transporte, andavam a pé, de jumento, a cavalo; a água era salgada: “... a gente morava lá no Tabuleiro, no Taquari, no Pimenta, no Boqueirão, nesse meio de mundo aí tudo, meu amigo, era um sofrimento! Era sofrimento!”.

Já em Alcino, os períodos anteriores à chegada do INCRA são marcados pela “união”, pela ordem e ajuda mútua:

Não meu filho! Antes das agrovilas não era assim não. Todo mundo tinha as coisa. Quem roubasse ia punido, era só roubar ia em Bom Jesus da Lapa dá queixa ia punido sim, né. Mas depois do INCRA não tinha autoridade de coisa nenhuma, o INCRA só foi desapropriar terra, lesar o povo na forma indenizatória e não resolvia nada.

² Os nomes de todos os entrevistados no corpo do texto são fictícios, conforme prevê Termo de Consentimento Livre e Esclarecido submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa da UFG.

É curioso que as dificuldades expostas por Catarino não são desconsideradas por Alcino. Ele fala de todas elas, mas o que difere é como são percebidas. Ele ressalta a fertilidade das terras; a riqueza das matas: “montanha, muita mata alta, cultura de primeira... e muitos animais selvagens como bem a onça... tatu, tudo tinha...”; a produtividade da agricultura; a riqueza de povoados como Taquari.

Este tipo de relação com o passado parece ser o padrão entre os camponeses submetidos à modernização. Mais do que uma mistificação, como quer Avelino Miranda (2000), trata-se de uma estratégia para lidar com a transformação do seu mundo. A tradição, na concepção de Woortman (1990), não é um passado que sobrevive de forma estática no presente, ela é dinâmica, cria possibilidades de futuro. O que está em jogo são as disputas do presente, o passado é construído nesta conjuntura, colocado a serviço de interesses.

Ainda sobre esse aspecto temporal, chama atenção na entrevista de Alcino a sua reivindicação de precedência. Afirma constantemente que quando o INCRA chegou, ele já estava lá em cima da serra: “já me achou lá”. Quando vai falar da chegada do INCRA começa por sua própria chegada, com isso ressalta o fato de ter chegado antes. Fica a impressão de que esta sua antecedência em relação à criação do Projeto é bem longa. Mas é de se observar que este tempo longo na narrativa é só de três anos na cronologia. Alcino opera um alargamento do tempo que dá suporte a seu argumento de direito sobre a terra.

Outro ponto chama atenção quanto ao aspecto temporal. A chegada do INCRA inaugura um novo tempo para os dois, mas com significados diferentes. Pode-se dizer que para Catarino tem início o tempo do progresso. Surge na região uma infraestrutura que dá desenvolvimento para o lugar. Assim, Zé Catarino pode ser tomado como exemplo de que as ideias trazidas pelo INCRA, disseminadas através de propaganda, encontraram eco entre os camponeses. E a assimilação destas ideias não significa uma alienação por parte do camponês, muito pelo contrário, o que está em jogo são interesses. No caso de Catarino, a aprovação ao Projeto liga-se intimamente com a sua condição de posseiro e o recebimento de um lote e uma casa, além de ter travado

relações próximas com as autoridades do Projeto tornando-se uma liderança, parte deste grupo.

Toda a interpretação e atitudes de Catarino em relação ao PEC-SR mostra que a sociedade tradicional camponesa longe está de ser um todo homogêneo, estático; ela apresenta uma grande diversidade e dinâmica. Isso evidencia o equívoco contido na visão predominante que as agências construíram do mundo tradicional. Mesmo longe dos grandes centros, morando em lugares de difícil acesso, esses agricultores possuem aspirações, mantém uma relação crítica com o mundo, não têm pavor pelo desconhecido. Eles percebem que a modernização traz avanços imprescindíveis para sua vida. Até Alcino, que desaprova o PEC-SR, deixou claro que ele trouxe melhorias para a região, sobretudo as “vias de comunicação”. Praticamente todos os camponeses reconhecem os avanços materiais trazidos pelo Projeto, seria ingenuidade pensar que eles gostariam de manter a estrutura material de seu modo de vida tradicional, isolar-se do mundo. Querem se integrar ao resto do país e desfrutar do conforto material que o progresso alcançou. Para alguns camponeses os avanços trazidos pelo PEC-SR foram insuficientes; para Zé Catarino, o Projeto inseriu de vez Serra do Ramalho no tempo do progresso.

Já para o senhor Alcino, a chegada do INCRA dá início a um tempo marcado pela perda. Inicia-se o “tempo do militar”, “um tempo duro”. A “união” que existia foi substituída pela presença “desse povo *dos invasor-posseiro*”, Serra do Ramalho “só virou cúmulo de ladrão”. Com a desapropriação, “entrou uma praga! Até a chuva suspendeu...”. Alcino recorre a uma concepção de mundo bastante presente na cultura camponesa para explicar a ruptura que o PEC-SR criou em seu mundo. A característica que mais a particulariza em relação a uma concepção racional, científica, moderna, é que nesta concepção camponesa não há uma separação tão nítida entre o natural e o sobrenatural. As fronteiras entre estes dois mundos nunca são bem definidas, estanques ou dicotômicas. São, antes de tudo, fluidas, móveis e complementares. O que acontece no mundo natural interfere no sobrenatural e vice versa.

A literatura sobre a região oferece exemplos dessa concepção em funcionamento no coronelismo (SOUZA, s/d), na medicina popular (PIERSON, 1972), ou disseminada

nas várias dimensões da vida (FREITAS, 1999). Esta mesma concepção foi percebida por Frederico Neves (1998) entre os camponeses ingleses do século XVIII estudados por Thompson, que explicavam a escassez pela qual passavam como punição divina sobre os pecados cometidos pela comunidade. A partir da sua etnografia entre sitiantes de Sergipe, Woortman (1990) chamou atenção para o fato de que nesta concepção a ordem moral explica não só as relações entre os homens, mas também a “realidade metafísica”. A seca aparece como castigo de Deus para punir a maldade dos homens.

Assim, a chuva, um fenômeno meteorológico, é considerada um ente sobrenatural, praticamente sagrado, a sua ocorrência ou não está intimamente ligada à ordem moral, ela pode ser considerada um elemento que confirma ou não a reciprocidade entre o mundo dos homens e o mundo sobrenatural. Os comportamentos que infringem a ordem moral - desrespeito ao matrimônio, o roubo indiscriminado, a corrupção, o uso de drogas ilícitas - que, segundo Alcino, instauraram-se na Serra do Ramalho com a chegada do INCRA, provocam o rompimento com essa reciprocidade e o consequente castigo da falta de chuva. Esse dado é central para compreendermos o significado do PEC-SR para Alcino, as agrovilas representam a “destruição total”.

A construção das agrovilas impõe a reorganização das relações no novo espaço, o que coloca questões que vão além do mundo material. Marta diz que hoje em dia, “eu não saio, eu não saio pra lugar nenhum, é aqui... é difícil eu ir até num divertimento eu não vou, tem vaquejada eu não vou, tem festas aí eu não vou. Eu não vou em lugar nenhum não... e saí de noite eu não saio porque mo’de eu vim por aí aqui sozinha”. Sobre a sua terra natal, Zeca afirma: “é um povoadozinho pequeno, mas lá esse povo que tá com a cabeça branca igual a minha, nós andava brincando por ali por aquelas estrada, então me conhece desde essa época. E aqui ninguém me conhece”. Ressalta-se que ele mora em Serra do Ramalho há vinte e seis anos.

Elísio diz que Serra do Ramalho “é muito diferente da realidade da gente. Todo mundo que cê conversa cê vê dizendo que aqui era diferente demais”. Muita gente saía porque “aqui era meio estranho, o pessoal cada um vem de um lugar e as pessoas não se davam uns com os outros e aí teve muitos desentendimentos...” Comparando as festas em sua terra e na agrovila ele diz: “vi! era totalmente diferente, era difícil ter festa [na



agrovila] e quando tinha sempre o povo tinha medo de ir, era uma violência muito grande, naquele tempo tinha muita violência”. A sociabilidade na agrovila foi difícil: “é bem diferente, gente não conseguiu entrosar, nem mesmo no futebol eu consegui entrosar aqui, é tudo diferente, tudo muito diferente da gente”.

Marta diz que o PEC-SR “... tirou aquela coisa que a gente tinha, que a gente saía, podia procurar uma abelha pra tirar um mel, podia caçar um tatu, não tem mais nada de caça... e mesmo se tivesse ninguém ia porque cada um tem o seu e ninguém quer que entra dentro, né”. A entrevista de Marta é pródiga para perceber o choque entre a concepção comunitária tradicional e o modelo de vida fundado no individualismo instaurado pelo PEC-SR. A sua narrativa inicia com a vida em Serra do Ramalho antes da chegada do INCRA. É uma narrativa entusiástica, com muito riso e um momento de choro, onde fica claro um tipo de vida em comum. A pergunta sobre a chegada do INCRA e o início dos trabalhos para construção do PEC-SR marca um ponto de inflexão. Ela faz uma pequena pausa, o semblante muda e a resposta é: “na chegada do INCRA aí é como se diz, eu não sei bem... sei falar da minha parte, agora da parte dos outros eu não sei”. O PEC-SR rompe os elos da vida em comum, ela que sabia falar sobre a vida de todos nos tempos anteriores, não sabe mais das vidas, elas não compartilham mais. Agora, “cada um tem o seu e ninguém quer que entra dentro, né”. A pesquisa de Medeiros (2007) sobre a hidrelétrica Corumbá IV em Goiás levanta uma questão importante: a da compensação pela perda de valores imateriais. É exatamente essa questão que Marta coloca, seguindo Medeiros podemos perguntar: quanto custa “aquela coisa que a gente tinha” que o PEC-SR tirou? Qual o padrão para avaliar este valor? E que medidas são necessárias para “compensar” isso? O modelo de progresso e desenvolvimento consagrado não considera estas questões, não dispõe de instrumentos para respondê-las.

REFERÊNCIAS

AMORIM, José Oliveira. *José Oliveira Amorim (Zé Marinheiro) (depoimento, 2011)*. Goiânia, Universidade Federal de Goiás, 2011. 15 p.

BASTOS, Geraldo Olegário Ribeiro. *Geraldo Olegário Ribeiro Bastos (depoimento, 2012)*. Goiânia, Universidade Federal de Goiás, 2012. 11 p.

CAMPOS, Joaquim Rodrigues. *Joaquim Rodrigues Campos (depoimento, 2012)*. Goiânia, Universidade Federal de Goiás, 2012. 15 p.

CARVALHO, José Jorge (org). *O quilombo do Rio das Rãs: histórias, tradições, lutas*. Salvador: EDUFBA, 1995.

COELHO NETO, Agripino Souza. *As repercussões espaciais das políticas de irrigação no Vale do São Francisco: uma análise do Projeto de Irrigação Formoso no Município de Bom Jesus da Lapa (Ba)*. Dissertação (mestrado em Geografia). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2004.

ESTRELA, Ely Souza. Nas brechas da lei: remanescentes de quilombos, luta pela terra e memória no território da Fazenda Volta (Bom Jesus da Lapa – Bahia). In: MOTTA, Márcia. SECRETO, Maria Verónica (ORGs.). *O direito às avessas: por uma história social da propriedade*. Guarapuava: Unicentro; Niterói: EDUFF, 2011.

ESTRELA, Ely Souza. *Três felicidades e um desengano: a experiência dos beraderos de Sobradinho em Serra do Ramalho-BA*. Tese (doutorado em história). São Paulo: PUC, 2004.

FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de. Oeste da Bahia: Formação Histórico-Cultural (Primeira parte). Salvador: *Cadernos do Ceas*, n. 181, maio/junho de 1999.

MEDEIROS, Rodrigo Augusto Lima de. *Construção de significados no evento-situacional usina hidrelétrica Corumbá IV: desapropriação, reordenamentos e formação de uma ordem moral*. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais). Brasília: UnB, 2007.

MIRANDA, Alcides Bispo de. *Alcides Bispo de Miranda (depoimento, 2011)*. Goiânia, Universidade Federal de Goiás, 2011. 33 p.

MIRANDA, Avelino Fernandes de. *Tradicionalismo e modernização*. Goiânia: Editora da UCG, 2000.

MONTEIRO, José Vitorino. *José Vitorino Monteiro (depoimento, 2011)*. Goiânia, Universidade Federal de Goiás, 2011. 17 p.

NEVES, Frederico de Castro. Economia moral *versus* moral econômica (ou: o que é economicamente correto para os pobres?). In: *Projeto história*. n. 16. São Paulo: PUC, Fevereiro de 1998. p. 39-57.

OLIVEIRA, Erundina Ferreira de. *Erundina Ferreira de Oliveira (depoimento, 2012)*. Goiânia, Universidade Federal de Goiás, 2012. 20 p.

PEREIRA, Anízio José. *Anízio José Pereira (depoimento, 2011)*. Goiânia, Universidade Federal de Goiás, 2011. 23 p.

PIERSON, Donald. *O homem no vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Ministério do Interior/Superintendência do Vale do São Francisco, 1972. 3 Tomos.

REIS FILHO, João Gomes dos. *João Gomes dos Reis Filho (depoimento, 2011)*. Goiânia, Universidade Federal de Goiás, 2011. 13 p.

SANTOS, Arnaldo de Castro. *Arnaldo Pataxó (depoimento, 2011)*. Goiânia, Universidade Federal de Goiás, 2011. 18 p.

SANTOS, Elias de Jesus. *Elias de Jesus Santos (depoimento, 2012)*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2012. 04 p.

SANTOS, Clóvis Caribé Menezes. *Oeste da Bahia: modernização com (des)articulação econômica e social de uma região*. Tese (doutorado em Ciências Sociais). Salvador: UFBA, 2007.

SIGAUD, Lygia. Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. In: ROSA, Luiz Pinguelli. SIGAUD, Lygia. MIELNIK, Otávio. (orgs.) *Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares: aspectos econômicos, tecnológicos, ambientais e sociais*. Rio de Janeiro: COPPE. São Paulo: Marco Zero, 1988.

SIQUEIRA, Ruben Alfredo de. *Do que as águas não cobriram. Um estudo sobre o movimento dos camponeses atingidos pela Barragem de Sobradinho*. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 1992.

SOUZA, Francisco Pereira. SANTOS, José Carlos dos. *Francisco Pereira Souza & José Carlos dos Santos (depoimento, 2012)*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2012. 13 p.

SOUZA, José Evangelista de. *O sertão de Cocos na Bahia: uma miragem no oeste*. Brasília: arte e movimento, s/d.

WOORTMAN, Klaas. “Com parente não se neguceia”: o campesinato como ordem moral. In: *Anuário Antropológico*. N. 87. Brasília: Editora UnB, 1990. p. 11-73.

A ALEGORIA DO FEMININO E A OBRA DE ALMEIDA JÚNIOR (1850-1899)

Anna Paula Teixeira Daher
aptd78@gmail.com
Universidade Federal de Goiás
Especializanda em História Cultural

Resumo

A presente comunicação aborda a produção da pintura alegórica no final do dezenove, tendo como exemplo a obra “Alegoria da Pintura”, de José Ferraz de Almeida Júnior (1850-1899). Explora vários sentidos do conceito de alegoria, diferenciando-a da concepção de símbolo e evidenciando a prática de representações alegóricas no período acadêmico, além de discutir os sentidos das representações do nu feminino.

Palavras chave: Almeida Júnior; alegoria da pintura, nu feminino.

Abstract

This communication shows the production of allegorical painting at the end of 19th century, taking as an example the work "Alegoria da Pintura" by José Ferraz de Almeida Júnior (1850-1899). Explores various meanings of the concept of allegory, distinguishing it from the concept of symbol and showing the practice of allegorical representations during academic period. Besides, it discusses the meanings of the portrayal of the female nudity.

Key Words: Almeida Júnior, allegory of painting, female nude.

O pintor José Ferraz de Almeida Júnior (1850-1899) embora tenha tido um curto período de produção artística, deixou obra de temática variada (muitas vezes não convencional) e estética impecável; abrangendo retratos, pinturas históricas e de gênero, naturezas mortas e passando pela pintura alegórica, sendo esta última escolha muito natural para um pintor com a sua formação acadêmica (foi aluno da Academia Imperial de Belas Artes, no Rio de Janeiro e da Escola de Belas Artes de Paris¹).

É o que esclarece Maria Cecília França Lourenço (LOURENÇO, 2007, pg. 85):

¹ O artista estudou na Academia Imperial de Belas Artes entre 1869 e 1874, e na *École* de Paris entre 1876 e 1882.

O autor de *A pintura (alegoria)* (PESP, 1892) realiza alguns temas alegóricos, como recomendavam as academias, pois essa temática cumpre finalidades de apresentar valores muitas vezes morais, culturais e edificantes, entre outros.

E continua (LOURENÇO, 2007, pg. 186):

(...) para introduzir o tema, *A pintura (alegoria)* (PESP, 1892), o artista coloca de forma sintética as unidades indispensáveis para tal prática, segundo os padrões naturalistas da época: o cromatismo variado, simbolizado na paleta e nos pincéis, mantidos pelas mãos e pelos braços elevados da moça, firmando uma posição destacada na hierarquia da tela; a observação rigorosa do natural, presente no estudo anatômico.



A pintura (alegoria)

1892

José Ferraz de Almeida Júnior

Óleo Sobre Tela 250x225 cm

Pinacoteca do Estado de São Paulo² - São Paulo

² Transferência do Museu Paulista, 1947. Doado ao Museu Paulista pelo Conde de Lara em 1931.

Do grego *allegoria*, a palavra significa "dizer o outro", e como conta Carlos Ceia (CEIA, 1998) "veio substituir ao tempo de Plutarco (c.46-120 d.C.) um termo mais antigo: *hypónoia*, que queria dizer significação oculta".

A alegoria, que para Winckelmann (*apud* MATTOS, 2011, pg. 75) é "um esclarecimento dos conceitos através de imagens", não se confunde com o símbolo.

Segundo Walter Benjamin (*apud* CANTINHO, 1998, pg. 02), a alegoria se apresenta como uma escrita imagética na qual podem ser decifrados os sinais que nela são inscritos. O símbolo, lembra Marcelo Pereira (PEREIRA, 2007, pg. 48/49), é a própria ideia em sua forma sensível, corpórea.

O símbolo usa a imagem de forma direta, pretendendo apresentar uma significação clara, como a cruz e o Cristo morto. Na alegoria essa relação é mais sinuosa, e depende de uma construção mais detalhada que cabe ao observador. A alegoria pretende, com o uso da imagem, falar de uma terceira coisa e não de si própria. O símbolo fala de si.

Para Almeida Júnior (1850-1899), flutuando em uma névoa aquosa, a pintura é uma mulher. Uma deusa que evoca a Vênus (*O nascimento da Vênus*, de 1486) de Botticelli (1445-1510). Ela emerge nua de um ambiente seminal, fruto de um ato fecundante. Seus cabelos comportam temporalidades paradoxais. Ora evocam as sobrevivências revoltas de um tempo em conflito, ora denotam a moda das mulheres em torno da vida e da época do pintor. Seu gesto não é o do auto reconhecimento, mas o da proclamação. A paleta com as cores anuncia, ao alto, o que há de maior valor no corpo da deusa: o ato pictórico. Braços, pernas, e todo o seu corpo de escultura clássica evoluem, impalpáveis, e carregam ao céu este sentido maior do tema da pintura: arranjo intraduzível em que se tocam imanências e transcendências, em uma representação alegórica-mito-simbólica que valoriza o tema.

Maria Cecília França Lourenço, ao analisar a obra, frisa (LOURENÇO, 2007, pg 186):

O fundo da superfície pictórica sugere uma cena em espaço evanescente e atemporal, como se coubesse à arte se sobrepor ao

modismo passageiro; o cabelo, que atravessa o corpo na diagonal e nas duas laterais, se apresenta por linhas contrastantes com as fracionadas pinceladas; estas compõem significativa variedade, gestuais e rítmicas, especialmente na parte inferior.



O Nascimento da Vênus - detalhe
1482
Sandro Botticelli
Têmpera sobre tela 172.5 x 278.5 cm
GalleriaDegliUffizi- Florença



A pintura (alegoria) - detalhe
1892
José Ferraz de Almeida Júnior
Óleo Sobre Tela 250x225 cm
Pinacoteca do Estado de São Paulo - São Paulo

Almeida Júnior (1850-1899) provavelmente também foi muito influenciado pela obra *Nascimento de Vênus* (c. 1863), do seu mestre Alexandre Cabanel (1823-1889).

Nessa obra, a Vênus, cercada de criaturas aladas, dorme sob as ondas do mar, os cabelos longos e cacheados (também remetendo aos da obra de Boticelli), sobre o corpo cor de alabastro - este em primeiro plano³, se misturam à água, como se fossem um só.

Acerca de Cabanel (1823-1889) e Almeida Júnior (1850-1899), André Toral (TORAL, 2007) explora:

Ao visitar o Salão de 1863 Napoleão III ficou tão encantado com o "Nascimento de Vênus" (1863) que decidiu comprá-lo de imediato. Almeida Júnior buscava a proximidade com essa pintura comercialmente bem sucedida, ao mesmo tempo em que procurava aproximar-se de uma postura Naturalista, uma forma ousada de

³ Na obra de Cabanel, o mar e os anjinhos que acompanham a deusa são nada mais que meras formas ornamentais acentuando as curvas espiraladas e flexuosas do nu, que imitam o movimento das ondas (MIGLIACCIO, Luciano. "Moema cujo amor as ondas não apagaram. A Moema de Rodolfo Bernardello: história de uma imagem". In *Arte Brasileira na Pinacoteca do Estado de São Paulo Do século XIX aos anos 1940*. Org. Taísa Palhares. São Paulo: Cosac Naify/Imprensa Oficial/Pinacoteca, 2009).



pintura tendo em vista seu desrespeito pelos cânones enrijecidos do formato acadêmico tradicional. Ao grande formato das obras que abordam o interior paulista (obras de maior fôlego) contrapõe-se o varejo dos retratos de pequeno formato. A obra de Almeida Júnior parece refletir essa audácia contida, esse hesitar entre caminhos já trilhados na Europa e que ele procura refazer na sua pátria, sempre limitada pela necessidade de viver de uma pintura compreensível pelos compradores.



O nascimento de Vênus

c. 1863

Alexandre Cabanel

Óleo Sobre Tela 130 x 225 cm

Musée D'Orsay - Paris

Cabe lembrar que as mulheres do dezenove tinham comumente longos cabelos, como os da pintura, e era esse o caso de Rita Ybarra, que foi a mãe do único filho de Almeida Júnior (1850-1899), Mário:

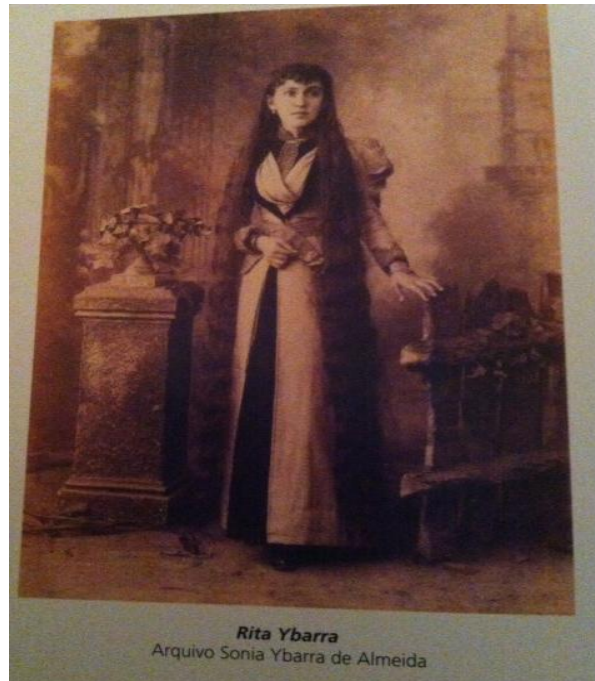


Foto retirada do Catálogo da exposição Almeida Júnior: um criador de imaginários, realizada na Pinacoteca do Estado de São Paulo em 2007 (pg. 188)

No caso da *Alegoria da Pintura* (1892) de Almeida Júnior (1850-1899), o tema é a epítome da pintura acadêmica, mas, como destaca Lourenço (LOURENÇO, 2007, pg. 187), "a pintura, para o ituano, estaria talvez acima da moral vigente, das conveniências e das convenções", pois a sua visão da pintura não se encontra dentro das normas da academia, ao contrário.

Tampouco a sua representação do nu foi feita dentro dos limites apresentados à época, pois, como nos lembra Stephanie Batista, houve uma crise de representação do nú na segunda metade do século XIX (BATISTA, 2011), "os nus acadêmicos do século XIX, contudo, procuraram abolir o erotismo, substituindo-o pelo cientificismo no desenho, e, na pintura, pelo artificialismo ou pela distância espacial-temporal do tema escolhido".

De acordo com Ripa (*apud* DINIZ, 2011, pg. 155) "a fórmula da alegoria da pintura é uma senhora vestida com cores brilhantes, usando um longo cordão de ouro com um medalhão em forma de máscara, segurando na mão esquerda a paleta e, na direita, o pincel".

A obra de Frans Van Mieris (1635-1681) é um exemplo clássico:



Pictura (uma alegoria da pintura)

1661

Óleo sobre Cobre
Frans Van Mieris
Coleção Privada

Existem várias amostras de alegorias da pintura, criados sob a influência de diversos movimentos artísticos. Embora muitos deles de fato não sigam essa "receita" de como produzir uma alegoria da pintura, apresentando suas particularidades, não se vê outra representação como a de Almeida Júnior (1850-1899), onde a figura é dona de uma sensualidade veemente e surge da espuma, quase que como conjurada das águas em toda sua gloriosa nudez.

Mesmo nas representações onde há nudez, esta é parcial, envolta em panos, apenas uma sugestão de sensualidade, como nos casos das alegorias de François Bouchet e Giovanni Pellegrini.

O quadro de Domenico Corvi, *Alegoria da Pintura* (1764), traz um cupido segurando um espelho, que denota sua influência barroca: "o grande axioma do barroco é ser e ver. O olho barroco atribui primado ao dispositivo ótico. Pintura da pintura, espelho de imagens: a visão alegórica põe em cena o próprio ver" (PEIXOTO, 2004, pg. 109).

Já a obra de Artemísia Gentileschi, *Auto retrato como alegoria da pintura* (1630) traz a própria artista como a pintura. O rosto banhado em luz, enquanto ela, inclinada e muito concentrada, pinta algo invisível ao espectador.

Com efeito:

a construção da imagem alegórica constitui-se na recuperação mitológica da corporalidade no olhar estético, pois “o corpo, não sendo uma entidade natural e sim um fato de cultura”, faz-se de estético em erótico, por meio da proibição transgredida do desejo e do olhar sobre ele. O olhar sobre a imagem, nesse sentido, transforma-se também num desejo sobre a imagem, de modo que a construção das imagens simbólicas, metafóricas e/ou alegóricas é uma incitação a um desejo que é primordial e que não será satisfeito materialmente. (EDOARDO, 2009).



Auto-retrato como Alegoria da Pintura

c. 1630

Artemisia Gentileschi

Óleo Sobre Tela 96,5 x 73,7 cm

Royal Collection - Windsor



Alegoria da Pintura

1764

Domenico Corvi

Óleo Sobre Tela 60.5 x 73.3 cm

Walters ArtMuseum - Baltimore



Alegoria da Pintura

1730

Giovanni Antonio Pellegrini
Óleo Sobre Tela 143 x 132 cm
Galleria Dell'Accademia - Veneza



Alegoria da Pintura

1765

François Boucher
Óleo Sobre Tela 102 x 130 cm
National Gallery of Art - Washington D.C



Alegoria da Pintura e da Arquitetura

c. 1620

Francesco Rustici
Óleo Sobre Tela
Galleria Degli Uffizi - Florença



Alegoria da Pintura

Franz Dvorak

Essa representação de mulher livre, satisfeita e sedutora não é a regra, como lembram Aline Carmes Krüger e Sandra Makowiecky (2010):

Na maioria das figuras e figurações da mulher na história da arte há sempre algo da idealização romântica na figura da mulher, como um arquétipo do que se imagina, almeja, circunscreve, localiza, confina, maravilha ou santifica; muitas vezes conforme a imaginação masculina, com a qual também tem sido construída a auto imagem feminina.

Teria Almeida Júnior (1850-1899) se inspirado nas artes visuais do Antigo Regime que, como aponta Jorge Coli (COLI, 2004), centrava na representação das mulheres o caráter erótico? Ou pretendeu o artista tão somente reproduzir a nova visão que surgia em relação às mulheres no final do dezenove?

Mas não teria a obra características românticas, de uma mulher enigmática e misteriosa? Uma mulher que, embora livre de crueldade, outra característica da mulher romântica também lembrada por Coli (COLI, 2004), gera temor e erotismo, juntamente com o desejo?

O nu tem sido representado⁴ das mais diversas formas ao longo dos tempos, inclusive (ou principalmente?) o nu feminino. Há esculturas primitivas de mulheres nuas, esculturas greco-romanas e um período de desaparecimento quase total durante a Idade Média⁵.

Com o Renascimento⁶ ressurgem os nus, que aparecem das mais diversas formas até os dias de hoje e proliferaram as academias⁷ de arte, ambiente no qual Almeida

⁴O corpo representado nunca é um corpo real, ao mesmo tempo, a representação se refere à nossa experiência vivida; ademais, essa experiência não é apenas visual, já que pode ocupar todos os sentidos. (BATISTA, Stephanie Dahn. O corpo falante: Narrativas e inscrições num corpo imaginário na pintura acadêmica do século XIX. 19&20, Rio de Janeiro, v. VI, n. 1, jan./mar. 2011. Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/obras/corpo_academia.htm).

⁵ O nu desapareceu quase totalmente da história da arte ocidental durante séculos. O corpo aparecia sempre embaixo dos panos sem relevos, com pregas hirtas e volumes ausentes. Nus, e tampando-se depois de comer a maçã, Adão e Eva era a única nudez concebível na Idade Média. Os corpos mal esboçados encontravam-se representados em igrejas ou nas portas e na face dos túmulos (HAYEK, Thais Fernanda Martins. *Transformações do nu feminino no século XIX*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa Interunidades de Estética e História da Arte da Universidade de São Paulo, 2007, pg. 17).

⁶ A partir do século XIV, os nus começam a surgir na arte novamente através das representações de banhos. Nus também apareceram os eleitos do Juízo Final, estes libertos do pecado, porque é esse corpo o próprio vestuário do homem. (HAYEK, Thais Fernanda Martins. *Transformações do nu feminino no*

Júnior (1850-1899) obteve sua formação artística e que colocavam colocando como premissa o belo, a perfeição, a visão platônica da antiguidade clássica (HAYEK, 2007, pg. 27), mesmo no final do século XIX, quando a arte já sofrera muitas influências e transformações:

(...) artistas como Delacroix e Courbet abriram o século XIX. Eles trataram da feminilidade já carregada de sua própria humanidade, abrindo caminhos para que Manet libertase a autonomia da arte, deixando evidente seus contornos. Assim para Degas, as portas das cores livres já teriam sido derrubadas, e Toulouse-Lautrec levou a ausência do mito à ausência do despudor.

Deste período em diante não mais foi necessário vestir-se de roupagens gregas e heroísmos romanos (...).

Mas o símbolo não se extingue e o mito insere-se no humano, a feminilidade nua gera um vasto repertório mítico e também um retorno ao imaginário de Satã. (HAYEK, 2007, pg. 31/32).

Mas se o imaginário faz parte de um campo de representação e, como expressão do pensamento, se manifesta por imagens e discursos que pretendem dar uma definição da realidade. (MAKOWIECKY, 2003), o que pretendia Almeida Júnior (1850-1899) com sua alegoria da pintura?

Sabe-se que sua formação acadêmica passou pela feitura de cópias dos grandes mestres (por exemplo a obra *Tarquínio e Lucrecia*, cópia de uma obra de Vitor Meireles, de um quadro de Ticiano, de 1874, que hoje faz parte do acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo). Embora cumpra ressaltar que a alegoria da pintura de Almeida Júnior (1850-1899) não é uma cópia, é impossível observá-la sem identificar a enorme

século XIX. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa Interunidades de Estética e História da Arte da Universidade de São Paulo, 2007, pg. 17).

⁷ A nova concepção acadêmica trouxe técnicas exatas de como fazer, pensar e executar a arte. Os nus deste período tinham proporções exatas e a cor nunca sobrepunha à obra, não havia a mão do artista, mas o cálculo harmônico do homem. As academias eram as patronas do “bom gosto”²⁶, e este estava a serviço da razão. (HAYEK, Thais Fernanda Martins. *Transformações do nu feminino no século XIX*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa Interunidades de Estética e História da Arte da Universidade de São Paulo, 2007, pg. 30).



influência de obras clássicas, especialmente a já citada Vênus de Botticelli (1495-1510) e a Vênus de Cabanel (1825-1889).

Já ficou aqui estabelecido que Almeida Júnior (1850-1899) transcendeu sua formação acadêmica⁸ e é isso que torna essa obra mais interessante do que ela parece a princípio. Ela não está restrita aos limites acadêmicos do estilo.

De fato, tem-se a nítida impressão de que o pintor pretendia uma nova significação para elementos e gêneros da tradição clássica.

O artista não se deixou influenciar pelo fato de que se trataria de tema ultrapassado, desgastado. Pintou-a em um período onde se questionava o academicismo, quando ele já tinha deixado a escola há tempos e já era um pintor estabelecido e reconhecido. Escolheu o nu, quando o gênero também passava por um momento de transformações e questionamentos:

(...) o mito, longe de ser um símbolo para a transmissão de significados morais e filosóficos, que permanecem apenas no gundo, se torna o pretexto para representar uma imagem ideal da beleza feminina moderna, individualista e sensual. (MIGLIACCIO, 2009, pg. 66)

Ela surpreende, porque todos os seus elementos tão tradicionais, juntos, fazem com que ela fuja das receitas e seja uma obra pouco usual, com um corpo que se vê e se sente possível tocar, que é olhado, compreendido e, assim se querendo, traduzido.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Stephanie Dahn. "O corpo falante: Narrativas e inscrições num corpo imaginário na pintura acadêmica do século XIX". 19&20, Rio de Janeiro, v. VI, n. 1, jan./mar. 2011. Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/obras/corpo_academia.htm. Acessado em 01 de junho de 2013.

⁸“Almeida Júnior fez um esforço sincero para produzir uma pintura que se aproximasse mais da realidade brasileira e deixasse de lado o universalismo vazio das fórmulas acadêmicas”. (NAVES. Rodrigo, “O sol no meio do caminho” in *Novos Estudos* – 73/ nov. 2005, pg. 43)

CANTINHO, Maria João, "Anjo Melancólico: ensaio sobre o conceito de alegoria de Walter Benjamin". Disponível em http://www.academia.edu/1158878/O_Anjo_Melancolico_Ensaio_sobre_o_Conceito_de_e_Alegoria_de_Walter_Benjamin. Acessado em 30 de maio de 2013.

CEIA, Carlos. "Sobre o conceito de alegoria". In Matraga, Rio de Janeiro, nº 10, agosto de 1998. Disponível em <http://www.pgletras.uerj.br/matraga/nrsantigos/matraga10ceia.pdf>. Acessada em 28 de maio de 2013.

COLI, Jorge. "A representação da mulher no século XIX: de David a Courbet". Ciclo de Palestras *Um olhar sobre o feminino* promovido pelo Itaú Cultural para discutir e aprofundar questões expostas na exposição *O Preço da Sedução - do Espartilho ao Silicone*, que ocorreu de 18 de março a 30 de maio de 2004, com curadoria de Denise Mattar. A palestra foi proferida em 22 de abril. Disponível em http://www.itaucultural.org.br/index.cfm?cd_pagina=2132&cd_materia=645, acessado em 17/11/12.

DINIZ, Thais Flores Nogueira, SANTOS, Ariane Souza. "Imagens em palavras: as cinco formas efrásticas nos poemas de Shawna Lemayin" *Todas as Letras R.*, v. 13, n. 2, 2011.

EDOARDO, Laysmara Carneiro, "Imagem e alegoria de mulheres, erotismo de perspectiva" In Seminário Nacional de Literatura, História e Memória (9. : 2009 : Assis – SP) ISSN: 2175-943X Páginas 737-751.

HAYEK, Thais Fernanda Martins. "Transformações do nu feminino no século XIX". Dissertação de mestrado apresentada ao Programa Interunidades de Estética e História da Arte da Universidade de São Paulo, 2007.

LOURENÇO, Maria Cecília França. "Espaço para a vida moderna". In *Almeida Júnior: um criador de imaginários*. Catálogo da exposição realizada na Pinacoteca do Estado de São Paulo entre os dias 25 de janeiro e 15 de abril de 2007.

MAKOWIECKY, Sandra, KRÜGER, Aline Carmes. "A representação da mulher na obra de Franklin Joaquim Cascaes – Possíveis Leituras". Comunicação apresentada no evento Fazendo Gênero 9 - Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. 23 a 26/08/10. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1297306999_ARQUIVO_artigo_Kruger_Makowiecky_fev_2011.pdf. Acessada em 23 de setembro de 2012.

MAKOWIECKY, Sandra. "Representação - a palavra, a ideia, a coisa". In *Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*. Nº 57 – Dezembro de 2003. ISSN 1678-7730.

MATTOS, Cláudia Valadão de. "Winckelmann, a bela alegoria e a superação do paragon entre as artes". *In Matraga*. Rio de Janeiro, v. 18, n. 29, jul/dez 2011.

MIGLIACCIO, Luciano. "Moema cujo amor as ondas não apagaram. A Moema de Rodolfo Bernardello: história de uma imagem". *In Arte Brasileira na Pinacoteca do Estado de São Paulo Do século XIX aos anos 1940*. Org. Taísa Palhares. São Paulo: Cosac Naify/Imprensa Oficial/Pinacoteca, 2009

PEIXOTO, Nelson Brissac. "Paisagens Urbanas". 3ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora Senac, 2004.

PEREIRA, Marcelo Andrade. "Barroco, símbolo e alegoria em Walter Benjamin". *In Analecta*, Guarapuava, Paraná v.8 nº 2 p.47-54 jul./dez. 2007.

TORAL, André A. "No limbo acadêmico: comentários sobre a exposição "Almeida Júnior- um criador de imaginários". *In ARS* (São Paulo), São Paulo, v. 5, n. 10, 2007. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-53202007000200005&lng=en&nrm=iso. Acessado em 03/06/2013.

DICOTOMIA SOCIAL EM SALVADOR: MENORES ABANDONADOS E RELAÇÕES SOCIAIS NA OBRA CAPITÃES DA AREIA DE JORGE AMADO.

Anne Micheline Souza Gama
annegama@yahoo.com.br
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
Mestranda em História – PPGH
CAPES

Resumo

Com a renovação do fazer historiográfico situa-se atualmente uma nova proposta teórico-metodológica, a saber, as articulações do saber histórico com diversas linguagens, tais como iconografias e recursos audiovisuais. Dentro dessas articulações denominadas “leituras cruzadas”, a literatura tem suscitado grande interesse. Nossa pretensão é investigar as relações sociais da cidade de Salvador através da obra de Jorge Amado. Escolhemos a obra *Capitães da Areia* (1937) a qual relata experiência de vida de um grupo de menores abandonados, chamados de "Capitães da Areia". A narrativa se passa na cidade de Salvador dos anos 30, período em que observamos as reformas urbanas pelo Brasil, Salvador insere-se neste contexto e concomitantemente analisamos as conflituosas relações sociais na dicotomia Cidade alta x Cidade Baixa.

Palavras-chaves: literatura; menores abandonados; Salvador.

Abstract

With the renewal of doing historiographical lies currently a new theoretical and methodological proposal, namely the joints of historical knowledge in various languages, such as iconography and audiovisual resources. Within these joints called "cross-readings", the literature has aroused great interest. Our intention is to investigate the social relations of Salvador through the work of Jorge Amado. We chose to work *Captains of the Sands* (1937) which tells the life experience of a group of abandoned children, called "Captains of the Sands." The narrative goes on in the city of Salvador '30s, during which we observe the urban reforms in Brazil, Salvador fits into this context and concurrently analyze the conflicting social relations in the dichotomy City High x Undercity.

Keywords: literature; abandoned children; Salvador.

Hodiernamente no fazer historiográfico situa-se uma nova proposta teórico-metodológica, a saber, as articulações do saber histórico com diversas linguagens, tais como iconografias e recursos audiovisuais. Dentro dessas articulações denominadas “leituras cruzadas”, a literatura tem suscitado grande interesse. Mas nem sempre foi assim. A literatura que durante o século XIX, tinha na historiografia um papel secundário e complementar e era tratado assim pelo paradigma positivista porque a prioridade dos historiadores estava nos documentos oficiais. A relação entre história e literatura era conturbada, perpassada pela desconfiança por parte dos historiadores orientados pela exacerbada dicotomia literatura-ficção e história-ciência (“verdade”). Sobre esta postura dos historiadores Hayden White (1994) nos lembra que:

Foi no início do século XIX que tornou-se convencional, pelo menos entre os historiadores, identificar a verdade como o fato e considerar a ficção o oposto da verdade, portanto um obstáculo ao entendimento da realidade e não um meio de apreendê-la. (WHITE, 1994, p. 139)

Com a renovação historiográfica ao longo do século XX, a noção de documento histórico será ampliada, a literatura desconstruirá seu papel de mera auxiliar para passar a ser aceita como objeto de pesquisa podendo oferecer entendimento sobre o passado. Para buscar na literatura fragmentos de uma “verdade” histórica é preciso, primeiramente, aceitar os desafios teóricos entre história e literatura. Com isso, a desconstrução de “verdade” para a historiografia foi essencial, ainda que isso significasse mergulhar no imprevisível, na reelaboração de valores e convenções da própria disciplina. Segundo Ferreira (1996, p. 31) os historiadores tiveram que aceitar que a literatura, igualmente como outros documentos, poderia estar carregada de fragmentos históricos do seu tempo e, também ser uma ferramenta para o estudo da História.

Atualmente o estimulante diálogo entre a História e a Literatura é possibilitado pelo fato de que ambas as esferas lidam com a verossimilhança. Oliveira (2003) afirma que:

Se é verdade que a verdade não existe e que não é possível apreender o passado *como ele realmente aconteceu*, o que resta para a História

é lidar apenas com o plausível (...) Por sua vez a Literatura poderia oferecer condições semelhantes à História no sentido de oferecer entendimento acerca do passado. (Oliveira, 2003, pp. 88-89)

O historiador também pode produzir a partir de “elementos literários”. A preocupação de outrora da história em descrever a realidade, de estabelecer uma “verdade”, dá espaço atualmente ao entendimento da existência não de uma verdade, mas verdades. Após a década de 1980 a História sofrerá novas modificações com o surgimento de novas tendências que vêm justamente preencher o espaço dos antigos paradigmas que nesse período entram em crise por esgotarem sua capacidade de explicação da realidade que os cerca como nos fala Aranha (1998/1999). Dentre estas vertentes é dado destaque à História Cultural que se tornou uma das principais posturas trabalhadas hodiernamente no âmbito da História.

Redescoberta na década de 1980, a História Cultural, tem tido muita importância devido ao fato da multiplicação de novos campos de investigação que são validados. Dentre estes é expressiva a relação entre a história e a literatura através da qual, feitos os devidos distanciamentos com relação às noções de verdade e ficção, obras literárias podem servir como boas fontes de pesquisa em diferentes sentidos, podendo, por exemplo, nos permitir o acesso ao clima de uma época, transmitindo sensibilidades e valores como as obras de Machado de Assis que falam de seu tempo. Até mesmo de obras literárias que versam sobre uma “ficção científica” de uma temporalidade que ainda não transcorreu, o historiador cultural pode extrair delas como uma época pensava o futuro (PESAVENTO, 2006, p. 81).

Atualmente o litígio história e literatura vêm passando por releituras. Para Chartier, os historiadores tem consciência que seu discurso seja qual for sua forma, estruturalista ou cultural, se constitui sempre enquanto uma narrativa. Citando Paul Ricoeur, Chartier apresenta que mesmo a história mais estrutural tem sua elaboração norteada por produção narrativa onde as entidades tais como a sociedade e classes são como quase personagens. (CHARTIER, 2002, p. 86)

Chartier aponta um grande desafio no que tange a discussão história x literatura que é a de se pensar/tomar a história enquanto uma narrativa construída por “figuras e

fórmulas” que guiam as narrações imaginárias. Por conseguinte, inexisteriam diferenças entre história e ficção, sendo uma ilusão querer classificar a produção historiográfica a partir de ditames epistemológicos. Não obstante, é imprescindível atentarmos para o fato que, se pretendendo a história ser uma ciência, esta possui intencionalidades próprias, uma meta de conhecimento que:

funda as operações específicas da disciplina: construção e tratamento de dados, produção de hipóteses, crítica e verificação dos resultados, validação da adequação entre o discurso de saber e seu objeto. Mesmo que escreva em uma forma “literária”, o historiador não faz literatura, e isso, devido à sua dupla dependência. Dependência em relação ao arquivo, portanto em relação ao passado de que este é traço. (CHARTIER, 2002, p. 98)

Assim, segundo o autor, os historiadores estão fadados “aos critérios de cientificidade e às operações técnicas” que são próprias de seu ofício. Mesmo que por caminhos distintos carregam em si um caráter de cientificidade, um saber que ambiciona “enunciar o que aconteceu”, embora não seja mais possível se pensar o saber histórico instalado na ideia de verdade absoluta. Outrossim, seria um reducionismo se pensar a história restritamente como “uma atividade literária de simples curiosidade, livre e aleatória”. Segundo Chartier, Michel de Certeau formula essa tensão fundamental da história: oscilar entre uma prática produtora de conhecimento sob a égide cientificidade e uma prática delineada por variações nos procedimentos técnicos que dependerá entre outras coisas do lugar social de quem a produz: “a história é um discurso que coloca em ação construções, composições, figuras que são aquelas da escritura narrativa, logo, também da fábula, mas que, ao mesmo tempo, produz um corpo de enunciados ‘científicos’” (CHARTIER, 2002, p. 100).

O ofício do historiador por meio da sua investigação do passado pode transformar traços em fontes. Fontes que por sua vez são portadoras de significados e significações. O uso da literatura como fonte pela história torna-se possível partindo de uma postura epistemológica que aproximando tais narrativas num mesmo patamar, leva em consideração a existência do diferencial entre ambas. Os historiadores intencionam uma historicidade dos documentos literários, conseguindo isto através de suas pesquisas e análises de fontes com um método próprio na investigação de uma possível realidade

acontecida. Já os escritores de literatura, mesmo pretensiosos em serem convincentes nas suas produções, ambientando seus personagens estão isentos do compromisso de buscar a veracidade do acontecido.

A história, como conhecimento, é sempre uma representação do passado e toda fonte documental para produzir esse conhecimento também o é. Logo, seria indispensável seguir certas discições teóricas e metodológicas sobre as possibilidades de utilização das fontes literárias na pesquisa histórica. O historiador que queira fazer uso da análise dos textos literários partindo da história sociocultural necessita entender o processo de apropriação e atribuição de sentidos por parte dos leitores. (CHARTIER, 2002, p. 255).

É necessário aos historiadores distanciarem-se do reducionismo de pensar os textos como mero estatuto documental. O trabalho com a literatura requer a contextualização das configurações sociais nas quais o texto se insere, levando-se em consideração dentre vários aspectos “a variação dos critérios que definiram a ‘literalidade’ em diferentes períodos”. (CHARTIER, 2002, p. 258). Chartier afirma que a historicização da literatura requer o questionamento a respeito das relações das obras literárias com o mundo social e suas variantes, por conseguinte, deve-se trabalhar sobre:

As variações entre as representações literárias e as realidades sociais que elas representam, deslocando-as sobre o registro da ficção e da fábula. Variações entre a significação e a interpretação corretas, tais como a fixam a escritura, o comentário ou a censura, e as apropriações plurais que, sempre inventam, deslocam, subvertem. Variações, enfim, entre as diversas formas de inscrição, de transmissão e de recepção das obras (CHARTIER, 2002, p. 259).

Feitos os devidos distanciamentos entre a narrativa literária e a narrativa histórica, a primeira vislumbrada por ares de ficção e a segunda apoiada na cientificidade que exige o ofício de historiador, caberia aos historiadores desempenharem seu ofício de produção do conhecimento de forma apropriada e mais cautelosa. O historiador que queira fazer uso da análise dos textos literários partindo da

história sociocultural necessita entender o processo de apropriação e atribuição de sentidos por parte dos leitores. (CHARTIER, 2002, p. 255).

Assim sendo, torna-se imprescindível contextualizar o texto, como qualquer outra fonte, dando a ver o lugar – espaço e época - em que o mesmo foi produzido, lugar social do autor, suas inter-relações. No panorama dos domínios culturais, a literatura enquanto um produto sociocultural servindo de testemunha de uma época pode exprimir uma forma de representação social e histórica, ao expressar as experiências humanas, das práticas às sensibilidades, podendo dar conta de alguns aspectos do complexo e conflituoso palco social no qual está inserido ou se refere. Sobre a literatura enquanto um meio para ajudar a tecer a história, Pesavento nos diz ainda que:

A literatura permite o acesso à sintonia fina ou ao clima de uma época, ao modo pelo qual as pessoas pensavam o mundo, a si próprias, quais os valores que guiavam seus passos, quais os preconceitos, medos e sonhos. Ela dá a ver sensibilidades, perfis, valores. Ela representa o real, ela é fonte privilegiada para a leitura do imaginário. (PESAVENTO, 2006, p. 82)

A literatura, seja ela em qualquer de seus gêneros, pode apresentar-se quão intensamente uma conformação poética do imaginado agregado ao real, o que lhe confere o status de fonte especial para a história cultural de uma sociedade. Assim sendo, a obra “*Capitães da Areia*” de Jorge Amado poderia nos servir como fonte no fazer historiográfico? Diante do exposto sobre as possibilidades de trabalhar a história e literatura, partimos de um romance literário como fonte primeira de indícios sobre um dado momento histórico (Estado Novo no Brasil), de um dado espaço (a cidade de Salvador). Analisaremos na obra de Jorge Amado a possibilidade de produção de uma escrita da cidade de Salvador, investigando as possíveis relações sociais na urbe soteropolitana na década de 30 no limiar do Estado Novo.

Muitos historiadores veem produzindo escritas sobre as cidades. Souza (2010), na apresentação do livro “*Cidades e experiências modernas*”, afirma que o vocábulo “cidade” tem tido grande uso no meio historiográfico desde as três últimas décadas do século XX e na primeira do século XXI, sendo os estudos sobre cidade propagados e

assinalados numa gama de aspectos que por sua vez, produz discursos diversos sobre este objeto de pesquisa: “para uns é o resultado das ações humanas em um ambiente marcado pela aglomeração e pela existência de equipamentos modernos, para outros é um ‘fenômeno’ que não tem uma única explicação” (SOUZA, 2010).

Um exemplo bastante interessante sobre a relação história e literatura, é o livro “Uma outra face da *Belle Époque* Carioca” de autoria de Joachin de Azevedo Neto que se utilizando da literatura jornalística de Lima Barreto, na modalidade de crônica diária, investiga e analisa a vida urbana do Rio de Janeiro na *Belle Époque*, partindo não do que já é marca desse período – importação de comportamentos da França e pelos ares de modernização – porém, as representações das paisagens suburbanas, o que o autor denomina ser uma “leitura a contrapelo da modernidade carioca” (AZEVEDO NETO, 2011, p. 21).

De grande valia para nossa pesquisa estão os estudos da historiadora Sandra Pesavento, com trabalhos que se inserem no que chamaríamos de “história cultural do urbano”, se propõe a estudar a cidade através de suas representações como são exemplos *Os pobres da cidade* (1994), *Imagens Urbanas* (1997), *Uma outra cidade: O mundo dos excluídos no final do século XIX* (2001), *O imaginário da cidade: Visões literárias do urbano* (2002), entre outras reflexões.

O citado, *O imaginário da cidade: Visões literárias do urbano* (2002), tem sido de muito interesse, tendo em vista que, nossa pesquisa tem por objeto a cidade e por fonte a literatura. Pesavento (2002) se utiliza das representações literárias para investigar o passado, o “imaginário das sensibilidades” de um período histórico através da interpretação das metáforas e imagens, que no caso, no cerne da ideia de modernidade, analisar a construção do pensar no cenário urbano partindo do olhar literário percebendo como discursos e imagens construídas sobre a cidade podem migrar temporalmente e no espacialmente. A propositura de Pesavento é a “estratégia de abordagem teórico-metodológica que aponta para o cruzamento das imagens e discursos da cidade e que, por sua vez, conduz a um aprofundamento das relações entre história e

literatura, além de ter por base o contexto da cidade em transformação” (PESAVENTO, 2002, p.10).

Pesavento expõe que a “história cultural do urbano”, que se propõe a estudar a cidade através de suas representações: os imaginários sociais que os homens, ao longo de sua história, puderam construir sobre a cidade. Por sua vez a cidade se impõe como tema para reflexão e objeto de estudo, podendo ser analisado este objeto cidade num conhecimento transdisciplinar: objeto de múltiplos discursos e olhares, que não se hierarquizam, mas que justapõem, compõe ou mesmo se contradizem cada um com seu valor. (PESAVENTO, 2002, p.08).

Pesavento, citando Morin, fala de como os “leitores do urbano” devem interessar-se pelo multidimensional para entendimento da complexidade do real: a cidade é lugar do homem, por conseguinte se presta à multiplicidade de olhares (PESAVENTO, 2002, p.09). Cidade-problema, cidade-representação, cidade-plural, cidade-metáfora: desse modo, segundo Pesavento (2002) a cidade domínio estimulante deixando de ser um dado concreto, igualmente, objeto de análise e tema de reflexão.

Norteadas nos usos da relação história-literatura, a autora vai indagar e analisar recortes temporais e espaciais distintos - Paris do final do século XVIII à segunda metade do século XIX; o Rio de Janeiro da *Belle Époque* do início do século XX; e Porto Alegre no final do século XIX às primeiras décadas do século XX. A trajetória do trabalho historiográfico da autora, sob um olhar literário, investiga as construções de representações da modernidade e o modo através do qual os discursos e imagens construídas acerca do urbano fluem no tempo e no espaço. Tais representações podem ganhar um novo significado conforme as especificidades locais, atribuindo identidade a essa cidade e, portanto, dando-nos acesso às sensibilidades e às experiências vividas por seus habitantes.

Na análise inicial do livro *Capitães da Areia*, vemos apontados possíveis aspectos de marginalização dos menores abandonados. A obra expõe olhares ou visões de mundo, mostrando a luta dos indivíduos no seu cotidiano. Em meio ao processo de modernização que ocorre nas principais cidades do Brasil na Era Vargas (1930 a 1945)

observamos que a clivagem social cresce em mesmo ritmo. Salvador está na rota dessa modernização e de modo igual ao que acontecia no país afora será cenário de disparidades sociais.

Em revista de crítica literária Pedro Matias (2012) apresenta como Jorge Amado é um autor de grande popularidade, inclusive sendo ao lado de Paulo Coelho, o escritor brasileiro mais lido e traduzido fora do Brasil, devendo sua popularidade, sobretudo à suas “ideias comunistas” que tiveram grande adesão nos países socialistas (MATIAS, 2012, p.35). A ideologia comunista por um lado lhe serviu para divulgar seus livros fora do país, entretanto quiçá evitou “certas estruturas que a obra pedia” o que podia lhe prejudicar (e prejudicou) pois “a narrativa de ficção estará circunscrita àquilo que a cultura pode aceitar” (MATIAS, 2012, p.36). Matias afirma que Jorge Amado não subverte as ideias de cunho socialista sendo estas:

elemento temático unificador dentro do autor, presente muito claramente, por exemplo, em *Capitães da Areia*, publicado em 1937. Por vezes parece que Jorge Amado abre mão de um certo instinto unificador entre a estrutura narrativa e a temática da obra em nome de uma perspectiva panfletária comunista (MATIAS, 2012, p.36).

Matias defini a obra *Capitães da Areia* como uma “nova narrativa épica contra a lógica do seu tempo” (MATIAS, 2012, p.39). Como nos informa Veiga (2013), o advento de *Capitães da Areia* se dá no momento em que o Estado Novo está para ser implantado: “O pretexto para reacender o clima golpista emerge com o aparecimento do *Plano Cohen* em setembro de 1937, com elucidação controversa, mas envolvendo probabilidades: uma insurreição comunista e uma reação integralista diante dela” (VEIGA, 2013).

Capitães da Areia foi publicada em setembro de 1937, pouco tempo antes recrudescimento do governo varguista que hastearia a ditadura estadonovista. E quando da implantação do Estado Novo foi de imediato, no dia 19 de novembro de 1937 incinerados exemplares recolhidos pela Comissão de Busca e Apreensão de Livros. Como nos informa Veiga, tendo por fonte o jornal Estado da Bahia de 17 de dezembro de 1937, foram incinerados “mais de mil e setecentos exemplares da produção de Jorge Amado” que se apresentavam “simpatizantes do credo comunista” sendo a quantidade

de exemplares de 808 de *Capitães da Areia*, 233 de *Mar Morto*, 89 de *Cacau*, 93 de *Suor*, 267 de *Jubiabá*, 214 de *País do Carnaval*. (VEIGA, 2013).

A narrativa literária, como já discutimos, pode nos servir como uma “fonte privilegiada” que nos possibilita o contato com tempos e espaços que desconhecemos. Jorge Amado, natural da Bahia, viveu por muito tempo em Salvador e ali faleceu. Em suas obras deixa transparecer seu lugar social e político (era comunista e opositor de Getúlio Vargas), interpretando seu tempo e lugar. Na obra *Capitães da Areia*, é relatada a experiência de vida de um grupo de menores abandonados, chamados de “Capitães da Areia”, que habitam num velho trapiche e vivem de furtos, ou seja, estariam à margem da sociedade. Distantes das fachadas modernas, no areal do cais estava o trapiche abandonado outrora moradia de ratos que até um cão vagabundo rejeitou, tornou-se lar dos “Capitães”. Também no trapiche era o “depósito dos objetos que o trabalho do dia lhes proporcionava” (AMADO, 2008, p. 28).

Mas que eram os “Capitães da Areia”? Jorge Amado assim descreve o bando: “moleques de todas as cores e de idades as mais variadas desde os 09 aos 16 anos, que a noite se estendiam pelo assoalho e por debaixo da ponte dormiam, indiferentes ao vento que o circundavam o casarão uivando, indiferentes à chuva que muitas vezes os lavava” (AMADO, 2008, p. 28). Tinham por chefe Pedro Bala, 15 anos, que desde os 05 anos “vagabundeia” nas ruas da Bahia. “Nunca soube de sua mãe, seu pai morrera de um balaço. Ele ficou sozinho e empregou anos em conhecer a cidade. Hoje sabe de todas as suas ruas e de todos os seus becos. Não há venda, quitanda, botequim que ele não conheça”. (AMADO, 2008, p. 29). Incorporou-se aos “Capitães”, trouxe mais crianças abandonadas da cidade, acabou por desbancar o caboclo Raimundo, então chefe, após ato de revanche.

Crianças entregues à própria sorte, com destinos difíceis na cidade da Bahia (Salvador) que até os era uma cidade cheia de mistérios:

Passa um vento frio que levanta a areia e torna difíceis os passos do negro João Grande, que se recolhe. Vai curvado pelo vento como a vela de um barco. É alto, o mais alto do bando, e o mais forte também, negro de carapinha baixa e músculos retesados, embora tenha apenas

13 anos, dos quais quatro passados na mais absoluta liberdade, correndo as ruas da Bahia com os Capitães da Areia. Desde aquela tarde em que seu pai, um carroceiro gigantesco, foi pegado por um caminhão quando tentava desviar o cavalo para um lado da rua, João Grande não voltou à pequena casa do morro. Na sua frente estava a cidade misteriosa como o verde mar. (AMADO, 2008, p.30).

São menores que não se enquadram na “ordem e progresso”, muitos oriundos dos morros e de pele escura. “Vestidos de farrapos, sujos, semi-esfomeados, agressivos, soltando palavrões e fumando pontas de cigarro, eram, em verdade, os donos da cidade” (AMADO, 1998, p. 29). Eram desprezados pela sociedade e concomitantemente temidos. A obra inicia com uma série de depoimentos onde aponta as denúncias contra o grupo no fictício Jornal da Tarde. É o discurso de incriminação dos jovens por parte da imprensa, da polícia, “dos homens de bem”. Apenas duas correspondências que defendiam os Capitães: a de uma mãe costureira e de um padre. Ambas tem resposta de um Diretor de um Reformatório onde iria os jovens delinquentes. O diretor acaba desqualificando o discurso da mãe por ser uma “iletrada” e do padre de nome José Pedro, alegando que o mesmo tinha simpatia pelo grupo e acobertava os erros.

Dentre os diversos lugares possíveis para os furtos estavam Cinemas o que apresenta um paradoxo: elemento de modernidade X lugar para marginalização. Valiam-se de compradores que fossem uma "cova" e se mantivessem calados sobre a receptação. Já tinham “fregueses” certos para seus furtos, muitas vezes, por encomenda como determinados tipos de chapéu. Também eram contratados para fazer “trabalhos sujos” por pessoas que requeriam sigilo, pois não poderiam macular sua imagem perante a sociedade. Outra forma de obtenção de recursos era a jogatina: trapaceavam marinheiros nos jogos de baralho.

Mesmo possuidores de tamanha esperteza, eram destituídos de uma educação formal o que se percebe nos seus diálogos. Aparentemente o único que sabia de fato ler era João José, o “Professor”, que furtara um livro de história e se tornou perito neste tipo de furto e começou por empilha-los e os lia. Franzino, magro, triste e míope, mas sua capacidade imaginativa erguia os melhores planos. Tantos eram os personagens e suas origens e histórias diversas.

Há o chamado “Sem-pernas” que era malvado e ridicularizava os colegas, mas que no fundo tinha uma angústia:

O que ele queria era felicidade, era alegria, era fugir de toda aquela miséria, de toda aquela desgraça que os cercavam e os estrangulava. Havia, é verdade, a grande liberdade das ruas. Mas havia também o abandono de qualquer carinho, a falta de todas as palavras boas. Pirulito buscava isso no céu, nos quadros de santo, nas flores murchas que trazia para Nossa Senhora das Sete Dores, como um namorado romântico dos bairros chiques da cidade traz para aquela a quem ama com intenção de casamento (...) Ele queria uma coisa imediata, uma coisa que pusesse seu rosto sorridente e alegre (...) Que o livrasse também daquela angústia, daquela vontade de chorar que o tomava nas noites e inverno (...) Queria alegria, uma mão que o acarinhasse, alguém que com muito amor o fizesse esquecer o defeito físico e os muitos anos (talvez tivessem sido apenas meses ou semanas, mas para ele seriam sempre longos anos) que vivera sozinho nas ruas da cidade, hostilizado pelos homens que passavam... (AMADO, 1998, pp. 30-31)

Confusamente os “Sem-pernas” desejava ter uma bomba para arrasar a cidade. Quem sabe arrasaria sua angústia, ou mesmo seu sofrimento físico da exclusão. “Sem-pernas” juntamente com “Volta Seca”, mulato sertanejo que calçava alpercatas e se interessava sobre as notícias de Lampião, foram trabalhar certa vez no parque de “Nhozinho França”. Tal parque era alegria para as crianças e para os adultos, mas também para o proprietário que lucrava muito. Inclusive para ludibriar Volta Seca, Nhozinho França criou uma história sobre seu carrossel que também fora de “suprema felicidade” certa vez para os cangaceiros liderados por Lampião. Salvou uma cidade que Nhozinho estava, pois o grupo que gozou de uma felicidade a qual nunca tiveram enquanto filhos de camponeses.

O carrossel também encantou Volta Seca e Sem-pernas, como a um Deus. E foram levando os Capitães a se divertirem nas luzes do carrossel, sendo que com combinação prévia de horários e quantidade, para que não se “chocassem” com os habituais frequentadores do parque na cidade de Salvador. Foi intenso o encantamento do “bando” diante do Carrossel e da pianola. Um raro momento de se sentir enquanto crianças, num mundo que os destituía de tal condição. “A cidade era como que um grande carrossel onde giravam em invisíveis cavalos os ‘Capitães da Areia’. Neste momento de música eles sentiram-se donos da cidade” (AMADO, 2008, p. 68).

Outra ilustração sobre a marginalização do grupo de menores abandonados, se expressa também na dicotomia Cidade Alta X Cidade Baixa: Quando das doenças que se alastrava na cidade baixa:

OMOLU MANDOU A BEXIGA NEGRA PARA A CIDADE. Mas lá em cima os homens ricos se vacinaram, e Omulu era um deus das florestas da África, não sabia destas coisas de vacina. E a varíola desceu para a cidade dos pobres e botou gente doente, botou negro cheio de chaga em cima da cama. Então vinham os homens da Saúde Pública, metiam os doentes num saco, levavam os doentes num saco, levavam para o lazareto distante. As mulheres ficavam chorando, porque sabiam que eles nunca mais voltariam (...) Nas casas pobres as mulheres choravam. De medo do alastrim, de medo do lazareto (AMADO, 2008, pp. 143-144)

Vemos nítida a clivagem entre os dois setores da cidade com o “alastrim” das doenças e os desdobramentos como o choque com a lei. “Almiro” foi um dos primeiros do capitães a contrair a varíola o que gerou discórdias e medo. Mas os capitães recusavam-se a ir ao lazareto, pois a crença era a de morrer.

Havia uma lei que obrigada os cidadãos a denunciarem à Saúde Pública os casos de varíola que conhecessem, para o imediato recolhimento dos variolosos aos lazaretos. O padre José Pedro conhecia a lei, mas mais uma vez, ficou com os Capitães da Areia contra lei. (AMADO, 2008, p. 150).

No Capítulo “Filha do bexiguento” vemos o começo da única menina a ser inserida no grupo: Dora. Dora entre seus treze e catorze anos perde os seus pais com o “alastrim” da varíola na Cidade Baixa, só lhe resta seu irmão menor, Zé fuinha. Órfãos “chorando de fome e de dor” saem do morro rumo à cidade. Dora tinha esperanças de encontrar uma antiga patroa da mãe, para que lhe arranjasse algum serviço. Mas chegando ao local, um bairro abastado, Dora se destoa do cenário: atendido por “rapazote” que vai chamar a mãe.

Então vem a suposta patroa, o rapazote com “malícia dos olhares” interessado em ter uma empregada uma moça que estava se desenvolvendo apesar da pouca idade. Atendida pela mulher, reconhece Dora, no entanto quando esta narra que os pais morreram de bexiga (varíola) o rapaz cuspiu de nojo e Dona Laura em “tom triste” dizer

já ter conseguido nova empregada, deu pequena quantia de dinheiro à Dora para que saísse logo dali e não “contagiar a casa”.

Havia-se o medo da contração de doenças e as pessoas vão se habituando aos postulados de higiene. Dona Laura então chama a empregada: “- Dos Reis, passe um pano com álcool no portão, onde esta menina pegou. Não é bom brincar com varíola...” (AMADO, 2008, p.169). Enquanto o menino, mesmo com a náusea anterior, suspirava para si que mesmo que Dora “tinha uns peitos muito bons” (AMADO, 2008, p.169).

Observamos algumas representações literárias da cidade de Salvador na obra amadiana. A cidade é um palimpsesto cheio de reescritas que são atraentes para o historiador cultural do urbano e a literatura uma fonte de acesso às representações dos tempos, espaços e sociabilidades.

Considerações Finais

Como apresenta Pesavento (2006) a cidade moderna cria um “léxico urbano” que nomeia e dá significados aos agentes e ao espaços. Palavras que darão sentidos aos lugares da urbe e seus personagens: “Bons e maus lugares, cidadania e exclusão são algumas dessas classificações, mas que podem ser ainda desdobrados em designações legais de enquadramento do urbano, a estabelecer a norma e a transgressão, o público e o privado” (PESAVENTO, 2006, p. 79).

Enfim, cremos que o discurso sobre a urbe seja ele um texto literário ou uma narrativa do historiador, entre outros registros, são representações sobre o real e podem ajudar-nos a reconfigurar a cidade. Tarefa que não é fácil, pois “a cidade é sempre um desafio, personificação da modernidade, que atrai e seduz, mas, ao mesmo tempo, que ate e faz recuar” (PESAVENTO, 2002, p. 231). *Capitães da Areia* de Jorge Amado pode nos servir como fonte no fazer historiográfico vislumbrando a cidade de Salvador como personagem, tentando assinalar suas possíveis modificações e relações sociais no espaço urbano. A obra exprime as representações acerca da clivagem social e do processo de marginalização dos populares, aqui de menores abandonados, no cenário de

Reformas Urbanas nas principais cidades brasileiras, o que ironicamente denotaria modernidade e progresso.

REFERÊNCIAS:

AMADO, Jorge. **Capitães da Areia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARANHA, Gervácio Batista. “A História renovada: a emergência de novos paradigmas”. In: **Revista de História Saeculum**. UFPB. Jan./ Dez./ 1998/1999.

AZEVEDO NETO, Joachin. **Uma outra face da Belle Époque Carioca**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2011.

CAMARGO, Cissa. **Jorge Amado**. Disponível em: <http://www.portalcafebrasil.com.br/artitas/jorge-amado-dp2>. Acesso em 10 de outubro de 2012.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 2002.

FERREIRA, Antonio Celso. **História e literatura: fronteiras móveis e desafios disciplinares**. São Paulo: UNESP, 1996.

MATIAS, Pedro. “Jorge Amado entre a ética e a estética”. **Conhecimento Prático Literatura**, São Paulo, n. 44, p. 35-58, Junho/2012.

OLIVEIRA, C. F. de. “História e Literatura: Relação dos sentidos e Possibilidades”. In: VASCONCELOS, J. G. & MAGALHÃES JÚNIOR, Antonio Germano (org). **Linguagens da História**. Fortaleza: Imprec, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006 . (História & Reflexões).

PESAVENTO, Sandra J. **O imaginário da cidade**. Visões literárias do urbano. 2ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. (org) **Cidades e experiências modernas**. Campina Grande: EDUFCEG, 2010.

WHITE, Hayden. **As ficções da representação factual: tópicos do discurso**. São Paulo: EDUSP, 1994.

DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA À GESTÃO DO ESTADO CAPITALISTA: OS CAMINHOS DA ESQUERDA BRASILEIRA PERSEGUIDA PELA DITADURA CIVIL-MILITAR¹

Antonio de Almeida

antonioa@ufu.br

Universidade Federal de Uberlândia

Doutor em História pela Universidade de São Paulo

Resumo

O objetivo principal deste artigo é compreender até que ponto as experiências vivenciadas pela esquerda brasileira, perseguida pela ditadura civil-militar, dentro e fora do País, na clandestinidade ou no exílio, influenciaram suas opções de vida na definição dos caminhos escolhidos para reinserção na sociedade brasileira e no engajamento em projetos para o Brasil, após a abertura política. A problemática aqui levantada procura compreender, também, se essas mudanças, quando ocorreram, significaram rupturas com as antigas propostas de emancipação dos trabalhadores, ou, pelo contrário, expressaram amadurecimento político, possibilitando releituras em termos de concepções que abriram novos horizontes de ação para alcançar tais objetivos.

Palavras-Chave: esquerda, exílio, ideologia.

Abstract

The main objective of this article and understand until that point the experiences lived by brazilian left, chased by the dictatorship civil-military, inside and outside the country, in clandestinity or in exile, influenced her life choices in the definition of paths for reintegration in brazilian society and the engagement in projects for Brazil, after the political opening. The problem raised here seeks to understand, also, if these changes, when they occurred, signified ruptures with the old proposals for the emancipation of the workers, or, on the contrary, they expressed their political maturity, allowing readings in terms of concepts that have opened up new horizons to reach these objectives.

Keywords: left, exile, ideology.

A esquerda brasileira e o ideal emancipatório na década de 1960

¹ Este artigo é parte de um projeto mais amplo intitulado “Entre a estabilidade institucional e a desigualdade social: potencialidades e limites da atual democracia brasileira”, desenvolvido pelo autor junto ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia.

Apesar das dificuldades para aferir com precisão a multiplicidade de correntes de pensamento da esquerda brasileira, existentes no País nos efervescentes anos iniciais da década de 1960, os documentos disponíveis e os estudos dos pesquisadores dessa temática², possibilitam identificar, ao menos as mais significativas. Entre os estudiosos do assunto, tornou-se lugar comum destacar as agremiações mais conhecidas, seja em termos de representatividade social ou de estrutura organizativa, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido Socialista Brasileiro (PSB) e setores do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), neste último caso, com atenção especial para os personagens João Goulart e Leonel Brizola. Outras tendências (dissidências das anteriormente citadas ou aquelas que optaram por uma organização não institucionalizada), embora com menor grau de expressividade política, muitas, também, continham potencial para se fazer notar no acalorado debate daquele período. Dentre elas, são exemplos, a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP), Ação Libertadora Nacional (ALN), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Partido Comunista Revolucionário (PCR), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Partido Operário Comunista (POC), Comando de Libertação Nacional (COLINA), Ação Popular (AP), Ação Popular-Marxista Leninista (AP-ML), Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8).

Os conteúdos programáticos dessas correntes de pensamento variavam de acordo com suas concepções teóricas e ideológicas, filiações internacionais ou alianças e coligações internas. A POLOP, por exemplo, advogava a tese sobre a necessidade histórica de o proletariado brasileiro assumir a vanguarda das reformas sociais, mas, para isso, seria necessário “derrotar a política de colaboração de classes, preconizada pelos **reformistas e nacionalistas**” (REIS FILHO, 1990, p. 34). Como prevalecia a leitura de que “a luta pelo socialismo deixara de ser um objetivo longínquo e se tornava uma questão imediata” (REIS FILHO, 1990, p. 35), bastava convencer os demais

² Para um levantamento dos partidos ou tendências políticas de esquerda que tiveram atuação no Brasil na década de 1960, ver, entre outros: REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1990; GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo, Ática, 1987, 3ª ed.; RIDENTE, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo, UNESP, 1993.

comunistas e revolucionários do País a abraçarem as leituras e alternativas corretas e inculcar a consciência de classe no proletariado que “a situação e as perspectivas neste país se modificarão rápida e radicalmente” (MOVIMENTO SOCIALISTA, s/d, p. 9, apud REIS FILHO, 1990, p. 36).

Os integrantes do Partido Comunista do Brasil, por sua vez, acreditavam que as dificuldades enfrentadas no País e, por conseguinte, os principais entraves que inviabilizavam o progresso da nação estavam associados à espoliação praticada pelo “imperialismo, em particular o norte-americano, ao monopólio da terra e à crescente concentração de riquezas nas mãos de uma minoria de grandes capitalistas” (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 1962, p. 2). Daí, a dedução lógica, expressa no Manifesto do Partido, de 1962, de que “os destinos do Brasil e a vida do seu povo não podem continuar nas mãos de um reduzido grupo de banqueiros, fazendeiros e grandes industriais nacionais e de milionários norte-americanos” (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 1962, p. 6). Ao explicitar claramente que o P C do B “se orienta pelo marxismo-leninismo e que objetiva o socialismo e o comunismo”, o Manifesto considera que, “na presente situação, a principal tarefa do povo brasileiro é a luta por um governo revolucionário”. Daí, o chamamento para

a instauração de um novo regime, antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista, regime que expresse as forças sociais em ascensão no país, os anseios dos operários e camponeses, da intelectualidade, da pequena burguesia urbana, dos pequenos e médios industriais e comerciantes e de outros elementos progressistas (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 1962, p. 6-7).

Com isso, de acordo com o PC do B, seria possível afastar “do poder as atuais classes dominantes” e instalar em seu lugar “um governo popular revolucionário” (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 1962, p. 6-7). Como, para os integrantes do P C do B, “as classes dominantes tornam inviável o caminho pacífico da revolução [...] as massas populares terão de recorrer a todas as formas de luta que se fizerem necessárias para conseguir seus propósitos” (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 1962, p. 9). Para

isso, tornava-se necessária a unidade da população que, “sob a direção da classe operária, será a força capaz de varrer todas as barreiras que se ergam no caminho da emancipação nacional e social do povo brasileiro” (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 1962, p. 10).

Até mesmo o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que desde o final dos anos 1940 assumira a tese da transformação pacífica e que, durante o governo Goulart, atuou no sentido da construção de uma Frente Única envolvendo a classe operária, camponeses e até mesmo setores da burguesia, acreditava que “somente o proletariado, sob a direção do seu Partido, seria capaz de **levar até o fim** a revolução nacional e democrática”. Por isso, não descartava a possibilidade de um enfrentamento mais agudo, procurando “deixar claro que o caminho pacífico não se associava à passividade” (REIS FILHO, 1990, p. 25). Além do mais, as alas internas do Partido descontentes com as orientações do Comitê Central eram ainda mais contundentes, colocando em primeiro plano a defesa da luta armada. Foi o caso do Comitê Estadual do PCB do Rio Grande do Sul, para onde se deslocou Jacob Gorender, no início de 1965. Na condição de liderança do Partido, designado pela direção nacional para atuar naquele Estado, Gorender e outros militantes que ali atuavam, aprovaram uma resolução política que, além de marcar as diferenças com o que consideravam “concepções golpistas que prevalece em certos setores da frente única”, assumia claramente a defesa da luta armada. Para eles,

a luta armada revolucionária deve estar vinculada a todas as formas de luta de massas [...]. A preparação da luta armada exige acumulação de forças e esta precisa se realizar através de todas as formas de luta de massas, inclusive as formais e legais [...]. Por sua vez, o movimento de massas, ao entrar em choques mais sérios com a reação, não deverá deixar-se surpreender, nos momentos decisivos, sem o apoio de um movimento armado [...]. Para triunfar na luta pelo Poder, o movimento de massas carece, por conseguinte, do apoio armado, ao passo que a luta armada revolucionária só é viável com apoio no movimento de massas (GORENDER, 1987, p. 88).

No caso de Leonel Brizola, embora pertencesse ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), portanto, sem nenhuma vinculação direta com os grupos ou correntes revolucionários, a sua firme atuação pelas reformas sociais, durante o governo de João Goulart, e o importante papel desempenhado na defesa da constitucionalidade, se contrapondo à conspiração golpista de direita, credenciaram-no como liderança perante os setores progressistas. Essa posição se tornaria ainda mais clara, quando, do exílio, ele organizou o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) com claros objetivos de promover ações de guerrilha contra o regime ditatorial.

Nesse ambiente de muita efervescência política, a esquerda brasileira adentrou a década de 1960 confiante sobre a possibilidade concreta de promover, no Brasil, uma transformação de caráter radical. Essas variadas correntes de pensamento, quase todas fundamentadas em leituras teóricas e concepções ideológicas de variações da ortodoxia marxista, mesmo divergindo entre si sobre táticas e estratégias a serem adotadas, avaliavam a conjuntura dos anos 1960 como período pré-revolucionário, empenhando-se em deter a hegemonia tanto nos debates quanto nas ações a serem implementadas no transcurso do pretendido processo revolucionário. O golpe promovido pelos setores conservadores, em 1964, não apenas inviabilizou essa possibilidade, mas, também, ainda que de forma indireta, contribuiu para que aqueles agentes políticos mudassem suas agendas e conteúdos programáticos.

Repressão política, clandestinidade e exílio

Os defensores do Estado de Exceção, implementado no Brasil a partir do golpe de 1964, não precisaram inovar para justificar o “ato de força” que, mais do que inviabilizar o sonho emancipatório da esquerda brasileira, imprimiu um novo ritmo para a ação governamental, com exacerbada centralização de poder no executivo federal. Eles puderam tomar como referência os variados exemplos dessa natureza, os quais, nos dois últimos séculos, marcaram a história da modernidade ocidental. Como informa Giorgio Agamben (2004), essa opção em termos de gestão da esfera pública teve início

no próprio nascedouro do Estado Moderno, durante o processo revolucionário francês. O “estado de sítio”, instituído na França pelo decreto da Assembleia Constituinte de oito de julho de 1791, adquire fisionomia própria “com a lei do Diretório de 27 de agosto de 1797 e, finalmente, com o decreto napoleônico de 24 de dezembro de 1811”. Desde então, no decorrer dos séculos XIX e XX, a legislação sobre o estado de sítio tem marcado o ritmo dos momentos de crise institucional entre os franceses (AGAMBEN, 2004, p. 24-25).

Apesar de tratada como excepcionalidade, essa situação se repetiria com certa frequência ao longo de todo o século vinte, fundamentada em diferentes justificativas. Isso ocorreu em alguns países beligerantes da Europa, durante a Primeira Guerra Mundial, embora a ampliação dos poderes executivos sobre a esfera do legislativo tenha prosseguido mesmo após o fim dos conflitos (AGAMBEN, 2004, p. 25-26); se repetiu poucos anos depois nas experiências do nazi-fascismo, e, alastrou-se na América Latina, nas décadas de 1960, 1970 e 1980, período em que parte expressiva da população de vários países dessa parte do continente, incluindo o Brasil, foi usurpada em seus direitos de cidadania por governos ditatoriais.

Algumas definições acadêmicas para o conceito de “Estado de Sítio”, entendendo-o como “um regime jurídico excepcional a que uma comunidade territorial é temporariamente sujeita, em razão de uma situação de perigo para a ordem pública” (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 1992, p. 413), mesmo que pensadas com objetivos estritamente científicos, dependendo do uso, podem tornar-se instrumentos de justificativa para atos de força com outras finalidades. Até porque, essa aludida “situação de perigo” retira do Estado de Exceção o seu caráter de imposição para justificá-lo como uma necessidade. Nessa mesma linha, os preceitos jurídicos ou normativos que legislam sobre o “Estado de Sítio” objetivando proteger a sociedade contra possíveis intercorrências que possam afetar a normalidade do Estado de Direito, ainda que signifiquem uma prudência necessária, podem funcionar, também, no sentido contrário.

No Brasil, os argumentos apresentados pelos golpistas para justificarem as suas ações parecem confirmar as hipóteses acima levantadas. Ainda no calor dos acontecimentos, em nove de abril de 1964, os Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica tornaram público o Ato Institucional nº 1 – AI-1, cujo teor, além de externar a arrogância dos novos mandatários ao se auto intitularem legítimos intérpretes dos interesses da nação brasileira, justifica o golpe, por eles qualificado como “revolução”, pela necessidade de depor um governo que “deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País” (ATO INSTITUCIONAL Nº 1, 1964) e pela urgente tarefa de “reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria” (ATO INSTITUCIONAL Nº 1, 1964).

Como bem fundamentou Agamben, “o Estado de exceção não é um direito especial (como o direito de guerra), mas, enquanto suspensão da própria ordem jurídica define seu patamar ou seu conceito-limite”, até porque, “a necessidade não reconhece nenhuma lei” (AGAMBEN, 2004, p. 15, 40). Mais do que isso, com os modernos

o estado de necessidade tende a ser incluído na ordem jurídica e a apresentar-se com verdadeiro “estado” da lei. O princípio de que a necessidade define uma situação particular em que a lei perde sua *vis obligand* [...] transforma-se naquele em que a sociedade constitui, por assim dizer, o fundamento último e a própria lei (AGAMBEN, 2004, p. 43).

Sendo assim, para os golpistas brasileiros foi absolutamente lógico ditar “as normas e os processos de constituição do novo governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do Poder no exclusivo interesse do País” (ATO INSTITUCIONAL Nº 1, 1964). Dentro dessa compreensão, considerou-se irrelevante o fato de que tal atitude significava uma mutilação dos instrumentos normativos do Estado de Direito, ferindo de morte o preceito constitucional da autonomia dos poderes. O argumento justificador orientou-se pela premissa de que o

executivo não necessita legitimar-se perante o Congresso Nacional, mas, exatamente o contrário. Por isso, o argumento de que

no interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-Chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de 10 (dez) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos (ATO INSTITUCIONAL Nº 1, 1964).

Em que pese a recorrência a esse tipo de argumento como fundamento para o cerceamento do exercício da democracia, “a necessidade, longe de apresentar-se como um dado objetivo, implica claramente um juízo subjetivo” (AGAMBEN, 2004, p. 46), razão pela qual é sempre passível de questionamentos por parte daqueles que se sentem afetados. Essa foi exatamente a situação em que se viu envolvida a esquerda brasileira, nos pós-1964. Numa tentativa de reverter o quadro adverso em que se encontrava a população no País, os militantes de variados movimentos organizados - sindicais, estudantis, político-partidários -, resistiram, ao longo de mais de duas décadas de vigência do regime de exceção, utilizando os mais variados recursos como trincheiras de lutas, desde simples reuniões objetivando esclarecer à população sobre os prejuízos causados pelos governos ditatoriais até os contundentes encontros com as forças repressoras do Estado, promovidos por aqueles que imergiram na luta armada.

Historicamente, nas disputas de projetos de país ou de nação dessa natureza, a correlação de forças entre sociedade civil e estado autoritário tem sido um bom termômetro balizador para se compreender os caminhos escolhidos. Nesse embate, os variados exemplos dão provas de que a usurpação do poder pela via do Estado de Exceção não se limita aos trâmites administrativos, burocráticos ou jurídicos, embora as questões de natureza normativas funcionem como importantes suportes para o êxito dos seus promotores. Mais do que isso, porém, para alcançar os objetivos pretendidos, torna-se imperativo um efetivo controle do exercício do poder, razão pela qual não há margem para quaisquer questionamentos. Isso, talvez, ajude a compreender a

contundência da ação dos governos militares no Brasil contra inimigos ou adversários, independentemente das colorações políticas, não poupando sequer aliados de outrora. O progressivo endurecimento na legislação ditatorial, tendo no Ato Institucional nº 5 - AI-5 o seu ponto de culminância, foi apenas um desdobramento necessário para assegurar a defesa dos interesses dos golpistas ou dos seus representados. Nessa lógica, não há porque buscar possíveis ambiguidades ou contradições do regime civil-militar ao perseguir políticos de perfis liberais ou até mesmo conservadores, como são exemplos emblemáticos os casos de Jânio Quadros, Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda. Mesmo tratando-se de ex-Presidentes da República que comandaram governos nada propensos ao socialismo ou comunismo, nos dois primeiros casos, e de um aliado político durante a conspiração e deflagração do golpe, no caso de Lacerda, as divergências em relação ao projeto de país defendido pelo novo governo foram mais do que suficientes para justificar a perseguição.

Essa constatação possibilita deduzir que a repressão política desencadeada pelos governos militares não se pautou exclusivamente pelo parâmetro ideológico, sendo igualmente considerados adversários todos aqueles que ousaram divergir das diretrizes estabelecidas. Por outro lado, entretanto, nos variados estudos sobre os perseguidos pelo regime ditatorial, quaisquer que sejam os ângulos de interpretação adotados (estatísticas de presos e torturados; violências físicas e simbólicas; desaparecidos ou assassinados; exílio forçado ou imersão na clandestinidade), fica claro, também, que os integrantes dos variados setores da esquerda brasileira foram, sem dúvida, alvo privilegiado do regime civil-militar. Dão provas disto, os depoimentos contidos nos primeiros livros editados sobre o tema³, que circularam no Brasil quando a abertura política ainda dava os seus primeiros passos, cumprindo importante papel de protesto e de denúncia; os variados textos publicados após a conquista da abertura política, cujos autores,

³ Dentre essas publicações, para a elaboração deste artigo foram consultadas as seguintes obras: CAVALCANTE, Pedro Celso Uchôa e RAMOS, Jovelino (coords.) **Memórias do exílio: Brasil, 1964 – 19??**, vol. 1 “De muitos caminhos”. São Paulo, Livramento, 1976 (trata-se de uma produção coletiva, cujos textos foram escritos por militantes da esquerda brasileira, durante o exílio); FON, Antonio Carlos. **Tortura: a história da repressão política no Brasil**. São Paulo, Global, 1979; **Brasil: nunca mais**. Rio de Janeiro, Vozes, em 1985 (publicação da Arquidiocese de São Paulo, com prefácio do Cardeal Arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns).

produzindo num contexto de liberdade de expressão e de manifestação do pensamento, tiveram acesso a dados e informações que possibilitaram uma maior compreensão sobre as atrocidades cometidas pelo regime de exceção, além de aprofundar as análises sobre acertos e erros cometidos pela esquerda brasileira nesse período⁴; os levantamentos feitos por várias entidades ou comissões, constituídas em nível local, regional ou nacional para apurar denúncias de torturas, desaparecimentos ou assassinatos de pessoas perseguidas pela ditadura.⁵ Entre essas últimas, cabe destaque o trabalho desenvolvido pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, constituída pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Além do exaustivo e minucioso trabalho de localização das vítimas, realizado durante onze anos, cujo relatório intitulado “Direito à memória e à vida” foi publicado em 2007, essa comissão, até setembro de 2012, já havia analisado e julgado 475 processos,⁶ tornando claro o reconhecimento do Estado brasileiro na prática da perseguição, prisão, tortura e assassinatos dos opositores do regime naquele período.

Os muitos relatos contidos nos variados trabalhos anteriormente citados, evidenciam um forte cerco montado pelas forças repressoras da ditadura civil-militar contra os militantes de esquerda, que passaram a ter seus passos implacavelmente vigiados. Com isso a diáspora que teve início logo após o golpe, ainda em abril de 1964, cresceu na proporção direta do endurecimento do regime, aumentando de maneira

⁴ Diante da vasta gama de publicações dessa natureza, cito, ao longo do texto, apenas os títulos que foram diretamente consultados para este artigo.

⁵ Dentre os muitos trabalhos desenvolvidos por essas comissões, cito, aqui, dois deles que foram utilizados diretamente neste artigo: COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS, INSTITUTO DE ESTUDO DA VIOLÊNCIA DO ESTADO - IIEVE E GRUPO TORTURA NUNCA MAIS - RJ e PE, que produziu o “Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964”, publicado em 1995 pela Companhia Editora de Pernambuco - CEPE, durante o governo de Miguel Arraes; COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS, constituída pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, que publicou em 2007 o detalhado relatório intitulado “Direito à memória e à vida”.

⁶ Conforme informações noticiadas no sítio oficial do governo federal, “a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos CEMDP, da Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), encaminhou no último dia 6 de setembro à Comissão Nacional da Verdade arquivos referente aos 475 processos envolvendo vítimas da ditadura militar, julgados no âmbito da Comissão”. Disponível em: <<http://www.sedh.gov.br/clientes/sedh/>>, acesso em 07 de fev. 2013.

significativa o número de exilados dentro e fora do País.⁷ Uns, apesar dos riscos, optaram por permanecer no Brasil. Nestes casos, as alternativas adotadas foram mudar de nome, de aparência, de hábitos e mergulhar na clandestinidade, deixando de frequentar lugares costumeiros, abandonando postos de trabalho e, em muitos casos, perdendo contatos com os familiares e amigos. Outros, sobretudo aqueles mais visados em função da militância em partidos de esquerda ou movimentos sociais, procuraram refúgio fora do País, seja pelas vias diplomáticas, principalmente buscando apoio nas embaixadas instaladas no Brasil, ou, simplesmente, atravessando clandestinamente as fronteiras dos países vizinhos. Como afirmou com muita propriedade Herbert José de Souza, o Betinho, o golpe é a própria definição do exílio, pois, “quer você esteja dentro ou fora [do país], você está exilado” (CAVALCANTE e RAMOS, 1976, p. 9). Essa situação, que se agravou significativamente após a implementação do AI-5, em dezembro de 1968, quando os governos militares intensificaram, ainda mais, as perseguições aos opositores do regime ditatorial, perdurou por longos quinze anos, se alterando apenas com a lei da anistia, aprovada em 1979. Aliás, a rigor, suas marcas atravessaram o tempo e continuam presentes em muitas pessoas, sobretudo, aquelas diretamente afetadas. Recentemente, em janeiro de 2013, Antonio Carlos Fon, jornalista de esquerda que atuou em vários veículos de imprensa da capital paulista, foi convidado pela Comissão de Direitos Humanos da OAB-SP para fazer uma visita de inspeção às instalações onde funcionou o DOI-CODI de São Paulo, lugar onde ele e vários outros presos políticos da ditadura foram torturados.⁸ Eis como Fon relatou essa experiência:

Desde o dia 16 de outubro de 1969, quando deixamos a Operação Bandeirantes, algemados uns aos outros [...], nunca mais eu havia colocado os pés sequer no pátio do 36º Distrito Policial, em cujos

⁷ Tomo de empréstimo as reflexões de Herbert José de Souza, o Betinho, ao considerar que muitas pessoas perseguidas pela ditadura, mesmo permanecendo no interior do País, comportaram-se efetivamente como exiladas, posto que, mergulhadas na clandestinidade, perderam a condição de cidadãs brasileiras, sem sequer poder assumir as suas identidades (CAVALCANTE e RAMOS, 1976, p. 79).

⁸ Segundo a OAB-SP, o convite feito a Antonio Carlos Fon para essa visita tinha como objetivo apurar denúncias de que o prédio do antigo DOI-CODI estaria tendo a sua estrutura modificada objetivando apagar esse tipo de memória. Sobre os resultados da visita, nas palavras do próprio Fon, ali “foram e estão sendo feitas mudanças para descaracterizar o que foi o maior centro de torturas já instalado neste país”. Conforme, FON, Antonio Carlos. **Morri um pouco hoje:** a visita de Fon ao DOI-CODI. Disponível em: <<http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/clipping>>, acesso em 01 de fev. 2013.

fundos funcionava a Oban. [...] Dizem que, como num filme, a vida inteira passa por nossos olhos na hora de morrer. Se for verdade, eu morri um pouco hoje. Apesar de todas as obras e mudanças feitas, quando cheguei na porta da edícula onde funcionava a Oban, todas as imagens daqueles 17 dias no inferno desfilarão pela minha cabeça [...]. As lembranças de 43 anos atrás devem ter feito minha pressão arterial chegar a 18 ou 19. Tive de sentar nas escadas para recuperar o fôlego. Não entrei na área onde ficavam as celas – a carga emocional do dia já era bastante pesada e as pessoas estavam preocupadas com minha reação. E confesso que eu também estava. Enfim, companheiros, saí com a impressão de que nós e nossos companheiros continuamos a ser torturados. E que as Forças Armadas precisam decidir se vão continuar, por puro espírito de corpo, a defender e procurar encobrir os crimes desses criminosos ou vão renegá-los para ajudar a construir o Brasil que todos nós queremos (FON, 2013).

Difundido pelas redes sociais da internet, o depoimento de Fon gerou vários comentários, inclusive de outras pessoas que também passaram pelas salas de tortura. Dentre elas, Claudio Ribeiro fez a seguinte observação:

Fon, já passei várias vezes em frente ao prédio.[...]. Nunca tive coragem de entrar. Seu relato me emociona. Eu ainda prefiro ficar longe. Podem me chamar do que quiserem, mas a memória de muitas coisas é extremamente delicada. [...] Eu depus na Comissão da Verdade. Recusei-me terminantemente a fazer relato sobre o que passei porque isso não me faz bem [...]. A minha via sacra durou 71 dias. Não quero lembrá-los. Não tenho coragem para isso (RIBEIRO, 2013).

Esse mesmo sentimento externado por Fon e Claudio Ribeiro, foi revivido por vários outros antigos militantes de esquerda perseguidos pela ditadura civil-militar, quando do julgamento dos seus processos de reparação pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Em uma de suas sessões, instalada na Universidade Federal de Uberlândia, em maio de 2009, os depoimentos emocionados das pessoas vitimadas pelo sistema, ou dos seus familiares, quando convidados pela Comissão para se manifestar, comoveu uma plateia composta majoritariamente por estudantes universitários. Dentre os depoentes, a artista plástica e historiadora, Marina Vieira da Paz, na época com 64 anos de idade, lembrou do ocorrido com ela e demais membros

da sua família. Os 38 anos que se passaram desde o seu sequestro, seguido de prisão e tortura não foram suficientes para apagar da sua memória, as marcas do sofrimento. Segundo ela, os hematomas do corpo foram sumindo com o passar do tempo, mas as lembranças são

sequelas que ficam para sempre. Delas não tenho como me livrar. Até que gostaria de sofrer uma amnésia. Ainda tenho algumas sequelas físicas, mas para mim a democracia não tem limites. Não sei nem definir a democracia como a vejo. Ela não tem fronteira, ela não tem medo, ela sempre avança. [...]. Eu queria que os jovens soubessem do preço que foi pago pela democracia. Nada nos foi dado de mão beijada. Tudo foi conquistado a preço de sangue e de muitas vidas. A juventude precisa cuidar da democracia, que é a maior riqueza desse País. É ela que permite, por exemplo, elegermos um operário para a presidência da República. É necessário valorizar a liberdade que temos (ARTISTA TRAZ NA ALMA..., 2009).

Todos esses depoimentos, que se somam a tantos outros que foram e continuam sendo prestados pelas vítimas da ditadura no Brasil, são de extrema relevância para se conhecer cada vez mais e melhor esse período tão sombrio da história do País. Por isso mesmo, como bem sintetizou Augusto Boal,

não só hoje, mas todos os dias, devemos lembrar desses covardes assassinatos, cometidos pela subversiva ditadura cívico-militar que, durante tantos anos, torturou e assassinou tantos patriotas empenhados apenas em restaurar a democracia violada, ditadura que concentrou riquezas e distribuiu misérias. Temos que acreditar na Pedagogia da Memória, não como vingança, mas porque só através do estudo do passado poderemos entender o presente, e preparar o futuro (POMAR, 2012).

O retorno dos rebeldes: novos rumos, outras perspectivas

A partir da segunda metade do ano de 1979, o Brasil e o mundo pode acompanhar pelas imagens televisivas e pelos noticiários dos diferentes meios de comunicação, que a luta em defesa da anistia para os perseguidos políticos pela ditadura, instalada no Brasil a partir de 1964, apresentava os primeiros resultados

concretos. Pouco a pouco, os presos políticos encarcerados nos variados estados brasileiros iam sendo libertados, os exilados no exterior, após terem autorizados os seus passaportes, reingressavam no País e as pessoas que submergiram na clandestinidade, mesmo permanecendo em terras brasileiras, voltavam a assumir as suas próprias identidades.

Nos anos seguintes, especialmente na primeira metade da década de 1980, com o fortalecimento da sociedade civil brasileira e com a eclosão de variadas formas de organização e lutas em defesa da democracia, muitos direitos de cidadania foram resgatados. A reinserção dos perseguidos políticos pela ditadura civil-militar na sociedade brasileira tornava-se realidade.

Uma análise dos acontecimentos que tiveram lugar no Brasil a partir desse período, com destaque para a retomada do pluripartidarismo, em 1985, permite identificar que a participação na esfera política, com atuação partidária e ocupação de postos nos legislativos ou executivos, foi a opção de muitos daqueles integrantes da esquerda brasileira perseguidos pela ditadura civil-militar. Desde então, nomes, como os de Miguel Arraes, Leonel Brizola, José Dirceu, Fernando Gabeira, Vladimir Palmeira, Apolônio de Carvalho, entre tantos outros, tornaram-se figuras de expressividade no cenário político brasileiro ao longo das duas últimas décadas. Em levantamento feito por Maria Celina D'Araujo, ficou constatado que, apenas no executivo federal, de 1985 a 2010, portanto, compreendendo os governos de José Sarney, Fernando Collor de Melo, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio da Silva, 55 ministérios e 64 cargos de direção, assessoramento ou de natureza especial foram ocupados por pessoas que figuraram como presos, exilados políticos, anistiados ou que tiveram participação em organizações clandestinas durante a vigência da ditadura (D'ARAÚJO, 2009, p. 17).

A postura adotada por esses agentes nos espaços políticos institucionais dos quais tomaram parte, nestas duas últimas décadas e meia nas quais o Brasil tem experimentado uma nova fase de estabilidade institucional indicam, com raras exceções,

um grande distanciamento em relação às teses, concepções ou ideologias defendidas antes do golpe de 1964. As clássicas teses da revolução sangrenta, condição necessária para implantar a ditadura do proletariado, foram cedendo espaço para a defesa do socialismo democrático, para alguns, ou, até mesmo, para a aceitação de um capitalismo mais humano ou mais democrático, para outros. A convicção sobre a necessidade de adoção de meios violentos para tomada do aparelho de estado, condição entendida como indispensável para promover a transformação social, foi substituída pela defesa de reformas que avancem na melhoria das condições de vida. Antes, a luta armada; agora, as ações institucionais. Outrora, a revolução para colocar fim ao sistema capitalista, à propriedade privada, às diferenças de classe; agora, a garantia dos direitos de cidadania, empregabilidade, controle inflacionário, melhor distribuição de renda e o combate à fome e à pobreza.

São muitos os fatores que ajudam a compreender essas mudanças processadas na esquerda brasileira perseguida pelo regime ditatorial. Os (des)caminhos trilhados pelo socialismo real; as reeleições ou revisões promovidas pelos partidos ou correntes de pensamento internacionalmente organizados, dos quais muitos desses sujeitos faziam parte; os redimensionamentos promovidos pelo próprio sistema capitalista. Entretanto, as experiências vivenciadas pelos exilados em contato com variadas realidades de outros países, repassada para os que permaneceram em terras brasileiras, seja durante o período do exílio, ou, após o retorno, parecem ter sido fatores determinantes. Nesses contatos, a empolgação com os temas que tratavam da revolução foram cedendo espaço para os debates sobre a democracia. Segundo Rollemberg, a conjuntura dos anos 70, na Europa, colocou os exilados brasileiros que para lá se dirigiram

em contato com universos e referências que ampliavam enormemente as perspectivas políticas e a visão de mundo. Temáticas até então desvalorizadas pela esquerda brasileira – e mesmo ausente nela – vieram para o centro da discussão. As descobertas pareciam sem fim no Velho Mundo” (ROLLEMBERG, 2004, p. 289).

Ou seja, O contato direto com movimentos culturais e sociais, que eclodiram na Europa a partir de maio de 1968, contribui para uma revisão das leituras focadas na centralidade do trabalho, em especial, aquelas de caráter economicista que fetichizavam as relações de produção, entendendo que por meio delas tudo poderia ser explicado ou compreendido. Com essa abertura de horizontes, o cotidiano é descoberto e as ações ali desencadeadas, antes entendidas como mero suportes para reprodução das relações de produção, passam a ser valorizadas e politizadas. Some-se, a isso, certo desencantamento com o socialismo real, expresso pelas críticas ao Stalinismo e seus corolários, ou, pelas próprias limitações daquele sistema em colocar em prática as teses defendidas. Tudo isso, foi presenciado *in loco* por parte daqueles que, forçados a abandonar o Brasil, escolheram esses países para instalar suas novas moradias. Aos poucos, por pressão das mulheres que participavam ativamente das discussões políticas “temas como sexualidade, contracepção, trabalho feminino, maternidade e aborto foram incorporados ao debate” (BASTOS, 2006, p. 2). Portanto,

o convívio forçado numa realidade social onde os privilégios de classe eram minimizados, onde não era comum ter empregada doméstica, e o contato com mulheres que se rebelavam e se mobilizavam coletivamente em oposição a problemáticas encaradas pelas brasileiras como naturais e nunca discutidas, foi extremamente importante para o reconhecimento da questão da opressão da mulher como objeto de luta política (BASTOS, 2006, p. 2).

Nesse sentido, “o exílio, que a princípio foi derrota, perda, eliminação, afastamento, abriu outros horizontes para as esquerdas, colocando-as em contatos com realidades as mais diversas” (ROLLEMBERG, 2004, p. 11). Por isso, “o exílio brasileiro foi, simultaneamente, a eliminação, o afastamento das gerações 1964 e 1968 e a sua sobrevivência, o lugar da liberdade de pensamento e crítica, de aprendizado e enriquecimento, o lugar da transformação e da **metamorfose**, a negação da negação” (ROLLEMBERG, 2004, p. 13). Luis Roniger, em estudo voltado para os exilados latino-americanos, também, constatou os impactos dessa experiência na reformulação de suas perspectivas de vida. Para esse autor, “el exilio há forzado a los desterrados a

repensar compromissos políticos e identidades, visões coletivas y prácticas institucionales” (RONIGER, 2009, p. 84). Trata-se, portanto, de

uma experiencia traumática de violación de los derechos humanos que plantea retos personales y colectivos. El destierro impulsa nuevas experiencias, genera nuevas ideas y permite comprender desde nuevos ángulos la política y las funciones sociales, incluyendo los roles de pareja, género y familia. A menudo los residentes em el exilio problematizan y amplían sus perspectivas de identidad y desarrollo personal así como su entendimiento de la relación entre lo nacional, lo transnacional y lo universal (RONIGER, 2009, p. 90).

Corroborando essa visão, ao analisar algumas publicações organizadas por brasileiros em diferentes países, Barcelos e Ribeiro, constataram

o impacto do contato com diferentes culturas para a expansão da visão de mundo e para a atualização dos projetos políticos entre a colônia de exilados. Isto pode ser observado por meio da incorporação de questões pouco valorizadas na pauta de discussões da esquerda brasileira, como o feminismo, a questão racial, o respeito ao homossexualismo e a proteção ao meio ambiente (BARCELOS e RIBEIRO, 2009, p. 12).

Ainda, segunda as autoras, nas publicações voltadas para as questões culturais, em especial nos últimos anos do exílio, ficam nítidas as “contribuições fornecidas pelo contato com a cultura estrangeira para a atualização da esquerda brasileira”. Os textos ali reunidos abordam

questões relacionadas aos antigos tabus brasileiros, como o papel social da mulher, a sexualidade e preconceitos raciais. O que se buscava, naquele momento, era reforçar a luta pela reinserção social de grupos tradicionalmente discriminados e pelas exigências no âmbito econômico” (BARCELOS e RIBEIRO, 2009, p. 9-10).

Outro aspecto destacado nas análises de Barcelos e Ribeiro diz respeito ao fato de que as exiladas que participaram do Círculo de Mulheres Brasileiras, fundado em Paris entre 1975 e 1976, adquiriram um novo significado para a militância política:

elas buscaram unir o público e o privado; tornar político o que antes era considerado assunto pessoal, íntimo e subjetivo; considerar e politizar as emoções, sentimentos, relações pessoais e laços familiares; problematizar as transformações do cotidiano e as questões domésticas; falar de amor e de sexo, de dor, de traumas e frustrações, de alegria, esperança e projetos individuais, valorizando a troca de experiências pessoais e a interação entre as participantes (BARCELOS e RIBEIRO, 2009, p. 5).

No caso dos operários brasileiros perseguidos pela ditadura civil-militar, aqueles que se dirigiram para a Europa fundaram o Grupo de Apoio à Oposição Sindical (GAOS), unindo, além da Oposição Sindical proveniente do Brasil, várias organizações sindicais europeias e americanas. Com sede em Paris, o GAOS se tornou um espaço fértil de debates, interlocução e aprendizagem política. Muitos temas ali debatidos tiveram influência direta nas teses e ações que esses militantes adotariam no Brasil, após o retorno, como a criação do Partido dos Trabalhadores e, logo depois, a fundação da Central Única dos Trabalhadores (NASCIMENTO, 2010). Segundo Nascimento, o contato desses trabalhadores com essas várias experiências,

como a própria CFDT [Confederação Francesa Democrática do Trabalho] após maio de 1968, a revolução argelina, a Revolução dos Cravos em Portugal, o “outono caldo” dos trabalhadores italianos, as lutas dos trabalhadores nos países do Leste europeu, levaram estes companheiros, uns mais outros menos, a uma compreensão muito rica do projeto da autogestão socialista. Este era um eixo comum: as experiências desenvolvidas na volta ao Brasil, junto com os que por aqui ficaram, reconstruindo no dia-a-dia o movimento operário-sindical e popular (NASCIMENTO, 2010).

Os depoimentos de Herberto José de Souza, o Betinho, sobre as perseguições sofridas por ele durante o período da ditadura civil-militar, no Brasil, e sobre as experiências adquiridas no exílio e na clandestinidade, dentro e fora do País, também são bastante reveladores. Em 1970, Betinho, embora tivesse retornado ao Brasil após o

seu primeiro exílio, foi obrigado a permanecer na clandestinidade em função da implacável perseguição dos governos militares. Segundo ele, essa situação forçava-o a perder vinculação com a realidade concreta, além do risco permanente de ser preso. Por isso, ele começou a

pensar sobre o que seria mais importante, ter um cara vivo podendo trabalhar, ou ter um cara morto por quase nada. Isso corresponde a uma tomada de consciência de que era necessária uma revisão completa de tudo [...]. Foi então que tomei a decisão [...] de sair [...]. Desta vez para o Chile (CAVALCANTE e RAMOS, 1976, p. 90).

Dando prosseguimento ao seu relato, Betinho avalia que, embora tenha sido um “parto prolongado e doloroso” romper com as convicções políticas que carregava, a sua ida para o Chile, ainda que nessas circunstâncias, possibilitou-lhe melhorar a capacidade de análise, compreendendo com maior clareza os erros cometidos no Brasil e facilitando o processo de desdogmatização (CAVALCANTE e RAMOS, 1976, p. 91 e 98). Em suas palavras, “comecei a rever o Brasil com muito mais realismo [...], passei a interpretar a própria desintegração, atomização e dispersão dos chamados movimentos revolucionários” (CAVALCANTE e RAMOS, 1976, p. 99). Na visão de Betinho, o exílio funcionou para a intelectualidade brasileira como uma espécie de vestibular, possibilitando “compreender as realidades continentais, latino-americanas, internacionais [...]. O exílio vai abrindo os caminhos para a percepção de um entendimento internacionalista e que tem reflexo imediato sobre a compreensão do Brasil” (CAVALCANTE e RAMOS, 1976, p. 109).

Afonso Lana, ex-integrante dos Grupos Colina e, depois, VPR, preso pela ditadura em Belo Horizonte, por sua atuação no movimento estudantil, afirma que durante as discussões realizadas na prisão ele e seus companheiros formularam “uma crítica sobre a nossa própria prática política anterior, mas, sem questionar ainda a questão da luta armada como elemento fundamental de transformação social”. No exílio, na Alemanha Oriental, entretanto, Afonso afirma que “rompeu com a VPR por discordância política, pois esta organização, assim como ALN, insistia em manter a

mesma prática política anterior”. Além disso, “após um contato mais direto com a realidade desse país [Alemanha Oriental], fui assumindo gradativamente uma posição mais crítica em relação ao socialismo real e muito crítica também ao próprio PCB”. De volta ao Brasil, em 1982, ainda manteve-se durante algum tempo filiado ao PCB, “apesar das críticas que tinha contra as ditaduras existentes nos antigos regimes do Leste Europeu”. Logo depois, “com a formação do PPS pelo antigo PCB, rompi definitivamente com este partido e ingressei no PT, mas não mantive a mesma militância de ‘tempo exclusivo’ dos tempos anteriores” (LEITE, 2012).

Os vários exemplos anteriormente referidos dão provas de que muitas das concepções ou propostas políticas defendidas antes do golpe de 1964 pela esquerda brasileira, perseguida pela ditadura civil-militar, foram ressignificadas, ou, até mesmo deixadas de lado. Ao retornarem do exílio ou saírem da clandestinidade, resgatando seus direitos de cidadania década e meia depois de uma ausência forçada, esses sujeitos trouxeram na bagagem aprendizagens políticas, extraídas das experiências vivenciadas no exílio ou na clandestinidade, que contribuíram para (re)significar concepções e ideologias cultivadas antes do golpe de 1964. Ou seja, as adversidades enfrentadas nas experiências recentes foram, para muitos, definidoras nas opções de vida desses sujeitos, tanto na reinserção na sociedade brasileira quanto no que diz respeito ao engajamento em projetos para o País. Entretanto, essas mudanças não permitem deduzir que tenha ocorrido, ao menos de forma generalizada, uma ruptura com a perspectiva de emancipação dos trabalhadores, como aparece em algumas críticas, sobretudo, daqueles que se mantiveram fiéis às concepções anteriores. Elas expressam, também, amadurecimento político que possibilitou releituras em termos de concepções que descortinaram novos horizontes de ação para se alcançar tais objetivos. Por outro lado, para expressivo número desses sujeitos, é fato que esse sonho foi se distanciando das suas formas de ação na proporção direta em que passaram a ocupar cargos de destaque nas instâncias formais do poder instituído, nos últimos vinte e cinco anos de normalidade democrática, no País. Mas, esse é um assunto par ser trabalhado em outro momento.

REFERÊNCIAS:

AGAMBEN, G. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

BARCELOS, T. A.; RIBEIRO, A. P. G. Militantes e jornalistas: A imprensa editada por exilados políticos brasileiros. In: XIV CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE - INTERCOM – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO, 2009, Rio de Janeiro. **Anais**, Rio de Janeiro, 7 a 9 de maio de 2009.

BASTOS, N. S. O círculo de mulheres brasileiras em paris: uma experiência feminista no exílio. In: USOS DO PASSADO - XII ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA ANPUH, 2006, Rio de Janeiro. **Anais**, Rio de Janeiro, 2006.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Brasília – DF: Editora da Universidade de Brasília, 1992.

BRASIL. ATO INSTITUCIONAL nº 1, de 09 de abril de 1964. Rio de Janeiro – GB, 09 de abril de 1964. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais>>, acesso em 22 de jan. 2013.

CAVALCANTE, Pedro Celso Uchôa e RAMOS, Jovelino (coords.) **Memórias do exílio: brasil, 1964 – 19???**, vol. 1 “De muitos caminhos”. São Paulo, Livramento, 1976.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Os ministros da Nova República: Notas para entender a democratização do Poder Executivo**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), 2009. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6745>>, acesso em 07 ag. 2012.

FON, Antonio Carlos. **Morri um pouco hoje**: a visita de Fon ao DOI-COD. Disponível em: <<http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/clipping>>, acesso em 01 de fev. 2013.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo, Ática, 1987, 3ª ed.

LEITE, Afonso Celso Lana, ex-militante da COLINA, atualmente é professor da Universidade Federal de Uberlândia. Entrevista concedida ao autor, em 13 de ag. 2012.

MOVIMENTO SOCIALISTA. **Revisionismo, economismo, reboquismo**, mimeo, s/d.

NASCIMENTO, Cláudio. **GAOS. 1ª Parte: a Oposição Sindical no exílio; GAOS. 2ª Parte: da “volta às fábricas” ao exílio; GAOS. 3ª parte: o apoio da CFDT aos dois encontros no exílio; GAOS. 4ª Parte: documentos raríssimos**. Passa Palavra, 30 de

Maio e 20 de Junho de 2010. Disponível em: <<http://passapalavra.info>>, acesso em 08 de nov. 2011.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Manifesto Programa: 5ª Conferência, Extraordinária, do Partido Comunista do Brasil, fevereiro de 1962.** Disponível em: <<http://grabois.org.br/portal>>, acesso em 06 de ag. 2012.

POMAR, Pedro. **A pedagogia da memória e o Massacre da Lapa.** RevistaForum.com.br, São Paulo, 08 de fev. 2012. Disponível em: <<http://revistaforum.com.br/blog/2012/02/a-pedagogia-da-memoria-e-o-massacre-da-lapa-2/>>, acesso em 07 ag. 2013.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil.** São Paulo, Brasiliense, 1990.

RIBEIRO, Claudio. Disponível em: <http://www.facebook.com/home.php?clk_loc=5>, acesso em 01 de fev. 2013.

ROLLEMBERG, Denise. **Nômades, sedentários e metamorfoses: trajetórias de vidas no exilo.** In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru – SP, EDUSC, 2004.

RONIGER, Luis. El exilio y su impacto en la reformulación de perspectivas identitarias, políticas e institucionales. **Rev. Ciencias Sociales Universidad de Costa Rica**, Costa Rica, nº 125, p. 83-101, 2009.

TIAGO, G. Artista traz na alma e no corpo marcas da tortura. **Jornal Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 17 mai. 2009.

POR UMA HISTÓRIA DOS TRABALHADORES LIVRES DE ALAGOINHAS E INHAMBUPE NOS ÚLTIMOS ANOS DA ESCRAVIDÃO – PRIMEIRAS NOTAS DE PESQUISA

Antonio Hertes Gomes de Santana

hertes_historiabahia@hotmail.com

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Mestrando em História

Resumo

O presente artigo tem como principal objetivo abordar parte da história dos trabalhadores livres pobres de Alagoinhas e Inhambupe (BA), na segunda metade do século XIX, a partir do diálogo com a historiografia nacional e internacional acerca da história do trabalho e dos trabalhadores. Procuramos entender como a historiografia (principalmente a brasileira) tem tratado os trabalhadores escravizados e livres e quais as suas contribuições para a nossa pesquisa. Entendemos que é possível analisar a história dos trabalhadores dessa região atentando para as 'lutas de classes' ou os 'movimentos sociais' e tentando superar o olhar da história 'vista de cima'. Processos criminais envolvendo trabalhadores livres são as fontes principais da nossa pesquisa. A partir delas, analisamos estratégias de sobrevivência traçadas pelos trabalhadores.

Palavras-chave: trabalhadores livres; Alagoinhas/Inhambupe; historiografia**Abstract**

This article has as main objective to approach the history of free workers poor from Alagoinhas and Inhambupe, in the second half of the nineteenth century, from the dialogue with national and international historiography on the history of work and workers. We seek to understand how the historiography (mainly Brazilian) has treated the enslaved and free workers and what their contributions to our research. We believe it is possible to analyze the workers' history of this region by looking up the 'class struggle' or 'social movements' and trying to overcome the gaze of history 'view from above'. Criminal proceedings involving free workers are the main sources of our research. From them, we analyzed survival strategies planned by workers.

Keywords: free workers; Alagoinhas/Inhambupe; historiography

Durante muito tempo a historiografia, sobretudo a brasileira, discutiu a história dos trabalhadores sob o olhar das autoridades ou dos grupos dominantes como um todo. No artigo “Sujeitos no imaginário acadêmico”, Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira da Silva analisam a mudança de paradigmas de interpretação sobre os trabalhadores escravos e livres nas últimas três décadas. Vejamos, a partir desse texto, um breve histórico da historiografia do trabalho no Brasil antes e após a década de 1980.

Na Europa, os costumes e as tradições dos trabalhadores influenciaram as lutas operárias. Aqui no Brasil, o pensamento social brasileiro construiu a ideia de ausência de cultura política nas classes populares. A narrativa histórica brasileira apagava os sujeitos e ocultava seus conflitos e suas diferenças.

O paradigma da ausência ou as falhas do tratamento dos trabalhadores na História, nas décadas de 1960 e 1970, originaram-se, principalmente, nos estudos de Joaquim Nabuco (na sua obra "O Abolicionismo") e de José de Alencar. Para Nabuco, por exemplo, a liberdade teria de ser 'doada' ou 'concedida' aos negros, já que estes eram considerados incapazes de obtê-la. Para Alencar (adversário de Nabuco), a intervenção do Estado nas relações entre senhores e escravos provocaria um caos social. Os dois autores consideravam os trabalhadores escravos e seus descendentes ausentes do processo histórico de sua própria libertação. (CHALHOUB e SILVA, 2009, p. 16-18)

Os chamados “revisionistas” da Escola Paulista de Sociologia (historiadores e cientistas sociais estudiosos das relações raciais das décadas de 1960 e 1970), a exemplo de Emília Viotti da Costa, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, Octavio Ianni, criticavam o mito da democracia racial proposto por Gilberto Freyre, mas também negavam a importância da cultura política dos trabalhadores, ao defender a “teoria do escravo coisa”. Os “revisionistas” baseavam-se nas fontes oitocentistas, principalmente em relatos de viajantes, e não atentavam aos preconceitos etnocêntricos, ao racismo ou às intenções desses observadores. (CHALHOUB e SILVA, 2009, p. 19-21)

Muitos estudos nesse período defendiam que a classe operária emergia como vítima de uma modernização incompleta e de um capitalismo tardio e que, por “falta de consciência adequada de classe”, os trabalhadores permaneciam impotentes para transformar social e politicamente o país. Aliás, segundo esses estudos, somente quando o Brasil se tornasse uma nação capitalista plenamente industrializada é que os trabalhadores “atualizariam” sua consciência à condição de proletários. Só para lembrar, faziam parte desses estudos, autores como Juarez Brandão Lopes, Fernando Henrique Cardoso, Leôncio Martins Rodrigues. Também na década de 1960, alguns teóricos dos “limites da democracia brasileira”, a exemplo de Francisco Weffort viam a classe operária como sujeito de auto-organização, mas essa interpretação (de viés ideologicista) está centrada mais no movimento operário e sindical do que na classe trabalhadora. (CHALHOUB e SILVA, p. 27-30).

Nas últimas três décadas, as preocupações com outros olhares sobre a história se intensificaram e as produções historiográficas passaram a contemplar também a visão dos 'vencidos', dos subalternizados. Na década de 1980 as interpretações valorizavam os relatos que enfatizavam a experiência, a negociação e a iniciativa dos grupos 'dominados'.

Em suma, buscava-se superar as versões contraditórias de abolicionistas e escravocratas, as divergências entre Joaquim Nabuco e José de Alencar, a necessidade de optar entre violência e 'doçura' na caracterização das relações escravistas. Principalmente, articulavam-se maneiras de inquirir as experiências dos próprios escravos, entender o sentido que eles mesmos conferiram aos seus labores e lutas cotidianas, resgatá-los enfim da 'enorme condescendência da posteridade'. (CHALHOUB e SILVA, 2009, p. 22)

Antes a classe operária era vista como subordinada, sem dinâmica própria. Somente a partir da década de 1980 é que a análise das práticas, das experiências dos 'dominados' evidenciaram o contrário. Autores como Maria Célia Paoli, Eder Sáder e

Vera da Silva Telles identificaram uma “ruptura”, uma mudança de paradigma no que tange os estudos da classe operária enquanto sujeito político.

Antes, a classe aparecia como sujeito subordinado, sem dinâmica própria que emergisse de suas práticas, “determinado por condições exteriores à sua existência concreta”; agora (meados dos anos 1980), surgia uma produção acadêmica empenhada em “captar nas experiências dos dominados a inteligibilidade de suas práticas”. (CHALHOUB e SILVA, 2009, p. 26)

Como decorrência dessa mudança de paradigmas, a história dos trabalhadores deixou de ser apenas a história do movimento operário organizado. Novos temas foram contemplados, as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro deixaram de ser o palco exclusivo da história operária e outras fontes documentais (processos judiciais, imprensa operária, fontes policiais, depoimentos orais) foram utilizadas. A forte influência dos estudos de E. P. Thompson, principalmente sobre a cultura plebeia e o direito na Inglaterra do século XVIII, contribuiu muito para que a historiografia brasileira analisasse os movimentos dos diferentes atores sociais. Daí surge um retorno às tentativas de interpretação do populismo, não na visão tradicional (em que os trabalhadores estavam submissos às estruturas de dominação do Estado), mas numa perspectiva que observasse as mediações institucionais, como a lei e a justiça.

Pelos estudos de Thompson (...) tornou-se possível pensar os problemas da legislação e aplicação dos direitos trabalhistas como “campo de força comum” em que diferentes atores se movimentavam, ou, dito de outra forma, como recursos e significados sociais gerais passíveis de diferentes apropriações políticas pelos sujeitos históricos. As mediações institucionais, a lei, a justiça, as encenações e retóricas públicas traçavam os limites daquilo que seria politicamente possível não apenas para trabalhadores, mas também para autoridades públicas e patrões. (CHALHOUB e SILVA, 2009, p. 35)

A partir daí, surgiram pesquisas acadêmicas que analisavam os escravos que buscavam a liberdade na justiça. Podemos citar como exemplo os estudos de Silvia H. Lara e de Sidney Chalhoub.

Segundo Silvia H. Lara, aparentemente, não havia nenhuma relação entre os estudos sobre a formação da classe operária, as relações sociais, o direito na sociedade inglesa do século XVIII, com a história dos negros no Brasil. Mas a partir dos conceitos de luta de classes e de hegemonia, isso é possível. A inclusão dos grupos excluídos como sujeitos históricos deve ser acompanhada de uma nova abordagem, incluindo todos os sujeitos.

Lembremos, com Thompson, que as relações históricas são construídas por homens e mulheres num movimento constante, tecidas através de lutas, conflitos, resistências e acomodações, cheias de ambiguidades. Assim, as relações entre senhores e escravos são fruto das ações de senhores e de escravos, enquanto sujeitos históricos, tecidas nas experiências destes homens e mulheres diversos, imersos em uma vasta rede de relações pessoais de dominação e exploração. (LARA, 1995, p. 46)

Como sugere Lara, devemos incluir a história da escravidão como parte da história social do trabalho e não como uma história isolada. Precisamos aprender a pensá-la como parte da história social do trabalho e incluir as lutas pela liberdade como parte integrante dos chamados movimentos sociais deste país. (LARA, 1995, p. 55) Isso por que, durante muito tempo, a história dos movimentos sociais incluía principalmente, ou exclusivamente, o movimento operário bem organizado, como por exemplo, o sindical.

Em suma, nas últimas décadas, os estudos sobre a história dos trabalhadores tem se preocupado em ampliar os conceitos e as possibilidades de pesquisa. Como lembra

Chalhoub, o próprio conceito de trabalhador tem sido ampliado, bem como o tema do cotidiano dos trabalhadores, que tem sido o ponto central das discussões. Estudou-se, por um lado, os discursos e ações das autoridades para impor condutas nas chamadas “classes populares” ou “classes perigosas”, e por outro, as múltiplas respostas dadas por esses grupos sociais que se articulavam. Os pobres em geral, trabalhadores, mas também os excluídos e marginalizados, os criminosos, prostitutas e loucos, passaram a ser inseridos nas pesquisas acadêmicas. Em outras palavras, as formas de controle sobre esses grupos sociais e suas práticas de resistência passaram a fazer parte das pesquisas historiográficas. Podemos citar aqui pesquisas de Boris Fausto, Margarete Rago, Marcos Bretas, Sidney Chalhoub, José Murilo de Carvalho, entre outros. (CHALHOUB e SILVA, 2009, p. 41-42)

Veremos como as pesquisas dos últimos anos, sobretudo referentes aos conflitos envolvendo trabalhadores e autoridades, tem influenciado diretamente nossa pesquisa sobre a história de Alagoinhas e Inhambupe nas últimas décadas da escravidão. Antes, porém, é necessário apresentar a proposta de pesquisa e seus primeiros resultados. Em linhas gerais, os estudos de Thompson, contribuíram diretamente para isso, visto que analisam os movimentos dos trabalhadores numa perspectiva principalmente cultural.

A pesquisa historiográfica tem como principal objetivo abordar as condições sociais dos trabalhadores livres pobres das vilas de Alagoinhas e Inhambupe, Bahia, e algumas ações criminosas (furtos) na segunda metade do século XIX. Em outras palavras, pretendemos estabelecer uma relação entre os crimes de furto envolvendo trabalhadores livres pobres e suas condições socioeconômicas. Além disso, a pesquisa também pretende estudar o olhar e as ações das autoridades para punir esses delitos. Nos códigos de postura dos municípios, por exemplo, encontramos preocupações do Poder Legislativo com as propriedades. Aliás, podemos pensar na possibilidade de estabelecer uma relação de conflito pela manutenção da propriedade de um grupo e pela sobrevivência ou por direitos de outro grupo.

Alagoinhas e Inhambupe são dois municípios localizados no nordeste da Bahia e tem considerável importância para a região. No século XIX, a agricultura era a principal atividade econômica. Analisando os dados do Recenseamento de 1872, podemos observar que as vilas, nas últimas décadas do século XIX, possuíam uma população de livres muito grande em relação à de escravos, e que esses livres viviam principalmente de trabalhos agrícolas ou não tinham uma profissão. O número de lavradores e dos sem profissões (principalmente de pessoas desocupadas) nos faz crer que a região vivia em más condições socioeconômicas, situação semelhante à grande parte da Bahia e da região nordestina da época. Os números do recenseamento, portanto, podemos nos ajudar a pensar na ideia de que os trabalhadores livres pobres necessitavam de outros meios de sobrevivência, de outras ‘estratégias de autonomia’. Daí, por exemplo, as práticas de furto. Além disso, os dados do senso possibilitam fazer uma relação das condições dos pobres com a classificação étnico-racial. A grande maioria da população era composta de negros e pardos e carregava o fardo da pobreza e ao mesmo tempo da discriminação racial. De um total de 6.710 pessoas na Paróquia de Santo Antonio de Alagoinhas, por exemplo, 5276 eram pardos e negros, que vivam sem profissão, da lavoura, ou sob o regime da escravidão. (Recenseamento do Brasil em 1872 – Bahia, p. 346). O questionamento maior que podemos fazer dessa fonte é sobre o perfil das pessoas consideradas livres, ou sobre os significados de liberdade. Até que ponto, por exemplo, os lavradores que executavam serviços em condições semelhantes aos escravos podiam ser considerados livres?

O principal problema que orienta esta pesquisa é tentar entender – para além da necessidade de sobrevivência de homens e mulheres livres e libertos - a lógica dos indivíduos que praticavam os crimes de furto, procurando perceber, através da leitura dos processos, quais as relações a partir das quais se organizavam esses crimes, e os conflitos de classe que geravam.

Partindo da bibliografia sobre os conflitos pela posse da terra no Brasil, a partir de 1850, consideramos a possibilidade de que esses crimes faziam parte da busca dos envolvidos pela sobrevivência, pelo acesso à terra e pela manutenção de algum grau de

autonomia em relação aos proprietários. Em outras palavras, alguns crimes cometidos por trabalhadores livres pobres, em particular crimes contra a propriedade (furtos), podem ser entendidos como estratégias de sobrevivência desses trabalhadores ou até mesmo como um movimento social ainda embrionário. Em alguns momentos, observamos que aparentemente, os crimes de furto em Alagoinhas pareciam bem organizados. Alguns noticiários de jornal até falavam em uma “sociedade de furtos de animais” que agia frequentemente no local¹.

Na análise das fontes, os furtos a produtos agrícolas aparecem em quantidade menor do que os furtos a animais. Podemos pensar que os trabalhadores livres pretendiam uma ascensão social mais rápida. Ou seja, certamente o roubo a produtos agrícolas não possibilitava isso, ao contrário do furto de animais. Aliás, provavelmente como lavradores, não careciam tanto de produtos agrícolas, mas sim de algo mais

1 No Jornal “A Verdade” de 11/02/1877 há, na parte de noticiários, a informação de uma tentativa de fuga de presos na cadeia de Alagoinhas. O preso que tentou fugir era um dos implicados na “sociedade de furtos de animais”: “TENTATIVA DE FUGA DE PRESOS – Na tarde do dia 5 do corrente, às 5 horas, o preso de nome Joaquim Travassos, um dos implicados na sociedade de furto de animaes, e de que demos notícia em o nº passado, tentou evadir-se da prisão, arrombando a cadeia; mas para isto bastou lhe dar um grande empurrão na parede da frente, a qual veio abaixo pelo máo estado em que se achava...(Jornal A Verdade, 11/02/1877)”. No mesmo jornal, aparece mais uma informação sobre implicados no furto de animais no município: INQUÉRITO POLICIAL – No dia 9 do corrente pelo Juizo Municipal foi remetido ao Dr Promotor Público o inquérito policial contra Antonio Pedro, Joaquim Travassos e Manoel Cyriaco, implicados em furto de animaes, sobre que demos notícia em o nº passado”.

valioso. Podemos também pensar na ideia de que a maioria desses sujeitos não vivia em extrema miséria (como passar fome, por exemplo), senão certamente encontraríamos muito mais roubos de alimentos, ou produto. Walter Fraga Filho, em “Encruzilhadas da Liberdade” tem nos mostrado a importância do roubo de gado como uma estratégia de sobrevivência dos trabalhadores na região do recôncavo baiano. Ciro Flamarion Cardoso, em “Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas”, trata da “brecha camponesa” como uma possibilidade de mercado para o escravo, o livre ou liberto. Há alguns casos na região estudada aqui em que os trabalhadores vendiam ao gado já abatido para outras localidades.

Desde a época em que a vila de Alagoinhas torna-se município, ainda na década de 1850, a Câmara de vereadores e a Assembleia Legislativa Estadual discutiram e aprovaram as normas de regulamentação das terras agrícolas, visando a manutenção da economia açucareira e fumageira, as mais importantes da região no período. Inclusive aparece explicitamente a obrigatoriedade de se plantar cana, café e tabaco como gênero de exportação. Os demais produtos seriam para a subsistência local. (APEB, Seção legislativa, livro 855, 1860). Ou seja, havia de fato uma preocupação dos legisladores com a economia agrícola que era mantida principalmente com a mão-de-obra livre e escrava. Além disso, em toda a segunda metade do século XIX, houve a necessidade de se estabelecer o controle das atividades nas quais os grupos mais pobres, livres ou egressos da escravidão ocupavam, como a agricultura, os serviços pesados, os serviços informais, etc. E mais ainda, era necessário vigiar e, se possível, punir os grupos livres ou libertos considerados ociosos ou vadios. Os controles iam desde os produtos que deviam ser cultivados na terra, o que podia ser tirado da natureza (caça, pesca) até os instrumentos de trabalho que se poderia utilizar. No setor urbano, nos primeiros anos em que a feira foi implantada, por exemplo, houve uma preocupação com o uso do carro de mão, pois o legislativo alegava que ele era usado também em construções e no transporte de lixo, e portanto deveria ser controlado ou proibido. (Biblioteca Pública do Estado da Bahia, Leis e resoluções da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia, nº 2574 a 2579 no ano de 1887). No setor rural, as posturas tratavam mais da proibição de

colheitas e derrubadas de madeiras. As proibições eram acompanhadas de pagamento de multas e em alguns casos prisões. (Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB, Seção Legislativa, Livro 855, 1860).

As correspondências trocadas pelas autoridades (juízes, delegados, legislativo, presidente de província) também nos permitem observar a situação socioeconômica da região e o olhar sobre os grupos menos favorecidos. São documentos de conteúdo contraditório, pois em alguns momentos, por exemplo, relatavam os períodos de paz nas localidades; em outros falavam dos problemas sérios que assolavam a região. No final da década de 1850 e início de 1860, o juiz de Inhambupe enviava correspondências ao presidente da província tratando principalmente da tranquilidade pela qual a vila passava. Logo em seguida, fala da carestia do preço dos alimentos e, conseqüentemente, de outros problemas originados disso, como a fome e os roubos. A partir dessas correspondências é possível encontrar outras informações a respeito dos sujeitos que mais nos interessa aqui. Dados referentes aos crimes ocorridos num período, como a tipologia dos crimes, a classificação e situação dos réus, entre outros.

Os relatórios de presidente de província também nos oferecem dados valiosos a cerca dos problemas da região, bem como as diversas ocorrências registradas pelos agentes de polícia. Na maioria dos relatórios analisados até então, as ocorrências de furtos aparecem minimamente. Aliás, esse tipo de crime sempre apareceu como de menor importância para as autoridades, mas isso não significa que de fato ele não trouxe preocupações para proprietários e para as próprias autoridades. É importante frisar que não era comum, no século XIX, a abertura de processos criminais por furto e, talvez por isso, também que não os encontramos em grande quantidade nos arquivos nem nos relatórios de polícia ou de presidente de província.

A partir das leituras de E. P. Thompson, procuramos entender as relações entre os grupos dominantes e dominados no que tange o direito à propriedade. A partir das análises do autor, podemos concluir que a aprovação da chamada lei negra na Inglaterra do século XVIII está relacionada à luta de classes pelo direito à propriedade. Por um

lado, os dominantes lutavam para preservá-la, e por outro lado, os dominados procuravam nela um meio de sobrevivência, visto as condições socioeconômicas nas quais estavam inseridos. Os casos de Alagoinhas e Inhambupe na segunda metade do século XIX podem ser mais bem explicados se fizermos uma relação com esse exemplo que Thompson nos traz. Ao observarmos os códigos de postura das câmaras municipais, correspondências do legislativo para o presidente da província, percebemos a preocupação dos legisladores com a proteção da propriedade, sobretudo da propriedade rural. Essa preocupação, certamente estaria relacionada com os conflitos que ocorriam na localidade envolvendo trabalhadores livres pobres.

Na obra "Costumes em comum", Thompson analisa alguns costumes populares na Inglaterra do século XVIII como representações de reivindicação de direitos. Os vários movimentos sociais (os motins da fome, por exemplo) eram vistos pelo autor a partir da análise da cultura, dos costumes do povo inglês. Para a nossa pesquisa, Thompson contribui nesse sentido, pois percebemos as estratégias de sobrevivência dos trabalhadores livres pobres (incluindo os próprios furtos) e as reações das autoridades e proprietários. Além disso, as tramas dos trabalhadores (analisadas nas entrelinhas de cada processo criminal) podem estar relacionadas à consciência e aos costumes desse grupo. Como salienta Thompson "a consciência e os usos costumeiros eram particularmente fortes no século XVIII. Na verdade, alguns desses 'costumes' eram de criação recente e representam as reivindicações de novos 'direitos'".(THOMPSON, 2010, p. 13)

Enfim, como sugere Lara, sem dúvida a obra de Thompson pode nos dar suporte para qualquer pesquisa que inclua o negro ou outros grupos sociais subalternizados no Brasil.

De modo nem sempre explícito e com certeza sem planejamento e sem qualquer linearidade, Thompson esteve ligado a este processo: sem nem mesmo saber disso, soprou bons ventos sobre a historiografia da



experiência negra no Brasil. Por sua causa, muitas perguntas, algumas já antigas, puderam ensaiar outras respostas. (LARA, 1995, p. 56)

A história dos trabalhadores livres de Alagoinhas e Inhambupe nas últimas décadas da escravidão deve ser entendida “de baixo para cima”, ou seja, analisando principalmente as ações desses trabalhadores para sua própria sobrevivência, mesmo que as principais fontes documentais utilizadas na nossa pesquisa sejam de origem oficial. É nas entrelinhas de cada documento que encontramos as vozes dos trabalhadores.

Resumindo, ao analisar as mudanças na historiografia do trabalho no Brasil nos últimos anos, observamos que não é válido estudar a história dos trabalhadores (seja livres ou escravos) sob a perspectiva apenas da classe dominante, senão continuaremos a cometer equívocos de interpretação.

Sem dúvida Thompson tem nos ensinado que, além das perspectivas puramente econômicas, devemos trabalhar numa perspectiva cultural. Aliás, ao contrário do que fizeram muitos historiadores há algumas décadas atrás, temos que atentar para o fato de que os trabalhadores tem dinâmica própria, cultura de organização, mesmo sem estarem engajados num movimento social organizado ou institucionalizado.

As novas pesquisas sobre a história dos trabalhadores do Brasil, influenciadas pelos estudos de Thompson (e aí podemos citar novamente Sidney Chalhoub, Silvia H. Lara, e tantos outros) têm nos mostrado que é possível entender como os trabalhadores se organizavam, como lutavam por seus direitos, analisando não em qual movimento social estavam inseridos, mas a lógica da sua cultura, analisando principalmente o cotidiano.

É nessa perspectiva que podemos estudar também a história dos trabalhadores livres de Alagoinhas nas últimas décadas da escravidão. As práticas de furto, por exemplo, podem ter feito parte da dinâmica de organização dos trabalhadores. Mas,

como já foi dito, é mais importante analisarmos, nas entrelinhas de cada processo criminal, os detalhes da vida, o cotidiano de cada trabalhador, do que os crimes em si.

James C. Scott, em “Exploração normal, resistência normal”, nos influencia na pesquisa por dar importância às formas cotidianas de resistência camponesa, muitas vezes esquecidas pela historiografia. Aliás, como afirma o autor, “na maior parte do tempo, os camponeses aparecem nos registros históricos não tanto como atores históricos, mas como contribuintes mais ou menos anônimos às estatísticas sobre recrutamento militar, impostos, migração de mão-de-obra, propriedade da terra e produção agrícola”. (SCOTT, 2011, p. 218). Para Scott, as “formas brechtianas de luta de classe” ou as “armas ordinárias” dos grupos relativamente desprovidos de poder são a relutância, a dissimulação, a falsa submissão, pequenos furtos, simulação de ignorância, difamação, provocação de incêndios, sabotagem, etc. “Elas exigem pouca ou nenhuma coordenação; representam uma forma de autoajuda individual; e tipicamente evitam qualquer confrontação simbólica com as autoridades ou as normas da elite”. (SCOTT, 2011, p. 219). No projeto de pesquisa aqui apresentado, os lavradores aparecem como réus ou como testemunhas dos furtos que podem ser considerados como essas “armas ordinárias” sugeridas por Scott.

A partir da leitura de Paulo Pinheiro Machado, em “Lideranças do Contestado”, podemos questionar sobre o conceito de liberdade. Estudando as “lideranças do contestado”, o autor fala da condição do homem livre. O que significa, de fato, ser livre no Brasil do final do século XIX e início do XX? Machado não vê uma completa submissão de agregados e peões ao fazendeiro. Ele fala de uma “grande polarização social”, explodindo em assassinatos, conflitos entre lavradores e criadores, atuação de quadrilhas de salteadores e frequente roubo de gado. (MACHADO, 2004, p. 66-67). É possível também atentar para algumas relações de compadrio entre os fazendeiros e os lavradores, peões e agregados.

Mesmo estudando os trabalhadores urbanos do Rio de Janeiro, Sidney Chalhoub nos influencia na pesquisa a partir dos exemplos de fontes utilizadas e pela discussão de

alguns conceitos históricos essenciais. O próprio conceito de trabalhador tem sido ampliado nas últimas décadas, segundo Chalhoub. Em “Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque”, o autor nos mostra que é possível entender os atos criminosos dos trabalhadores como uma luta cotidiana pela sobrevivência, e não é necessário que essa luta esteja relacionada a um movimento social bem organizado como o movimento operário:

A opção por abordar a questão do controle social do ponto de vista da experiência cotidiana da classe trabalhadora procura ressaltar o fato de que as relações de vida dos agentes sociais expropriados ‘são sempre relações de luta’, ou seja, o tempo e o espaço da luta no processo histórico não se restringem aos movimentos reivindicatórios organizados dos dominados – como os diversos movimentos do movimento operário, por exemplo. (CHALHOUB, 2001, p. 52)

Walter Fraga, em “Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX”, traz uma discussão a respeito de como o trabalhador livre pobre da sociedade escravista era visto pelas autoridades. Mesmo reconhecendo que vadiagem fora uma palavra muito ‘fluida’, podemos atribuir um significado a ela de acordo com o nosso objeto de discussão. Aqui, a vadiagem estaria relacionada ao desemprego ou ao vínculo inconstante com o mercado de trabalho. Ou ainda, como sugere Fraga, aos meios ‘ilícitos’ de sobrevivência.

A palavra vadiagem algumas vezes podia recortar categorias muito restritas de ‘ociosos’, o submundo de ‘delinquentes’ que viviam à margem do trabalho ‘honesto’, recorrendo a meios ‘ilícitos’ de sobrevivência, tais como jogo e roubo. (FRAGA FILHO, 1996, p. 75-76)

Os atos criminais referentes a roubo em propriedades agrícolas em Alagoinhas no final do século XIX podem ser vistos sob a ótica das análises que Fraga faz em relação às condições de vida do trabalhador livre pobre, suas estratégias de sobrevivência e o olhar que os detentores do poder tinham sobre esse trabalhador. O que era considerado vadiagem, ociosidade, indolência ou delinquência para as autoridades, por exemplo, na perspectiva dos pobres livres poderia ser “uma forma de não se deixar explorar ou dominar pelas redes de poder senhorial”. (FRAGA FILHO, 1996, p. 77).

Com Márcia Maria Menendes Motta, na obra “Nas fronteiras do poder: conflitos de terras e direito agrário no Brasil de meados do século XIX”, dialogamos sobre os possíveis conflitos pela posse da terra ou dos produtos nela cultivados. Na região aqui estudada isso pareceu recorrente, como se pode notar a partir da análise de algumas fontes. Motta atenta para os movimentos dos sujeitos e suas relações sociais para legitimar ou se apropriar da terra.

Para ajudar a entender melhor como as autoridades viam as formas de resistência dos trabalhadores, é possível fazer uma relação com os estudos de Maria Helena Machado. Na obra “O plano e o pânico: os movimentos sociais na época da abolição”, a autora discute, entre outras coisas, as contradições nos discursos das autoridades no que tange às preocupações com os movimentos sociais na década da abolição. Em alguns documentos oficiais analisados sobre Alagoinhas e Inhambupe, percebemos essas contradições na situação socioeconômica.

Victor Nunes Leal também, em “Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil”, nos ajuda a perceber possíveis relações de poder entre os coronéis (proprietários de terras) e seus subordinados, além de possíveis relações de compadrio entre esses grupos. Podemos analisar casos em que a figura do coronel pode aparecer exclusivamente como protetor da sua propriedade ou como protetor do trabalhador que comete delitos.

Joana Medrado Nascimento, em “Boi fujão ou homem ladrão? Conflitos em torno do furto de animais na região de Geremoabo/BA entre 1880 e 1900”, nos faz

pensar sobre possíveis conflitos a partir das práticas criminosas. Na região estudada pela autora (Geremoabo - Bahia), o furto de animais podia estar relacionado com a fuga destes das propriedades e/ou pela invasão/destruição de plantios em terras alheias. Em alguns documentos (como os códigos de postura municipais e correspondências do legislativo, por exemplo) é possível observar menção a esse tipo de conflito em Alagoinhas e Inhambupe. Por isso a importância dos estudos dessa autora.

Keila Grinberg, no texto “Processos criminais: a história nos porões dos arquivos judiciários” nos sugere uma metodologia para se trabalhar com os processos criminais. Segundo a autora, é necessário: interpretar os processos como “mecanismos de controle social”; analisar as relações entre os diversos grupos sociais e as relações destes com as instituições judiciais; refletir sobre a produção desse tipo de fonte; lembrar que os processos criminais têm contradições, incoerências e mentiras; atentar para a relação entre a produção de vários discursos sobre o crime e o real (saber trabalhar com as versões). (GRINBERG, 2009, p.128). Nossa pesquisa tem como principal fonte processos criminais envolvendo trabalhadores. Daí a importância de atentar para essa metodologia.

Há uma série de pesquisas recentes que tratam do agenciamento dos escravos, dos trabalhadores livres e libertos no período aqui estudado. É importante atentar para essas abordagens e procurar refletir mais sobre o papel desses grupos que, durante muito tempo foram esquecidos ou tratados de maneira talvez injusta pela historiografia.

Os estudos sobre as ações dos trabalhadores livres de Alagoinhas e Inhambupe na segunda metade do século XIX e de outras regiões devem ser contemplados a partir do reconhecimento das lutas cotidianas, dos conflitos, das diversas formas de resistência, enfim do reconhecimento desses sujeitos como atores de suas próprias histórias.

REFERÊNCIAS

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. 2ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando T. **Sujeitos no imaginário acadêmico**: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. Cad. AEL, v.14, n.26, 2009.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade**: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870/1910). Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

_____. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX**. São Paulo/Salvador: Editora Hucitec; EDUFBA, 1996.

GRINBERG, Keila. Processos criminais: a história nos porões dos arquivos judiciários. In: LUCA, Tania Regina de; PINSKY, Carla B. **O historiador e suas fontes**. Editora Contexto, 2009.

LARA, Silvia H. **Blowing in the wind**: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. Proj. História (12), São Paulo, out. 1995.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MACHADO, Maria Helena. **O plano e o pânico**: os movimentos sociais na década da abolição. 2ª edição revista. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do contestado**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder**: conflitos de terras e direito agrário no Brasil de meados do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

NASCIMENTO, Joana Medrado. **Boi fujão ou homem ladrão?** Conflitos em torno do furto de animais na região de Geremoabo/BA entre 1880 e 1900. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo, RS. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos. São Leopoldo: Unisinos, 2007. CD-ROM.

SCOTT, James C. **Exploração normal, resistência normal**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, p. 217-243.

THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores**: a origem da lei negra. Tradução de Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DERIVA FOTOGRÁFICA DO BEM CIDADE, ENCONTRO, MEMÓRIA E FOTOGRAFIA

Bráulio Vinícius Ferreira
braulio.arq@hotmail.com

Universidade Federal de Goiás – Mestre
FAPEG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás.

Resumo

Inspirada na Deriva dos Situacionistas Internacionais, a Deriva Fotográfica do Bem tem como objetivo promover o encontro das pessoas com o Centro da Cidade de Goiânia. Desde 2010 a Deriva Fotográfica do Bem vem sendo realizada e produzindo um registro coletivo digital de fotografias, com a intenção de preservar a memória e registrar o olhar de cada participante sobre a cidade em sua própria caminhada pelo Centro de Goiânia. A inscrição para o evento, que desde 2012 é um projeto de extensão da UFG, é a doação de dois litros de leite que são repassados para uma instituição de apoio que trata de moradores de rua e andarilhos, o que justifica seu nome 'do Bem'. Este artigo objetiva refletir sobre a Deriva Fotográfica do Bem, tendo com o premissa os pressupostos da Deriva da IS e o registro dos participantes da Deriva Fotográfica do Bem através de algumas imagens e depoimentos registrados.

Palavras-chave: Deriva. Fotografia. Memória. Cidade.

Abstract

Inspired by the Situationist International Drift, Drift Photo of the Good aims to promote the meeting of people with the Downtown Goiania. Since 2010 the Drift Photography of Good has been accomplished and producing a collective record digital photographs with the intention of preserving the memory and register the look of each participant in your own walk by the Center of Goiânia. Registration for the event, which since 2012 is an extension project of UFG, is giving two gallons of milk that are transferred to an institution that comes to support homeless and wanderers, justifying its name 'the Well'. This article aims to reflect on the Photographic Drift Good having with the premise assumptions drift of IS, and registration of participants Drift Photo of Well through some pictures and testimonials recorded.

Keywords: Drift. Photography. Memory. City.

1. A Deriva

A palavra *Deriva* está relacionada à ideia de um desvio de caminho. Quando dizemos que um barco ficou à deriva é que certamente ele foi levado pelas águas sem rumo ou objetivo próprio. Derivar segundo o dicionário Aurélio é *desviar do curso ou do caminho*. (FERREIRA, 2010).

Para a Internacional Situacionista, a Deriva é uma técnica de passagem rápida por várias ambiências urbanas. O conceito da Deriva, segundo Guy-Ernest Debord (1931-1994), está ligado de forma indissolúvel ao reconhecimento de natureza psicogeográfica e à afirmação de um comportamento lúdico-construtivo, fazendo da experiência algo totalmente diferente e oposto à noção de passeio ou de viagem.

As grandes cidades são favoráveis à distração que chamamos de deriva. A deriva é uma técnica do andar sem rumo. Ela se mistura à influência do cenário. Todas as casas são belas. A arquitetura deve se tornar apaixonante. Nós não saberíamos considerar tipos de construção menores. O novo urbanismo é inseparável das transformações econômicas e sociais felizmente inevitáveis. É possível se pensar que as reivindicações revolucionárias de uma época correspondem à ideia que essa época tem da felicidade. A valorização dos lazeres não é uma brincadeira. Nós insistimos que é preciso se inventar novos jogos. (Debord, apud JACQUES, 2003, p. 17)

A deriva, portanto, como técnica de reconhecimento da cidade foi criada pela Internacional Situacionista como forma de promover a investigação e a pesquisa sobre a cidade. Para a IS a Deriva poderia ser realizada por uma ou várias pessoas que, por um período mais ou menos longo, pudessem rejeitar a rotina de deslocamento do cotidiano na cidade e “procurar um outro caminho para entregar-se às solicitações do terreno e das pessoas que nele venham a encontrar”, como diz Jacques (2003, p.87).

A deriva segundo Debord (2003), é a oportunidade de responder à frase de Marx – “Os homens não veem nada em torno de si que não seja o próprio rosto, tudo lhes fala deles mesmos. Até a paisagem é alvo vivo.” Esta resposta se dá pelo caráter urbano da Deriva, no contato com centros de possibilidade e significações que são as cidades transformadas pela indústria.

2. A Deriva Fotográfica

Parece ser contraditório a proposta de uma Deriva que utilize a fotografia como meio de registro das imagens, mas a contradição da memória imagética pode facilitar na descrição da experiência de derivar pela própria cidade. Assim, a Deriva fotográfica parece ser adequada ao reconhecimento urbano e arquitetônico de qualquer cidade.

3. A Deriva Fotográfica do Bem

A Deriva Fotográfica do Bem é uma expedição que reúne um grupo de pessoas que tem, como interesse comum, a cidade, a fotografia e a memória e, como objetivo, promover o encontro com o centro da cidade utilizando o registro imagético como forma de expressão da memória.

A atividade nasceu em 2008, em uma disciplina optativa do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Goiás (UEG), na qual alunos, divididos em grupos, andavam pelas ruas do centro da cidade, conhecendo e reconhecendo seu traçado histórico. O objetivo da Deriva era propiciar uma visita ao centro da cidade de Goiânia e o registro através de fotografias e vídeos da cidade, da arquitetura e das pessoas que habitam, trabalham e passam pelas ruas visitadas.

Mas, em 2010, a disciplina acadêmica deixou de ser oferecida e, dando continuidade ao projeto, um grupo de 15 pessoas entre estudantes e professores de arquitetura da UEG, resolveram unir a fotografia à ação beneficente. Assim, cada pessoa levou gêneros alimentícios e roupas usadas, para serem doados a uma instituição que assiste moradores de ruas e dependentes químicos e, desta forma, nasceu a Deriva Fotográfica do Bem.

Em 2011, a Deriva, ainda realizada de maneira informal, tendo como premissa de divulgação a internet e as redes sociais, contou com a participação de 140 inscritos. Não foi cobrado nenhum valor de inscrição: a única contrapartida era a doação de dois litros de leite longa-vida. Na ocasião, foram arrecadados 185 litros e na edição de 2012 alcançou a surpreendente marca de 203 inscritos e arrecadou 225 litros de leite.

3.1 A Deriva Fotográfica do Bem de 2013

Em 2013, a Deriva Fotográfica do Bem apresentou-se bem mais organizada, com a participação de uma equipe multidisciplinar composta por estudantes de arquitetura, psicologia, além de arquitetos, professores e profissionais de direito, comunicação social e informática.

A primeira mudança proposta pela equipe foi a criação de um tema que pudesse chamar a atenção para o centro da cidade e a percepção de toda a ambiência urbana. Assim, o tema escolhido foi “O Centro que eu nunca vi”. A escolha foi feita visando o encontro das pessoas com o centro da cidade e no centro de Goiânia, permitindo, além de uma experiência urbana sensorial, a percepção de todos os elementos que compõem a região e que, quotidianamente, são despercebidos pela maioria do que passam pelo lugar.

A criação de uma identidade conceitual e visual para a Deriva foi amplamente discutida pela equipe organizadora, que levou à definição de um conceito e também de uma identidade visual que conseguisse comunicar todo o conceito e ideia do evento. O resultado foi o seguinte:



Marca da Deriva Fotográfica do Bem 2013 .

Desenvolvida pela Zebra Design e Estúdio Go.

Assim, a marca da Deriva Fotográfica do Bem apresenta 03 pictogramas semelhantes ao que são encontrados nas máquinas fotográficas, uma tipografia que anuncia o evento e outra que explicita o tema do ano de 2013: “O Centro que eu nunca vi”. Os pictogramas referem-se à cidade – através de uma síntese do centro de Goiânia, ao encontro – características do evento – e à fotografia.

Durante a divulgação do evento, a equipe organizadora procurou destacar que a Deriva Fotográfica do Bem não é um encontro de fotógrafos profissionais, mas sim um encontro de pessoas que têm como interesse comum a cidade, a memória e a fotografia. Foi estimulado, durante o evento, a participação de pessoas com os mais variados equipamentos fotográficos, dos smartphones e tablets, passando pelas câmeras compactas e também os equipamentos profissionais dos clubes e escolas de fotografia da cidade.

Outra mudança em relação às edições anteriores, foi a proposta de dois outros momentos da Deriva. Um evento que antecede a caminhada e outro de encerramento no dia da Deriva. Por isso, no dia 16 de agosto, no Centro de Cultura da UFG houve um encontro chamado “Bate papo” com o tema: “A arquitetura, a fotografia e a poesia – olhares sobre a cidade”. O encontro contou com a participação da Arquiteta Marcia Metran de Melo, do Fotógrafo Helio de Oliveira e do Poeta Alexandre Marino. O objetivo do bate papo foi provocar o debate sobre arquitetura, fotografia e cultura urbana, além de provocar uma reflexão sobre a cidade, sua memória e a imagem.

No dia 17 de agosto, – A Deriva 2013 teve início às 8 horas, com a concentração, na Praça Cívica, de aproximadamente 250 participantes. Em seguida, foi realizada a entrega dos litros de leite e feita também a divisão dos grupos, sendo iniciada a Deriva propriamente dita.

A divisão em grupos menores é essencial à prática da deriva. E sobre a quantidade de pessoas envolvidas na atividade Debord (apud JACQUES, 2003, p. 88) afirma:

Pode-se derivar sozinho, mas tudo indica que a distribuição mais proveitosa será a que consiste em vários grupinhos de duas ou três pessoas com idêntico nível de consciência, cujas observações serão confrontadas e levarão a conclusões objetivas. É desejável que a composição de grupos mude de uma deriva para outra. Acima de

quatro ou cinco participantes, o cunho específico da deriva decai rapidamente e, se o grupo chega a dez ou mais, a deriva se fraciona em várias derivas efetuadas simultaneamente. Aliás a prática deste último movimento é de grande interesse, mas as dificuldades que acarreta não permitiram até agora que seja organizada numa dimensão desejável.

O número de participantes em cada grupo da Deriva Fotográfica do Bem está diretamente relacionado ao número de orientadores. Os orientadores são arquitetos, estudantes formandos de arquitetura, professores de arquitetura, historiadores entre outros. A função do orientador é pensar em um provável caminho e também ajudar na identificação de elementos arquitetônicos e urbanos interessantes que podem aparecer durante a caminhada.

Para orientar os grupos, a equipe da Deriva fotográfica do bem criou um mapa do centro de Goiânia contendo, além das informações geográficas, outras que pudessem revelar ao participante as possibilidades de reconhecimento da cidade nas seguintes categorias: arquitetura, monumento, encontro e gastronomia. Mais que orientar, o mapa tem como objetivo revelar um centro da cidade que continua vivo e dinâmico. Outro objetivo é potencializar o reconhecimento geográfico do centro histórico da cidade através de seu desenho e informações textuais.



arquitetura

- 01 Palácio das Esmeraldas (Praça Cívica) [Atilio Corréia Lima - 1937]
- 02 Museu Zoroastro Artiga (Praça Cívica) [Kazimiers Bartoszewsky - 1943]
- 03 Catedral Metropolitana de Goiânia (Rua 10 - Av. Universitária)
- 04 Colégio Lyceu de Goiânia (Rua 21) [Atilio Corréia Lima - 1937]
- 05 Edifício Parthenon Center (Rua 04) [Fernando Rabelo e Eduardo Simões]
- 06 Grande Hotel (Av. Goiás) [Atilio Corréia Lima - 1937]
- 07 Goiânia Palace Hotel (Av. Anhanguera e Rua 08)
- 08 Edifício Bananço (Rua 03 com Rua 05) [Ruy Ohtake - 1979]
- 09 Teatro Goiânia (Av. Anhanguera) [Serge Félix - 1942]
- 10 Jôquei Clube de Goiás (Rua 01) [Paulo Mendes da Rocha - 1962]
- 11 Colégio Ateneu Dom Bosco (L. Al. dos Buritis)
- 12 Assembleia Legislativa de Goiás (L. Al. dos Buritis) [Eurico Godói e Elder Lima]
- 13 Museu Pedro Ludovico Teixeira (L. Rua Dona Getúlia Borges Teixeira)
- 14 Residência [Atual Copysystems] (L. Praça Cívica) [Sílvia Varitas]
- 15 Residência Bariani Ortêncio (L. Praça Cívica) [Eurico Godói]
- 16 IPHAN Goiás (L. Rua 84) [David Libeskind]
- 17 Residência Pedro Abrão Filho (L. Av. Paranaíba) [Trostão da Fonseca Neto]
- 18 Residência José Félix Louza (L. Av. Paranaíba) [David Libeskind - 1952]
- 19 Estação Ferroviária de Goiânia (L. Av. Independência) [1952]

monumento

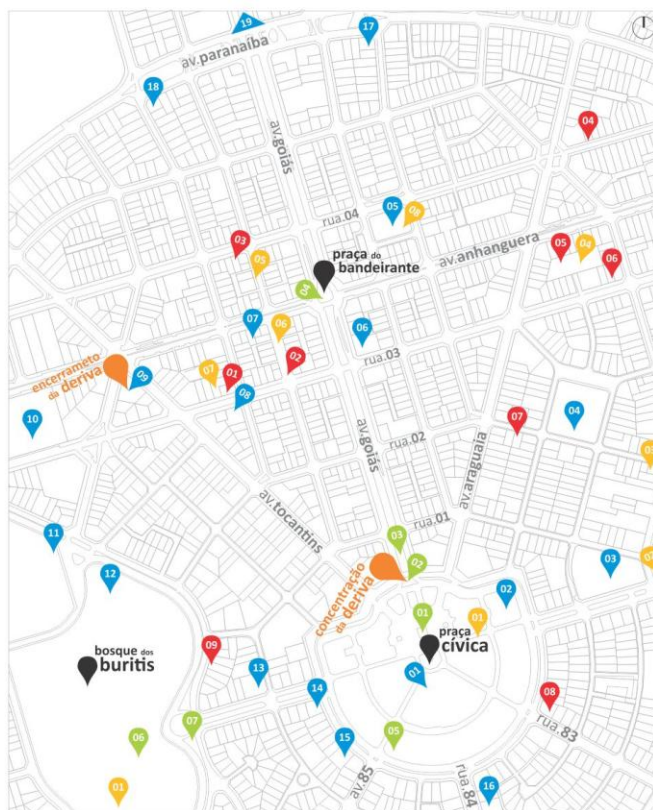
- 01 Monumento das Três Raças (Praça Cívica) [Néusa Moraes - 1968]
- 02 Coreto (Praça Cívica/Av. Goiás) [1942]
- 03 Relógio da Av. Goiás (Av. Goiás) [Américo Vespúcio Pentes - 1942]
- 04 Monumento ao Bandeirante (Praça do Bandeirante) [Armando Zago - 1942]
- 05 Estátua de Pedro Ludovico Teixeira (Praça Cívica) [Néusa Moraes - 2010]
- 06 Monumento à Paz Mundial (Bosque dos Buritis) [Siron Franco - 1988]
- 07 Monumento aos Perseguidos pela Ditadura (L. Al. dos Buritis) [Marcus Gebrim]

encontro

- 01 Cine Cultura (Praça Cívica)
- 02 CARA Video (Rua 10 - Av. Universitária)
- 03 Academia Goiana de Letras (Rua 20)
- 04 Mercado Municipal (Rua 08)
- 05 Cine Ritz (Rua 08)
- 06 Rua do Lazer (Rua 08) (Rua 08)
- 07 Centro Cultural Goiânia Duro (Rua 03)
- 08 Museu de Arte Contemporânea (Rua 04 - Parthenon Center)

gastronomia

- 01 Pizzaria Cento e Dez (Rua 03)
- 02 Pastéis da Rua 08 (Rua 08)
- 03 Esfíha Quente (Rua 04)
- 04 Estação do Açaí (Rua 04)
- 05 Empada do Alberto (Rua 03 - Mercado Central)
- 06 Restaurante Bologna (Rua 03)
- 07 Restaurante Acanto (Rua 21)
- 08 Pamonha da Vovó (Rua 03)
- 09 Bendita Tapiocas (Alameda dos Buritis)



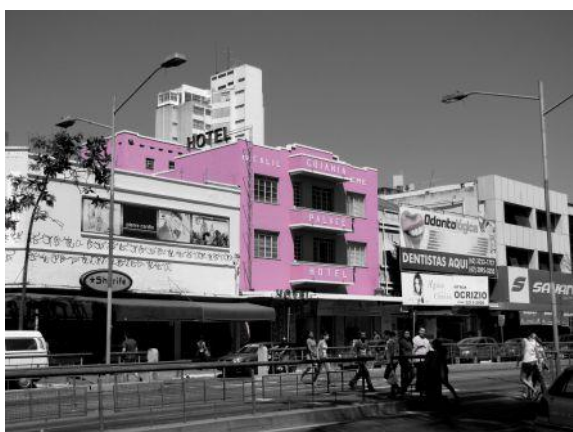
O mapa proposto ajuda a explorar o campo espacial marcado pelo estabelecimento de bases e a direção dos percursos feitos por cada derivante. Debord (2003) afirma que o estudo de mapas pode favorecer à exploração das cidades mesmo que não haja familiaridade com os bairros percorridos. Nesse sentido, vale ressaltar que em todas as edições a Deriva Fotográfica do Bem contou com vários participantes de outras cidades, como os estudantes de arquitetura de duas escolas de Anápolis, além de outros participantes que ou se mudaram para Goiânia ou estavam a passeio na cidade.

Ao final do percurso, o grupo se reuniu no saguão de entrada do Teatro Goiânia para o fechamento do evento e entrega dos certificados. Além das formalidades de encerramento, a palavra foi franqueada para os participantes que quisessem – de forma voluntária – apresentar seu depoimento sobre a experiência da Deriva Fotográfica do Bem. Neste momento os depoimentos, carregados de emoção, descreveram experiências ricas e muito interessantes.

O registro fotográfico¹ do centro da cidade, de sua arquitetura, de seus usos, e das pessoas é uma das maneiras de valorizar e preservar a história e a memória da capital do Estado. Os depoimentos são reveladores e deixam claras as conexões com a cidade nas esferas física e emocional. É possível perceber a integração entre a cidade e seus usuários a partir de uma técnica que tem como objetivo o reconhecimento urbano da cidade.

4. Alguns Depoimentos e Registros da Deriva Fotográfica de 2013

Para um melhor entendimento sobre a Deriva Fotográfica do Bem e também para reconhecer nas imagens e textos um interessante conteúdo de pesquisa, seguem depoimentos e imagens de alguns dos participantes da Deriva de 2013².



Foi muito bom (re) conhecer Goiânia pela Deriva Fotográfica. Há 17 anos eu circulo em Goiânia, e nunca havia visto a cidade assim. Creio até que todas as cidades deveriam ser conhecidas dessa forma. Você agendaria sua chegada, e um grupo o esperaria para uma expedição fotográfica. As cidades seriam mais acolhedoras, e talvez menos inóspitas. A Deriva me apresentou um centro mais humano, ainda que maltratado.

Alexandre Marino



Participar da Deriva fotográfica é uma oportunidade incrível para caminhar e experimentar a cidade. Um convite a vivenciar uma cidade cheia de memórias, histórias e encontros. A Deriva nos proporciona experimentar, apreciar e refletir nossa cidade. Pensar o nosso papel nela e avaliar processos de apropriação e

¹ Todos os registros feitos durante a expedição podem ser vistos na “Expoderiva”, projeto que dá continuidade ao evento, através de uma exposição virtual realizada no www.blogdobraulio.com, com o envio das imagens feitas pelos participantes. Atualmente, conta-se com um total de 390 fotos enviadas por 78 participantes.

² As imagens e depoimentos aqui selecionados foram enviados por email pelos participantes para a organização da Deriva Fotográfica do Bem. E todas – no período de redação deste artigo - ainda não haviam sido publicadas no endereço eletrônico www.blogdobraulio.com

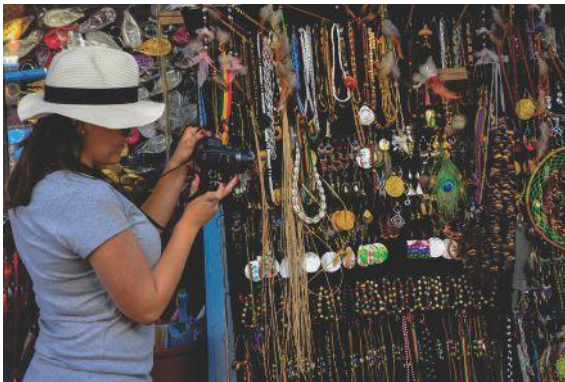
abandono, zelo e descuido, o novo e o 'velho', o material e o imaterial urbano, realidades que a rotina dos dias privam nosso olhar.

Atillierme Carlo



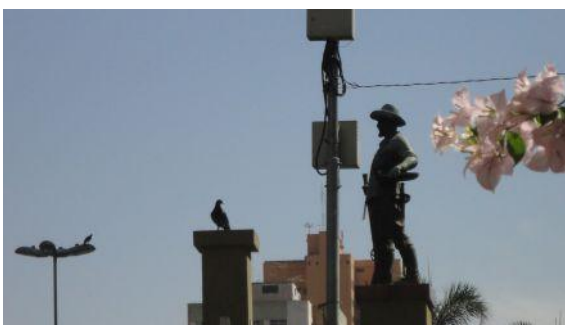
A Deriva foi uma ótima oportunidade de redescobrir o centro em que eu nasci e cresci, apesar do convívio de infância com o centro foi ótimo poder observá-lo dentro de um novo aspecto, um aspecto mais urbano, mais ligado também ao cultural. Observar as pessoas que ali trabalham, vivem, observar também com novos olhos a arquitetura, o urbano, os equipamentos e mobiliários, muitos desgastados pelo tempo, já outros, vandalizados foi uma experiência única.

Amanda Bucar.



Foi gratificante participar da Deriva fotográfica, tinha uma visão totalmente diferente de Goiânia, através da deriva ver um centro bem mais harmonioso. Tenho uma foto que tirei que eu gosto muito que foi da máquina antiga de dinheiro foi umas da coisa que eu não sabia que existe Goiânia. Obrigada pela oportunidade.

Elisangela Moreninha.



O centro é o meu lugar na cidade. É onde me sinto verdadeiramente parte de um todo. Ter participado da deriva reforçou em mim a percepção de ser cada vez mais todo e menos parte. Derivar pelo centro fotografando me permitiu constatar que há flores em todo ser, que há em cada um a vontade de pertencer, que é de cada um o direito de reivindicar um lugar. Do bem que a deriva proporciona, destaco sobretudo uma

importante lição: apreendi que 'centro' é sinônimo de 'comunhão'.

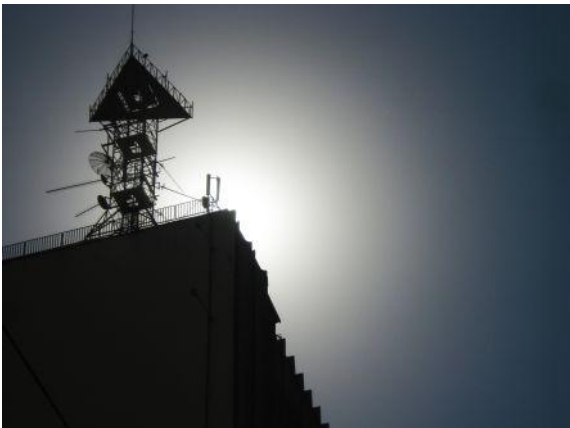
Ellen Ribeiro Veloso



Observar a cidade de dentro para fora, perceber o significado da paisagem urbana através da pulsação de seus habitantes, transitar à deriva pelo centro de Goiânia não me trouxe apenas uma nova percepção sobre a cidade, trouxe também novas conexões com os transeuntes e breve, porém marcante, participação em seus caminhos, e a deles nos meus.”

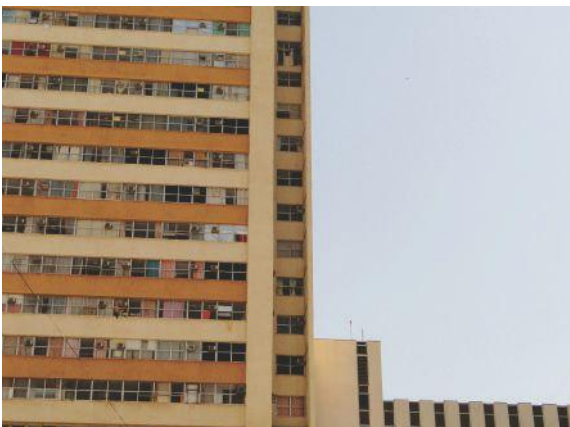
Emille Reis

Estudante de Arquitetura da Fama - Anápolis.



Experiência única, a Deriva Fotográfica do Bem eterniza a bela Goiânia através da fotografia, e mais que isso, mostra mais sobre mim mesma e minha percepção sobre o que me cerca.

Fernanda di Sant



Participar da Deriva foi viver um pouco, talvez vivência ou experiência, não sei até que ponto me movi pelo momento em si e não pelas consequências, no entanto sei que tentei captar parte de uma vida política, uma convivência de indivíduos sozinhos, prédios e natureza, que não vivem em conjunto, apesar de juntos ou próximos. Ao mesmo tempo, pude ver desejos, anseios, a curiosidade e o sol.

Gustavo Borges Mariano



A Deriva Fotográfica do Bem me proporcionou ser turista na cidade onde vivo há 40 anos, exercitando um olhar sem pré-conceitos mesmo observando cenários conhecidos. A proposta: deixe-se levar, derive pelas ruas da sua cidade e registre essa experiência é especial, é redescobrir o local onde vive a partir do olhar curioso que praticamos, pelos mais diversos e pessoais motivos, apenas em momentos turísticos.

Hugo Braga



Sentado a beira do destino

A cidade já está de pé
E eu não me levanto
Onde fiquei preso?
Em que sombras estive?
Estou fora das grades
Mas a sociedade me excluiu
Qual a dose cavalgar que tomei
Para levar um coice de vocês?

JB Alencastro



Eu acho que a Deriva significa um conjunto de pessoas que gostam de fotografar, mas que nunca viram o centro de nossa cidade daquela maneira. Foi a primeira vez que fui no centro de Goiânia, então achei muito legal.

Júlia Braga, 8 anos.



[...] mas acho que estas são representações do cotidiano do centro e típicas minhas, que prefiro fotografar mais detalhes a uma paisagem, por exemplo. Espero que gostem. Abraços!

Julia Wilson



Os invisíveis sociais.

Marcos Lafitte



Flutuar ao sabor de Goiânia

Estar à deriva é essencial em certos momentos da vida. Desviar o rumo de uma manhã de sábado e flutuar ao sabor de Goiânia foi uma rica experiência para meu olhar e para meu pensar. Nasci e cresci na cidade, percorrendo as ruas do Centro, mas com pouca atenção ao além calçada, faixa de pedestres, sinalheiro ou comércio. Na Deriva Fotográfica do Bem pude atentar aos becos, monumentos, cores, cheiros e sons, com calma, sem pressão ou deadline. O centro eu já tinha visto, mas agora fui rerepresentada a ele. Prazer, Centro.

Marina Muniz Mendes

24 anos, de Goiânia, Jornalista.



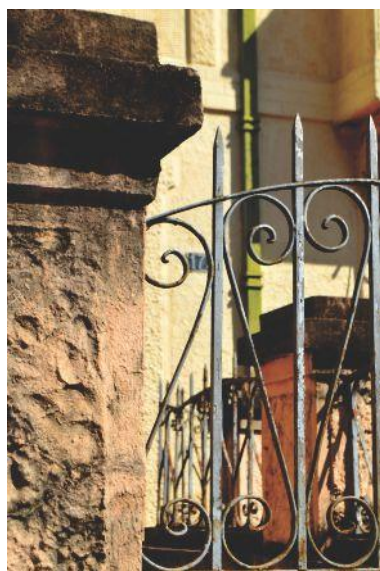
A deriva fotográfica do bem me proporcionou a oportunidade de ver os detalhes dessa linda cidade, que não observamos no dia a dia.

Marli A. Gomes



A experiência de ser derivante por um dia em minha cidade me fez querer ser um derivante para a vida toda. Ter nas mãos um objeto capaz de capturar os mais pequenos detalhes de uma vida exposta, é algo indescritível. Além da paixão por fotografia, descobri uma paixão que dormia, pela minha cidade, pelos cantos que mal conhecia, pela diversidade de lugares bonitos. O projeto é, de longe, o mais bonito que vi e vivi. Valeu, derivantes!

Nathália Machado



Esse foi meu segundo ano de Deriva e o centro de Goiânia continua fascinante a cada olhar. Sem a correria do dia-a-dia, boas companhias e uma câmera em mãos, derivar se torna um prazer, um divertimento até. Meu encanto continua sendo o verde misturado a incrível arquitetura da cidade e só tenho a agradecer aos organizadores pela atenção dos dois encontros e por proporcionar aos derivantes uma manhã incrível fazendo o que adoramos e ajudando

a quem precisa. Aguardando ansiosa pela próxima edição.

Samara Pinheiro Ferreira



A Deriva Fotográfica foi uma experiência interessante porque me levou a refletir sobre a possibilidade de ver o comum, o simples e corriqueiro de outra forma: parar e observar. É marcante por não ter ainda feito uma aventura dessas! Que venham mais Derivas Fotográficas do Bem!

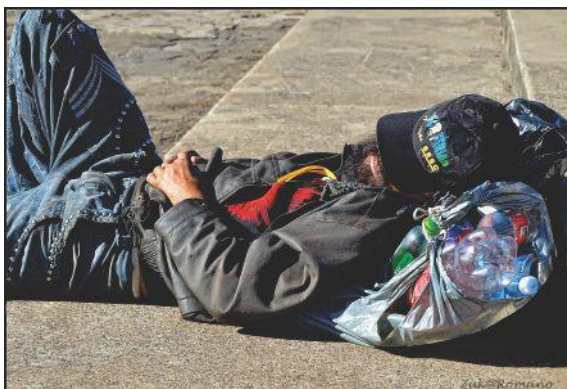
Silas Lima



Flanar pelas ruas do centro de Goiânia foi uma descoberta maravilhosa, fiquei completamente a deriva, descobri novos lugares na minha cidade.

Vanusa Machado de Carvalho

Estudante de Arquitetura e Urbanismo pela PUC-GO



Minha terceira edição seguida deriva fotográfica foi extremamente especial no sentido de um novo olhar sobre minha cidade e fotografar é a luz da minha vida, e derivar para o bem teve um momento único e muito mais iluminado porque a minha filha que mora em Santa Catarina estava participando do encontro "o centro que eu nunca vi.

Zuca Romano

5 Algumas Considerações

Desde o início da Deriva Fotográfica do Bem em 2010, havia sempre a intenção de se refletir sobre a produção de imagens e textos oriundos da experiência da Deriva Fotográfica do Bem em Goiânia. O que levava centenas de pessoas a saírem de suas casas e irem para o centro da cidade caminhar à deriva com um grupo de pessoas que não se conheciam? Mais do que um simples passeio a Deriva Fotográfica do Bem é um convite ao reconhecimento da cidade. Tal reconhecimento é visto através dos depoimentos registrados acima, bem como pelas imagens.

A Deriva Fotográfica do Bem como atividade de extensão atinge seu objetivo ao ter em seu público pessoas das mais variadas formações, idades e origens. Além da atividade de extensão, a deriva cumpre também um papel de ensino quando possibilita um aprendizado aos estudantes de arquitetura - a todos os participantes - que é impossível ser transmitido apenas nas salas de aula. Nesse sentido, segundo Debord (apud JACQUES, 2003, p. 90)

As lições da deriva permitem estabelecer os primeiros levantamentos das articulações psicogeográficas de uma cidade moderna além do reconhecimento de unidades de ambiência, de seus componentes fundamentais e de sua localização espacial, percebem-se os principais eixos de passagem, as saídas e defesas. Chega-se à hipótese central de plaques tournantes psicogeográficas. Medem-se as distâncias que separam de fato duas regiões de uma cidade, distâncias bem diferentes da visão aproximativa que um mapa pode oferecer.

Além das lições evidentes e concretas que a deriva pode proporcionar, como apontou Debord, a Deriva Fotográfica do Bem pode trazer outras lições que resumidas em pequenos depoimentos e frases apontam para sensível e poético. Outras leituras são possíveis a partir do universo imagético de fotografias escolhidas por quem fez a caminhada e pode selecionar 05 fotografias de uma manhã significativa para cada um e para o coletivo.

A Deriva Fotográfica do Bem aponta para um caminho de continuidade da técnica da deriva criada pela Internacional Situacionista que tinha como objetivo ser

uma técnica de passagem rápida por várias ambiências e a afirmação de um comportamento lúdico-constructivo. Os relatos e as imagens apresentadas neste artigo podem nos dar uma rápida impressão das ambiências da cidade de Goiânia e também da construção de um comportamento lúdico em cada participante. O que proporciona, entre outras coisas, novos e outros olhares sobre “o centro que nunca se vê”, bem como acerca das vidas que se fazem e refazem nestas ruas, nestes prédios, nesta cidade.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Aurélio o Dicionário da Língua Portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2010.

JACQUES, Paoa Berenstein. **Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade/Internacional Situacionista**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

DOM E DOCÊNCIA NAS HISTÓRIAS DE VIDA DE PROFESSORES E PROFESSORAS APOSENTADOS DE HISTÓRIA ¹

Bruna da Silva Cardoso

E-mail: nhabrunicardoso@hotmail.com

Universidade Federal do Tocantins

graduanda em Licenciatura Plena em História

Agência Financiadora: (UFT)

Resumo

Esta pesquisa objetiva investigar os discursos que justificam a escolha pela docência nas narrativas de vida de professores aposentados de História. O problema foi a relação dom e docência como justificativa para a escolha profissional. O método utilizado foi a História oral. Realizou-se entrevistas de história de vida. As entrevistas foram transcritas e os discursos que as sustentam foram analisados a partir de sua relação com a ideia de dom.

Palavras-chave: Histórias de vida; Dom e Docência; Professores aposentados de História;

Abstract

This research aims to investigate the discourses that justify the choice for teaching in life narratives of retired teachers of History. The problem was the relationship between gift and teaching as justification for career choice. The method used was the oral history. We conducted life history interviews. The interviews were transcribed and the discourses that its underpin were analyzed from their relationship with the idea of gift.

Keywords: Life histories, Bishop and Teaching, Retired Teachers of History.

¹ Esta pesquisa é resultado de uma bolsa do PIBIC (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica) de Agosto de 2012 a Agosto de 2013, tendo como orientador Dr. Dernival Venâncio Ramos, professor do curso de História da Universidade Federal do Tocantins.

INTRODUÇÃO

Após o golpe militar, a partir de 1964, observamos segundo Soares, Santos e Silva (2011) que ocorreu uma proletarização dos professores; pessoas oriundas das classes trabalhadoras passaram a ser os novos professores, profissão que estava nas mãos de uma classe média baixa. Houve com isso também um processo de desvalorização da profissão docente. Segundo Freitag (1980) a lei 5.692/71 que visava, sobretudo, a profissionalização do ensino médio, afetou diretamente os professores que ficaram sem autonomia, desvalorizados e com baixos salários. Tiveram que se adequar às exigências do ensino. Houve uma queda na qualidade da formação dos professores, já que para atender a demanda do mercado foram oferecidos cursos de formação imediata, como as licenciaturas curtas.

Partindo do pressuposto de que a docência continua influenciada pelo discurso religioso, pretendemos investigar se o discurso da docência como vocação religiosa se faz presente nas narrativas dos professores e professoras dentro desse contexto de desvalorização da profissão docente que se iniciou após a década de 1960 e que permanece até hoje.

Diante dessas considerações a escolha do tema desta pesquisa ocorreu devido à curiosidade de investigar as justificativas de escolhas dos sujeitos pela docência. Com a preocupação em dar voz aos profissionais da educação, neste caso os professores aposentados na área de História. O fato dos sujeitos da pesquisa serem necessariamente formados na área está ligado ao que Pierre Bourdieu (2008, p.87) chama de “autoridade delegada”, ou seja, a autoridade é dada aos docentes a partir do momento em que passam pela universidade e recebe certificação, se tornando um profissional na área de educação. Para o autor,

O porta-voz autorizado consegue agir com palavras em relação a outros agentes e, por meio de seu trabalho, agir sobre as próprias coisas, na medida em que sua fala concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu o mandato e do qual ele é, por assim dizer, o procurador (BOURDIEU, 2008, p. 89).

Com isso os professores aposentados que são os sujeitos desta pesquisa não foram escolhidos sem motivo. Buscamos saber justamente o porquê da escolha pela docência que foi o que fez com que se tornassem porta-vozes autorizados. Com isso, para analisar a relação entre escolha, formação e atuação docente não podemos nos esquecer de que as experiências vivenciadas por cada sujeito estão intrinsecamente ligadas ao que é se tornar professor para cada um desses profissionais.

De acordo com Bloch (2001, p. 52) é importante a escolha que o historiador faz, pois vai delimitar qual o caminho ele vai seguir, e a partir da escolha do tema começamos a fazer os questionamentos que irão nortear a pesquisa. Bloch (2001) destaca que o historiador estuda o passado através dos testemunhos, através dos vestígios do passado. É a partir das interrogações que fazemos com que os testemunhos falem. As seguintes questões vão nos direcionar: Quais os motivos pelo qual um sujeito escolhe se tornar um professor? O que significa a docência para essas pessoas que optam por esse caminho? O discurso do Dom, por exemplo, pode está ligado à escolha profissional? Esperamos tentar respondê-las nesta pesquisa.

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia que estamos utilizando nesta pesquisa é a História Oral. Através dela realizamos entrevistas com as professoras aposentadas de História. As suas histórias de vida são as fontes da pesquisa. Quando se trabalha com História oral uma referência é Thompson (1992) que nos informa como se comportar diante do entrevistado, como realizar as entrevistas, como transcrevê-las, ressaltando a importância que a História oral tem ao dar visibilidade á voz dos sujeitos para que

possam narrar suas experiências de vida. Nessas narrativas de vida, pretendemos verificar quais discursos significam a experiência docente das entrevistadas.

Josso (2007) nos mostra a importância das histórias de vida para resgatar as experiências dos sujeitos históricos e que através das mesmas podemos perceber como significam suas trajetórias de vida, observando as mudanças que ocorreram no decorrer de suas carreiras como docentes, e no que essas transformações modificaram a forma como encaram a profissão docente.

Apoiando-nos novamente em Paul Thompson (1992), que nos mostra bem a importância da história oral para a ampliação de objetos de estudo da História, não podemos deixar de mencionar um pouco da trajetória da história oral que passa a ser utilizada em meados do século XX, com a difusão do uso do gravador, especialmente na América do norte, com a preocupação de gravar histórias de personalidades importantes. Somente a partir da década de 1970 a metodologia da História Oral começou a ser usada em outros campos de estudo como a história dos índios e das mulheres.

Outras autoras que podemos utilizar quando trabalhamos com História Oral são Amado e Ferreira (2006), que também nos relata um pouco sobre a importância dessa metodologia. Segundo elas, a História Oral foi introduzida no Brasil nos anos 1970, porém só tem uma expansão significativa a partir dos anos 1990, alguns fatores contribuíram para que isso ocorresse como a criação da Associação Brasileira de História Oral em 1994 e de grupos de pesquisa, a divulgação de programas que utilizam depoimentos orais, a realização de encontros no país e o aumento de publicações.

Para as autoras, no Brasil as fontes orais ainda não possuem muita credibilidade. A maioria das pesquisas sempre associam as entrevistas a alguma documentação escrita, não tendo confiança em utilizar somente o testemunho oral como fonte. Nesta pesquisa buscamos mostrar que é possível usar as entrevistas de história vida como fonte de pesquisa sem ter que utilizar documentos escritos para “comprovar” o que os depoimentos estão dizendo.

Pesquisas com o uso da fonte oral são de suma importância para desconstruir a ideia de que a fonte oral não tem a mesma credibilidade que a fonte escrita, por se tratar de testemunhos que podem não ser confiáveis e que deve ser relacionado com o documento escrito para que a pesquisa seja reconhecida. Pois como destaca Pollak (1992),

... não há diferença... entre fonte escrita e fonte oral. A crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve, a meu ver, ser aplicada a fontes de tudo quanto é tipo. Desse ponto de vista, a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita. Nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual ela se apresenta (p.8).

Diante disso a fonte escrita não deve ter maior reconhecimento em detrimento da fonte oral, pois também é produzida pelo homem e conseqüentemente é um testemunho que pode ser modificado. E não podemos negar que o uso da fonte oral por parte da História abriu um campo enorme de possibilidades de pesquisa, onde muitos objetos de estudo até então marginalizados passaram a ser de interesse dos historiadores.

Fizemos uso de Michel Pollak (1989) para entendermos memória. Segundo ele a memória está em constante disputa, pois é através dela que é selecionado o que será lembrado seja por um indivíduo, por um grupo ou até mesmo pela sociedade em geral. Com isso a história oral também tem papel importante, pois ajuda a resgatar as memórias dos professores e professoras aposentados, observando nos seus relatos como eles querem ser lembrados pela sociedade. Halbwachs (2006) também destaca a importância da memória para entender os discursos das professoras aposentadas, pois ele nos mostra que o que é lembrado pelas professoras em suas falas são o que elas querem que seja lembrado sobre elas. E também que cada entrevistada apesar de contar apenas sua história de vida, muitos sujeitos e muitos lugares são lembrados em sua narrativa, pois não existe memória individual.

Para pensar a ideia de que para ser professor é preciso ter dom nos servimos de Marcel Mauss (2003). Segundo ele podemos afirmar que como portadoras da dádiva as professoras tem a obrigação de retribuir o “presente”. Segundo ele o dom traz consigo o contradom, que seria a retribuição de algo que nasce com o indivíduo, no caso das

professoras o dom pela docência. Damo (2008) ao nos falar sobre dom no futebol destaca o talento dos jogadores como uma dádiva, onde os jogadores tem que retribuir o dom que receberam para a torcida do clube ao qual pertencem. O dom “Trata-se, pois, de uma espécie de dádiva sagrada que não pode ser trocada, já que é herdada pelo indivíduo da rede de sociabilidade primária como um pacto de sangue” (DAMO, 2008. p.40). Isso pressupõe que o dom é algo que já nasce com o sujeito e que não tem como ele seguir outro caminho, como nos mostra Mauss (2003) ao falar sobre a dádiva nas sociedades “arcaicas”. A dádiva é uma forma de relacionamento entre as pessoas dessas sociedades.

Para entendermos um pouco sobre cultura nos serve Shalins (1990) onde a cultura orienta a prática, mas a prática também pode resignificar a cultura. Diante disso as professoras podem possuir visões diferentes do que é ser professor, uma antes da prática, orientadas pelas suas influências e outra visão a partir das experiências em sala de aula, confirmando que a prática pode resignificar o significado cultural do que é ser professor.

Partimos agora para o conceito de dom para Bourdieu e Passeron (2009). Para eles o dom é reproduzido socialmente pelos agentes responsáveis por manipular a cultura. O discurso do dom existe e vem sendo repassado de geração para geração, seja através da família, da escola, da igreja, da mídia. Se as professoras reproduzem o discurso do dom é porque foram influenciadas por ele. O que ocorre é que elas acabam por naturalizar as versões socialmente mais aceitas de, por exemplo, como se escolhe uma profissão. A esse processo Bourdieu e Passeron (2009) chamam de processo de naturalização.

Mas será que nas narrativas dos professores entrevistadas o dom como dádiva aparece?

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Vamos tentar entender como o dom aparece nas histórias de vida das professoras. As entrevistadas são cinco professoras aposentadas de História: Maria Cecília, Telma Maria, Amancia Gomes, Maria Félix e Maria Helena. Observamos que quatro das entrevistadas são oriundas de outros estados brasileiros: Piauí, Minas Gerais e Maranhão. Exceto Maria Helena que é natural do antigo norte goiano, (atual Tocantins) da cidade de Babaçulândia. Segundo Sousa (2004) com a construção da Belém-Brasília novas cidades ganharam importância e emergem economicamente no cenário do então norte de Goiás. O que atrai migrantes advindos de outras regiões “De fato, as novas cidades receberam habitantes provenientes de outras regiões do país” (SOUSA, 2004, p. 333). Com isso podemos entender o porquê das professoras entrevistadas chegarem a essa região por volta das décadas de 1970 e 1980.

Escolha pela docência: dom e...?

M^a Cecília pensa a docência como uma profissão que tem por obrigação formar cidadãos éticos. Ela não fala que possui inicialmente o dom, mas quando começa a praticar a docência o seu discurso se modifica, e ela passa a não se ver fazendo outra coisa, demonstrando “dedicação” e “responsabilidade” no que faz. O que podemos observar na fala da mesma quando nos diz que,

... eu tenho certeza que pra ser mestre, fazer com amor... tem que ser dom... digamos... que seria assim... como um vício, porque na realidade eu nunca pensei de ser professora, só que eu aprendi a gostar e procurei fazer da melhor forma possível... porque se você não gosta do que faz, você não vai fazer bem feito... (trecho da entrevista realizada no dia 22 de Maio de 2012).

M^a Félix também nos diz que não esperava se tornar professora: “Eu não esperava. Então eu fui ser professora por uma questão assim que foi acontecendo na minha vida, aí eu gostei... foi consequência da vida” (trecho da entrevista realizada no dia 3 de Abril de 2013). Observamos que tanto M^a Cecília quanto M^a Félix afirmam que a vida as tornou professoras. Mas destacam também que gostaram de ser professora e que não pensaram em nenhum momento em mudar de profissão.

Já Telma M^a fala que escolheu ser professora porque era o que estava ao seu alcance naquele momento e não queria sair da casa de seus pais para estudar em outra cidade. Telma também não fala em dom, pois em nenhum momento afirma que queria ser professora. Mas afirma que para ser professor precisa gostar do que faz.

M^a Helena nos diz que se tornou professora por influência de uma professora com quem estudou, que a incentivou bastante. O interessante é que M^a Helena acredita que pra ser professor é preciso ter vocação, mas também afirma que a vocação não deve deixar a busca por melhores salários de lado, o professor tem que ter vocação, mas não pode se esquecer de que é preciso lutar por melhorias, como ela mesma nos diz,

... sim, precisa ter vocação... só que não é uma profissão pra ganhar muito dinheiro, pra enricar não. Se você quer enricar você tem que procurar outra profissão, agora tem que ter vocação. Eu digo que o professor a gente trabalha com amor, mas não por amor... a gente tem que trabalhar por amor, mas por dinheiro. Seja pouco, mas dá pra você viver, agora se você quer uma vida de rico, aí num dá pra ser professor não (trecho da entrevista realizada no dia 04 de Julho de 2013).

Observamos nesta fala que quem pretende ser professor deve ter sim vocação, mas deve também ter em mente que o professor ganha mal, mas não deve se acomodar e tem que lutar por melhores salários. Esse discurso que percebemos a todo o momento na fala da professora M^a Helena se deve ao seu envolvimento com a política. Percebemos que o discurso do dom está presente, mas não como algo que tem que apenas “retribuir o presente” como nos mostra Mauss (2003), que a dádiva é importante, mas que o retorno econômico também é importante para a profissão.

Diferentemente das demais professoras Amancia Gomes nos diz que sempre gostou de dar aula e que queria mesmo ser professora. “Eu gostava de dar aula. Eu ia pra aula com febre, eu ia pra aula doente”. Partindo do pressuposto que o discurso do dom existe como justificativa para escolha da docência, podemos observar na história de vida de Amancia Gomes que ele se concretiza. Na fala dessa professora podemos perceber o quando ela era apaixonada pelo que fazia. Segundo Amancia pra ser professor é preciso ter dom, tem que ter amor “nasceu pra fazer aquilo. Ele tem aquele

dom, ele tem o dom de ser professor”. Observamos então na narrativa da professora Amância que pra ser professor além de que gostar, de se dedicar é preciso que ele se preocupe com o aluno. Pois é por causa do aluno que o professor existe.

Mesmo Telma, M^a Cecília e M^a Félix afirmarem não acreditar no dom, elas dizem que o amor e a retribuição são fundamentais para alguém ser um bom professor. Nesse sentido, elas se aproximam do discurso do dom. Conforme Mauss (2003), o dom envolve contradom. Elas passaram pela Universidade, ou antes, de começar a sua atuação profissional como (Telma), ou logo em seguida ao início de sua atuação como (M^a Cecília) e (M^a Félix). Essas três professoras não falam diretamente da docência como um dom, mas podemos a partir de Mauss (2003) afirmar que o significado que atribui ao que é ser professora pode ser visto como discurso do dom como dádiva, pois ao falar que tem que fazer com amor e precisa ter dedicação, se preocupando com o que o outro está achando do seu trabalho, envolve assim o reconhecimento social que pode está ligado a questão de passar aquilo que te foi dado. E nesse caso, amor e retribuição podem ser vistos como contradom.

Amância, aquela que afirma mais veementemente a idéia de dom, além de pertencer à geração anterior a M^a Cecília, Telma e M^a Félix, fez a sua graduação em História no final de sua carreira, se aposentando em seguida ao término do curso. E M^a Helena apesar de acreditar que o professor tem que ter vocação, por participar de sindicatos tem um esclarecimento maior, que é preciso buscar melhorias e que ter amor pelo que faz não é tudo.

As professoras aposentadas não falam diretamente do dom como justificativa de escolha, mas percebemos que essa construção social como nos diz Bourdieu e Passeron (2009) ela está presente na sociedade. A justificativa de que não se via fazendo outra coisa pode sim está ligado a uma naturalização das desigualdades sociais, pois de acordo com Bourdieu e Passeron (2009) elas continuam sendo professoras porque as condições financeiras em que elas se encontravam não davam a elas outras opções.

O que é preciso para ser um bom professor?

Amancia Gomes nos aponta algo interessante, pois, nos fala que nem todo mundo pode ser professor, “... tem gente que quer ser professor pra ganhar dinheiro, mas ele não domina a classe... e ele não sabe explicar o que aprendeu, nem o que ele tá vendo na realidade do mundo pra ele ensinar os alunos” (trecho da entrevista realizada no dia 19 de Outubro de 2012). Segundo ela se não gosta tem que procurar outra coisa.

Para Amancia “o verdadeiro professor vai atrás do aluno, se preocupa com o aluno... quando ele abraça a profissão ele já tem que ir sabendo que vai acontecer... a carga que pesa muito, da família e do colégio, tem que deixar um pouco a casa e cuidar do magistério” (trecho da entrevista realizada no dia 19 de Outubro de 2012).

Para as entrevistadas um bom professor é aquele que tem, sobretudo, “dedicação” e “responsabilidade”. Vamos então tentar entender como essa justificativa aparece em suas narrativas.

M^a Cecília nos diz que primeiramente pra ser um bom professor “depende da postura da pessoa... ter uma postura profissional”, que inclui dedicação, compromisso, e amor pelo que faz. M^a Félix nos diz que pra ser um bom professor “primeiro ele tem que querer, porque sem querer ele não vai ser bom em nada e segundo, ele tem que ter conhecimento. São essas duas coisas que são prioritárias, querer e saber” (trecho da entrevista realizada no dia 03 de Abril de 2013). Segundo M^a Helena pra ser um bom professor é preciso “... estudar, se capacitar, num basta só ter um diploma, você sair da faculdade e dizer eu tô formado... se você é professora e não procura se aperfeiçoar, estudar, pesquisar, você vai passar vergonha na sala de aula” (trecho da entrevista realizada no dia 04 de Julho de 2013).

Ser um bom professor para Amancia Gomes é primeiro gostar do que faz e segundo ela “... ele tem que... ter boa vontade, amizade no trabalho... muito pontual, cuidar de suas disciplinas direito, ter responsabilidade na sala de aula, chegar na hora marcada, cumprir com o regulamento” (trecho da entrevista realizada no dia 19 de Outubro de 2012). Tem que ter também domínio de classe e “tem que ter amor pelo que

faz”. Telma destaca que para ser um bom professor a primeira coisa que ele tem que ter “é domínio de classe”, mas também precisa gostar do que faz.

Qual a importância da formação? Qual o sentido da profissão para essas professoras?

Podemos utilizar Silva (2011) para entender esse discurso de profissionalização que aparece na fala da professora Telma Maria, pois o crescimento da industrialização e da urbanização no Brasil fez crescer também as demandas de mão de obra educacional, e por volta de 1976, período em que a professora iniciou o seu curso tinha-se a preocupação de interiorizar o ensino superior, tendo em vista que só havia nos grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro e em algumas capitais. A institucionalização do ensino superior de História que é mostrada por Silva (2011) é importante, pois nos leva a questão da valorização da formação que aparece na fala da professora.

Na história de vida de Telma Maria como professora podemos afirmar que o discurso da profissionalização é bem enfatizado, o que podemos mostrar quando ela nos diz que,

... a maioria das vezes eu acho que a pessoa vai pela facilidade daquilo que ela pode adquirir no momento, às vezes ela almeja um outro curso mas não tem condição de fazer aquele outro curso, financeiramente, então ela escolhe um curso mais simples, vão trabalhar e depois voltam pra fazer aquilo que realmente quer... vão como diz o outro barco tá passando, vou dentro e vai embora (trecho da entrevista realizada no dia 22 de Maio de 2012).

Outro ponto que exemplifica a questão da docência como uma profissão é o trecho onde explica o porquê de sua aposentadoria:

... fiz 25 num dia, no outro eu fui no INSS pra aposentar, num queria mais, agora pra que você vai ocupar um lugar que você não tá se sentindo bem mais né, aí os meninos começavam a conversar, aqueles meninos de segundo grau enjoados, aquela coisa, quando você começa a perder a paciência, quando você começa a ver que aquilo tá te irritando melhor coisa que você tem que fazer é deixar... dar uma péssima aula e enrolar de qualquer jeito, não há necessidade disso... eu acho assim, quando você já não quer mais aquilo, você tem que deixar porque você cansa, sabe aí você cansa daquela coisa todo dia, todo



dia, todo dia naquele horário certim (trecho da entrevista realizada no dia 22 de Maio de 2012).

M^a Félix também ressalta a importância da formação, mesmo tendo feito o curso superior quando já estava dando aula. Nos fala que a formação a ajudou a ampliar seus conhecimentos: “... graças a Deus eu não fui pra faculdade só pra sentar na cadeira, eu fui pra melhorar, pra aprender, então me ajudou na parte do conhecimento” (trecho da entrevista realizada no dia 03 de Abril de 2013). M^a Helena também destaca a importância da formação, mas não só isso, ela também acrescenta o fato de que o professor tem que está sempre se atualizando, se aperfeiçoando.

Através das falas de Telma M^a, M^a Félix e M^a Helena é possível entender o que Silva (2011) nos mostra sobre a questão da formação, onde ao entrevistar os então alunos da FACILA (Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Araguaína) questionou “qual o papel da formação superior na profissionalização do professor?” A partir desse questionamento a autora nos mostra que a maioria dos alunos do curso de História da Facila não atribuíram grande importância à formação superior, pois a formação não afetava a prática profissional dos mesmos. É interessante também ressaltar que quatro das professoras entrevistadas: M^a Cecília, Amancia, Telma M^a e M^a Helena fizeram o seu curso superior em História na FACILA.

Como o período ditatorial influenciou nas práticas docentes das entrevistadas?

Não podemos deixar de falar sobre a questão da Ditadura militar que teve início em 1964, pois as professoras entrevistadas foram alunas e também professoras durante esse período. Segundo Soares, Santos e Silva (2011) nesse período houve uma reformulação na educação brasileira. Para efetuar o controle dentro das escolas ocorreu “... uma hierarquização dos mecanismos administrativos que geriam o ambiente educacional” (p. 109). De acordo com os autores com essa nova situação os professores ficaram

... subordinados e constantemente vigiados por supervisores e orientadores pedagógicos, além de reprimir a sua formação estabelecendo planos não autônomos e restringindo o conteúdo das

aulas e dos livros didáticos. Havia um cerceamento dos conteúdos geridos em aula (p.109).

As professoras também nos falam sobre o impacto causado pela ditadura nas escolas e as interferências que os militares faziam dentro das instituições. A professora Amancia nos conta que havia mesmo uma supervisão nas escolas.

Eles tomaram de conta, nós ficava sendo uns empregadinhos deles... a senhora vai dar aula por este plano bem aqui... eu sofri, foi horrível naquele tempo... eles mandavam nós fazer, nós fazia... os professores ficaram tudo com o rabo entre as pernas, obedecendo tudim, não podia dizer nada, nada, nada... (trecho da entrevista realizada no dia 19 de Outubro de 2012).

Ela também nos diz que colocavam pra cantar o hino e os alunos tinham que cantar também “dentro da sala e lá fora tinha que cantar todo mundo junto. E na sala cantar também, quando entrava todo mundo em pé e ninguém dava um pio, todo mundo tinha medo deles...” (trecho da entrevista realizada no dia 19 de Outubro de 2013).

Maria Cecília também relata sobre esse período, onde “era obrigatório o hino nacional, inclusive a gente tinha aula de canto para aprender o hino”. E Telma Maria reafirma que era obrigatório cantar o hino nacional, “... todo mundo em fila cantava o hino nacional, uma vez por semana tinha a hora cívica e na sala de aula existia a matéria, tinha disciplina educação moral e cívica” (trecho da entrevista realizada no dia 22 de Maio de 2012).

M^a Félix nos diz que chegou a sofrer repressão, pois, se arriscava a fazer reflexão sobre o que estava ocorrendo naquele momento e também liderava movimentos a favor de melhorias para a educação. “Era tida como uma professora subversiva por que... comparava a história do passado com a história do momento, eu fazia reflexão e não podia” (trecho da entrevista realizada no dia 03 de Abril de 2013). As professoras afirmam que eram muito rígidas na avaliação de seus alunos. A rigidez expressa pelas professoras pode está relacionada ao fato de que foram tanto alunas como professoras no período da Ditadura.

M^a Helena também nos fala que no período militar havia muita repressão, e que na sala de aula como aluna presenciou os conteúdos de moral e cívica e o patriotismo que era passado na escola. E que quando professora sofreu até mesmo perseguição política, tendo que se retirar de Wanderlândia, onde dava aula, acusada de fazer reuniões comprometedoras e por pertencer ao PT. Devido à isso passou um bom tempo sem conseguir nenhum emprego na cidade. Segundo ela os políticos não a queriam na cidade.

CONCLUSÕES

Através da análise das entrevistas podemos afirmar que as professoras entendiam que ter dedicação, responsabilidade e amor pelo que faziam era o essencial pra ser uma boa professora. O fato é que cada uma delas tem uma concepção do que seja ser professora e sua ideia de profissão não está ligada a ter ou não ter formação. As professoras aposentadas também dão suma importância ao reconhecimento que os alunos e a sociedade em geral têm para com elas. Por isso a importância que atribuem ao fazer um bom trabalho. Como, por exemplo, o que aparece na fala de M^a Félix: “dá a sensação que valeu a pena, algo ficou... não foi vazio, não foi em vão”. Passando-nos a ideia de ter feito um bom trabalho, de dever cumprido. As professoras estão preocupadas com o reconhecimento. Melhor dizendo com a memória como nos mostra Michel Pollak (1989). Pois estão preocupadas com o que vão lembrar a seu respeito, e para elas é essencial que sejam reconhecidas como boas professoras.

A partir das leituras que foram realizadas e das entrevistas que foram analisadas podemos afirmar que o pressuposto da pesquisa no que diz respeito à existência do dom nos discursos das professoras aposentadas de História se confirmou. Apesar de deslizamentos, o discurso do dom permanece como orientador da significação da própria vida, o que foi elaborado pelas entrevistadas na narrativa que construíram durante a entrevista.

Quando as professoras aposentadas dizem em suas falas que pra ser professor é preciso gostar do que faz, ter amor, responsabilidade, dedicação, podemos a partir

dessas justificativas, afirmar que o discurso do dom sofreu modificações, mas que ainda permanece com o mesmo sentido. Segundo Bourdieu e Passeron (2009) o discurso do dom é uma construção social que é utilizada para naturalizar as desigualdades. Observemos que as professoras em nenhum momento falam em mudar de profissão, todas falam, mesmo as que não pensaram em ser professoras que quando começaram a dar aula não se viam fazendo outra coisa.

Podemos então nos questionar se elas quisessem mudar de profissão, poderiam? Com as condições socioeconômicas que elas se encontravam? Segundo Bourdieu e Passeron (2009) as professoras aposentadas não escolheram a profissão porque tinham amor, gostavam do que faziam ou porque tinham dom. Elas se tornaram professoras por que não tinham outra escolha, mas não porque tinham ou não paixão pelo que faziam, mas porque as condições financeiras em que se encontravam não as davam outra oportunidade.

O dom naturaliza as desigualdades porque tenta passar a ideia de dádiva divina para justificar algo que na verdade ocorre por falta de oportunidade. São ideologias que são elaboradas com o objetivo de justificar as práticas sociais de acordo com os interesses das classes dominantes. Essas ideologias vão negar os problemas sociais que ocorrem dentro dos grupos ou classes dominadas, pois não é interessante que os problemas venham à tona, o discurso deve existir e ser reproduzido para naturalizar as desigualdades sociais e que o dom seja utilizado como justificativa de escolha profissional.

7-REFERÊNCIAS

AMADO, Janaína. FRREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). Apresentação. In_: *Usos e Abusos da História Oral*. 8ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

BOURDIEU, Pierre. A Linguagem autorizada: As condições da eficácia do discurso ritual. In_: *A Economia das Trocas Linguísticas: O que falar quer dizer*. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. p. 85-106.

BOURDIEU, Pierre. PASSERON, Jean-Claude. *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 2ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

DAMO, Arlei Sander. Dom, Amor e Dinheiro no Futebol do Espetáculo. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Porto Alegre. Vol. 23, 2008. p. 139-209.

FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade. São Paulo: Editora Moraes, 1980. P.93-97; 125-138.

HALBWACHS, Maurice. Memória individual e memória coletiva. In_: *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006. p. 29-70.

JOSSO, Marie-Christine. “A transformação de si a partir da narração de histórias de vida”. In: *Educação*. Porto Alegre. Ano XXX, n. 3, set/dez. 2007, p. 413-438.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva- forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In_: *Sociologia e antropologia*. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p.183-315.

POLLAK, Michel. “Memoria, Esquecimento, Silencio”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. V.2, n. 3, 1989. p. 3-15.

POLLAK, Michel. Memória e identidade Social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992. p. 200-212.

SILVA, Norma Lúcia da. Profissionalização dos professores de História no antigo norte de Goiás: entre a formalização e a realidade da docência. In_: *Institucionalização do Ensino Superior de História e profissionalização Docente no Interior do Brasil- Araguaína, To (1985-2002)*. Rio de Janeiro: Ufrj/Ifcs, 2011. p. 133-168.

SOARES, Luana da Silva. SANTOS, Maurício Dias. SILVA, Norma Lúcia da. A formação do professor de História durante a ditadura militar no Brasil. In: SILVA, Norma Lúcia da, ALMEIDA, Vasni de. (orgs.). *Ensino e formação de professores*. Palmas-To: Nagô Editora, 2011. p. 107-114.

SOUZA, Sônia Maria de. Belém-Brasília: abrindo fronteiras no Norte Goiano (atual Tocantins)-1958-1975. In: GIRALDIN, Odair. *A (trans) formação histórica do estado do Tocantins*. 2ªed. Goiânia: ed. UFG, 2004. p. 351-394.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. 3ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

7-FONTES PRIMÁRIAS

As fontes que estão sendo utilizadas na pesquisa são exclusivamente fontes orais. Histórias de Vida de professores e professoras aposentados de História que são relatos orais obtidos por meio da realização de entrevistas.

Entrevista realizada no dia 20 de Janeiro de 2012 com a professora aposentada de História Maria Cecília de Carvalho Lima em Araguaína-To.

Entrevista realizada no dia 22 de maio de 2012 com a professora aposentada de História Telma Maria Tormin Guimarães em Araguaína-To.

Entrevista realizada no dia 19 de outubro de 2012 com a professora aposentada de História Amancia Gomes de Abreu em Araguaína-To.

Entrevista realizada no dia 03 de Abril de 2013 com a professora aposentada de História Maria Félix Silva em Araguaína-To.

Entrevista realizada no dia 04 de Julho de 2013 com a professora aposentada de História Maria Helena Rodrigues Lopes em Wanderlândia-To.

GOVERNAR É CONSTRUIR ESTRADAS, OU GOVERNAR É EDUCAR O POVO?

A QUESTÃO DO TRANSPORTE FERROVIÁRIO PELO PRISMA D'A *INFORMAÇÃO GOYANA*.

Bruno Gonçalves dos Santos

brunodrops@hotmail.com

Universidade Estadual de Goiás

Mestrando

Programa de Bolsas da Universidade Estadual de Goiás

Abstract

In the early twentieth century, Goiás was passing through a process of economic reintegration. One of the factors was geographic isolation added the precarious roads structure. *A Informação Goyana* comes in this context with the purpose of guiding a project intentioned to readjust Goiás to the national economy. The founders of the magazine have given special attention to rail transport which was essential for modernization and economic development of the state.

Keywords: *A Informação Goyana*; Railroad; Modernization

Resumo

No início do século XX Goiás passava por um processo de reintegração econômica de forma morosa, e um dos fatores era o isolamento geográfico somado com uma estrutura de vias de comunicação precária. *A Informação Goyana* surge nesse contexto com o propósito de nortear um projeto econômico na intenção de colocar Goiás em ajuste com as prioridades da economia nacional. Os fundadores da revista deram especial atenção a questão do transporte ferroviário que na época seria essencial para a modernização e o desenvolvimento econômico do Estado.

Palavras-chave: *A Informação Goyana*; Ferrovia; Modernização.

Vias de comunicação significa contato entre os povos; significa intercambio de valores materiais e, principalmente, sociais; significa criação de riquezas, elevação de nível econômico e conseqüentemente do moral e do intelectual. (A INFORMAÇÃO GOYANA, Dez. 1929, p. 34).¹

Introdução

É sabido nos estudos sobre Goiás no início do século XX que a situação do Estado goiano era o de um desajuste diante das prioridades da economia nacional. A

¹ Para as citações de *A Informação Goyana* foi utilizado a grafia atual para melhor compreensão.

região central do Brasil constituía-se numa ilha de isolamento dentro do país. Goiás passava por um processo de reintegração econômica a passos lentos, com baixa capacidade de produção diante de outros Estados, e fraco poder de consumo em vários setores e atividades, além do comércio interno e as relações comerciais externas serem bastante debilitadas.

Assim, em meio ao contexto supracitado no ano de 1917 surgia na então Capital Federal, a revista *A Informação Goyana*, importante meio de comunicação que se comprometeu em ter como principal tema a região central do Brasil, especialmente Goiás, e que de forma geral possuía como principal objetivo estabelecer um norte econômico dinâmico para Goiás. Portanto, o nosso objeto de análise é uma revista que expressava os ideais de um grupo de políticos e intelectuais sobre esta região interiorana do país. Com a contribuição da análise dos discursos procuraremos analisar as estratégias que o corpo editorial do periódico procurou expor sobre os transportes ferroviários. O título do presente artigo é um exemplo, que por sinal é o mesmo questionamento feito em um dos artigos da revista, no qual se referia ao descontentamento diante da morosidade dos meios de transportes existentes na época. Desse modo, para a construção do referido enunciado, usaram de duas afirmações, uma de Washington Luís, “Governar é construir estradas”, e outra de Ruy Barbosa, “Governar é educar o povo”. Tal indagação em destaque na página da revista nos faz perceber que implicitamente exprime uma posição dos editores de que o investimento em construções de estradas seria mais importante que a educação, devido a alguns fatores, como a situação econômico-geográfica de Goiás que bem sabemos não era das melhores. Apesar de não discordarem, e reconhecerem a importância da máxima de Ruy Barbosa, ao ler o artigo fica explícito que para eles a máxima mais completa e exata seria a de Washington Luís: “Governar é construir estradas”, pois de acordo com eles as boas vias de comunicação promovem os intercâmbios de ideias, e por esse meio nasce e se desenvolve uma boa educação.

Como referido, a análise de discurso será uma interessante ferramenta para a construção deste artigo, sem ter a ilusão de que a análise do discurso possa esclarecer tudo, mas ao menos nos dá a capacidade de uma relação menos ingênua ao analisar os artigos da revista. Segundo Orlandi (2005, p.9), “Saber que não há neutralidade nem

mesmo no uso mais aparente cotidiano dos signos. A entrada no simbólico é irremediável e permanente, estamos comprometidos com os sentidos e o político. Não temos como não interpretar.” Lembrando que o método não deve servir como um gesso para a análise, pois sempre é interessante empenhar-se sobre a dialética entre método, teoria e a fonte de pesquisa afastando-se dos formalismos construtos. Sobre o assunto Renée (1985, p.100) comenta, “Isto é ainda mais pertinente no caso da análise de artigos de Imprensa sob o risco de cairmos numa análise formal do discurso.” Portanto, a partir de uma contextualização da região no período - pautada na historiografia goiana - buscamos perceber as especificidades dos discursos contidos na revista no que se refere à questão do transporte ferroviário para Goiás.

Goiás no início do século XX

Historicamente os meios de transportes representaram um problema crucial para a economia de Goiás. Após a crise da mineração em Goiás ocorrida no final do século XVIII e início do XIX, a economia goiana foi basicamente agrária com uma deficiência acentuada na circulação monetária. Em relação a este período Chaul (1997, p. 85) comenta que através da pecuária o Estado passou por uma “lenta e progressiva, recuperação de rendas e comércio, de desenvolvimento dentro das possibilidades de Goiás”. Sendo assim, após o *boom* da mineração, os mineiros começaram a ocupar as áreas perto dos antigos centros de mineração, apossando-se de terras e buscando definir sua legalização, por meio das sesmarias², e a pecuária e a agricultura foram as atividades que se fixaram e se desenvolveram.

Sobre Goiás no início do século XX, Bertran (1978, p. 98) comenta que o Estado passou por um processo de reintegração a economia nacional. Segundo o autor, isso ocorreu devido a dois fatores externos determinantes: em 1914 ocorre a transposição da ferrovia sobre o Rio Paranaíba e o início da primeira guerra mundial.

² Segundo Chaul (1997), as sesmarias eram concedidas aos mineradores sob algumas condições, na qual eles tinham que cultivar a terra concedida por dois anos, e durante um ano a mesma deveria ser titulada. Contudo, na maioria das vezes essa determinação era descumprida devido à grande quantidade de sesmarias para pouca fiscalização de controle.



Bertran expõe em números, que produtos como o arroz e o gado, por exemplo, tiveram uma alta taxa de exportação durante a grande guerra e baixa após o fim da mesma, e que muitos produtos deixaram de ser exportados. Para ele, o que dificultou o escoamento de produtos de Goiás foi a distância dos importadores, pois “onerava em tal monta os produtos a venda que esses encontrariam mercado apenas em ocasiões de oferta deficitária” (BERTRAN, 1978, p. 98), como o ocorrido durante a guerra.

A região Centro-Oeste brasileira no período em foco possuía uma forte dependência da região Sudeste no setor agrário, sendo o Centro-Oeste considerado uma “reserva de acumulação primitiva para a expansão do sistema capitalista” (Oliveira e Reichstul, Apud Borges, 2000), e o setor industrial da região central não tinha expressão significativa e crescia devido à renda desenvolvida pelas atividades agropecuárias. Nesta conjuntura, somente a produção de gado se manteve organizada cumprindo o papel de atividade de mercado, sendo exportada para as regiões Centro-Sul e Norte-Nordeste do país.

Tal situação econômica regional se configura devido à difusão e reorganização capitalista do cultivo do café na região Centro-Sul do Brasil ainda no século XIX, quando Goiás exportava gado para o mercado Sudeste, passando a se incorporar na divisão do trabalho agrícola nacional. Ao adentrar no século XX, com o aumento da urbanização e da indústria paulista, Goiás passa a exportar além do gado, produtos agrícolas básicos para a região Sudeste. Vale ressaltar que a agropecuária, sempre esteve presente em Goiás, porém, como o ouro era o produto principal, tal atividade econômica era complementar e secundária.

A situação econômica de São Paulo teve fortes influências em Goiás e em outras regiões do país, sendo São Paulo um indutor de transformações estruturais do país devido à sua crescente industrialização, exigindo que as atividades produtivas fossem reorganizadas.

Francisco de Oliveira e Henri-Philippe (Apud Borges, 2000) diz: “O processo de divisão, partindo da indústria do Sudeste, é amplo [...] Transfere e repassa tarefas agropecuárias para outras regiões, tais como o Nordeste e o Sul, 'cria' outra região, como o Centro-Oeste [...]”. Após a mineração Goiás se apresentava com uma grande quantidade de terras apossadas de formas legítimas e ilegítimas. A produção inicial de

subsistência e a criação de gado como “carro chefe”, compunham a frente da economia goiana.

A *Informação Goyana* em face do contexto exposto, procurou meios para incentivar a modernização do território com a construção de estradas de ferro para assim colocar Goiás em uma ligação mais eficaz com Estados de forte economia.

Moraes (2002) ao tratar da modernização no Brasil no início do século XX expõe, “O papel catalizador que a noção de civilização cumpriu para a antiga mentalidade será agora ocupado pelo conceito de modernização”. Modernizar no período era reorganizar as dinâmicas do território, além de ocupá-lo e fazê-lo possuir novos equipamentos e sistemas de engenharia. Interligar suas partes com sistemas de comunicação e construção de estradas. Ou seja, modernizar era valorizar o território.

De acordo com Foucault (2002), “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhorear-nos.” Portanto, os discursos propalados pelos mentores da revista eram em defesa da ferrovia, ou seja, a luta ideológica que se travava em suas páginas era uma forma de exercício de poder.

Os mentores d’A *Informação Goyana*

A imprensa é rica em dados e elementos, permitindo melhor compreensão das sociedades no que tange as suas condições de vida, expressões culturais, políticas e cronologia dos fatos. Renée (1985, p.90) observa que, “Partimos da hipótese geral que a imprensa age sempre no campo político-ideológico”, daí a necessidade de conhecer os mentores da Revista *A Informação Goyana*.

Esta publicação surgiu pela vontade de dois goianos, Henrique Silva e Americano do Brasil. O Major Henrique Silva, nascido em 21 de março de 1865, goiano de Bonfim³, descendeu de uma das famílias tradicionais, a família Vicente Miguel da Silva, tendo formação militar iniciada em 1882 no Esquadrão da Cavalaria de Goiás,

³

Bonfim, atual cidade de Silvânia.

posteriormente ingressou na famosa Escola Militar da Praia Vermelha, onde permaneceu por um período de três anos, mas deixou o curso sem concluí-lo.

Henrique Silva é foi o nome de referência para a revista, pois além de ser um dos fundadores d'A *Informação Goyana* em agosto de 1917, será o maior colaborador do periódico com 247 artigos assinados, sendo o único presente na direção da revista até o fim de sua circulação em maio de 1935, ano de sua morte. Ele já possuía experiência no campo da imprensa, colaborando anteriormente em alguns veículos de comunicação como a revista *Brazil-Ferro-Carril*, O jornal republicano *O Paiz*, *Jornal do Comércio*, *Diário de Notícias*, *Jornal do Brazil*, entre outros, porém, após 1917 focou sua atenção n'A *Informação Goyana*.

Americano do Brasil, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, foi o outro fundador da revista, com 26 artigos assinados. Além de médico, era pesquisador, professor, historiógrafo, jornalista, poeta folclorista e político. Contudo, ele foi convidado pelo então presidente do Estado de Goiás, João Alves de Castro a assumir o cargo de Secretário do Interior e Justiça de Goiás em 1918, deixando assim a direção da revista.

Americano do Brasil irá permanecer como colaborador do periódico até 1930. Entre os colaboradores podemos citar também: O general e engenheiro Eduardo Sócrates, o advogado Colemar Natal e Silva, o almirante e engenheiro J. Carlos de Carvalho, o advogado e literário Vitor de Carvalho Ramos, o seu irmão escritor Hugo de Carvalho Ramos, o militar Moisés Santana, o advogado Ignacio Xavier da Silva, e o capitão e político Olegário Pinto.

Segundo Nepomuceno, “Ao todo, a revista contou com a participação de 188 colaboradores; a maioria contribuiu com, no máximo dois artigos.” (NEPOMUCENO, 2003, p. 37). Como percebido, os colaboradores da revista eram um grupo de pessoas que possuía bastante influência nos circuitos culturais, sociais e políticos nacionais, sendo nomes importantes para a consolidação da revista.

Foucault (2002) localiza um conjunto de procedimentos procedimentos de exclusão com função de organizar e redistribuírem a produção dos discursos, como o direito do sujeito que fala. Em nossos dias, um dos locais nos quais a fala mais atinge e

se multiplica é no campo da política. E é nessa intervenção que ela revela o desejo e o poder que se liga a esses discursos.

O grupo que juntamente com Henrique Silva trabalhava para manter a revista em circulação era composto por goianos. No início o periódico era mantido financeiramente pelos anúncios, mas estes foram escasseando a partir do ano de 1921. Quando acabaram esses recursos a revista ficou sendo mantida com o dinheiro do governo do Estado de Goiás, por doações de goianos, raros anúncios e pelo próprio Henrique Silva. Como dito anteriormente, *A Informação Goyana* era editada no Rio de Janeiro, a Capital Federal da época, circulando nos principais Estados do Brasil, e no exterior.

O caráter imediatista era claro, sem rodeios, de forma direta e intensiva. Questões que envolviam os transportes estavam presentes, pois, naquele determinado momento noticiar outros fatos de grande repercussão, ou os problemas existentes em Goiás, não seriam importantes para comentar nas páginas, já que para seus editores o principal objetivo era divulgar as riquezas e as maravilhas presentes em Goiás, ou seja, mostrar para o cenário político da época, as potencialidades e possibilidades latentes.

Orlandi (2005, p.10) comenta que, “Saber como os discursos funcionam é colocar-se na encruzilhada de um duplo jogo da memória: o da memória institucional que estabiliza, cristaliza, e ao mesmo tempo, o da memória constituída pelo esquecimento que é o que torna possível o diferente, a ruptura, o outro.” Desse modo ocorre o jogo das palavras, mesmo das palavras que não eram impressas na revista, e como dito, o objetivo era nu, inserir Goiás no circuito econômico daquele tempo, ou seja, arrebatá-lo do isolamento econômico e colocá-lo às vistas dos leitores como um Estado próspero e promissor, e para isso os investimentos em transportes seriam fundamentais.

Quando se trata dos leitores, podemos perceber pelo histórico, da revista que suas publicações se dirigiam, com linguagens próprias da economia, geografia entre outras ciências, à elite intelectual e autoridades políticas, sendo a pretensão impor um objetivo que pudesse nortear uma política econômica para Goiás.

Essas ideias foram percebidas desde a primeira edição da revista, como mostra o trecho seguinte:

O aparecimento [...] desta publicação se justifica pela [...] necessidade que havia de um órgão informativo [...] riquezas nativas do *hinterland* brasileiro – Essa vastíssima região quase desconhecida [...] e que, no entanto possui [...] fortes elementos para se incorporar as correntes progressivas das [...] prosperas zonas do país [...] Goiás ocupa o centro geométrico do Brasil, e não carece [...] de razões geográficas para representar [...] um importante papel social e econômico na grandeza futura da nossa nacionalidade (A INFORMAÇÃO..., ago. 1917, p.1).

Notamos então que desde o começo a revista já possuía esse propósito, que pode ser observado em todas as edições. O esforço do grupo em defender Goiás de julgamentos compreendidos por eles como equivocados, em divulgar suas riquezas e exuberâncias, e provar que Goiás era um lugar de fortes possibilidades econômicas.

O trem vem vindo

Hobsbawm (2010, p. 32) já dizia, “Tecnologicamente, a ferrovia é filha das minas e especialmente das minas de carvão do norte da Inglaterra.” A afirmação em questão sobre o surgimento das estradas de ferro, remete ao contexto da revolução industrial. Iniciada na Inglaterra em meados do século XVIII, e que se expandiu pelo mundo a partir do século XIX, foi o fator primordial para que as ferrovias pudessem “nascer”.

A estrada de ferro, que depois da máquina a vapor, foi a maior conquista da revolução industrial, colocou em cena o poder das forças mecânicas, como uma crucial ferramenta para a expansão do capitalismo. As ferrovias, além de mudar as estruturas de produção industrial, transformaram as comunicações e os meios de transportes em geral. Sendo assim, os donos das minas perceberam que esse tipo de transporte poderia gerar lucros maiores atingindo percursos de longa distância.

Logo as ferrovias passaram a fazer parte dos planos de países como: “EUA em 1827, na França em 1828 e 1835, na Alemanha e na Bélgica em 1835 e até na Rússia em 1837” (HOBSBAWM, 2010, p. 32). Para esses países a ferrovia significava a vitória do homem aliado à tecnologia, ao progresso, à civilização, a um instrumento de difusão das mais diversas culturas.

Na América Latina o processo de construção ferroviária foi moroso e desigual. As estradas de ferro foram sendo introduzidas na América Latina de acordo com os interesses de grupos dominantes nacionais e estrangeiros, tendo assim um caráter de dependência econômica. Países como o Uruguai, Chile e México tiveram redes de ferrovias nacionais. Já países como o “Brasil e o Peru, construíram apenas troncos ferroviários ligando os centros produtores do interior aos portos de exportação para o além mar, servindo assim, quase que somente às regiões produtoras e exportadoras” (BORGES, 1990, p. 35).

Com a expansão da lógica capitalista na América Latina a dominação externa de se intensificou, pois o capital vindo de fora custeou a industrialização da agricultura, de acordo com Borges:

O imperialismo requeria um padrão de modernização ao mesmo tempo intensivo, extensivo e exigente. Já não se tratava apenas de dar impulso e captar os resultados, mas de fornecer, juntamente com as ideias, instituições, técnicas e valores sociais, o desenvolvimento da economia, da cultura e da sociedade, tal como organizar e fazer funcionar as escolas, as empresas, o exército, o Estado etc., tudo isto em nome da “liberdade” e da livre iniciativa, ou seja, os agentes modernizadores evocam sempre os princípios da doutrina liberal burguesa como forma de perpetuar a dominação externa (BORGES, 1990, p. 30).

Em 1835 no período regencial, Antônio Diogo Feijó⁴ lança o primeiro plano ferroviário para o Brasil, com o intuito de melhorar as comunicações entre as regiões brasileiras, e acabar com as ameaças dos movimentos separatistas que ocorriam nas Províncias, um plano político e estratégico que facilitaria a integração nacional e centralização política. O objetivo principal era ligar o “Rio de Janeiro às capitais das Províncias de Minas Gerais, Rio de Grande do Sul e Bahia” (BORGES, 1990, p. 36), as regiões nordeste e sul do Brasil, onde ocorriam os principais movimentos rebeldes.

Em meio a algumas tentativas frustradas de introdução das ferrovias no Brasil e divergências de opiniões entre as oligarquias tradicionais que não queriam mudar a estrutura de produção escravista, e os burgueses emergentes cada vez mais subordinados

⁴ Conhecido também como Padre Feijó foi um sacerdote católico e estadista brasileiro. Um dos fundadores do Partido Liberal no Brasil.

à ordem capitalista da economia brasileira que se concretizava cada vez mais como um lugar estratégico e bem articulado para o capitalismo exterior central.

Em 1852, com a nova legislação ferroviária que foi instituída pela lei nº 641 de 26 de junho⁵ do mesmo ano, começou a se efetivar a história das estradas de ferro no Brasil. Tal legislação tinha um caráter totalmente econômico, propunha a “ligação da Corte com as capitais das Províncias de Minas Gerais e São Paulo, ou seja, a ligação entre a Capital do país e as Províncias mais integradas à economia dependente” (BORGES, 1990, p. 41). Em consequência disso, as novas concessões de ferrovias dependiam do interesse dos grupos dominantes de cada região. Contudo, os recursos financeiros para as construções das estradas de ferro estavam garantidos para as regiões onde se encontravam os interesses de exportação. Assim as regiões Norte e Central, sofriam de uma grande desvantagem em receber tais recursos, pois possuíam pouca expressão econômica, e não estavam ligadas diretamente ao processo de produção agroexportador.

Em 1845 é inaugurado o primeiro trecho ferroviário do Brasil, “Com pouco mais de 14 quilômetros, que ia do porto de Mauá à estação de Fragoso. Só dois anos depois os trilhos atingiram a Serra” (BORGES, 1990, p. 42).

Nos anos que se seguiram, os trilhos iam sendo construídos de forma rápida rumo aos centros de produção de café mais modernos, como o Oeste de São Paulo, cuja organização cafeeira já se articulava com base na dinâmica do mercado capitalista.

A ferrovia não foi só sinônimo de modernização e inovação nos meios de transportes, foi de fato um processo em que transformou a organização produtiva cafeeira, até então mercantil-escravocrata, em uma organização baseada no sistema capitalista de produção, fazendo figurar novas relações de produção por meio de novas tecnologias.

O Estado brasileiro, para concretizar uma complexa rede ferroviária contraiu dívidas: “Entre 1908 e 1916, foram contraídos mais de 11 empréstimos, dos quais 6 em

⁵ Lei: Autorisa o Governo para conceder a huma ou mais companhias a construcção total ou parcial de hum caminho de ferro que, partindo do Municipio da Côrte, vá terminar nos pontos das Provincias de Minas Geraes e S. Paulo, que mais convenientes forem.



Londres e 5 em Paris, todos destinados à construção e manutenção da infraestrutura de transportes a serviço da economia agroexportadora” (BORGES, 1990, p. 46).

A algum tempo era perceptível na historiografia goiana a ideia de que em Goiás a estrada de ferro não interessava às oligarquias atreladas à antiga estrutura de produção. Segundo esta linha de pensamento, os coronéis não eram favoráveis a qualquer tipo de mudança de cunho progressista, sendo consequentemente contra a estrada de ferro, pois era sinal de uma nova força de transformação que ameaçaria o poder estabelecido por eles. Na produção histórica mais recente, da qual Chaul faz parte, esta ideia é refutada, tendo em vista que os trilhos impulsionariam dinâmica de exportação agropecuária, e que “os próprios coronéis tinham interesses políticos na ferrovia, pois ela era um dos meios de diferenciá-los por apostarem no desenvolvimento – uma bandeira política erguida à medida que os resultados econômicos iam surgindo” (CHAUL 1997, p. 144). O surgimento de novas vilas e cidades devido à chegada dos trilhos fez com que houvesse várias transformações, mas não atraso.

A primeira vez que Goiás fez parte de um plano ferroviário, foi em 1851, através do parlamentar Paulo Cândido, que apresentou à Câmara dos Deputados do Império, um plano que vislumbrava uma grande rede nacional de ferrovias para integrar o país, um trecho dessa rede ligaria o Rio de Janeiro, Goiás e Cuiabá. No entanto, como muitos outros projetos considerados faraônicos na época não foram concretizados, pois não se adequava à realidade econômica e política do período.

Com a ascensão de Xavier Almeida ao poder no início do século XX em Goiás, juntamente com os representantes goianos na Câmara dos Deputados, a ideia de concretizar as ferrovias no território goiano teve mais força. Primeiramente com reivindicações de ligar Goiás a São Paulo e Rio de Janeiro e Cuiabá. A prolongação da Estrada de Ferro Mojiana e Estrada de Ferro Oeste de Minas até o Centro Oeste também nortearam as pretensões dos grupos políticos goianos. Contudo, os goianos não conseguiam provar que Goiás possuía potencialidade econômica para realizar tal feito.

Um decreto de 16 de outubro de 1880 concedeu à Companhia Estrada de Ferro Alto Tocantins a construção de trilhos que ligariam a Vila de Catalão no sul até Palma (atual Paranã, TO) no norte, beirando às margens do Tocantins. Em um decreto de 1906, o então presidente da república Francisco de Paula Rodrigues Alves, reconheceu a

ferrovia sob a denominação de Companhia Estrada de Ferro Goiás. Acatando os interesses político-econômicos mineiros, a estrada teve que mudar o seu traçado em 1907, “obrigando a estrada a partir de Formiga, no centro da região meridional de Minas, e ir a Leopoldina, à margem do Araguaia” (BORGES, 1990, p. 60).

A Estrada de Ferro Goiás no início era denominada de Estrada de Ferro Alto Tocantins e tinha como propósito ligar a região do Sul de Goiás ao Norte do Estado. Contudo para acolher os interesses da elite política mineira, o esquema de traçado da Estrada de Ferro Goiás sofreu alterações, pois a região de Catalão não era economicamente atrativa. As divergências entre Goiás e Minas foram resultados naturais de contexto político do Estado oligárquico da Primeira República, e a ausência de um planejamento de cunho nacional que pudesse ultrapassar os interesses regionais. O Estado Nacional que servia aos interesses da economia agroexportadora, reservava a maior parte dos recursos das ferrovias para as regiões onde se encontravam as maiores forças políticas, no caso Minas e São Paulo.

Seguiram assim as disputas entre mineiros e goianos, num jogo de “cabo de guerra”, onde cada um dos lados queria “puxar” para si os trilhos. O trecho ferroviário entre Catalão e Formiga que colocaria Goiás em contato com o Rio de Janeiro foi concluído depois de 1940 e o primeiro trem a passar sobre os trilhos do sudeste rumo a Goiás foi em 15 de agosto de 1912.

Sobre a Estrada de Ferro Goiás, Henrique Silva e seus colaboradores faziam severas críticas sobre o processo de construção, e deixa às claras o confronto de interesses entre mineiros e goianos pela estrada de ferro, como neste artigo intitulado *Estrada de Ferro Goyaz*:

[...]seguiu para Formiga o engenheiro chefe da construção da Estrada de Ferro de Goiás, Dr. Antônio Gravatá, acompanhado de seus auxiliares, afim de atacar com energia a conclusão da linha entre Salitre e Patrocínio, dando começo a construção das respectivas estações. É pensamento daquele engenheiro fazer com que a inauguração oficial do tráfego até aquela cidade seja feita de 90 dias. Em seguida será atacada a construção do trecho de 70 quilômetros entre Patrocínio e o quilômetro 432. Note o leitor que escrevemos Estrada de Ferro Goiás e não Estrada de Ferro de Goiás – por isso que de Goiás a malfadada via-férrea só tem o nome. De Minas Gerais, ou, mais propriamente, de ligação de Belo Horizonte às localidades do

Triângulo Mineiro já beneficiadas por estradas de ferro é que ela tem sido e continua a ser [...] (A INFORMAÇÃO..., mar. 1918, p. 96).

As críticas são recorrentes, como nesta outra publicação assinada por J. Moutinho que se refere a mudança inicial da matriz da Estrada de Ferro Goiás que seguiria o traçado Formiga – Catalão – Cidade de Goiás – Araguaia, porém naquela situação no Triângulo Mineiro circulavam jornais comentando do desvio dos trilhos para Aragarari:

[...] surgem por aí, de quando em vez, projetos nesse sentido, mas, ao serem postos em execução, são logo modificados na sua parte essencial, graças a trama da malsinada politicalha que nos infesta. As projetadas linhas de penetração transformam-se em breve em estradas de ferro de favores, ramificando-se para lugarejos onde os “chefetes” da zona assentaram a sua taba imperial. As estradas de ferro de penetração únicas capazes de abrir para o Brasil um futuro de grandezas que todos lhe desejamos, têm sido tentadas em nosso país, sem, contudo, produzir bons frutos, e isso, porque, como dissemos, as influencias políticas sertanejas quebram-lhes o traçado primitivo, obrigando-as a zigzaguear macabramente pelas suas fazendolas e terras desertas, provando assim aos engenheiros construtores que o caminho mais curto de um ponto a outro é a linha quebrada. [...] (A INFORMAÇÃO..., abr. 1918, p. 96).

As citações acima são exemplos das disputas de interesses entre a elite goiana e mineira que se dissentiam quando o assunto era a Estrada de Ferro Goiás. Os goianos manifestavam que os mineiros olhavam apenas o lado deles para o enriquecimento da região, e os mineiros não viam vantagem em estender a estrada até Catalão.

De forma solene passou “o primeiro trem sobre a estrutura metálica, com um carregamento de trilhos testando a solidez da obra e para dar continuidade ao prolongamento da estrada [...]”. (BORGES, 1990, p. 67). O trecho se refere à travessia do trem sobre o Rio Paranaíba que fazia parte efetiva do ramal iniciado em 1909, que ia de Araguari à Catalão tendo uma extensão total de 54 km, marcando a efetiva penetração da estrada de ferro em solo goiano.

O trecho da estrada de ferro entre Araguari e Roncador, que correspondia à etapa inicial da concretização da estrada de ferro em Goiás, foi efetivada em um tempo curto, devido a topografia e as condições técnicas de construção favoráveis, tendo poucos trechos construídos com dificuldade.

No ano de 1915 devido às dificuldades financeiras das empreiteiras, irregularidades nos contratos, interesses políticos de Minas Gerais e conflitos armados fizeram com que as obras da Estrada Ferro Goiás se paralisassem.

Diante de tantos problemas, trechos em péssimo estado, e interrupções, em 1920 o Governo Federal por decreto, encampou as construções da ferrovia, ficando assim a cargo da União a continuação da construção dos trilhos.

Com a chegada dos trilhos em Goiás, no início do século XX a pecuária permaneceu como a mais importante atividade econômica, contudo o setor agrícola que até então estava em uma posição subsidiária da atividade pecuária, começou crescer paulatinamente a partir dessa época. Goiás na condição de produtor e fornecedor de matérias-primas e produtos agropecuários se introduzia no processo de expansão da economia capitalista.

Os operários da Estrada de Ferro na sua maioria eram provenientes do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, onde já possuíam certa experiência para tal empreitada. Operários da região e de outros Estados realizavam o trabalho rústico, enquanto operários estrangeiros faziam parte do quadro de trabalhadores de mão de obra qualificada. Borges (1990) explicita que dados mais precisos sobre esses trabalhadores não é possível de se obter, devido ao fato da pouca importância que se dava aos trabalhadores nos relatórios da diretoria da Estrada de Ferro Goiás.

Tendo em vista que os trilhos e as rodovias em Goiás se desenvolveram nas regiões centrais e sul do Estado, o norte goiano permaneceu isolado e carente de transportes terrestres, dependendo quase que exclusivamente das vias fluviais, assim justifica-se expor alguns comentários sobre o tema que apesar de não ser mais abordado que as ferrovias também foi uma tônica nas páginas da revista.

Foram tratados dos problemas e das possibilidades de exploração nos rios, tendo como principais o Rio Tocantins, Araguaia e o Paranaíba. Um artigo no primeiro ano de circulação da revista, assinado por Ayres da Silva, revela que a própria natureza poderia facilitar as vias de comunicação através dos rios:

Se um problema existe que, sobre todos os outros, deve merecer a atenção, não já dos goianos, mas dos brasileiros em geral, este



problema é o de transportes. A natureza, mimoseando-nos com uma terra riquíssima, tratou imediatamente, como que desejando aguçar nossa atividade, de bordar o território de nosso país de encantos e de recursos econômicos incontáveis, de um sistema hidrográfico como não há outro no mundo. [...] (A INFORMAÇÃO..., out. 1917, p. 33).

As palavras de exaltação sobre os rios de Goiás eram necessárias para atrair investimentos para uma possível rede de navegação que serviria como meio de transportes e principalmente para explorar tais rios. Quando estudos de profissionais da área cogitavam a hipótese de se tornar algum rio da região em um meio de transportes eficaz a revista logo tratava de tornar isso a público:

Chamamos a atenção dos geógrafos e mais estudiosos das coisas do Brasil Central para este recente trabalho de exploração científica do grande rio que limita Goiás e Minas:[...] O Paranaíba é o coletor de todas as águas que vêm do planalto central conduzindo, portanto, em si uma imensidade de águas, circunstância que favorece a navegabilidade do rio. Esta possibilidade é de suma importância econômica, é a chave para o desenvolvimento e progresso seguro das mais ricas regiões que até agora, devido a absoluta falta de meios de transportes ficaram estacionadas. O solo exuberantemente fértil que margeia os barrancos do rio ainda se acha em quase sua totalidade em estado virgem e onde podia haver a mais rica cultura produtiva do país [...] (A INFORMAÇÃO..., nov. 1917, p. 36).

Tal trecho é uma parte de um relatório do engenheiro Carlos Hass, que foi dividido em três partes, onde cada parte foi publicada em três números da revista. Apesar do cunho jactante, percebe-se nos trechos acima uma linguagem técnica voltada para especialistas. A influência positivista proporcionava subsídios teóricos e científicos, para que eles pudessem associar aos seus interesses econômicos e políticos em relação a natureza.

Sobre os rios Araguaia e Tocantins a campanha era recorrente, contendo artigos com trechos de projetos de leis que eram apresentados a Câmara dos Deputados com o objetivo de beneficiar o interior do país através das navegações desses rios, por exemplo:

À Câmara dos Deputados foi apresentado o seguinte projeto de lei:
Art 1.º É o Sr. Presidente da República autorizado a: a) auxiliar a cada um dos Estados de Goiás e Pará com a importância de duzentos contos de réis para a desobstrução e limpeza das zonas encachoeiradas dos

rios Tocantins e Araguaia;[...] (A INFORMAÇÃO..., jun. 1920, p. 131).

Para não fugir à regra há muitos artigos recheado de dados e exaltando a beleza dos rios, como nesse trecho sobre o Araguaia:

O Araguaia que no dizer de Henrique Silva é um dom de Goiás, como o Nilo o e do Egito, aguarda da Providência o favor que o Senado brasileiro lhe poderia fazer se quisesse restabelecer-lhe a navegação a vapor, de acordo com o projeto retido naquela casa do Congresso. [...] (A INFORMAÇÃO..., mai. 1925, p.73).

Além dos rios supracitados a revista também possui artigos a respeito do Rio das Mortes, também conhecido como Rio Manso no Mato Grosso, Rio do Sono no atual Estado do Tocantins, e sobre o Rio Vermelho. Normalmente eram publicados em forma de relatórios feitos pelos navegadores. De acordo com o prisma cientificista que influenciou Henrique Silva, o mundo social, não podia ser pensando separadamente do mundo físico e natural.

Apesar dos artigos sobre os rios, as ferrovias irão ocupar maior destaque, pois naquele momento era sinônimo de modernização. Dos 242 artigos tendo os transportes como tema, 78⁶ são artigos que tratam diretamente sobre ferrovias.

Segundo Borges (2000), A ferrovia “foi a primeira via de transporte moderna a reduzir tempo e espaço entre o território goiano e os mercados do Sudeste”. Os trilhos possibilitaram que Goiás fosse inserido na economia regional na dinâmica capitalista. O grupo responsável pela *A Informação Goyana* baseando-se nos ideais evolucionistas e de progresso, acreditava que para Goiás superar a condição de atraso, deveria cumprir alguns pontos básicos para o crescimento econômico, e o ponto inicial seria uma forte estrutura de comunicação e transportes. Já nas primeiras edições da revista, o assunto sobre as ferrovias era comentado pela revista. A terceira edição da revista lançada em outubro de 1917 contava com um artigo ocupando uma página inteira sobre a Estrada de Ferro Goiás. Em um trecho desse artigo Henrique Silva comentava:

O traçado primitivo desta malfadada via-férrea de Formiga em Minas, era o que fosse ter a Leopoldina, á margem do Araguaia, em Goiás.

⁶ Além dos artigos a revista possuía em cada publicação espaço para “notas e informações” que também tratavam sobre as ferrovias e não estão inclusos na contagem.

Por um decreto de 1907, presidência Affonso Penna, foi o encargo da Companhia Estrada de Ferro Goiás agravando com a clausula da construção de um ramal para Uberaba, na extensão de 982, km. 420. Para a execução do contrato a Companhia E. de F. Goiás já havia levantado um empréstimo do valor nominal de 25.000.000 de francos a juros de 5% ao ano e amortização em 90 anos, e depositado em diversas parcelas a soma de 7.500:000\$000, ouro, nos termos do contrato então em vigor. Com estes recursos foi iniciada a construção em Formiga; mas quando já se achava aberto ao transito publico até o quilômetro 61 e em construção adiantada até o quilômetro 126, veio o decreto que modificou o regimento da garantia de juros estabelecido no contrato anterior, passando a estrada a ser construída por empreitada e conta do Governo [...] (A INFORMAÇÃO..., out. 1917, p. 23).

Henrique Silva possuía um conhecimento profundo das negociações e acompanhava com afincio o processo de construção da Estrada de Ferro Goiás, tendo em vista que tal obra acabaria com a precariedade da economia goiana, pois essa grandiosa obra atenderia às necessidades de escoamento de sua produção. A Estrada de Ferro Goiás já em seu início corroborou particularmente para desenvolver o comércio goiano. Seus trilhos acentuaram o intercâmbio goiano com o Triângulo Mineiro, e começaram outros como em São Paulo e Norte de Minas.

Os colaboradores então se viam na obrigação de lutar pela construção de ferrovia em Goiás, onde *A Informação Goyana* incansavelmente nunca cessou de reivindicar nas suas páginas tais melhorias, e também propostas conciliadoras para a construção, como podemos notar em um trecho de um artigo intitulado Estrada de Ferro Goiás:

Prosseguindo nas considerações que fiz sobre esta ferrovia, ironicamente batizada com o nome do meu caro Estado e que vive sendo disputada em zona mineira, por interesses em choque, venho lembrar uma solução conciliatória, capaz de agradar a todos, sem criar descontentes, nem dificuldades ao Senhor Ministro da Viação. Optar pela mudança do traçado, como pleiteia Araguari, seria um ato, além de iníquo, lesivo aos cofres públicos, por importar franco favoritismo á Companhia obrigada a receber, por quilômetro de linha construída em condições menos favoráveis, uma certa quantia que ela quer embolsar pelo do novo traçado, de construção fácilima e barata, incidente em campo limpo e pouco acidentado.[...] (A INFORMAÇÃO..., mai. 1919, p. 133).

Dessa forma, a revista irá colocar em evidência os problemas dos trilhos em Goiás durante todos os anos de sua circulação. A revista expôs e debateu uma gama de temas, com o propósito de angariar subsídios e simpatizantes para as várias campanhas que ela propôs, mas a questão da estrada de ferro mereceu atenção especial, como prioridade nos discursos e debates acirrados pelo seu estabelecimento como principal via de comunicação da região.

Considerações finais

A proposta da revista de propagar a ideia de implantar os trilhos em Goiás ultrapassava o objetivo de trazer as demandas de São Paulo. Ela almejava a integração regional para tornar o Estado participante ativo das dinâmicas político-econômicas pautadas nas lógicas capitalistas de mercado.

As análises sobre os trechos dos artigos expostos não tem a pretensão de encontrar um sentido verdadeiro, mas refletir sobre as ideologias colocadas implícitas e explicitamente no periódico, que em sua materialidade linguística e histórica possui um real sentido. De acordo com Orlandi (2005) “A própria língua funciona ideologicamente, tendo em sua materialidade esse jogo.” Os seus ideais se materializavam na sua linguagem, que pautados no cientificismo e no progresso procurou integrar o sertão ao litoral em busca de modernização. A revista enquanto sujeito discursivo ao expor e debater determinado tema, a mesma atribuía uma identidade para Goiás para o litoral.

Os mentores d'A *Informação Goyana* tinham uma consciência clara e generalizada da importância da ferrovia como elemento fundante para a tão sonhada valorização e modernização de Goiás. Lutaram veementemente por essa campanha através de um discurso na imprensa no intento de promover maior dinamismo para a sua concretização.

Embora percebamos que os fundadores acreditassem como Ruy Barbosa na importância da educação popular como base para o desenvolvimento econômico. Pelos discursos promovidos pela revista é mais perceptível a defesa pelas estradas como ponto

de apoio para o desenvolvimento da educação, e conseqüentemente o progresso econômico.

REFERÊNCIAS

A Informação Goyana. Rio de Janeiro, 1917-1935; nº 1-1923 (Digitalizado).

BERTRAN, Paulo. *Formação econômica de Goiás*. Goiânia, Oriente, 1978.

BORGES, Barsanufu Gomides. *Goiás nos quadros da economia nacional: 1930 – 1960*. Goiânia: Editora da UFG, 2000.

BORGES, Barsanufu Gomides. *O despertar dos dormentes; estudo sobre a Estrada de Ferro Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais: 1909 – 1922*. Goiânia: Cegraf, 1990.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia, Ed da UFG, 1997.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. Ed. Loyola, 1996

HOBBSBAUWM, Eric J. *A era das revoluções: 1789-1848*. Ed. SP: Paz e Terra, 2010.

MORAES, Antonio Carlos Robert, *Território e história no Brasil*. São Paulo, HUCITEC, 2002.

NEPOMUCENO, Maria de Araújo. *O papel político-educativo de A Informação Goyana na construção da nacionalidade*. Goiânia. Ed. UFG, 2003.

ORLANDI, Puccinelli Eni, *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2005.

ZICMAN, Renée Barata, *História através da imprensa – Algumas considerações metodológicas*. In: *História e historiografia: Contribuições e Debates*. PUC São Paulo. Programa de estudos pós-graduados em história. Departamento de história. São Paulo, EDUC, 1985.

A FESTA DO DIVINO PAI ETERNO EM TRINDADE: UMA EXPRESSÃO DO CATOLICISMO POPULAR EM GOIÁS COMO REAÇÃO AO PROCESSO DE SECULARIZAÇÃO DA SOCIEDADE, EM UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Cláudia Maria Rabelo

Doutoranda em Ciências Da Religião

Programa De Pós-Graduação Stricto Sensu Ciências da Religião – Puc/Go

Resumo

Percebe-se, hoje, na sociedade um processo em curso que se caracteriza pela tentativa de secularização, orquestrada pelo Sistema Neoliberal. Este processo é um dos responsáveis pela crise da modernidade, que imprime na sociedade o desencanto, a produção de miséria, guerras, incertezas, medo e desamor. Apesar disto, a Religião permanece presente legitimada e insubstituível, percebida pela crença, pela prática e pelos ritos que coexistem com a racionalidade técnico-científica. Contudo, nota-se que a crise da modernidade gera insegurança, angústia e solidão nas pessoas. Assim sendo, elas buscam respostas e soluções para seus problemas e as encontram na Religião, fato este percebido no Catolicismo Popular, na Festa de Trindade, onde, também se percebe um processo em curso, na sociedade, de reação ao fenômeno da secularização.

Palavras Chave: Religiosidade. Secularização. Crise.

Abstract

It can be seen today in society an ongoing process that is characterized by the attempt of secularization, orchestrated by the Neoliberal System. This process is one of the responsible for the crisis of modernity, which prints in society the disenchantment, the misery's production, wars, uncertainty, fear and disaffection. Nevertheless, Religion remains legitimate and irreplaceable, perceived by the belief, the practice and the rite that coexist with scientific-technical rationality. However, note that the crisis of modernity creates insecurity, anxiety and loneliness in people. Therefore, they seek answers and solutions to their problems and find it in Religion, this fact is noticed in Popular Catholicism, on the Feast in Trindade, which, also notice an ongoing process, in society, in reaction to the phenomenon of secularization.

Keywords: Religiosity. Secularization. Crisis.

Esta leitura se direciona a oferecer subsídios que possam ajudar em uma possível reflexão para a Igreja Católica e para a sociedade, em geral, porque é preciso que se preocupe com a crise no Brasil e no mundo, que se projeta em Goiás, manifesta na fome, miséria, violência e desordem caminhando para o caos, como fruto do Sistema Neoliberal e o crescente processo de secularização na sociedade. Os problemas são históricos, assim como estruturais e a Igreja Católica pode ajudar na solução do conflito. Ela tem estado presente no Imaginário Social, na manifestação do Catolicismo Popular, como em uma reação ao processo neoliberal de secularização da sociedade. Este fato é percebido na Festa do Divino Pai Eterno em Trindade.

Seguindo-se este objetivo, contempla-se o pensamento de Bourdieu (1998, p. 86) quando diz:

Logo a mensagem religiosa mais capaz de satisfazer a demanda religiosa de um grupo e, portanto, de exercer sobre ele sua ação propriamente simbólica de mobilização, é aquele que lhe fornece um sistema de justificativas de existir enquanto ocupante de uma posição social determinada.

Neste mister, evoca-se a percepção do Imaginário Social em suas especificidades quer no espaço, quer no tempo, através do conceito chave de “Representação”. Aqui é oportuno citar Santos (1998, p.11) quando diz que o conceito de “Representação” (...) “engloba todas as traduções de uma realidade exterior vivida que ultrapassam a realidade concreta. Cada sociedade possui seu imaginário seja tênue e variado nos diversos momentos históricos.” Desta forma, o campo experimentado por este limite envolve o próprio campo da experiência humana, seja do social coletivo ao particular íntimo.

Portanto, representações traduzem, à revelia de seus protagonistas, imagens que descrevem a sociedade como eles entendem que ela seja ou mesmo, como gostariam que ela fosse. “Assim, cada sociedade cria suas representações do mundo, pois se percebe nessas imagens as estratégias que determinam as posições dos grupos sociais e

suas relações na trama da sociedade.” Santos (1998, p. 11). São essas imagens coletivas que se formam e se transformam, e que são apropriadas pelos diversos segmentos sociais.

Outrossim, encontra-se uma significativa contribuição, nesta leitura, no fato descrito por Le Goff, de que a memória representa uma difícil invenção. Esta invenção consiste na conquista progressiva pelo homem de seu passado individual, da mesma forma com que a história constitui para o grupo social, a conquista de seu próprio passado. No que tange à memória coletiva, segundo o autor citado, esta faz parte das grandes questões presentes, tanto nas sociedades desenvolvidas quanto naquelas em vias de desenvolvimento, nas classes dominantes como nas dominadas que lutam pelo poder ou pela vida, seja pela sobrevivência ou mesmo pela promoção social.

Quando se estuda o Catolicismo Popular na Festa do Divino Pai Eterno, descreve-se aquela ideia contida no pensamento de Bosi (1994, P.31), para quem, o tempo da memória é social, e não apenas por se tratar de calendário do trabalho, de festa, de evento político, mas, por repercutir no próprio modo de lembrar. Assim considerando, diz esta historiadora:

(...) a substância social da memória – a matéria lembrada – nos mostra que o modo de lembrar é individual tanto quanto social: o grupo transmite, retém e reforça as lembranças, mas o recordar, ao trabalhá-las, vai paulatinamente individualizando a matéria comunitária, e, no que lembra e como lembra, faz com que fique o que signifique.

Destarte, considerando-se, assim como Scheneider (In Laraia, 2006), que cultura é um sistema de símbolos e significados e ainda, conforme seu entendimento de que cada sistema cultural está sempre em mudança, percebe-se, então, que este sistema se revela em um emaranhado de representações de mundo, como a Religião, e que estas representações, seguindo também, o pensamento de Bourdieu (1998) e ratificando Santos (1984) revelam uma projeção de imagens e estratégias que determinam as posições de grupos sociais e suas relações na trama da sociedade. São essas imagens coletivas que se formam e se transformam, e que são apropriadas pelos diversos

segmentos sociais. Além disso, o próprio homem em sua singularidade é traduzido, na ótica de Geertz (1978), como animal simbolizante e pesquisador de significados. Assim, contempla tão bem este estudioso a questão, dizendo que:

O homem tem uma dependência tão grande em relação aos símbolos e sistemas simbólicos a ponto de serem eles decisivos para sua viabilidade como criatura e, em função disso, sua sensibilidade à indicação até mesmo mais remota de que eles são capazes de enfrentar um ou outro aspecto da experiência provoca nele a mais grave ansiedade (...).

Este contexto é bem compreendido na Festa de Trindade, quando Deus (2000, p.93) comenta que “(...) oromeiro prefere adotar a linguagem dos atos concretos e dos símbolos para alimentar sua necessidade de bens, desatentos às rebuscadas variações de afirmações doutrinárias. Por isso, não dispensam a oportunidade da busca pelos signos capazes de satisfazerem seus anseios”.


A religião contemplada em uma perspectiva sociológica é percebida por Hourtart (1994, p. 26) como sendo uma das representações que os homens fazem do mundo e de si mesmos, considerando especificamente, a representação que faz referência ao sobrenatural. Neste sentido, Berger (1985, P. 15) mostra que toda sociedade humana é um empreendimento de construção do mundo e a realização ocupa um lugar de destaque neste empreendimento. É relevante considerar que este autor concebe a religião como tendo sido historicamente o mais amplo e efetivo instrumento de legitimação e entende que toda legitimação mantém a realidade socialmente definida. Berger (opus cit. p. 45) Segundo a teoria formulada por Bourdieu (1998), em sua qualidade de sistema simbólico estruturado, a religião funciona como princípio de estruturação que assume uma função ideológica, função prática e política que legitima o arbitrário. E nesta, ela tem o papel de sustentar aquela força material ou simbólica que torna possível a mobilização de um determinado grupo ou classe, assegurando sua legitimação ou tudo que a define socialmente.

Com relação ao Catolicismo Popular, Beozzo (1992, p. 18) fala da dificuldade que se encontra ao estudá-lo, por se tratar da religiosidade dos marginalizados, implicando em uma situação de produção simbólica de um sistema rotulado de acordo com posições sociais definidas. “É também o limite da maneira pela qual a cultura dessas classes pode se apropriar de símbolos tradicionais do sagrado, por fazer as representações de seu próprio mundo.” (Brandão, 1980, p. 204).

De acordo com Durkheim (1996), a religião sendo uma espécie de um todo indivisível é formada de partes, como os mitos, os dogmas, os ritos e as cerimônias. Ao se buscar o significado dos mitos, é possível percebê-los compreendidos na Festa do Divino Pai Eterno, em Trindade.

O mito é uma forma de manifestação do fenômeno religioso. Para Patai (1974, p.39), “toda prática mágica, toda cerimônia ou todo ritual importante tem a sua crença respectiva narrada em relatos de precedente concreto, que são mitos”. O mito é então a parte falada do ritual assim como também não há ritual sem mito. O mito é então considerado nesta ótica de raciocínio, como sendo, simplesmente, uma narrativa associada a um rito. Através da mitologia, segundo este mesmo entendimento, investigam-se as crenças humanas que dizem respeito ao Divino, considerado como parte integrante e central dos interesses culturais humanos. Percebe-se, também neste contexto, o mito relacionado ao homem e as maneiras com que o ser humano, em várias épocas, e em vários lugares, acreditou haver encontrado uma aproximação com Deus.

O mito está, nesse sentido, compreendido na Devoção do Divino Pai Eterno, percebendo-se isto, na pesquisa realizada por ocasião da elaboração da Dissertação de Mestrado, quando foi respondido no primeiro quesito do questionário aplicado, com o seguinte teor: - o que o senhor (a) veio fazer/buscar aqui? – entre diversas respostas, citam-se as seguintes: sentir Deus mais próximo; rezar; encontrar a fé; assistir missa; novena; onde encontre Deus mais próximo ou se sente feliz.

Ou mesmo, quando os devotos, respondendo ao sétimo quesito: – Para o senhor (a), o que representa o Santuário do Divino Pai Eterno, em Trindade? – disseram: “Sinto 

que estou na Casa de Deus”. (DUL); - ”É o lugar Santo, onde tem mais respeito, procuro e encontro Deus, com todo mundo para louvar a Deus.” (MG) – “Deus está mais perto aqui embora Deus esteja em todo lugar, a presença D’Ele parece mais forte.” (SCSMS) e (APS); “A Casa do Pai.” (ZGS) e (NPS); - “A CASA de Deus.” (D); - “A CASA D’Ele, a nossa casa.” (ED) – “Aqui é a Casa de Deus, do Divino Pai Eterno.” (CMJ)).

Assim, em Trindade, no Santuário do Divino Pai Eterno, o homem acreditou ter encontrado uma aproximação com Deus.

Malinowski (1984, p. 100) diz que “o mito não é uma vã rapsódia, não é um mero brotar de fantasias frívolas, mas uma força cultural laboriosa e extremamente importante”. Para este teórico, contraditando a teoria que torna o mito simbólico e imaginário, encontra-se a teoria que considera o conto Sagrado como um verdadeiro registro histórico do passado. Segundo este pensamento, o mito não é simplesmente uma história contada, mas uma realidade vivida. Os estudos, então, nos revelam que a religião é também um mito na vida moderna, e nessa concepção enfocamos o mito no Catolicismo Popular, pois o mito permanece na tradição judaico-cristã. Nesse sentido, segundo o pensamento de Pataí (1974), na vida moderna, o mito conserva a mesma função que o tem acompanhado desde a Antiguidade.

Em meio aos estudiosos da Engenharia chega a relevante contribuição que diz:

A Ciência, estudando o Imanente do modo mais rigoroso que o intelecto humano jamais pode conceber, descobre uma série de verdades, cujos valores estão em perfeita sintonia com aqueles que a própria forma de matéria viva, chamada homem, aprende da Verdade Revelada. (ZICHICHI, 2000, p. 43)

Le Goff (1990), se referindo aos mitos, considera que a maior parte das sociedades explicou sua origem através dos mitos, considerando ainda, que uma fase

decisiva da evolução dessas sociedades, consistiu, justamente, na passagem do mito para a história.

Na manifestação do fenômeno religioso, além do mito, também estão presentes as crenças e os ritos. Quando se fala no mito do Divino Pai Eterno, também se volta para a sua crença.

Burgoa (apud: Villa, 2000) entende por crença o assentimento que outorgamos a certas verdades ou informações, sejam mensagens ou enunciados, fundados ou motivados pela confiança e pela competência (autoridade) de quem nos informa algo. E neste sentido a confiança é fator essencial no teor da crença. Assim, o devoto do Divino Pai Eterno quando disse, respondendo ao questionário, “Porque acredito...” e “Porque a gente confia” está manifestando a sua crença na Divindade, no Sagrado.

Como disse Durkheim (1996, p. 24): “As crenças religiosas são representações que exprimem a natureza das coisas sagradas e as relações que elas mantêm, seja entre si, seja com as coisas profanas”. Assim entendidas, as crenças sintetizam sistemas de ideias, pelas quais o homem tende a representar o seu mundo. Durkheim (opus cit. p. 28-29) revela que as crenças religiosas são sempre comuns a uma determinada coletividade que, aderindo às suas representações, praticam ritos solidariamente. Diz então que as crenças são admitidas tanto a título individual, como coletiva formando a unidade do grupo, que se encontra unido por ter uma fé comum.

O questionário aplicado aos romeiros na pesquisa realizada por ocasião da Festa do Divino Pai Eterno em Trindade, quando se trabalhou para a elaboração da Dissertação de Mestrado, revelou que a Festa do Divino Pai Eterno se traduz em representação do povo, em geral, atingindo as diversas faixas etárias e que, apesar de serem muitas pessoas goianas, também representam pessoas vindas de outras partes do Brasil. São devotos vindos da zona urbana e zona rural. Estes fiéis unidos pela fé, em Trindade, formam uma comunidade única – “são os romeiros do Divino Pai Eterno”.

O primeiro quesito do questionário mostra que essas pessoas, em maioria, vão ao Santuário pagar promessas próprias ou mesmo alheias, ou rezar, aproximar-se de Deus,

encontrar a fé, assistirem missas, novenas, e serem felizes. Algumas pessoas foram à Trindade visitar o Divino, para pedir saúde, felicidade, graças.

Outras vieram festejar, passear, fazer doação, visitar a Vila São Cottolengo e, no dizer de uma delas: ”cumprir destino” ou, simplesmente: “buscar força, adubo...”, enfim, “agradecer a Deus pela graça de viver. De poder ver o sol, os filhos crescerem”. Percebe-se, então, que todas essas pessoas, irmanadas, manifestam individualmente e coletivamente a crença no “Divino Pai Eterno”.

Na Festa do Divino Pai Eterno também se manifestam os ritos. Neste caso, o sentido contido no rito é destacado pelos anseios do povo – devoto do Divino Pai Eterno – assim como pela ideologia contida na Igreja Católica, como Instituição. Assim considerando, o sentido atribuído ao rito corresponde às crenças dos membros desta Igreja.

Como em Durkheim (1996), percebe-se, assim, que, em uma sociedade, quando seus membros se encontram unidos por representarem da mesma forma o mundo sagrado e por traduzirem essa representação comum em práticas idênticas, essa união de seus membros, com relação ao Sagrado, constitui uma Igreja.

Assim, na concepção de Durkheim (1996, p. 24 e 26) “(...) os ritos são regras de conduta que prescrevem como o homem deve comportar-se com as coisas sagradas.” Diz, também, este estudioso que:

Os ritos só podem ser definidos e distinguidos das outras práticas humanas (...) pela natureza especial de seu objeto (...). Portanto, é o objeto do rito que precisaríamos caracterizar para podermos caracterizar o próprio rito. Ora, é na crença que a natureza especial desse objeto se exprime. Assim, só se pode definir o rito após se ter definido a crença.

Ainda, com relação ao rito, Mauss (1979) esclarece que o mesmo só encontra sua razão de ser quando se descobre seu sentido, ou seja, as noções que formam e formaram sua base, significando, portanto, as crenças às quais ele corresponde.

Mauss (1979) fazendo referência a um dos fenômenos centrais da vida religiosa apresenta a prece e segundo este autor:

É um rito, pois ela é uma atitude tomada, um ato realizado diante das coisas sagradas. Ela se dirige à divindade (...) ela consiste em movimentos materiais dos quais se esperam resultados. Mas ao mesmo tempo, toda prece é sempre, em algum grau, um credo. (...) A prece pertence ao mesmo tempo à crença e ao culto.

Apesar de a prece ser concebida por teóricos como sendo um fenômeno essencialmente individual, algo de foro íntimo, para Mauss (1979 p. 117-118) a prece também pode ser concebida como fato social e que representa o pensamento institucional. A prece é a crença que se materializa, é a religião em forma de atos, é um ato de fé, ou uma súplica, um hino de louvor ou um canto de perdão. Por isso, ela se manifesta nas orações, nas cerimônias, nos cantos, nas folias, procissões, romarias e caminheiros, na Festa do Divino Pai Eterno.

Malinowski (1984) diz que o caráter festivo das cerimônias de culto é um aspecto notável da religião. Para este teórico, o conclave dos fiéis unidos em oração, sacrifício, súplica e mesmo ação de graças, segundo sua concepção, constitui o exato protótipo de uma cerimônia religiosa. Ele entende, ainda, que a religião precisa da comunidade como um todo, para que seus fiéis possam, em comum, venerar objetos e divindades sagradas, enquanto que a sociedade precisa igualmente da religião para que possa manter a lei moral e a ordem.

Malinowski (1984, p. 57-58) informa que: “(...) este caráter público, a reunião de muita gente, é especialmente evidenciado nas festas anuais ou periódicas (...)” e,

qualquer que seja o tema ligado às festividades, é indubitável que a religião requer a existência de festas periódicas, com a participação de muitas pessoas, com alegria e grande aparato festivo, abundância de comidas e liberação de regras e tabus. Em tais reuniões festivas e periódicas estão inseridos elementos repletos de Significado do Imaginário Social, presentes no Fenômeno Religioso, como destaca este estudioso:

O caráter tribal de quase todas as cerimônias religiosas, a universalidade social das regras morais, a disseminação do pecado, a importância da simples convenção e tradição na religião e moral primitivas, acima de tudo, a identificação de toda a tribo, enquanto unidade social, com a sua religião, quer dizer, a ausência de qualquer sectarismo, dissidência ou heterodoxia religiosa no credo primitivo.

Assim sendo, a festa se reveste de matizes que colorem seus diversos significados e, no dizer de Araújo (in Jancsó, 2001, p. 443, v. 1), “a festa fornecia a chave para o ingresso num mundo simbólico solidário e partilhado por todos, ainda que mantivesse nitidamente demarcadas as fronteiras sociais e raciais que distanciavam os moradores na sua existência histórica”. Na festa se expressa no plano da representação simbólica, um processo de transformação que envolve, em um contexto histórico, uma nítida situação de exclusão política, econômica e social. A teórica, em questão, nos mostra que a festa sacra ou profana realiza-se envolta em uma rede de significados, os quais são expressos nos símbolos, ritos, alegorias, gestos e imagens. Tais significados, muitas vezes escapam ao controle e sentido atribuídos pelos próprios idealizadores ou patronos da Festa. Em seus estudos, Souza (In Jancsó, 2001) completa este entendimento acerca da festa, como instrumento de reconhecimento social, quando diz:

As festas que aqui se examinam tiveram papel importante no processo de estruturação dessa sociedade e de consolidação dos instrumentos do mando, mostrando como as representações e os símbolos oferecem novas perspectivas de leitura dos processos sociais e políticos. (SOUZA, in JANCSÓ, 2001, p. 185, v. 1).

A Festa do Divino Pai Eterno em Trindade acontece sempre no primeiro domingo de julho, e é amplamente divulgada, inclusive pela mídia. A preparação se dá ao longo da novena nos dias que a antecedem, com muita ênfase, e, nessa preparação, já se revela o caráter festivo das solenidades.

Brandão (1974) elenca três possíveis níveis de articulação entre a Festa e a sociedade e que podem ser percebidos, também, na Festa do Divino Pai Eterno, em Trindade. Assim entende este estudioso:

- a) “o ritual como situação de identificação da sociedade através da simbolização e explicitação de seu Universo Simbólico.” (Brandão (1974, p. 24)

O romeiro se identifica como sendo “alguém importante”, em uma sociedade que o exclui, pela forma carinhosa com que é acolhido no Santuário de Trindade, pois, ele é o romeiro do Divino Pai Eterno.

(...) E também, o bom acolhimento que é dado aqui no Santuário, onde nessa sociedade onde as pessoas são anuladas, ao ter um bom acolhimento, dá a cada um a consciência de que ela é uma pessoa, e que ela é importante e são esses fatores básicos para a grande afluência ao Santuário do Divino Pai Eterno. (PE. VICENTE ANDRÉ DE OLIVEIRA – 05/04/2001).

- b) “O ritual como situação de legitimação da ordem social, através da reprodução simbólica e solenemente sancionada, de suas instituições e sua estrutura de classes e relações sociais.” (Brandão, 1974, p.24).

Trindade, sendo um Santuário, possibilita a expressão religiosa de todas as pessoas, tanto aquele acadêmico, intelectual que vem aqui, na certeza de estar no anonimato das pessoas, não o conhecem, têm a simplicidade de chegarem diante do Sacrário ajoelhar, rezar, participar tranquilamente de uma missa, como eu vejo (...) aqui vêm, humildemente disfarçados, artistas, grandes empresários, vêm rezar



diante do altar, e o que se conversa com Deus, só o Pai Eterno sabe. O povo simples encontra aqui a grande expressão de sua fé, o que nós chamamos de religiosidade popular (...) (PE. VICENTE ANDRÉ DE OLIVEIRA – 05/04/2001).

A legitimação social na Festa do Divino Pai Eterno é nitidamente percebida na missa, pela manhã, no domingo da Festa, quando, no altar, em lugar reservado, durante a celebração as altas autoridades, como governador, secretários, prefeito, deputados, vereadores e representantes do Tribunal de Justiça, se encontram presentes, e a multidão de fieis que são devotos do Divino Pai Eterno, como povo.

c) “O ritual como situação de reorganização social, através das alternativas (criadas pela festa) de mudança e variação do sistema de ocupação de posições e papéis rituais de significação social.” (Brandão, 1974, p.24)

O processo de tentativa de reorganização social desenvolvido pela Igreja Católica, através da Festa do Divino Pai Eterno se evidencia nos ritos, sejam nas preces, nos cantos, nas homilias, pois, em todos os momentos da Festa religiosa, se sente a esperança de libertação da situação de opressão em que se encontra o povo brasileiro, então, representado pelo devoto do Divino Pai Eterno. Monsenhor Nelson Rafael Fleury alicerça nosso entendimento quando disse em entrevista (02/05/2001) que, a Festa de Trindade é um momento forte de Evangelização na Arquidiocese de Goiânia. O sentido que se dá é, segundo ele, transformar essa grande força da Religiosidade Popular em Ação Libertadora do Povo de Deus.

A Festa do Divino Pai Eterno, em Trindade, consiste em cerimônias festivas, em momentos sacros como as novenas, missas, procissões, ou mesmo celebrações populares, como a folia, a romaria, a caminhada, e até a procissão do carreiro (desfile de carros de bois). Mas, também são “Festas” os momentos considerados profanos, como o comércio, as barracas, o parque de diversões. Em todos estes momentos, há participação do devoto do Divino Pai Eterno.

Em sua ótica de pensamento, Brandão (1978, P.70) assim concebe a festa: “A Festa é acreditada e justificada por seu valor como um culto com situações e objetos

simbólicos cuja eficácia deriva, também, de ser ela um modelo de comemoração religiosa que tem uma história na vida da cidade. Através de repetir-se, a Festa se tornou tradicional”.

Em todos os ritos, sejam preces ou cantos, durante a novena e no dia da Festa tudo demonstra que a Festa de Trindade é Festa de Religiosidade Popular, ou seja, do Catolicismo Popular, e é a festa de um povo, que acredita que o mundo será melhor; a sociedade, o Reino que o Pai Eterno quer para seus romeiros, para seu povo começa aqui, na terra: um novo céu e uma nova terra como a música cantada na Festa de Trindade dão a perceber:

Na Festa do meu Povo,/ há vinho, leite, comida,/ mesa fraterna
servida/ a gente pode saciar/ É nova sociedade,/ é mundo novo
nascendo,/ plantado entre os pequenos, / a vida vai transformar (...).
Vinho melhor foi guardado/ pra hora que já soou!/ Novos céus e nova
terra/ primavera começou!

Em nossa análise reflexiva da sociedade, do mundo a nosso redor, percebe-se que o homem se afasta cada vez mais dos valores e se volta para o consumo, para a ganância e o poder. As pessoas não valem mais pelo que são, mas pelo que têm. O encanto do mercado é o fascínio, mas muitas delas são excluídas e mesmo as inclusas não se realizam, falta algo para a tranquilidade. É a crise que, então, se estabelece, e, com ela, o desencanto, a angústia, opressão e o enfraquecimento do Ser.

Entretanto, com certo antagonismo, quanto mais afastados de Deus, por suas condutas, mais as pessoas o procuram, e buscam a crença e a fé. Assim, percebe-se que dentre as pessoas que se afastam dos valores, que buscam as ofertas de um mundo secularizado, sem Deus, atraídas pelo consumo, muitas também procuram a Deus nas Igrejas repletas, como, no Santuário de Trindade, como na Festa do Divino Pai Eterno. E, assim, surgiu o questionamento: Por que permanece a religião neste mundo contraditório? O que leva as pessoas a procurarem o Sagrado e o que D’Ele esperam?

Desta forma, a partir desta perspectiva, problematizou-se o fato e se o investigou em nível de Mestrado, chegando-se a uma conclusão: permanece a Religião porque as pessoas buscam no Sagrado respostas as suas inseguranças e angústias. E é na Religião que elas encontram o porquê de estarem situadas em um determinado contexto (ricos ou pobres). Este pensamento, comprovado na pesquisa, está contido em Bourdieu (1998), que entende, além disto, também, que a Religião cumpre funções sociais que legitimam o arbitrário.

Como nossos estudos se direcionam ao Catolicismo Popular, na Festa de Trindade, e como também, o mesmo pode oferecer subsídios para compor parte da História do Catolicismo Popular em Goiás e no Brasil, é oportuno contemplar aqui, o pensamento de Benedetti (1984, p.97), acerca do assunto:

Há o primeiro aspecto: seu esquecimento pela cultura erudita. Mas há outro, mais profundo: a recusa em dobrar-se ao estabelecido, em deixar-se enredar pelas malhas do bom senso e da lógica presente na ortodoxia. A religião popular não são ritos, não são rezas, não são verdades fixas e estabelecidas. É uma atitude permanente e viva de construção social da realidade.

Seguindo o pensamento do autor citado, percebe-se que o mundo, construído pela lenda e pelo mito, enseja uma representação do real, que traduz uma atitude de resistência.

Completando este pensamento, Santos (1984, p.11) nos diz que: “os mitos presentes em todas as épocas, mas de forma mais intensa nas sociedades arcaicas, são manifestações desse imaginário social”. A autora citada, diz também que tais formas de conhecimento voltadas para o passado distante (origens) procuram equacionar as grandes questões das sociedades, sem pretender solucioná-las. Elas exteriorizam os medos, anseios, dúvidas e sonhos coletivos que remetem a esfera do sagrado.

Estudando-se o Catolicismo Popular e o Catolicismo Oficial, na História do Brasil, percebe-se que a Igreja e Estado têm-se reproduzido socialmente. Um ponto

importante deste estudo consiste em despertar para uma possível reflexão, a Igreja e a Sociedade, porque, preocupa-se com a crise no Brasil, que se projeta em Goiás, manifesta na fome, miséria, violência e desordem, caminhando para o caos, como fruto do Sistema Neoliberal e o crescente processo de secularização na sociedade, entendida naquele sentido que Berger (1997, p.219) tão bem define, quando tece o seguinte comentário:

É suficiente dizer que uma das características do projeto totalitário é sempre a insistência em tornar clandestina a propensão metafísica do homem, em banir a transcendência do âmbito público (exceto na forma domesticada da religião civil estabelecida) e tornar toda a vida social sujeita à mundividência trivial da racionalidade funcional.

Falar em secularização é falar naquele sentido que Vattimo (2004, P.20), ao se referir ao pensamento de Nietzsche, assim se pronunciou:

O que desejo é, a partir daqui, colocar de forma mais ampla, a questão de se, e até que ponto, o que Nietzsche chama de morte de Deus (ou superação do Deus Moral) e que no pensamento contemporâneo é mais bem definida como o fim da metafísica, implica realmente o término de qualquer possível experiência religiosa.

A sociedade, em crise, é considerada por muitos autores como secularizada, como Comte, Spenser, Frazer, citados por Guizzardi in Ferraroti (1990, p. 206).

Para Marramao (1995), Secularização é uma metáfora, cujo termo surgiu na época da Reforma, tendo sido utilizado a princípio no âmbito jurídico, indicando a expropriação dos bens eclesiásticos em favor dos príncipes ou das igrejas nacionais reformadas.

Berger (2004, p. 46 e 47), refletindo sobre a questão da religiosidade, em função da secularização, nos informa que se trata aqui da religião, em sentido estrito e convencional, isto é, a religião considerada como fé em Deus, fé em um mundo

sobrenatural e fé na redenção e no além. Comenta também este sociólogo, que com relação ao Ocidente moderno, vale dizer que o declínio do cristianismo provocou a crise moderna de sentido. Comenta, ainda, este autor que:

Resumidamente, a tese básica dessa concepção, solidamente estabelecida na sociologia da religião como “teoria da secularização”, diz que a modernidade leva invariavelmente à secularização, no sentido de um dano irreparável na influência das instituições religiosas sobre a sociedade, bem como de uma perda de credibilidade da interpretação religiosa na consciência das pessoas. Assim nasce uma nova espécie histórica: “o ser humano moderno” que acredita poder se virar muito bem sem religião tanto na vida privada como na existência em sociedade.

Berger (1985) contempla que a “crise da credibilidade na religião” é uma das formas mais evidentes do efeito da secularização, no homem comum que passa a observar a característica da individualização. Este autor faz uma leitura do fenômeno da secularização a partir do processo produtivo. De acordo com seu pensamento, também conduz o processo de secularização a uma situação de pluralismo religioso.

Vattimo (2004) falando sobre o assunto, entende que ele reabre, de um lado, a discussão filosófica acerca do sentido referente ao fim da metafísica e, que de outro, tende a oferecer a base para que se discriminem, criticamente, as formas que hoje assume o renascimento do sacro. Envolvido neste contexto, o autor citado contempla que: “(...) o enfraquecimento que a filosofia detecta como traço característico da história do ser se chama secularização, entendida no seu sentido mais amplo, que abrange todas as formas de dissolução do sacro que caracterizam o processo de civilização moderno (...)”

Outros teóricos contemplam o fenômeno da secularização, como Martelli (1995), que na ótica de Acquaviva, prevê o eclipse do sagrado, a dessacralização, a marginalização da religião e a conseqüente crise que dela resulta.

Acerca da questão sobre a permanência da religião no mundo moderno e os efeitos da secularização como processo em curso, contempla-se, aqui, Martelli (1995) quando, em referência a este processo, o entende como fenômeno social, que ocorre com a contraposição entre religião e racionalização. Assim sendo, na ótica deste autor, este fato, então, permite que se considere a possibilidade de reformulação de uma teoria sociológica da religião contemporânea, que envolva considerações voltadas a capacidades de adaptação/resistência/iniciativa dentro de novas perspectivas de condições sociais, com vista para questões que envolvam a religião na sociedade “pós-moderna”.

O Tema Catolicismo Popular se insere em um contexto mais amplo e que se traduz pela Religiosidade. Mondim (1980) manifestando-se acerca do Fenômeno Religioso diz que esta é uma manifestação tipicamente humana. Comenta ainda que:

(...) nem o fato de que, hoje, a Religião esteja atravessando uma crise profunda e se encontre muitos indivíduos que se afirmam ateus constitui um argumento plausível contra a relevância do fenômeno religioso (...). Outro tanto vale para a dimensão religiosa: ela se impõe com uma constante do ser humano, mesmo se não é cultivada por todos os indivíduos da espécie.

Plutarco, citado por Gramsci (1987) em uma belíssima citação afirma que não existiu jamais e nem existirão cidades que não se fizessem preces e juramentos para obter o bem e afastar o mal.

Para Durkheim (1996, p.462), a ideia da sociedade é a alma da religião. E, comenta também, sobre a religiosidade: - “No entanto, ela parece chamada antes a se transformar do que a desaparecer. Dissemos que há na religião algo de eterno: o culto, a fé”. (Durkheim, opus cit. p. 477)

Portanto, com relação a esta perspectiva de se considerar o mundo moderno como secularizado, há reações contrárias, como a partir da fenomenologia de Otto e Elíade que entendem que o homem contemporâneo não é secularizado, mas, só

falsamente secularizado e que o enfraquecimento do Cristianismo não revela o fim da religião, porque, continua no homem moderno, atitudes relacionadas com o Sagrado.

Elíade, citado por Terrin (2004, p. 192), disse que, quando na sociedade a ideia e os símbolos do sagrado parecem eclipsar-se, é necessário prestar atenção, porque na realidade eles apenas mudam de aparência. Disse, ainda, este teórico que o simbólico aparece em outras roupagens, por vezes, desbotadas e esmaecidas, entretanto, não desaparece nem se extingue.

Para Carneiro (1998, p.04):

Como o advento da sociedade moderna não significou o fim da religiosidade, a sua especificidade parece residir justamente no fato de que, nela a organicidade da religião se enfraqueceu. Ou seja, o processo de secularização pode ter confinado a religião às esferas que podem ser mais restritas e particulares, mas, não as eliminou...

Assim considerando-se, em Trindade, na celebração da Festa do Divino Pai Eterno, o fenômeno religioso se manifesta comprovando a permanência do Sagrado no mundo moderno, com a demonstração da esperança do povo em um mundo melhor, na resistência ao processo de secularização. Como exemplo, cita-se o canto entoado em uma das noites da novena – As Mesmas Mãos:

As mesmas mãos que plantaram a semente aqui estão!/ O mesmo pão que a mulher preparou aqui está!/ O vinho novo que a uva sangrou, jorrará no nosso altar. //A liberdade haverá./ A igualdade haverá./ E nesta festa onde a gente é irmão,/ O Deus da vida se faz comunhão! //Na flor do altar,/ Brilha o sonho da paz mundial!/ na luz acesa,/ é a fé que palpita hoje em nós!/ Do livro aberto,/ o amor se derrama total/ no nosso altar!(...)

Nas Homilias durante a semana da novena foi refletida, em partes, a Oração do Pai Nosso, voltado aos tempos modernos, conclamando o povo à partilha, à justiça e ao amor. Em 02/07/1999, na Homilia o celebrante ressaltou:

O povo olha para nós, não como poderosos, mas como servidores de Deus a serviço da comunidade e da sociedade. A tentação do poder é muito forte, quer na Igreja, quer na sociedade. Mas, Jesus nos ensina a servir, a se defender da tentação. Chega de realeza, é hora de lutar pelo povo. Como é belo o Pai Nosso... não se pode servir ao dinheiro, só a Deus... por isso, terminando a leitura e a oração do Pai Nosso somos convidados a rezar para Jesus nos ajudar a ter forças, amor para construir a caridade no mundo. Por isso, rezemos sempre o Pai Nosso...

A Homilia encerrou-se com o pedido do Sacerdote para o povo: “Que Deus seja Deus, que o pão seja nosso e que o mundo diga: Pai Nosso, Amém”!

Na Missa dos Carreiros de Bois aconteceu uma relevante manifestação, não apenas como espetáculo de fé, mas, como também cultural. Naquela ocasião o celebrante disse: - “o que é cantar nesta missa para os carreiros e romeiros? Eu diria, que realmente, é o show mais rico que as Irmãs Freitas já fizeram até hoje. Não do lado artístico, mas, religioso. É a palavra de Deus que a gente está a participar... . Significa o Amor, a Caridade, a Fraternidade, a Paz!” Então um dos carreiros compartilhou a palavra na missa, dizendo:

(...) Há mais de cem anos nossos pais, nossos avós, ancestrais já vinham a Goiás, nesta manifestação de fé, já vinham a pé, de tropa, de carro de boi, para agradecer as graças do Divino Pai Eterno, porque Trindade é a cidade e o Santuário onde se está mais perto de Deus. Aqui se sente o calor contagiante, o calor humano, é a presença dos carreiros, aqui, no Divino Pai Eterno. Que emoção! Quantos, aqui, não se lembram do pai, do irmão, do avô, e aqui se sente saudade, e se reza por eles, e por nós, ao Divino Pai Eterno, e se pede saúde a Ele (...). Carreiro, Senhor Bispo, não envelhece, não cansa, há senhores, aqui, de 70 anos, doentes, de diversas cidades.

Este carreiro disse, ainda, que a tradição de Trindade, começou só com carro de boi e que, então, não existia carro e nem caminhão.

Desta forma, nos parece que, até, se atrasou o relógio do tempo, pois em pleno progresso, em tempos modernos, o homem do campo, como em um retorno ao passado, entoava ao Divino Pai Eterno as suas preces e cantos em forma de toadas, ao som das violas. É a resistência em forma de ritos ao processo de secularização. É a história que se faz presente, porque vale a pena relembrar e continuar.

A partir do Concílio Vaticano II, a Igreja redefiniu suas posturas, em face às festas religiosas, apresentando tolerância entre a simplicidade natural do povo e as tradições eclesiais.

Na Festa do Divino Pai Eterno, em Trindade, podemos perceber presentes as características indicadas por Silva (2000, p.243), quando ressalta, com relação à festa por ela estudada: - A Festa (...) tornou-se um evento de múltiplas ações e significados, pois, como frisou Michel Vovelle, da mesma forma que não há uma “História Imóvel”, não há uma “Festa Imóvel”.

Pondera ainda a teórica em questão que:

Independente da obstinação de permanência e continuidade de determinadas estruturas formais, a festa é sempre recriada e reapropriada, refletindo paixões, conflitos, crenças e esperanças de seu próprio tempo. Desta forma, o desafio do historiador da festa passa a ser a compreensão dos seus significados e mudanças, em sua dinâmica relação com a experiência dos homens e mulheres. (SILVA, opus cit., p.243)

Na festa em estudo, percebe-se este poder de reprodução do passado e de transformação do futuro a partir do presente. No dizer de Eckert (In. Freitas, 1998, p.165): - “Dessa maneira, se a vida é uma sucessão de rupturas, de desestruturas, princípios da modernização, é na memória que estão os significados de uma história vivida, e é graças a ela que a comunidade pode manter uma noção de continuidade contra a imagem da morte.

A teórica citada, talvez, inspirada no grande filósofo Bachelard pergunta: “o que permanece? O que dura? Quais são as razões para recomeçar?”. Acreditamos que as respostas a tais questões podem ser respondidas por uma das ponderações do próprio Bachelard (1994) quando disse: “Nosso passado inteiro também vela atrás do nosso presente.” E completar a resposta em Eckert (opus cit.), quando diz: “(...) os tempos vividos são pensados como superpostos como um movimento dialético de continuidades e descontinuidades da duração social”.

Ainda com relação ao questionamento sobre o que permanece, ou mesmo o que dura na memória, Bachelard (1994, p.7) assim responde: “Apenas aquilo que tem razão para recomeçar” e completa seu pensamento comentando que ao lado da duração pelas coisas, há a duração pela razão.

Contemplando-se os significados da festa em si, trazemos à luz, como contribuição, Brandão (1978, P. 70) quando comenta que: - “a Festa é acreditada e justificada por seu valor como um culto com situações, objetos simbólicos cuja eficácia deriva, também de ser ela um modelo de comemoração religiosa que tem uma história na vida da cidade”. Através de repetir-se a Festa se tornou tradicional.

Destarte, verifica-se que na Festa do Divino Pai Eterno, a multidão de fiéis que vai a Trindade, como devotos, que nela acredita, a justifica, tendo a mesma uma história na vida da cidade, é um sinal da presença e resistência do Catolicismo Popular, nos tempos modernos.

Dawson (apud Mondin, 1980, p.176) relata que:

Através da parte mais ilustre da história humana, em todos os séculos e em qualquer período da sociedade, a religião foi a força central unificadora da cultura. Foi guardiã da tradição, preservadora da lei moral, educadora e mestra da sabedoria (...). A religião é a chave da história. Não podemos compreender as estruturas íntimas de uma sociedade se não conhecemos bem a sua religião. Não podemos compreender as suas conquistas culturais se não compreendemos as crenças religiosas que estão atrás delas.

Outrossim, com relação a momentos de crises, seguindo o pensamento de Bourdieu (1998) de que, as pessoas encontram na religião respostas às suas

inseguranças e angústias, oportuno se faz lembrar a Teoria da Confiança Rústica estabelecida por Malinowski, citado por Geertz(1978) a qual diz que – a religião ajuda as pessoas a suportarem situações de pressão emocional “abrindo fugas” a tais situações e tais impasses que nenhum outro caminho empírico abriria, exceto através do ritual e da crença no domínio do sobrenatural.

Neste teor, Malinowski (1984) entende que:

Tanto a magia como a religião surge e resulta de situações de tensão emocional: crises da vida, lacunas em objetivos importantes, morte e iniciação nos ministérios tribais, infelicidade no amor e ódio não mitigado. Tanto a magia como a religião permitem escapes para tais situações e impasses, e só proporcionam uma saída empírica, passando pelo ritual e pela crença, para o domínio do sobrenatural.

Assim sendo, verifica-se, no dizer de Geertz (1978), que a religião é sociologicamente interessante, não porque ela descreve a ordem social, mas porque ela – a modela. Alicerça-se assim a ótica defendida por Bourdieu (1998), segundo a qual a Religião cumpre função social legitimadora da sociedade.

A sociedade está em crise e esta é percebida na fé e na súplica dos devotos, em Trindade, e, como se percebe, os problemas sociais são de ordens estruturais e a Igreja pode ajudar na solução do conflito. Ela tem estado presente, no Imaginário Social, na manifestação do Catolicismo Popular, como em uma resistência ao processo neoliberal de secularização da sociedade.

A história da Festa do Divino Pai Eterno, em Trindade mostra, pelos estudos realizados, que se percebe através das relações simbólicas, que a Igreja está em um processo de tentativa de transformação da sociedade, da ordem econômica e social, procurando ajudar a estabelecer uma sociedade fraterna e de economia solidária.

Desta forma, a religião pode ser entendida como um veículo simbólico estruturado e Estruturante e que cumpre a função social descrita por Bourdieu (1998, p. 33-34), quando diz:

A religião contribui para a imposição (dissimulada) dos princípios de estruturação da percepção e do pensamento do mundo e, em particular, do mundo social na medida em que impõe um sistema de práticas e de representações cuja estrutura objetivamente fundada em um princípio de divisão política, apresenta-se como a estrutura natural – sobrenatural do cosmos.

A Festa do Divino Pai Eterno, em Trindade, com seus símbolos e com a participação dos fiéis que lhes dão sentido, e com a atuação da Igreja Católica, que, em suas Homilias, em seus ritos, em seu discurso, busca romper com a ordem vigente e implantar uma nova ordem social – o Reino de Deus – que se inicia na Terra, nos permite dizer como Bourdieu (1998) que em sua qualidade de sistema simbólico estruturado, a religião funciona como princípio de estruturação que constrói a experiência do mundo e o consagra legitimando-o ou contestando-o.

Destarte, considera-se ainda, que os símbolos se eternizam, conforme alicerça Eliade (1991, p. 21) quando diz:

Vimos que os mitos se degradam e os símbolos se secularizam, mas eles nunca desaparecem, mesmo na mais positivista das civilizações, a do século XIX. Os símbolos vêm de longe: eles fazem parte do ser humano, e é impossível, não os reencontrarem em qualquer situação existencial do homem no Cosmo.

Em nossa ótica de pensamento, acreditamos que houve e há um processo de tentativa de secularização com a intenção de se negar a religião ou mesmo o Sagrado, substituí-lo, ou desviá-los de seus fundamentos, afastando-os do seio da sociedade. É a busca pela morte de Deus. Mas, acreditamos que não ocorreu de fato o fenômeno da secularização no Brasil, e que há um movimento de reação contrário, de resistência ao processo de secularização, compreendido na Religiosidade Popular. É o que observamos em nossos estudos sobre a Festa do Divino Pai Eterno, em Trindade.

E o Romeiro de Trindade, caminhando nas estradas da vida, caminha, igualmente, por sua história de vida, porque, assim como é histórico o processo de exclusão, também o é, a expectativa de esperança. A tentativa de secularização avança

nesta sociedade e a reação a este processo se faz presente na expressão do Catolicismo Popular, em Goiás, em Trindade, porque o Devoto do Divino Pai Eterno é o Povo Peregrino, que luta e acredita que tudo poderá ser diferente, e o mundo se tornar melhor!

Peregrino nas estradas de um mundo desigual,/ Espoliado pelo lucro e ambição do capital,/ Do poder do latifúndio enxotado e sem lugar:/ já não sei pra onde andar.../ Na esperança eu me apego ao mutirão. //Quero entoar um canto novo de alegria, / Ao raiar daquele dia de chegada em nosso chão./ Com meu povo celebrar a alvorada,/ Minha gente libertada: lutar não foi em vão.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. In: JANCSÓ, István (Org.). **Festa: Cultura & Sociabilidade na América Portuguesa**. São Paulo: USP, 2001, v.1.

BACHELARD, Gaston. **A Dialética de Duração**. São Paulo: Ática, 1994.

BENEDETTI, Luís Roberto. **Os Santos Nômades e o Deus Estabelecido**. São Paulo: Edições Paulinas, 1984.

BERGER, Peter Ludwig. **O Dossel Sagrado: Elementos Para Uma Teoria Sociológica da Religião**. São Paulo: Paulus, 1985.

_____. **Rumor de Anjos: A sociedade moderna e a redescoberta do sobrenatural**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. **Modernidade, Pluralismo e Crise de Sentido: A orientação do homem moderno**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BEOZZO, José Oscar (Coord.). **História Geral da Igreja na América Latina: História da Igreja no Brasil**. Tomo II/2. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Cavalcada de Pirenópolis**. Goiânia: Oriente, 1974.

_____ **O Divino, o Santo e a Senhora.** Rio de Janeiro: Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1978.

_____ **Os Deuses do Povo.** São Paulo: Brasiliense, 1980.

CARNEIRO, Sandra Maria Correia de Sá. Trajetórias Espirituais enquanto projeto na modernidade. Trabalho apresentado na **VIII Jornada sobre Alternativas Religiosas na América Latina** – 22 a 25 de setembro de 1998 – USP.

DEUS, Maria do Socorro de. **Romeiros de Goiás: A Romaria de Trindade no século XX.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás. Goiânia: 2000.

DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa: O Sistema Totêmico na Austrália.** Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ELIADE, Mircea. **Imagens e Símbolos: ensaios sobre o simbolismo mágico-religioso.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

FERRAROTTI, Franco et. al. **Sociologia Del Fenômeno Religioso.** Roma: Bulzoni Editore, 1974.

_____ **Sociologia da Religião.** São Paulo: Paulinas, 1990.

FREITAS, Carmelita Brito de. (Org.). Memória: **Anais do I Seminário e da I Semana de Antropologia da Universidade Católica de Goiás.** Goiânia: Editora UCG, 1998.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção Dialética da História.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

HOORNAERT, Eduardo (Coord.). **História Geral da Igreja na América Latina: História da Igreja no Brasil.** Tomo II/1. Petrópolis: Vozes; 1992.

HOUTART, François. **Sociologia da Religião.** São Paulo: Ática, 1994.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: Um Conceito Antropológico.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2006.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Magia, Ciência e Religião.** Lisboa: Edições 70, 1984.

MARRAMAIO, Giacomo. **Poder e Secularização**: As Categorias do Tempo. Tradução de Guilherme Alberto Gomes de Andrade São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

MARTELLI, Stefano. **Religião na Sociedade Pós-Moderna**. Trad. Euclides Martins Balanain. São Paulo: Paulinas, 1995.

MAUSS, Marcel. In: Oliveira Roberto Cardoso de. (org.). Mauss. Trad. Regina Lúcia Moraes et al. São Paulo: Ed. Ática, 1979.

MONDIN, Batista. **O homem. Quem é ele?** Elementos de Antropologia Filosófica. São Paulo: Paulus, 1980.

PATAÍ, Raphael. **O Mito e o Homem Moderno**. São Paulo: Cultrix, 1974.

RABELO, Cláudia Maria. **A Festa Do Divino Pai Eterno em Trindade**: Uma Expressão do Catolicismo Popular em Goiás. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Goiás. Goiânia:2001.

SANTOS, Miguel Archângelo Nogueira dos. **Missionários Redentoristas Alemães em Goiás**: Uma Participação nos movimentos de Renovação e de Restauração Católicas-1984 a 1944. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1984.

SILVA, Mônica Martins da. **A Festa do Divino**: Romanização, Patrimônio e Tradição em Pirenópolis (1890-1988). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás. Goiânia: 2000.

TERRIN, Aldo Natale. **Antropologia e horizontes do sagrado**: culturas e religiões. São Paulo: Paulus, 2004.

VATTIMO, Gianni. **Depois da Cristandade**: por um cristianismo não religioso. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2004.

VILLA, Mariano Moreno ET al. (org.). **Dicionário de Pensamento Contemporâneo**. São Paulo: Paulus, 2000.

ZICHICHI, Antonino. **Por que Acredito Naquele que Fez o Mundo**: Entre a Fé e a Ciência. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

DIFAMAR, RECONFIGURAR, OBLITERAR: A DAMNATIO MEMORIAE DE CÔMODO SEGUNDO A HISTORIOGRAFIA ROMANA DO SÉCULO II/III D.C.¹ E EVIDÊNCIAS ARQUEOLÓGICAS

Cristiano Rodrigues de Souza
cristianoufg@gmail.com
Universidade Federal de Goiás – Faculdade de História
Bacharel em História (Mestrando)
Bolsista Capes/Reuni

Resumo

Apresenta o que a historiografia especializada nos traz sobre o que denominamos *damnatio memoriae* no Principado romano, visando desvencilhar eventuais deslizes metodológicos e interpretativos. Imbricada a esta discussão conceitual, analisamos o discurso historiográfico do século II/III d.C. sobre o Imperador Cômodo, dialogando com algumas evidências arqueológicas que nos chegaram referentes à sua condenação da memória no ano de 193.

Palavras-chave: *damnatio memoriae*, Cômodo, memória

Abstract

Displays the specialized historiography brings about what we call *damnatio memoriae* in the Principality Roman aiming disentangle possible methodological and interpretative slippage. Imbricated this conceptual discussion, we analyze the historiographical discourse Century II/III a. D on the Emperor Commodus, talking with some archaeological evidence that we have received regarding their condemnation of the memory in the year 193.

Key-words: *damnatio memoriae*, Commodus, memory

Fundamentos de um conceito operacional da *damnatio memoriae*

Entre os historiadores que abordam a *damnatio memoriae*, é consenso afirmar que Roma não foi a única sociedade a utilizar práticas de obliteração das representações dos indivíduos ligados ao governo. Várias sociedades referenciadas historicamente, incluindo modernas democracias Liberais do Ocidente, têm sido seletivas sobre o que lembram e o que pretendem esquecer. É uma prática comum que ocorre em todos os períodos que se abordar na História da Arte, sendo esta prática reelaborada por

¹ A maioria das datações deste artigo são “d.C.”, portanto, iremos nos abster de especificá-las daqui para frente. Quando necessário, utilizaremos “a.C.”

diferentes técnicas em diferentes frentes de domínio, relacionando-se com todo o corpo de influências recíprocas (política, economia, religião) de uma sociedade (FREEDBERG, 2003; HEDRICK JR, 2000, p. 92; VARNER, 2004, p. 6, BOND, 2011, FLOWER, 1998, p. 155).

Em termos concisos, a *damnatio memoriae* é uma prática social voltada para a obliteração sistemática e intencional da memória de um indivíduo. Geralmente este indivíduo possui ligações estreitas com a frente de um sistema de governo. Dois pontos, no entanto, tomam o foco das discussões sobre esta prática na História de Roma: a pretensão da condenação da memória, e o caráter oficial ou não-oficial da *damnatio memoriae*.

Segundo Eric Varner, o termo *damnatio memoriae* abrange uma vasta gama de sanções *post mortem* contra a memória de um indivíduo, sendo estas sanções ordenadas pelo Senado (na forma de um decreto), pelo Imperador, exército, ou mesmo não-oficiais de caráter algum, ocorridas espontaneamente (VARNER, 2004, p. 6). Complementa Charles Hedrick Jr e Harriet I. Flower, ambos citando o estudo clássico de 1936 de Friedrich Vittinghoff, que nunca houve na História romana uma fórmula jurídica que condensasse as sanções de uma *damnatio memoriae*. A *damnatio memoriae* abarca um repertório de penalidades **convencionalmente** colocadas em prática para reprimir a memória de um inimigo público, que poderiam ser votadas em separado ou todas juntas (HEDRICK JR, 2000, p. 93; FLOWER, 1988, p. 157).

Já para W. Den Boer, a *damnatio memoriae* poderia ser sugerida pelo *Princeps*, mas a palavra final tradicionalmente dependia do Senado. Segundo o autor, trata-se de uma fórmula ritual que se manteve com o passar do tempo, consagrada por uma impreciação para afastar o condenado do convívio com os bons mortos (DEN BOER, 1978, p. 217-223).

Tal colocação de Den Boer sobre este caráter religioso da condenação da memória é condizente com a interpretação que temos sobre os ritos *post mortem* da Roma imperial. Em uma *damnatio memoriae*, estes ritos eram efetuados às pressas ou mesmo não efetuados. Segundo Hugh Lindsay, um sepultamento inadequado poderia trazer a alma (*manes*) do falecido para assombrar os mortos. Sua estória de vida não

teria nenhuma relação com o seu status de “fantasma”, pois a isto se devia as ações dos vivos em relação ao seus cuidados *post mortem* (LINDSAY, 2000, p. 168).

Ainda sobre as colocações de Den Boer, nos interessa abordarmos o caráter oficial (ou jurídico) de uma condenação, o que não condiz quando comparamos os relatos dos documentos. Citaremos os casos de Cômodo, Heliogábal, Caracala e Geta. O relato da História Augusta sobre a *damnatio memoriae* de Cômodo chama a atenção para a “última palavra”, neste caso específico, dada pelo novo Imperador, e menos por um *senatus consultum*. Segue o relato das palavras de Helvius Pertinax segundo a *História Augusta*:

Uma vez que terminei de enumerar o que era agradável, passo agora ao que sou obrigado a fazer: sou de parecer de que devem ser destruídas as estátuas, que [Cômodo] obrigou a decretar em sua honra, um alguém que não viveu senão para a ruína dos cidadãos e para sua própria desonra. Onde quer que elas se encontrem devem ser destruídas; o nome dele deve ser apagado de todos os monumentos privados e públicos e os meses devem ser de novo designados pelos nomes com que eram designados quando aquele flagelo caiu sobre o Estado (*História Augusta – Vida de Cômodo*. 20.4-5).

É expresso neste relato o contrário do que Den Boer sugere: O Senado discute as penas para a sanção da memória de Cômodo e do tratamento disposto à seu corpo, e depois Helvius Pertinax, já Augusto e Imperador, dá a última palavra. Devemos considerar dois pontos: o mote confluyente de forças políticas neste contexto, já que Helvius Pertinax foi escolhido exatamente com o apoio do Senado, intentando afastar-se do modelo de governo de seu predecessor. Em segundo, que o desenvolvimento jurídico para a obtenção de um *senatus consultum* escapa do que é tradicionalmente reconhecido.

A *damnatio memoriae* advinda de um *senatus consultum* liderado pelas propostas discutidas pelos senadores se torna engessada e imprecisa, pois até mesmo a forma oficializante dos decretos para as ações da obliteração da memória também se flexibilizaram. A *damnatio memoriae* de Geta demonstra como a noção de “decreto oficial” fruto da confabulação entre os senadores perdia consistência (autoridade) frente às manobras políticas do exército, que tomava gradualmente poder de persuasão com o

apoio dos imperadores da dinastia severiana. Geta é assassinado por seu irmão em 212 e **declarado *hostis* pelo exército** por ordem direta de Caracala. Segundo a História Augusta, tal decreto foi imposto ao Senado, antes de sugerido ou mesmo confabulado entre os aristocratas (*HA – Vida de Caracala*. 1.1). Herodiano, por outro lado, é explícito em seu relato: “Quando os soldados ouviram sobre tão grande quantia de dinheiro, (...) sem demora aclamaram Antonino [Caracala] único imperador, e declararam Geta um inimigo público” (HERODIANO. *HIRMA*. IV.4.8).

Também entre as condenações decretadas por um *senatus consultum*, há discordâncias quanto às sanções impostas. Logo após a morte de Heliogábalos, o Senado aprovou um decreto para que sua referência nominal fosse apagada das exposições públicas, **mas somente quando se referisse ao seu *praenomem* “Antoninus”**, uma vez que foi indigno de levar o nome dos Imperadores Antonino Pio e Marco Aurélio (*HA-Vida de Heliogábalos* 17.4; 18.1; *Vida de Severo Alexandre*. 1.1-2). Já no caso de Cômodo, foi ordenado a destruição de todas as imagens e referências nominais, não somente do seu *praenomem* (*História Augusta – Vida de Cômodo*. 20.4-5).

Temos ainda o caso de Caracala em 217, como outro exemplo destas especificidades. Caracala não sofreu uma *damnatio memoriae* por um *senatus consultum*, apesar da antipatia que o Senado nutria por sua figura e governo. A popularidade de Caracala com os soldados era reconhecida pela aristocracia e pelo novo imperador Macrino, que optou por não declará-lo abertamente *hostis*. No entanto, em um esforço para aplacar os senadores, Macrino secretamente ordenou que certas estátuas de seu predecessor em Roma (e não em todo o Império como aconteceu em algumas *damnationes*) fossem removidas da exibição pública (DION CÁSSIO. *História Romana*. LXXVIII.19.2).

Podemos perceber que o uso deste conceito mais abrangente, expostos por Charles Hedrick, Eric Varner e Harriet I. Flower, se apresenta um tanto mais profícuo - embora mais escorregadio e trabalhoso - que a noção que condiciona a *damnatio memoriae* ao *senatus consultum*. É fundamental considerarmos as particularidades das várias instâncias de aplicação de uma *damnatio memoriae*, onde as sutilezas de cada caso nos são informativas (HEDRICK JR, 2000, p. 91).

Seja este conjunto de sanções decretadas por um *senatus consultum* ou não, o que nos importa é perceber a intencional e sistemática obliteração da memória com fins políticos. Esta disposição interpretativa aplicada no final do século II e início do III se torna bem mais eficiente, pois a partir da dinastia severiana as decisões tomadas em nome e buscando o apoio do exército, tomaram consistência para serem impostas no Senado, tornando a dinâmica dos grupos que se apoiavam e se opunham cada vez mais complexa.

A pretensão da *damnatio memoriae*

O segundo ponto de discussão sobre a *damnatio memoriae* se refere ao objetivo ideológico destas práticas. Isto traz pra tal universo de interpretação, a noção de “paradoxo da condenação da memória”, exposto por Hedrick Jr (2000, p. 93). Para se condenar a memória de outrem é necessário que este seja lembrado. Esquecê-lo é desviar dos objetivos da própria prática da *damnatio memoriae*. O processo de policiamento psicológico acaba tornando o total esquecimento uma impossibilidade, pois é necessário o reconhecimento para que haja a repressão. Segundo Hedrick Jr, esta noção pressupõe uma interpretação acerca da condenação da memória que exclui de seu fundamento ideológico a total obliteração da memória de um indivíduo (*abolitio memoriae*), pois as suas pretensões não coadunam e se excluem. Ainda segundo Hedrick Jr, a busca pelo total esquecimento (*abolitio memoriae*) não está inserida na interpretação possível da *damnatio memoriae* pois esta intenta marcar com o sinete da desonra a figura de um indivíduo condenado, e não derribá-lo para o esquecimento absoluto (HEDRICK JR, 2000, p. 93-95).

O paradoxo da *damnatio memoriae* de Hedrick Jr é profícuo, e explicita que a pretensão de uma condenação da memória não é a busca pelo total esquecimento de um indivíduo. No entanto, a noção de “total obliteração” (*abolitio memoriae*) enquanto premissa antagônica à *damnatio memoriae* não pode ser levada adiante quando comparamos com a diversidade dos vestígios arqueológicos que nos chegaram. Para prosseguirmos nesta discussão, precisamos analisar o **método** pelo qual uma

condenação da memória busca pelo seu intento, como ela agia no plano prático da existência e como era percebida visualmente pelo corpo social romano².

Varner nos apresenta uma noção mais expansiva de *damnatio memoriae*, **no qual a *abolitio memoriae* ocorre somente pontualmente em alguns vestígios, sejam eles arqueológicos ou da memória escrita.** A estrutura do conjunto das sanções de uma condenação da memória é reconhecida de três formas, que buscam cada uma com seu próprio meio desonrar a memória de um indivíduo. São elas: *abolitio memoriae*, a *sculpere* e a *obtretractio/profanare*³ (VARNER, 2004, p. 2-6).

A *Abolitio memoriae* é a total obliteração da representação de um indivíduo, como exposto por Hedrick Jr (2000, p. 93), quer seja em imagens, quer seja na memória escrita (rasura ou silêncio quanto ao nome do condenado), “apagando” qualquer referência direta⁴ ou retirando “definitivamente”⁵ a possibilidade de exposição destas

² A necessidade de exposição de um documento para se fazer cumprir por todo o Império, o que caracteriza o apelo sócio-político ideológico de uma *damnatio memoriae*, está presente desde sua fórmula Republicana e atravessa diacronicamente o período imperial até o século V. Segundo o *Senatus Consultum de Calpurnius Piso Pater*: “E com o objetivo de que a sucessão de tudo que ocorreu possa ser transmitido com mais facilidade para a memória de nossos descendentes, e os faça conhecer o que foi que o Senado decidiu, tanto sobre a extraordinária mesura de Germânico César como sobre os crimes de Cneo Piso Pater, se saiba. - Que o discurso que nos dirigiu nosso príncipe, assim como os diferentes senado consulto, sejam reunidos em um só expediente e, por escrito, sejam depositados em um lugar onde Tibério César Augusto assine. - **Que o senado consulto (ordenado por escrito) seja gravado em bronze, fixado aqui (em Roma), assim como na cidade mais populosa de cada província, e dentro desta cidade, no lugar mais visitado, e também - que este senado consulto se exponha nos quartéis de inverno de cada legião, ao lado dos estandartes.** Isto decidimos. Estiveram presentes 301 senadores. Em movimento, este senado tornou-se um só” (*El Senatus consultum de Cn. Pisone patre*. Lín. 165-173. Grifo nosso)

³ O termo “*sculpere*” não é utilizado por nenhum dos autores trabalhados neste artigo. A intenção com este termo é formular uma síntese precisa para a noção de “*recarving/recut*”, utilizados por Varner (2004) no sentido de expressar o processo e resultado final da reconfiguração de uma imagem por via da supressão dos sinais de reconhecimento do *damnati* e sublimação das características de outra representação. Os termos “*obtretractio/profanare*” segue a mesma lógica de aplicação, sintetizando a ideia de difamação e profanação das representações do indivíduo *damnati*, sem voltar-se para a total desconfiguração da representação.

⁴ Utilizamos a expressão “referência direta” porque, indiretamente, o reconhecimento ainda é uma das hipóteses plausíveis mesmo depois de uma *abolitio memoriae*. Segundo Sabine Lefebvre, em qualquer caso de *damnatio memoriae*, o que se percebe é menos uma *abolitio memoriae* e mais um falseamento. Ainda segundo a autora, se o nome desaparece, o seu lugar e ausência persiste sinalizado na pedra, à vista de todos, especialmente quando se tratam de documentos relevantes para os oficiais imperiais (LEFEBVRE, 2004, p. 217). Percebe-se isso quando analisamos as moedas de Stratonicea de Geta (American Numismatic Society, inv. 1953.171.830, inv. 1944.100.48080, inv. 1967.152.461), o Camafeu da família severiana (Staatliche Museen, inv. 31.329) e o *Senatus Consultum lex Gladiatoria* (CIL II 6278=ILS 5163), em que o reconhecimento das figuras apagadas não só é plausível, como evidente.

⁵ Utilizamos a expressão entre aspas, pois em uma *abolitio memoriae* as imagens eram lançadas nos rios, enterradas ou em despejadas em qualquer aglomerado de entulhos. Muitas foram descobertas em ótimo

imagens. A *sculpere* é o recolhimento de uma imagem para reaproveitamento do material, utilizando o mesmo suporte, mas com um novo significado e mensagem. A *obtretractio/profanare* desonra por via de contramarcas em moedas, da depredação e ataques aos pontos sensoriais, enquanto na memória escrita se apresenta por meio da *infamia* (desgraça, descrédito) e *iniuria* (afronta, insulto, vingança), de onde surge com evidência a construção de contra-modelos historiográficos por via dos *exempla*, em oposição ao modelo ideal de governante, o *Optimus princeps*⁶ (VARNER, 2004, p. 2-6).

Desta forma, a *abolitio memoriae* não é mais incoerente à *damnatio memoriae*, mas uma das práticas colocada em voga durante o íterim de uma condenação da memória, servindo à pretensão de desonrar a figura e o governo de determinado indivíduo⁷. Esta interpretação acerca da *damnatio memoriae*, abrangendo também a obliteração sistemática e intencional não decretada por um *senatus consultum*, expande consideravelmente o universo de estudo, seja no mundo Antigo, seja nos estudos de outros períodos⁸.

estado, tanto por não sofrerem da ação do tempo com a exposição natural como por não passarem por constantes reformulações no decorrer dos séculos (VARNER, 2004, p. 111-116).

⁶ Segundo Romilly, os *exempla* funcionam como um reservatório moral de normas sociais para os romanos (ROMILLY, 1990, p. 9). Segundo Varela, por via dos *exempla* “o livro de história mostra, na luz da verdade, como os fatos aconteceram e se devem ou não ser seguidos” (VARELLA, 2009, p. 72). Este ideal de Imperador como modelo para seus governados é bem explícita na seguinte passagem de Herodiano: “Aos súditos sempre lhes é agradável viver tomando como modelo a forma de ser de seu chefe” (HERODIANO. *HIRMA*, I.2.4).

⁷ Segundo Varner, “Embora a difamação póstuma possa parecer, à primeira vista, contraditória com a erradicação total da memória de um indivíduo condenado, na prática os dois provam não serem incompatíveis nem mutuamente exclusivas” (VARNER, 2004, p. 4). Percepção contrária à noção excludente entre *abolitio* e *damnatio* exposta por Hedrick Jr citada no corpo do texto.

⁸ Não há registros ou referências de uma *damnatio memoriae* na História de Roma que não tivesse se direcionado há um indivíduo. Todavia, em outros períodos da História há a supressão sistemática e intencional da memória de instituições e/ou doutrinas religiosas, figuras de gênero, ideologias políticas. O conceito *damnatio memoriae*, é uma construção moderna (VARNER, 2004, p. 2; HEDRICK JR, 2000, p. 93) e nada impede ao historiador que se aplique um conceito moderno para trabalhar a Antiguidade. Da mesma forma que utilizado em estudos sobre Roma, pode ser utilizado para se referir à práticas análogas ainda mais antigas, como elaborado pela historiadora Cintia Facuri, na análise da supressão de nomes de figuras políticas na Estela de restauração de Tutankhamon (FACURI, 2011). Outros casos da utilização do conceito são os trabalhos de Ignácio Atienza Hernández (1998), que aborda as táticas políticas de sublimação e/ou supressão de linhagens nobres nos séculos XVIII-XIX por via dos títulos, e José D’encarnação (2011) que analisa o processo da supressão da memória cidadina por via da toponímica republicana em Portugal na segunda metade do século XIX. O fundamental é que o conceito seja explicitado e que tenha funcionalidade no tema abordado. Todos os trabalhos citados nesta nota a título de exemplos não abordam a construção ou a análise do conceito de *damnatio memoriae*, como optamos por demonstrar até aqui, mas o utilizam como ferramenta operacional nos moldes aos quais também coadunamos.

José D'encarnação sintetiza a ideia da *damnatio memoriae*: “A condenação da memória é, ao contrário (da lembrança honorífica), o oposto: o anátema!”⁹ (D'ENCARNAÇÃO, 2010, p. 51). A *damnatio memoriae* é voltada para o reforço de uma memória que denigre e expulsa do seio de uma comunidade o modelo social de um sujeito histórico, sendo denotado como não-condizente com os valores compartilhados de um grupo que intenta se impor ou manter seu status.

A memória de Cômodo post mortem

A representação que nos chegou do Imperador Cômodo é resultado da construção de um mito político¹⁰, seguindo um contra-modelo historiográfico de Imperadores (ALVES, 2010, p. 118). Demos grande importância para a prática da condenação da memória imediata à sua morte, por cremos que esta condenação é condensadora dos valores que substanciam o contra-modelo historiográfico, expresso também nos vestígios numismáticos, iconográficos e monumentos honoríficos, todos estes suportes de sua memória enquanto governante.

Segundo Herodiano, os 12 anos do governo de Cômodo foram conturbados¹¹. O jovem Imperador foi se desfazendo dos conselheiros que Marco Aurélio tinha nomeado

⁹ Hedrick Jr. ainda utiliza os termos “*repression*” e “*purge*”, além de “*anathematization*” para se referir ao termo latino “*damnatio*” (HEDRICK JR, 2000, p. 93-94;98;106;110-111).

¹⁰ Utilizamos a expressão “mito político” nos baseando nas concepções apresentadas por Raoul Girardet, em sua obra *Mitos e mitologias políticas* (1987). Embora trate especificamente de uma análise dos séculos XIX e XX da história europeia, nos serve como fundamento para pensarmos estas construções de um imaginário político. Segundo Girardet, há em cada caso da construção de um mito político, estruturas singulares, determinantes e constantes. Essas estruturas não podem ser classificadas senão pela compreensão dos códigos sociais **compartilhados e/ou reconhecidos** por determinado recorte social, que impregnam o mito de legitimidade autônoma (quanto mais reconhecida e inserida nos códigos sociais, mais imediatamente é apreendida o discurso mítico). Dito isso, adentramos no mundo do imaginário e suas especificidades, pois a exploração do imaginário político é somente um segmento do imaginário, que flutua em sua substância simbólica (e portanto também em sua estrutura determinante que rege a impregnação da legitimidade discursiva) de uma específica época. No nosso caso, em que tratamos de um *hostis*, é relevante apreendermos o conjunto de valores que lhe são outorgados, pois ainda que o mito político seja uma fabulação, uma deturpação proposital do real, a própria estrutura que rege os discursos, e a substância simbólica que a preenche, exerce também uma função de mobilização e explicação destas sociedades, fornecendo certo número de chaves para que os pesquisadores possam compreendê-la (GIRARDET, 1987, p. 10-14; 51-54). O nosso objetivo neste artigo não é abordar profundamente esta problemática, mas é importante ressaltarmos que nossa intenção é menos uma busca pela desmitificação da memória de Cômodo, e mais para a análise do conjunto de valores que impregnam o imaginário da sociedade que construiu a figura de Cômodo que nos chegou.

¹¹ *Lucius Aelius Aurelius Commodus* assume o poder em outubro de 180, e muda de nome, provavelmente na ocasião de sua entrada triunfal em Roma, passando a chamar-se Marco Aurélio Antonino Cômodo¹¹.

para auxiliá-lo, um surto de peste¹² atingiu Roma matando muitos homens e animais, uma revolta influenciada pela fome em Laurento quase deu fim à sua vida, um incêndio no *Templo da Paz de Vespasiano* afetou ricos romanos da noite para o dia. Toda esta turbulência fez com que a plebe não mais olhasse Cômodo com bons olhos¹³, pois começaram a relacionar estas tragédias com as sucessivas execuções e outros desvios morais do Imperador (HERODIANO. *HIRMA*, I.9.1; I.12; I.13.6; I.14.7)

Foi sob esta correlação de fatores culturais e políticos que Cômodo sofreu a condenação da memória por decreto oficial. Dion Cássio e a *História Augusta* relatam que a plebe e o Senado tinham por pretensões não somente a supressão das imagens e do *numen* de Cômodo, mas de um tratamento específico com o seu corpo, profanando-o, arrastando-o pelas ruas da cidade e depois o lançando ao Tibre, não concedendo assim um sepultamento digno (*HA-Vida e Cômodo*.17.4;18-19; DION CÁSSIO. *História Romana* LXXIV.2.1). Ainda segundo Dion Cássio e a *História Augusta*, Cômodo teve seu corpo despachado às escondidas do palácio e levado em uma carruagem para fora da cidade. A pressão do Senado impediu que suas cinzas fossem depositadas no *Sepulchrum Antoninorum*, e provavelmente fora levado para a *Villa Quitilliana*¹⁴, onde foi cremado e depois sepultado secretamente (TORRES ESBARRANCH, 1986, p. 120; ARCE, 1990, p. 93; *HA-Vida de Cômodo*. 20.1-2; DION CÁSSIO. *História Romana*. LXXIV.2).

De acordo com Erker, os ritos *post mortem* são compostos por uma série de preparações que expressam uma passagem da morte física à uma nova natureza social (ERKER, 2011, p. 40). Percebemos que esta passagem da morte *de facto* para uma nova existência social se dá nos indivíduos mais comuns, assim como na elite romana, entre

Morreu em 31 de dezembro de 192, assassinado em uma Conjuração tramada pelo Prefeito do Pretório Leto e o mordomo imperial Eclecto. Esta Conjuração teve Márcia, esposa de Cômodo, envolvida e Narciso, provavelmente um dos libertos do palácio imperial, o executor. O motivo apresentado por Herodiano e Dion Cássio foi a descoberta de que Cômodo tinha ordenado que Leto, Eclecto e Márcia fossem assassinados, com a razão de terem se posicionados contrários à sua decisão de residir na escola de gladiadores (HERODIANO. *HIRMA*. I.17-II.3; DION CÁSSIO. *História Romana*, LXXIII.22.1-5).

¹² Sobre esta peste, Dion Cássio a compara com outro surto, da época de Domiciano, e relata: “Ainda assim, o efeito de Cômodo sobre os romanos foi pior do que a de todas as pestes e todas as vilanias” (DION CÁSSIO. *História Romana*. LXXIII.15.1)

¹³ Segundo Fulvio Grosso, foi exatamente o acordo de Cômodo com os germânicos que fez sua popularidade aumentar entre a plebe (1970, apud. TORRES ESBARRANCH, 1985, p. 102).

¹⁴ *Villa Quintiliana*, confiscada da família *Quintilii*, logo após a Conjuração de Lucila, em 183 (TORRES ESBARRANCH, 1985, p.120).

os soldados, nos Imperadores consagrados e também nos indivíduos *damnati*. Este novo status *post mortem* do indivíduo *damnati* se estabelece de forma degenerativa, concedendo a este indivíduo um *status post mortem* infame, pois a obliteração de suas realizações positivas e a propagação da **memória anátema** - seja de um aristocrata ou de um Imperador –foi seu o objetivo ideológico fundamental (VARNER, 2004, p. 2). Neste sentido, a condenação da memória pode ser considerada não só uma antítese da *consecratio*, mas uma antítese da “boa morte”, pois esta propagava uma **memória** normativa socialmente, mesmo para aqueles que não eram nobres ou Imperadores (HOPE, 2009, p. 179-180; VARNER, 2004, p. 6).

No que se refere a este “segundo corpo” do Imperador Cômodo e o tratamento profano, consequência da condenação de sua memória, vislumbramos o caráter antropomórfico de suas representações. Algumas estátuas de Cômodo foram atacadas desfigurando os olhos, o nariz e a boca, em um formato “T” (*Phillipi Museum*, inv. 469; *Musei Vaticani*, inv. 1235), na tentativa de subtração da vida desta imagem, assim como intenção do lançamento ao Tibre relatado pela *História Augusta*, tanto no caso de Cômodo quanto no caso de Heliogábalo¹⁵¹⁶. **Diante desta relação de personificação das representações, percebemos o tratamento de poena post mortem, mas não no corpo do hostis (quando por algum motivo não é possível), e sim nas suas representações.**

Da mesma forma que reconhecemos uma nova tipologia das representações de um *divus*, há também uma nova reapresentação¹⁷ deste corpo institucional do *damnati*¹⁸.

¹⁵ Heliogábalo foi, segundo o relato da *História Augusta*, arrastado pelas ruas de Roma após sua morte, e lançado ao Tibre. Por este tratamento fora apelidado de *Tiberinus*: “Isso lhe aconteceu como resultado [...] pelo qual deve ser particularmente com os imperadores do seu tipo, honestamente, quem não ganha o Senado, o povo e os soldados, não ganha o direito de sepultamento (*HA* -. *Vida de Heliogábalo*. 17.4-7).

¹⁶ Valerie Hope e Eric Varner trabalham sobre o tratamento designado ao corpo do *hostis*. Hope aborda o caráter simbólico das consequências após a morte destes indivíduos, em que lhes era negado o enterro junto a outros, não tendo uma tumba, os corpos de criminosos e traidores poderiam ser jogados ao rio Tibre ou serem deixados a apodrecer de um modo macabro - são insepultos, sem memória. (HOPE, 2009, p. 60-61). Varner volta seu olhar aos aspectos punitivos físicos. A pena de um *hostis* tradicionalmente cumpria ser desnudo, pendurado por uma corda ou forquilha e espancado por uma vara até a morte (se ainda estivesse vivo, claro). Ter os olhos perfurados, o nariz e a boca desfigurados, o corpo esquarterado e os restos lançados ao Tibre ou nos cursos d’água que lançavam os dejetos (VARNER, 2004, p. 3;6;18).

¹⁷ Utilizamos o termo “reapresentação” pois um indivíduo *damnati* passa por uma ressignificação de suas imagens já concebidas, e não na elaboração de novas representações, como no Imperador *divus*.

¹⁸ Utilizamos a expressão “corpo social do *damnati*” nos baseando nas elucidações apresentadas por Ernst Kantorowicz em sua obra *Os dois corpos do Rei*. Ainda que Kantorowicz tenha abordado o século XV,

O desmembramento e destruição de imagens antes expostas em lugares públicos foi um acontecimento impressionante e impossível de não ser notado, se tornando algo memorável (HEDRICK JR, 2000, p. 89), tendo como efeito um choque de reestruturação simbólica no espaço da cidade, o que é reforçado pela continuidade por tempo indeterminado desta exposição (LEFEBVRE, 2004, p. 217; VARNER, 2004, p. 49).

Segundo os relatos de Dion Cássio, de Herodiano e da *História Augusta*, foram tomadas as seguintes **sanções por decreto** contra a memória de Cômodo ¹⁹:

- *hostis* (inimigo público), logo após sua morte (DION CÁSSIO. *História Romana*, LXXIV.2, *HA-Vida de Cômodo*.18.3-5)
- *Abolitio imagines* - **ordem** para destruição de todas as representações de Cômodo (*HA-Vida de Cômodo*. 18,12-14; 20.4-5)
- *Abolitio numen* – **ordem** para extinção do *numen*²⁰, mesmo quando se referisse ao *praenomen* “Antoninus”²¹ dos monumentos privados e públicos (*HA – Vida de Cômodo*. 20.5)
- **Todas** as honras e títulos revogados (*HA Vida de Cômodo*. 18.3)
- **Algumas** das leis propostas por Cômodo revogadas – os meses dos anos baseados em seus títulos foram revogados²² e anulados **os aumentos** de taxas de comercialização

suas concepções sobre a dupla existência de um governante (ou segundo sua terminologia, um rei “bicorporificado”), é perfeitamente aplicável nestas circunstâncias. Trata-se da existência de dois corpos em tensão, por um lado um corpo finito por sua natureza biológica e por outro o corpo institucional, amplamente propagado como espelho e amplificação de um sistema político, que só encontrariam sua cisão na Morte, **a partir da qual cada um seguiria os seus destinos** definitivamente separados (KANTOROWICZ, 1998, p. 17-24).

¹⁹ Infelizmente não temos acesso, como no caso de Calpurnius Piso Pater, ao *senatus consultum* com estas sanções.

²⁰ No final de seu governo, em 191-192, voltou ao seu primeiro nome abandonado: Lucio Elio, que recordava a Elio César e a seu filho Lucio Vero, co-imperador com Marco Aurélio até 169. Esta troca de nomes, segundo Torres Esbarranch, significaria uma ruptura de Cômodo com o passado, e o rompimento com um ideal de governo baseado no de Marco Aurélio (TORRES ESBARRANCH, 1985, p. 88). A hipótese parece plausível, já que concomitantemente Cômodo mudou também a tipologia de suas representações nos anos de 191-192, apresentando-se como *Herculeus* e rompendo definitivamente a relação de *amicitias* com o Senado (VARNER, 2004, p. 137-138).

²¹ São eles: *Lucius Aelius Commodus* e *Marcus Aurelius Antoninus Commodus*. Veja nota 35.

²² Segundo Dion Cássio, Cômodo deu ordens para que Roma trocasse de nome e passasse a ser chamada de “Comodiana” e as legiões de “Comodianos”. Além disso, mandou fazer uma estátua de mil quilos representando a si como Hércules (DION CÁSSIO. *História Romana*. LXXIII.14.1; LXXIII.15.2-3). Dion Cássio ainda enumera os títulos de Cômodo, os quais deixaram de ser apenas os seus títulos em “Comodiana”, para se tornarem os nomes dos meses do ano. A lista, segundo Dion Cássio: “como segue:



entre províncias (HERODIANO. *HIRMA*. II.4.; DION CÁSSIO. *História Romana*. LXXIII.15.3)

- Confisco de bens – Foi seguido por um leilão (DION CÁSSIO. *História Romana*. LXXIV.5.3)²³

Além destas sanções oficiais contra a memória de Cômodo, foram tomadas também medidas para reforçar a memória dos seus inimigos. O relato de Dion Cássio sobre as decisões de Pertinax explicita bem a relação entre rito de morte, memória dos mortos e poder:

Após isso, eles exumaram os corpos, alguns dos quais foram encontrados completos e alguns em fragmentos, de acordo com a decomposição e tempo de cada um deles, **e deram-lhes tratamento digno e depositou-os em suas tumbas ancestrais** (DION CÁSSIO. *História Romana*, LXXIV.5, Grifo nosso).

A forma como as pessoas morriam e recebiam os ritos funerários foi importante para marcar como seriam lembradas, seja entre seus familiares seja como indivíduo socialmente inserido em uma comunidade (HOPE, 2009, p. 174; JOHANSON, 2011, p. 428). Por isso uma das primeiras ações de Pertinax foi resgatar a memória das famílias que se opunham a Cômodo, e dar a eles um sepultamento antes negado. Isto reverteu o status destas figuras políticas, elevando-os à natureza de homens honrosos e dignos de serem lembrados por seus familiares, reestruturando o discurso positivado dos grupos que lhe apoiavam.

Se por um lado os relatos afirmam que outras medidas foram tomadas além das sanções decretadas, por outro, há passagens neste mesmo corpo documental historiográfico que contradizem a eficácia persuasiva destas sanções oficiais. Segundo Herodiano, quando Didio Juliano discursou para o exército em 193 não deveria ser,

Amazonius, Invictus, Felix, Pius, Lucius, Aelius, Aurelius, Commodus, Augustus, Hercules, Romanus, Exsuperatorius” (DION CÁSSIO. *História Romana*, LXXIII.15.3)

²³ Percebemos que o conjunto de medidas se diferenciam sempre que comparamos outros processo de *damnatio memoriae*, como lembra Anta Teresa Marques Gonçalves, no capítulo “A contra-propaganda ou a obliteração das imagens concorrentes” de sua tese de doutoramento. Gonçalves expõe 6 medidas tomadas na *damnatio memoriae* de Geta: 1 – Proibição de *luctus*, 2 – Proibição de uso das imagens de Geta em cerimônias públicas, 3 – propriedade confiscada, 4 – propriedade inclui a casa, no caso de Geta, sua metade do palácio, 5 - remoção do nome do morto de todas as inscrições e 6- destruição dos retratos públicos e privados do morto (GONÇALVES, 2002, p. 371-372). Destas, a proibição do *luctus* não é citada em nenhuma fonte sobre o caso de Cômodo. Por outro lado, não consta a revogação de leis propostas por Geta, ação decretada na *damnatio memoriae* de Cômodo.

segundo a norma imposta por decreto, possível que os estandartes com o *numen* (e supomos insígnias imperiais) de Cômodo fossem levantados (HERODIANO. *HIRMA*, II, 6.10-11). Tradicionalmente, estas sanções eram impostas pra todo o corpo social romano, e se faziam válidas para o exército também (*El Senatus consultum de Cn. Pisone patre*. Lín. 165-173). Isso nos permite afirmar que, ainda que um *senatus consultum* proibisse a existência do *numen* do *hostis*, alguns grupos atuantes politicamente mantinham sua memória positivada, prontamente esperando uma chance para emergirem.

Outro relato que corrobora com a ideia de flexibilidade destas sanções oficiais se refere às dificuldades econômicas do Império. Segundo Dion Cássio, um leilão dos bens “mais luxuosos” de Cômodo foi efetuado por Pertinax (DION CÁSSIO. *História Romana*, LXXIV.5.3). Esta passagem da obra diônea nos permite elencar duas pretensões neste leilão dos bens de Cômodo: uma tentativa de obter fundos para o erário público, que expõe um pragmatismo que flexibiliza as sanções oficiais. Em segundo, a possibilidade de perceber os indivíduos ou grupos que se interessariam por objetos icônicos do imperador *damnati*, o que demonstra uma suspeita de que estas sanções não estavam sendo cumpridas em todos os espaços de sociabilidade e que grupos de oposição eram percebidos pelos que comandavam o Império.

Contraria a hipótese de flexibilidade exacerbada de uma *damnatio memoriae* a série de relevos construídos em honra a Marco Aurélio, logo após seu *Triumphus* conjunto com Cômodo em 176²⁴. Os estandartes nos quais o rosto de Cômodo estavam

²⁴ Nos chegaram 12 painéis concebidos em honra à Marco Aurélio, construídos por volta de 176 ou um pouco depois disso. Há uma discussão sobre o propósito destes painéis, para que(ais) monumento(s) foram pretensamente construídos ou se chegaram a serem expostos em um único monumento. A hipótese mais plausível é de que iriam fazer parte de um Arco do Triunfo para Marco Aurélio, que nunca foi construído, no ano de 180. Nem o Arco do Triunfo nem a Coluna de Marco Aurélio foram inaugurados por Cômodo, e a *História Augusta* relata que este foi um dos seus deméritos: não concluir nenhuma das obras arquitetônicas que seu pai começou (*HA – Vida de Cômodo*. 17.5), o que fortalece a hipótese de que o monumento para o qual os relevos foram construídos nunca existiu. É possível que estes painéis foram armazenados para utilização posterior, como de fato o foram. Dos 12 que nos chegaram, 8 foram utilizados no Arco de Constantino, construído em honra e memória de sua vitória na Batalha da Ponte Mílvia, em 312 e inaugurado em 315, localizado pouco a Oeste do Coliseu em Roma. 3 painéis foram preservados na Igreja de Saint Martin até o século XVI e estão hoje exibidos no *Palazzo del Conservatori*, localizado no Monte Capitolino, também em Roma. O último painel, este fragmentado, tem um retrato de Marco Aurélio, está na *Gliptoteca Ny Carlsberg*, em Stroegget, Copenhague. Há discussões sobre este painel de Stroegget, considerando que ele não foi construído na mesma época ou com o mesmo intuito que os outros 11 painéis. Todos os painéis utilizados no Arco do Constantino reconfiguraram o

expostos foram apagados nos painéis *Lustratio*²⁵ e *Iustitia*²⁶. Da mesma forma há fortes indícios de que a representação do corpo de Cômodo ao lado de Marco Aurélio foi apagada no painel *Congiarium*²⁷ e no painel *Triumphus*²⁸ (VARNER, 2004, p. 148; 247-

rosto de Marco Aurélio para parecer-se com Constantino (FARBER, 2013; VARNER, 2004, p. 148). Isto nos serve para retomar o conceito de *damnatio memoriae* que operamos neste artigo: ainda que o rosto de Marco Aurélio tenha passado por uma reconfiguração nestes 8 painéis do Arco de Constantino, sua memória não foi sistematicamente e intencionalmente obliterada, trata-se de um caso particular e por pretensões outras. Não há anatematização da memória de Marco Aurélio, assim como não há a sistematização da obliteração. Para o conceito que operamos, há que ser sistemático e intencional, com a pretensão de anatematização da memória.

²⁵ No início de uma campanha militar, o exército realizava um ritual de purificação. Neste relevo Marco Aurélio realiza a cerimônia em um pequeno altar portátil, e os animais para serem imolados também são representados. Esta cena também ilustra a *pietas* do Imperador e a manutenção obediente de atos rituais habituais para para com os deuses. A figura de Cláudio Pompeiano é identificada, de barba e levemente calvo, atrás do Imperador. **Vestígio da *damnatio***: O busto de Cômodo permite reconhecer o *paludamentum*. As características faciais foram totalmente apagadas. O único rosto deste relevo que possui estas marcas é do estandarte citado. Isso comprova que houve uma escolha cuidadosa, e não pode ter sido instaurada aleatoriamente pelo tempo (FARBER, 2013; VARNER, 2004, p. 148, 428; MIT LIBRARIES DOME - *Arch of Constantine: Marcus Aurelius Relief Panels*, 2013).

²⁶ Marco Aurélio está sentado em uma *sella curulis*. A túnica com cinto identifica uma figura adulta como um “bárbaro”, pedindo por clemência. Ao seu lado, um jovem carrega até os pés, as mesmas vestes que o adulto. Soldados acompanham a cena. Atrás de Marco Aurélio, é identificado Cláudio Pompeiano. Há duas figuras com peles (ou representação de peles) sobre as cabeças, como um manto. Nenhum dos autores consultados identificaram estas imagens, mas supomos serem Sármatas, contra quem Marco Aurélio guerreou entre 169-175, durante a guerra marcomana. Em outro painel, o *Captive Sarmatians brought before Marcus Aurelius* eles também aparecem. A pele que estão usando sobre a cabeça são o de um *bassaris* (parente do guaxinim) e de uma raposa, ícones que se ligam ao culto dos Mistérios da Trácia, e simbolizam um novo nascimento do neófito. O painel *Conquest and Clemency and Prisoners brought before the emperor* retratam cenas de campo de batalha, o que explicaria a ausência destes sacerdotes. A cena repete um tema frequente na arte romana imperial: trazer justiça e civilização aos bárbaros. **Vestígios da *damnatio***: Uma das figuras em um dos estandartes foi deliberadamente desfigurada. No mesmo estandarte, acima da figura obliterada, há uma outra representação com características faciais mantidas. Esta forma apagada é menos conservada que o painel *Lustratio*, mas também parece estar com um *paludamentum*. A obliteração desta imagem e do painel *Lustratio* ressalta os cuidados meticulosos para remover todos os vestígios visuais do Imperador (FARBER, 2013; VARNER, 2004, p. 148, 427; MIT LIBRARIES – DOME, *Arch of Constantine: Marcus Aurelius Relief Panels*, 2013; *Myth Greece Index*, s/d).

²⁷ Marco Aurélio é retratado sentado em uma *sella curulis*. Uma figura vestindo uma túnica está na frente do Imperador e auxilia na distribuição de dinheiro. Duas outras figuras togadas são representados diretamente atrás do imperador. A base em que as figuras se assentam pode indicar que ambas destinam-se a representar estátuas. Além disso, as estátuas estão olhando para a mesma direção, diametralmente oposta ao ato que é representado, como que “ausentes” da ação. Pompeiano é representado atrás do Imperador. O painel em relevo se remete ao ato conjunto de *Liberalitas* que Cômodo e Marco Aurélio concederam em 177, comemorando um ano do consulado de Cômodo, pelas vitórias em 176. **Vestígios da *damnatio*: Pé com “garras” de uma *sella curulis*** Ao lado de Marco, próximo à plataforma da segunda estátua, percebe-se o pé de uma *sella curulis* e os restos do próprio pé de Cômodo. **Figura togada à esquerda e assimetria** - Muito da figura togada na extremidade esquerda da plataforma foi recortada. A profundidade de relevo é muito mais baixa ao longo do lado direito da figura e a maior parte da metade inferior do corpo. A mão esquerda é desproporcionalmente grande e os ombros são muito estreitos para o tamanho da cabeça. **Frisos das roupas** - O “cortinado”, frisos das roupas, à esquerda de Marco Aurélio são superficialmente acabados quando comparado com os outros frisos das figuras do

248; FARBER, 2013; MIT LIBRARIES DOME - *Arch of Constantine: Marcus Aurelius Relief Panels*).

Já na Coluna Antonina²⁹, as representações de Cômodo são inexistentes, e não podemos afirmar se isto se deu devido reformulações pelas quais o monumento passou

relevo. A posição original de Cômodo se estabelece com alguma clareza entre o togado recortado e Marco Aurélio. **Marcas de cinzel** - Marcas causada por uma pequena picareta ou cinzel, entre os pés da figura no lado esquerdo da plataforma (VARNER, 2004, p. 148, 428; MIT LIBRARIES DOME - *Arch of Constantine: Marcus Aurelius Relief Panels*, 2013, FARBER, 2013).

²⁸ O painel *Triumphus* retrata Marco Aurélio como *Triumphator*, em uma quadriga. *Nike* está acima de sua cabeça e um trompetista aponta para o arco através do qual a procissão triunfal está prestes a se mover. Um templo, talvez o da *Fortuna Redux*, é mostrado no fundo. O carro é decorado com relevos que mostram as imagens de Netuno e Minerva (ou Atena) ladeando a figura de *dea Roma*. Uma figura, em pé ao lado da quadriga olha para Marco Aurélio. A hipótese que nos parece mais plausível é que se trata de um soldado, general ou uma personificação do exército. Reforça a hipótese de ser um soldado, se se considerar que há uma *corona cívica* (ou *corona oleagina*), dedicada àqueles que salvaram da morte um grande número de romanos ou um romano muito importante. Há também uma figura do painel *Profectio*, identificada como um legionário (Couraça, elmo e gládio embainhado), com uma capa que fecha identicamente à figura do painel *Triumphus*, com um botão no centro. Cômodo acompanhou seu pai na carruagem triunfal, como co-celebrante no triunfo de 176 que comemorou as vitórias sobre Marcomani e Quadi (*HA-Vida de Marco Aurélio* 16.1; 17.3; *Vida de Cômodo* 2.4; 12.5). **Vestígios da abolitio memoriae: Carruagem Triunfal** - Parece projetada para representar duas figuras sobre ela. **Colunas do Templo Fortuna Redux** - As duas bases das colunas à direita da fachada do templo estão representadas de forma diferente das outras três bases de colunas do lado esquerdo. Metade da segunda coluna da direita do Templo foi recortada, e estabelece aproximadamente a altura da figura de Cômodo. **Marcas de cinzel** - Marcas de cinzel à direita de Marco Aurélio documentam a remoção da figura de Comodo nesta área. Estas superfícies rugosas contrastam fortemente com os acabamentos utilizados em outra parte do relevo, mas a discrepância não é visível quando o relevo é visto à certa distância. **Braço esquerdo de Marco Aurélio** - O braço esquerdo de Marco Aurélio também foi reformulado e, como resultado, ele aparece truncado, colado ao corpo. Percebe-se somente a mão de Marco Aurélio e, acima, um resto de ombro esquerdo que parece entender-se à frente. Daí o irrealismo entre ombro e mão esquerdos. *Nike* - Originalmente, *Nike* estendia uma coroa de louros, da sua na mão esquerda, sobre a cabeça de Cômodo. A coroa foi apagada junto com Cômodo, e, como resultado, o braço é desajeitadamente estendido sobre o espaço vazio à esquerda de Marco Aurélio. Os filetes da grinalda podem ser percebidos, escapando da mão totalmente retrabalhada de *Nike*, na frente da primeira coluna da direita. A glória militar e ligação com o pai reverenciado foi revogada em uma tentativa de recontar a história recente (FARBER, 2013; VARNER, 2004, p. 148, 427; GIRALDI JR, 2013; MIT LIBRARIES DOME - *Arch of Constantine: Marcus Aurelius Relief Panels*, 2013).

²⁹ A Coluna de Marco Aurélio (também chamada de Coluna Antonina ou Aureliana) foi iniciada por decreto não antes de 176 e finalizada não depois de abril de 193, já no governo de Septímio Severo. Sua narrativa explora as vitórias de Marco Aurélio nas guerras marcomanas. A varanda na parte superior da Coluna fornecia uma visão da Via Flamínia, do *Sepulchrum Antoninorum* e do *Campus Martius*. Em comparação com a Coluna de Trajano, é um pouco maior (40 metros / 30 metros), seus relevos são menos preservados e é também encimada também por um santo da Igreja Católica, São Paulo, adicionado na reforma de 1588-1589 a pedido do papa Sisto V. Antes de iniciarem os trabalhos desta reforma, sob a responsabilidade de Domenico Fontana, foram feitos alguns desenhos-retratos das cenas da Coluna, o que nos permite visualizar algumas características como a ausência de uma estátua no seu topo e alguns fragmentos de relevos, já bastante deteriorados naquela época. Há duas possíveis representações de Cômodo, uma na cena 42 e uma no desenho-retrato de Enea Vico, nas quais Marco Aurélio estende a mão sobre a cabeça de um jovem imberbe. No entanto, os autores consultados afirmam que se trata de uma

no século XVI, se foram frutos de uma *abolitio memoriae* muito bem elaborada que não deixou vestígios, ou ainda, se desde sua concepção a imagem de Cômodo fora descartada da narrativa à que ela se refere (BECKMANN, 2012, p. 251-263; VARNER, 2004, p. 145).

O diálogo deste corpo documental nos mostra que a condenação da memória de Cômodo se fez valer de vários métodos. As sanções decretadas pelo *senatus consultum* só foram cumpridas em certa medida, levando em consideração os grupos que não apoiavam o novo governo de Helvius Pertinax. Por outro lado, exponenciar esta flexibilização é desconsiderar o que os vestígios arqueológicos, em toda sua diversidade, nos mostram.

Enquanto o poder de persuasão e vigilância do Senado pode, ele se impôs, como nos painéis de Marco Aurélio e no discurso historiográfico. No entanto, a virtual impossibilidade desta fiscalização em todo o Império, e mesmo dentro de Roma por grupos que ainda se movimentavam contra o novo governo, torna a hegemonia da construção desta anatematização impossível, embora no âmbito do discurso que nos chegou ela pareça sobrepor-se.

Segundo Eugenio Manni e Edward Champlin, a mais importante ação propagandística de Septímio Severo, buscando lançar as bases desta nova dinastia, foi o discurso legitimador de sua filiação com a família Antonina (MANNI, 1947, p. 211-243; CHAMPLIN, 1979, p. 288-306). O grande impasse se deu pelo fato do Senado durante o curto governo de Helvius Pertinax - a quem Septímio Severo se proclamou “vingador” e adicionou o seu *numen* - ter decretado a *damnatio memoriae* de Cômodo. Septímio Severo, para resolver o impasse, suspendeu a *damnatio memoriae*, obrigando o Senado a estipular sua *consecratio*. Septímio Severo, desta feita, se tornou filho de Marco Aurélio, agradando os Senadores. e irmão de Cômodo, agradando os soldados (DION CÁSSIO. *História Romana*. LXXIV.2).

Segundo Dion Cássio, Severo surpreendeu com sua atitude de filiação, sendo inclusive, alvo de comentários mordazes dos senadores (DION CÁSSIO. *História Romana*, LXXVI, 8.1-2; LXXVII.9.4). A *História Augusta* e Herodiano relatam alguns

conjectura, pois o estado dos relevos não permite ir além disso (BECKMANN, 2012, p. 251-263; VARNER, 2004, p. 145).

pormenores desta ação tomada por Septímio Severo. Segundo a *História Augusta*, Severo, por ódio ao Senado, teria se irritado com resoluções do Senado em louvor a um parente de Clódio Albino. Então proclamou a deificação de Cômodo entre os soldados e “emituiu um decreto para que Cômodo fosse deificado, como se estivesse se vingando do Senado por esta ação (...) em uma carta, à qual acrescentou um discurso sobre sua vitória” (*HA – Vida de Septímio Severo*. 11.3-4).

Nenhum dos documentos historiográficos nos traz qualquer referência de como se deu o *funus* de Cômodo. Portanto, não podemos inferir o que aconteceu de específico. Podemos apenas deduzir que algumas características gerais foram seguidas. Certamente o que aconteceu foi uma cerimônia de *funus imaginarium*, como a de Pertinax, em que uma imagem de cera representando o Imperador às portas da morte tomava todos os cuidados de médicos e família. Um cortejo deve ter se passado e uma pira foi erguida, como forma de queimar a efígie de Cômodo (ARCE, 1990, p. 129-131).

A *consecratio* de Cômodo é, logo, uma releitura acerca da figura e governo de Cômodo com claros motivos políticos, buscando dotar de posição socialmente aceita a figura e seus atos enquanto governante. No fim de seu governo, em 211, Septímio Severo foi divinizado e sepultado no *Sepulchrum Antoninorum*, alcançando sua intenção de vinculação com a dinastia à qual “(...) todos os imperadores reverenciou, tanto que ele mesmo divinizou Cômodo e considerou que todos os imperadores devessem assumir a partir daí o nome *Antoninus*, como antes fizeram com *Augustus*” (*HA – Vida de Septímio*. 19.3).

Considerações Finais

A memória escrita e principalmente a historiografia romana da qual nos valem neste artigo, têm seu próprio método de construção de discursos. O mito político é uma fabulação objetivamente recusável do real, mas narrativa pretensamente idealizada, é também verdade que ele exerce uma função explicativa e de mobilização, desde que seja apreendido por estes indivíduos, estando em grupos ou não. São pelos valores empreendidos nestas construções discursivas que substanciam-se os corpos institucionais “Imperador *damnati*” e “*Optimus Princeps*”.

Já a memória epigráfica ou monumental, se constitui pela exposição direta, pelo choque visual do espetacular, pela pretensa onnipresença e sensação de vigilância personificada em olhos e ouvidos vivificados em pedra. A mensagem visual possui a capacidade de ser mais democrática: do plebeu ao nobre, ambos reconhecem o que significa uma moeda com o rosto apagado, ou uma águia no anverso de outra.

Antes de serem conflitantes e/ou hierarquizados entre si, os vestígios arqueológicos e da memória escrita estão numa confluência³⁰, pois ambos fazem parte da memória histórica destas sociedades que os conceberam. Resta-nos a capacidade de os tomarmos em comparações focalizadas, estruturadas de acordo com uma heurística que seja plausível e menos escorregadia, bem delimitada cronologicamente, geograficamente e socialmente, reconhecendo seus próprios limites, para que forneçam as chaves para a explicação³¹.

O que podemos conceber nos referindo ao Principado romano desta última década do século II e início do III, é que a *damnatio memoriae* se trata de uma prática

³⁰ Em discordância com Javier Arce. Segundo o mesmo: “Vários autores antigos fazem referências a estes aumentos do limite territorial da cidade e também alguns sítios de limitação encontrados fortuitamente, ou em escavações, em Roma. **Os segundos são sempre mais seguros que as notícias das fontes literárias**” (ARCE, 1990, p. 85. Grifo nosso). A crítica do status documental hierarquizado foi bem explicitada na obra paradigmática de Le Goff *História e Memória*, escrita entre 1977 e 1982. No capítulo “Documento/monumento”, lê-se: “De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. (...) Mais ainda do que estes múltiplos modos de abordar um documento, para que ele possa contribuir para uma história total, **importa não isolar os documentos do conjunto de monumentos de que fazem parte. Sem subestimar o texto que exprime a superioridade, não do seu testemunho, mas do ambiente que o produziu** (...) (LE GOFF, 2001, p. 538). O “documento”, é um “monumento” em toda sua extensão etimológica do termo, pois não pode estar desconectado do tempo em que o produziu, suas falhas, incoerência e inverdades (propositalmente plantadas ou não) não o essencializa “pior” ou “melhor”, mas expõe visceralmente uma realidade que cabe ao historiador captar; a crítica documental é a chave indispensável, não o objetivo – ela não constrói duas bibliotecas do saber, uma de documentos e outra de monumentos, porque o próprio saber especializado é também fruto de uma relação condicional cultural. Os painéis em relevo de Marco Aurélio escamoteiam Cômodo, e é pelo seu silêncio que percorremos o caminho das respostas às nossas perguntas.

³¹ Este recorte preciso do processo de crítica e seleção do corpo documental com vias de “dar conta” dos problemas e hipóteses aplicadas na pesquisa histórica foi bem explicitada por Fiona Crowe. Trabalhando com a Arqueologia funerária dos séculos IV a.C., pode trazer vários elementos de grupos distantes do centro da República, inclusive visualizando estruturas sociais diferenciadas dentro destes mesmos grupos expostos em uma série de informações levantadas pelo local de exposição de tumbas, comparação estatística variadas (número de homens, mulheres, crianças, objetos encontrados, reconstrução monumental, análise química das ossadas, reconstrução das posições dos corpos e outros mais). A comparação direcionada, a delimitação do recorte e o reconhecimento autêntico dos limites que estas comparações podem nos trazer são fundamentais (CROWE, 2001, p. 144-162).

consumada, mas ainda assim diversa diacronicamente, em que as especificidades de cada caso não permitem conceber um modelo normativo. No entanto, no que se refere à sua pretensão, parece haver uma constante: seu aspecto fundamental ideológico é o mesmo da *Consecratio*, a formulação da identidade de um Imperador idealizado.

REFERÊNCIAS

DOCUMENTOS

DESSAU, Herman. *Inscriptiones Latinae Selectae* (ILS). Berlim. Vol. I e II. 1892-1916. .

Dio's Roman History. Transl. by Earnest Cary. London: William Heinemann LTD, 1961. v. 9.

Dio's Rome. An Historical Narrative originally composed in greek during the reigns of Septimius Severus, Geta and Caracalla, Macrinus, Elagabalus and Alexander Severus. Transl. by Herbert Baldwin Foster. New York: Pafraets book, 1906. vol. 5 e 6.

El Senatus consultum de Cn. Pisone patre. Traduzido por W. Eck, A. Caballos & F. Fernandez. [C.H. Beck](http://webu2.upmf-grenoble.fr/DroitRomain/Senatus/piso.html): Muchen/Sevilha, 1996. Disponível em: < <http://webu2.upmf-grenoble.fr/DroitRomain/Senatus/piso.html>>. Acesso em 08/2013.

GÓMEZ-PANTOJA, Joaquín (org.). *Hispania Epigrafica*. Universidad de Alcalá, Espanha. Disponível em: <http://eda-bea.es/pub/record_card_1.php?page=70&rec=1891>. Acesso em 08/2013.

HERODIANO. *Historia del Imperio Romano después de Marco Aurélio*. Traducción y notas por Juan J. Torres Esbarranch. Madrid: Gredos, 1985.

História Augusta - Vidas de Adriano, Élio, Antonino Pio, Marco Aurélio, Lúcio Vero, Avídio Cássio e Cómodo. Tradução do latim, introdução, notas e índice de Cláudia A. Teixeira, José Luís L. Brandão, Nuno Simões Rodrigues. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, v. 1. 2011.

Historia Augusta. Translation by David Magie. London: Loeb Classical Library, 1921. v. 1 e 2.

HÜBNER, Emílio (ed.). *Corpus Inscriptionum Latinarum*. Georgium Reimerum: Berlin, vol. II-1, 1869.

MIT LIBRARIES DOME. *Arch of Constantine: Marcus Aurelius Relief Panels*. 2013. Disponível em: <<http://dome.mit.edu/>>. Acesso em 08/2013.

Musei Capitolini - Palazzo dei Conservatori. Disponível em: < [http //en.museicapitolini.org/](http://en.museicapitolini.org/)>.

OBRAS GERAIS

ALVES, Sérgio Lourosa. *Marco Aurélio e Cómodo, a luz e a sombra: a construção historiográfica da dinastia antonina*. 2010. 219fls. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa. 2010.

ARCE, Javier. *Funus Imperatorum: los Funerales de los Emperadores Romanos*. Madrid: Alianza, 1990.

ATIENZA HERNÁNDEZ, Ignácio. La memoria construida: Nobleza e genealogía de la casa e la villa de Osuna. *Apuntes 2*. n. 2, Madrid, p. 7-25, 1998.

BECKMANN, M. The Column of Marcus Aurelius. In: VAN ACKEREN, M. (org.). *A Companion to Marcus Aurelius*. Wiley-Blackwell: Oxford, UK. 2012. p. 251-263.

BOND, S. E. Erasing the face of History. *The New York Times*, Chapel Hill, N.C., Mai. 14, 2011. Disponível em: <<http://www.nytimes.com>>. Acesso em novembro de 2011

CHAMPLIN, Edward. Notes on the Heirs of Commodus. *The American Journal of Philology*. vol. 100, n. 2, Baltimore, p. 288-306, 1979.

CROWE, Fiona. Women, burial data and issues of inclusion: the problems and potential of Romano-British cemeteries. In: DIXON, Suzanne. *Childhood, class and kin in the roman world*. London and New York: Routledge, 2001, p. 144\162.

DEN BOER, W. La “Damnatio Memoriae” des Empereurs et la Religion Romaine. In: *Transformation et Conflits au IV Siècle ap. J.-C.*. Bonn: Rudolf Habelt Verlag, 1978. p. 217-223.

D’ENCARNAÇÃO, José. A epígrafe latina como elemento didático: A nomenclatura imperial, a ‘damnatio memoriae’. *Boletim de Estudos Clássicos*. v. 56, Coimbra, p. 47-53, 2011.

_____. a toponímia, fonte histórica também para a República. *Biblos*. Coimbra, v. VIII, p. 73-82, 2010.

ERKER, Darja Sterbenc. Gender and roman funeral ritual. In: HOPE, Valerie M.; HUSKINSON, Janet (orgs.). *Memory and Mourning: Studies on Roman Death*. Oxford: Oxbow Books, 2011. p. 40-60.

FACURI, C. P. ‘Damnatio Memoriae’: A Estela da Restauração de Tutankhamon. In: *III Encontro Nacional de Estudos Sobre o Mediterrâneo Antigo*. UERJ, 2012, Rio de Janeiro. Anais do III Encontro Nacional de Estudos sobre o Mediterrâneo Antigo - X Jornada de História Antiga, 2012. p. 47-55.

FARBER, Allen. *Panel Reliefs of Marcus Aurelius and Roman Imperial Iconography*. In: _____. *Language of the Visual Arts*. SUNY/Oneonta Art Department. 2013. Disponível em: <http://employees.oneonta.edu/farberas/arth/ARTH200/ARTH200_Assignments.html>. Acesso em 08/2013.

FLOWER, Harriet I. Rethinking "Damnatio Memoriae": The Case of Cn. Calpurnius Piso Pater in AD 20. *Classical Antiquity*. Califórnia, vol. 17, n. 2. p. 155-187, 1998.

FREEDBERG, D. ‘Damnatio Memoriae’: Why mobs pull down statues. *Wall Street Journal*. (Eastern edition). New York, N.Y., 2003. p. 10. Disponível em: <<http://www.columbia.edu/cu/arhistory/faculty/Freedberg/>>. Acesso 10/2011.

GIRALDI JR, Sergio. *A coroa romana e seu uso cívico, militar e imperial*. In: Fórum de Numismática. 2013. Disponível em: <<http://www.forum-numismatica.com/viewtopic.php?f=55&t=88021&sid=6a96353411e2ff1307637ee109176335>>. Acesso em 09/2013.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras. 1987.

GONÇALVES, A. T. M. *A Construção da Imagem Imperial: Formas de Propaganda nos Governos de Septímio Severo e Caracala*. 2002. 456 fls, Tese (Doutorado em História). USP, São Paulo. 2002.

HEDRICK JR, C. W.. *History and Silence: Purge and Rehabilitation of Memory in Late Antiquity*. Austin, TX: University of Texas Press, 2000.

HOPE, Valerie. Funeral an feasts. In: _____. *Roman Death: the Dying and the Dead in Ancient Rome*. New York: Continuum, 2009. p. 65-96.

_____. Commemorating and Remembering the Dead. In: _____. *Roman Death: the Dying and the Dead in Ancient Rome*. New York: Continuum, 2009. p. 151-181.

JOHANSON, Christopher. A Walk with the Dead: a funerary cityscape of ancient Rome. In: RAWSON, Beryl. *Companion to families in the Greek and Roman worlds*. Oxford: Library of Congress, 2011, p. 408-430.

KANTOROWICZ, Ernst. *Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LE GOFF, Jacques. “Documento/Monumento”. In: _____. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 2003. p. 525-541.

LEFEBVRE, Sabine. Les cités face à la ‘damnatio memoriae’: Les martelages dans l’espace urbain. *Cahiers Glotz*, França, n. 15, p. 191-217, 2004.

LINDSAY, Hugh. Death-Pollution and Funerals in the City of Rome. In: HOPE, Valerie M.; MARSHALL, Eireann (orgs.). *Death and Disease in the Ancient City*. London: Routledge, 2000. p.152-173.

MANNI, E. La Lotta di Settimio Severo per la Conquista del Potere. *Rivista di Filologia Classica*. Torino, 75, p. 211-243, 1947.

Myth Greeck Index. Dicionário/Glossário. Ilustrado. 2007. Disponível em: <<http://www.mythindex.com/>>. Acesso em setembro de 2013.

ROMILLY, J. La Mémoire du Passé dans la Grèce Antique. *Revue Historique*. n. 1. Paris, p. 3-12. 1990.

VARELLA, Flávia Florentino. ‘Sine ira et Studio’: retórica, tempo e verdade na historiografia de Tácito. *História da Historiografia*. Ouro Preto/Edufop, n, 2, p 71-87, 2008.

VARNER, Eric R. *Mutilation and transformation: ‘damnatio memoriae’ and Roman imperial portraiture*. Leiden: Brill, 2004

GERALDO VANDRÉ: A “MORTE EM VIDA” DE UM ARTISTA

Dalva Silveira

dalvasilveira@yahoo.com.br

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Doutoranda em Ciências Sociais

Resumo

Em 1968, no auge de sua carreira, com a consagração da música “Pra não dizer que não falei das flores”, o compositor Geraldo Vandré torna-se um ícone daquele período histórico, mas, também, alvo de perseguições políticas, e parte para o exílio. Em 1973, ao retornar para o Brasil, encerra prematuramente sua carreira musical e passa a apresentar para a imprensa um discurso recorrente de negação da própria existência enquanto artista. Com base no exame de entrevistas, selecionadas em 68 matérias sobre o cantor, publicadas em jornais e revistas brasileiras, de 1966 a 2009, este trabalho propõe analisar o processo de autoapagamento da imagem pública que Vandré promove após o exílio. A história do cantor ilustra o drama pelo qual passaram aqueles que se exilaram após a promulgação do AI-5 e que, ao retornarem, encontraram um país bem diferente.

Palavras-chave: Geraldo Vandré. Discurso. Morte em vida.

Abstract

In 1968, at the height of his career, with the consecration of the song "Pra não dizer que não falei das flores", the composer Geraldo Vandré becomes an icon of that historical period, but also the target of political persecution and goes to exile. In 1973, upon returning to Brazil, terminates prematurely his musical career and to present to the press a recurring speech of denial of his own existence as an artist. On the basis of the examination of selected interviews in 68 articles about the singer, published in Brazilian newspapers and magazines, from 1966 to 2009, this work proposes to analyze the process of self-destruction of his public image that Vandré promotes after the exile. The singer's story illustrates the drama lived by people who had been exiled after the promulgation of the AI-5 and the other one, when they returned and found a very different country.

Keywords: Geraldo Vandré. Speech. Life in death.

Introdução

Este trabalho propõe analisar o processo de autoapagamento da imagem pública que Geraldo Vandré promove após o exílio, com base no exame de entrevistas selecionadas, no *corpus* de 68 matérias sobre o cantor, publicadas em jornais e revistas brasileiras, de 1966 a 2009. A reconstituição de alguns aspectos de sua trajetória mostrou-se fundamental para esta abordagem. O artigo também possibilitou a reconstrução de um período muito significativo na história cultural brasileira, as décadas de 1960/70, além de trazer elementos que permitem a evocação da memória concernente às sequelas sociais provocadas pela ditadura militar.

Em 1968, no auge de sua carreira, com a consagração da música “Pra não dizer que não falei das flores”,¹ o compositor Geraldo Vandré torna-se um ícone daquele período histórico, mas, também alvo de perseguições políticas e parte para o exílio. Ao retornar para o Brasil, acaba por encerrar prematuramente sua trajetória artística. Geraldo Vandré é apenas um exemplo dentre outros defensores da “canção de protesto” que desapareceram do cenário artístico brasileiro, o que pode ser explicado pelo contexto político e cultural do Brasil após o AI-5. Mas, devido à sua mitificação, artistas e fãs não aceitam o término prematuro de sua carreira, insistindo em seu retorno ou pelo menos aguardando uma explicação para o ocorrido. A imprensa, ciente dessa busca, procurou, por várias vezes e no decorrer das décadas, obter esse esclarecimento do artista, que, geralmente, apresenta como resposta um discurso que nega sua existência enquanto compositor. A forma como se deu a construção de sua carreira musical, bem como o encerramento prematuro da mesma são fundamentais para a compreensão desse fato.

Construção da carreira

¹ A canção é conhecida popularmente como “Caminhando”.

Em 25 de junho de 1966, pela primeira vez, Geraldo Vandré vencia um festival, com a marcha-rancho “Porta-estandarte”, apresentada no II Festival Nacional de Música Popular da TV Excelsior. Mas até que o compositor chegasse a essa vitória, foi necessário que ele percorresse um longo caminho.

Vandré tem suas raízes na região Nordeste do país. Ele nasceu em João Pessoa, na Paraíba, dia 12 de setembro de 1935. Em 1951, então com 16 anos, assim como muitos nordestinos, transferiu-se com sua família para a região Sudeste. No Rio de Janeiro, a primeira cidade onde morou, teve contatos com compositores e músicos da Bossa Nova, como João Gilberto e Carlos Lyra. De acordo com o depoimento de Vandré, este último o convidou “para vir a São Paulo fazer um *show* de BN no teatro Record, [...] e o *show* parece que teve um resultado muito bom naquela época. Foi uma semana de espetáculo” (MELLO, 1976, p. 35). Foi, então, contratado pela RGE de São Paulo para gravar um disco 78.²

Em 1960, o compositor foi fazer um programa de televisão na TV Record e, em 1961, após terminar seu curso de Direito, mudou-se para São Paulo. Quando o programa acabou, trabalhou com corretagem, mas continuou compondo. Segundo a revista *MPB Compositores*, n. 31, lançada em 1997, Vandré começou a se entrosar com o meio artístico de São Paulo, estabelecendo, ali, importantes contatos e parcerias. Gravou, então, seu segundo disco, em que interpretava, com a cantora Ana Lúcia, “Samba em prelúdio”, de Vinicius de Moraes e Baden Powell, alcançando certo sucesso.

No início de 1964, juntamente com os músicos Baden Powell e Erlon Chaves, gravou seu primeiro LP: *Geraldo Vandré*, que não obteve uma boa receptividade por parte do público. Na TV, só aparecia ocasionalmente, recebendo cachês irrisórios ou apresentando-se em troca de divulgação. Enquanto Vandré tentava se firmar como

² Trata-se do suporte de registro de áudio utilizado na época, que consistia no disco, geralmente de goma-laca, tocado em gramofones e toca-discos, principalmente nas décadas de 1940/50. A designação “78” ou “78 RPM” refere-se à velocidade mais comum que esse suporte utilizava para a reprodução do material sonoro, ou seja, 78 rotações por minuto. Foi substituído, na década de 1960, pelo *Long Play*, ou LP, de vinil, com o alcance de 33 RPM.

artista, o país vivia os inúmeros choques ocorridos entre a direita e a esquerda, sob a presidência de João Goulart, mas também o sonho das reformas propostas por esse governo, que visavam a melhorias para o conjunto dos trabalhadores.

No dia primeiro de abril de 1964,³ os brasileiros acordariam desse sonho, interrompido por um golpe realizado pelas forças armadas. Segundo Napolitano (1998), os militares, ao assumirem o poder, deixavam uma questão para os setores identificados com as ideias nacionalistas e de esquerda: como um governo eleito pelo voto direto e com boa capacidade de mobilização popular havia sido derrubado, sem a menor resistência?

Uma das respostas possíveis era a de que havia faltado a conscientização popular, tarefa que se tornaria primordial para artistas e intelectuais de oposição que se sentiram tomados por uma enorme responsabilidade, pois, para a esquerda, “a questão da consciência política envolvia diretamente as tarefas culturais” (NAPOLITANO, 2001, p. 57). Além disso, o governo ditatorial não se preocupou de imediato com esse grupo, perseguindo, inicialmente, outros segmentos, como os parlamentares, os ativistas políticos e os sindicalistas.

Assim, Geraldo Vandré, através de pesquisas artísticas, mas, também, por posição ideológica,⁴ engajou-se no que ficaria conhecido como “canção de protesto”, um tipo de música que “surgia contra o ‘escapismo’ da bossa nova, com o objetivo de servir como catalisador político de setores da pequena burguesia, em especial o estudantil” (*MPB Compositores* n. 31, 1997, p. 10).

Em 1965, participou, pela primeira vez, de um festival, cantando “Sonho de um carnaval”, canção de Chico Buarque de Hollanda. Vandré foi derrotado, mas essa

³ Segundo Alves, esta é a data real do golpe, mas os militares comemoravam esse dia em 31 de março, porque “ficava feio celebrar o dia da ‘memorável revolução’, como eles chamavam o golpe, no dia 1º de abril [...] Assim evitava-se comparações com conotações de que o povo brasileiro ‘caiu no 1º de abril’” (ALVES, 2005, p. 9).

⁴ Geraldo Vandré parece ter participado do CPC da UNE (Centro Popular de Cultura da Universidade do Distrito Federal) e acabou por sofrer influências de suas ideias. Segundo Berlinck, esse movimento cultural “reuniu um conjunto de jovens artistas [...] líderes estudantis e pessoas interessadas que possuíam um projeto intelectual comum: a elaboração imperiosa de uma ‘cultura popular’ em confronto com as expressões artísticas até então vigentes” (BERLINCK, 1984, p. 9).

participação sinalizou o caminho a ser seguido, a participação nos festivais da canção: “sem ser cantor de rádio – como sonhara por toda a infância – nem pertencer a nenhum dos grupos que se apresentavam com regularidade na TV, como *O Fino da Bossa* e *Jovem Guarda*, Vandré veria nos festivais a oportunidade de projeção” (MPB *Compositores*, n. 31, 1997, p. 10).

Foi no ano de 1966 que o compositor começou a se destacar como cantor de festival, pois saiu vitorioso de três deles. No II Festival da TV Excelsior, o compositor participou com “Porta-estandarte”,⁵ alcançando sua primeira vitória. Nesse mesmo ano, vence o II Festival da Música Popular Brasileira, da TV Record, com um empate entre “A banda”, canção de Chico Buarque, interpretada por Nara Leão, e “Disparada”, canção de Geraldo Vandré e Théo de Barros, interpretada por Jair Rodrigues. Ainda nesse ano, o compositor participa, também, do I Festival Internacional da Canção Popular, alcançando o 2º lugar com a canção “O cavaleiro”, de Tuca e Geraldo Vandré, na interpretação de Tuca.

Em 1967, aconteceu o III Festival da Música Popular Brasileira, promovido pela Record, e Vandré participou desse festival com “Ventania”. A canção não chegou a alcançar nem a sexta posição. Nesse mesmo ano, o cantor também participou do II Festival Internacional da Canção Popular, com a música “De serra, de terra e de mar”, mas não chegou sequer ao 10º lugar. Mas, em setembro de 1968, Vandré participa do III Festival Internacional da Canção Popular, com a música “Caminhando”, atingindo, então, o auge de sua carreira.⁶

A composição, portadora de uma mensagem política explícita, ao ser lançada num momento de radicalização das ações da esquerda brasileira e do consequente acirramento do autoritarismo do governo, foi apropriada como símbolo da luta contra a ditadura militar. No dia 13 de dezembro de 1968, o governo militar promulga o Ato Institucional nº 5 e, a partir daí, o compositor, que já estava visado pela ditadura, passa a

⁵ Canção de Geraldo Vandré e Fernando Lona.

⁶ Para mais detalhes sobre o contexto da criação e trajetória da canção, ver SILVEIRA, 2011.

ser um dos seus principais alvos. Nesse contexto, em fevereiro de 1969, o artista parte para o exílio.

O quanto deve ter sido traumática a interrupção da carreira para Vandré pode ser confirmado através da análise dessa sua trajetória de luta em busca do sucesso, o que compactua com o depoimento de Nilce Tranjan, primeira esposa do cantor e, portanto, testemunha ocular dessa história:

O exílio para Geraldo foi enlouquecedor. O Geraldo era fruto de uma vontade ferrenha de ser um artista popular, no sentido de reformular as expressões culturais do povo e entregá-las de volta. Deu a vida dele para isso, entregou-se totalmente à sua arte (*MPB Compositores*, n. 31, 1997, p. 5).

A fala de Nilce parece corresponder aos fatos, pois como veremos, o exílio de Vandré foi conturbado e parece ter sido um dos fatores que contribuíram para a “morte em vida” do compositor, sendo assim, é importante considerar esse momento de sua trajetória.

O exílio de Vandré: saudades do Brasil

Denise Rollemberg faz alguns apontamentos sobre a condição do exilado que nos ajudam a analisar o caso de Vandré. Segundo a autora, “a estrutura cultural e psicológica e a personalidade do exilado serão essenciais na compreensão da maneira como o exílio será vivido” (ROLLEMBERG, 1999, p. 46). Ao que tudo indica, Geraldo Vandré, o compositor da década de 1960, apresentava uma personalidade forte e, segundo Marcos Napolitano (2001), a tendência geral da mídia era consagrá-lo como um cantor agressivo e indignado.

J. L. Ferrete conheceu Vandré em março de 1961. Na contracapa do relançamento de algumas músicas de Geraldo Vandré, num *Long Play* de 1979, Ferrete relata que, num dos encontros com o cantor, ainda antes de 1964, notou que “nesse dia

seu olhar estava angustiado. Preocupava. Vandr , na verdade, sempre me deu a estranha impressão de alguém agoniadamente em busca de algo. Ou à procura de ajuda”.⁷

Rollemborg afirma que, além dos aspectos psicológicos, outros devem ser analisados, como, por exemplo, a conjuntura e a circunstância histórica em que se deu o exílio. No caso, Vandr  teria se autoexilado no auge de sua carreira, alcançado através do sucesso da música “Caminhando”. Sendo assim, o exílio representou, além da perda das raízes e da identidade, do encontro com o abandono e a incerteza, o impedimento de vivenciar esse sucesso, obrigando-o a abrir mão da concretiza o de seu sonho.

Para Rollemborg, a experiência do exílio não   homogênea e a quantidade de países onde se esteve   um elemento fundamental para compreender a heterogeneidade do exílio. A autora menciona que “houve exilados que ficaram em um único país; outros estiveram em vários, o que implicava constantes processos de readapta o e reinser o social” (ROLLEMBERG, 1999, p. 52). Vandr  se enquadra neste último caso, pois mudou constantemente de país.

Durante o tempo em que esteve no exílio, não podemos dizer, com certeza, o que aconteceu com Vandr , mas   possível supor que ele tenha passado por muitos momentos de nega o, dor e abandono. Um desses momentos foi descrito por ele mesmo, em texto escrito no Chile, em 1972, e publicado na m teria “Crepúsculo de um ídolo”, de 1985:

Na verdade, não sei o que fazer. Em Santiago do Chile, num tempo e num espaço ideal para férias, em busca de trabalho. Por hábito, escrevo. Não sei para quem, mas escrevo. Fiquei essencialmente louco ou abstrato para entender-me com o meu próprio tempo e por isso mesmo, além do mais, espero. O verdadeiro perigo de tudo está em que me surpreendo falando com os pássaros, de repente, de que de [*sic*] pensando de tal modo no futuro, esteja me perdendo no passado, simplesmente. Dame las alas para volar hacia las puertas de tu corazón (*Folha de S. Paulo*, 12/09/85).

⁷ Conferir contracapa do *Long Play Geraldo Vandr *. (RGE/FERMATA, 1979).

No entanto, Rollemberg ressalta que “o exílio é também a negação da negação, a luta pela afirmação, a resistência” (1999, p. 24), e, no caso de Vandré, não foi diferente, pois o seu exílio não foi improdutivo. Momentos de resistência e afirmação podem ser percebidos através de algumas produções e apresentações artísticas feitas durante o período. Muitas vezes, esse processo criativo parece ser uma tentativa de vencer sentimentos de incerteza e de abandono, como, por exemplo, na sua primeira criação de que se tem notícia: em 1969, no Chile, Vandré gravou um disco. Sobre ele, na época do seu relançamento no Brasil, o jornalista Alberto Villas escreveu a matéria “Um disco, um triste protesto”. Nesta, o jornalista comenta o relançamento e ressalta a tristeza presente nas versões feitas pelo próprio Vandré: “O disco acaba de sair. Tem uma capa toda branca e apenas os seguintes dizeres: Geraldo Vandré no Chile (1969). [...]. No lado 1, a música *Desacordonar* e, no lado 2, *Camiñando* [...] Quem conseguir comprar o disco [...] vai ficar, no mínimo emocionado. (*O Estado de S. Paulo*, 13/07/86).

Outro momento de afirmação aconteceu ainda em 1969. Em entrevista concedida ao jornal *O Estado de S. Paulo*, Vandré diz que, na Alemanha, gravou programas de TV. Nela encontramos, também, o relato de sua participação artística numa missa em Paris: “Numa igreja parisiense, em Saint-Germain-des-Prés (na sexta-feira santa, em 1971) apresentei *A Paixão Segundo Cristino*, um auto em comemoração à Páscoa” (*O Estado de S. Paulo*, 05/08/1995). Ainda em 1971, Vandré retornou ao Chile e, ali, lançou “um livro de poemas, até hoje inédito no Brasil: *Cantos intermediários de Benvirá*” (*MPB Compositores*, n. 31, 1997, p. 12). Em 1972, mais uma conquista, noticiada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, na matéria “Brasileiros vencem em Lima”:

O grande prêmio do Festival da Canção Popular Latino-Americana foi concedido a duas composições: “Pátria amada idolatrada, salve, salve” (Brasil) e “Yo soy la hormiga vecina” (Chile). A primeira foi interpretada por Soledad Bravo e Manuel Thiago [*sic*], autor da música. A letra pertence a Geraldo Vandré. (*Folha de S. Paulo*, 15/02/72).

Porém, sua maior realização artística no exílio aconteceu na França, em 1970. Segundo declarou ao jornal *O Estado de S. Paulo*, de 5 de agosto de 1986, Vandré fixou-se nesse país por aproximadamente 18 meses. Foi nesse período que gravou o seu último disco, *Das Terras de Benvirá*. Sobre esse disco, uma matéria da revista *Veja* apresenta um comentário com referência à tentativa de Vandré de vencer o medo e a incerteza por meio da arte: “*Das Terras de Benvirá*’, [...], é um soluço dolorido, mas belo, ‘de distância da pátria’” (*Veja*, 18/04/1979).

Na matéria “O novo Vandré, velho duas vezes”, o jornalista Maurício Kubrusly, ao comparar a obra do Vandré dos anos 60 com essa, feita no exílio, tece duras críticas, revelando que, no início dos anos 70, o estilo de Geraldo Vandré entra em declínio no cenário da MPB. Os motivos para a frustração com o “novo-velho” disco de Vandré seriam, segundo o jornalista, a pobreza da produção e o insistente desejo de retornar ao Brasil: “o quinto LP da carreira de Vandré revela-se, [...], despojado demais. [...] o compositor, hoje com 38 anos, mostra-se sempre amargo, fazendo do ato de voltar seu tema quase único (*Jornal da Tarde*, 10/01/74).

Ao final da matéria, Kubrusly sugere aos que não conhecem o trabalho de Vandré que comprem o LP *Canto geral* (1968), e justifica a sugestão: “será mais fácil enquadrá-lo no passado, quando foi criado e lançado, do que colecionar argumentos para explicar a desatualização e a monotonia do trabalho de agora” (*Jornal da Tarde*, 10/01/74). Os dizeres da matéria de Kubrusly apontam para a vitória do modelo de modernização cultural implantado no Brasil nos anos 70, com o Sistema Nacional de Televisão e a indústria cultural, em particular, a indústria fonográfica, introduzindo níveis muito superiores de profissionalização e especialização do trabalho artístico. O exílio de Vandré representa a transição entre dois momentos de sua vida e entre dois períodos da história da vida cultural e política do Brasil.

Em seu último LP, no exílio, longe do Brasil e das transformações pelas quais o país passava, Vandré substituiu “o dia que virá” da música de protesto por um lugar que viria, para o qual ele pretendia ir, “as Terras de Benvirá”. Mas, assim como “o dia que virá” não veio, as “Terras de Benvirá” também não vieram. Quando Vandré voltou, encontrou outro Brasil e não retomou a carreira artística. O traumático retorno de

Vandré, o seu encontro com esse novo país e “a morte em vida” do artista serão nossos próximos assuntos.

Geraldo Vandré: a “morte em vida” de um artista

Quando Vandré retornou ao Chile, em março de 1971, Salvador Allende ainda estava no poder. Mas, em 11 de setembro de 1973, as forças armadas chilenas bombardearam a sede do governo, numa ação que levou Allende à morte, sendo assim substituído por Augusto Pinochet, que ali implantou uma das ditaduras mais violentas da América Latina. O clima de tensão do período anterior ao golpe parece ter afetado gravemente o estado psicológico do compositor, o que pode ser observado neste relato:

Em 1973, quando enfrentou uma das piores crises psicológicas decorrentes do exílio, permanecendo mais de 40 dias internado numa clínica de repouso chilena, o compositor encontrou nos pais a força para continuar lutando. E graças à mãe, conseguiu os contatos necessários para retornar ao país. (*MPB Compositores*, n. 31, 1997, p. 6).

Como se vê, o artista conseguiu retornar ao Brasil, por meio de uma negociação, havendo duas versões sobre o seu desembarque no país, separadas por um intervalo dos 33 dias, ocasião em que esteve em poder dos militares. O verdadeiro desembarque teria acontecido no dia 17 de julho de 1973, mas parece ter sido pouco noticiado. Já o falso desembarque teria ocorrido em 18 de agosto de 1973. O *Jornal da Tarde* dedicou-lhe uma grande matéria intitulada “Geraldo Vandré volta ao Brasil, cheio de novas idéias e canções (sem política)”. A matéria conta com uma reprodução de uma entrevista que o compositor concedeu a Rede Globo de Televisão. Nela, vê-se publicadas declarações de Vandré que foram consideradas, de modo geral, como uma retratação, como podemos observar em alguns trechos da fala do cantor: “a vinculação do meu trabalho, até hoje, com a utilização por qualquer grupo político, ocorreu sempre contra a minha vontade. [...] Quero agora só fazer canções de amor e paz (*Jornal da Tarde*, 22/08/73).

Segundo a revista *MPB Compositores* (n. 31, 1997), após essa suposta retratação, começava o exílio de Vandré no Brasil. Ele tentou reintegrar-se ao meio artístico, mas foi em vão, pois as duas aparições que conseguiu gravar – uma para o Fantástico, da Rede Globo, e a outra para o programa de Flávio Cavalcanti, da extinta TV Tupi – foram censuradas e, portanto, não foram ao ar. Desde então, o artista nunca mais voltou à carreira musical, o que não foi compreendido pelos fãs. A imprensa, buscando oferecer aos seus leitores uma explicação para o ocorrido, procurou obter uma justificativa do compositor, como veremos a seguir.

Iniciemos por uma resposta relacionada a uma questão que parece ter iniciado toda essa história. Numa entrevista, publicada no jornal *Estado de Minas*, do dia 13 de dezembro de 2008, o jornalista Leandro Colon indaga sobre os efeitos do AI-5 em sua carreira, ao que o artista responde: “Eu parei ali. Acabou a carreira. Não tive mais carreira”. Sua resposta foi objetiva e verdadeira, pois, a partir do momento em que Vandré ficou sabendo da decretação do AI-5 e de que a polícia já o tinha procurado em sua casa, seu projeto de cantar pelo Brasil e pela América Latina afora foi substituído por um imediato plano de esconderijo e posterior fuga do país. Nessa mesma entrevista, tanto o entrevistador quanto o compositor confirmam a ocorrência da “morte em vida do artista”, através de um diálogo em que Colon pergunta: “Quem foi Geraldo Vandré?”, e o cantor responde: “um artista que fazia música brasileira, canção popular”. A pergunta e a resposta, usando o verbo no passado, sugerem que o compositor já havia morrido.

Após a revogação do AI-5, ocorrida em 1º de janeiro de 1979, os jornalistas iniciam efetivamente a procura pelo compositor. Ainda no intervalo entre essa conquista e a promulgação da Lei da Anistia, datada de agosto desse mesmo ano, o jornalista Tárík de Souza publica a seu respeito a matéria “Do exílio”. Nesta, reproduz uma fala do artista, que demonstra um sentimento de abandono e já apresenta o discurso que evidencia o seu isolamento no cenário musical: “Nada do que eu possa dizer, fazer ou pensar – dá no mesmo ser publicado ou não, porque não tem nenhum valor. Não estou compondo, nem pensando ainda em voltar a compor” (*Veja*, 18/04/1979).

Em 1980, após a promulgação da Lei da Anistia, o vereador Jorge Tomás de Lima foi autor de um projeto que concedeu o título de “cidadão paulistano” a Geraldo

Vandré, e o jornal *Folha de S. Paulo* anunciou o acontecimento na matéria “Vandré diz por que não volta”. Nesta, Vandré assim justifica a “morte em vida” do compositor: “Enquanto não voltar a haver justiça neste país, não faz sentido ser artista de novo. Por isso, mantenho-me na minha função inicial que era a de exercer a advocacia. Hoje só falo como advogado” (*Folha de S. Paulo*, 16/02/1980). Nesses dizeres, além do processo de negação do artista, Vandré se apresenta como o advogado Geraldo Pedrosa de Araújo Dias.⁸

Mas, se o cantor e compositor parecia ter morrido, o mesmo não se podia dizer de sua obra. As músicas de Vandré, proibidas após a promulgação do AI-5, foram sendo liberadas com a revogação do ato. A música “Caminhando”, por exemplo, foi regravada pela cantora Simone. A revista *Veja*, de março de 1982, publicou uma matéria sobre o grande sucesso alcançado por um *show* da intérprete, destacando que grande parte dele se deveu à inclusão dessa música no repertório.

A revista aproveitou a ocasião para falar da situação de Vandré, e, junto a essa matéria, publicou outra, sob o título: “Vandré espera acontecer”. Ao contrário de sua música e de Simone, Vandré, à época, já não fazia tamanho sucesso, e tudo indicava que jamais voltaria a fazer. De acordo com a publicação, Simone era uma das pessoas que estavam sendo processadas por “apropriação indébita”.⁹ Na mesma matéria, seu autor, Okki de Souza, comenta que Vandré estava amargo e envelhecido, e que recusava convites para *shows*, comícios e palestras, reproduzindo algumas falas do compositor, como, por exemplo, que queria “ser uma pessoa comum” e que desejava restabelecer o que chamava de ordem constitucional do país, “e para isso a música é inútil” (*Veja*, mar. 1982, p. 84). Esses últimos dizeres podem ser entendidos como uma justificativa para a identificação com a retomada da antiga profissão de advogado.

Em 1985, inicia-se o governo civil no Brasil e observa-se que a imprensa, nesse momento, passa a se apropriar da história de Vandré, no sentido de “vender” a ideia do

⁸ A sua nova identificação (ou apresentação) pelo nome de batismo passa a ser recorrente nas entrevistas com o compositor.

⁹ A questão do pagamento dos direitos autorais sobre as regravações da obra de Vandré é tema frequente no discurso do compositor.

momento, reforçando a importância da liberdade conquistada com a Nova República e mostrando todas as mazelas do período militar. Uma matéria publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, de 13 de julho de 1986, é um exemplo disso. Nela, o jornalista Pedro Costa, além de apresentá-lo como o símbolo de resistência ao autoritarismo militar, faz uma síntese da trajetória do artista. A novidade é que a entrevista parece ter acontecido de forma muito descontraída. Tanto foi que o autor da matéria lamentou não ter ligado o gravador, pois disse que Vandré, durante a entrevista, recitou “versos belíssimos, maravilhosos, e constantemente”. A matéria apresenta, também, uma confiança que parece relacionar-se a sua saída do cenário da MPB: “já vivi em todas as profundidades, mas na vida há um momento, uma hora certa de parar. E eu parei. Agora, melhor sou eu, que vejo o mundo sozinho”. Em seguida, Costa pergunta-lhe “se o espírito guerreiro ainda habita o seu corpo, o mesmo espírito que fez *Caminhando*”, e o artista responde: “Eu nasci guerreiro, em meio a uma guerra mundial. Acabei sendo obrigado a construir meus soldadinhos de chumbo” (*O Estado de S. Paulo*, p. 3, 13/07/1986).

Nessa confiança, Vandré insinua sobre um possível estado de guerra, que parece ser contra a situação da sociedade brasileira, pois, na sequência, o jornalista fala que o compositor lamenta a alienação do povo brasileiro e a exploração dos meios de comunicação sobre as pessoas. Numa matéria publicada em 8 de novembro de 1994, portanto, quatro anos depois, o cantor volta a reclamar da sociedade civil. Nela, a jornalista Brenda Fucuta pergunta por que havia 26 anos que ele não se apresentava no Brasil, e recebe a seguinte resposta:

Porque eu, Geraldo Vandré [...] sou um criminoso para a sociedade civil brasileira. Por causa das canções que eu cantei. Eu sou um funcionário público dado como demitido por edital sem processo administrativo. E reintegrado ao cargo por força de um despacho de um ministro civil fundamentado numa chamada Lei de Anistia. Anistia é para criminoso. Como anistiado, eu não canto. (*Jornal do Brasil*, 08/11/94).

A revista *Vip Exame*, de março de 1995, obteve do artista outra resposta que também remete à situação da sociedade civil, porém, esta se mostra mais elaborada e faz sentido ao se relacionar com a questão da consolidação da indústria cultural, ocorrida na década de 70: “Geraldo acredita que a sociedade merece a ignorância em que ele a deixa, privando-a de sua arte, em função do que chama de ‘processo da *mass media*’ – a massificação do consumo, que do seu ponto de vista destrói o indivíduo, sobretudo o que faz arte (*Vip Exame*, mar. 1995, p. 55). Nessa mesma matéria, confessa que não se esforça para retornar à música profissional porque nunca poderia fazer mais sucesso do que já fez, o que demonstra uma percepção de que o seu tipo de arte foi conjuntural ou de que não conseguiu se adequar aos novos tempos.

Em 2005, mais uma vez, o compositor, ao ser procurado pela imprensa, insiste sobre a “morte em vida do artista”. A publicação intitulada “O enigma Vandrê” é da revista *Almanaque Fantástico*. Nessa entrevista, o cantor se mostrou bastante arredio. Alberto Villas, autor da matéria, assim perguntou: “Você ainda compõe?”. O artista acabou desconversando: “Veja bem, gosto muito da poesia de Augusto dos Anjos (*Almanaque Fantástico*, nov. 2005, p. 198). O jornalista ainda insiste, com outra pergunta sobre o “artista Geraldo Vandrê”: “Hoje estão reeditando em caixas luxuosas as obras dos grandes compositores brasileiros em CDs remasterizados. O que aconteceria se reeditassem a obra de Vandrê?”. O músico, em sua resposta, demonstra o quanto considerava insignificante a sua obra no cenário musical brasileiro da época: “Ninguém sabe quem é Geraldo Vandrê. Quem compraria um disco dele? Ninguém. Nenhuma gravadora seria maluca de fazer uma coisa dessas” (*Almanaque Fantástico*, nov. 2005, p. 201).

Em 2008, na entrevista “Não tenho presidente”, publicada no jornal *Estado de Minas*, de 13 de dezembro de 2008, ao ser perguntado sobre os motivos pelos quais havia optado pela reclusão e por não voltar a cantar, acaba por dar como justificativa questões relacionadas à política brasileira: “Porque é outro país, não é o meu. Mudou demais. Naquele tempo não tinha presidente. Agora você tem, não tem? Eu não tenho. Não tinha e continuo não tendo”. Mais adiante, o entrevistador assim pergunta: “O que o senhor acha do presidente Lula?” E ele assim responde: “Não conheço”.

Para o jornalista Assis Ângelo,¹⁰ a atitude de Vandré é um gesto de protesto: “O Geraldo Pedrosa de Araújo Dias [...] é um cidadão. O Geraldo Vandré é um personagem. Eu vejo o personagem [...] assim: um ser inventado ou não, exilado no próprio país. É como se ele estivesse protestando contra os desmandos que há no país” (*apud* VIDAL, 2007, p. 141). Essa é uma opinião que não pode ser desconsiderada. Mas o que aconteceu com Vandré merece uma análise mais pormenorizada.

Na já citada entrevista para a matéria “Viva Geraldo, morra Vandré”, o autor, Pedro Costa, fala das dificuldades para conseguir iniciar um diálogo com o artista que, depois de algum tempo, revela-se: “Não existo juridicamente. Não voto, não trabalho, não vejo televisão, não leio jornais, não tenho telefone. Não vivo. E ponto final. [...] Imagine se Frank Sinatra fosse tratado nos Estados Unidos como eu estou sendo aqui” (*O Estado de S. Paulo*, p. 3, 13/07/1986).

Essas primeiras palavras de Vandré, proferidas após um longo silêncio, parecem revelar um sentimento de decepção e tristeza por tudo o que aconteceu com ele depois de seu retorno ao Brasil. A revista *Vip Exame* de março de 1995, na matéria “Vandré vive”, afirmou que ele voltou ao Brasil “porque ‘estava morrendo’, no sentido de quem morre de ‘saudades’”. Mas esse sentimento parece ter sido uma ilusão, pois o país que encontrou já não era o mesmo que deixara.

O Ato Institucional nº 5 e suas consequências

Durante o tempo em que Vandré esteve exilado, de 1969 a 1973, o Brasil passou por grandes transformações políticas, econômicas e culturais, propiciadas pelo permanente controle do Ato Institucional nº 5. Segundo Maria Helena Moreira Alves, o AI-5 encerrou a fase de institucionalização do Estado de Segurança Nacional e inaugurou um novo período do governo militar, “em que o modelo de desenvolvimento econômico podia ser plenamente aplicado, enquanto o Aparato

¹⁰ Assis Ângelo é jornalista paraibano e historiador de cultura popular. Foi o primeiro jornalista da chamada “grande imprensa” a entrevistar Vandré, após o seu retorno do exílio. Cf.: VIDAL, 2007, p. 141.

Repressivo buscava a Segurança Interna absoluta, impedindo a dissensão organizada contra as políticas econômicas e sociais do governo” (ALVES, 2005, p. 165).

Nesse contexto, na década de 1970, fica evidente o aumento da censura e da repressão política, mas também de um maior esforço modernizador nas áreas de comunicação e cultura, tornando possível a consolidação da indústria cultural. Márcia Tosta Dias (2000), em seu livro, *Os donos da voz*, remete ao fato de que o processo de expansão e desenvolvimento dos meios de comunicação de massa efetiva-se nessa década, constituindo-se um setor economicamente significativo, pois o crescimento do mercado de bens culturais se encontrava, muitas vezes, atrelado ao setor de bens de consumo duráveis. A autora lembra que o fornecimento dessa infraestrutura necessária à implantação da indústria cultural, por parte do governo, acontece em nome da Segurança Nacional. Por sua vez, Renato Ortiz assinala que esse Estado é “percebido como o centro nevrálgico de todas as atividades sociais relevantes em termos políticos, daí uma preocupação constante com a questão da ‘integração nacional’” (ORTIZ, 2006, p. 115).

No intuito de integrar a diversidade social do país, o Estado percebeu que os meios de comunicação de massa poderiam ser fortes aliados, se submetidos ao seu controle. Nesse período, a TV, que fora introduzida no Brasil em 1950, já não se destinava apenas à elite, pois já havia se tornado um veículo de massa. Percebendo esse fenômeno, o governo buscou a “moralização” e a racionalização da TV brasileira, o que favoreceu a ascensão da Rede Globo, única rede com capacidade de concretizar essa proposta.

Maria Rita Kehl, ao fazer uma retrospectiva sobre o papel da Rede Globo nos anos 70, apresenta uma análise muito oportuna para compreendermos o momento que vivia a sociedade brasileira quando Geraldo Vandré retornou ao Brasil. Na história da Globo, a autora destaca o ano de 1973, devido à ocorrência da imposição da censura oficial à TV, à modernização de sua linguagem, e ao advento da TV colorida no Brasil. Coincidentemente, o retorno de Vandré ao Brasil ocorreu no mesmo ano. Para Kehl, o “Padrão Globo de Qualidade” que se firmou, sobretudo a partir da TV colorida, tornou obsoleta a estética do subdesenvolvimento, criada pelos produtores culturais de

esquerda, uma vez que “a opulência visual eletrônica criada pela emissora contribuiu para apagar definitivamente do imaginário brasileiro a idéia de miséria, de atraso econômico e cultural” (Kehl, 1980, p. 12).

Isso indica que a mídia, em particular a Rede Globo, ao camuflar a realidade desigual, em muito cooperou para que um cantor de protesto da década de 1960, como Geraldo Vandré, não encontrasse espaço no cenário musical brasileiro. O “dia que virá” da música de protesto foi substituído, desde o início dos anos 70, pelo “dia que já chegou” da Rede Globo. Esse papel da mídia, principalmente a televisiva, juntamente com o aumento da censura, teve um papel decisivo na desqualificação geral da canção de protesto. Marcos Napolitano observa que:

A vertente de uma “canção de protesto” não chegou a se confirmar como parte do sector mais dinâmico do mercado fonográfico. É sintomático que Sérgio Ricardo e Sidney Miller entre outros, acabaram por desaparecer do mercado, num misto de boicote de gravadoras, meios de comunicação, efeitos da censura política, retiro pessoal e inadequação aos novos padrões e gêneros de consumo musical. (NAPOLITANO, 2001, p. 169).

Magda Magalhães Alves (1978) expõe um dos motivos que cooperaram para que a música de consumo ganhasse enormes proporções, sendo uma das escolhidas pela indústria fonográfica, em sinergia com o rádio e a televisão. Ela comenta sobre a desarticulação geral provocada pela promulgação do AI-5, que perdurou até o ano de 1971. Os motivos dessa situação se devem, principalmente, à evasão de grandes nomes da música popular de vanguarda: Chico Buarque mudou-se para a Itália e Geraldo Vandré, Caetano Veloso e Gilberto Gil se exilaram.

O AI-5 também afetou os festivais de música. Zuza Homem de Mello, estudioso do assunto, destaca que o ano de 1968 assinalou a curva descendente dos festivais. Estes aconteceram até 1972, mas “ninguém imaginava, comentava ou ousava fazer música com mensagem política. A nova onda era comunicação” (MELLO, 2003, p. 339).

Enor Paiano (1994) associa a queda dos festivais à outra situação, em grande parte propiciada pelo AI-5, a consolidação da indústria cultural, que, ao exercer maior controle sobre o processo de produção cultural, acabou por diminuir o valor das vanguardas e de eventos abertos a novas experiências, como, por exemplo, os festivais da canção. De acordo com Marcos Napolitano, a imagem de Vandrê “permaneceu ligada aos festivais, eventos que ajudou a consagrar, destacando-se pelo clima de comício que imprimia às suas *performances*” (2001, p. 160). Nesse sentido, quando retornou do exílio, não encontrou mais o familiar espaço de atuação. Para retomar sua carreira artística, teria que entender essa nova realidade e mudar, além da temática, a sua *performance* como um todo.

Napolitano (2001) considera que, em 1968, a estratégia da indústria fonográfica consolidou-se, através da confecção de álbuns que reuniam todas as classificadas, ao invés de só promover as músicas vencedoras, após o resultado do festival.

Em linhas gerais, pode-se dizer que, na década de 1970, assim se encontrava o panorama da indústria fonográfica brasileira: “a indústria fonográfica encontra no início dos anos 70 uma hierarquia de legitimidade já bastante definida, [...]. A MPB já havia formado um time de artistas consagrados que qualquer pessoa consegue (mais ou menos) escalar. (PAIANO, 1994, p. 216).

A consolidação da indústria fonográfica e a formação de seu “time de artistas consagrados” indicam que não havia grandes oportunidades de inserção para Vandrê, a menos que ele conseguisse fazer parte dessa equipe. Porém, como vimos, por uma série de razões de ordem estética, política e até mesmo existencial, Vandrê não conseguiu reintegrar-se aos novos quadros da MPB que – com a sua ajuda – se formaram após os festivais e constituíram um dos segmentos dessa indústria, pequeno, mas estável. Não encontrando seu espaço nesse nicho, não o encontrou em nenhum outro, uma vez que, no momento da consolidação da indústria fonográfica, grande parte do mercado passava a ser ocupada pelas tendências do pop rock nacional e internacional.

Outro fator que não pode ser descartado é a forte censura imposta à sua obra pela ditadura militar. Após o AI-5, o artista ficou afastado do Brasil durante quase cinco anos, período este em que se pode dizer que o governo militar tentou apagar Vandrê e sua obra

da memória coletiva nacional. A revista alternativa *Ex-* relata um episódio que demonstra essa tentativa: “em 1971, o fascículo nº 34 da coleção Música Popular Brasileira, da Editora Abril, saiu com Geraldo Vandré e, em vendagem, só perdeu para Roberto Carlos, da mesma coleção, embora tenha sido recolhido da banca 10 dias depois de lançado” (*Ex-*, n. 12, jun. 1975, p. 31).

Em 1973, quando Vandré retornou do exílio, encontrou um país governado por Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), num período em que a repressão, a tortura e a censura já haviam atingido seu ponto máximo. Alves (1978) comenta que, em 1972, ocorreu uma retomada de forças por parte de compositores e intérpretes já conhecidos, como Chico Buarque, Milton Nascimento, Tom Jobim, Caetano Veloso, Gilberto Gil e Vinicius de Moraes, que, atuando junto aos circuitos universitários, congregavam estudantes, intelectuais e também novos compositores, como Luiz Melodia, Raul Seixas, Luiz Gonzaga Júnior, Sérgio Sampaio, João Bosco e Paulo César Pinheiro. Porém, essa retomada de forças acabou por gerar um aumento da atuação da censura.

Sendo assim, a tentativa de apagar Vandré e sua obra da memória coletiva do país tornou-se ainda mais forte, pois, além desse contexto repressivo, a sua presença em solo brasileiro parecia representar uma ameaça. Prova disso é um relato publicado na *Veja*, que afirma que o compositor foi “classificado em 1973 como ‘subversivo’ por uma ordem da Polícia Federal que proibia qualquer ‘comentário, referência, transcrição ou divulgação de qualquer notícia’ a seu respeito [...]” (*Veja*, 24/03/82).

Além disso, a forma como se deu o seu retorno ao Brasil também parece ter cooperado para a sua saída do cenário artístico brasileiro. Segundo o ex-empresário do cantor, José Borges de Campos, a negociação feita com o governo militar, que permitia a sua volta, incluía um possível acordo em que Vandré acabaria “assinando um termo de que ele não poderia se apresentar no Brasil” (VIDAL, 2007, p. 100).

No entanto, o encerramento prematuro de sua carreira talvez não se deva apenas à perseguição pelos militares, por mais relevante que ela seja na sua biografia.

Vandré e a procura por uma canção exortativa

O escritor Marcos Napolitano faz apontamentos sobre a atuação do compositor, na década de 1960, revelando que, mesmo antes do AI-5, Vandré já encontrava dificuldades de inserção no mercado. Com relação ao alcance do sucesso, o pesquisador afirma que, para Geraldo Vandré, “o sucesso e a aceitação do público nunca foi linear e sua imagem pessoal não muito assimilável pela mídia televisual” (NAPOLITANO, 2001, p. 167). O autor assim compreende a questão relacionada ao sucesso e à aceitação do público: “Num certo sentido, Vandré sintetizou as contradições da realização da canção engajada no mercado. Nesse projeto, o cantador frequentemente se chocava com as preferências do público, o qual tentava ao mesmo tempo refletir e conscientizar” (NAPOLITANO, 2001, p. 170).

O autor apresenta, também, aspectos da personalidade de Vandré que acabaram por prejudicar o seu relacionamento com a mídia e, conseqüentemente, a sua carreira: “aliado à sua personalidade forte, disposta a ocupar um espaço comercial destacado dentro da MPB, Vandré acabou entrando em conflito com empresários e diretores, o que dificultou sua carreira, tanto nas gravadoras como nas emissoras de TV” (NAPOLITANO, 2001, p. 170).

Com relação à obra do compositor, Napolitano lembra que: “a canção sempre foi assumida como veículo ideológico mais orgânico. Para o compositor paraibano, a TV e os festivais eram espaços de atuação onde o comercial articulava-se ao político” (NAPOLITANO, 2001, p. 167).

Napolitano observa uma singularidade na obra de Vandré que o distingue de outros compositores que também optaram pela “canção de protesto”:

A busca constante de referências musicais e culturais revelava as vicissitudes de um artista que, mais do que outros, incorporou a tarefa de criação de uma canção de massa, engajada e exortativa, dentro das estruturas do mercado. Essa tarefa era incrementada pela radicalização do quadro político do país, que parecia impregnar o trabalho de Vandré mais do que o de outros músicos. (NAPOLITANO, 2001, p. 171).

Como se vê, com “Caminhando”, o artista alcançava o que queria, mas o fato de essa música tornar-se emblemática para os opositores do regime acabou por desencadear a sua perseguição e o seu autoexílio. Ao retornar para o Brasil, em sua suposta “retratação”, Vandré revelou o desejo de se integrar e de integrar as suas canções “à nova realidade brasileira”, mas, a esse respeito, Mylton Severiano percebeu que o contexto, tanto político quanto cultural, não permitiria essa integração, e fez o seguinte comentário: “na nova realidade não cabe mais o Geraldo que nós conhecemos” (*Ex-*, n. 12, jun. 1975, p. 31).

Considerações finais

Conforme foi visto, a retirada de Geraldo Vandré do cenário musical brasileiro parece ser resultado de vários fatores que precisam ser considerados. Nesse sentido, talvez, possamos incluir entre as pressões psicológicas que o cantor teria sofrido no caminho de sua desestruturação como artista, a não aceitação de sua retirada dos palcos brasileiros, bem como a conseqüente insistência em perguntar ao compositor os motivos do encerramento prematuro de sua carreira.

É sempre necessário apresentar reflexões acerca das conseqüências do Golpe Militar de 1964, e, nesse caso, é evidente o entrelaçamento entre a história do artista e a história da ditadura militar. O suposto enigma sobre as razões da “morte em vida” do compositor se assemelha ao mistério relacionado aos bastidores (ou “porões”) da ditadura militar, pois os crimes cometidos durante o período não foram esclarecidos, não se sabe o que aconteceu com muitas de suas vítimas. Ainda agora, que o Brasil encontra-se em regime de governo civil e democrático, podemos nos valer da história de Vandré para compreendermos certos aspectos da história nacional. Sendo assim, é oportuno encerrar este artigo lembrando mais um acontecimento inusitado da vida do artista.

Embora o compositor sempre tenha se negado a cantar em solo brasileiro, fez, depois da anistia, dois *shows* no Paraguai. Segundo Jeane Vidal (2007), o primeiro ocorreu no dia 7 de agosto de 1982 e o segundo no dia 7 de setembro de 1985. Em reportagem, a jornalista Regina Echeverria fala sobre as dificuldades encontradas para a

realização deste último *show*. De acordo com ela, Vandrê não conseguiu se entender com os músicos paraguaios e teve problemas com a aparelhagem de som, o que fez com que a dispensasse, cantando sem microfone, “sete ou oito canções, sempre doces e cheias de lamento” (*Folha de S. Paulo*, 12/09/85).

O comportamento do cantor no momento final do *show*, conforme apresentado pela matéria, chama a atenção e parece sugerir a tradução de seu sentimento com relação à sociedade brasileira naquele momento:

Na frente de uma bandeira do Brasil, hasteada sobre uma mesa, começa a cantar “Caminhando”. [...]. No meio da música, recita versos que falam em “o que fizeram de ti, bandeira?”. Termina de cantar, quase chorando, beija a bandeira e encerra o *show*. (*Folha de S. Paulo*, 12/09/85).

Esse *show* aconteceu no primeiro ano de governo da Nova República e, passados mais de 28 anos, esses versos se apresentam como convite à reflexão sobre o nosso país, ainda tão carente de justiça, igualdade social e ética na política.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Magda Magalhães. *Autoritarismo e censura no Brasil*: notas preliminares de pesquisa. 1978. 105f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. [Obra póstuma].
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*. Bauru: Edusc, 2005.
- BERLINCK, Manuel Tosta. *O Centro Popular de Cultura da UNE*. Campinas: Papirus, 1984.
- BRASILEIROS vencem em Lima. *Folha de S. Paulo*. p. 15. 15/02/1972.
- CAETANO, Maria do Rosário. Volta “artística” ao Brasil foi apenas em 1994. *O Estado de S. Paulo*. Caderno 2, p. 5. 05/08/1995.

- COLON, Leandro. Não tenho presidente. *Estado de Minas*. Caderno Política, p. 10. 13/12/2008.
- COSTA, Pedro. Viva Geraldo, morra Vandré. *O Estado de S. Paulo*. Caderno 2, p. 3, 13/07/1986.
- DIAS, Márcia Tosta. *Os donos da voz: indústria fonográfica brasileira e mundialização da cultura*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.
- ECHEVERRIA, Regina. O crepúsculo de um ídolo. *Folha de S. Paulo*. 12/09/1985.
- FERRETE, J. L. Contracapa do LP *Geraldo Vandré* – Série Retrospecto, v. 1, São Paulo: RGE-Fermata, 1979.
- FUCUTA, Brenda. Atormentado pelo próprio mito. *Jornal do Brasil*, 08/11/1994.
- GERALDO Vandré volta ao Brasil, cheio de novas idéias e canções (sem política). *Jornal da Tarde*. Caderno Gente, p. 2. 22/08/1973.
- Geraldo Vandré. *MPB Compositores*. n. 31, p. 1-21. 1997.
- GUARACY, Thales. Vandré vive. *Vip Exame*. p. 52-57. mar. 1995.
- KEHL, Maria Rita. Um só povo, uma só cabeça, uma só nação. In: CARVALHO, Elisabeth; KEHL, Maria Rita; RIBEIRO, Santuza Naves. *Anos70: Televisão*. v. 7. Rio de Janeiro: Europa Empresa Gráfica e Editora, 1980. p. 5-29.
- KUBRUSLY, Maurício. O novo Vandré. Velho duas vezes. *Jornal da Tarde*. 10/01/1974.
- LONGA jornada até o silêncio. *O Estado de S. Paulo*. Caderno 2, p. 3. 13/07/1986.
- MELLO, Zuza Homem de. *A Era dos Festivais: uma parábola*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- MELLO, Zuza Homem de. *Música Popular Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos; EDUSP, 1976.
- NAPOLITANO, Marcos. *O regime militar brasileiro: 1964-1985*. 4 ed. São Paulo: Atual, 1998.
- NAPOLITANO, Marcos. *Seguindo a canção: engajamento político e indústria cultural na MPB (1959-1969)*. São Paulo: Annablume, 2001.
- ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

- PAIANO, Enor. *O berimbau e o som universal: lutas culturais e indústria fonográfica nos anos 60*. 1994. 241f. Dissertação (Mestrado em Comunicações) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- ROLLEMBERG, Denise. *Exílio – entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- SILVA, Mylton Severiano da. Vandrê prá quem quiser. *Ex-*. p. 29-31. jun. 1975.
- SILVEIRA, Dalva. *Geraldo Vandrê: a vida não se resume em festivais*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.
- SOARES, Dirceu. Vandrê diz porque não volta. *Folha de S. Paulo*. p. 28. 16/02/1980.
- SOUZA, Okky de. Uma morena magnética. *Veja*. p. 82-90. 24/03/1982.
- SOUZA, Okky de. Vandrê espera acontecer. *Veja*. p. 84-85. 24/03/1982.
- SOUZA, Tárík de. Do Exílio. *Veja*. p. 103. 18/04/1979.
- VANDRÉ nega tortura pelo regime militar. *O Estado de S. Paulo*. 01/02/1990.
- VIDAL, Jeane. *Vandrê: tempo de repouso*. 2007. 118f. Trabalho de Conclusão de Curso (Comunicação Social – Jornalismo) – Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo, 2007.
- VILLAS, Alberto. O enigma Vandrê. *Almanaque Fantástico*. p. 196-203. nov. 2005.
- VILLAS, Alberto. Um disco, um triste protesto. *O Estado de S. Paulo*. Caderno 2, p. 3. 13/07/1986.

POR UMA BUSCA DE SENTIDO: ANÁLISE DO SUPORTE UTILIZADO POR ANNA JOAQUINA MARQUES EM SEU *MEMORIAL DE LEMBRANÇA* (1881-1930)¹

Danielli da Silva Borges Reis
daniellibreis@hotmail.com
Universidade Federal de Goiás
Mestre

Resumo

Este trabalho pretende abordar o *Memorial de Lembrança* de Anna Joaquina Marques (1881 – 1930), manuscrito singular produzido por uma vilaboense na Cidade de Goiás, sob uma perspectiva que, nos últimos anos, tem nos sido fornecida pela história da escrita e da leitura. Sob esse olhar, o suporte destinado à prática escriturística em determinado momento da história contribui para construir suas significações históricas, já que tais significações não podem ser separadas das modalidades materiais que deram origem à escrita que se lê. Cada forma, cada suporte do patrimônio textual, portanto, afeta as possibilidades de usos e interpretações e, assim sendo, nos propomos a pensar o suporte utilizado por Anna Joaquina, dado não ser possível pensar uma história de sua escrita sem analisá-lo.

Palavras-chave: Memorial, manuscrito, prática de escrita.

Abstract

This work intends to approach the *Remembrance Memorial* of Anna Joaquina Marques (1881 – 1930), a manuscript singular produced in the Cidade de Goiás, under a perspective that, has been given by the history of reading and writing in the past few years. By this point of view, the support destined to the writing practice in a specific time of history contributes to build historical meanings, since these meanings cannot be separated from the material modalities that gave birth to the writing that is read. Nevertheless, each usage, each pillar of the textual patrimony, affects the possibilities of interpretations and, for that reason we propose to think the pillar used by Anna Joaquina since it is not possible thinking a history of your writing without analyzing it.

Key-words: Memorial, manuscript, writing practice.

¹ O artigo que aqui se apresenta é parte de um trabalho de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Para o acesso à pesquisa completa ver: REIS, Danielli da Silva Borges. **Práticas de escrita e de arquivamento: o *Memorial* de Anna Joaquina Marques** (Cidade de Goiás, 1881-1930). Goiânia: UFG, 2013. 278f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

Não temos como objetivo neste artigo analisar, em sua forma e ordenamento textual, a escrita presente no *Memorial de Lembrança* de Anna Joaquina, ou seja, os relatos que compõem tal manuscrito e a maneira como foram assentados em suas páginas. Adiantar-nos-emos um pouco nessa história a fim de apresentar o que poderíamos chamar de caminhos precedentes à escrita joaquiniana, uma vez que para compreender sua prática e seus desdobramentos pressupõe-se, inicialmente, a existência de uma folha, isto é, de um suporte que ampare essas palavras e sobre o qual, aliás, elas se fundamentam muitas das vezes não só quanto à sua própria existência e organização, mas simultaneamente quanto à sua imaginada função.

Anna Joaquina – vilaboense que deu início à produção do *Memorial* no ano em que completou vinte e seis anos – deixou escrito em vinte e oito volumes parte de sua história entrecruzada à história da Cidade de Goiás. Para tanto, foram praticamente cinco décadas de registros do cotidiano (1881-1930); de notas curtas e breves, inseridas num tempo cronologicamente ordenado em anos, meses, dias e, por vezes, horas da ocorrência, amarrando à superfície do tempo, mediante seu arquivo em letras e números, os acontecimentos – ora sabidos, ora testemunhados – que diziam respeito à sociabilidade da Goiás de então. Assim, são escritos que tratam, sob a ótica da autora, dos principais eventos e movimentos da cidade, de sua comunidade e, sobretudo, em torno de sua família; e que receberam lugar em seus papéis através de sua seleção. Apesar da densidade textual de seu manuscrito, sua presença nos registros é discreta e sua narrativa árida e objetiva. Em contrapartida, a memorialista escreveu regularmente por longo tempo, colecionando os fatos por meio de seu aprisionamento na página.

Em favor dessa prática – disciplinada, organizada e fragmentada – Anna Joaquina reaproveitou certos materiais, tais como livros de capa dura, cadernos e folhas e, quem sabe, até tinta, pena e caneta para pena. Trata-se de objetos antes pertencentes a outro universo de escrita que não aquele do registro do cotidiano, das experiências vividas e sabidas. A autora também os manipulou de modo a reuni-los, formando, inclusive, alguns dos volumes. Dizemos que, além dos rastros de outrem inscritos em praticamente todos os suportes empregados por ela, encontramos indícios de cola e uso da tesoura, primitivas amarrações à linha, assim como a reunião de tipos de papéis distintos – em sua cor e textura – em um mesmo suporte, isto é, a junção de algumas folhas que, com a montagem, construíram um

caderno para escrever. Tal fato indica que Anna Joaquina, para praticar e constituir seu manuscrito “ordinário”,² aproveitava todo e qualquer espaço, quase todo tipo de papel e, para tanto, certamente obteve o apoio e a colaboração de terceiros para conseguir tais materiais uma vez que, à época, os objetos de escrita, entre tantos outros, eram artigos caros, não devendo ser empregados de maneira indiscriminada ou ordinária. Nesse sentido, o agenciamento do que se tinha para escrever e o papel usado para este fim encontrava-se atravessado por essa ideia. Utilizá-lo, então, para uma escrita do cotidiano, talvez não fosse uma medida responsável para o período; todavia, reutilizá-lo, sobretudo quando se tinha a contribuição de outrem, parecia apresentar-se mais vantajoso, eficaz e profícuo à economia doméstica.³ Em Anna Joaquina, não apenas a escrita é ordinária, mas o próprio suporte de sua inscrição, como se a escrita e o próprio livro que poderia (se ele existisse) recebê-la, apenas pudessem ganhar corpo num espaço já ordinário, dos papéis comuns, dos cadernos reutilizados. Aqui, relata-se a vida que passa, em sua imediata troca; arquiva-se aquilo que, de alguma maneira, foi tangente à autora.

No interior do arquivo, entre os “*documentos da história*” (SALOMON, 2011, p. 34, grifo do autor), encontramos exemplares análogos e coevos aos suportes utilizados por Anna Joaquina. São manuscritos pertencentes à esfera administrativa e escolar, materiais de caráter

² Papéis velhos – cartas, cartões postais manuscritos, cadernos escolares, dossiês de papéis administrativos, documentários, diários – que até o início do século XX se chamavam ainda de “papéis sem importância”, vendidos e comprados à beira das calçadas e que não deixaram senão algumas palavras, senão alguns sinais. Mas que assumiram uma amplitude imprevisível com a valorização do indivíduo anônimo como figura da história. São escritos “ordinários” que eram outrora presa exclusiva de museus de arte popular, mas que “o invisível trouxe à superfície”. Cf. ARTIÈRES, Philippe. Monumentos de papel: a propósito de novos usos sociais dos arquivos. In: SALOMON, Marlon (Org.). **Saber dos arquivos**. Goiânia: Ricochete, 2011, p. 103-104. Ver também: FABRE, Daniel. Vivre, écrire, archiver. **Sociétés & Représentations**, Paris, v. 1, n. 13, p. 17-42, 2002, p. 38. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-societes-et-representations-2002-1-page-17.htm>>. Acesso em: 02 ago. 2012.

³ A família de Anna Joaquina era numerosa e a soma de seus recursos significativos. Seu irmão era funcionário público e suas irmãs possuíam algumas propriedades alugadas na cidade. Entre outras atividades domésticas, nos primeiros anos de escrita de seu manuscrito, Anna Joaquina parecia conciliar atividades de costura e engomadura, pois encontramos registros em que conta ter cortado e feito vestidos a pedido de alguém. Contudo, ainda que com receita suficiente para a compra de utensílios à escrita do *Memorial*, esta – em face da carestia geral – não devia estar acessível à aquisição de materiais de escrita, principalmente ao cidadão comum que destes não dependia o trabalho. Para a aquisição desde cadernos simples a livros grandes de papel com cem folhas, despendia-se de \$416 a 3\$500 réis, valores que beiravam, praticamente, as importâncias necessárias à compra de carne verde e farinha de trigo, gêneros alimentícios considerados essenciais à população e tidos como caríssimos pelos jornais da época. Se contarmos que não bastava somente o livro, mas que era preciso também a pena, a tinta, a caneta para pena e o tinteiro, os esforços talvez não valessem a pena, submetendo-se ao uso que se daria ao conjunto de artigos destinados à escrita manual. Assim, o papel, nesse contexto, poderia ser considerado artigo de segunda, terceira ou quarta necessidade, isto é, produto dispensável ao uso corriqueiro. Cf. REIS, op. cit., p. 31-61.

público e oficial para o controle e a organização burocrática do Estado; universos paralelos à escrita do *Memorial*, nos quais, aliás, trabalhavam pessoas de relacionamento próximo a Anna Joaquina como seu irmão Totó, seu cunhado Antônio Manuel e duas de suas irmãs: as professoras de primeiras letras Nhola e Lili. Pessoas, cujas atividades profissionais tinham o papel como uma das principais ferramentas de trabalho e, por assim o ser, foram seus prováveis colaboradores. Amparados pela tipologia destes suportes no interior do universo administrativo e escolar e que são congêneres àqueles utilizados pela memorialista na composição do *Memorial*, dividimos o *corpus* documental deixado por ela em quatro grupos: 03 livros grandes com folhas de aproximadamente 22 x 31 cm, 08 cadernos pequenos de medidas aproximadas a 21,5 x 15 cm, 15 cadernos escolares com tamanho em torno de 16 x 22 cm e 02 volumes de páginas do tipo alçaço. Neste trabalho, abordaremos três deles, os três primeiros grupos.

Entre os livros grandes usados por Anna Joaquina, apenas um deles conserva sua capa dura, distinta somente na cor se comparada à estrutura de outros tantos livros de mesma dimensão utilizados pelas instituições e órgãos públicos existentes na Cidade de Goiás.⁴ Estes últimos, oriundos da burocracia institucional, trazem em seu interior, na folha de guarda,⁵ um termo de abertura e, nesta, encontramos a palavra “Livro” que o identifica enquanto material, mas também a indicação do fim a que se destina, como expresso abaixo.

Termo de abertura

Servirá este livro para lançamento dos mappas de frequência das alunas da Escola Municipal do sexo feminino do Distrito de Sant’Anna. Contem 50 folhas, rubricadas por mim do seguinte modo – E.Povoa [rubrica] – e leva termo de encerramento. Goyaz, 1º de Fevereiro de 1913.

⁴ DIÁRIO de coleta. Cidade de Goiás, 1895. Manuscrito. Fundação Educacional da Cidade de Goiás – Arquivo Frei Simão Dorvi; LIVRO de receituário do Hospital de Caridade de São Pedro de Alcântara. Cidade de Goiás, 1888. Manuscrito. Caixa do Hospital São Pedro. Fundação Educacional da Cidade de Goiás – Arquivo Frei Simão Dorvi; DIÁRIO de cobrança de imposto – Tesouraria da Fazenda. Cidade de Goiás, 1857-1858. Relação de Documentos Manuscritos, n. 0362-A. Arquivo Histórico Estadual de Goiás; LIVRO de registro de correspondência da Instrução Pública dirigida à Presidência da Província. Cidade de Goiás, 1880-1883. Relação de Documentos Manuscritos, n. 0704. Arquivo Histórico Estadual de Goiás; LIVRO de folha de pagamento dos empregados da Câmara dos Deputados – Tesouraria da Fazenda. Cidade de Goiás, 1892. Relação de Documentos Manuscritos, n. 1053. Arquivo Histórico Estadual de Goiás.

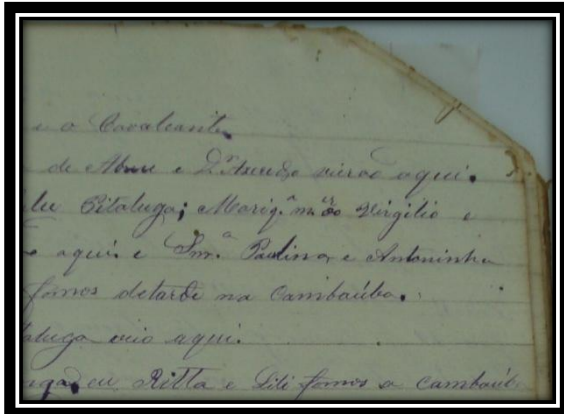
⁵ Considera-se *guarda* de livro as páginas brancas colocadas no início e no fim do livro que não contam na paginação. Ver em: MÁRSICO, Cida. O surgimento da encadernação e da douração. In: BIBLIOTECA NACIONAL, vol. 129, 2009, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2009. p. 164. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_129_2009.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2012.

O Delegado Litter.º
Emilio Fran.º Povoá
(LIVRO..., 1913, folha de guarda).

Essa informação nos é pertinente em três pontos. Primeiro, porque traz indicações quanto ao tipo de material – um livro – que carrega determinada forma de escrita, colaborando com a caracterização de três dos suportes em que Anna Joaquina escreveu por sua estrutura material semelhante. Segundo, pois esclarece, uma vez que reaproveitados, a existência de certas rubricas, bem como de paginação manuscrita em alguns dos suportes do *Memorial*; e, por último, por levar-nos a pensar sobre uma suposta intertextualidade vigente no manuscrito da memorialista e que pode ter influído em suas próprias condições de reprodução dos fatos e feitos. Sobre este último ponto, especificamente, cumpre mencionar que, em algumas ocasiões, Anna Joaquina também nomeou e, de certa maneira, justificou seus escritos antes de iniciá-los. Precedendo, no mais das vezes, um novo ano de registro, ela acomodou aquilo que poderíamos classificar, do mesmo modo, como um termo de abertura, só que de suas próprias inscrições ao escrever: “Este livro é destinado p.^a escrever couzas ocorrido de todos os dias” (MARQUES, 1921.01, termo de abertura) ou, ainda, “Este memorial é para[a] escrever tudo que se passar na Capital” (MARQUES, 1908.01, folha de guarda). Também as marcações cronológicas – ano, mês, dia, hora e feito – dão ritmo e acompanham seus apontamentos e eram, igualmente, uma preocupação elementar para aqueles que escreviam nos livros oficiais, amarrando publicamente e sistematicamente o texto à sua data de ocorrência.

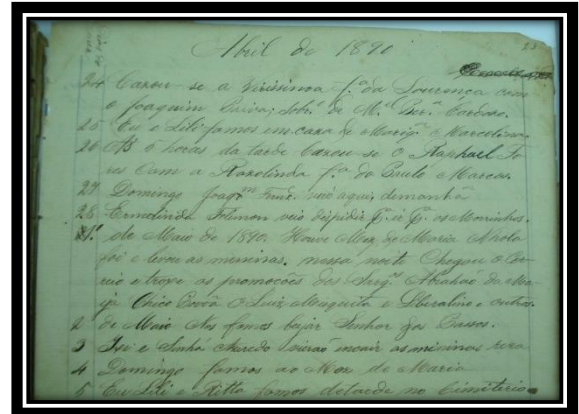
Ainda sobre os livros oficiais das instituições públicas, encontramos em suas últimas páginas, quando existentes, o termo de encerramento onde novamente se armazena o nome e rubrica do responsável pela sua paginação, além do número total de páginas que foram numeradas para determinada finalidade. Todos trazem em suas páginas, no canto superior direito, tal rubrica e o número da folha como forma de autenticar, controlar e sancionar publicamente o material. Entretanto, no caso dos suportes de Anna Joaquina, no mais das vezes, tal espaço foi ora retirado, ora riscado com o intuito de esconder, omitindo a abreviação nominal ali contida. Acompanhemos esses detalhes atentamente.

Imagem 01 – Livro grande de papel: canto superior direito recortado.



Memorial, página de 17.10.1882 a 04.11.1882.
Fonte: imagem particular/Acervo IPEHBC.

Imagem 02 – Livro grande de papel: paginação e rubrica de “Gomes da Neiva”.



Memorial, página de 24.04.1890 a 18.05.1890.
Fonte: imagem particular/Acervo IPEHBC.

Reparemos na imagem nº 01 o resquício de assinatura que existia anteriormente no canto superior da página. Ao lado, outro volume do *Memorial* no qual ainda se conserva, no canto superior direito da folha, a rubrica que, ao invés de recortar, a autora riscou na tentativa de ocultar, ou melhor, de ignorar o momento em que a utilidade do livro de papel foi outra. São sinais que confirmam nossa hipótese de que Anna Joaquina reaproveitava materiais antes úteis à outra função que não aquela de reter a lembrança através de uma ação pessoal e particular, mas outra, aquela das ocupações políticas e reguladoras, cuja forma informativa oficial conjuminava-se à dos papéis administrativos. Com isso, a memorialista modificou a condição prática de existência dos suportes, invertendo suas aplicações e imprimindo-lhes, a partir daí, o seu olhar do tempo, como se em posse – numa aproximação material metafórica – do *librillo de memoria* de Cardenio, cujas páginas são revestidas com uma cobertura que permite escrever com um estilete e reutilizá-las depois de tê-las apagado, isto é, um lugar-comum de escritos “transitórios, apagados no momento em que sua utilidade tiver desaparecido ou tão logo tenham sido copiados em um suporte mais durável” (CHARTIER, 2007, p. 71-76), o que não deixa de ser um indicador manifesto da fragilidade e impotência de toda e qualquer escrita. E, apesar do sucesso garantido em boa quantidade das páginas que rabiscou, algumas delas nos ficaram como pontos de luz, até porque, após o ano de 1891, a memorialista despreocupou-se com a assinatura retraída, passando-lhe somente um traço e, posteriormente, esquecendo-se dela por completo. Dessa maneira, foi possível encontrar o provável caminho percorrido por tal livro (imagem nº 02) até as mãos da memorialista.

A rubrica que acompanha este suporte (o livro grande de papel com notas de 1890) e que diz “Gomes da Neiva” pertence ao cunhado de Anna Joaquina – Antônio Manuel, marido de Mariquinha, também irmã da autora – que, nos primeiros anos da década de oitenta

daquele século, ocupava o cargo de presidente da Câmara Municipal (ATA..., 1882-1884, p. 60-60[verso]; TERMO..., 1881, termo de abertura), compartilhando os mesmos lugares de trabalho com o irmão da memorialista, o então amanuense e secretário Antônio Luis de Castro, Totó (ATA...,1882-1884, p. 59-101[verso]). A nota de falecimento de Antônio Manuel confirma o grau de parentesco mencionado.

Falleceu, a 15 do corrente, o nosso amigo capitão Antonio Manoel Gomes da Neiva.

O finado, que era homem sincero e muito caridoso, foi deputado provincial, vereador da Camara e, durante o Governo Provisorio, membro da Intendencia Municipal.

A' sua inconsolavel viuva, ao nosso amigo major Antonio Luiz de Castro, irmão da mesma, e aos demais parentes, apresentamos os nossos pezames. (GOYAZ, 20 ago. 1902, p. 03).

Como depositário das notícias que o cercam, o manuscrito de Anna Joaquina também se refere ao óbito mencionado no periódico goiano ao informar que “Dia 14 Antonio M.^{el} ficou pior D.^f Neto foi lá” e, no dia seguinte, que “as 2 horas da manhã faleceu” (MARQUES, 1902.08.14-15). Não estamos aqui a decretar que, como membros da família de Anna Joaquina, pelas mãos de Antônio Manuel ou Totó esses papéis chegaram à memorialista, mas são possibilidades que devem ser consideradas mediante os sinais contidos em seu manuscrito. A materialidade do texto que se mostra apresenta-se sem nenhuma forma de censura parcial, que corromperia sua originalidade e que restringiria a escrita regular, dotada, por essência, de traços que permitem abranger suas negações e restrições, fortuitas ou não. À compreensão depende essa experiência concreta, esse elo entre o objeto material e o texto que ele transmite. Em outras palavras, considera-se que:

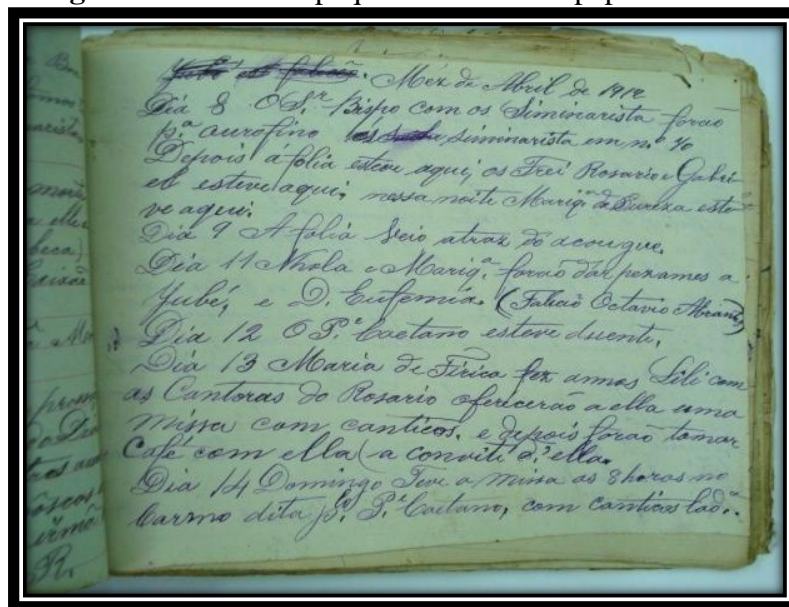
os textos não existem fora dos suportes materiais (sejam eles quais forem) de que são veículos. Contra a abstração dos textos, é preciso lembrar que as formas que permitem sua leitura, sua audição ou sua visão participam profundamente da construção de seus significados. (CHARTIER, 2002, p. 61-62).

Assim, como o estudo do tipo de escrita não se realiza em separado das condições de sua produção, aqui, a página adquire *status* de papel principal, seja como objeto de estudo, seja como objeto de escrita, tal qual ocorreu no *Memorial*. Neste caso, o que queremos dizer é que ao reutilizá-las, Anna Joaquina enfatizou a importância que tiveram para ela seus registros, os quais, mesmo sucintos, só em razão do papel puderam cumprir sua imaginada função: arquivar o tempo que passa. Os cadernos pequenos, grupo que doravante iremos

apresentar, mostram-nos de maneira mais acentuada como tais artefatos – os papéis – tornaram-se os protagonistas da “prática escriturística” (CERTEAU, 1998, p. 224) desenvolvida pela memorialista, na medida em que foram, pelo menos sua metade, exclusivamente criados para apoiar tal exercício.

Compostos por folhas diversas, de origens e materiais distintos em sua maior parte, os cadernos pequenos possuem dimensão de meia página, divergindo do primeiro grupo em seu tamanho. Na capa de couro de um deles,⁶ testemunhamos um registro que diz: “9452/Antonio Luis de Castro/Capitão honorario do Exército”. Novamente nos deparamos com a presença sinuosa do irmão de Anna Joaquina, Totó. No entanto, não encontramos em arquivo nenhum tipo de manuscrito análogo a este grupo, o que corrobora a desconfiança de que a autora os tenha montado mediante um trabalho artesanal que conjuminou partes heterogêneas de uma mesma categoria – a folha de papel – e que se homogeneizaram por um bem comum: o caderno para escrever. Como um trabalho similar ao de *patchwork*, se coseram os pedaços de padrões distintos em nome de um projeto singular.

Imagem 03 – Caderno pequeno: diferentes papéis.



Memorial, página de 08 a 14.04.1912.

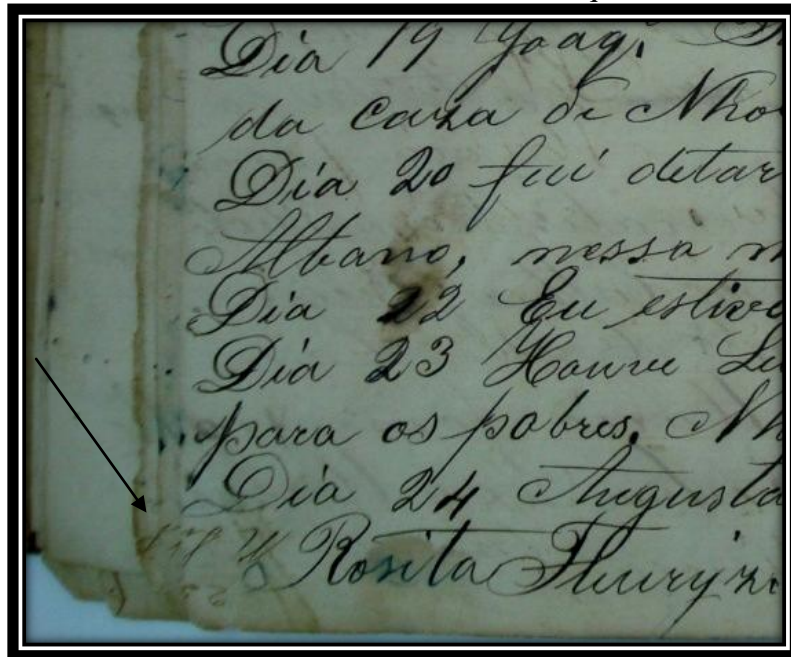
Fonte: imagem particular/Acervo IPEHBC.

A partir da imagem nº 03, verificamos uma sequência de três páginas. Através delas, notamos que as páginas anterior e posterior não pertencem ao mesmo tipo de material da folha exposta, a qual aborda os acontecimentos de 08 a 14 de abril de 1912. Ao olhar com atenção,

⁶ Trata-se de um caderno pequeno com capa de couro marrom, cujas notas vão de 01 de janeiro de 1898 a 11 de fevereiro de 1899.

observamos que aquelas contêm pautas, a primeira com pautas na cor vermelha e a segunda na cor azul. A imagem não nos permite aqui demonstrar, mas a qualidade do material igualmente se altera entre papéis mais grossos, mais ásperos, mais finos e mais frágeis. Outro detalhe importante fornecido por essa passagem é o recorte das páginas ou, em outras palavras, são os limites tortuosos resultantes de um corte impreciso. Em inúmeras laudas constatamos essa imprecisão à medida que o contorno da folha não acompanha de modo equivalente a linha de sua pauta final ou inicial. Ao contrário disso, em sua maior parte (final e inicial), são estas atravessadas pelo corte da tesoura responsável em delimitar o espaço da escrita. Outro ponto que destaca ainda mais o trabalho de confecção desses suportes são as disposições das páginas, por vezes invertidas em relação ao seu arranjo original. Normalmente, uma lauda pautada, seja de um caderno de qualquer tipo, seja de folha de almaço, por exemplo, conta comumente com um espaço maior que antecede a primeira linha disponível à escrita. Da maneira pela qual foram compostos, os cadernos pequenos de Anna Joaquina apresentam esse espaço em lugar oposto, isto é, no final da página. A imagem a seguir, apesar de não trazer aos olhos a verificação das pautas, concede a visualização de outro vestígio que, do mesmo modo, elucida a afirmação proposta.

Imagem 04 – Caderno pequeno: paginação e rubrica de “R. Lima” no canto inferior esquerdo.



Memorial, página de 17 a 24.07.1899.

Fonte: imagem particular/Acervo IPEHBC.

A lógica que acompanha as abreviações nominais e a paginação manuscrita em livros da esfera administrativa, como já mencionamos, trazem tais rubricas no canto superior direito da folha. Nesse sentido, como não há a possibilidade desta, em seu estado e suporte original, ter sido efetuada no canto inferior esquerdo, sabemos que deste modo foi arranjada pela produtora do *Memorial* durante o processo de montagem do caderno. A assinatura retraída que, nesse caso, o acompanha, certamente representa o sobrenome “Rocha Lima”, nome de família considerada tradicional em Goiás (RIBEIRO, 1996, p. 133 apud CARVALHO, 2008, p. 71-72). No *Memorial*, num primeiro olhar, somente em virtude do óbito, do casamento ou de algum fator político é que os “Rocha Lima” se fazem declaradamente presentes, o que não quer dizer que Anna Joaquina e sua família não tenha tido um contato mais frequente com alguns de seus membros até porque o tratamento dado por sua escrita a maioria das pessoas de quem fala segue, em grande parte, apenas com o primeiro nome, ora no diminutivo, ora como um cognome (Mariquinha, Mariquita, Maroca, Annica, Aninha, Ritoca, Ritinha, Bitá, Marianinha, Firica, Antonina, Antoninha, entre outros) e, por vezes, apontado em virtude de um terceiro ou de um lugar: “mulher do”, “marido de”, “filha(o) de”, “do”, “viúva de”, “afilhado de”, “irmã(o) de”, “aqui defronte”, “detras do açougue” etc. Contudo, ao comparar as assinaturas dos três integrantes dessa família que tiveram visibilidade política – Miguel, João e Joaquim⁷ – com a rubrica assentada no caderno de Anna Joaquina, acreditamos tratar-se de Miguel da Rocha Lima (1870-1935), algumas vezes presidente do Estado de Goiás⁸, dividindo, em alguns momentos, o mesmo espaço de trabalho com o irmão da autora. A letra “R” que compõe sua firma é a única que se inicia de baixo para cima, assim como configurada no caderno da memorialista. Em minúcias, o “m” também é desenhado de modo mais arredondado, diferente dos irmãos que o escreveram de forma serrada.⁹

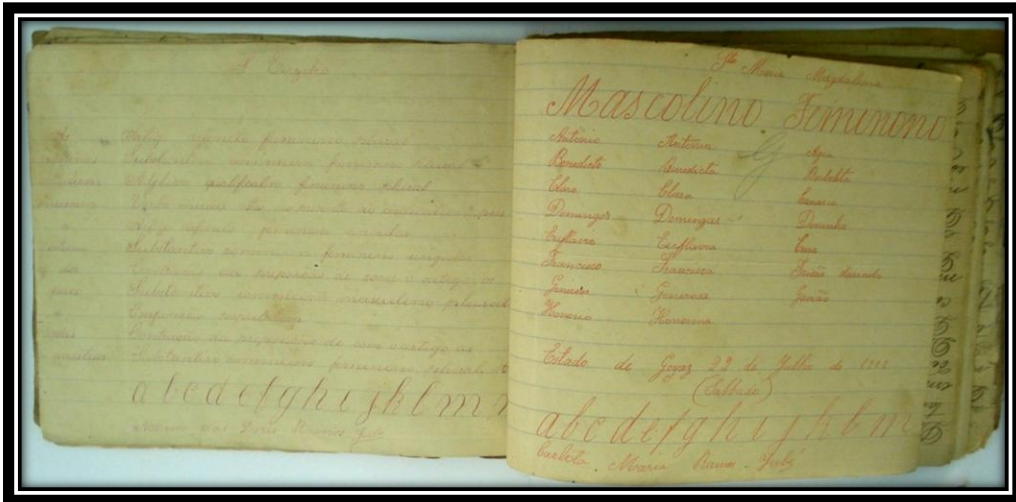
⁷ João da Rocha Lima (que se casou com Laura Fleury de Amorim, a Laurita), Miguel da Rocha Lima (marido de Ana Godinho) e Joaquim da Rocha Lima (cuja esposa foi Leonor Sócrates). Todos são filhos de Flanklin da Rocha Lima com a Sra. Adelaide Carneiro da Rocha Lima. O casal teve seis crianças ao todo. Ver em: BRITTO, Célia Coutinho Seixo de. **A mulher, a história e Goiás**. Goiânia: Cultura Goiana, 1974, p. 132-133.

⁸ Cf. ARTIAGA, Zoroastro. **História de Goiás**: síntese dos acontecimentos da política e da administração pública de Goiás, de 1592 até 1935. Goiânia: [s.n.], 1959, p. 264-272. E também: FERREIRA, Joaquim Carvalho. **Presidentes e governadores de Goiás**. Goiânia: UFG, 1980, p. 83-108.

⁹ Entre alguns dos documentos utilizados para contrapor as assinaturas dos três representantes da família “Rocha Lima” analisados por este estudo, estão: OFÍCIO da Mesa Eleitoral da 2ª Seção do Município da Capital de Goyaz ao cidadão Presidente da Junta Apuradora do 1º Circulo eleitoral do Estado. Passa-se em mãos a cópia da Acta da Eleição para dous membros á Camara dos Deputados do Estado que se procedeu na referida secção. Cidade de Goiás, 31 dez. 1894. Pasta da Intendência Municipal de Goiás. Fundação Educacional da Cidade de Goiás – Arquivo Frei Simão Dorvi; LIVRO de recebimento de título de eleitor. Cidade de Goiás, 1898, f. 10[verso]-11[verso]; 1899, f. 13-14[verso], 1901, f. 15[verso]. Manuscrito [fragmento]. Pasta da Intendência Municipal de Goiás. Fundação Educacional da Cidade de Goiás – Arquivo Frei Simão Dorvi. Ver também em: LIVRO de Termos de Aforamento. Cidade de Goiás, 1894, f. 22[verso]. Manuscrito [fragmento]. Fundação Educacional da Cidade de Goiás – Arquivo Frei Simão Dorvi; ATA da eleição e instalação da mesa da Assembleia Eleitoral da Freguesia de Sant’Anna da Cidade de Goiás. Cidade de Goiás, 1900, f. 14[verso]-

Outro indício de construção material constitutivo desse grupo são as páginas concernentes ao universo escolar contidas em seu interior. Ao contar com papéis de diferentes ordens, alguns dos suportes desse conjunto carregam em determinadas folhas parte de ditados, exercícios de caligrafia e ensino de adjetivos, substantivos e pronomes como observamos na imagem a seguir.

Imagem 05 – Caderno pequeno: lições no interior do suporte.



Memorial, páginas precedentes a 05.12.1914.
Fonte: imagem particular/Acervo IPEHBC.

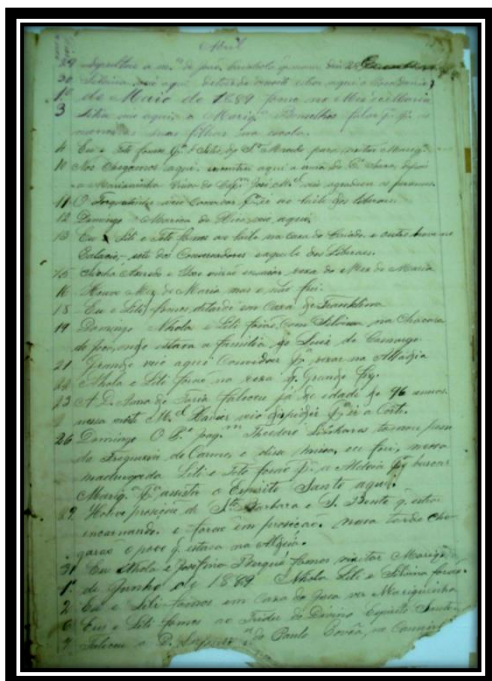
Os versos destas duas páginas foram reaproveitados pela escrita de Anna Joaquina, o que justificou mantê-las em seu interior. São duas lições, lado a lado, de duas pessoas diferentes, pois assinadas ao final da folha e coadunadas pelo *Memorial*: Maria das Dores Ramos Jubé e Carlota Maria Ramos Jubé, irmãs, filhas de Joaquim Rufino Ramos Jubé com

17[verso] e 1901, f. 19-21[verso] e f. 25-27. Manuscrito [fragmento]. Pasta da Intendência Municipal de Goiás. Fundação Educacional da Cidade de Goiás – Arquivo Frei Simão Dorvi; NOTA FISCAL da Zerrenner, Bülow & C.^{ia} à Intendencia Municipal de Goyaz. Cidade de Goiás, 13 ago. 1912. Pasta da Intendência Municipal de Goiás – Instrução Pública. Fundação Educacional da Cidade de Goiás – Arquivo Frei Simão Dorvi; NOTA FISCAL da Zerrenner, Bülow & C.^{ia} à Intendencia Municipal de Goyaz. Cidade de Goiás, [21?] set. 1912. Pasta da Intendência Municipal de Goiás – Instrução Pública. Fundação Educacional da Cidade de Goiás – Arquivo Frei Simão Dorvi; LIVRO de contratos da Secretaria da Intendencia em Goyaz. Cidade de Goiás, 1912, f. 02. Manuscrito [fragmento]. Fundação Educacional da Cidade de Goiás – Arquivo Frei Simão Dorvi; OFÍCIO do Procurador Joaquim da Rocha Lima. Entrega ao cofre da Intendencia Municipal da capital a quantia supra de 2:777\$569 arrecadados durante o mês de Maio findo, conforme respectivo balancete. Cidade de Goiás, 07 jun. 1907. Pasta da Intendência Municipal de Goiás. Fundação Educacional da Cidade de Goiás – Arquivo Frei Simão Dorvi; OFÍCIO de Joaquim da Rocha Lima ao Ex.^{mo} Snr.^o D.^f Intendente Municipal. Pedese a V. Ex.^{cia} para conceder por compra o terreno de construção localizado nas proximidades da Casa da Polvora, a direita da estrada que vai para o Arêão. Cidade de Goiás, 19 jul. 1911. Pasta da Intendência Municipal de Goiás. Fundação Educacional da Cidade de Goiás – Arquivo Frei Simão Dorvi e OFÍCIO do Ag.^{te} Fiscal Joaquim da Rocha Lima ao Exm.^o S.^f D.^f Intendente Municipal n. 146. Precisa-se, para a organização da escripturação da Sub-Intendencia do Bacalhau de dois livros em branco contendo 50 folhas e cinco cadernos de papel. Cidade de Goiás, 12 fev. 1930. Pasta da Intendência Municipal de Goiás. Fundação Educacional da Cidade de Goiás – Arquivo Frei Simão Dorvi.



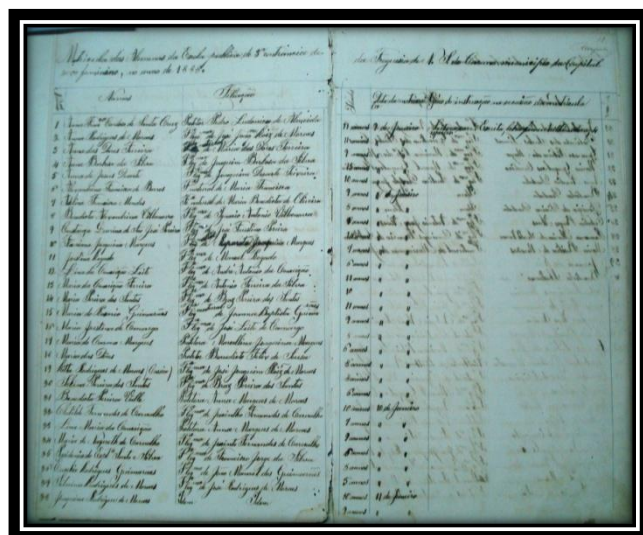
Dona Maria Carlota da Ascensão Silveira Ramos Jubé. Também se observa que a folha à direita está com a data de 22 de julho de 1911, um sábado de aula, o que quer dizer que se passaram pouco mais de dois anos para que essas lições deixassem de ser centrais em seu conjunto para ceder o espaço restante à escrita memorialística. Todo texto “é resultado singular de um processo que depende de um sujeito falante particular e de circunstâncias de produção particulares” (CHARAUDEAU, 2001, p. 25). Nesse sentido, os suportes de Anna Joaquina, em seu contexto de produção, estão atravessados por diversos aspectos – materiais e textuais – singulares e provenientes de situações múltiplas. Se contrapormos uma das páginas do *Memorial* na qual a autora fez uso de colunas, por um tempo determinado, com os livros de matrícula e frequência escolar – materiais, cujo formato certamente Anna Joaquina teve contato por meio das irmãs mestras – a suposta aproximação entre modelos dispostos e com finalidades díspares fica ainda mais evidente.

Imagem 06 – As colunas e margem à direita.



Memorial, página de 29.04 a 07.06.1889.
Fonte: imagem particular/Acervo IPEHBC.

Imagem 07 – Livro de matrícula da Escola pública do sexo feminino da Freguesia de Nossa Senhora do Carmo da antiga capital (LIVRO..., [1885?]-1897, p. 11[verso]-12).



Matrículas do ano de 1888.
Fonte: imagem particular/Acervo Frei Simão Dorvi.

Nos livros escolares de matrícula a página apresenta algumas colunas que relacionam, da esquerda para a direita, os números, os nomes, a filiação, as idades, a data de matrícula e o grau de instrução de cada um dos alunos matriculados. Informações essas limitadas por uma margem à direita. Os livros de frequência escolar, bem como os mapas escolares apresentados

aos inspetores e delegados literários exibem essa mesma configuração. Uma lógica organizacional compatível à aplicada no *Memorial* e cujo efeito é o de melhor apresentar as informações. Através desse trabalho se é capaz, com a leitura, de apreender rapidamente o que se escreve, pois em face dessa estratégia se reúne em cima de um mesmo ponto central mais de um informe que lhe seja complementar. No caso do livro de matrículas a informação pontual é a relação de alunas, mas, facilitado pelo formato em colunas, prontamente capta-se os dados adicionais a elas ligados. Com o manuscrito de Anna Joaquina o foco está no acontecimento e as linhas verticais conectam-no claramente ao dia do calendário ao qual pertence, além de simplificar e agilizar a sua deposição nos papéis.

Quanto à família Jubé, de convivência constante e próxima com a família de Anna Joaquina, como podemos verificar com os relatos a seguir, sabemos que pelo menos três dos cinco filhos do casal – Maria das Dores Ramos Jubé, Carlota Maria Ramos Jubé e Alcides Celso Ramos Jubé, o Cici Jubé – foram alunos de Mestra Nhola.

Dia 12 esteve aqui denoite a m.^{er} do J.^m Jube (MARQUES, 1901.07.12).

Dia 27 Estive denoite na каза de Jubé vendo Cav.^o de pau q.' os meninos aprontarão (MARQUES, 1908.08.27).

Dia 18 Fui a missa. as 2 horas da tarde Alcides e Juca ferrarão briga na Escola de Nhola q.' foi preciso chamar Jubé. [...] (MARQUES, 1909.05.18).

Dia 14 Nhola foi vizitar M.^{er} de Jubé q.' estava duente (MARQUES, 1910.04.14).

Dia 29 Mariq.^a de Jubé veio aqui denoite (MARQUES, 1912.07.29).

Dia 30 Eu e Mariq.^a fomos no Sentenario das Dorês. Depois Nhola e Lili forão comprim.^{tar} Maria f.^a de Jubé (MARQUES, 1914.03.30).

Dia 23 Nos todos fomos em каза de Jubé assistir alevantar o mastro de S. João, teve g.^{de} baile m.^{to} concorrido (MARQUES, 1914.06.23).

Dia 27 Domingo O Alcides Jubé – Formou em letras. Eu e Nhola fomos lá dar parabéns. Detarde Lili Mariq.^a e Anna forão p.^a o m.^{mo} fim. Denoite Eu e Lili fomos em каза de Angeliquinha Per.^a (MARQUES, 1915.06.27).

Dia 1^o de Dez.^o 6^a feira Ben.^a fez annos veio as f.^{as} de Jube e dep.^s M.^a Peclat e Cici [Jubé]¹⁰ m.^s tarde Ludgero. Frei Henrique t.^{mb}.^m veio (MARQUES, 1916.12.01).

Dia 6 Teve bença no Carmo do S. S. (1^a sexta f.^a) viemos de lá, fomos em каза de do S.^r Joaq.^m Jubé assistir uma representação das meninas q.' fez em festejo aos annos do pai (Jubé) esteve bem bom (MARQUES, 1920.08.06).

Dia 31 Foi dia de Corpos Christo. Teve a prossição [sic] muito concorrida e as ruas toda enfeitada com bandeirinhas Nesse dia o Pai de José Candido veio aqui. Detarde concluiu [sic] o Mez de Maria Com Bouquet q.' as meninas de Nhola cantão [sic] todo anno, as cantoras forão: Carlota Rozinha Amorim Mariêta Costa e Caribe Rocha, esteve m.^{to} bom, dep.^s seguiu a Coroação foi Ligya Fran.^{co} de каза do Costinha, e m.^s 2 outras (MARQUES, 1923.05.31).

¹⁰ Neste ponto a autora fez uso do símbolo de repetição, que indica palavra igual à escrita na linha acima.

Os testemunhos confirmam não somente o reconhecimento de uma relação de proximidade entre a família de Jubé e a de Anna Joaquina, mas indicam ainda que, por meio dessa amizade, a autora possa ter conseguido parte dos componentes necessários à sua atividade narrativa. Outro caminho a imaginar seria por intermédio de Nhola, pois, sendo Maria, Carlota Jubé suas alunas, o acesso aos seus materiais era irrestrito, podendo chegar rapidamente nas mãos da autora, visto desconhecermos o responsável pelos suportes com o fim do ano letivo.

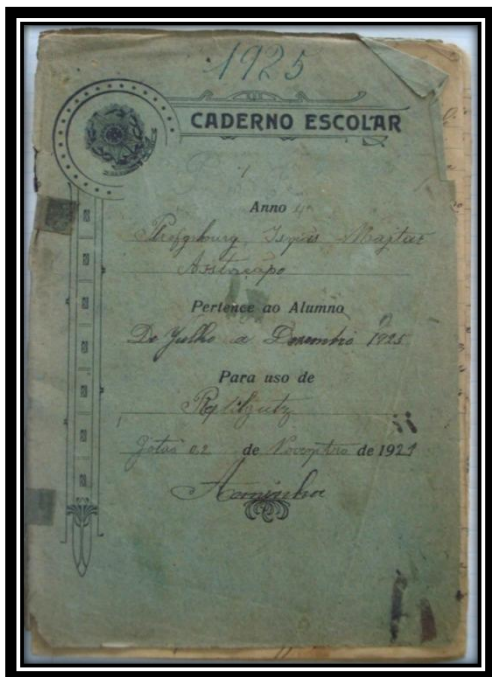
Como modalidade de significação proposta, entende-se que as formas que sustentam o escrito conduzem aos limites da compreensão e do sentido. Por força do arquivamento de determinados fatos e feitos, nesse grupo de cadernos de meia página, a memorialista agrupou diferentes materiais ao optar por conjurar contra a fatalidade da perda (missão da escrita) comum aos eventos que passam, deixando em suas páginas o registro da “memória dos tempos e dos homens” (CHARTIER, 2007, p. 09). No interior de sua prática, destacamos para o cultivo e a busca de artefatos que contribuiriam com o desenvolvimento de seu exercício escriturístico, mas, da mesma maneira, como Anna Joaquina fazia bom uso desses papéis no tocante ao aproveitamento do espaço proporcionado por estes e, especialmente, como não negligenciava nenhuma folha onde coubessem suas notas.

Dos vinte e oito volumes utilizados por Anna Joaquina, os cadernos escolares compõem pouco mais de cinquenta por cento do total. De fato, como o próprio nome nos diz, esse grupo de suportes foi conseguido junto às pessoas ligadas ao universo escolar, lembrando que a casa da autora, com duas professoras nela residindo, era frequentada tanto por alunos quanto por uma diversidade de outras mestras de seu relacionamento. Os cadernos escolares começaram a ser reutilizados por Anna Joaquina a partir do ano de 1916, certamente porque a memorialista não podia mais contar com a contribuição do irmão Totó e do cunhado Antônio Manuel. Este último faleceu em 1902 e o irmão casou-se em 1904 (CARVALHO, 2008, p. 89 [notas 267 e 268]), passando a relacionar-se com menor intensidade com as irmãs. Dessa maneira, a constância deste tipo de suporte no *Memorial* a partir de 1916 e mesmo os rastros da presença escolar nos cadernos pequenos correspondentes aos registros do século XX são elucidativos à questão da origem, emergência e acesso a estas páginas. Como se a memorialista tivesse, desde então, uma única fonte de materiais para continuar a praticar sua escrita. Com a quantidade de alunos que possuíam suas irmãs mestras, com o grau de envolvimento de Anna Joaquina nesse universo, os cadernos escolares parecem, nesse momento, mais facilmente alcançáveis enquanto suportes de escrita.

As capas que cobrem os cadernos escolares, quando preenchidas pelos prováveis discentes das mestras, proporcionam os sinais evidentes da apropriação destes materiais por parte da autora. A maior parte deles não indica o proprietário primeiro do material, assim, com o espaço vago na capa, Anna Joaquina acrescentou seu nome ou ainda somente suas iniciais, numa espécie de formalização e presentificação autoral, promovida pela aquisição e reutilização de tal material, ao autenticar nele, inclusive, seu pensado emprego: para “tomar nota de tudo” (MARQUES, 1923).¹¹ Já aqueles com rastros de seu antigo usuário, a memorialista – e acredita-se que fora ela – tentou camuflar, ou ainda, à sua maneira, esconder a primitiva propriedade, seja riscando o nome que o acompanhava seja remodelando com seus próprios traços as letras ali contidas como demonstrado com a imagem nº 06.

¹¹ Trata-se de um caderno escolar de vetusta capa verde, com notas que vão de 01 de junho de 1923 a 03 de janeiro de 1924.

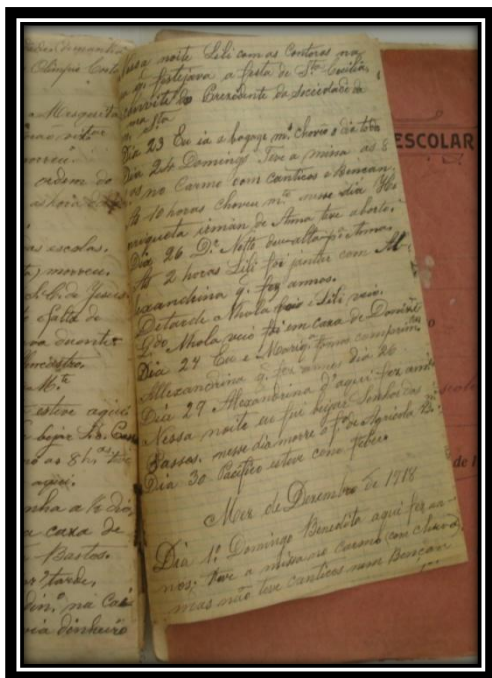
Imagem 06 – Capa do caderno escolar.



Memorial, capa – 01.08.1925 a 31.12.1925.

Fonte: imagem particular/Acervo IPEHBC.

Imagem 07 – Folhas quadriculadas ao final de 1918.



Memorial, página de 23.09 a 01.12.1918.

Fonte: imagem particular/Acervo IPEHBC.

Na imagem à esquerda, mesmo com a escrita descaracterizada, lê-se “Professora Irmã Marta Assunção”. A memorialista fez referência à chegada das freiras dominicanas à velha capital em 05 de setembro de 1889, com “recepção m.¹⁰ bonita e concorrida, desde a povoação do bacalháu até chegarem aqui na Igreja”. No mesmo mês inaugurou-se o Colégio Sant’Anna, sob suas responsabilidades, dedicado à educação feminina, pois, na obra catequética, os frades se dedicavam somente ao ensino dos rapazes. Irmã Marta provavelmente foi uma das educadoras do colégio das freiras e, de acordo com a informação prestada por Anna Joaquina, foi sua vizinha, morando juntamente com outras irmãs de ordem. “Lili e Mariq.^a forão vizitar as Irmãs aqui viz.^o Sthefania M.^a Ang.^a e Martha”, conta ela em 18 de outubro de 1913. A imagem nº 07 novamente conduz à ideia de reaproveitamento de material e, sobretudo, à manipulação ocorrida junto aos materiais disponíveis para a composição do *Memorial*, pois acreditamos que para dar fim aos escritos do ano de 1918, Anna Joaquina colou ao referido caderno folhas de qualidade destoantes às originais contidas nele. Nesse suporte, que aborda o período de 01 de abril de 1918 a 31 de dezembro de 1918, encontramos as últimas quatro páginas escritas em papel quadriculado, de espessura inferior, recortadas em tamanho reduzido às folhas originalmente pertencentes ao caderno, bem como a presença de vestígios deixados pelo uso da cola para aderi-las.¹² Nessas, portanto, coexistem duas noções já comentadas neste trabalho sobre a prática escriturística da memorialista: a primeira, de que Anna Joaquina reaproveitou os materiais acessíveis a ela em benefício de seu suposto projeto evocativo; e a segunda, de que a autora refez esses materiais, os transformou, alterando seu estatuto original, seja mediante sua nova aplicação seja por meio de uma nova articulação estrutural. Aqui, a “ilha da página é um local de passagem”, onde “se opera uma inversão”: “o que entra nela é um ‘recebido’, e o que sai dela é um ‘produto’” (CERTEAU, 1998, p. 226). Dessa maneira, no final das contas, “a empresa escriturística transforma ou conserva dentro de si aquilo que recebe

¹² Cabe-nos apontar não ser este o único caderno desse grupo a apresentar anexadas páginas de material destoante às demais. Outros cadernos escolares apresentam, em seu interior, folhas igualmente acrescidas com o uso da cola e distintas em sua espessura. Cf. MARQUES, 1916.12. 03-29; MARQUES, 1925.11.24 a 1925.12.26; MARQUES, 1926.06.19-30.

do seu meio circunstancial e cria dentro de si os instrumentos de uma apropriação do espaço exterior” de modo que as coisas que saem dela são as marcas do poder do sujeito de fabricar objetos (CERTEAU, 1998, p. 226).

O *Memorial*, como Anna Joaquina o trabalhou, não pode de maneira alguma ser reduzido a um livro de apontamentos comum como propõem, em geral, as literaturas em torno da escrita de si e dos outros, atentas particularmente ao que narram os artefatos biográficos. É mais do que isso. Contraposto às suas formas variáveis, aos dispositivos próprios da materialidade do escrito, esse objeto cultural deixou de ser apenas aquilo que narra para se constituir como indicador manifesto de uma atividade multiforme e murmurante de produtos do texto e de produção da sociedade como texto (CERTEAU, 1998, p. 224).

Em Goiás, no âmbito social e cultural, o ritmo era de contenção e controle. Os gastos eram comedidos. Da sociedade esperava-se, em suas relações estabelecidas, que se caminhasse junto aos padrões de moral e conduta e, estes, conduzidos em parceria com os valores religiosos da época.¹³ As formas de expressão e ação não eram insensíveis a este tom de parcimônia. Afinal, a carestia dos materiais está inscrita nos suportes de Anna Joaquina e o comedimento em sua escrita. Com isso, não estamos sugerindo uma espécie de determinismo econômico e nem tampouco fazendo reviver a velha e proscrita relação de determinação entre infraestrutura e superestrutura. Estamos sugerindo que havia uma cultura da carestia, da contenção, da parcimônia, e que uma prática cultural como aquela da escrita joaquiniana poderia ser pensada em relação a ela.

No manuscrito de Anna Joaquina inscrevem-se os elementos propulsores de uma arte manual que reconstrói materiais, mas que também os sobreescreve e os procedimentos textuais não são secundários a uma sociabilidade encarnada por certos comedimentos, gestos e práticas cotidianas. Ao contrário, ela é seu objeto de escrita, ela

¹³ Basta nos lembrarmos das reformas conhecidas como “Ultramontanismo”, e de seus desdobramentos na Diocese de Sant’Anna, que a Igreja Católica executava não só no interior de sua instituição, no seu *modus operandi*, mas, concomitantemente, junto à sociedade de fiéis. Outro indicativo são os livros de leitura de Abílio Cesar Borges (1867), comumente solicitados pelas mestras da Cidade de Goiás na segunda metade do século XIX, que manifestavam em suas lições a preocupação com a consciência moral e religiosa, a virtude e a ordem; e há que se considerar que o exemplo repassado era, portanto, o exemplo desejado e esperado do indivíduo: a economia de suas ações.

caminha ao lado dessa produção manuscrita; e ambos – o objeto material e a matéria do objeto – derivam e compartilham dos frascos de mesma composição social, cujos pontos em comum se fundem, ao final desse encaço, no *Memorial*. Um mundo de existências, de trocas, cujas configurações se encontram com a expressão escrita de Anna Joaquina, tão desprovida de ornamentos como a sociedade e a sociabilidade da qual fazia parte. Abster-se de gastar e abster-se de escrever certas coisas são condutas que partem de uma mesma historicidade, na qual se inserem as práticas controladas, sem dissipações, de determinada sociabilidade. Seja através da economia material, seja através da economia escriturística, ambas configuram-se como modos de agir e de expressar-se escorados num mesmo eixo: o controle do “eu”. Os modelos estavam aparelhados e a prática de escrita do *Memorial* é transversal a esses substratos sociais e culturais. Articulá-los através do encontro entre a materialidade do texto e a textualidade do suporte, trazem à superfície suas especificidades, evocando o sentido da memória criada.

REFERÊNCIAS

ARTIAGA, Zoroastro. **História de Goiás**: síntese dos acontecimentos da política e da administração pública de Goiás, de 1592 até 1935. Goiânia: [s.n.], 1959.

ARTIÈRES, Philippe. Monumentos de papel: a propósito de novos usos sociais dos arquivos. In: SALOMON, Marlon (Org.). **Saber dos arquivos**. Goiânia: Ricochete, 2011.

ATA da eleição e instalação da mesa da Assembleia Eleitoral da Freguesia de Sant’Anna da Cidade de Goiás. Cidade de Goiás, 1898-1905. Manuscrito [fragmento]. Pasta da Intendência Municipal de Goiás. Fundação Educacional da Cidade de Goiás – Arquivo Frei Simão Dorvi.¹⁴

¹⁴ Cabe-nos ressaltar que grande parte dos documentos referenciados nesta pesquisa e pesquisados no acervo da Fundação Educacional da Cidade de Goiás (FECIGO) – Casa Frei Simão Dorvi, encontra-se em pacotilhas, ainda sem o acondicionamento em caixas. Nesse sentido, trata-se de documentos avulsos pré-organizados, ainda em fase de triagem e armazenamento e que contaram, em fase de busca, com a colaboração dos integrantes do Arquivo, em especial, da Sra. Irene Rodrigues da Silva e D. Teresinha Amâncio Costa. Contudo, tal pesquisa gerou um acervo fotográfico de todos eles.

ATA das Sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal de Goiás. Cidade de Goiás, 1882-1884. Manuscrito [fragmento]. Pasta da Intendência Municipal de Goiás. Fundação Educacional da Cidade de Goiás – Arquivo Frei Simão Dorvi.

BRITTO, Célia Coutinho Seixo de. **A mulher, a história e Goiás**. Goiânia: Cultura Goiana, 1974.

BORGES, Abilio Cezar. **Segundo livro de leitura para uso da infância brasileira**. Paris: Livraria de V.^{va} J. P. Aillaud, Guillard e C.^a, 1867.

CARVALHO, Euzébio Fernandes de. **O rosário de Aninha**: os sentidos da devoção rosarina na escritura de Anna Joaquina Marques (Cidade de Goiás, 1881 – 1930). Goiânia: UFG, 2008. 282f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008. Disponível em: <http://bdtd.ufg.br/tesesimplificado/tde_arquivos/22/TDE-2010-01-26T134906Z-558/Publico/dissertacao%20%20euzebio%20historia.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2010.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, Hugo; MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de (Orgs.). **Análise do discurso**: fundamentos e práticas. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG/Núcleo de análise do discurso, 2001.

CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. São Paulo: UNESP, 2002, p. 61-62.

_____. **Inscrever e apagar**: cultura escrita e literatura (séculos XI – XVIII). São Paulo: UNESP, 2007.

DIÁRIO de cobrança de imposto – Tesouraria da Fazenda. Cidade de Goiás, 1857-1858. Relação de Documentos Manuscritos, n. 0362-A. Arquivo Histórico Estadual de Goiás.

DIÁRIO de coleta. Cidade de Goiás, 1895. Manuscrito. Fundação Educacional da Cidade de Goiás – Arquivo Frei Simão Dorvi.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FABRE, Daniel. Vivre, écrire, archiver. **Sociétés & Représentations**, Paris, v. 1, n. 13, p. 17-42, 2002. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-societes-et-representations-2002-1-page-17.htm>>. Acesso em: 02 ago. 2012.

FERREIRA, Joaquim Carvalho. **Presidentes e governadores de Goiás**. Goiânia: UFG, 1980.

GOYAZ. Orgão Democrata. Cidade de Goiás, n. 735, 20 ago. 1902. Notícias. Hemeroteca Digital Brasileira – Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=246590&pasta=ano190&pesq=>>>. Acesso em: 15 fev. 2013.

LIVRO de contratos da Secretaria da Intendencia em Goyaz. Cidade de Goiás, 1912. Manuscrito [fragmento]. Fundação Educacional da Cidade de Goiás – Arquivo Frei Simão Dorvi.

LIVRO de folha de pagamento dos empregados da Câmara dos Deputados – Tesouraria da Fazenda. Cidade de Goiás, 1892. Relação de Documentos Manuscritos, n. 1053. Arquivo Histórico Estadual de Goiás.

LIVRO de mapa de frequência escolar. Cidade de Goiás, 1913, folha de guarda. Manuscrito [sem capa]. Fundação Educacional da Cidade de Goiás – Arquivo Frei Simão Dorvi.

LIVRO de matrícula. Cidade de Goiás, [1885?]-1897. Manuscrito [fragmento]. Fundação Educacional da Cidade de Goiás – Arquivo Frei Simão Dorvi.

LIVRO de recebimento de título de eleitor. Cidade de Goiás, 1896-1901. Manuscrito [fragmento]. Pasta da Intendência Municipal de Goiás. Fundação Educacional da Cidade de Goiás – Arquivo Frei Simão Dorvi.

LIVRO de receituário do Hospital de Caridade de São Pedro de Alcântara. Cidade de Goiás, 1888. Manuscrito. Caixa do Hospital São Pedro. Fundação Educacional da Cidade de Goiás – Arquivo Frei Simão Dorvi.

LIVRO de registro de correspondência da Instrução Pública dirigida à Presidência da Província. Cidade de Goiás, 1880-1883. Relação de Documentos Manuscritos, n. 0704. Arquivo Histórico Estadual de Goiás.

LIVRO de Termos de Aforamento. Cidade de Goiás, 1894. Manuscrito [fragmento]. Fundação Educacional da Cidade de Goiás – Arquivo Frei Simão Dorvi.

MARQUES, Anna Joaquina da Silva. **Memorial de lembrança**. Cidade de Goiás, 1881-1930. Manuscrito [Vários volumes]. Fundo Cônego Trindade – IPEHBC/PUCGoiás.

MÁRSICO, Cida. O surgimento da encadernação e da douração. In: BIBLIOTECA NACIONAL, vol. 129, 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2009. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_129_2009.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2012.

NOTA FISCAL da Zerrenner, Bülow & C.^{ia} à Intendencia Municipal de Goyaz. Cidade de Goiás, 13 ago. 1912. Pasta da Intendência Municipal de Goiás – Instrução Pública. Fundação Educacional da Cidade de Goiás – Arquivo Frei Simão Dorvi.

NOTA FISCAL da Zerrenner, Bülow & C.^{ia} à Intendencia Municipal de Goyaz. Cidade de Goiás, [21?] set. 1912. Pasta da Intendência Municipal de Goiás – Instrução Pública. Fundação Educacional da Cidade de Goiás – Arquivo Frei Simão Dorvi.

OFÍCIO da Mesa Eleitoral da 2ª Secção do Municipio da Capital de Goyaz ao cidadão Presidente da Junta Apuradora do 1º Circulo eleitoral do Estado. Passa-se em mãos a cópia da Acta da Eleição para dous membros á Camara dos Deputados do Estado que se procedeu na referida secção. Cidade de Goiás, 31 dez. 1894. Pasta da Intendência Municipal de Goiás. Fundação Educacional da Cidade de Goiás – Arquivo Frei Simão Dorvi.

OFÍCIO de Joaquim da Rocha Lima ao Ex.^{mo} Snr.^o D.^r Intendente Municipal. Pede-se a V. Ex.^{cia} para conceder por compra o terreno de construcção localizado nas proximidades da Casa da Polvora, a direita da estrada que vai para o Arêão. Cidade de Goiás, 19 jul. 1911. Pasta da Intendência Municipal de Goiás. Fundação Educacional da Cidade de Goiás – Arquivo Frei Simão Dorvi.

OFÍCIO do Ag.^{te} Fiscal Joaquim da Rocha Lima ao Exm.^o S.^r D.^r Intendente Municipal n. 146. Precisa-se, para a organização da escripturação da Sub-Intendencia do Bacalhão de dois livros em branco contendo 50 folhas e cinco cadernos de papel. Cidade de Goiás, 12 fev. 1930. Pasta da Intendência Municipal de Goiás. Fundação Educacional da Cidade de Goiás – Arquivo Frei Simão Dorvi.

OFÍCIO do Procurador Joaquim da Rocha Lima. Entrega ao cofre da Intendencia Municipal da capital a quantia supra de 2:777\$569 arrecadados durante o mês de Maio findo, conforme respectivo balancete. Cidade de Goiás, 07 jun. 1907. Pasta da Intendência Municipal de Goiás. Fundação Educacional da Cidade de Goiás – Arquivo Frei Simão Dorvi.

REIS, Danielli da Silva Borges. **Práticas de escrita e de arquivamento: o Memorial de Anna Joaquina Marques (Cidade de Goiás, 1881-1930).** Goiânia: UFG, 2013. 278f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

SALOMON, Marlon. A danação do arquivo: ensaio sobre a história e a arte das políticas culturais. In: _____ (Org.). **Saber dos arquivos**. Goiânia: Ricochete, 2011.

SILVA, Nancy Ribeiro de Araújo e. **Tradição e renovação educacional em Goiás**. Goiânia: Oriente, 1975.

TERMO de abertura por Antônio Manuel Gomes da Neiva. In: LIVRO para assinatura dos eleitores da Freguesia de N. S. do Rosário por ocasião da votação nas eleições. Cidade de Goiás, 01 set. 1881. Manuscrito [fragmento]. Fundação Educacional da Cidade de Goiás – Arquivo Frei Simão Dorvi.

VOJNIAK, Fernando. **O império das primeiras letras**: uma história da institucionalização da cartilha de alfabetização no século XIX. Florianópolis: UFSC, 2012. 328f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

SOBREVIVER E RESISTIR: O QUOTIDIANO DE ESCRAVAS E AFRICANAS LIVRES EM MACEIÓ (1849-1888)

Danilo Luiz Marques
danilohis.al@hotmail.com
PUC-SP
Mestre em História Social

Resumo

Este trabalho tem por objetivo estudar as experiências de vida de escravas e africanas livres em Maceió durante o período de 1849 a 1888, evidenciando a luta por sobrevivência e resistência dessas mulheres que viveram a conjuntura dos últimos momentos da escravidão no Brasil. As mulheres negras realizavam várias tarefas, pois o mundo do trabalho feminino era amplo e envolvia muitos ofícios como: lavar, engomar, cozinhar e vender quitutes, marcando o cotidiano da cidade. Elas eram sabedoras das possibilidades que existiam na conjuntura histórica que viveram e experimentaram projetos de liberdade. Foram ansiosas e desinquietas pela postergação da solução emancipacionista e manifestaram seus descontentamentos, sejam com movimentos de rebeldia ou buscando os meios legais possíveis entre as brechas da legislação da época.

Palavras-chave: Escravas; Africanas Livres; Quotidiano.

Abstract

This work aims to study the life experiences of African slaves and free in Maceio during the period 1849-1888, showing the struggle for survival and strength of these women who lived through the juncture of the last moments of slavery in Brazil. Black women performed various tasks, for the world of women's work was extensive and involved many crafts such as washing, ironing, cooking and selling delicacies, marking the daily life of the city. They were sabedoras the possibilities that existed in the historical conjuncture that lived and experienced project of freedom. Were anxious and desinquietas the postponement of emancipation solution and expressed their grievances, whether with or rebel movements seeking legal means possible gaps between the legislation of the time.

Keywords: Slaves; African Free; Quotidian.

A Maceió oitocentista, assim como a maioria das cidades brasileiras, tinha, em sua população, uma forte presença de escravos, forros, africanos livres e homens livres pobres, os quais desenvolveram inúmeras estratégias para obter seus meios de subsistência e para resistir à instituição escravista. Como assinalou o historiador Marcus de Carvalho, a população cativa não assistiu passivamente ao processo de abolição do século XIX, “[...] os escravos rebelaram-se, eram desobedientes, fugiam com frequência, e estavam sempre buscando conquistar direitos que legalmente não tinham” (CARVALHO, 2001, p. 140). Os libertos ou livres eram pessoas que viviam nas fimbrias da escravidão, e também resistiram perante a hegemonia senhorial, se rebelaram, desobedeceram às leis e posturas municipais e tentaram conquistar espaços políticos, sociais e econômicos que lhes eram vedados (CARVALHO, 2001, p. 140). Os africanos livres são uma figura importante para melhor compreender a conjuntura que perpassou o Brasil ao longo do século XIX, pois, o surgimento desta categoria jurídica esteve mais atrelado à manutenção da escravidão do que a uma medida para o fim dela. Eles eram resgatados do tráfico ilegal de escravos, todavia, foram vistos por autoridades e pelas pessoas que arrematavam seus serviços como desprovidos de liberdade. Eram destinados a trabalhar em obras públicas ou para particulares por um período, até conseguirem suas cartas de emancipação.

Até o início do século XIX, Alagoas era Comarca da Província de Pernambuco, sua emancipação ocorreu no ano de 1817, e a principal cidade da região, até aquele momento, era a Cidade de Alagoas (atual Marechal Deodoro), que se transformou na primeira capital da Província. Fato que duraria até 1839, quando a emergente cidade de Maceió foi escolhida como a nova capital. Dentre os motivos para a realização desta mudança, destacamos a boa localização do Porto de Jaraguá e o estabelecimento de grupos políticos fortalecidos economicamente pela economia açucareira e pela exportação de produtos como algodão e madeira para construção naval (LINDOSO, 2005, p. 78). Elevada ao posto de capital da Província, Maceió teve seu desenvolvimento urbano ao longo do século XIX e se firmou como principal polo demográfico-econômico da região. Nela habitava uma população escrava e liberta que

circulava pelas ruas, praças e nos seus entornos a procura de meios de sobrevivências e articulavam estratégias para ir de encontro à instituição escravista, causando temores à elite local.

A escravidão nas cidades brasileiras proporcionou aos escravos múltiplas ocupações e o desempenho de quase todas as funções da economia citadina, tais como a de carregadores, trabalhadores nos portos, oficinas, lavadeiras, quitandeiras, domésticas, artesãos. (WISSENBACH, 1998, p. 63). Na capital alagoana, sinaliza Alfredo Brandão, os escravos estavam inseridos “[...] ora nos trabalhos domésticos, ora como pedreiro a construir casas, ora como ferreiro a forjar machados e foices, ora como sapateiro a fazer sandálias”. (BRANDÃO, 1988, p. 41). Para os cativos: “[...] se o senhor é comerciante, ele é carregado dos serviços pesados - transportar os fardos as costas, conduzir as carroças, varrer as lojas, limpar os balcões”. (BRANDÃO, 1988, p. 41). O historiador Felix Lima Júnior apontou que os negros, em Maceió, trabalhavam como canoieiros, copeiros, vendedores de frutas e de aves, pães, peixes e doces, cozinheiros, como serventes e no transporte de ‘tigres’ (barris de madeira que serviam para o transporte de excrementos). (LIMA JR., 1983, p. 95). No cenário urbano, os cativos transitavam com extrema agilidade pelas ruas da cidade e desenvolveram sociabilidades que proporcionavam a busca pela sobrevivência assim como oportunidades de resistência. Para Wissenbach:

No dia-a-dia, os escravos e libertos tiveram de se defrontar com os encargos do sobreviver, com as exigências impostas pelo viver citadino e improvisar respostas compatíveis à resistência contra a escravidão. Transformaram as vicissitudes da discriminação, da escassez de recursos e da ausência de instituições que lhe assistissem, num duro aprendizado da experiência de liberdade. (WISSENBACH, 1998, p. 15).

Portanto, cotidianamente, a população negra buscou, ou teve que afirmar, a emancipação, o que torna importante compreender como os escravos e os africanos livres “[...] desenvolveram a autonomia e a resistência segundo as condições colocadas pelo viver na cidade”. (WISSENBACH, 1998, p. 42). No caso desta pesquisa, a

vivência negra na Maceió do século XIX, uma cidade que estava se afirmando como sítio urbano. (ALMEIDA, 2011, p. 89). O viajante norte-americano Daniel Kidder, relatou em sua passagem pela capital alagoana no ano de 1842 aspectos do dia-a-dia da cidade, como por exemplo, a presença africana nas ruas:

Não se constituía espetáculo lá muito edificante os grupos de crianças completamente nuas, pelas ruas, mesmo assim não pudemos deixar de nos divertir com um negrinho que corria de um lado para o outro, orgulhoso de seu par de sapatos, a única peça de vestimenta – se assim se pode dizer – que tinha no corpo. Todavia, os sapatos constituíam sinal de alforria e por isso, tanto o garoto como seus pais, tinham, sem dúvida, motivo para se sentirem orgulhosos. (KIDDER, 1980. P. 74).

O trecho acima sinaliza para a dura luta em busca de liberdade que os escravos travavam diariamente contra a hegemonia senhorial, ao calçar os sapatos, o “negrinho nu” que corria estava se afirmando como livre. Segundo Robert Conrad, “[...] era negado o direito ao uso de calçados ou qualquer proteção para os pés, porque pés descalços simbolizavam a condição de escravo”. (CONRAD, 1985, p. 27). Desta forma, logo que um escravo obtivera sua alforria procurava afirmar sua nova condição calçando sapatos, (CUNHA, 1988, p. 23) era uma atitude de afirmação social. Os relatos de viajantes estrangeiros possibilitam o vislumbre do cotidiano da população cativa e o ambiente em que viviam, Kidder, em meio ao seu modo de ver característico dos viajantes do século XIX, sinalizou fragmentos dos modos de ser da população escrava e liberta da capital alagoana. Seu relato, se analisado a contrapelo, se torna uma importante fonte para vislumbrar o cotidiano da escravidão em Maceió.

O viajante norte-americano também descreve a presença de homens e mulheres de “tez escura” em frente a uma cabana no bairro de Jaraguá, os escravos que carregavam potes de água na cabeça e uma cena na praia, em casa de um português, esperando “[...] um negro que devia subir ao coqueiro e apanhar os cocos”. (KIDDER, 1980, p.80.). O que é elucidativo das ocupações citadinas dos escravos, o negro desenvolvia serviços para suprir suas necessidades de subsistência.

Uma passagem interessante no relato de Kidder é a descrição de um “negro velho” pedindo esmola, o que nos remete a pensar a situação social da população cativa e liberta quando atingiam uma idade avançada:

Ao pé da santa estava um negro velho com um xale sobre os ombros e uma bandeja na mão. Perguntando-lhe o que tinha naquele escrínio, respondeu ele: ‘Nossa Senhora do Rosário’. – O que está fazendo ela? – Pedindo esmola para a construção de uma igreja. (KIDDER, 1980, p.74).

Outro viajante que esteve em Maceió foi o botânico britânico George Gardner, o qual relatou que a cidade ficava “[...] numa elevação plana de cinquenta ou sessenta metros acima do nível do mar e dele dista cerca de um quarto de milha”. (GARDNER, 1975, p. 61). Por ser botânico, o relato de Gardner foca muito nas descrições geográficas, mesmo assim, nos fala de seu “empregado preto” que fazia seus serviços e o acompanhava nas viagens a outros lugares da Província como o Rio São Francisco, ao sul de Alagoas. O qual também foi destino do viajante alemão Robert Ave-Lallement, no ano de 1859, quando esteve em Maceió, ocasião em que ao deixar a capital em direção ao sul da Província embarcara “[...] numa pequena canoa, sua tripulação, apenas um negro velho. Este cuja cabeça branca contrastava singularmente com a cara preta”. (AVÉ-LALLEMENT, 1980, p. 280). Evidenciando a presença do negro canoieiro no cotidiano de Maceió, destacava a cidade banhada pelo mar e pelo complexo lagunar mundaú-manguaba. Em cidades do litoral nordestino como Recife e Maceió, um importante ofício era o do canoieiro. Ao estudar a capital pernambucana, o historiador Marcus de Carvalho se refere ao fornecimento de água, que dependia de escravos e negros canoieiros, uma profissão bastante procurada pela população cativa. (CARVALHO, 2001, p. 30-31).

Dentro deste cenário, a presença de mulheres negras foi uma constante; elas entreteceram suas vivências com as das ruas e praças da capital alagoana, compondo a paisagem urbana com seus costumes, inseridas num contexto de escravidão cidadina. Desta maneira, foram fundamentais tanto para o trabalho doméstico como para o pequeno comércio das ruas. Este trabalho tem por objetivo abordar as experiências de

vida de africanas livres e escravas em Maceió durante o período de 1849 a 1888, evidenciando a luta por sobrevivência e resistência dessas mulheres que viveram a conjuntura dos últimos momentos da escravidão no Brasil. Adentramos no cotidiano da cidade com o intuito de vislumbrar a sociabilidade negra e a presença de mulheres na vida social de Maceió. Através de uma leitura a contrapelo dos documentos analisados, buscamos os fragmentos das vidas das escravas e africanas livres - adentrando na batalha diária destas mulheres em busca de suas sobrevivências e na luta contra a escravidão. A região alagoana foi palco de constante movimentação de navios negreiros vindos diretamente do continente africano ou de outras províncias, como Bahia e Pernambuco. A maioria dos africanos desembarcados eram levados à Maceió para prestar serviços domésticos, trabalhar em obras públicas ou realizar vendas pelas ruas como escravos de ganho. As mulheres negras realizavam várias tarefas, pois o mundo do trabalho feminino era amplo e envolvia muitos ofícios como: lavar, engomar, cozinhar e vender quitutes, marcando o cotidiano da cidade de Maceió. Procuramos compreender quais eram as práticas exercidas pelas africanas livres e escravas para se emanciparem ou alforriarem, tendo assim uma parcela importante para a eclosão do fim do regime escravista no Brasil. Escravas e africanas livres eram sabedoras das possibilidades que existiam na conjuntura histórica que viveram e experimentaram projetos de liberdade. Elas foram ansiosas e desinquietas pela postergação da solução emancipacionista e manifestaram seus descontentamentos, sejam com movimentos de rebeldia ou buscando os meios legais possíveis entre as brechas da legislação da época.

Abelardo Duarte, ao pesquisar o folclore negro nas Alagoas, registrou as poesias do cantador negro Joaquim Puerame, arrolados por Theo Brandão e Aloisio Vilela¹ no início do século XX, apresentando uma poesia alusiva às negras quitandeiras e vendedoras de tabuleiro de doces em Maceió:

A nêga veia ta vendendo doce
Lá no hoté
Nêga da costa lá de Maceió
Ela levanta o bendegó,

¹ Pesquisadores do folclore alagoano pertencentes à chamada Escola de Maceió.

E vai prá o hoté,
Ela vende cardo de cana
Vende caju, banana,
E o sarapaté,
Ela vende a bolacha simpatia,
E também vende a bolacha soe,
E ela diz quando o matuto passa,
Ô meu sinhô venha toma café,
Repara Zé,
Que a Nega ta vendendo doce.
Lá no hoté. (DUARTE, 2010, p. 159).

Tal poesia nos apresenta uma das facetas cotidianas de escravas e africanas livres na Maceió do século XIX. Outra foi apontada pelo poeta alagoano Jorge de Lima (1893-1953), o qual tem uma obra diversificada e, a partir dos anos vinte publicou uma série de poemas fundamentados em um forte sentimento nacionalista. Também exaltou o folclore negro, culminando com a publicação de seus *Poemas Negros* em 1947. (CAVALCANTE, 2005, p. 82-85). Mas vinte anos antes, em 1927, no seu livro *Novos Poemas* nos apresentou uma tal *Negra Fulô* e seus serviços domésticos:

Essa negra Fulô!
Essa negra Fulô!
Ó Fulô! Ó Fulô!
(Era a fala da Sinhá)
— Vai forrar a minha cama
pentear os meus cabelos,
vem ajudar a tirar
a minha roupa, Fulô!
Essa negra Fulô!
Essa negrinha Fulô!
ficou logo pra mucama
pra vigiar a Sinhá,
pra engomar pro Sinhô!
Essa negra Fulô!
Essa negra Fulô!. (LIMA, 2008, p. 255).

As duas poesias são elucidativas quanto ao cotidiano das mulheres negras na Maceió e em outras cidades brasileiras do século XIX, as quais tinham que desenvolver arranjos de sobrevivências no dia-a-dia para buscar a liberdade ou apenas o sobreviver. A poesia de Joaquim Puerame sobre a negra vendedora de doce revela traços da vida

diária das mulheres que realizavam vendas ambulantes pelas ruas da capital alagoana. As vendedoras eram escravas, africanas livres e forras. Na poesia de Jorge de Lima sobre a negra Fulô, encontramos o dia-a-dia das mulheres negras que realizavam serviços domésticos nas casas de seus senhores. Em ambas as poesias, presenciamos a busca de sobrevivência e/ou resistência da população feminina nas margens da sociedade escravista brasileira do século XIX. Esses serviços, tanto as vendas ambulantes como o trabalho doméstico, poderiam estar ligados à questão da subsistência, mas também era uma forma de constituir pecúlio para quem sonhava em conquistar a liberdade. (DIAS, 1995, p. 126).

Para a historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias, que estudou os papéis femininos na São Paulo do século XIX, as vendedoras e quitandeiras “[...] eram como mediadoras e intermediárias, pequenos elos secundários, à sombra dos negócios vultosos, que [...] participavam, assiduamente, das operações do comércio local”. (DIAS, 1995, p. 83). Todavia, esse comércio mal permitia a sobrevivência dessas mulheres, que lutavam diariamente contra a exploração por parte de seus senhores e procuravam formas alternativas para conquistar seus meios de subsistência. (DIAS, 1995, p. 87). Ao estudar a escravidão urbana no Rio de Janeiro, Leila Mezan Algranti se refere a grande quantidade de escravos que eram inseridos nos “[...] trabalhos domésticos, aproveitados como cozinheiros, jardineiros, copeiros e demais atividades”. (ALGRANTI, 1988, p. 83). Sobre a cidade de Maceió, o historiador Felix Lima Júnior aponta para a presença de escravas “meninas” ou “mocinhas” que:

[...] iam para as cosinhas ou então ‘bater roupa’ nos fundos dos quintais, as mais afortunadas. Outras, com gamela ou taboleiro na cabeça, percorriam as ruas vendendo peixe, sururu, fressuras, frutas, etc. As mais jeitosas, mais simpáticas, [...] iam trabalhar como copeiras, umas; outras aprendiam a costurar e a bordar, servindo diariamente as Sinhas Moças como mucamas (*sic.*). (LIMA JUNIOR, 1975, p. 09).

Portanto, eram constantes, na vida das mulheres negras em Maceió, a prestação dos serviços diários descritos acima, sobretudo na região central da cidade, onde

ficavam as residências da elite proveniente da economia açucareira da Província. Além disso, as atividades de vendas nas ruas e serviços domésticos eram também um meio para as escravas constituírem “[...] o pecúlio, com que sonhavam comprar a sua alforria”. (DIAS, 1995, p. 132). O historiador Luiz Sávio de Almeida, analisando os dados produzidos pelo governo provincial no ano de 1856, nos apresenta a população escrava na capital alagoana dividida por sexo:

População escrava por sexo na freguesia de Maceió, 1856

Distrito	Sexo			
	Absoluto		Relativo	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Cidade	421	569	64,27	71,21
Jaraguá	142	127	21,68	15,89
Poço	47	59	7,18	7,38
Bebedouro	45	44	6,87	5,51
Total	655	799	100,00	100,00

ALMEIDA, Luiz Sávio. *Escravidão e Maceió: distribuição espacial e renda em 1856*. In: MACIEL, Osvaldo. *Pesquisando na Província: economia, trabalho e cultura numa sociedade escravista (Alagoas, século XIX)*. Maceió: Q Gráfica, 2011, p 94.

Sabemos como é complexo se trabalhar com dados oficiais, sobremaneira nestas pesquisas demográficas que tinham uma forte tendência ao erro, portanto, não a vemos como um espelho da realidade e sim como um resquício para compreendermos o passado. É interessante notar que a quantidade de mulheres escravas era superior à população masculina, tal questão nos remete a pensar sobre o quão era constante a presença delas no cotidiano da cidade de Maceió.

No centro da cidade e no bairro de Jaraguá, onde se situavam as casas dos senhores de engenho, políticos, comerciantes e autoridades, os números de mulheres escravas eram respectivamente de 569 e 127, sendo o número de escravos masculino 421 e 142, o que evidencia a presença destas mulheres para realizar tarefas domésticas. Nas cidades brasileiras do Império, os serviços domésticos eram realizados por

mulheres, e chamadas de “*criadas do servir*”. (SILVA, 2011, p. 177). Estabelecia-se um grande comércio, o qual pode ser captado nos anúncios dos jornais do século XIX, onde encontramos frequentemente pessoas querendo vender, comprar ou alugar escravas que sabiam cozinhar, engomar, passar, etc.

No dia 24 de janeiro de 1868, o jornal *Diário de Alagoas* publicava um anúncio no qual se vendia “[...] uma escrava mulata, moça, com uma filha de 3 anos, engoma, lava e cosinha” (*sic.*)². É interessante notar que as atividades de engomar, lavar e cozinhar poderiam estar associadas a uma mesma escrava, o historiador Maciel Henrique da Silva constatou este fato analisando os jornais do Recife no século XIX. (SILVA, 2011, p. 243). Em anúncio do mesmo jornal no ano de 1870 vendia-se “[...] uma preta de 40 anos com uma filha de onze anos” (*sic.*)³. No jornal *O Liberal*, o senhor Felino Mascarenhas queria comprar “[...] uma escrava preta, sadia, de bons costumes, e que tenha habilidade para quitandeira”⁴. Como sinalizou a historiadora Maria de Fatima Novaes Pires: “[...] o abastecimento doméstico para suprir as necessidades alimentares cotidianas devia-se a trabalhos realizados principalmente por mulheres nas cozinhas e quintais das casas” dos seus senhores. (PIRES, 2009, p. 209). Havia também quem desejava apenas alugar escravas, foi o que encontramos no *Jornal de Alagoas*: “Precisa-se alugar uma preta escrava que saiba cozinhar e engomar, na rua Barão de Jaraguá 14, ou na rua do Saraiva, escritório do Coutinho”⁵. Manuel Diégues Júnior, analisando registros de compra e venda de escravos em Maceió entre os anos de 1873 e 1878, verificou que de 134 vendas, 10 eram de negras cozinheiras e 45 de escravos ligados aos serviços domésticos, sendo o restante destinado ao trabalho na agricultura. (DIÉGUES JUNIOR, 2002, p. 183-184). Para este historiador alagoano:

Como doceira e cozinheira, das melhores aliás, a escrava negra fez sentir sua influência na vida social. Na economia doméstica a contribuição da escrava foi grande. Na culinária em particular. Daí o interesse do que os anúncios de jornais do século passado se referem a

² IHGAL. *Diário de Alagoas*. 24/01/1868.

³ IHGAL. *Diário de Alagoas*. 11/02/1870.

⁴ IHGAL. *O Liberal*. 07/06/1878.

⁵ IHGAL. *Jornal de Alagoas*. 05/02/1874.

escravas como cozinheiras e doceiras. (DIÉGUES JUNIOR, 2002, p. 183).

Todavia, existiam aqueles que queriam escravas para realizar vendas pelas ruas, como em um anúncio encontrado no jornal *O Mercantil*, que dizia precisar “[...] alugar uma escrava para fazer vendas pelas ruas, quem a tiver e quiser alugar dirija-se a esta typographia que se dirá quem quer” (*sic.*)⁶. Este aspecto nos faz pensar sobre as escravas de ganho que trabalhavam fora da casa dos seus senhores, sem controle e nem supervisão direta, desenvolviam vendas pelas ruas que auxiliavam a auferir seus ganhos. Como colocou Maria Odila:

Toda sua maneira de sobreviver implicava a liberdade de circulação pela cidade, pois dependiam de um circuito ativo de informações, bate-papos, leva-e-traz, contratos verbais... contra os quais havia medidas de repressão forjadas pelo sistema colonial, envolvendo licenças, toques de recolher, passaportes, salvo-condutos, que afetariam drasticamente, se fossem cumpridas a ferro e fogo, a possibilidade de seu ganha-pão. (DIAS, 1995, p. 73).

Uma das formas mais comuns de se utilizar a escravaria na capital alagoana foi o “ganho”, segundo Antônio Daniel, os senhores “[...] incumbiam os seus cativos de realizar tarefas, e, no final de um período acordado, os mesmos deveriam trazer um determinado dinheiro combinado” (RIBEIRO, 2003), sendo mais comum atividades de vendas de alimentos como frutas, sururu e peixes. Em Maceió, tais serviços não eram apenas realizados por escravas, pois as africanas livres também tinham uma forte presença na cidade e eram encarregadas das mesmas tarefas. O Curador dos Africanos Livres de Alagoas, em ofício dirigido ao Presidente da Província no ano de 1855, diz que os africanos:

[...] se prestam pela maior parte nos serviços serventes de obras particulares e do ganho de rua, por se não quererem sujeitar a outros misteres, especialmente as fêmeas, que pela maior parte só se empregam em comércio de quitandeiras. (DUARTE, 1988, p. 63).

⁶ IHGAL. *O Mercantil*. 13/06/1864.

Foi o caso da africana livre Benedita, que teve seus serviços arrematados pelo senhor Manoel Claudino d' Arrochela Jaime, no ano de 1850, após ter sido apreendida em uma embarcação de tráfico ilegal de escravos⁷. Todavia, se recusara a prestar serviços domésticos e a residir na casa de seu arrematante. Encontramos tal informação em seu requerimento de emancipação feito no ano de 1861, juntamente com outras duas africanas livres de nomes Joaquina e Maria⁸. Deste modo, ao se recusar a prestar os serviços domésticos na casa de seu arrematante, Benedita “[...] obtivera faculdade para os prestar na rua mercadejando com taboleiro de frutas, e outros generos de legumes, sob a condição de contribuir hum modico salario” (*sic.*)⁹ e passou a realizar vendas nas ruas como as mulheres cantadas na poesia de Joaquim Puerame.

Benedita não conseguiu pagar o salário para seu arrematante, pois, se “[...] prohibio por Lei Municipal o uzo de mercadejarem os africanos livres” (*sic.*)¹⁰. Esta postura municipal de Maceió foi aprovada no dia 27 de junho de 1859 e proibia “[...] aos africanos livres de negociarem por si ou por interposta pessoa com gêneros alimentícios de qualquer natureza”. (DUARTE, 1988, p. 48). Deste modo, Benedita ficou impedida de realizar suas vendas pelas ruas da cidade, o que fez o seu arrematante exigir que ela voltasse a prestar serviços domésticos na sua residência.

Percebemos que as autoridades “[...] procuravam limitar a livre circulação de quitadeiras e vendedoras clandestinas, escravas, forras e africanas livres, fixando-as em locais demarcados da cidade.” Era mais viável a supervisão dos cativos que trabalhavam em serviços domésticos. (DIAS, 1995, p. 126). Talvez por esta questão, na documentação sobre os africanos livres em Maceió, encontramos um maior número de mulheres que eram encarregadas de prestar serviços domésticos, fossem eles nas casas dos arrematantes ou em instituições públicas, como foi o caso da africana livre Roza no hospital de caridade da cidade. Esta foi apreendida em contrabando de africanos nas praias do Morro de Camaragibe em Porto das Pedras, no ano de 1850 – assim como

⁷ APA. Informação sobre req. de Manoel Claudino (Benedita) env. pelo Curador ao Pres. Prov. 17/06/1861.

⁸ APA. Informação sobre req. Joaquina, Maria e Benedita env. pelo Curador ao Pres. Prov. 16/05/1861.

⁹ APA. Informação sobre req. de Manoel Claudino (Benedita) env. pelo Curador ao Pres. Prov. 17/06/1861.

¹⁰ Idem.

Benedita - e teve seus serviços arrematados por um tenente de nome Bernardo Joaquim Correia que, depois que mudou de domicílio renunciou aos serviços da africana¹¹. Desde então, Roza foi destinada ao “[...] *serviço de lavagem de ropas do Hospital de Caridade*” (*sic.*)¹².

A maioria das africanas livres eram destinadas a prestar serviços domésticos nas residências de seus arrematantes. Assim aconteceu com Francisca, que prestou serviços a Joaquim Jozé de Almeida¹³, todavia, ela estava sempre resistindo à condição que lhe era posta. Os arrematantes dos africanos livres os tratavam da mesma forma que os escravos, ocorrendo, um cotidiano de tensões, tentativas de controle e manifestações de resistência. Francisca requereu, em maio de 1861, sua emancipação. Em resposta a tal pedido o curador João Camilo alegou que ela:

Não tem tido hum regular e irreprehensivel comportamento, por que contra ella me tem sido por vezes apresentadas algumas queixas, e o mesmo arrematante de seus serviços tem ja tentado renuncialos para não ter occaziam de soffrimentos, como elle mesmo me há declarado (*sic.*)¹⁴.

Notamos que essas mulheres viveram uma estreita relação com a escravidão, todavia, quiseram, diariamente, afirmar sua condição de livres. A grande quantidade de africanas livres destinadas a prestar serviços domésticos mostrava uma forma de controle social proveniente da hegemonia senhorial, muitas foram às medidas tomadas pelos governantes para inibir qualquer tentativa de insubordinação e desobediência da população cativa. Contudo, sabedoras do momento histórico que viviam, sempre buscaram a emancipação.

O cotidiano das escravas e africanas livres na Maceió do século XIX foi marcado pelo trabalho doméstico e pelos serviços de ganho realizados nas ruas da cidade, principalmente o comércio ambulante. Com isto, elas desenvolviam seus arranjos de sobrevivência e buscavam os caminhos para a liberdade, estes serviços

¹¹ APA. *Informação sobre req. João e Luiza env. pelo Curador ao Pres. Prov.* 14/03/1851.

¹² APA. *Requerimento de Carta de Emancipação - João e Luiza.* 07/03/1861.

¹³ APA. *Informação sobre req. Francisca env. pelo Curador ao Pres. Prov.* 04/06/1861.

¹⁴ APA. *Informação sobre req. Francisca env. pelo Curador ao Pres. Prov.* 11/05/1861.

poderiam estar ligados à questão da subsistência, mas também era uma forma de constituir pecúlio para quem sonhava em conquistar a emancipação. Elas eram sabedoras das possibilidades que existiam na conjuntura histórica que viveram e experimentaram projetos de liberdade. Foram ansiosas e desinquietas pela postergação da solução emancipacionista e manifestaram seus descontentamentos, sejam com movimentos de rebeldia ou buscando os meios legais possíveis entre as brechas da legislação da época.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luiz Sávio. *Escravidão e Maceió: distribuição espacial e renda em 1856*. In: MACIEL, Osvaldo. *Pesquisando na Província: economia, trabalho e cultura numa sociedade escravista (Alagoas, século XIX)*. Maceió: Q Gráfica, 2011.

ALGRANTI, Leila Mezan. *O Feitor Ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro 1808-1822*. Petrópolis: Vozes, 1988.

ALMEIDA, Luís Sávio de. *Memorial Biográfico de Vicente de Paula, capitão de todas as matas: guerrilha e sociedade alternativa na mata alagoana*. Maceió: Edufal, 2008.

ANDRADE, Juliana Alves de. *Agricultores, Pretos, Sítiantes e Outras Gentes do Vale: o universal rural das Alagoas na segunda metade do século XIX*. In: MACIEL, Osvaldo. *Pesquisando na Província: economia, trabalho e cultura numa sociedade escravista (Alagoas, século XIX)*. Maceió: Q Gráfica, 2011.

ANDRADE, Manoel Correia de. *Usinas e Destilarias das Alagoas: uma contribuição ao estudo da produção do espaço*. Maceió: Edufal, 1997.

Arquivo Público de Alagoas. *Informação sobre req. Francisca env. pelo Curador ao Pres. Prov. 04/06/1861.*

ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS. *Informação sobre req. Francisca env. pelo Curador ao Pres. Prov. 11/05/1861.*

ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS. *Informação sobre req. João e Luiza env. pelo Curador ao Pres. Prov. 14/03/1851*

ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS. *Informação sobre req. Joaquina, Maria e Benedita env. pelo Curador ao Pres. Prov. 16/05/1861.*

ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS. *Informação sobre req. de Manoel Claudino (Benedita) env. pelo Curador ao Pres. Prov. 17/06/1861.*

ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS. *Requerimento de Carta de Emancipação - João e Luiza. 07/03/1861.*

AVÉ-LALLEMENT, Robert. *Viagens pelas Províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe.* Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. Universidade de São Paulo, 1980.

BARICKMAN, B. J. *Até a Véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do recôncavo baiano (1850-1881).* Afro-Ásia, v. 21-22, 1998-99.

BARROS. Theodyr Augusto de. *O Processo de Mudança da Capital (Alagoas-Maceió): uma abordagem histórica, 1819-1859.* Maceió: Imprensa Universitária, 1991.

BERTIN, Enidelce. *Os Meia-cara. Africanos livres em São Paulo no século XIX.* USP, 2006, (Tese de Doutorado).

BRANDÃO, Alfredo. *Os Negros na História de Alagoas*. Maceió: s/ed., 1988.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850**. Recife: Editora Universitária da UFRPE, 2001.

CAVALCANTE, Simone. *Literatura em Alagoas*. Maceió: Scortecci/ Grafmarques, 2005.

CHALOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CONRAD, Robert. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COSTA, Craveiro. *Maceió*. Maceió: Edições Catavento, 2011.

Cunha, Manuela Carneiro da. *Olhar Escravo, Ser Olhado*. In Azevedo, Paulo Cesar de, e Lisovsky, Mauricio (Orgs.). *Escravos brasileiros do século XIX na fotografia de Christiano Jr*. São Paulo: ExLibris, 1988.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DIEGUES JUNIOR, Manuel. *O Bangüê nas Alagoas – Traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional*. 2ª edição, Maceió: Edufal: 2002.

DUARTE, Abelardo. *Episódios do Contrabando de Africanos nas Alagoas*. Maceió: s/ed. 1988.

DUARTE, Abelardo. *Folclore Negro das Alagoas*. Maceió: Edufal, 2010.

DUARTE, Abelardo. População da Vila de Maceió e seu termo no ano de 1827. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas*, nº XXXVI, 1980.

EINSEBERG, Peter. *Modernização sem Mudança: a indústria açucareira em Pernambuco: 1840-1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1977.

ESPÍNDOLA, Thomas do Bom-Fim. *Geografia Alagoana ou descrição física, política e histórica da Província das Alagoas*. 2 ed. Maceió: Edições Catavento, 2001 [1871].

FORTES, Cynthia Nunes da Rocha. *Maceió nos Itinerários de Pedro Nolasco Maciel*. In: ALMEIDA, Luiz Sávio (org.) *Traços e Troças: literatura e mudança social em Alagoas. Estudos em Homenagem a Pedro Nolasco Maciel*. Maceió: Edufal, 2011.

GARDNER, George. *Viagem ao Interior do Brasil, principalmente nas províncias do norte do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. Universidade de São Paulo, 1975.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. *Diário de Alagoas*. 24/01/1868.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. *Diário de Alagoas*. 11/02/1870.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. *Jornal de Alagoas*. 05/02/1874.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. *O Liberal*. 07/06/1878.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. *O Mercantil*.
13/06/1864.

KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de Viagens e Permanências nas Províncias do Norte do Brasil*. Belo Horizonte: Ed Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1980.

LIMA, Jorge. *Poesia Completa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LIMA JUNIOR, Felix. *A Escravidão em Alagoas*. Maceió: s/ed., 1975.

LIMA Jr., Félix Lima. *Carroças e Carroceiros*. Maceió, Fundação Teatro Deodoro, 1983.

LINDOSO, Dirceu. *A Interpretação da Província: Estudo da Cultura Alagoana*. Maceió: Edufal, 2005.

MACIEL, Pedro Nolasco. *Traços e Troças (crônica vermelha - leitura quente)*. 2º ed. Anotada e comentada por Felix Lima Junior. Maceió: DEC, 1964, [1899].

MATTOSO, Katia M. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MELO. Hélder Silva de. *Dados Estatísticos e Escravidão em Alagoas (1850-1872)*. In: MACIEL, Osvaldo. *Pesquisando na Província: economia, trabalho e cultura numa sociedade escravista (Alagoas, século XIX)*. Maceió: Q Gráfica, 2011.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da Vida: tráfico interprovincial e alforrias nos Sertões de Sima – BA (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009.

REIS, João José Reis; SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

RIBEIRO, Antônio Daniel Marinho. *A Transição da Mão-de-obra Escrava para a Livre no Perímetro Urbano de Maceió (1850-1898)*. Maceió: UFAL, 2003 (Monografia de Graduação em História).

SANTANA, Moacir Medeiros de. *Uma Associação Centenária*. Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1966.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. *Contribuição a História do Açúcar em Alagoas*. Recife: Instituto do Açúcar e do Alcool e Museu do Açúcar, 1970.

SILVA, Maciel Henrique. *Pretas de Honra: vida e trabalho de domésticas e vendedoras no Recife do século XIX (1840 – 1870)*. Recife: Ed. Universitária da UFPE. Coedição, Salvador: EDUFBA, 2011.

SILVA, Moisés Sebastião da. *Vida na Fronteira: a experiência dos africanos livres em Alagoas (1850-1864)*. In: MACIEL, Osvaldo. *Pesquisando na Província: economia, trabalho e cultura numa sociedade escravista (Alagoas, século XIX)*. Maceió: Q Gráfica, 2011.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A Capoeira Escrava e Outras Tradições Rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*. 2ª edição, revisada e ampliada. Campinas: Editora UNICAMP/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2002.

SOARES, Luiz Carlos. *O “Povo de Cam” na Capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj – 7 letras, 2007.

WISSENBACH, Maria Cortez. *Sonhos Africanos, Vivências Ladinhas. Escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: Hucitec, 1998.

PATRIMÔNIO IMATERIAL E REFERÊNCIAS CULTURAIS EM RIBEIRÃO PRETO: HISTÓRIA, TEORIA E PRIMEIROS RESULTADOS DE TRABALHO DE PESQUISA DE CAMPO

Delson Ferreira
delsonferreira@gmail.com
Centro Universitário UNISEB
Mestre.

Co-autor: Aurélio Manoel Corrêa Guazzelli
lelo@usp.br
Universidade de São Paulo – USP
Especialista.

Resumo

Este trabalho apresenta as reflexões e os resultados parciais de pesquisa realizada pela Rede de Cooperação Identidades Culturais no município de Ribeirão Preto. A Rede surgiu com a finalidade de inventariar as referências culturais de Ribeirão Preto relativas à cultura do café, entre 1870 e 1950. Para a consecução do projeto, foi adotada a metodologia empregada pelo IPHAN para o INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais, que se define por ser um instrumento de conhecimento, cujo objetivo é identificar e documentar bens culturais de qualquer natureza, visando ao reconhecimento daqueles que representam a diversidade e a pluralidade culturais. Além disso, essa metodologia permite que sejam apreendidos os sentidos e significados atribuídos a esses bens pelos moradores da localidade, agregando às políticas públicas a noção de referência cultural.

Palavras-chave: Referências culturais; Inventário; Ribeirão Preto.

Abstract

The aim of this paper is the presentation of reflections on the partial results of research undertaken in the municipality of Ribeirão Preto, through the Cultural Identities Cooperation Network. The network was formalized with the signing of a technical cooperation agreement which purpose is to identify the cultural references of Ribeirão Preto related to the coffee culture between 1870 and 1950. For the project attainment, the methodology used for the INRC IPHAN - National Inventory of Cultural references was adopted. This is defined as an instrument of knowledge, which goal is to identify and document cultural goods of any nature, aimed at recognizing those who represent the cultural diversity and plurality. In addition, the methodology allows the seizure of the senses and meanings assigned to such property by local residents, adding to public policy the notion of cultural reference.

Key words: Cultural references, Inventory, Ribeirão Preto.



1. O TEMA: SUA HISTÓRIA E PERTINÊNCIA

Este trabalho apresenta as reflexões iniciais sobre os resultados de pesquisa de levantamento do patrimônio imaterial de Ribeirão Preto e suas principais referências culturais, realizado entre 2010 e 2013 pelos pesquisadores do Grupo 3 da Rede de Cooperação Identidades Culturais, do Projeto Café Com Açúcar. Seus principais objetivos são os seguintes: refletir, com aportes históricos e teóricos, a respeito dos conceitos de “patrimônio imaterial” e “referências culturais”; apresentar os percursos já traçados pela pesquisa etnográfica e o “estado da arte” do trabalho que este grupo de pesquisadores realizou e, por fim, apontar os resultados já obtidos.

As temáticas referentes ao patrimônio imaterial e à cultura popular têm sido alvo, em nossos dias, de intensos debates envolvendo áreas como a história, a sociologia, a antropologia, dentre outras no campo acadêmico, e setores governamentais responsáveis pelo trabalho com as políticas públicas culturais. Ao longo dessas discussões, nenhum conceito desenvolvido foi considerado único e definitivo, fato que abre um espaço social relevante para novas reflexões, tanto por parte dos pesquisadores, quanto da classe política que trabalha com essas questões no âmbito das políticas públicas de Estado.

O receio da perda do pertencimento faz com que o indivíduo eleja pontes de contato com o seu passado. A contemporaneidade marca a escolha dos testemunhos diversos e utiliza, para isso, não somente parâmetros estéticos, mas fundamentalmente os significados simbólicos e identitários. Dessa forma, os bens culturais passaram a representar o lastro no qual cada comunidade se reconhece, servindo de paradigma básico para o fomento à cidadania do reconhecimento, por meio de um profundo senso de pertencimento e de permanência histórica.

Cultura popular, patrimônio imaterial e direito à memória constituem, portanto, parte de um processo abrangente de conquista efetiva de uma nova cidadania local e planetária no qual estamos inseridos, que é candente nas últimas décadas e se relaciona

diretamente com o avanço dos direitos humanos fundamentais das gentes, no sentido civil, social e político, para campos como o direito a um ambiente saudável e a preservação e proteção cultural, dentre outros.

2. A HISTÓRIA DA IDEIA DE PATRIMÔNIO

Um breve histórico sobre a evolução do conceito de patrimônio nos leva à França do século XVIII. Lá, o conceito estava ligado à concepção de monumento, em especial às ruínas das culturas clássicas, aos castelos e às igrejas medievais. Para Choay (2001), este momento, por excelência, representou o exercício da memória dos dominantes.

Produzido histórica e socialmente, o conceito de patrimônio cultural vigente no decorrer dos séculos XIX e XX foi influenciado pela percepção que cada sociedade tinha das suas próprias experiências, guardando em si várias camadas de significados. Ao longo destes séculos, esse conceito teve seu sentido ampliado, agregando outras representações da cultura material. Nesse período, a preservação traduziu-se na busca de passado comum, capaz de gerar laços identitários no seio dos Estados nacionais em fase de consolidação. A construção e a fundamentação das identidades nacionais passavam pela constituição de coleções que se tornariam o patrimônio nacional de cada nação. Para Le Goff (1994), este tratamento dado ao patrimônio continuava sendo perigoso na medida em que a elite determinava, por meio do discurso do conhecimento e da técnica, o que deveria ser tombado e incensado pelo exercício de preservação da memória oficial.

Já na segunda metade do século XX, sobrevivente à destruição física causada por duas grandes guerras mundiais, a percepção sobre o patrimônio ampliou-se ainda mais e de modo consistente, em sua formulação. A Carta de Nova Delhi, publicada em dezembro de 1956, já evidenciava que a “garantia mais eficaz de conservação dos monumentos e obras do passado reside no respeito e dedicação que lhes consagram os

próprios povos” (UNESCO, 1956, p. 1). O documento destacou o papel dos Estados na criação e implantação de ações que favorecessem os sentimentos de pertencimento.

Reconhecendo a complexidade da problemática em torno da preservação do patrimônio cultural, a Carta de Veneza (1964) reavaliou e aprofundou a Carta de Atenas, de 1932. Os monumentos foram reconhecidos como portadores “de mensagem espiritual do passado [...]”, perdurando no “presente como o testemunho vivo” das tradições seculares (ICOMOS, 1964, p. 1).

O papel do Estado na preservação do patrimônio cultural tornou-se, nos anos posteriores, pauta das discussões internacionais. Em 1967, a Organização dos Estados Americanos, O.E.A., publicou as chamadas Normas de Quito (O.E.A., 1967). No documento, explicitavam-se os efeitos do crescimento sem planejamento dos países pobres e em desenvolvimento, no processo de degradação e de abandono dos bens protegidos por lei.

Em junho de 1997, a Carta de Mar Del Plata estabeleceu os princípios e as recomendações sobre o patrimônio intangível para os países do Mercosul. Considerando esta questão uma prioridade absoluta, estavam “convencidos de que o processo de integração concretizado através do Mercosul, que expressa as legítimas aspirações de nossos povos a uma vida melhor, deve-se sustentar-se sobre a diversidade dos sistemas e subsistemas culturais” (MERCOSUL, 1997, p. 1).

Apenas no início do século XXI, os órgãos oficiais internacionais e brasileiros reconheceram que, dentro do que denominavam patrimônio cultural, existia a dimensão do **imaterial**, superando a antiga “dicotomia entre os bens de pedra e cal” e as demais manifestações culturais inseridas na dinâmica da vida cotidiana (INRC, 2000, p. 7).

A relação intrínseca entre a cultura material e imaterial foi destacada por Choay (2001), que defendeu a impossibilidade de compreensão de um monumento sem entender a cultura que o produziu. Nesse ponto, reside o patrimônio imaterial, que é vivo, possui movimento e, portanto, é simultaneamente uma força simbólica e política



que o faz relevante em qualquer discussão ou debate que se trave sobre a questão cultural nos nossos dias.

Para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, o patrimônio imaterial envolve os saberes e as técnicas passadas através de gerações, as festas, as celebrações, a gastronomia, entre outros (IPHAN, 2000). Estas manifestações culturais perpassam por um refazer constante, cuja identificação e valorização dependem da memória e do olhar para as minorias que, por décadas, foram marginalizadas. Partindo do referencial proposto por Burke (2010), pode-se afirmar que os nossos bens intangíveis são intimamente relacionados às expressões da cultura popular brasileira, que teria herdado da colonização portuguesa as memórias do período da Guerra de Reconquista da Península Ibérica reelaborando e traduzindo-as, por exemplo, nas Cavalhadas encontradas atualmente no interior do Brasil. Como manter vivas essas experiências que, no século XXI, tornaram-se únicas? Este é o propósito precípua das políticas públicas de preservação cultural.

Em 17 de outubro de 2003, por meio da Recomendação de Paris, a UNESCO reconheceu o patrimônio imaterial como aquele que:

[...] se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (UNESCO, 2003, p. 4).

3. O PATRIMÔNIO NO BRASIL

Em países como o nosso, compreender o entrelaçamento entre cultura, patrimônio imaterial e memória é perceber a nossa longa luta pela efetivação de uma cidadania que é parte dos discursos teóricos e acadêmicos e utopia dos engajados nas causas da transformação social. Continuamos em processo de aprendizado civil e, mais do que respostas definitivas, muitas são as questões lançadas à discussão.

Fonseca (1996) sustenta, referindo-se ao Brasil, que após a fase do antigo SPHAN e atual IPHAN, vindo da década de 1930 e com preocupação centrada no barroco, até a década de 1970 com concepções pautadas pelo governo militar, é possível observar um movimento de renascimento da questão cultural impulsionado pela promulgação da Constituição de 1988, uma vez que ela expressa a percepção de que não apenas o Estado, mas também a população é parte interessada e responsável pela manutenção patrimonial, seja ela material ou imaterial. Assim, o texto constitucional ampliou o conceito de patrimônio cultural, agregando a ele uma visão democrática ligada diretamente à sociedade civil. Mas, o grande e importante avanço consistiu na incorporação técnica de uma abordagem antropológica da cultura, que colocou em pauta o conceito de referência cultural (INRC, 2000).

Como resultado concreto desse processo, foi baixado o Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, que instituiu o registro de bens de natureza imaterial como parte do patrimônio cultural brasileiro. Esse amplo movimento abriu espaço para a criação de Conselhos Municipais de Cultura e de Patrimônio, o que permitiu que a discussão saísse do patamar federal e chegasse ao cotidiano da vida dos municípios, aos âmbitos culturais locais.

4. O PATRIMÔNIO EM RIBEIRÃO PRETO

A preocupação com a preservação do patrimônio iniciou-se, nessa cidade, ainda no período da ditadura militar. Em 1967, por meio da Lei nº 2002, foi criado o Conselho de Cultura. Entre as suas responsabilidades, ele possuía a missão de “contribuir para a elevação do patrimônio e a mobilização constante das potencialidades culturais da cidade” (SANTO; REGISTRO, 2002, *online*). Quatro anos depois, em 1971, foi criado o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural do Município. Nesse período, a noção do papel do poder público municipal ainda era muito vaga, restringindo-se à:

adoção de todas as medidas para a defesa dos bens e locais de valor histórico e cultural, cuja conservação se importa em razão de fatos



históricos memoráveis, de seu valor folclórico, artístico, documental bem como dos recantos paisagísticos que merecem ser preservados (SANTO; REGISTRO, 2002, *online*).

O primeiro bem do município a ser reconhecido pelo poder público foi o Theatro Pedro II. Em 08 de junho de 1973, a edificação foi declarada de valor histórico pela Lei nº 2.764. Esse teatro foi construído pela Cervejaria Paulista e inaugurado em 1930 e, junto a outras duas edificações, o atual Centro Cultural Palace e o prédio comercial Meira Júnior, forma o chamado Quarteirão Paulista, um conjunto de edifícios monumentais na praça central da cidade, cujo projeto arquitetônico é de Hyppolito Gustavo Pujol (SUNEGA, 2011). As características arquitetônicas deste teatro, que lhe concederam o adjetivo de “monumental”, pareciam, naquele momento, ser as únicas justificativas para a sua preservação.

Em 15 de julho de 1980, o Theatro Pedro II foi parcialmente destruído por um incêndio de grandes proporções. O episódio passou para a memória da comunidade como um trauma coletivo. Não só pela destruição provocada pelo fogo, mas, em particular, pela iminência da perda definitiva do bem, ameaçado de demolição pelo próprio poder público que, sete anos antes, o havia chancelado como patrimônio histórico do município. Era um momento de incertezas e de insegurança; na ausência de políticas públicas de Estado efetivas na ação de preservação patrimonial, o poder público ensaiava os gestos de proteção e fazia vistas grossas à destruição em tempo simultâneo.

Essa experiência gerou a certeza de que não se perderia apenas um exemplar de excepcional valor arquitetônico e estético do ponto de vista material, mas sim, e principalmente, uma referência cultural de grande importância simbólica e imaterial. Os ribeirões-pretanos ainda se lembram, nos dias de hoje, conforme depoimentos obtidos em nossa pesquisa de campo, da tristeza sentida ao ver o Pedro II pegar fogo.

A possibilidade de ver mais um fio da teia de ligação com o seu passado comum ser cortado despertou a sociedade civil e gerou ampla reação de grupos organizados

ligados às artes e diversas expressões culturais, que articularam forte mobilização social nas ruas pela recuperação e preservação do teatro “monumental” da Praça XV.

Observa-se, a partir de então, o início efetivo de um movimento de busca por parte da sociedade local da sua memória coletiva. Um percurso errante e enredado no difícil aprendizado do que significava ser parte e partícipe de uma localidade. Cristiane Framartino Bezerra, integrante dessas mobilizações, diz que:

aos domingos, eram organizados eventos na esplanada do Pedro II pela maioria dos artistas da época, como Osvani Andrade, Dino Bernardes Jr, José Mauricio Cagno, Magno Bucci, Fernando Cachaça, Fe Souza, Débora D’uboc Garcia, se reuniam com megafone, em frente ao teatro, com gritos de protesto alternados com panelaço, foi um movimento cultural muito grande. Toda essa movimentação recebeu o apoio da Câmara de Vereadores, que formou uma comissão de estudos de Pró-restauração do Pedro II, e convidou os artistas para aderirem ao movimento. Com o tempo, foram se agregando forças, como o apoio da Fundação Roberto Marinho, Governo Federal e Estadual, grupos de várias vertentes sociais, empresários e a sociedade civil (REDE, 2011, Ficha Q30, INRC).

Decorrente do incêndio, o processo de tombamento do Pedro II efetivou-se pelo Condephaat, em 1982, transformando-se no primeiro patrimônio tombado pelo governo do Estado de São Paulo na cidade. O seguinte excerto de texto, disponível no sítio eletrônico do Theatro Pedro II, revela com clareza o resultado da mobilização social da comunidade em favor dessa casa de espetáculos:

Em maio de 1991 teve início a primeira etapa de restauração e modernização do teatro. Em janeiro de 1993 começou a segunda etapa. Um concerto de música erudita em abril de 1994 arrecadou US\$ 10 mil para a recuperação. Em 1996, o Theatro Pedro II foi reinaugurado.

Segundo o engenheiro José Arthur Damião Joaquina, responsável pela condução do processo de reforma, restauração e modernização do teatro, que hoje trabalha como diretor financeiro da Fundação Pedro II, o início das obras:

começou a dar vida novamente ao Theatro; como uma Fênix que renasce das cinzas, o teatro estava praticamente às cinzas, o prédio

estava em processo para tentar demolir, enfim, estava relegado ao último pano, fechado, parado, um patrimônio, um bem cultural enorme, então esse fato, esse acontecimento é de muita relevância, porque o Teatro depois de inaugurado teve seu apogeu como teatro, seus dias de glória, ele teve sua decadência e virou cinema, depois de virar cinema ele pega fogo, então eu acho que o fogo, o incêndio foi um divisor de águas, marcou uma década, ele marcou uma época que o Theatro já estava decadente, para voltar os seus dias de glória [...] para voltar a reviver como teatro, então o incêndio foi um fato marcante (REDE, 2011, Ficha Q50, INRC).

A perda material que representou a destruição do Pedro II possibilitou a abertura do olhar coletivo para o imaterial, o despertar do seu significado afetivo. O Estado que, outrora, abandonou o Pedro II em função da omissão da população, transformou-se no Estado que, graças ao avanço da cidadania e da demanda dessa mesma população, propõe-se, nos dias de hoje, a estudar, por meio de uma Rede de Cooperação acadêmica, o patrimônio imaterial da cidade.

Este movimento que se observou em Ribeirão Preto possui, de fato, intensa ligação com um processo mais amplo que vinha ocorrendo nos planos Estadual e Federal brasileiro. O IPHAN, por exemplo, além do tradicional trabalho do Pró-Memória, fez importantes parcerias internacionais com a UNESCO, por intermédio do Monumenta, e com prefeituras, a fim de resgatar os patrimônios locais, como no caso de Ribeirão Preto no projeto denominado Identidades Culturais.

O amadurecimento processual e cidadão do olhar brasileiro sobre a questão patrimonial permitiu que se criasse, no início do século XXI, um Centro Nacional de Referência Cultural acompanhado do Programa Nacional de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial. Ele prevê, entre outros aspectos, que a indicação de um patrimônio imaterial a ser registrado possa ser realizada por cidadãos comuns. Após a indicação, um grupo de técnicos dá prosseguimento realizando um inventário e o posterior registro formal em livros específicos de “Celebrações, Ofícios e Modos de Fazer, Formas de Expressão e Lugares”.

Destaca-se que o Plano de Salvaguarda compreende que não basta decretar que o patrimônio imaterial está registrado. Há que se frisar a importância de um suporte econômico que desenvolva a sustentabilidade e garanta a aplicação de um plano de continuidade daquele bem cultural. Um bom exemplo de ação pelo Patrimônio Imaterial é a capoeira: além da ação legal de salvaguarda, foram criados um Centro Nacional de Capoeira, a fim de ensinar a arte para as gerações futuras; um plano de aposentadoria específico para os velhos mestres; um plano de manejo sustentável da madeira que dá origem ao berimbau; e um projeto bem fundamentado de divulgação internacional da arte.

Nessa lógica conceitual, insere-se o Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC, instrumento de identificação e documentação de bens culturais de natureza material e imaterial, elaborado pelo IPHAN (INRC, 2000). A aplicação da metodologia de pesquisa do INRC permite, por meio de pesquisa, estudo e registro catalogado, a incorporação de informações “sistemizadas, produzidas em cada experiência de implantação” do inventário pelo IPHAN (INRC, 2000, p. 9).

5. O PROJETO REDE DE COOPERAÇÃO IDENTIDADES CULTURAIS

A experiência do IPHAN em Ribeirão Preto iniciou-se em novembro de 2009. Para a execução do INRC no município, foi criada a Rede de Cooperação Identidades Culturais. Em sua essência, essa Rede tem natureza interdisciplinar e interinstitucional e caracteriza-se como um colegiado de pesquisadores, oriundos de instituições de Ensino Superior, técnicos do poder público municipal (Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto) e federal (IPHAN) e de outras instituições e órgãos afins.

O trabalho dos pesquisadores é pautado pela Metodologia do INRC e adota como conceito teórico norteador a noção de “referência cultural”. Para Cecília Londres, que escreveu o texto de apresentação do Manual de Aplicação do INRC:

quando se fala em ‘referências culturais’, se pressupõem sujeitos para os quais essas referências façam sentido (referências para quem?). Essa perspectiva veio deslocar o foco dos bens – que em geral se impõem por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu “peso” material e simbólico – para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores. Ou seja, para o fato de que os bens culturais não valem por si mesmos, não têm um valor intrínseco. O valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados (LONDRES, In: INRC, 2000, p. 11-12).

Com base nesse referencial, o INRC tem como objetivo a identificação e a documentação das referências culturais dos ribeirão-pretanos. Busca-se, com prioridade, a compreensão dos sentidos e os significados atribuídos aos bens culturais pelos moradores da localidade.

O inventário tem como recorte territorial o município de Ribeirão Preto e o distrito de Bonfim Paulista. O recorte temático e temporal da pesquisa segue, por sua vez, a fase áurea da cafeicultura na região, entre 1870 e 1950. Em outras palavras e em termos práticos, a Rede de pesquisadores propõe-se a identificar as referências que se relacionam direta ou indiretamente com as práticas culturais e socioeconômicas nesse período do café no nordeste do Estado de São Paulo. A metodologia do IPHAN empregada envolve três fases: o levantamento preliminar, a identificação e a documentação das referências (INRC, 2000).

O levantamento preliminar foi realizado a partir de pesquisas em fontes primárias e secundárias disponíveis em arquivos públicos e pessoais, além de entrevistas que visaram relacionar os bens culturais inventariados na etapa seguinte. A segunda fase do trabalho foi a de identificação. Seu objetivo constituiu-se em reunir informações, descrever com detalhes as ocorrências relevantes e mapear as relações entre a população e os bens já identificados. Esta etapa foi desenvolvida principalmente por meio de entrevistas etnográficas com pessoas envolvidas direta ou indiretamente com os bens. Por último, a etapa de documentação das referências promove uma série



de estudos técnicos de consolidação da pesquisa, implicando na criação e autoria individual do pesquisador ou artista, vindo, obrigatoriamente da observação direta dos bens inventariados (IPHAN, 2000).

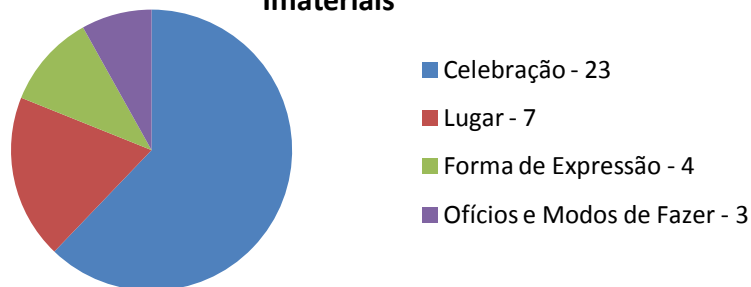
O *corpus* metodológico do INRC divide as referências culturais em cinco categorias: celebrações, formas de expressão, ofícios e modos de fazer, edificações e lugares. A partir dele, com vistas à organização técnica dos trabalhos de campo e de gabinete, os pesquisadores dividiram-se nos seguintes grupos, mantendo em todo o processo o caráter interdisciplinar: Grupo 1, responsável pela gestão e coordenação do projeto; Grupo 2, dedicado às pesquisas dos marcos e patrimônios edificados; Grupo 3: focado na identificação das demais categorias (celebrações, formas de expressão, modos de fazer e lugares); e Grupo 4, responsável pela descrição e caracterização da paisagem natural do município.

6. PESQUISA ETNOGRÁFICA, “ESTADO DA ARTE” DO TRABALHO E RESULTADOS OBTIDOS

O primeiro conjunto de resultados do trabalho de pesquisa do Grupo 3, apresentado no final de 2011, pode ser definido pelos seguintes parâmetros: inicialmente, os pesquisadores deste Grupo listaram, com base em uma pesquisa preliminar realizada em 2009¹, os possíveis informantes dentro de cada uma das quatro categorias no que se considerou o conjunto de referências culturais do município, como se observa no gráfico a seguir:

¹. Essa pesquisa, conduzida pelos pesquisadores Delson Ferreira e Daniela Tincani, e apresentada em Painel no VII ENECULT do ano de 2011, na UFBA, Salvador, levantou dados preliminares em campo sobre as percepções e entendimentos da população do município sobre a identidade cultural de Ribeirão Preto (REDE, 2010, p. 13).

**Levantamento Preliminar de Referências Culturais - Bens
Imateriais**



Fonte: G3 – Rede de Cooperação Identidades Culturais

A partir dos dados preliminares que listaram as referências culturais postas acima, o grupo saiu a campo com a finalidade de realizar as primeiras pesquisas piloto no formato de entrevistas. Para tanto, o grupo dividiu-se em dois subgrupos que se responsabilizaram pela aplicação dos instrumentos de pesquisa e realizando, ao mesmo tempo, o registro em áudio e vídeo de cada uma dessas entrevistas. Tais testes serviram para aferir a aplicabilidade da metodologia do INRC para a situação real das referências culturais a serem inventariadas em Ribeirão Preto.

Uma vez realizada essa primeira experimentação, o grupo voltou-se para a discussão e avaliação interna das pesquisas piloto, que redefiniram, por pertinência, sentido, presença ou não dentro do recorte temporal da pesquisa e aprofundamento da fundamentação teórica, os bens a serem inventariados e a quais categorias pertenceriam. Redefinidos e incluídos novos bens a serem inventariados, o grupo saiu novamente a campo, dessa vez com o propósito de efetivar um levantamento que permitisse identificar e reconhecer a existência efetiva das referências culturais delimitadas inicialmente pela pesquisa preliminar da Rede de Cooperação.

Este processo, que ocupou o período de trabalho de março a outubro de 2011 e chegou a julho de 2012, levou à realização de um conjunto de noventa e seis entrevistas etnográficas, cujos resultados estão documentados em fichas-padrão para cada categoria do INRC e em registros de áudio e vídeo que contemplam cada bem em sua respectiva

categorização e em consonância metodológica com o que é previsto pela metodologia do INRC/IPHAN, concluindo, desta forma, o cronograma de pesquisa que foi proposto pela Rede de Cooperação para ano de 2011/12. O quadro a seguir demonstra o resultado deste percurso de trabalho:

Denominação da Referência Cultural	Categoria
Academia Ribeirão-Pretana de Letras	Lugar
Alfaiate	Ofício/modo de fazer
Associação de Socorros Mútuos	Lugar
Bosque Municipal	Lugar
Café de Coador	Ofício/modo de fazer
Cafeteria A Única	Lugar
Calceteiro (assentador de paralelepípedo nas ruas)	Ofício/modo de fazer
Capoeira	Forma de expressão
Carnaval	Celebração
Catira	Formas de expressão
Cemitério da Saudade / Marmorista	Lugar - Ofício/modo de fazer
Chopeiro	Ofício/modo de fazer
Choperia Pinguim	Lugar
Círculo Operário	Lugar
Clube Esportivo Botafogo	Lugar
Clube Esportivo Comercial	Lugar
Clube José do Patrocínio	Lugar
Cruz do Pedro / Festa da Cruz do Pedro	Lugar - Celebração

Escola de Samba os Bambas	Lugar
Festa do Café	Celebração
Fundação Educandário “Coronel Quito Junqueira”	Lugar
Garçom (Choperia Pinguim)	Ofício/modo de fazer
Igreja Nossa Senhora do Bonfim	Lugar
Loja Maçônica Estrella D’Oeste	Lugar
Mercado Municipal	Lugar
Mestre Cervejeiro	Ofício/modo de fazer
Pastelaria Rios	Ofício/modo de fazer
Praças (XV, Sete de Setembro, Luis de Camões, Carlos Gomes e Bandeira)	Lugares
Religiosidade negra (candomblé, umbanda)	Celebração
Sete Capelas	Lugar
Sirene/Sereia (Cervejaria Paulista)	Forma de expressão
Sociedade União dos Viajantes	Lugar
União Espírita Kardecista	Lugar
União Geral dos Trabalhadores - UGT	Lugar

Fonte: G3 – Rede de Cooperação Identidades Culturais

O trabalho sistemático com objetos culturais intangíveis e intimamente vinculados aos parâmetros colocados pela etnografia das referências existentes na memória coletiva local, e os seus *sentidos e valores* sempre atribuídos, envolveu todos os pesquisadores do Grupo de forma direta, como diz Magnani (2002 e 2003), no ato etnográfico de “escutar o outro de perto e de dentro”, ato este que pressupõe, da partida para a coleta de depoimentos ao final do trabalho crítico e reflexivo de transcrição para

as fichas do INRC, o respeito ético inteiro do pesquisador pelo campo de pesquisa e para com os depoentes que dele fazem parte.

Por isso, como se vê no quadro “Denominação da referência cultural”, dadas às peculiaridades de expressão de diversidade e alteridade contidas nas estruturas intrínsecas de cada uma dessas referências culturais, é fundamental que se construa mais conhecimento antropológico fundamentado das várias facetas culturais intangíveis que são internas a elas, a fim de que não sejam perdidas enquanto tal ou, o que seria lamentável, venham a ser transformadas, por meio de processos de resignificação, em meras caricaturas acadêmicas e culturais que estariam a compor necessidades políticas setoriais nas chamadas comemorações e cerimônias oficiais.

A experiência de campo vivida pelos pesquisadores e a percepção objetiva das implicações sociais, culturais e políticas que este trabalho tem para a comunidade local, preparou e qualificou o Grupo para a etapa seguinte prevista pela metodologia do IPHAN acima citada, qual fosse a de documentar e promover estudos técnicos que implicam “na criação e autoria individual do pesquisador ou artista, vindo, obrigatoriamente da observação direta dos bens inventariados” (IPHAN, 2000).

O segundo semestre de 2012 foi concluído com o trabalho documental do Inventário do centro da cidade e de Bomfim Paulista, que resultou na publicação do Relatório III para discussão pública em dezembro deste ano. Em trabalho paralelo, os pesquisadores Aurélio Guazelli, Delson Ferreira, Marcos Câmara de Castro e Sandra Rita Molina, fundamentados em pesquisa histórica e nas entrevistas etnográficas realizadas sobre o “lugar” Cruz do Pedro, escreveram e publicaram o livro “O menino que virou festa: a Cruz do Pedro em Ribeirão Preto”, no qual afirmam que a celebração “Festa da Cruz do Pedro” e o lugar do complexo onde está a Capela dessa celebração podem ser considerados como referência cultural e devem ser reconhecidos como patrimônio imaterial da cidade de Ribeirão Preto.

Ainda em 2012, decorrente do trabalho interdisciplinar dos Grupos de Pesquisa da Rede, os pesquisadores deste Grupo 3 colaboraram da elaboração, edição e

publicação do livro “Patrimônio Cultural do Café da Terra Vermelha”, no qual são apontadas e analisadas (p.20) as relações existentes “entre a história de Ribeirão Preto, o café e os bens culturais resultantes” dessas relações.

No início do ano de 2013, a Rede definiu-se, por consenso entre os seus Grupos de Pesquisa, pela continuidade dos trabalhos de documentação das referências da terceira etapa, trabalho este que continua nesse segundo semestre, e decidiu dedicar-se, em tempo simultâneo, a um trabalho de pesquisa sobre a “Paisagem Cultural do Café” de Ribeirão Preto, a partir do conceito de “Paisagem Cultural” definido pelo IPHAN. A meta de resultado projetada para esse trabalho consistiu na organização de um livro, que garantisse a difusão e a socialização do conhecimento construído pelos seus integrantes nos anos anteriores. Juntamente com o livro, “Paisagem Cultural do Café - Ribeirão Preto”, publicado e lançado em agosto deste ano, foi produzido um mapa com uma série de roteiros culturais e turísticos da cidade e um documentário sobre essa “Paisagem Cultural” pautados nos resultados das pesquisas já realizadas por todos os Grupos de Trabalho.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Temos, sob este relato, uma breve visão técnica dos resultados obtidos no trabalho realizado pelo Grupo 3 da Rede de Cooperação Identidades Culturais nos últimos anos, trabalho este inserido por completo no conjunto maior da produção da Rede. Estes pesquisadores sentem, entretanto, necessidade de levar a sua discussão para o âmbito macro das relações políticas e culturais para encaminhá-lo, como instrumento reflexivo proposto, para além das meras fronteiras da reflexão, ação e intervenção na realidade local da cidade que estudam.

No final do livro, “O menino que virou festa: a Cruz do Pedro em Ribeirão Preto” (p. 68-69), tecemos as considerações que, entendemos, são pertinentes a essa proposta: vivemos tempos de globalização radical de relações sociais e crises

sistêmicas, de Estado mínimo neoliberal ratificado em todos os cantos do mundo e de uma pasteurização cultural global sem precedentes. Neste tempo, um movimento consistente de resgate, registro e valorização das expressões culturais locais, muitas vezes colocadas em condições marginais, mostra a sua importância efetiva para a garantia e vivência do direito humano básico à experiência coletiva da memória e da real e livre convivência com a alteridade. É nesse quando conjuntural amplo que o direito à memória do pertencimento, praticado por meio da pesquisa, do registro e da sobrevivência preservada do patrimônio imaterial, é fundamental, uma vez que ele refere-se à identidade construída pela própria sociedade e não recebida por graça do discurso cultural hegemônico. Sendo assim, o patrimônio, a referência cultural, deixa de ser “ofertado” como concessão e passa a ser reivindicado, o que, em si, constitui um exercício político de emancipação e cidadania vividos. Este é o sentido e a finalidade primeira e última do trabalho que este Grupo de pesquisadores realiza.

8. REFERÊNCIAS

ALMANACH ILLUSTRADO DE RIBEIRÃO PRETO – Estatístico, Histórico, Industrial, Commercial, Agrícola, Literário, Informações e Variedades. Ribeirão Preto: Sá, Manaia & Cia., 1913.

ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DE RIBEIRÃO PRETO. **Documentos do Fundo de Intendência**. Fundo PMRP, Biblioteca de Apoio.

ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DE RIBEIRÃO PRETO. **Histórico de Bonfim Paulista**, 2008.

BORGES, Maria Elizia. **A pintura na Capital do Café: sua História e a Evolução no Período da Primeira República**. São Paulo: UNESP – Franca, 1999.

_____. **Arte Tumular**. São Paulo: ECA-USP, 1991 – tese de doutorado.

BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna: Europa 1500-1800**. Tradução de Denise Bottmann, São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CAPRI, Roberto. **O Estado de São Paulo e seus Municípios**. São Paulo: Typ Pocaí & Weiss, 1913. 352 p.

CIONE, Rubem. **História de Ribeirão Preto**. Vol. I, II, III, IV,V. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1997. 1030 p.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.

COSTA, Osmani Emboaba da. **História da Fundação de Ribeirão Preto**. São Paulo, 1955.

CUNHA, Marcus Vinícius da. **O velho Estadão**. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2000.

DOIN, José Everaldo. **A Belle Époque caipira - problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no Mundo do Café (1852-1930): a resposta do Cemumc**. Revista brasileira de História, São Paulo, v. 27, n. 53, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.phpscriptsci_arttextpidS0102-01882007000100005>. Acesso em: 09 outubro 2010.

EMBOABA, Osmani. **História da Fundação de Ribeirão Preto**. Coleção da Revista de História 1955”, São Paulo.

FARIA, Rodrigo Santos de. **Ribeirão Preto, uma cidade em construção (1895-1930) – o moderno discurso da higiene, beleza e disciplina**. Dissertação (mestrado). Campinas: Unicamp/ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2003.

FERNANDES, Thathy Mariana. **Atividades musicais urbanas em Ribeirão Preto nas primeiras décadas do século XX**. Mestrado. UNESP – Franca, 2008

FERRAZ JÚNIOR, José Pedrosa. **A criação da Orquestra Sinfônica na Ribeirão Preto dos anos de 1930**. 2006. 50 f. Trabalho de Conclusão do Curso (Especialização em História, cultura e sociedade). Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto, 2006.

FERREIRA, Delson e TINCANI, Daniela P. **Percepções e entendimentos da população de Ribeirão Preto sobre a sua identidade cultural**: pesquisa preliminar. VII ENECULT. Salvador, 3-5 Ago. 2011, p. 1-14. ISBN: 85-60186-00-X.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Da modernização à participação**: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro: Iphan, nº. 24, p. 153-165, 1996.

_____. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/ Minc-IPHAN, 1997.

GAETANI, Marcelo. **Arquitetura Residencial no Centro da Cidade de Ribeirão Preto no Período 1915 a 1945**. Dissertação de Mestrado – Universidade Presbiteriana Mackenzie – São Paulo – 1999.

Guazelli, Aurélio C. ; FERREIRA, D. ; Castro, Marcos Câmara de ; Molina, Sandra Rita . **O menino que virou festa: a Cruz do Pedro em Ribeirão Preto**. 1. ed. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2012. v. 1. 100 p.

GOMES, F. **Cravinhos Histórico, Geographico, Commercial, Agrícola**. Ribeirão Preto: Typographia Selles, 1922.

GRELLET, Ivone (Textos); NEVES, Antonio Walter Alves e BONFIM, Welfredo Felix (Consultores Históricos). **Bonfim Paulista: Edição Histórica**. Bonfim Paulista, 1999.

GUMIERO, Elaine Aparecida. **Ribeirão Preto e o desenvolvimento do seu comércio: 1890 – 1937**. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2000.

IPHAN. **Inventário Nacional de Referências Culturais: INRC - Manual de Aplicação**. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

ICOMOS. **Carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios**. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos. Veneza, maio de 1964.

LAGES, José Antonio Corrêa. **Ribeirão Preto: da Figueira à Barra do Retiro – o povoamento da região pelos entrantes mineiros na primeira metade do século XIX**. Ribeirão Preto: VGA Editora e Gráfica, 1996.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão, 4º Ed. Campinas: UNICAMP, 1996.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, ANPOCS/Edusc, 2002, vol. 17, nº 49, p. 11-29.

_____. **A antropologia urbana e os desafios da metrópole**. São Paulo, Tempo Social – USP, abril de 2003, p. 81-95.

MERCOSUL. **Carta de Mar Del Plata sobre Patrimônio Intangível**. Junho de 1997. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=269>>. Acesso em: 20 nov. 2011.

MOLINARI, Gustavo Augusto. **Belmácio Pousa Godinho: vida e obra do compositor paulista**. Dissertação - Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo: Programa de Pós-graduação em Música. São Paulo: USP, 2007.

O.E.A. – Organização dos Estados Americanos. **Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse Histórico e Artístico**. Novembro/Dezembro de 1967. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=238>>. Acesso em: 20 nov. 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. **Theatro Pedro II**. Disponível em <http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/fundacao/teatro/i36historia.php>. Acesso em 11 dez. 2011.

PINTO, Luciana Suarez Galvão. **Ribeirão Preto: A dinâmica da economia cafeeira de 1870 a 1930**. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Araraquara: Universidade Estadual Paulista, 2000.

REDE de Cooperação Identidades Culturais. **Relatório da Fase 1 do INRC**. Ribeirão Preto: Secretaria da Cultura, 2010.

_____. **Relatório da Fase 2 do INRC**. Ribeirão Preto: Secretaria da Cultura, 2011.

_____. **Relatório da Fase 3 do INRC**. Ribeirão Preto: Secretaria da Cultura, 2012.

SANTO, Silvia Maria do Espírito Santo; REGISTRO, Tânia Cristina. **A preservação cultural em Ribeirão Preto, SP**. Revista Museu, 2002. Disponível em: <<http://www.revistamuseu.com.br/emfoco/emfoco.asp?id=5555>>. Acesso em: 30 nov. 2011.

SILVA, Adriana; ROSA, L. R. O.; FERREIRA, D.; Et All. **Patrimônio Cultural do Café da Terra Vermelha**. 1ª ed. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2012. v. 1. 136p .

SUNEGA, Renata. **Quarteirão Paulista: um conjunto harmônico de edifícios monumentais**. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2011. (Coleção Identidades Culturais).

THEATRO PEDRO II <<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/fundacao/teatro/i36principal.php>>

UNESCO. **Conferência geral da Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura – 9ª sessão**. Nova Delhi: UNESCO, 1956. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.doid234>. Acesso em: 20 nov. 2011.

UNESCO. **Conferência geral da Organização das Nações Unidas para a educação. Recomendação de Paris**. Paris: UNESCO, 17 out. 2003. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.doid271>. Acesso em: 25 nov. 2011.

VICHNEWSKI, Henrique Telles. **Indústrias Matarazzo em Ribeirão Preto**. Coleção Identidades Culturais, volume 2. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2010.

WORCMAN, Karen; PEREIRA, Jesus Vasquez (Coord.). **História falada:** memória, rede e mudança social. São Paulo: SESC SP: Museu da Pessoa: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

VELHO, Gilberto. **Patrimônio, Negociação e Conflito.** In: MANA 12(1), p. 237-248, 2006.

CECÍLIAMERIRELES E O HERÓI INCONFIDENTE: O ENCONTRO DA POÉTICA MODERNISTA COM OS ARQUIVOS DA HISTÓRIA BRASILEIRA

Denise de Fátima Gonzaga da Silva
Denisesilva2010@globocom
Universidade Federal de Juiz de Fora
Mestre em Estudos Literários

Resumo

Este artigo se desenvolveu em torno da análise do Romanceiro Inconfidência da Cecília Meireles e a conferência proferida em 1955, pela autora, em Ouro Preto, nos quais observamos a proximidade com o conceito de história de Walter Benjamin.

Palavras-chave: Cecília Meireles, Romanceiro, Inconfidência

Abstrat

This article develops its questions from the analysis of the book Romanceiro da Inconfidência, by Cecília Meireles (1953), and from the lecture delivered by the poet in 1955, in the city of Ouro Preto. Cecília Meireles would carry in itself the encounter of distinct temporalities through and we observe that it is possible to recognize the approach of two fundamental forms of knowledge the historical and the literary knowledge that lay the foundation of a concept of History consonant with Walter Benjamins.

Keywords: History, literary, Walter Benjamin.

As palavras como texto tramitam pelo saber histórico. A interpretação do historiador diante do fato e o seu posicionamento na mediação entre a linguagem e a fonte se postula no texto pretensamente científico. O discurso do historiador também se encontra com labirinto que a linguagem enseja.

As questões em torno da relação entre o discurso histórico e a produção ficcional não se restringem ao debate contemporâneo; já havia sido observado esse tipo de preocupação na Antiguidade

Em sua obra *Poética* Aristóteles estabelece uma diferenciação entre a poesia e a História. A primeira mais importante por representar as questões universais tratando de verdades possíveis e desejáveis. A segunda se restringiria ao tratamento de verdades particulares de caráter não tão elevado ou filosófico.

[...] não diferem o historiador e poeta por escreverem verso e prosa [...], diferem, sim em que diz um as coisas que sucederam, e outro as que poderiam suceder. Por isso a poesia é algo de mais filosófico e mais sério do que a história, pois refere aquela principalmente o universal e esta o particular. Por referir-se ao universal entendo eu atribuir a um indivíduo de determinada natureza pensamentos e ações que, por liame de necessidade e verossimilhança, convém a tal natureza; e ao universal, assim entendido, visa a poesia, ainda que dê nome às suas personagens. Outra não é a finalidade da poesia embora dê nomes particulares aos indivíduos; o particular é o que Alcebiades fez ou que lhe aconteceu(MENDONÇA,2008,p 3)

A idéia de oposição entre estes dois modos de conhecimento continuou presente ainda com o surgimento e consolidação do racionalismo na era moderna, porém verificando-se uma inversão dos termos.

A poesia passa então, por um processo de depreciação, não mais sendo entendida como uma forma legítima através da qual seria possível atingir o conhecimento da realidade. Contrariamente, as “ciências dos homens”, em que enquadrados o saber histórico, adquirem as prerrogativas da objetividade e da racionalidade, baseando-se em leis e postulados que lhe aproximam da verificação verdadeira dos fatos.

Estendemos, ainda, esta análise referente à separação da produção ficcional e histórica até a institucionalização das teorias literárias já no século XX. Nestas destacava-se o caráter singular e estético da literatura, sendo esta expressão do verossímil, sem comprometimento com o real, enquanto a história sustentaria a possibilidade de representação verdadeira do acontecimento particular

Toda essa base teórica que sustenta os limites e fronteiras entre o saber histórico e o ficcional começa a sofrer ataques após a contestação dos modelos


explicativos da realidade, assim como o questionamento do caráter científico do conhecimento histórico.

Um dos pressupostos fundamentais desse questionamento encontra-se na distinção entre *passividade*¹ e discurso histórico, e no reconhecimento de que os documentos utilizados pelo historiador como fonte de comprovação dos fatos ocorridos já chegam às suas mãos como representação do real servindo de instrumento para que este elabore um discurso referente àquela *passividade*², representando assim o já representado. Diante deste quadro de crise dos paradigmas de análise da realidade, novos problemas vêm à tona, trazendo novos objetos e novas formas de se desvendar a realidade.

O citado discurso desenvolvido pelo historiador e filósofo Paul Ricouer será utilizado como aporte teórico. Em sua análise metodológica, a história se apresenta em termos de *mimese*. No que tange a sua argumentação, o fato existe quando acontece dentro do que o autor denomina o caos natural dos acontecimentos, inseridos em um emaranhado de observadores e narrativas. Existe também a transformação desse fato em texto, do caos à ordem a partir da dinâmica do ato, do fato, em discurso, em palavra e posteriormente, na leitura pela recepção e a sua nova significação.

Dessa forma, dentro do que denominamos de nova história cultural, Paul Ricouer afirma o saber histórico como interpretação e prática do discurso. O distanciamento da rigurosidade do saber científico e da própria possibilidade de se encontrar uma única verdade desloca a posição do historiador dentro da produção historiográfica positivista do século XIX, Paul Ricouer discorda da concepção adotada no Brasil pelo Instituto Histórico Brasileiro.

¹ A concepção de *passividade* significa o passado mediante a sua compreensão enquanto construção que dialoga com o presente, ou seja, o trabalho do historiador se processa diante de documentos que sempre são monumentos, construções nas quais o definitivo encontro com uma verdade histórica real desse passado deve ser relativizada.

² A concepção de *passividade* é desenvolvida por Jacques Leenhardt e Sandra Pesavento no livro que discute filosofia da história e a narrativa literária intitulado *Discurso histórico e narrativa literária*. LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra J. **Discurso histórico e narrativa literária**. Campinas :  Unicamp, 1998.

Nesse sentido, o princípio catalisador do trabalho é o questionamento em torno das estratégias da linguagem lírica utilizadas por Cecília Meireles para comunicar um fato histórico, um movimento em prol da liberdade, no seu texto.

Ao debater com a tradição e a formulação de um saber histórico que, como já mencionado, foi produzido durante o século XIX, sobre a égide do positivismo, o ponto de partida para a análise é a produção do discurso da própria autora, como *locus* de enunciação direto em torno da escritura do Romanceiro.

Na Conferencia proferida na Casa de Contos em Ouro Preto, no dia 20 de abril de 1955, a autora fala sobre a inspiração que a levou a escrever o Romanceiro :

Quando há cerca de quinze anos, cheguei pela primeira vez à cidade de Ouro Preto, , o Gênio que a protege descerrou como em um teatro o véu de recordações , que mais do que a sua bruma envolve essas montanhas e essas casa – e todo o presente emudeceu , como platéia humilde, e os antigos atores tornaram suas posições no palco. Vim com o modesto propósito jornalístico de descrever as comemorações de uma Semana Santa; porém os homens de outrora misturaram –se com as figuras eternas dos andores, das vozes dos cânticos e nas palavras sacras; insinuaram-se conversas do Vigário Toledo e do Cônego Luís Vieira; diante do nicho dos passos, brilhou o olhar das donas e das donzelas , vestidas de roupas arcaicas com sua perfis inatuais e seus nomes de outras eras. **Na procissão de vivos caminhava uma procissão de fantasmas (grifo nosso);** pelas ruínas estavam rostos obscuros de furriéis, carapinas, boticários, sacristães, costureiras, escravos – e pelas sacadas debruçavam –se aias, crianças, como povo aéreo a levitar sobre o peso e a densidade do cortejo que serpenteava pelas ladeiras feitas na cidade de Ouro Preto (MERIRELES, 2005 p 20)

A explicação que concorre para a escritura do Romanceiro é justamente um dos elementos que estabelecem a relação entre o saber histórico e o saber literário. A autora está dialogando com as temporalidades, com o presente de 1940 que a conduziu ao reviver do passado colonial brasileiro.

O confronto inusitado do passado diante do presente foi instigado pela viagem a Vila Rica e o pretérito se revela ao presente vivenciado pela autora através da visibilidade dos fantasmas que permanecem em Ouro Preto.

Na descoberta do regional, do interior mineiro e brasileiro, a artista fica assustada com a proximidade dos tempos arcaicos: em seu discurso, as outras eras aparecem em concomitância com o evento atual.

Podemos observar que já nas primeiras linhas do seu discurso vão se formulando categorias no seu texto que remetem a um conceito de História no qual “ os mortos dirigem cada vez mais a vida dos vivos”(MEIRELES,2005,p.XIX): falas e alegorias de Cecília Meireles se encontram com um importante filósofo da história; um alemão chamado Walter Benjamin.

Nas suas teses de História de Walter Benjamin temos a presença do Anjo da história; em um primeiro momento, quando Cecília une elementos de um saber histórico com o literário, ela está afirmando como Walter Benjamin a relevância do social com o estético, isto é, pensar o lado estético é também pensar a coisa pública, analisar a história e a sociedade.

O intelectual alemão da escola de Frankfurt se opunha a uma concepção de História que se encontrasse com uma definição temporal onde se aprofundam as idéias de homogeneidade e de vazio, um tempo acima de tudo cronológico e linear.

O quadro de Paul Klee chamado *Angelus Novus*, representa um anjo a ponto de afastar-se para longe daquilo que está olhando fixamente. Seus olhos estão arregalados, sua boca aberta, suas asas estendidas. O anjo da História deve ter este aspecto: seu rosto está voltado para o passado. Onde diante de nós aparece um encadeamento de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que vai empilhando incessantemente escombros sobre escombros, lançando-os diante de seus pés. O anjo bem que gostaria de parar, despertar os mortos e recompor o que foi feito em pedaços. Mas uma tempestade sopra do Paraíso e prende suas asas com tal força, que o anjo já não as pode fechar. A tempestade irresistivelmente o impele ao futuro, para o qual ele dá as costas, enquanto o monte de escombros cresce até o céu diante dele. O que chamamos de Progresso é esta tempestade. (BENJAMIN,1985,p.226).

A procissão visualizada por Cecília em Ouro Preto, os personagens antigos na mescla com viventes representam um quadro semelhante ao pintado por Paul Klee, no

qual a barbárie atrelada à destruição e aos mortos fala e denuncia. No entanto, dentro desse mesmo campo simbólico uma força erigida no texto como tempestade, ou melhor, como progresso, impulsiona a autora do Romanceiro da Inconfidência para frente. O quadro e a visibilidade do passado não permitem a volta, mas, sim, a projeção para o futuro.

Nesse ponto é possível encontrar os elementos que caracterizam o conceito de História de Walter Benjamin: a visão de Cecília é o “agora”, como o agora descrito por Benjamin. A possibilidade de se estacionar o tempo por um instante e pará-lo a fim de que se adquira a consciência e a reflexão diante da História, dos fatos, do local onde os tempos se encontram é recorrente na conferência de Cecília e nesse aspecto argumenta o princípio que motivou a autora à compor o Romanceiro. Seguindo esse parâmetro os vencidos e os vencedores aparecem no texto do Romanceiro sendo “as costureiras, as donzelas, os escravos” na perspectiva de Cecília aqueles que entoam uma fala austera que prevalece acima da elocução dos vencedores.

A posição do povo aéreo parece levitar sobre os outros personagens manifesta a postura ausente, a inconsciência, a irreflexão do povo, a sua apatia; e a necessidade da mudança. O progresso direciona os personagens descritos por Cecília Meireles para frente, adiante sob o olhar das crianças. O peso do passado requer a organização, a transformação do povo que se desenvolve no texto imerso em duas posições distintas. Na primeira o povo se encontra com um passado solidificado, constituído com fortes raízes no presente, comportando os sujeitos passivos envoltos pela fumaça. Na segunda existe uma possibilidade de transformação desse povo mediante a passagem do tempo, a observação dessa ocasião na ótica privilegiada das crianças.

No passado se convulsiona a imagem esfumada, a penumbra e acima dessa, o olhar das crianças significa a possibilidade de mudanças, a implementação do novo diante do passado obscurecido pela apatia.

Podemos observar que a visibilidade do passado, tanto para Cecília Meireles quanto para Walter Benjamin, dista da cronologia e da linearidade. O que se processa é a visão de um encontro com um espaço temporal em forma de mônada, ou melhor, o encontro com diferentes temporalidades de disputas concomitantes.

Referindo a existência de um Gênio que protege a cidade, Cecília direciona-se para a experiência do presente vivido do tempo da experiência histórica que ali se verifica, na sua materilidade e na imaterilidade. A autora inclui ainda a produção de uma memória que se consolida na ação dos moradores da cidade, na prática tradicional da Semana Santa, ao lado de um elemento imaterial, - o que não se diz, o que a sensibilidade poética intui.

Os fantasmas que ali se encontram referem-se a uma memória involuntária, pois remontam a um passado que não foi vivido pela autora; eles aparecem no texto através do relato de Cecília, como uma experiência do coletivo, do povo, e não da sua própria individualidade.

Ao estudar Proust, Benjamin trata das noções de memória voluntária e involuntária, da experiência do vivido(*erlebnis*) e da experiência coletiva(*erfahrung*) diante da modernidade³, da necessidade do presente, da técnica da máquina, da desvalorização do passado como forma e expressão do conjunto e da integração. A experiência da tradição já sofreu a fragmentação e os homens da modernidade não encontram a tradição. O mundo do desenvolvimento tecnológico acelerado destruiu a lembrança e a jogou em um espaço quebrado na experiência do vivido .

O mundo da informação, da jornalista Cecília Meireles, dos meios de comunicação de massa se encontra com outro espaço e acaba por produzir um rompimento com a experiência moderna exposta por Benjamin - o viver entre ruínas que não se encontram.

Existem fantasmas, que aparecem como cacos da memória. Mas através da experiência do coletivo, a sociedade atomista, moderna e capitalista, com o seu aparelho ideológico marcado pelo instante, pela monetarização do tempo e do novo como

³ Entendida aqui como modelo implantado pela Revolução Francesa, com os ideais iluministas, o predomínio do saber científico, da razão, do abandono da sociedade dividida, segundo, a valorização da nobreza, do *Ancien Regime* para a instituição do mérito, da razão, do trabalho, do dinheiro. Vinculada ao desenvolvimento tecnológico da revolução industrial, da economia capitalista e cada vez mais da própria mercadoria e do lucro.

repetição, reprodução, se rompe no campo simbólico e são ali transformados em memorização, na experiência do Romanceiro, por meio do elemento coletivo .

O salto, a salvação do passado, através do que Benjamin denomina de iluminação profana acontece na produção poética da autora: já na sua conferência Cecília Meireles integra a arte, ao resgate do passado através de um redefinir da tradição com uma experiência de luta e de contestação do poder, rompendo com a linearidade do tempo na construção dos arquivos, oferecendo aos vencidos a possibilidade de se pronunciarem sobre as suas vivências; do sujeito histórico comum sair e se posicionar diante do seu passado mediante uma atitude crítica.

Ao desenvolver os elementos que conjeturam a pluralidade das vozes dos vencidos, Cecília Meireles endossa o questionamento, a autora interroga o passado a fim de descobri-lo sobre uma nova perspectiva na qual desorganizam-se os privilégios, ou seja, o lugar da elite colonial, do patriarcalismo, permitindo um encontro do passado com o presente mediante a desnaturalização do lugar do poder.

Nesse sentido, o próprio acesso ao arquivo dos Inconfidentes, através da composição lírica da autora é democratizado em dois pontos; primeiro, pela forma: na organização de um documento criminal e de fontes históricas sobre o viés literário aumenta-se a sua possibilidade de recepção, amplia-se a comunicação com diferentes leitores; em segundo lugar, por meio do estilo da autora que planeja um colóquio contínuo entre o texto, o Romanceiro, e o leitor mediante a permanente participação desse na construção dos conceitos, no trânsito das temporalidades e na organização dos símbolos que poderiam engendrar a nossa nacionalidade. Afirmar Derrida:

certamente, a questão de uma política do arquivo nos orienta aqui permanente, mesmo se a duração de uma conferência não nos permite abordá-la diretamente e com exemplos. Não determinaremos essa questão jamais como uma questão política entre outras. Ela atravessa a totalidade do campo, e na verdade determina de parte a parte, a política como *res pública*. Nenhum poder político sem controle do arquivo mas da memória . A democratização efetiva se mede sempre por esse critério essencial : a participação e o acesso ao arquivo , à sua constituição e à sua interpretação..(DERRIDA,2001,P.16)

O significado de uma *res pública* e o pensar em torno da sua definição enquanto categoria abrange também uma definição de cidadania no tocante a construção da memória, ao acesso aos arquivos e a memória da nação pelo cidadão.

Uma República de verdade não pode ser feita mediante a ausência do cidadão no que toca a participação na formação de seus arquivos históricos, de sua memória. A presença desse é fundamental, assim, a autora modernista ao vivenciar um momento histórico democrático, elege em 1953 o passado histórico colonial como tema visualizando-o na perspectiva do artista moderno.

Cecília está pensando a República, o elemento democrático também através do acesso à memória. Nesse ponto, compor uma República democrática necessariamente envolve a participação desses cidadãos na definição de seus símbolos, na escolha de seus heróis e no reconhecimento de um passado histórico comum.

A poetisa democratiza o acesso ao acervo histórico do século XVIII, através do permanente diálogo que o eu poético estabelece com o leitor, ao propiciar o envolvimento emocional e dar voz a uma série de personagens que foram compostos dentro dos ditames da história tradicional e da presença do ideal positivista chegando assim ao conhecimento do cidadão do século XX.

Assim o anônimo questiona o seu passado, as donzelas, as cozinheiras, os soldados, os escravos como personagens do Romanceiro estabelecem a pluralidade das vozes e concorrem para a ampliação dos sujeitos históricos.

Os personagens que no passado colonial pertenciam às esferas mais simples da população, através da lírica de Cecília, têm a oportunidade de se pronunciarem como membros de grupos sociais, como sujeitos históricos dotados de cultura, de sentimentos e acima de tudo, de um passado que não pode ser edificado apenas pelo interesses de um Estado, ou de uma elite que legitima a organização desse Estado.

A voz dos grupos marginalizados na história do passado colonial brasileiro entoa necessariamente um tom que decompõe a subalternidade que muitas vezes, o seu lugar social gerido pela opressão poderia significar. Uma marginalização que se

processa inclusive por meio dos vazios que perpassam a construção histórica desses sujeitos .

A expressão de uma linguagem poética que tenciona inscrever os negros, os caixeiros, os anônimos, os ciganos como égides que acompanham o caminho do Alferes se apresenta como uma tentativa de abertura e proximidade na relação entre o herói e os grupos populares.

Tudo isto, de Terra e os negros a gritarem ouro e diamantes; a comerem ovos fritos, a beberem cachaça, a contarem casos de jequitinhonha , da Chica da Silva , do Chico rei, de extravios, de contrabandos, de aparições e de bruxarias ... Tudo isso com donzelas em redor dos oratórios, cantorias de terço, velas, promessas, pais prepotentes, noivados impossíveis, - também casamentos , saraus, vastas comidas, canto, dança, música de órgão e de violino.Tudo isso e cavalhadas ,luminárias- ecos de alegria longínquas da corte, nestas paredes coloniais, já palpantes de vida própria . Então na minha cidade , a visão de Ouro Preto e a lembrança de Vila Rica se sobrepunham ao cenário moderno e frívolo da vida diária: a rua Gonçalves Dias apagava seus esplendores atuais: e apenas me obrigava a contemplar a porta do Domingos Cruz, por onde desceu preso afinal ! – Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. E a rua da assembléia gritava-me o caminho do mártir, até a forca.(MEIRELES,2005p.XIX)

A visão da modernidade, do tempo, do instante, da momentaneidade que se represente em um presente contínuo, onde as mudanças , as transformações foram sempre um elemento de absorção positiva constrói um homem, fragmentado, e uma espécie de incomunicabilidade, como afirma Walter Benjamin , no seu ensaio sobre a experiência e a pobreza .:

[...]Estamos cada vez mais pobres em experiências comunicáveis, quase de modo irreversível . Quem voltou da guerra, voltou mais pobre em experiências comunicáveis.Tudo se esfacelava. A técnica encontrou um enorme desenvolvimento. O girar do mundo quebrava a consciência real da experiência. Tudo arruinado: Qual o valor do nosso patrimônio cultural, se a experiência já não se vincula a nós? Surgi assim uma nova barbárie..(BENJAMIM,1985,114-115)

A barbárie como destruição do pós-guerra, como fenômeno, cujos silêncios e ausências são abundantes. O homem moderno não se debruça sobre o passado, não reconhece a fundamental importância da análise desse passado. Os vencedores trazem um passado inscrito pela condicional da vitória onde a crítica das suas práticas é anulada pelo progresso técnico .

Cecília busca romper com essa modernidade alienante com o primor da técnica sobre a experiência. O regate do coletivo, do passado colonial brasileiro, a cidade de Ouro Preto “então na minha cidade. A visão de Ouro Preto e a lembrança de Vila Rica se sobrepunham ao cenário moderno e frívolo da vida diária”.(MEIRELES,2005p.XIX)

As lembranças, reminiscências que falam através do grito do negro sobre o outro. Por intermédio da onomatopéia, as ruas adquirem uma expressividade humana, garantem a comunicabilidade.

O retorno ao passado colonial significa um rompimento com os vazios e as ausências que a modernidade através do tempo do instante esboça. Cecília ao erigir um diálogo entre as temporalidades promove o encontro do homem moderno e cidadão com os contos mineiros, as narrativas que socializavam a vida na colônia, por meio de um contato direto e pessoal. Tais narrativas permitiam um resgate do passado e uma relação de experiência coletiva e portanto menos atomizada e fragmentada como vividas pelo contemporâneo, pelo homem da segunda metade do século XX .

Neste parâmetro, o percurso que Cecília compõe na sua trajetória da Semana Santa de Ouro Preto desloca o olhar da sociedade individualista e atomista envolta pela falta de expressividade em prol de um reconhecimento da identidade, da nacionalidade galgando as esferas que constituem a formação da nação no seu componente coletivo, tradicional e histórico.

Ao analisarmos o ambiente moderno nos debruçamos sobre um passado histórico que se organizaria em torno de um véu no qual a igualdade perante as leis, a liberdade e os direitos políticos que talvez a independência política em 1822 poderia ter legado aos brasileiros, mas não o fez no que se refere ao acesso a participação política, social e econômica da maioria dos brasileiros na administração e na distribuição de riquezas do Estado.



Persistindo assim a maioria da população, nos anos quarenta, vivencia o poder político como símbolo de um estado autoritário dirigido por Getúlio Vargas. Um fato que sobre a nossa perspectiva poderia ter impulsionado a autora na composição do Romanceiro - o contraste da luta dos Inconfidentes do século XVIII na busca pela liberdade espelha na contemporaneidade dos anos 40⁴, o desejo e a pertinência da luta política em busca da liberdade e o amplo acesso aos direitos civis, políticos e sociais renegados aos cidadãos pelo Estado.

O passado de lutas, de donzelas, de escravos, e o resgate dessa tradição veiculam na conferência da autora a possibilidade do reconhecimento de que na barbárie, diante da modernidade, o resgate do passado representa a possibilidade do recomeço, do surgimento do que se projeta como realmente novo, não sendo mero instrumento de repetição. Como fica claro no Romance XXX ou Do Riso dos tropeiros

Passou um louco, montado.
Passou um louco, a falar
que isto era uma terra grande
e que a ia libertar

Passou num macho rosilho.
E sem parar o animal,
falava contra o governo,
contra as leis de Portugal.

Nós somos simples tropeiros,
por estes campos a andar
o louco já deve ir longe:
mas ainda o vemos pelo ar ...

Mostrando os montes, dizia
que isso é terra sem igual
que debaixo desses pastos
e tudo rico metal

-Por isso é que assim nos rimos,
que nos rimos sem parar
pois a gente que não leva
a cabeça no lugar .

⁴ Época em que Cecília visita Ouro Preto e tem *insight* que conduz na composição do *Romanceiro da Inconfidência*. MEIRELES, Cecília. **O romanceiro da Inconfidência**. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2005.

Ah ! se conosco estivesse
o capitão general !
E também nos disse o louco :
Levai bem pólvora e sal !

Por isso que rimos tanto ...
Mas quando ele aqui tornar,
Teremos a terra livre
- salvo que por um desar,
O metem numa enxovia,
E, por sentença real,
O fazem subir á forca,

Para morte natural(MEIRELES,2005.92-93)

A loucura do Alferes se prolonga no romance, ao mesmo tempo, que se relativiza, condensando-se num jogo permanente de afirmação e negação, ou seja, de sim e não, diante da recepção, assim o romance arquiteta, interroga o leitor. E diante do eu poético caberia à recepção aderir a luta ou não.

O louco é reconhecido como contestador e homem de visão aguçada que realmente observa e analisa o presente em que vive. A sua loucura é muitas vezes expressa pela coragem de dizer a verdade, pela nitidez e eloquência de sua fala no tocante a representação e defesa de seus ideais: no falar contra as leis de Portugal, ao exclamar sobre as riquezas de Minas, e a necessidade do posicionamento diante da luta, com a exposição dos termos “*pólvora e sal*”

A identidade do homem, do herói, do Alferes não é explicitamente escrita pela autora, pelo contrário, apresentam-se os ideais, do Alferes, assim como a sua postura, e até mesmo a sua loucura, mas não sua identidade.

A máscara que a autora coloca no rosto do herói, como *persona*, é retirada pelo leitor. O movimento do cavalo, o traslado contínuo e a ausência da apatia do Alferes, do estacionar, focaliza a força da inércia daqueles que escolhem permanecer em movimento e lutar, pois o tempo de mudanças e o “agora”, instigando o leitor a participar do percurso convulsionado pelo Alferes.

Nesse viés o movimento do “Alferes” é um esforço que ambiciona o sim, que busca uma resposta afirmativa daqueles que o ouvem, o vêem, no entanto o que o espera é a “morte natural” diversas possibilidades,sem uma síntese, ou seja, Cecília quer trazer

a experiência para a recepção mediante a leitura de um arquivo que pertence ao século XVIII, no entanto, a autora tece lacunas, principalmente, através do movimento do tempo, no contexto do poema, que congregam-se as temporalidades, o Alferes seria contemporâneo dos tropeiros? Versos como “o louca já deve ir longe/mas ainda o vemos pelo ar /”(MEIRELES,2005,p92

O aspecto coletivo se encontra com o sacrifício. A possibilidade da morte que nesse romance não é triste, mas sim risonha. O riso dos tropeiros depara-se com a voz dos vencidos e nesse ponto, a morte do alferes não determinou a perda dos seus ideais, os risos apresentam a ambigüidade da perda, a morte do homem e o nascimento do mito, do herói que ultrapassa o seu tempo a materialidade, o corriqueiro, rompendo assim com o componente individual para galgar o solo da nação, com seu cavalo diante de uma lucidez que se alicerça na poética em comum acordo com a sua loucura. Como afirma Cecília :

A primeira tentação diante do tema insigne, e conhecendo-se tanto quanto possível, através dos documentos do tempo, seus pensamentos e falas- seria reconstituir a tragédia na forma dramática em que foi vivida, redistribuindo a cada figura o seu verdadeiro papel. Mas se isso bastasse, os documentos oficiais com seus interrogatórios e respostas, suas cartas, sentenças e defesas realizariam a obra de arte ambicionada, e os fantasmas sossehariam, satisfeitos.

Nesse ponto descobrem-se distâncias que separam o registro histórico da invenção poética: o primeiro fixa determinadas verdades que servem à explicação dos fatos; a segunda, porém, anima essas verdades de uma força emocional que não apenas comunica fatos, mas obriga o leitor a participar intensamente deles, arrastando no seu mecanismo de símbolos, com as mais inesperadas repercussões.(MEIRELES,2005 p XIV.)

Na conferência proferida por Cecília, a voz que ecoa no discurso é também uma elocução oriunda dos vencidos, dos excluídos e dos marginalizados de um saber. Um conhecimento que passa a receber valoração através do olhar do presente da autora: as mãos dos escravos que realmente trabalharam na extração do ouro em Minas Gerais e assim trazem riquezas para Minas, eram concomitantes, às donzelas.

O saber e o conhecimento do sujeito marginalizado são reconhecidos pela autora, mediante as mãos e o labor. Cecília ao proceder dessa forma na construção

poética do Romanceiro ressignifica o conhecimento dos colonos e dos homens excluídos, tanto pelos metropolitanos, quanto pelos próprios colonos. Desmistificando o lugar do saber tradicional, do conhecimento como elemento apenas das classes dominantes, dos grupos da elite, a autora rompe com uma postura de esvaziamento do saber do homem comum.

Existem assim saberes que foram muitas vezes relegados pelos intelectuais até o avanço do século XX e esses devem sim fazer parte das temáticas literárias e históricas, não apenas como personagens paralelos, com uma invisibilidade social, mas sim galgando um ponto central na literatura e na história.

A enumeração dos elementos que compõem o ambiente de Minas parece garantir a fluidez do texto e a vitória do intelectual sobre o “esquecer”. A produção do texto escrito, da memorização, como afirma Benjamin, é parte de um conjunto no qual o equilíbrio, a harmonia não se modulam como preocupação central para a autora.

[...] O materialismo histórico não pode renunciar ao conceito de um presente que não é transição, mas pára no tempo e se imobiliza. Porque esse conceito define exatamente aquele presente em que ele mesmo escreve a história. O historicista apresenta a imagem “eterna” do passado, o materialismo histórico faz desse passado uma experiência única. ..
(BENJAMIN, 1985, 230-231)

As contradições saltam aos olhos, através do texto: o processo de extração do ouro é produto das mãos dos escravos; e, ao mesmo tempo, esse grito, a ação desses ao lado da donzela, são uma forma de romper com as hierarquias entre os membros da sociedade colonial através da leitura da poetisa modernista.

Os saraus, a comida farta perfazem a realidade da elite; mas, nas palavras da autora, os negros encontram os seus heróis, - Chica da Silva, Chico Rei, - e não são apenas instrumentos inseridos no processo da colonização: eles produzem a sua cultura, planejam as suas festas, apresentam ao mundo a sua subjetividade como sujeitos, e não como meros objetos da escravidão. O negro, no grito, mostra a sua capacidade de resistir ao escravismo colonial. Diz a poetisa:

Fala inicial

Não posso mover meus passos
Por esse atroz labirinto
De esquecimento e cegueira
Em que amores e ódios vão:
_ pois sinto o bater dos sinos
Percebo o roçar das rezas
Vejo o arrepio da morte,
À voz da condenação;
- avisto a negra masmorra
E a sombra do carcereiro

Que transita sobre angústias..(MEIRELES,2005, p.4)

Cecília joga com a linguagem. Se o espaço do escrever se transforma através do grito, “ (...)E a rua da assembléia gritava me o caminho do mártir, até a força” (MEIRELES,2005,p19), a autora dinamiza o discurso na esfera desse escrever mediante a linguagem poética, o lirismo.

O grito representa uma prática da oralidade, bem como o jogo onde se postula a linguagem oral na cultura dos fatos, dos contos, da narração em lugar do espaço da escrita.

Quando a autora busca o uso de vocábulos que signifiquem elementos da fala, práticas, ou ações que remetem ao ato da fala e não da escrita, ela está enaltecendo o primor da oralidade diante da prática da escrita, concebendo um retorno ao sentido da narração que se origina na prática da palavra falada. Um retorno ao significado do poeta como homem responsável pela preservação e transmissão da memória.

Cecília expressa à função poética na sua significação primeira, afinal, os versos e os romances devem ser recitados. É através da expressão da fala que o poema garante a sua comunicabilidade, o que aproxima mais a literatura da oralidade, a escrita da fala, no tocante a interação entre a expressão do escrever e a arte da palavra falada, contada e reinterpretada.

Ao adotar esse elemento na sua linguagem, a autora apresenta um distanciamento em relação ao leitor de romances do século XX, contrapondo-se a definição de uma recepção que se contente com uma postura individual diante do texto e da prática da leitura.

Cecília ao compor uma poética que se aproxima da prática da oralidade, da postura do intelectual, que se consolida em conjunto com a interação entre as várias possibilidades semióticas, inserindo no texto a sua possibilidade de uma organização cênica e da recitação, nos leva a pensar que a composição da memória deve passar pelo elemento coletivo e pelo resgate dessa prática grupal.

Assim se afasta de uma postura individual, no que poderia remeter a idéia de que a transmissão da memória poderia ser um fenômeno individual. Muito pelo contrário, ao inscrever no texto os vocábulos que remetem a fala, e ao construir a sua poesia através da composição de um Romanceiro, a autora está sugerindo que o legado da memória se estabelece através da coletividade e se mantém através da permanência dos aspectos que congregam essa coletividade.

A autora busca significar um valor cultural no qual se distancia da máxima de uma memorização apenas através do texto do livro como aspecto mais individual em lugar do coletivo.

Benjamin menciona, na sua divisão de memória, transmitida por intermédio dos fatos que o fundamental é a narrativa, a maneira pela qual os eventos são encadeados pelo narrador, sem texto escrito. É justamente na oralidade que se expressa a idéia de que o fundamental não é tanto a informação no seu aspecto de relatório, de objetividade, como fatos em si, mas sim “a coisa em si” como recepção dos fatos expressos pelo narrador, sem o texto. A oralidade concebe a idéia, segundo a qual a recepção redefine o texto através da narrativa, focando a sua incompletude e a sua versatilidade, abrindo-se uma gama de suas significações diante as peculiaridades dos ouvintes, ou seja, através dos sujeitos se organizam as pluralidades de histórias e de versões.

[...] A existência que passa de pessoa para pessoa é a fonte a que recorrem todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos. (BENJAMIN, 1985, p. 196.)

Na conferência de Cecília, observamos que a enumeração dos fatos mostra a essencial expressão da transmissão da oralidade de pessoa para pessoa no legado da memória. Derrida, no seu livro *Mal de Arquivo*, nos informa sobre a fundamental importância para se pensar o arquivo na questão do seu suporte, na forma como esse arquivo se apresenta. Ao desenvolver o seu texto, Cecília, como intelectual modernista, pensa o Brasil e a nossa identidade, aproximando-a do debate da recepção e a distanciando desse arquivo como arché, lugar do poder, da ordem e do nomológico. A partir da pulsão da morte, ela destrói o arquivo dos Inconfidentes e da tradição do século XIX, para reformulá-lo. Afirma Derrida: a pulsão da morte tem a vocação silenciosa de queimar o arquivo e levar a amnésia, contradizendo assim o princípio econômico do arquivo tendendo a arruinar o arquivo como acumulação e capitalização da memória sobre algum suporte em lugar exterior...(DERRIDA,2201,P.23)

Dentro disso, a conferência da intelectual brasileira atesta o rompimento com a modernidade que se veicula sobre as bases do rigor e saber científico, quando a ciência e a consequente aceção de saber se pautam na escrita objetiva e na análise de fontes, documentos que primam por essa objetividade.

O mesmo acontece na *Fala Inicial* do Romanceiro, embora o texto seja escrito, a autora se refere à fala, ou melhor, a construção da memória perpassa vários tipos de suporte, e dentre esses a escrita.

A modernidade e o seu ideal se fundamentam no século XVIII com os preceitos iluministas e, mais tarde, com o pensamento positivista e a cientificidade do saber embasado em uma escrita que almejava a objetividade.

A autora do Romanceiro, ao jogar com vocábulos que significam ações da fala na escrita, já induz a uma análise diferenciada na formação da memória e assim determina um rompimento com o saber unilateral. As falas são múltiplas e não se apresentam dentro de um modelo uníssono, pois dialogam no Romanceiro o leitor e o eu poético. Além disso, na disposição da linguagem lírica, o narrador, ao longo do Romanceiro, interroga, questiona a si mesmo e a recepção, afastando a construção da memória de um olhar objetivo e aproximando-a da suplementabilidade e da pulsão da morte, como descrita por Derrida no *Mal de Arquivo*, segundo ele:

o arquivo sempre foi um penhor e, como todo penhor, um penhor do futuro. Mais trivialmente: não se vive mais da mesma maneira aquilo que não se arquivava da mesma maneira. O sentido arquivável se deixa também, e de antemão, co-determinar pela estrutura arquivante. Ele começa no imprime (Derrida, 2001, p.18)

Na sua fala Inicial do Romanceiro, o primeiro foco se desenvolve a partir da negação, “o não poder se mover por um labirinto”. Um labirinto que se encontra exposto através da linguagem e do fato histórico. O envolvimento com a memória é parte de um processo de resgate da dor, de sofrimento, e esse conhecimento, ao ser descrito pelo eu poético vai, aos poucos conscientizando a recepção.

O labirinto é ao mesmo tempo de esquecimento e de cegueira. Como vimos, no século XX já havia uma volumosa produção em torno do herói Inconfidente, dos fatos da Inconfidência Mineira. A autora enveredaria por um labirinto de esquecimento por quê ?

A resposta mais próxima talvez esteja na hipótese de que a autora jogue com um arquivo repleto de interpretações e de versões sobre os fatos que norteiam a Inconfidência, e qual seria o relato verdadeiro? O que realmente teria acontecido? Quem seria o líder do movimento? Perguntas que ainda no século XXI permanecem imersas em um emaranhado de narrativas e discursos dispares.

Uma outra hipótese é a de que a autora estaria jogando com um arquivo que perpassa o século XX inquirindo algumas questões: a busca dos Inconfidentes é realmente pleiteada pela República que outorga um lugar de destaque no seu panteão para Tiradentes o enaltecendo como herói ?

O caminho de cegueira e a voz da condenação refletem a dubiedade do percurso no qual transitam o século XVIII, XIX e XX. O Romance poderia estar expressando a perpetuação de um desejo que cursa a trajetória dos diferentes períodos: a busca por uma cidadania plena que se concebe na perpetuação dos direitos civis políticos e sociais, pelo direito de se usufruir da riqueza nacional, o sonho da soberania. Muitas dessas questões não se perpetuaram ainda na segunda metade do século XX.

Assim, a cegueira liricamente construída na *Fala Inicial* determina o claustro da visão em relação ao fato histórico da Inconfidência e conota uma ausência que toca a própria apatia da população diante do poder político, na atualidade do século XX e muitas vezes no passado colonial, o que se traduz com a expressividade de “o pasmo da multidão”. MEIRELES, 2005, P.XX)

Romance XLIII ou das conversas indignadas:

Eram muito mais os sócios:
- a trempe tem muitas penas
Mas por isso ou por aquilo,
por estas razões e aquelas,
agarram-se, somente,
os que foram indicados
- pois mais pode quem governa....

Palavras sobre palavras...
(Não há nada que convença,
quando escrivões e juízes
trocam por vacas paridas,
por barras de ouro largadas
as testemunhas que servem
de fundamento às sentenças ...)

(Calem-se os apadrinhados !
Fujam parentes e amigos
Contaremos esta histórias
segundo o preço que paguem;
e o mais fraco escolheremos
para receber por todos
o justo e o exemplar castigo!)

Esses que todos acusam,
sem amigos nem parentes,
sem casa, fazenda ou lavras,
metido em sonhos de louco ,
salvador que se não salva,
pode servir de resgate.

É o Alferes Tiradentes. (MEIRELES, 2005, p.121-122)

Cecília busca justamente no passado o centro, a essência de uma outra História, capaz de organizar seguindo os sofrimentos acumulados e da uma nova face aos vencidos, diante das experiências frustradas.

O Romance das *Conversas Indignadas* nos coloca diante de uma realidade que é contestada pelo eu poético logo no início do poema através do título do Romance. Essas conversas são indignadas porque se referem a um termo que joga com a linguagem, com a possibilidade de se indignar, de confrontar a falta de uma cidadania, de liberdade, por meio de uma luta política, pela organização de um movimento revolucionário⁵.

Os participantes eram muitos, mas o escolhido para a pena de morte foi o Alferes. Na verdade, Tiradentes não era tão pobre quanto Cecília menciona no texto. “O personagem histórico era dono de uma fazenda herdada do pai⁶, no entanto, a exaltação da raiz popular da sua formação simples o insere em um contexto marginalizado que dialoga com o presente e a reformulação de uma nova história, a história dos vencidos.

O Romance concede visibilidade às questões políticas e sociais vivenciadas pelo colono, não permitindo que se camufle a presença das injustiças. Muito pelo contrário, a lei, como ideal de ordem e progresso, não é cumprida pelos colonos que ocupavam cargos públicos, que se corrompem e assim não corroboram para a construção de um verdadeiro sentimento de nacionalidade, defendendo a manutenção de um sistema de colonizados.

Os colonizados precisam encontrar um responsável pelo levante de Vila Rica e nesse viés estão em comum acordo com a postura da metrópole portuguesa ao não defenderem o levante no Romance. Com um só golpe alçado ao manterem essa postura, esses colonizados que carecem de um culpado fragmentam a concepção da existência e uma identidade na colônia.

Cecília está justamente apostando no embate, no confronto entre as diferentes vozes. Os fantasmas que movimentam a produção do seu Romanceiro, alçando nesse traslado a recepção com a imagem do herói colono, mas não o herói subserviente, e sim aquele que se recusa a ser colonizado.

⁵ Ao pretender o rompimento com o sistema colonial, com o Ancien Regime, contestando as definições de princípios e normas de seu tempo.

⁶ Tendo como base as análises de: Maxwell, Kenneth R. *A devassa da Devassa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

O eu poético permite a reconstituição de um passado de lutas e disputas sociais, arquitetando um caminho, no qual a recepção percebe por uma trilha de possíveis analogias e comparativismos diante do encontro das temporalidades e da atuação dos aparelhos institucionais.

O homem marginalizado, sem parentes, sem amigos, penalizado com a morte, só no fim do Romance é nomeado, passa do anonimato ao resgate, diz a poeta: *“salvador que se não salva/ pode servir de resgate”*. (MEIRELES, 2005, 122)

O Alferes não determinou a transformação política do Brasil, mas o seu histórico, a sua coragem deve ser relembra, a fim de que as novas gerações adquiram uma consciência desse passado ao pensar na história do Alferes e na imprescindível crítica tecida por ele às instituições, à participação política e à defesa da cidadania, da prática política e soberania nacional são fundamentais dentro de uma nação que se diz democrática. Para Cecília o poder da crítica é um dos elementos que significam a real constituição de uma República.

A abertura do texto dimensionada pelo acesso a linguagem, ao implementar elementos da oralidade e da democratização dos arquivos da história dos Inconfidentes é percebida pelo leitor no Romance através de Tiradentes, da reminiscência do herói que integra o traslado das temporalidades. O leitor do século XX pode inferir do texto um desvelamento do seu passado de lutas e a pertinência dessas lutas na sua contemporaneidade.

O salvador, nomeado por Cecília, salva aos outros primeiro, antes de salvar a si. O homem na sua temporalidade histórica, na sua existência física não se salva, mas ao fazer isso permite a perpetuação dos seus ideais e assim congrega o sentido de uma nação e da nacionalidade, através das buscas efetuadas pela sua existência. O choque das idéias do salvador, que ao romper com a perspectiva individualista, se encontra com o outro e deve ser resgatado, ou melhor, servir de resgate as vivências de outras épocas permite a crítica e o posicionamento da recepção.

Quando o homem não salva a si ele redonda às questões maiores que o individualismo, pleiteando o componente coletivo, a nacionalidade e a identidade que respaldam a constituição das nações. Assim Cecília intui esse momento como o “tempo

do agora” ao arregimentar a composição simbólica de Tiradentes no Romancero, como descrito por Benjamin.

...O dom de despertar no passado as centelhas de esperança é privilégio do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer. ... (BENJAMIN, 1985P.224-225)

Nesse sentido, o “tempo do agora” para Benjamin representa o momento da transformação revolucionária a partir do diálogo do presente com o passado, do reconhecimento dos fragmentos no presente através do reconhecimento de um passado de sofrimentos, de lutas; reformulando-se a consciência histórica e a salvação desse passado. Também nesse caminho, Cecília nos coloca diante do herói, que dialoga com os populares, que irrompe um tempo mapeado pelos interditos, pela mediação histórica e precisa ser palco do debate, do colóquio com a tradição. Quando na linguagem, a autora mantém o vocábulo Inconfidente, na verdade, permite a proximidade com as distintas temporalidades e pleiteia a visão de um conceito de história que portanto, se aproxima de Walter Benjamin, propiciando uma forma de se repensar a República e o conceito de herói nos arquivos da história brasileira

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo Martins Fontes, 1991.

AUTOS da devassa da Inconfidência Mineira. Brasília: Câmara dos deputados, 1976. V9.P.62.

AUERBACH, ERIC. **Mimeses: a representação da realidade na literatura ocidental**. 4ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

BENEDETTI, MARIO. **Los poetas comunicantes**. Montevideo: Biblioteca de Marcha, 1971.

BENJAMIN, Walter. **Magia, Técnica, Arte e política** 4ª.ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CAMPBELL, Joseph. *A jornada do herói*. São Paulo: agora, 2003.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das Almas**. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados**. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

CARVALHO, José Murilo. **Desenvolvimento de la ciudadaia en Brasil**. México: Fondo de la cultura econômica, 1995. p.11

CORNEJO, Polar Antônio. **O condor voa literatura e cultura latino-americana**. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2005.

COUTINHO, Afrânio. **A literatura no Brasil**. São Paulo: Global, 2003.

CASTRO, Alves. **Obras completas**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar SA, 1976, p.660.

DAMASCENO, Darcy. **Poesia do sensível e do imaginário**. In: *Obra poética de Cecília Meireles*. Rio de Janeiro, Nova aguilar S.A, 1983.

DERRIDA, Jacques. **Mal de Arquivo: Uma impressão Freudiana**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. Lisboa: Presença, 1977.

FERNÁNDES MORENO, César. **América latina em sua literatura**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

FREIRE, Gilberto. **Heróis e vilões no romance brasileiro**. São Paulo: Cutrix, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Petrópolis, 1998.

GOFF, Jacques Le. **História e memória**. São Paulo: Unicamp, 2003.

GOLDSTEIN, Norma. **Versos, sons e rimas**. São Paulo: ática, 2005. p.36

LEENHARDT, Jacques & PESAVENTO, Sandra J. **Discurso histórico e narrativa literária**. Campinas SP: editora da Unicamp, 1998.

MAGALHÃES, Célia. **Os monstros e a questão racial na narrativa modernista**. Belo Horizonte : UFMG, 2004.

MAXWELL, Kenneth. **A devassa da Devassa** . Rio DE Janeiro: Paz e Terra. 1985.

MEIRELES, Cecília. **O romanceiro da Inconfidência**. Rio de Janeiro : Nova Fronteira: 2005.

MERQUIOR, José Guilherme. **A astúcia da mimese**. Rio de Janeiro : Tajarbootes, 1982.

MORAES, Eliane Robert. **O corpo impossível**. São Paulo : iluminuras, 2002.

RAMA, Angel. .A cidade das letras . São Paulo : brasiliense, 1985.

RICOUER, Paul. *Do texto à ação*. Porto, Rés Editora, 1989.

SALIBA, Elias Thomé. **Mentalidades ou história sociocultural** ; a busca de um eixoteórico para o conhecimento histórico . São Paulo: Margem, EDUC, n1 ,1992.

Said, Edward. **O intelectual do intelectual e a crítica social**. São Paulo: Casa Amarale, 2005.

SOUZA, Pedro Luís Pereira . **O Tiradentes.: Homenagem ao primeiro mártir da liberdade** 21 de abril de 1888.

ANASTASIA, Carla. **Tiradentes, o herói que inventou a pátria**. Belo Horizonte: UFMG. 1999.

SENSIBILIDADES DO VIVER: O TESTAMENTO E OS RITOS MORTUÁRIOS PRATICADOS NO INTERIOR DOS DOMICÍLIOS EM GOIÁS NO SÉCULO XIX

Deuzair José da Silva*


deuzair@uol.com.brProfessor da Universidade Estadual de Goiás – UnU Jussara
Doutor em História UFG**Resumo**

O presente trabalho tem por objetivo discutir os testamentos e os ritos praticados no interior dos domicílios em Goiás no século XIX. A chegada da morte implicava uma série de atos que visava uma boa passagem do falecido rumo ao outro mundo e à almejada salvação da alma. O rito faz a separação do morto dos vivos e é uma garantia de aquele não voltará para incomodá-los. Em Goiás, assim como no Brasil, muitas pessoas já solicitavam em vida através de seus testamentos os ritos que desejavam no momento em que testavam. Outros deixavam isto a cargo das irmandades de eram membros. Já no findar do oitocentos observa-se uma diminuição das preocupações em torno da morte, mas isso não significou um abandono do ritos, eles foram reatualizados e ainda são praticados.

Palavras-chave: Testamento, ritos, Goiás no século XIX**Abstract**

This paper aims to discuss wills and rites practiced within the households in Goiás in the nineteenth century. The arrival of death involved a series of actions aimed at a good passage of the deceased into the other world and the desired salvation of the soul. The rite is the separation of the living and the dead is a guarantee that the soul of the deceased will not come back to bother them. In Goiás, as well as in Brazil, many people have request in life through their wills rites hen wishing to register their wills. Others left it in charge of the brotherhoods that they were members. In the ending of the eighteenth century observed a decrease of the concerns surrounding the death, but that did not mean an abandonment of rites, they were up to date and were still practiced.

Keywords: Testament. Rites. Goiás in The Nineteenth Century.

* Esse texto é uma versão adaptada de parte de tese de doutoramento intitulada “A (RE)INVENÇÃO DO FIM: lugares, ritos e secularização da morte em Goiás no século XIX”, defendida em agosto de 2012 no Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás. 

O viver da sociedade goiana oitocentista tinha na morte uma de suas preocupações. A prática do testar era uma atitude que perpassava todas as classes sociais. Os testamentos ordenavam a vida material e a espiritual. Os ritos executados eram a maneira de entrada no paraíso ou no purgatório, e acima de tudo, uma garantia disso. Na maioria dos casos, os testamentos foram confeccionados na “aproximação” da morte, motivados por doenças, idade avançada etc., demonstrando uma situação de menor preocupação, que só se evidenciava com o sentimento de “fim da vida”. Tal despreocupação estava também condicionada ao pertencimento a alguma irmandade, fato que hipotecava a realização dos ritos a que fizesse jus. O testamento funcionava, então, como parte de um salvo-conduto, necessário no acerto de contas com o Tribunal Divino, ferramenta importante na busca pela salvação e pela entrada nos céus, expressando as preocupações do testador com seu destino pós-morte. Como diz Vovelle (1991), os testamentos dão vestígios interessantes do comportamento cotidiano, dos costumes e dos gestos praticados. “Eles nos oferecem, em um momento em que não se escamoteia a morte, o balanço das atitudes coletivas enquanto o testamento espiritual ainda se mantém como elemento maior do ritual da morte” (VOVELLE, 1991, p. 140). Rodrigues (2005, p. 39), por sua vez, afirma que:

[...] o momento da morte era a principal ocasião para que os fiéis efetivamente praticassem os ensinamentos eclesiásticos sobre a necessidade de preparação para a morte. Afinal, buscavam a salvação de sua alma. Esta preocupação pode ser vista na forma como utilizaram o testamento enquanto local privilegiado para determinarem a organização de sua morte: a roupa com que seriam amortalhados, a sepultura onde seriam inumados, os acompanhantes do cortejo, a quantidade de missas, dentre outros elementos. (RODRIGUES, 2005, p. 39)

Homens e mulheres viam nos perigos de uma viagem, nas doenças e na idade avançada o momento de procederem às suas disposições. As questões religiosas ocupavam boa parte do texto, confirmando que esse era o veículo de reafirmação de sua fé, de pertencimento ao catolicismo e de crença na misericórdia divina. O sentimento de proximidade da morte era o que mais influenciava essa decisão, evidenciando que os

ensinamentos, como os contidos no *Breve aparelho, e modo facil pera ajudar a bem morrer hum christão, com a recopilção da materia de testamentos & penitencia, varias oraçoes devotas, tiradas da Escritura Sagrada, & do Ritual Romano de N. S. P. Paulo V. -Breve aparelho, e modo facil pera ajudar a bem morrer hum christão*, do jesuíta Estêvão de Castro, que orientava um bem viver, com oração, meditação, penitência e observação dos ensinamentos sagrados. A recomendação era que os fiéis levassem uma vida mais regrada, tendo nas orações e meditações o caminho a ser seguido, mas, na prática, essa pregação só encontrava ouvidos moucos. A legislação só fazia orientações genéricas, e da mesma maneira que no Rio de Janeiro, conforme observado por Rodrigues (2005), o modelo utilizado segue os direcionamentos contidos no manual do Padre Estêvão de Castro. Investiguei também a idade dos testadores no momento em que resolvem fazer as suas disposições finais, mas poucos registros, tanto os de óbito como os de testamento, trazem esse dado. Mas foi possível observar que existe uma variação grande na idade dos testadores: a partir dos 50 anos a preocupação aumenta sete pontos percentuais em relação à faixa dos 40, e com predomínio absoluto na faixa entre os 60 e 69 anos.

A forma ensinada no prólogo testamental foi invariavelmente seguida na redação dos testamentos que examinei até a metade do século XIX. Daí em diante, observa-se um certo rompimento com as preocupações religiosas, por exemplo, da confissão e dos pedidos de intercessão. Entretanto, acredito que isso não invalida a boa difusão que o manual teve em Goiás. No dia 5 de março de 1820, o furriel¹ Bernardino de Senna Pinto assim principiava as suas disposições de última vontade: “[...] achando-me gravemente enfermo de moléstia que Deos Nosso Senhor foi servido dar-me, porem em meu perfeito Juizo, e entendimento por Mercê de Deos, e querendo me dispor para esperar amorte

¹ **Furriel**: s. m. O mesmo que Forriell. **Forriell**: s. m. (T. mil.) Oficial de graduação inferior à de Sargento. (PINTO, 1996, p. s/n). **Furriel**: posto da hierarquia militar situado acima do posto de cabo e abaixo do de porta-estandarte. O mesmo furriel tinha por função distribuir os mantimentos e aboletar as tropas (BOTELHO; REIS, 2008, p. 90).

Aboletar: aquartelar tropas em residências civis, atendendo a pedido ou ordem do governador ou do comandante militar (Ibidem, p. 9).

que he certa”.² Consciente de sua finitude, deixa claramente transparecer os seus temores.

O Capitão Joaquim Luis Brandão também não consegue esconder os seus receios com o destino de sua alma. No seu testamento, redigido em 30 de setembro de 1828 consta: “[...] achando-me gravemente enfermo de molestias crônicas, sem esperanças devida, porém em meu perfeito Juízo, e entendimento, e querendo-me dispor para esperar a morte, e por minha Alma no Caminho da Salvação [...]”.³ Nesse mesmo ano, o alferes⁴ Manoel da Rocha Fogaça demonstra as suas dúvidas e angústias ante a sua necessária prestação de contas: “[...] achando-me gravemente enfermo de molestia crônica, mas de pé, e em meu perfeito Juízo e entendimento, e querendo-me dispor para dar contas a meu Criador quando for servido Chamar-me...”.⁵ Dois anos depois, em março de 1830, a preta mina fora Angelica Ferreira Pacheco afirmava em seu testamento: “[...] achando-me gravemente enferma de molestias crônicas, porém em meu perfeito Juízo, e entendimento, e querendo-me dispor para esperar a morte que he certa e a hora incerta [...]”.⁶

Fica claro que as apreensões diante da morte perpassava todas as classes sociais. Medos que podem ser relacionadas com o estudo de Ariès (1981) sobre as danças macabras que relembram os homens da igualdade e as incertezas ante a morte.

A dança macabra é uma ronda sem fim, onde se alternam um morto e um vivo. Os mortos conduzem o jogo e são os únicos a dançar. Cada par é formado por uma múmia nua, putrefata, assexuada e muito animada, e por um homem ou uma mulher, vestido segundo a própria condição, e estupefato. A morte estende a mão para o vivo que vai arrastar, mas que ainda não se submeteu. A arte reside no contraste

² Registro do Requerimento, Despachos e Informação e Testamento do Furriel Bernardino de Senna Pinto. 10-03-1820. *Registro de Testamento da Provedoria de Goiás*. Goyaz, 5 de Dezembro de 1829. Exemplar digitalizado existente no IPEHBC, Goiânia (GO), p. 28-28v.

³ Registro do Testamento do Capitão Joaquim Luis Brandão. 19-12-1828 (Ibidem, p. 102v.).

⁴ **Alferes**: posto da hierarquia militar situado abaixo do tenente e acima do 1º sargento. Corresponhia ao primeiro degrau na escala do oficialato e designava-se também como 2º tenente. Acima do alferes, estavam os postos dos oficiais: tenente, capitão, sargento-mor e tenente-coronel. (Tropa paga). (BOTELHO; REIS, 2008, p. 14).

⁵ Registro do Testamento do Alferes Manoel da Rocha Fogaça. 09-11-1828. *Registro de Testamento da Provedoria de Goiás*. Goyaz, 5 de Dezembro de 1829. Exemplar digitalizado existente no IPEHBC, Goiânia (GO), p. 1.

⁶ Registro do Testamento de Angelica Ferreira Pacheco, preta mina fora. 11-02-1830. (Ibidem, p. 23).



entre o ritmo dos mortos e a paralisia dos vivos. O objetivo moral é ao mesmo tempo lembrar a incerteza da hora da morte e a igualdade dos homens diante dela. Todas as idades e todos os estados desfilam numa ordem que é a da hierarquia social, tal como dela se tinha consciência. Esse simbolismo da hierarquia torna-se hoje fonte de informação para o historiador social. (ARIÈS, 1981, p. 124)

Os motes macabros na literatura e na iconografia são contemporâneos das *artes moriendi*; seu conteúdo, no entanto, traz uma mensagem diferente. Suas origens remontam aos romanos, e seus artistas já retratavam em suas obras a fragilidade da vida. Por outro lado, Ariès (1981) chama a atenção para o fato de se poder perfeitamente desprezar as características anteriores aos séculos XIV e XV, já que nessa época encontram-se significações totalmente diferentes. Ainda segundo o autor, algumas das mais antigas trazem a luta entre anjos e demônios pela alma do morto. Os primeiros levam a alma para paraíso e os segundos, para o inferno, e sua importância reside na ligação com o Juízo Final ou particular.

A iconografia nova das *artes moriendi* reconduz ao arquétipo do jacente no leito, onde ocorria a morte, presidida pelo moribundo. A morte imprevista era a mais temida, pois impedia os rituais mortuários. Os textos e as imagens das *artes moriendi* são ensinamentos do bem morrer. A morte era uma cerimônia pública, o cômodo do doente era acessível para todos e, embora os outros não vejam, a atenção do moribundo está voltada para a intensa luta entre os seres sobrenaturais que adentraram seus aposentos. De um lado, as forças do bem; do outro, as do mal (ARIÈS, 1982). Passa-se, nessa época, a valorizar o instante final. “No século XIII, a inspiração apocalíptica desvaneceu-se, só restam lembranças relegadas às abóbodas. A idéia do julgamento prevaleceu” (ARIÈS, 1982, p. 109). Ganham importância também os manuais de orientação da arte do bem morrer.

[...] pera acodir a tais rebates, & ajudar naquella hora de tanto aperto os enfermos, & suas almas, quãdo o apartamento da vida, as dores do corpo, a lembrança do tempo passado mal gastado, os temores do juízo eterno de Deos, a vista dos demônios, & finalmente a lébrança da eternidade, tudo perturba de tal maneira a húa pessoa posta naquelle estado, que com a fraqueza das potencias corporais, fica húa

alma em grande tribulação: & pera neste passo os ajudar, me pareceo fazer este breve tratado, & aparelho para que como coisa já experimentada pellos Santos, afastar os inimigos com as palavras santas, & ajudar contra o demônio as almas affligidas em tal aperto. E ainda que o verdadeiro aparelho para bem morrer, he o bem viver; & quem cada dia se arma, & esforça a bem viver cada dia se aparelha a bem morrer.⁷

Em *O pito aceso*, Pedro Gomes (1942)⁸ faz uma narrativa de trespasse na região do arraial de Rio Preto, e a riqueza de detalhes de sua fala possibilita uma boa visão do tema, caracterizando claramente a publicidade da morte e de todo “ritual de separação e agregação” do agonizante. O processo de separação era palco de um ato pomposo e, tomando de empréstimo as palavras de Ariès (1981, p. 116), “tornava-se teatro de um drama onde se decidia pela última vez o destino do moribundo, onde toda a sua vida, paixões e apegos eram novamente postos em causa. O doente vai morrer”.

Era importante não ser tomado de surpresa pelo último ato entre os vivos. Daí por que a morte acidental, prematura, sem os ritos devidos, era vista como grande desventura, que fazia sofrer a alma de quem partia e a consciência de quem ficava. A morte devia ser de alguma forma anunciada, por meio de algum sinal, uma doença ou diretamente por forças do Além. A doença, segundo o padre Queirós, seria uma prova do empenho de Deus em facilitar a salvação, “porque se assim não fosse, ele [...] mandaria uma morte repentina”. (REIS, 1997, p. 101)

⁷ CASTRO. Estêvão de, S.J. *Breve aparelho, e modo facil pera ajudar a bem morrer hum christão, com a recopilção da materia de testamentos & penitencia, varias oraçoes devotas, tiradas da Escritura Sagrada, & do Ritual Romano de N. S. P. Paulo V.* / Composto pello Padre Estevão de Castro... - Acrescentado nesta seguda impressão pello mesmo autor. - Em Lisboa : por Mattheus Pinheiro : a custa de Adrião de Abreu., 1627. - [16], 241, [i.é 221], [3] f. ; 8º (15 cm). - Impr. de Évora 1672 referem também tratar-se da 2ª impr.!. - No rosto: "Com todas as licenças necessarias". - Contém sumário de Privilégio real a favor dos padres da Companhia de Jesus, não datado. - Errata. - 3 últimas f. em branco. - Fol. errada. - Nepomuceno 422. - Sommervogel 9, 10. - Arouca C 295. p. IVv-V. (PRÓLOGO). Disponível em: <<http://purl.pt/17290/1/P18.html>, <http://purl.pt/17290/1/P19.html>>. Acesso em: 20 dez. 2011.

⁸ **Pedro Adalberto Gomes de Oliveira**, de Vila Boa-Goiás Velho, 23.04.1882, escreveu entre outros, “NA CIDADE E NA ROÇA” (CONTOS-1924), “O PITO ACESO” (CONTOS-1942), sem dados biográficos nos livros. [...] Escritor, Ensaísta, Pesquisador. Memorialista, Intelectual, Conferencista. Literato, Contista, Cronista. Ficcionalista, Administrador. Pensador, Ativista, Produtor Cultural.[...] Faleceu em Goiânia, em 1955, com 73 anos de idade. (MARTINS, 2008, p. 398-399).

Conforme Gomes (1942, p. 28), “[...] não morria na zona pessoa nenhuma, que não tivesse à cabeceira do leito um indivíduo que *ajudava a morrer*. Sem esse *assistente* o camarada não tinha o direito de *extramundar-se*” (grifos do autor). O autor pontua que, na época, o velho Joaquim Mateus era o mais qualificado e solicitado para ajudar a morrer. Ao chegar à casa do moribundo, preparava-se para a passagem. Se houvesse a probabilidade de estendimento do tempo para além do esperado ou do desejado, ele então se aprontava e ficava na expectativa do “embarque”, para usar de sua própria expressão. Nessas alturas já estavam presentes a vizinhança, a rezadeira que reunia as melhores qualidades e os mais dotados nos conhecimentos de simpatias, benzimentos e na cura de quebrantos. Chegado o momento, Joaquim Mateus começava o seu trabalho:

Com uma calma extraordinária, entrava em função; ordenava que se reunisse o povaréu na sala principal do sítio, para a *ladainha*, que se desenrolava apenas quando o *morrente* possuía alguma coisa, recursos pecuniários; se o camarada era pobre, ia mesmo sem *ladainha* e sem muitas outras cerimônias a que o indivíduo pobre não tinha direito e nem dela precisava, segundo o seu esclarecido modo de ver as cousas, porque, dizia ele, os pobres têm garantido o reino dos céus.

Ordenava que se entoasse a reza e entrava para o quarto do enfermo, a-fim-de *ajudá-lo a morrer*. (GOMES, 1942, p. 29-30. Grifos do autor)

A fala de Gomes (1942) deixa bem claro as hierarquias sociais. A reza das *ladainhas*⁹ apenas para os morrentes ricos evidencia que a faustosidade da morte era um privilégio daqueles a quem a vida propiciara recursos materiais. Chama a atenção também o sentimento popular corrente de que os mais pobres, por sua própria condição econômica, já eram merecedores dos céus. O relato de Gomes (1942) mostra o indivíduo presidindo o seu próprio fim, o que Ariès (1981) denomina apropriadamente de *morte domada*. A morte nessa época era um momento ruidoso, alardeado. O medo não é dela em si, mas de uma morte solitária, sem os devidos preparativos, que deveriam ser feitos através de um extenso ritual.

⁹**Ladainha:** s. f. Preces com que invocamos a Santíssima Virgem e os Santos para que roguem por nós, e nos alcancem o favor divino. Fig. Narração muita extensa. (PINTO, 1996, p. s/n).



A simplicidade familiar era um dos dois caracteres necessários da morte. O outro era sua publicidade: esta persistirá até o fim do século XIX. O moribundo devia ser o centro de uma reunião[...].

Sempre se morria em público. Daí o sentido forte da palavra de Pascal, que se morre só, porque nunca se estava só fisicamente no momento da morte. Hoje isso tem apenas um sentido banal, já que na verdade se têm todas as chances de morrer na solidão de um quarto de hospital. (ARIÈS, 1981, p. 21)

O trespasse, segundo Gomes (1942), poderia ocorrer de duas formas: rápida ou lenta. Mas se fosse à noite, segundo o autor, “[...] o doente que se prepare, porque Mateus gosta de dormir cedo e não deixa atrasar o serviço” (GOMES, 1942, p. 32). Em caso de morte rápida,

Às vezes ele [o moribundo] faz o primeiro *termo*: desfalece, afila o nariz e dá a entender que vai, mas o Mateus afirma que ainda não chegou a hora. Faz o segundo *termo*, idem; ainda não vai, assegura o Mateus.

Afinal vem o terceiro *termo*, quase sempre infalível; então o *ajudante* coloca um crucifixo na mão direita do agonizante, ajeita-lhe convenientemente o corpo e a cabeça e profere as palavras sacramentais.

Desta vez vai; Mateus não se engana: o camarada esperneia-lhe nas mãos e... adeus! Foi-se. E Mateus também vai deitar-se para uma bôa soneca. (GOMES, 1942, p. 32. Grifos do autor)

Se a morte for lenta,

[Joaquim Mateus] Finge que *viu* o moribundo fazer os dois *termos* regulamentares e que já vai executar o último; determina aos que o rodeiam se afastem, e, colocando um dos joelhos sobre a parte umbilical do *suplicante*, debruça-se sobre ele, segura-lhe as mãos que têm a imagem e a vela indispensáveis, então, com ênfase, diz a frase final: “DIGA JESUS, IRMÃO!!!

E vai dormir sossegado. (GOMES, 1942, p. 33. Grifos do autor)

A narrativa do escritor Pedro Gomes demonstra a importância dos rituais, que são construídos socialmente, e, por isso, não são situações objetivas. “Com a separação do corpo e a incorporação da alma nos preceitos da salvação, dividiremos o rito da

morte em *rito de separação entre vivos e mortos e, ritos de incorporação*, desses últimos a seu destino no além” (MORAES, 2005, p. 440. Grifos da autora). Autor clássico sobre os ritos de separação e de incorporação, Arnold van Gennep, afirma:

Entre os rituais de separação, alguns dos quais já examinamos, convêm classificar: os diversos procedimentos de transportar ao exterior o cadáver; a queima dos utensílios, da casa, das joias, das riquezas do morto; o ato de conceder a morte a suas mulheres, seus escravos, seus animais favoritos; as lavagens, unções, e, em geral, rituais chamados de purificação: cova, féretro, cemitério, cerca, colocação nas árvores, pedras amontoadas etc., os quais se constroem ou se utilizam ritualmente, terminando com frequência o ritual inteiro de uma forma particularmente solene, com o lacre do caixão ou da sepultura. Como rituais coletivos, estão as cerimônias periódicas de expulsão das almas fora da casa, do povo, do território da tribo [...]. Como rituais de agregação, mencionarei em primeiro lugar as comidas consecutivas aos funerais e as festas comemorativas, comidas a fim de renovar entre todos os membros de um grupo sobrevivente, e às vezes também com o defunto, a corrente que se viu quebrada pela desaparecimento de uma de suas ligações. Com frequência, uma comida deste tipo tem lugar também no momento de levantar o luto [...]. Quanto aos rituais de agregação ao outro mundo, são o equivalente aos rituais de hospitalidade, de agregação ao clã, de adoção, etc. Com frequência refere-se a eles nas lendas que têm por tema central um descenso aos infernos ou uma viagem ao país dos mortos, quase sempre em forma de tabus: não se deve comer com os mortos, nem comer ou beber algo que se tenha produzido no seu país, nem se deixar tocar, ou abraçar por eles, nem aceitar deles presentes, etc. Por outro lado, beber com um morto agrega à comunidade dos mortos, permitindo, por conseguinte viajar entre eles sem perigo, do mesmo modo que abonar o pedágio (moeda, etc.). Entre os rituais de detalhe citarei a pancada na cabeça que dão os mortos ao recém chegado; a extrema-unção cristã; colocar o morto em terra. (GENNEP, 2008, p. 227-228-229. Tradução minha)

Verificado o óbito, procedia-se à preparação do morto para ser velado e as solenidades fúnebres. Esses cuidados eram essenciais, para evitar que a alma encontrasse dificuldades em sua passagem para o além. O falecido tinha cabelos, barbas e unhas cortadas. O banho era rapidamente providenciado para o corpo não enrijecer e depois, perfumado com alfazema ou benjoim (REIS, 1991). Os orifícios eram vedados com algodão, e o ânus e a vagina, com uma estriga de linho ou um pedaço de algodão. Amarravam o rosto com um pano branco – do queixo à cabeça – e depois o defunto era

vestido com a mortalha¹⁰, que variava conforme o sexo, o estado civil e a pureza do morto (MORAES, 2005).

Câmara Cascudo (2000, p. 171-172) discorre sobre o trato com o cadáver, que seguia alguns cuidados e preceitos:

Nem todos têm o direito de tocar no cadáver. Somente aqueles que sabem vestir defuntos, pessoas de boa vida, especializadas, com a seriedade e compostura de uma exposição de ofício religioso. Trabalham depois de rezar e vão vestindo peça por peça, falando com o morto, chamando-o pelo nome: dobre o braço, Fulano, levante a perna, deixe ver o pé! Se o cadáver enrijece, é porque ninguém morrerá naquela casa proximamente, e se estiver flácido, está chamando gente para o outro mundo. Os olhos são fechados com a polpa dos dedos, devagar: “Fulano, fecha os olhos para o mundo e abre-os para Deus!” Não deve levar ouro [...]. O que tocar no cadáver ao cadáver pertence [...]. As mãos não podem ir soltas e, sim, com o terço ou o rosário amarrando os pulsos. As cores do rosário dependem do estado social do morto, negro para homem e mulher casada, azul para moças, branco para crianças que já fizeram a primeira comunhão, roxo para viúvas. Para o defunto não ficar assombrando a casa, pela lembrança obstinada na memória dos parentes, beijava-se a sola do sapato. Os sapatos são limpos cuidadosamente para que não levem poeira, terra, areia. Levando qualquer areia, a alma volta, saudosa, atraída pela recordação da família. A presença da areia é elemento comprovador da lei da contiguidade simpática. Reza-se o Padre Nosso, Salve Rainha e Credo, mentalmente, para afastar o regresso da idéia do morto, tendo-se cuidado em não articular palavra. Não se deve deixar o morto com a face visível.

A execução de todas as ações são fiadoras de certa ordem na existência da comunidade, aparando as arestas, gerindo os conflitos. A performance cultural tem o papel de administrar as indeterminações e as diversidades da realidade social, extraindo dos ritos, mesmo que de forma parcial, eixos de determinações (RIVIERE, 1996).

À primeira vista poderia parecer que nas cerimônias funerárias o lugar mais importante deveria estar sempre reservado aos rituais de separação, enquanto que os rituais de margem e de agregação

¹⁰**Mortalha:** s. f. A vestidura, ou panno, em que se envolve o cadáver. Fig. Enterro. Cadaver. (PINTO, 1996. Edição facsimilada publicada em 1832, p. s/n). Sobre os pedidos de hábitos de inumação, ver os trabalhos de João José Reis, *A morte é uma festa*, e o de Cláudia Rodrigues, *Nas fronteiras do além*.

encontravam-se pouco desenvolvidos. Porém, o estudo dos fatos revela que de modo algum ocorre assim, e que, pelo contrário, os rituais de separação são pouco numerosos e mais simples do que os rituais de margem, que têm tal duração e complexidade, que obrigam às vezes a reconhecer uma espécie de autonomia e que, em resumo, *os rituais de agregação do morto ao mundo dos mortos são entre todos os rituais funerários, os mais elaborados e aqueles aos quais se atribui a maior importância.* (GENNEP, 2009, p. 204. Grifos e tradução meus)

A importância dos ritos de incorporação pode ser comprovada na preocupação não só do testador, mas também das instituições – Estado e Igreja – sobre a necessidade do cumprimento de todos os desígnios estabelecidos no testamento. A confissão, os pedidos de intercessão, de missas, de acompanhamento e de pagamento das dívidas, o local de sepultura etc, que serão discutidos ao longo deste trabalho, mostram claramente o seu valor. Lembrando ainda que tal situação não se limitava à população de origem europeia, pois, conforme Reis (1997), também entre a população de origem africana a morte era precedida pela execução de extensos cerimoniais.

De suas terras de origem, os africanos haviam trazido ritos fúnebres e sofisticadas concepções sobre o Além. Todos viam os espíritos ancestrais como forças poderosas que os ajudavam a viver o cotidiano e asseguravam-lhes uma boa morte. Eles também acreditavam em recompensas e punições quando mortos, inclusive na existência de almas penadas nascidas de problemas com a ritualística fúnebre ou pela experiência de um tipo indesejável de morte. A morte prematura, a morte por feitiçaria, a falta de ritos fúnebres e sepultura adequados conturbavam a travessia do africano para o Além. Entre os iorubas – que vieram a ser conhecidos por nagôs na Bahia e se incluíam entre os negros minas no Rio e outras regiões sulistas – havia a possibilidade de o morto vagar por regiões terrestres até que os vivos o despachassem conforme as regaras do axexê. Candomblés dedicados aos mortos, os egungum nagôs, foram criados na primeira metade do século XIX, segundo a tradição oral conservada pela gente do culto. (REIS, 1997, p. 98-99)

O rito oferece um modelo exemplar, colocando o homem na contemporaneidade do sagrado. “Será necessário considerar os ritos como redutores de riscos e incentivadores do sentimento de segurança, ou então, inversamente, como motivadores



de mais ansiedade? A primeira solução parece ser a mais habitual” (RIVIERE, 1996, p. 70). Percebemos, assim, que os rituais dão sustentação e significado à vida, enquanto as ações tornam-se reais à medida que se tornam modelos.

[...] quer sejam bastante institucionalizados ou um tanto efervescentes, quer presidam a situações de comum adesão a valores ou tenham lugar como regulação de conflitos interpessoais, os ritos devem ser sempre considerados como conjunto de condutas individuais ou coletivas, relativamente codificadas, com um suporte corporal (verbal, gestual, ou de postura), com caráter mais ou menos repetitivo e forte carga simbólica para seus atores e, habitualmente, para suas testemunhas, baseadas em uma adesão mental, eventualmente não conscientizada, a valores relativos a escolhas julgadas importantes e cuja eficácia esperada não depende de uma lógica puramente empírica que se esgotaria na instrumentalidade técnica do elo causa-efeito. (RIVIERE, 1996, p. 30)

Ou como diz Catroga (1999, p. 11):

Não há sociedade sem ritos, aqui entendidos como condutas corporais mais ou menos estereotipadas, às vezes codificadas e institucionalizadas, que exigem um *tempo*, um *espaço cénico* e um certo tipo de actores: Deus (ou os *antepassados*), os oficiantes e os fiéis participantes do espetáculo. (Grifos do autor).

A realidade é adquirida exclusivamente pela repetição ou participação, pois tudo que não possui um modelo exemplar é vazio de sentido, isto é, carece de realidade. Os ritos têm, então, um caráter de unidade e de fiança para o tecido social e permitem a estabilidade cultural e a sobrevivência do grupo.

Ao longo do tempo, os ritos familiares passaram ao controle da Igreja e de associações leigas. Existia uma familiaridade com os mortos, mas a sua proximidade era temida e, por isso, eram colocados a distância. Segundo Ariès (1981), a veneração das sepulturas ocorria em função do temor que uma possível volta dos mortos causava. “O culto que dedicavam aos túmulos e aos manes tinha por finalidade impedir que os defuntos ‘voltassem’ para perturbar os vivos” (ARIÈS, 1981, p. 34). Os trabalhos fúnebres são de interesse dos vivos, que demonstravam com clareza que a morte

causava-lhes desassossego, impedindo a continuidade normal da vida. A morte era um problema. Mesmo esperada e desejada, ela trazia um desarranjo, quebrando o ritmo cotidiano. Os ritos eram necessários para garantir o reordenamento causado pela desarmonia e pela perturbação da ordem que a morte trazia. As solenidades, consoante com Reis (1991), refazem o transcurso da vida e satisfazem a ausência do falecido, permitindo aos vivos retomarem suas vidas, ainda que na ausência de seu ente querido.

A esse respeito, diz Genep (2008, p. 222):

Todos estes rituais impediam ao morto morrer de novo a cada dia, fato que numerosos povos veem como possível e que se combina às vezes com a ideia de que em cada ocasião o morto passa de uma morada à outra, como foi visto no caso dos haidas, do mesmo modo, os tcheremisos acreditam, bem que o morto pode dormir, ou bem (tcheremisos de Viatka) que o homem pode morrer sete vezes, passando de um mundo a outro, para se transformar na continuação em peixe. (Tradução minha)

E continua o autor:

Aqueles indivíduos para quem não se realizaram os rituais funerários, ou mesmo as crianças não batizadas, ou aqueles a que não se concedeu nome, ou não iniciados, estão destinados a uma existência lamentável, sem poder jamais penetrar no mundo dos mortos, nem se agregar à sociedade nele constituída. São os mortos mais perigosos: gostariam de se reintegrar ao mundo dos vivos, e ao não poder realizá-lo, se comportam com ele como estrangeiros hostis. Carecem dos meios de subsistência que os outros mortos encontram no seu mundo, e devem, por conseguinte, procurá-los a expensas dos vivos. Além disso, esses mortos, sem casa nem lar, experimentam com frequência um áspero desejo de vingança. Deste modo, os rituais dos funerais são ao mesmo tempo rituais utilitários de longo alcance: ajudam aos sobreviventes a desembaraçar-se de inimigos eternos. A classe de mortos de que se trata recruta-se de distinto modo nos diferentes povos: além dos indivíduos mencionados, se incluem os desprovidos de família, os suicidas, os mortos durante uma viagem, ou por violação de um tabu, os fulminados por um raio etc. Afirmado seja tudo isto, como teoria geral: o mesmo ato não acarreta as mesmas consequências em todos os povos, e insisto de novo em que não pretendo que o esquema dos rituais de passo seja universal e absolutamente necessário. (GENNEP, 2008, p. 223. Tradução minha)

Os sepultamentos, que no período clássico se localizavam fora das cidades, realizam-se agora em seu interior. Começaram pelas basílicas, passaram para as catedrais e até chegarem às igrejas foi um passo. As inumações no interior das igrejas davam uma dupla garantia: evitavam a profanação dos corpos e traziam as benesses do contato próximo aos santos. No decorrer da Idade Média, era crescente a crença de que a vizinhança com os santos e mártires da Igreja era sinal de bons auspícios para a alma. Caminha-se rapidamente para os sepultamentos *ad sanctus, apud ecclesiam*, fato que com o tempo deu à Igreja o domínio das obras relativas à morte e a salvação (RODRIGUES, 2005; ARIÈS, 1981). Ariès (1981) também aborda o temor que despertava a proximidade com os mortos.

Entretanto, essa repugnância à proximidade dos mortos logo cedeu entre os cristãos antigos, primeiro na África e em seguida em Roma. Tal situação é notável: traduz uma grande diferença entre a atitude pagã e a nova atitude cristã em relação aos mortos, apesar do reconhecimento comum da morte domada. Daí em diante e durante muito tempo, até o século XVIII, os mortos deixaram de fazer medo aos vivos, e uns e outros coabitaram nos mesmos lugares, por trás dos mesmos muros.

Como se passou tão depressa da antiga repugnância à nova familiaridade? Pela fé na ressurreição dos corpos, associada ao culto dos antigos mártires e de seus túmulos. (ARIÈS, 1981, p. 35)

Essa situação permitiu à Igreja a disseminação da *pedagogia do medo*, incitando os fiéis a se precaverem na vida terrena para conquistarem a vida eterna. A constante clericalização dos ritos mortuários dá-lhes o papel de intermediadores entre os homens e o Reino Celestial. A partir desse momento – por volta do século XII – o culto aos mortos é uma exclusividade da Igreja, em substituição aos familiares.

É preciso também destacar que a atuação da Igreja no Brasil esteve associada ao poder civil pelo regime do Padroado,¹¹ tornando-se um braço da administração

¹¹“§ 1. A instituição do padroado está ligada intimamente à Ordem dos Templários e à Ordem de Cristo, sua herdeira.

[...]

§ 1. O direito de padroado dos reis de Portugal só pode ser entendido dentro de todo o contexto da história medieval. Na realidade, não se trata de uma usurpação dos monarcas portugueses de atribuições

portuguesa na colônia, realidade que pouco alterou no Império. Percebendo a importância que isso tinha para a população, já no início do século XVIII, por meio das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, a Igreja orientava os fiéis sobre o cumprimento das disposições do testador por parte dos testamentários. A Igreja, com certeza, muito rapidamente captou com inteligência e perspicácia os ganhos de estar em sintonia com o pensamento popular. No período oitocentista, essas orientações ainda norteavam o formato e a execução dos testamentos, demonstrando a importância que a religião tinha na vida das pessoas.

TITULO XLI

† DENTRO EM QUE TEMPO DEVEM OS TESTAMENTARIOS CUMPRIR O TESTAMENTO, E DAR CONTA, E QUANDO PODEM RECUSAR O CARGO

790 Por quanto os testamentarios, por se lograrem dos bens dos defuntos, e outros interesses, e respeitos temporaes, com grande encargo de suas consciências, deixão de cumprir o que lhes é mandado nos testamentos, e ultimas vontades, por cuja causa as almas dos testadores não são soccorridas com os suffragios, e esmolos, que mandão fazer, antes são muito defraudadas pela tal dilação: e porque é muito próprio de nosso pastoral officio atalhar as desordens, que nesta materia póde haver, maiormente quando os testadores ordenão suffragios para suas almas, e outros legados, e obras pias, ordenamos, e mandamos a todos os testamentarios, ou executores dos testamentos, que do dia que o deffunto falecer a um ano, e um mez executem, e

religiosas da Igreja, mas de uma forma típica de compromisso entre a Igreja de Roma e o governo de Portugal.

Unindo aos direitos políticos de realeza os títulos de grão-mestre de ordens religiosas, os monarcas portugueses passaram a exercer ao mesmo tempo o governo civil e religioso, principalmente nas colônias e domínios de Portugal.

De fato, por concessão da Santa Sé, o título de grão-mestre conferia aos reis de Portugal também o regime espiritual.

O padroado conferia aos monarcas lusitanos o direito de cobrança e administração dos dízimos eclesiásticos, ou seja, a taxa de contribuição dos fiéis para a Igreja, vigente desde as mais remotas épocas.

[...]

Na realidade, o monarca português tornava-se assim uma espécie de delegado pontifício para o Brasil, ou seja, o chefe efetivo da Igreja em formação. Ao papa, cabia apenas a confirmação das atividades religiosas do rei de Portugal” (AZZI, 1983, p. 162-163-164).



cumprão com effeito tudo o que pelo testador em seu testamento, ou ultima vontade for disposto, e ordenado.¹²

O modelo de morte desejado e aspirado pela maioria era o de ser acompanhado por todos, embora houvesse algumas restrições. Não eram benquistos os que contribuíram para o cometimento de pecados pelo enfermo e os forasteiros, enquanto a participação dos padres era considerada essencial (REIS, 1997). Depois de receber a extrema-unção e de fazer o seu protesto de fé, ensinava o *Breve aparelho, e modo facil pera ajudar a bem morrer hum christão* uma oração a ser feita pelo moribundo.

ORAÇÃO

Senhor, que me creastes, & remistes, tende misericordia de mim, porque muitas mais são vossas misericordias, que a multidão dos meus peccados. E vossa clemencia Senhor, mayor he, que toda maldade dos homens, a vos so peço perdaõ, a sò vossa bondade, & misecordia me encomendo, nam entreis comigo em juízo porque clara està a conta: conheço as muytas dividas de minhas culpas, pobre sou Senhor de todo o bem tende misericordia de mim. A morte do Cordeyro de Deos, Jesu, seu precioso sangue, sua humanidade, suas aflições, & dores, com a virtude de sua Payxam sagrada vos ofereço Eterno Padre em verdadeira, & bastante satisfação de todos os meus peccados, & males: & juntamente com ella vos ofereço os merecimentos da Virgem Maria sua Mãy, & Senhora nossa, & de todos os Anjos, & Santos, cõ todos os sufrágios da Igreja Catholica. Salvayme pois Senhor, não me desépareis nesta ultima necessidade, socorreime agora, encaminhayme pello caminho da salvação, não vos lembreis nesta hora dos meus males, & peccados, nem me deis com elles de rosto como mereço: usay comigo de vossas grandes misericordias. Vinde bem meu, valeyme Criador nosso, salvay-me Redemptor meu, & tomay posse desta alma vossa. E seja tudo pellos merecimentos de Jesu Christo vosso filho. Amen.¹³

¹² *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Feitas, e Ordenadas pelo Illustrissimo, e Reverendíssimo senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, 5º Arcebispo do dito Arcebispado, e do Conselho de Sua Majestade: Propostas, e Aceitas em o Synodo Diocesano, que o dito senhor celebrou em 12 de Junho do anno de 1707. São Paulo: Typographia 2 de Dezembro, 1853, p. 282.

¹³ CASTRO. Estêvão de, S.J. *Breve aparelho, e modo facil pera ajudar a bem morrer hum christão, com a recopilção da materia de testamentos & penitencia, varias orações devotas, tiradas da Escritura Sagrada, & do Ritual Romano de N. S. P. Paulo V.* / Composto pello Padre Estevão de Castro... - Acrescentado nesta seguda impressão pello mesmo autor. - Em Lisboa : por Matheus Pinheiro : a custa de Adrião de Abreu., 1627. - [16], 241, [i.é 221], [3] f. ; 8º (15 cm). - Impr. de Évora 1672 referem também tratar-se da 2ª impr.!. - No rosto: "Com todas as licenças necessarias". - Contém sumário de Privilégio real a favor dos padres da Companhia de Jesus, não datado. - Errata. - 3 últimas f. em branco.

A oração mostra preocupação com os pecados e o reconhecimento da condição viciosa da humanidade, mas, acima de tudo, a crença na misericórdia de Deus. Também lembra da importância da intercessão dos santos e anjos, destacando-se o papel de Maria, como mãe do filho de Deus e pela sua capacidade de intervir e rogar pela alma no instante de muito perigo na busca da salvação: “[...] valeyme Criador nosso, salvayme Redemptor meu, & tomay posse desta alma vossa. E seja tudo pellos merecimentos de Jesu Christo vosso filho. Amen”. Havia uma confiança total da parte do moribundo. “[...] no Ocidente católico, sobretudo, a igreja se manteve como um lugar privilegiado para toda uma série de atos relativos à morte e ao além-mundo” (VOVELLE, 1997, p. 351).

Os padres eram constantemente acusados de agir com pouco caso no atendimento àqueles que dispunham de poucos meios e/ou recursos. Por isso, a presença dos amigos, de familiares e dos “ajudantes” da morte tornavam-se imprescindíveis, com suas orações e ladaínhas, embora isso fosse motivo de alguma contrariedade para alguns dos membros da Igreja (REIS, 1997). Câmara Cascudo, em seu *Dicionário do folclore brasileiro*, destaca que a reza do defunto¹⁴ cumpria uma parte importante nas solenidades da morte. “A família, amigos, vizinhos e estranhos mantinham-se de olhos abertos, vigilantes, solidários. Daí a adequação do termo *sentinela*, termo militar – ali se

- Fol. errada. - Nepomuceno 422. - Sommervogel 9, 10. - Arouca C 295.p. 170-170v. Disponível em: <<http://purl.pt/17290/1/P387.html>, <http://purl.pt/17290/1/P388.html>>. Acesso em: 20 dez. 2011.

¹⁴**Reza do defunto:** Conjunto de orações rezadas em voz alta ou cantadas diante do morto. Nordeste. Além das salve-rainhas e terços, compreende os benditos e as excelências, com denominações especiais. Excelência para ajudar o moribundo a morrer. Excelência da hora, citando-se a hora da morte. O “sol incrisou”, eclipsou-se, excelência cantada, se a morte se verificar durante a tarde, e entoada quando do crepúsculo. Excelência para ele ou dele, oferecida ao defunto. Terço rezado pelos assistentes e “tirado” em voz alta. Ofício de Nossa Senhora ou dos defuntos ou ainda fiéis defuntos. Excelência da barra do dia, quando o dia vem clareando. Excelência Mariá, em que se cantam as partes do corpo do morto e as partes de sua roupa (informação do maestro Guerra Peixe). Excelência da roupa ou da mortalha, quando vestem o defunto. Excelência do cordão (da mortalha). Excelência da despedida. Reza da saída (do caixão). Canta-se essa reza até desaparecer o cortejo fúnebre. Ladaínia de todos os santos (CASCUDO, 2000, p. 671-672. Grifos do autor).

Excelência: É um canto entoado à cabeça dos moribundos ou dos mortos, cerimonial de velório [...] Cantam sem acompanhamento instrumental, em uníssono, em séries de doze versos ritualmente (Ibidem, p. 315).



travava uma batalha de morte – que com muita propriedade se usava em lugar de *velório*” (CASCUDO, 2000, p. 116. Grifos do autor). Já Moraes (2005, p. 443) destaca:

Esse momento de *vigília* para o doente era de extrema sociabilidade e solidariedade. Na presença dele, os irmãos de Irmandade, os vizinhos e familiares evocam os Santos, a Virgem e convocam o Capelão para a encomendação da alma para uma *morte bonita*. (Grifos da autora)

Todos reunidos, as mulheres se ocupavam do preparo da alimentação, da lavagem e cozedura das roupas para o doente e de sua mortalha. Cuidavam da higiene e da movimentação dele. Os homens, reunidos na sala, em meio aos aromas dos incensos, entabulavam diálogos sobre assuntos como a morte e as doenças (REIS, 1991). Gomes traz em seus escritos um exemplo desse momento “final” e de uma ladaíinha proferida no trespasse:

A Virgínia Tipití era sempre a preferida por Mateus para tirar a reza: tinha bôa toada, *bom prepósto* durante a reza e muita *sisudeza*. Ajoelhada em frente a um pequeno oratório de madeira, que está sobre a mesa, atalhado de pequenos santos de pau e de estampas sujas e flores velhas, tendo na mão uma vela de cera acesa, *estalava* a ladaíinha:

Kirié elé ei eison
Kristel elé é é bom
Kirie elé é bom
Ooora... pro noo... bis (coro)
Cristi injôo de nóois
Espia o Santo Deeus
Filho rebentô o mundo de Deus
Ooora... pro noo... bis
Santa trinta-e-um Deei
Santa Mariia
Santa da gente
Ooora... pro noo... bis

Matri é triiste
Matri inviô a laata
Matri tramela... ata
Ooora... pro noo... bis

Matri sarva a toora

Viva Venerando
Viva o pé de caana
Oora... pro noo... bis

Viva o poote
Viva o creeme
Viva Zé Fidélis
Oora... pro noo... bis
Espeto da justiça
Sêde de Sá Pieença
Casa nossa Lettiza
Oora... pro noo... bis

Vá espeta o aalho
Vá Zé Nonaato
Vá insí vó de Sá Anna
Oora... pro noo... bis

Roosa miista
Tudo é da Diica
Tuudo é buurro
Oora... pro noo... bis

Doona Isáurea
Feedi as aarca
Joana Seela
Oora... pro noo... bis
Estela mata a tiina
Refugo o pé catooro
Com sola ate afritooro
Oora... pro noo... bis

Regina partiu a caara
Regina bofetaada
Regina aberta o looro
Oora... pro noo... bis

Regina sentô no ônibu
Regina chinela conseerta
Regina soca isso no Rosaaro
Oora... pro noo... bis

Ai, meu Deus, que atolo a precata imunda
Passe o nó no dómìnè. (GOMES, 1942, p. 30-31. Grifos do autor).

A ladainha entoada reflete situações que se confirmam nos testamentos, como a capacidade intercessora de Maria e o papel central de Jesus Cristo, remissor dos

pecados e salvador da alma. Não menos importante é a execução dos ritos, o que fica claro nos vivos ao pote, ao creme. A esperança de salvação também está dita com a vara da justiça, certamente lembrando a Corte Divina da imparcialidade no julgamento. Quando ocorria o falecimento, observa José de Souza Martins (1983), os membros da comunidade davam início à execução dos atos fúnebres.

Há um conjunto de cuidados, que são tomados na relação com o morto e no deslocamento do corpo. O primeiro deles diz respeito ao afastamento da família. Após as despedidas e bênçãos, a família é praticamente afastada do moribundo e do corpo. Daí em diante, o tratamento do morto, desde a lavagem até o sepultamento, é incumbência de estranhos, nunca de parentes próximos. Após lavado e vestido, o corpo deve ser tirado do quarto para a sala *da frente*, o cômodo que dá para a rua e para a estrada. E deve ser tirado com os pés para a frente, precedido por alguém que conduz a vela acesa. O velório deve ser feito de modo que o corpo fique com os pés em direção à porta e a cabeça em direção ao interior da casa. Luiz da Câmara Cascudo observa que a posição do morto na casa é o inverso da posição do nascimento. Esse é, provavelmente, o costume mais comum e generalizado em todo o país. (MARTINS, 1983, p. 265. Grifo do autor)

Algumas dessas situações descritas por Martins ainda são encontradas no interior do estado de Goiás, como expor o corpo com os pés para a porta de saída da casa. Depois da preparação do morto, o velório era aberto para as visitas. A morte de alguém da casa era anunciada com um pano estendido na janela: preto para casados e branco para solteiros e crianças. As famílias com mais recursos financeiros levavam candeias ou azeite para aspergirem o defunto, pois existia a crença de que isso afastava os maus espíritos. Em seguida faziam-se os cumprimentos e as condolências aos familiares. Realizavam-se também rituais cíclicos da morte, como no Dia de Finados, 2 de novembro. A execução desses rituais ficava a cargo da Irmandade do Arcanjo de São Miguel, e entre esses destaca-se o da Santa Cruz, feito na Igreja Matriz da Cidade de Goiás no dia 4 de maio (MORAES, 2005). “O último ritual de despedida do morto do ambiente doméstico – ou pelo menos de seu cadáver, uma vez que sua alma podia retornar – era a encomendação, feita pelo páraço à saída do funeral. Com frequência,

este momento era acompanhado por músicos que tocavam mementos” (REIS, 1991, p. 132).

A morte não é apenas o ato de separação mais visível, até pelo sentimento de dor externado no desespero dos vivos. Ela traz consigo elementos econômicos, valores comportamentais, expectativas. O relacionamento dos vivos com essa separação sugere características essenciais da interpretação da sociedade sobre a “vida no além” e, muito mais, do dia a dia das pessoas. Sensibilidades do viver, encerremos.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. Trad. Luiza Ribeiro. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981. (Coleção Ciências Sociais, v. 1).
- _____. *O homem diante da morte*. Trad. Luiza Ribeiro. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982. (Coleção Ciências Sociais, v. 2).
- AZZI, Riolando. A instituição eclesiástica durante a primeira época colonial. In: HOORNAERT, Eduardo et al. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983. Tomo II/1. p. 153-242.
- BOTELHO, Angela Vianna; REIS Liana Maria. *Dicionário Histórico Brasil: Colônia e Império*. 6ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. 8ª ed. São Paulo: Global, 2000.
- CATROGA, Fernando. *O céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal (1756-1911)*. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1999. (Coleção Minerva-História, 18).
- GENNEP, Arnold van. *Los ritos de paso*. Trad. Juan Ramón Aranzadi Martínez. Madrid: Alianza Editorial, 2008. (Antropología).
- GOMES, Pedro. *O pito aceso*. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais”, 1942.
- MARTINS, José de Souza. A morte e o morto: tempo e espaço nos ritos fúnebres da roça. In: MARTINS, José de Souza (Org.). *A morte e os mortos na sociedade brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1983. p. 258-269.
- MARTINS, Mário Ribeiro. *Dicionário biobibliográfico de membros do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*. Goiânia: Kelps, 2008.
- MORAES, Cristina de Cássia Pereira. *Do corpo místico de Cristo: irmandades e confrarias na capitania de Goiás 1736-1808*. 2005. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, Portugal, 2005.
- PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da língua brasileira*. Goiânia: Sociedade Goiana de Cultura: Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central: Centro de Cultura Goiana, 1996. Edição fac-similada publicada em 1832.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (História da vida privada no Brasil, 2). p. 95-141.

RIVIÈRE, Claude. *Os ritos profanos*. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

SILVA, Eliane Moura. *Vida e morte: o homem no labirinto da eternidade*. 1993. Tese (Doutorado em História) Departamento de História IFCH da Universidade Estadual de Campinas, SP, Campinas, SP: Unicamp, 1993.

VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. Tradução Maria Julia Goldwasser. 2ª São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. *Imagens e imaginário na história – fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX*. Tradução Maria Julia Goldwasser. São Paulo: Ática, 1997. (Série Temas, v. 42).

FONTES DOCUMENTAIS

CASTRO. Estêvão de, S.J. *Breve aparelho, e modo facil pera ajudar a bem morrer hum christão, com a recopilção da materia de testamentos & penitencia, varias orações devotas, tiradas da Escritura Sagrada, & do Ritual Romano de N. S. P. Paulo V. / Composto pello Padre Estevão de Castro... - Acrescentado nesta seguda impressã pello mesmo autor. - Em Lisboa : por Mattheus Pinheiro : a custa de Adrião de Abreu,, 1627. - [16], 241, [i.e 221], [3] f. ; 8º (15 cm). - Impr. de Évora 1672 referem também tratar-se da 2ª impr.!. - No rosto: "Com todas as licenças necessarias". - Contém sumário de Privilégio real a favor dos padres da Companhia de Jesus, não datado. - Errata. - 3 últimas f. em branco. - Fol. errada. - Nepomuceno 422. - Sommervogel 9, 10. - Arouca C 295. p. IVv-V. (PRÓLOGO). Disponível em: <<http://purl.pt/17290/1/P18.html>, <http://purl.pt/17290/1/P19.html>>. Acesso em: 20 dez. 2011.*

Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Feitas, e Ordenadas pelo Illustrissimo, e Reverendíssimo senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, 5º Arcebispo do dito Arcebispado, e do Conselho de Sua Majestade: Propostas, e Aceitas em o Synodo Diocesano, que o dito senhor celebrou em 12 de Junho do anno de 1707. São Paulo: Typographia 2 de Dezembro, 1853.

Livros de Notas do 1º Tabelião da Cidade Goiás. nº 82, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 99, 100, 104, 106 e 107, do ano de 1898 s/n. 1868-1899. Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis da Cidade Goiás/ GO. *Registro de Testamentos da Provedoria de Goiás*. Goyaz, 5 de Dezembro de 1829. Exemplar digitalizado existente no IPEHBC. Goiânia (GO). *Registro de Testamentos – 1842-1852*. Exemplar fotocopiado existente no IPEHBC. Goiânia (GO). *Registro de Testamentos – 1852-1862*. Exemplar fotocopiado existente no IPEHBC. Goiânia (GO).

UMA NARRATIVA DO SAGRADO NA IGREJA MUNDIAL DO PODER DE DEUS

Diego Angeline Rocha

diegoump@gmail.com

Universidade Federal de Goiás

Mestrando em História

Bolsista financiado pela CAPES

Resumo

Este é um trabalho que tem como referencial teórico os estudos elaborados pelo historiador Jörn Rüsen. A narrativa neste sentido, aclama o estilo literário da historiografia, deliberando a história como uma representação do passado, completa de sentido e de significado, nas práticas culturais do conhecimento histórico. Dois outros conceitos são centrais neste trabalho: A religião e o Sagrado. O objeto de pesquisa estudado é a denominação evangélica Neopentecostal denominada Igreja Mundial do Poder de Deus. Percebe-se nesta denominação uma ênfase ao sagrado (através principalmente de objetos materiais) e um elevado misticismo religioso. A narrativa dos fiéis em grande parte dos depoimentos se relaciona a cura física e a prosperidade financeira. Propõe-se ainda, dialogar as narrativas dos fiéis com os quatro tipos de narrativas apresentadas por Jörn Rüsen.

Palavras-Chave: História, Religião, Narrativa

Abstract

This is a job that has as theoretical studies prepared by the historian Jörn Rüsen. The narrative in this sense, acclaims the literary style of historiography, the history of acting as a representation of the past, full of meaning and significance in the cultural practices of historical knowledge. Two other concepts are central to this work: Religion and the Sacred. The research object is studied Pentecostal evangelical denomination called the Worldwide Church of God's Power. Realizes this denomination emphasis to the sacred (mainly through material objects) and a high religious mysticism. The narrative of the faithful in much of the testimony relates to physical healing and financial prosperity. It is further proposed, engage the narratives of the faithful with the four types of narratives presented by Jörn Rüsen.

Keywords: History, Religion, The Narrative



INTRODUÇÃO

‘Religião’ pode ser definida como um conjunto de crenças de um povo, geralmente relacionado com questionamentos sobre a origem e o fim da humanidade. Quando fala-se de religião algumas perguntas vem a tona: de onde eu vim? Para onde vou? As crenças sempre fizeram parte da vida da humanidade:

O ser humano, desde os primórdios de sua existência, teve sua evolução e o desenvolvimento de sua sociedade vinculados às suas crenças. Com isso vieram formas de manifestação dessas crenças através de simbolismos que buscavam representar aquilo em que se acreditava, bem como participar de seus ritos como um caminho de ligação entre o homem e o sobrenatural. Ao longo dos tempos, as crenças foram se desenvolvendo e se diferenciando através do surgimento de novas teorias e das diferentes interpretações do que já existia. Assim deram origem a uma série de religiões, que muitas vezes se misturam compartilhando ideias ou, ao contrário, geram conflitos. Seus símbolos acompanharam esse constante desenvolvimento e transformação (NEWSLAND, 2007, p.6).

O Conceito de Religião é bastante abrangente, porém grande parte dos historiadores e cientistas da religião tem o mesmo pensamento de Durkheim: “Religião é um sistema unificado de crenças e práticas relativa a coisas sagradas, isto é, coisas separadas e proibidas, crenças e práticas que unem numa única comunidade, chamada Igreja, todos os que a elas aderem (CRAWFORD, 2005, p.14). De acordo com Ruben Alves o sagrado anteriormente era algo que residia de maneira intrínseca nas culturas, cada pessoa tinha fé em algum deus. “No mundo sagrado, a experiência religiosa era parte integrante de cada um, da mesma forma como o sexo, a cor da pele, os membros, a linguagem” (ALVES, 1999, p.7).

Durkheim afirma a respeito da concepção do termo ‘religião’:

Os homens foram obrigados a formar uma noção do que a religião é muito antes de a ciência da religião ter podido instituir as suas comparações metódicas. As necessidades da existência obrigaram-nos a todos, crentes e descrentes, a representarmos-nos de alguma maneira a coisas no meio das quais vivemos, sobre as quais temos juízos a

emitir a todo o momento e com as quais devemos entrar em linha de conta no que se refere ao nosso comportamento. Simplesmente, como estas pré-noções se formaram sem método, ao sabor dos acasos e dos encontros da vida, não tem direito ao menor crédito e devem ser rigorosamente mantidas fora do exame que vai seguir-se (DURKHEIM, 2000, p.28).

A religião é formada por crenças, por devoções a tudo que é considerado sagrado. As pessoas adoram suas divindades através de cultos que podem ser expressos de diversas maneiras. Através da religião as pessoas buscam a satisfação, com a finalidade de superar o sofrimento e alcançar a felicidade.

PENTECOSTALISMO

O pentecostalismo¹ teve a sua origem nos Estados Unidos da América no início do século XX, herdeiro do Metodismo Wesleyano e do Movimento Holiness (MARIANO, 1999). Sua principal distinção do Protestantismo reside na seguinte questão: a Contemporaneidade dos dons do Espírito Santo (Glossolalia)². De acordo com o Pentecostalismo, o Espírito Santo continua a agir nos dias atuais da mesma forma como atuava no cristianismo primitivo, curando as pessoas e expulsando os demônios.

Este Pentecostalismo surge no Brasil em meio a um pluralismo religioso:

O Catolicismo já não era uniforme [...]. As igrejas evangélicas eram então muitas: congregacionais, presbiterianas, metodistas, batistas [...]. Os terreiros afro-brasileiros iam batizando novos espaços com seu ritmo religioso [...]. O espiritismo kardecista ia abrindo os seus salões [...]. remanescentes de religiões indígenas eram bem mais expressivos que hoje (ROLIM, 1995, p. 17-19).

O Protestantismo com a sua vertente menos pragmática e mais focada em expor a Bíblia, perde espaço para reuniões focadas nas necessidades das pessoas, destacando a emoção e o pragmatismo, porém muito ligado a usos e costumes.

¹ Este termo é baseado no episódio narrado no Livro de Atos dos Apóstolos, no capítulo 2.

² É denominado nas denominações Pentecostais de “Dom de Línguas”

NEOPENTECOSTALISMO E IGREJA MUNDIAL DO PODER DE DEUS

A Igreja Mundial do Poder de Deus está inserida no grupo de igrejas denominadas ‘neopentecostais’³, ou seja, uma corrente posterior ao pentecostalismo⁴.

O Neopentecostalismo é o nome que se dá aos pentecostais da terceira geração. São assim chamados porque diferem muito dos pentecostais históricos e dos da segunda geração. Tudo indica que seja um novo pentecostalismo. Não se apegam à questão de roupas, de televisão, de costumes, e têm um jeito diferente de falar sobre Deus. Dualizam o mudo espiritual dividindo-o entre Deus e o Diabo:

Tornaram-se, com respaldo e estímulo religiosos, mais imediatistas e pragmáticos. Almejam, em suma, da felicidade. Boa fortuna que, com seus óculos religiosos, testemunham e retraduzem, apesar de sua terrível condição social, em termos de bem-estar pessoal, progresso material e até consumo de bens de alto valor monetário (MARIANO, 1999, p.08-09).

Para eles o mundo está completamente tomado por demônios, e é sua função expulsá-los. Pregam a prosperidade como meio de vida. Pobreza é coisa de Satanás. Doença só existe em quem não acredita em Deus e sua origem é o demônio. “Seus cultos são sempre emotivos objetivando uma libertação do mundo satânico”. (FRESTON, 1992, p.99). Em muitos pontos pode-se dizer que suas doutrinas são bem parecidas com as doutrinas das religiões orientais, tais como o hinduísmo e budismo.

O líder da IMPD (Valdemiro Santiago) foi pastor por vários anos na Igreja Universal do Reino de Deus, após ser despedido, cria sua própria igreja. Esta igreja tem características muito próximas da Igreja Universal, porém com algumas peculiaridades.

³ Este termo é utilizado por representar os ‘novos’ Pentecostais. A maioria das práticas são comuns, porém não se apegam mais a alguns costumes tais como: não assistir TV, as mulheres não usarem calça jeans, jogar futebol. Enfim, os Neopentecostais são mais pragmáticos do que dogmáticos.

⁴ O pentecostalismo brasileiro é compreendido como a história de três movimentos. O primeiro surge na década de 1910 com a chegada da Igreja Congregação Cristã e da Assembléia de Deus. O segundo movimento é dos anos de 1950 e início de 1960, na qual o campo pentecostal se fragmenta, a relação com a sociedade se dinamiza e três grandes grupos surgem: A Igreja Quadrangular, a igreja Brasil para Cristo e a igreja Deus é amor. O terceiro movimento surge no final dos anos de 1970, já denominados de ‘Neopentecostais’: Igreja Universal do Reino de Deus e Igreja Internacional da Graça.



A IMPD iniciou-se em Sorocaba, 90 km da cidade de São Paulo, em 9 de março de 1998, tendo como fundador o apóstolo Valdemiro Santiago⁵, sua esposa bispa Franciléia e um pequeno grupo de membros. Inicialmente não houve muita divulgação: panfletos, fitas cassetes de testemunhos eram utilizados. A IMPD teve uma vasta divulgação pelo rádio e pela televisão. No ano de 2000 a IMPD chega a cidade de Goiânia, fixando o local de seus cultos na Avenida Tocantins, no centro da capital. Este local era um antigo templo da Igreja Universal do Reino de Deus. Os pastores da IMPD são remanejados de cidade à cidade pelo um prazo máximo de três anos para não criar vinculado e carisma. A figura carismática da IMPD é e sempre deverá ser o líder Valdemiro Santiago, independentemente do país, do estado ou da cidade.

Atualmente a divulgação deixou de ser problema para a IMPD que expandiu não apenas pelo rádio e TV, mas também pela internet, revistas e jornais. A Sede da igreja está localizada na Rua Carneiro Leão, 439, Brás, São Paulo, possui 43 mil m², mais 1.400 igrejas tanto no Brasil quanto exterior são dirigidas pela sede de São Paulo também conhecida como Grande Templo dos Milagres.

As estruturas de seus templos são geralmente, em galpões enormes, com as cores internas e externas do templo: azul e branco (simbolizando o paraíso/céu); com cadeiras de plástico diferentemente dos templos da IURD e da Igreja Católica (possuí bancos de madeira ou com estofados). Os galpões não têm janelas, mas tem ventiladores na parte superior dos galpões. Não se exige uma roupa padrão para os membros como ocorre nas igrejas pentecostais (saia e blusa comprida).

Um dos métodos litúrgicos da igreja: campanhas⁶ para receber a vitória em alguma situação vivida. Os Obreiros e Pastores têm suas próprias roupas, afim de que

⁵ Valdemiro Santiago de Oliveira nasceu em Palma/MG no dia 2 de novembro de 1963, é considerado pastor evangélico, líder e fundador da Igreja Mundial do Poder de Deus. Durante quase 20 anos, era integrante da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Em 1997, desligou-se da Universal após problemas com a liderança. Alguns dias depois fundou a Igreja Mundial do Poder de Deus, que absorveu parte dos membros da IURD, e hoje conta com mais de 1400 templos espalhados pelo Brasil, sendo a sua maioria no Estado de São Paulo.

⁶ As campanhas são reuniões que possuem alguma finalidade específica. Por exemplo: Durante um mês o fiel irá orar e dar uma quantia “X” e após esse mês ele irá receber ou aumento de salário, ou

possam ser identificados perante os fiéis. Segundo Oro (ORO 2007 p. 88) os bens simbólicos não são vendidos para não parecer com táticas comerciais, mas eles distribuem de ‘graça’, pedindo uma contribuição voluntária. Percebe-se que em sua liturgia dão muita ênfase nessas campanhas, semelhantes com os métodos da IURD ou da Igreja Católica para manter o ministério vivo e despertar a fé dos fiéis.

A hierarquia eclesiástica é composta dos seguintes membros: o Apostolo (chefe supremo), os Bispos e somente uma Bispa; Pastores e Pastoras; e por fim obreiros, que ajudam os pastores nas atividades pastorais. São essas pessoas que regem a e administram as liturgias da igreja.

NARRATIVA HISTÓRICA

A categoria “Narrativa” tem sido suprimida por alguns historiadores pelo fato de afirmarem que a narrativa está inserida apenas no campo de conhecimento da literatura. Neste sentido a narrativa seria composta apenas de ficção, não possuindo um caráter científico. Por outro lado, este trabalho segue a linha de Rüsen e afirma que a narrativa aclama o estilo literário da historiografia, deliberando a história como uma representação do passado, completa de sentido e de significado, nas práticas culturais do conhecimento histórico.

Para Rüsen, o homem tem que agir intencionalmente, e só pode agir no mundo se interpretá-lo de acordo com as intenções de sua ação e de sua paixão, neste sentido, a história é construída e interpretada de maneira parcial; agir só ocorre com a existência de objetivos e intenções, para os quais é necessária a interpretação. É um processo em que continuamente o passado é interpretado à luz do presente e na perspectiva do futuro.

O pensamento histórico possui uma lógica narrativa, pois, como diz Rüsen, no debate teórico recente não se conhece nenhum caso de contestação do caráter narrativo do pensamento histórico, e mesmo que existam trabalhos historiográficos cujo ponto

principal não esteja no aspecto narrativo, isto não significa que neguem o caráter fundamental e constitutivo do narrar (RÜSEN, 2001, p.150)

A história para Rüsen é realizada por meio de três operações/competências: experiência, interpretação e orientação. A 'competência de experiência' é a capacidade de olhar o passado e buscar sua qualidade temporal, diferenciando-a do presente; 'competência de interpretação' é a habilidade para reduzir as diferenças de tempo entre o passado, o presente e o futuro. Nesse sentido, a temporalidade funciona como um instrumento de interpretação de experiências do passado e uma compreensão do presente; Por fim, 'competência de orientação' é a habilidade para utilizar a interpretação do passado, analisar a situação presente e projetar um curso de ação futura. (RÜSEN, 1992, p.30),

A narrativa se relaciona com a consciência histórica, pois é por meio da narrativa que o ser humano entra no tempo. O indivíduo que já morreu poderá continuar a existir no futuro se alguém futuramente contar sua história. Desta maneira, a narrativa preserva a memória em detrimento do esquecimento da história humana. A Consciência Histórica se expressa em representações narrativamente estruturadas do passado, sendo assim, a narrativa é uma prática cultural de interpretação do tempo.

De acordo com Rüsen, a narrativa histórica serve para estabelecer a identidade de seus autores e ouvintes.⁷ As narrativas dos fiéis da Igreja Mundial do Poder de Deus estabelecem a identidade dos mesmos. Isto implica identificar a classe social, as diversas crenças de uma mesma pessoas (diversidade de dogmas), o pragmatismo religioso, enfim, o discurso de alguém reflete a identidade deste alguém.

NARRATIVA DOS FIÉIS

As narrativas dos membros da Igreja Mundial do Poder de Deus sempre se relacionam com a ideia de oração e a sua relação com objetos considerados sagrados.

⁷ Esta concepção está inserida na tradução denominada Jörn Rüsen e o Ensino de História. Obra publicada pela Editora UFPR, 2011, p.97.

Na análise das narrativas do fiéis percebe-se uma ênfase na oração de petição ou também denominada de súplica. Porém é necessário entender pelo menos cinco tipos de oração na concepção cristã.

O termo ‘petição’ refere-se ao ato de pedir. Pedir a quem? Tendo a compreensão de que a oração do ser humano é direcionada a Deus, o pedido tem o mesmo caráter. Levando em consideração a total dependência da humanidade, apenas Deus pode responder ao pedido de oração do homem. A palavra petição aparece algumas vezes na Bíblia:

1) A palavra grega deomai (deomai) tem o significado simples de “pedir”, “rogar”.⁸ Na LXX tem o caráter de “rogar favor” (Ester roga um favor ao Rei – Ester 8.3). No NT ocorre somente com o significado de “perguntar”, “pedir”, “suplicar”. 2) A petição está relacionada a súplica, neste sentido, a palavra δεησις (deesis) significa: o ato de pedir, petição, súplica, pedido. 3) Outra palavra que expressa a ideia de petição é a palavra εντε υξ ις (enteuxis), seu significado vai além de uma súplica, significa também “conversar”.

Algumas palavras bíblicas definem o termo:

aite,w (aiteō): Este verbo pode ser traduzido por “pedir”. A maioria das vezes se refere a atitude de um suplicante que está em uma posição inferior àquele a quem a petição é dirigida. Em Mateus 7.7 expõe o pedido do homem sendo direcionado a Deus. Em Mateus 7.9,10 o pedido do filho é direcionado ao pai. Em Lucas 23.23 os sacerdotes e o povo fazem uma petição a Pilatos. Em Atos 3.2 um mendigo pede as pessoas que passavam por ele. Em Atos 12.20 um súdito pede algo ao seu Rei. Quando se trata da petição do homem a Deus várias referências são encontradas: a) nas epístolas paulinas: Ef 3.20; Cl 1.19; b) Em Tiago ocorre quatro vezes: Tg 1.5,6; 4.2,3); c) Em I João aparece cinco vezes: I Jo 3.22; 5.14-16⁹;

ai;thma (aitema): Este substantivo pode ser traduzido por “pedido”,

⁸ Todas as análises etimológicas tem com referência dois livros: 1) Concordância Exaustiva Strong; 2) Dicionário Internacional de Teologia.

⁹ Aparece duas vezes no versículo 15 e traduzido por “orar” no verso 16.

Geralmente as petições humanas tendem a trazer benéficos para o próprio homem. Basta olhar os títulos de livros que se referem a oração no cenário atual: ‘Orar pode mudar tudo’ (Silas Malafaia); ‘O poder infinito da oração’ (Lauro Trevisan); ‘Quebrando as maldições hereditárias através da oração’ (Leotero Batista Filho); ‘As 50 orações mais poderosas’ (Lúcia dos Santos); ‘Orar é conquistar o impossível’ (Jack W. Hayford), etc.

A maioria das petições na atualidade está ligada a doutrina pelagiana e arminiana de que Deus é sujeito a mudança, mas especificamente a sua vontade e as suas decisões dependem em grande parte das ações do homem.

A ORAÇÃO COMO TROCA DE FAVOR

Na concepção da grande parte dos evangélicos no Brasil, orar significa, com certeza, receber algo solicitado a Deus. Pelo grande esforço (oração) do fiel, em troca, Deus realizará o pedido.

Em 2010 a Igreja Universal do Reino de Deus (Igreja de origem de Valdemiro Santiago) lançou o “Drive Thru de orações¹⁰”, isto ocorre da seguinte maneira: Na calçada em frente à igreja, uma placa sinaliza “Drive-thru de orações”. O motorista entra em um recuo e estaciona sob um toldo com a frase “pare, ore, siga”. Um pastor vem até a janela do carro, faz uma oração rápida de um ou dois minutos citando passagens bíblicas e abençoando os cidadãos. Pode-se dizer que a oração é a “moeda de troca” do fiel. Quando ele ora Deus lhe acrescenta mais bens materiais e cura física. Benny Hinn (2007) defende as “dez condições para a oração respondida”:

1. Tenha a fé de Deus;
2. Diga o que você quer;
3. não limite Deus;
4. recuse duvidar;
5. Acredite que o que você pede será dado;
6. Acredite que está concedido;
7. Seja impositivo;
8. Acredite que o que

“você diz na oração é a vontade de Deus; 9. Nunca diga “se” quando Deus o prometeu; 10. Tenha um coração limpo com Deus e com o homem.

O próprio Benny Hinn (1991, p.295) ainda afirma: “ Nunca, jamais em tempo algum vão ao Senhor e digam: se for da tua vontade. Não permitam que essas palavras destruidoras da fé saiam da boca de vocês. Quando vocês oram desta maneira, a fé é destruída”.

O ato de falar (“palavra tem poder”) desembocará em um presente. “Dar (oração) para receber (prosperidade)”. O principal alvo é a prosperidade financeira.

PROSPERIDADE FINANCEIRA

O principal modelo de oração como meio de troca é a oração em favor da prosperidade financeira. A argumentação de quem crê é a seguinte: “vou ter o melhor desta terra, pois sou filho do dono, minha oração resultará em minha prosperidade”; “Deus tem o melhor para os seus filhos”.

Este movimento é de origem americana e tem enorme receptividade no meio evangélico brasileiro desde os anos 80. Também é conhecida como “confissão positiva¹¹”, “palavra da fé”, “movimento da fé” e “evangelho da saúde e da prosperidade”.¹²

Os teólogos da prosperidade ensinam que saúde plena e riqueza material são direitos de todos os crentes em Jesus no presente atual. O lema é este: “Se confessarmos derrotas, mesmo antes que venham acontecer, seremos fatalmente derrotados, mas se

¹¹Ao contrário do que muitos imaginam, as ideias básicas da confissão positiva não surgiram no pentecostalismo, e sim em algumas seitas sincréticas da Nova Inglaterra, no início do século 20. Todavia, por causa de algumas afinidades com a cosmovisão pentecostal, como a crença em profecias, revelações e visões, foi em círculos pentecostais e carismáticos que a confissão positiva teve maior acolhida, tanto nos Estados Unidos como no Brasil.

¹² Acessado em 26/06/2013: <http://www.ultimato.com.br/revista/artigos/313/raizes-historicas-da-teologia-da-prosperidade>

confessarmos vitórias, mesmo antes que aconteçam, seremos vitoriosos”.¹³ Esta teologia ainda afirma que os crentes devem orar sem a afirmativa: “Se for da vontade de Deus”, “Quem coloca um ‘se’ na oração, está orando em um estado de dúvida”¹⁴, sendo assim, deve-se orar com palavras positivas e Deus em troca, dará a benção prometida. Quando os resultados não são os esperados, a frase é a seguinte: “faltou fé”, “seu presente está arquivado para quando você tiver fé suficiente”.

A oração mais comum neste sentido é a seguinte:

Eu vos peço que lance fora toda armadilha do inimigo em minha vida financeira e de meus familiares, libertando de toda miséria, desempregos, humilhações. Que nossa despesa seja cheia, nossa conta bancária esteja sempre no verde, nossas dívidas sejam pagas e a ninguém devemos nada, emprestaremos a muito, mas a ninguém pediremos emprestado. Senhor, livrai nossa vida financeira do devorador, eu te agradeço em nome de Jesus e creio que toda maldição hereditária ou proferida em nossa vida financeira seja destruída agora para todo sempre amém!¹⁵

Nesta linha de raciocínio, a falta de dinheiro significa que o diabo está prendendo a vida financeira do fiel através de armadilhas. E neste sentido, de acordo com eles, a oração quebra/destrói estas armadilhas. Quanto mais o fiel orar, quanto mais fé ele tiver, terá mais bens materiais (prosperidade).

Outro fator digno de destaque é a ideia da “maldição hereditária”¹⁶. A falta de prosperidade segundo esta corrente de pensamento, pode ser fruto de uma maldição que reside na família ao longo de gerações anteriores: “A maldição é a autorização dada ao

¹³ MACEDO, Edir. Vida com Abundância, p.58.

¹⁴ HAGIN, K.E. O Extraordinário crescimento da fé, p.18.

¹⁵ Acessado em: <http://curaelibertacaoespiritual.comunidades.net/index.php?pagina=1337826651>. Dia 01/07/2013 às 08:20H.

¹⁶Essa teoria antibíblica tem a maldição como uma entidade em si mesma que precisa apenas que alguém desencadeie o processo inicial, que é um pecado cometido por uma pessoa num passado remoto ou recente; depois disso, passa a agir com total independência. Não leva em conta a responsabilidade pessoal. Diz Marilyn Hikey, em seu livro Quebre a Cadeia da Maldição Hereditária: “...mas a maldição da sua terra não foi transmitida pelo pecado pessoal deles ou mesmo dos ancestrais, mas pelos habitantes anteriores.”

diabo por alguém que exerce autoridade sobre outrem, para causar dano à vida do amaldiçoado... A maldição é a prova mais contundente do poder que têm as palavras."¹⁷

CURA FÍSICA

O desespero em busca da cura, fica evidente na definição de Hagin:

As doenças e as enfermidades não são da vontade de Deus para o seu povo [...] Não é da vontade de Deus que fiquemos doentes. Nos dias do Antigo Testamento não era da vontade de Deus que os filhos de Israel ficassem doentes, e este eram servos de Deus. Hoje somos filhos de Deus. Se sua vontade era que nem sequer seus servos ficassem doentes, não pode ser sua vontade que seus filhos fiquem doentes! [...] Nunca diga a ninguém que a enfermidade é vontade de Deus para nós. Se a enfermidade fosse à vontade de Deus, o céu estaria cheio de enfermidades e doenças (HAGIN, 1987, p.18,20).

Existem palavras de ordem, pois a doença, segundo está corrente teológica, não pode fazer parte do crente fiel:

“Cai agora por terra toda doença de ordem psíquica, física e espiritual, hereditária, de obras de macumbarias, feitiçarias, magias negras, pelo poder de Deus, em nome de Jesus. Amém¹⁸!”

Estas palavras de ordem são claramente observadas nas narrativas dos fiéis. Tudo aquilo que é considerado mal pode ser destruído através da oração.

A ORAÇÃO DECRETIVA

“Em nome de Jesus eu declaro quebrado, desfeito, todo julgo da escravidão, que toda miséria saia de minha vida e de minha família para honra e glória de Deus nosso Pai Eterno¹⁹”.

¹⁷Jorge Linhares, em Bênção e Maldição, Pg. 16

¹⁸

Acessado

<http://curaelibertacaoespiritual.comunidades.net/index.php?pagina=1337690856>.
01/07/2013, às 08:31H.

Esta prática tem se tornado comum entre os evangélicos, como afirma Hagin: “Descobri que o modo mais eficaz de se orar é aquele pelo qual você requer seus direitos [...] e tudo quanto exigirdes em meu nome (nome de Jesus) farei.”²⁰

Basta exigir, declarar, determinar que todos os pedidos serão atendidos. Os jargões mais comuns são: “eu declaro”, “eu determino”, “toma posse da benção”. Todos eles estão intrinsecamente ligados a Teologia da Prosperidade. A Igreja Mundial do Poder de Deus utiliza a expressão “Sê tu uma benção”, que possui o mesmo sinônimo das expressões anteriores, trazendo a idéia de uma palavra positiva que dará a vitória. A pessoa tem a “visualização positiva” da bênção desejada, isto é, concebe em sua mente o que ela quer receber e, em seguida é motivada a “tomar posse da benção”. A “premeditação de bênçãos”, a “visualização positiva” e o uso do termo “tomar posse da benção” levam as pessoas a crerem em que tudo depende da força da mente e das palavras de poder pronunciadas por elas²¹.

Percebe-se esse tipo de teologia em uma música que é cantada na Igreja Mundial. A música se chama “brilhando no vale”, da cantora Thaynara:

Eu ministro agora a tua vitória; Declaro na unção você é campeão; E quando eu levantar as minhas mãos ao céu; O anjo do Senhor vai entrar em ação; Para abrir as portas que estão fechadas; Pra destruir muralhas do impedimento; [...] Deus vai mudar agora a tua situação; [...] A prova foi difícil mas você venceu; Você foi perseguido foi caluniado; Talvez tenha chorado lágrimas de fel; Você já derrotou o gigante valente; Agora tem que receber a recompensa;²²

Em linhas gerais, algumas expressões se destacam: a) “Eu ministro agora a tua vitória”: a ideia aqui é que o líder (pastor ou membro cantor) dá a vitória ao fiel. Isto ocorre naquele momento, o termo “agora” explica o momento do benefício. A expressão “vitória” é similar a prosperidade financeira ou cura física; b) “E quando eu levantar a

¹⁹ Acessado em: <http://curaelibertacaoespiritual.comunidades.net/index.php?pagina=1337826651>, Dia 01/07/2013 às 08:24H.

²⁰ HAGIN, K.E. A autoridade do crente, p.30.

²¹ Acessado em: <http://www.santovivo.net/gpage290.aspx>, Dia 04/07/2013 às 22:36H.

²² Acessado em: <http://letras.mus.br/thayara/1654044/>, Dia 04/07/2013 às 23:04H.

mão [...] o anjo vai entrar em ação”: Nesta frase o homem tem o poder para ordenar o anjo a dar o que o fiel desejar, basta apenas o líder levantar as mãos aos céus; c) “Para abrir as portas que estão fechadas”: Nesse sentido a oração muda a vontade de Deus. A expressão “portas fechadas” refere-se a orações não atendidas ou problemas financeiros. “Para destruir muralhas do impedimento”: esta expressão é similar a expressão “portas fechadas”, geralmente eles atribuem os benefícios não recebidos como sendo obra do diabo ou falta de fé do crente; d) Deus como um bom funcionário “vai mudar a sua situação agora”. É bastante evidente a ideia de que o crente é que manda, e) Por fim, “você tem que receber a sua recompensa”: nesta concepção o fiel receberá com certeza o que espera. Deus sempre dará uma resposta positiva ao fiel.

O SINCRETISMO RELIGIOSO²³

O conceito histórico de sincretismo pode ser definido da seguinte maneira: é uma fusão de concepções religiosas diferentes ou a influência exercida por uma religião nas práticas de uma outra.

O sincretismo religioso no Brasil inicia-se desde os primórdios. É bom ressaltar que já existiam moradores aqui quando os portugueses chegaram. Por volta do ano de 1500 o Brasil estava inserido por culturas e costumes distintos: a) ameríndia, nativa da terra; b) europeia, trazida pelos colonizadores portugueses; c) a africana, trazida pelos escravos bantos e sudaneses.

Os europeus impuseram a religiosidade católica, porém mesmo assim, os índios e os escravos não deixaram de cultuar seus deuses, eles tinham suas bases religiosas bem estruturadas. Se diziam católicos e se comportavam como tais, mas praticavam ao mesmo tempo os rituais de seus ancestrais.

Atualmente encontra-se reflexo destas diversas culturas no meio evangélico brasileiro. As orações são profundamente afetadas por estas diversas religiosidades, como é demonstrado a seguir.

²³ O anexo 3 apresenta um gráfico comparando o catolicismo, a Igreja Universal do Reino de Deus e a Igreja Mundial do Poder de Deus.

NARRATIVAS DO SAGRADO E SEUS ESPAÇOS

Para o fiel da Igreja Mundial do Poder de Deus, o local de culto é algo sagrado. Eles relacionam isto com algumas citações bíblicas: “Não te aproximes daqui, disse o Senhor a Moisés; tira as sandálias de teus pés, porque o lugar onde te encontras é uma terra santa.” (Êxodo, 3: 5).

Apresenta-se então algumas concepções do sagrado tanto em lugares (destaca-se aqui o monte), como em pessoas encontrados nesta instituição:

MONTE

Todas as grandes campanhas da Igreja Mundial do Poder de Deus são realizadas em algum Monte. A oração no monte é uma prática evidente na vida do Líder Valdemiro Santiago. De acordo com ele, a Igreja Mundial é fruto de oração no monte de São Roque, interior de São Paulo. Ele afirma que, enquanto orava naquele lugar, Deus lhe falou que a obra que ele colocaria sob a sua responsabilidade seria muito grande, seria para avivar o evangelho de Jesus Cristo, resgatar as ovelhas que estavam perdidas, mudar a história de vida das pessoas que não suportavam mais o sofrimento. Valdemiro sobe constantemente ao monte acompanhado de seus obreiros para orar pelos pedidos de oração e consagrar os objetos que serão usados nas campanhas.

No ano de 2011 o Apóstolo Valdemiro carregou um grande livro com o nome de fieis para orar por eles no Monte São Roque. Segundo a IMPD, este livro continha todos os nomes dos fiéis que colaboram financeiramente com a igreja em uma campanha. Os líderes da IMPD oraram monte sobre uma pilha de carnês, que possivelmente, seriam enviados aos colaboradores. Para comprovar a prática, a Igreja utiliza textos bíblicos como: “E, despedida a multidão, subiu ao monte para orar, à parte. E, chegada já a tarde, estava ali só.” (Mateus 14:23, referenciado também em Marcos 6:46-47); “E aconteceu que naqueles dias subiu ao monte a orar, e passou a noite em oração a Deus.”

(Lucas 6:12); “E aconteceu que, quase oito dias depois destas palavras, tomou consigo a Pedro, a João e a Tiago, e subiu ao monte a orar.” (Lucas 9:28, a referência anterior ao mesmo evento ocorreu em Marcos 9:2).

OBJETOS SAGRADOS

Os evangélicos no Brasil nunca conseguiram se livrar totalmente da influência do Catolicismo Romano. Por séculos, o Catolicismo formou a mentalidade brasileira, a sua maneira de ver o mundo. Igreja Mundial do Poder de Deus e algumas Igrejas Pentecostais e Neopentecostais utilizam orações juntamente com objetos para adquirir de Deus o que desejam, aos quais este trabalho destaca: a “água ungida” e a “tolha sê tu uma benção”.

A ÀGUA UNGIDA

A água contém um diferencial, pois qualquer fiel pode possuir, mesmo que não tenha doado uma oferta. Basta ligar a TV no programa da Igreja Mundial do Poder de Deus e no momento da oração colocar um copo com água em cima da TV. Após aquela oração, segundo eles, a água está completamente repleta de “poder”, podendo curar qualquer doença e até mesmo livras as pessoas de dívidas financeiras:

“Tenho só que agradecer a Deus por este ministério. Foi o dia mais feliz da minha vida quando o médico disse que a minha esposa está 100% curada! Era um sofrimento para mim ver a mulher que eu amo passando por tudo aquilo”, diz Paulo César. Mara explica que em 2007 foi operada, sem saber que era câncer. “Fiquei um mês internada no Hospital do Andaraí, na Zona Norte do Rio. Fiz quimioterapia e em 2009 tive que operar novamente. Comecei a frequentar os cultos na Igreja Mundial do Poder de Deus, após ter passado um tempo só assistindo ao programa pela televisão e bebendo a água ungida. O Senhor Jesus me curou e os médicos constataram a cura. Eles disseram que eu estou ótima”, conta Mara. (Site da Igreja Mundial do Poder de Deus -Sábado, 16 de Julho de 2011. www.impd.com.br)

Para a fiel está água é o próprio remédio para a cura (algo físico ou sobrenatural). Mara deixa claro que passou um tempo assistindo o programa de televisão como também bebendo a água unvida.

Este elemento material tem um significado muitíssimo próximo à água Benta, utilizada pela Igreja Católica Romana. Isto se torna evidente em um artigo publicado em uma revista católica por Oscar Motitsuki:

‘Há várias formas de usá-la. A mais comum é persignar-se com ela. Outra é aspergi-la sobre si mesmo, sobre outras pessoas, lugares ou objetos. Qualquer leigo ou leiga pode fazer isto. Naturalmente, quando feito por um sacerdote tem mais peso. Além do mais, a água benta é um sacramental que nos alcança o perdão dos pecados veniais, pode livrar-nos de acidentes (trânsito, assaltos, quedas), e ajuda até a curar doenças. O conhecido livro "Tesouro de Exemplos" conta que uma criança gravemente enferma ficou imediatamente curada ao receber a bênção de São João Crisóstomo com água benta’. (Revista Arautos do Evangelho, Junho/2006, n. 30, p. 32 e 33)

A água que possui a função apenas de saciar a sede, se caracteriza como algo sobrenatural, que de acordo com os fiéis traz em si efeitos milagrosos. Em busca da restauração do casamento, a fiel afirma:

“Ela achava que o marido tinha outra mulher. Essa senhora ligava na Central constantemente e um dia ela estava chorando muito, disse que tinha descoberto que o marido estava mantendo relações com a cachorra da família, o animal doméstico! (...) Aquilo me impressionou muito. Todo dia eu ia para o altar, dobrava os joelhos e pedia para Deus que mudasse essa situação. (...) Ele disse a ela que não sabia direito porque havia feito aquilo, que era como que se estivesse possuído. (...) Eu falei pra ela colocar água unvida e dar pra ele beber. Daí a gente vê que era uma coisa diabólica. E Deus fez a sua obra ao colocar amor no coração dela para não ficar mágoa”. (Revista Avivamento Urgente – Agosto/2012, p.13,14).

O texto que utilizam para tais práticas é o texto de João, no capítulo 4, onde Jesus tem um diálogo com a mulher samaritana e diz “se tomar dessa água nunca mais terá sede”.

A TOALHA “SÊ TU UMA BENÇÃO”.

O texto bíblico utilizado aqui ‘Sê Tu uma Benção’ se encontra no livro de Gênesis, no capítulo 12, verso 1 e 2: “farei de ti uma grande nação, e te abençoarei, e te engrandecerei o nome”, e aplicam isto aos nossos dias atuais da seguinte maneira: o “apóstolo” enxuga o seu suor em uma toalha, ora por ela e depois distribui aos fiéis, dizendo que qualquer doença será curada, basta apenas encostar a toalha no local doente.

A “Toalha” denominada ‘Sê Tu uma benção’²⁴, de acordo com esta igreja, pode resolver qualquer problema de caráter saúde/doença. A citada toalha já faz parte do dia-a-dia dos membros da instituição.

“E logo que orou colocando a toalhinha Sê Tu uma benção na barriga de Luiz, dias depois ele contou à sua mãe que a pedra havia saído quando foi usar o banheiro, ficando livre de todos os incômodos que o atormentavam”. (Jornal Fé Mundial - Outubro/Novembro , 2010. p.8).

Existem dias específicos onde a ‘Tolha’ é doada aos fiéis, geralmente nestes dias a frequência por parte deles é maior. As pessoas chegam ao ponto de comer a toalha, no desejo de serem curadas ou se libertarem de algum tipo de vício.

‘Fui viciada em cigarros e bebia muito com meu esposo, passei vinte e três anos dependendo de cigarro e bebidas alcoólicas, embora eu não me considerasse dependente de álcool. Bebia junto de meu esposo, mas cigarro era realmente dependente, não conseguia passar mais de oito horas sem fumar. Conheci a Igreja Mundial do Poder de Deus pela televisão e comecei a acompanhar, até que a palavra de Deus tocou de verdade no meu coração, na minha vida e me entreguei a Jesus, mas queria ser livre dos meus vícios. Em uma tarde, parei para assistir o programa de televisão, quando vi uma senhora de idade contar que se libertou dos vícios comendo um pedaço da toalhinha. Aquilo me tocou, não consegui me esquecer e, quando fiquei só, senti de imitar o feito. Peguei uma toalhinha Sê Tu Uma Benção, cortei um pedaço pequeno e comi. Na mesma hora, parei de fumar.’(Site da Igreja Mundial do Poder de Deus - Sábado, 16 de Julho de 2011 www.impd.com.br).

²⁴ Este nome é dado a ‘toalha’ fazendo alusão a um texto bíblico, onde Deus diz a Abraão que ele seria uma benção. A partir desta afirmativa, os líderes dizem que quem possui a tolha é livre de qualquer tipo de doença, pois ‘benção’ está relacionada a bem estar, saúde, prosperidade financeira.

Após a análise do livro ‘Medicina Rústica’ (1959) de Alceu Maynard, percebe-se várias semelhanças entre os líderes da Igreja Mundial do Poder de Deus e os curandeiros e benzedores citados na obra. O curandeiro impressiona o doente.

‘Ao entrar em sua casa há sempre uma pequena mesa, onde, ao lado de santos, há velas acessas, há rosários, azeite de dendê, água, raízes, sementes, etc (...) Após a consulta, as orações, as rezas, o benzimento, os conselhos e tabus a serem observados, há remédios, há receitas, as garrafadas que ele mesmo prepara. Ele é o possuidor do segredo’ (ARAÚJO, 1959, p.156).

Os objetos ‘benzidos’ (água e tolha) estão na casa de cada fiel como uma espécie de amuletos mágicos. O fiel tem a convicção de que estes objetos poderão livrá-lo de doenças, de problemas familiares, da pobreza, enfim, do mal (sempre relacionado ao diabo).

OLÉO UNGIDO

Este é um óleo aromatizado. Através de uma doação o fiel recebe um pequeno frasco com uma pequena quantidade de óleo dentro.

A unção²⁵ dos doentes é uma cerimônia cristã que incide em ungir os enfermos com um óleo sagrado²⁶. Na Igreja Católica, este ritual é também denominado de Santa Unção ou Último sacramento. A unção dos doentes tem a finalidade de consolar o doente, absolver os seus pecados e comunicar um sentimento de conforto espiritual e físico.

O ritual de unção dos enfermos de acordo com a instituição tem base na bíblia, que diz: "Alguém de vós está enfermo? Chame os presbíteros da Igreja e orem sobre ele, unguendo-o com o óleo em nome do Senhor. A oração da fé salvará o enfermo, e o Senhor o aliviará. E se tiver algum pecado, lhe será perdoado" (Tiago 5, 14-15).

²⁵ Ungir significa derramar o óleo sobre a cabeça dos fiéis. Esta prática é justificada na Bíblia nos textos citados acima.

²⁶ A oração do pastor sobre o óleo, faz dele um objeto sagrado; Antes da oração ele é chamado de óleo, após a oração ele é denominado óleo sagrado.

A “Extrema-unção” é também um sacramento cristão, assim denominado por ser recebido pelos cristãos que estão em risco iminente de perder a vida. O efeito da Extrema-unção é preparar o cristão para um momento particularmente difícil da sua vida, em que irá enfrentar a morte e seguir em direção à vida eterna.

Na Igreja Católica, o sacramento da unção deve ser conduzido por um sacerdote que profere palavras de consolo enquanto unge o enfermo com o óleo abençoado.

COLHER DE PEDREIRO: “PRUDENTE CONSTRUTOR”

Esta é uma colher de plástico que possui uma cor dourada. Quem acompanha os cultos da Igreja Mundial do Poder de Deus através da televisão já deve ter visto que o apóstolo Valdemiro Santiago está vendendo a colher de pedreiro “Prudente Construtor” por R\$153,00 para ajudar na construção da Cidade Mundial.

A campanha começou no final de setembro e vai durar até o dia 12 de outubro, esse é o período para quem deseja participar da construção do novo templo.

Ao falar sobre o objeto, Santiago brinca com os fiéis dizendo que esta colher não deve ser usada no cimento, mas para ser colocada nos projetos pessoais. “Onde você tocar vai ser abençoado”, profetizou o líder religioso.

MEIA UNGIDA

Esta é uma meia de pano que de acordo com o líder da Igreja está fundamentada no texto bíblico: “Todo lugar que pisar a planta do vosso pé, vo-lo tenho dado, como eu prometi a Moisés.” A campanha “Sê Tu Uma Bênção” foi inaugurada com toalhas de rosto que eram distribuídas em todas as Igrejas Mundial do Poder de Deus. A essas toalhas são atribuídas diversas curas e libertações que são testemunhados durante os cultos. Antes de serem distribuídos este materiais, os pares de meias são consagradas no monte pelos bispos e pelo Apóstolo. Tanto as meias como as toalhas são distribuídas gratuitamente na “Terça-feira do Milagre Urgente”.

TIJOLO ABENÇOADO

Estes tijolos pequenos são materiais de plástico e são vendidos na Igreja. A promessa feita resume na seguinte questão: Quem adquirir será abençoado. O saco de tijolos com 100 unidades é comercializado pelo preço normal de 55 reais. Mas o líder da igreja em seus cultos, desafia quem serão as cem mil pessoas a adquirir os tijolinhas, ofertando o valor de R\$ 200 por cada um deles. Com isso, a igreja pode arrecadar o valor de 20 milhões de reais.

MARTELO DA JUSTIÇA

A Igreja ofereceu o martelo para os fiéis que desejam quebrar seus problemas. “Você vai tocar com ele naquilo que você deseja que seja quebrado, que seja esmiuçado”, afirma o Pastor que oferece o martelo no programa de TV da igreja. Os interessados são orientados a ligar para um número que aparece na tela ou visitar o site da igreja e preencher um cadastro solicitando o “Martelo da Justiça”. “Nós enviamos pelos Correios a você”, afirma o Pastor.

FRONHA DOS SONHOS

A Fronha dos Sonhos, um artefato que segundo o líder da denominação, seria simbólico como incentivo para o fiel se manter em busca da realização de seus desejos. As fronhas estão sendo vendidas pela denominação por R\$ 91,00, e devem, segundo Santiago, ser usadas por quem busca milagres: “Você vai vestir o travesseiro do drogado, do alcoólatra, do enfermo, do desempregado ou o seu”, orienta o apóstolo da Mundial. Segundo Valdemiro, o valor das fronhas é “simbólico” e foi escolhido com base no Salmo 91 e nas 91 colunas da recém-inaugurada Cidade Mundial, no Rio de Janeiro. O apóstolo ainda afirma que com a fronha, os sonhos dos fiéis poderão ser

realizados: “Eu já sonhei muito na vida e meus sonhos se tornaram realidade e a cada dia os meus sonhos estão se tornando realidade e os seus também serão assim”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A única materialidade mais sagrada que o espaço de culto são os líderes (Apostolo, bispos e pastores). A tradição preserva o elemento primordial na religião: a perspectiva do Sagrado, ou seja, a ação divina e soberana de um ser transcendente de maneira milagrosa na vida dos fiéis. Existem pelo menos dois motivos principais para as pessoas adentrarem em uma determinada religião: Estão com problemas físicos, emocionais, financeiros ou acreditam que um ser sobrenatural (Deus) os livrou destes problemas. O sagrado surge como artifício vivo de todas as religiões, sem a qual a religião perderia suas características.

De acordo com Durkheim (1996, p.466), o entusiasmo coletivo de um grupo nas festas religiosas permite aos indivíduos fazer uma experiência do sagrado. Durkheim ainda prediz a possibilidade do declínio das instituições religiosas existentes, porém afirma que as funções exercidas pela religião conservam-se, assim como permanece a necessidade do sagrado: Há na religião algo de eterno que está destinado a sobreviver a todos os símbolos particulares nos quais o pensamento religioso sucessivamente se envolveu (DURKHEIM, 1996, p.472). Em Durkheim, as experiências religiosas se processam no âmbito coletivo.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos. *Os deuses do povo*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CAMPOS, Leonildo. *Teatro, templo e mercado: organização e marketing de um empreendimento neopentecostal*. Petrópolis –RJ: Vozes, 1997.

CRAWFORD, Robert. *O que é Religião?*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

- ESPÍN, Orlando. *A fé do povo*. São Paulo – SP: Paulinas, 2000.
- FERREIRA, Júlio. *Religião no Brasil*. Campinas – SP: Luz para o caminho, 1992.
- FRESTON, Paul. *Fé bíblica e crise brasileira*. São Paulo – SP: ABU, 1992.
- HELLER, Agnes. *Uma Teoria da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- HALL, Stuart. *A identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- LOPES, Augustus Nicodemus. *O Ateísmo Cristão*. São Paulo: Mundo Cristão, 2011.
- _____. *O que estão fazendo com a Igreja*. São Paulo: Mundo Cristão, 2008.
- MARIANO, Ricardo. *Neopentecostalismo; os pentecostais estão mudando*. São Paulo – SP: USP, 1995.
- MARTINS, José de Souza. *Desfigurações*. São Paulo: Hucited: 1996.
- MATOS, de Sousa Alderi. *Fundamentos da teologia histórica*. Ed. 2008. São Paulo: Editora Mundo Cristão, 2008.
- RÜSEN, Jörn. *Razão histórica*. Brasília: Editora da UnB, 2001.
- RÜSEN, Jörn. *Jörn Rüsen e o ensino de história*. Org. Schmidt, Barca, Rezende. Curitiba: Ed UFPR, 2011.
- SIEPIERSKI, Paulo. *O estudo das religiões: desafios contemporâneos*. São Paulo –SP: Paulinas, 2008. Coleção ABHR.
- WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na República do Rio-Grandense*. Santa Maria: Ed. UFMS, 1999.
- WEBER, Marx. *Três tipos Puros de Poder Legítimo*. Tribuna da História, Lisboa, 2005.

JORNAIS E PERIÓDICOS

BARBOSA, Eudínia. Homem expele cálculos renais . Jornal Fé Mundial - Outubro à Novembro/2010.

FRANCISCO, Laércio. Dores cessam e muda fala. Jornal Fé Mundial - Outubro Novembro/2010.

LUZ, Mônica. Terça-feira do Milagre Urgente e a Independência. Jornal Fé Mundial – Outubro à Novembro/2010.

_____. Menina livre das dores recupera movimentos. Jornal Fé Mundial - Outubro à Novembro/2010.

MATTOS, Madalena. Missionários da IMPD são os mais votados dos partidos. Jornal Fé Mundial - Outubro à Novembro/2010.

_____. Bebê ia sofrer operação no coração, é salvo pelo Poder de Deus. Jornal Fé Mundial – Outubro à Novembro/2010.

_____. Jesus liberta marido alcoólatra e espancador. Jornal Fé Mundial - Outubro à Novembro/2010.

_____. Deputado mais jovem de SP é da IMPD. Jornal Fé Mundial – Outubro à Novembro/2010.

_____. Dívidas pagas e livres de asma e enxaqueca. Jornal Fé Mundial - Outubro à Novembro/2010.

SILVA, Laércio. Liberta das máquinas caça-níqueis. Jornal Fé Mundial - Outubro à Novembro/2010.

_____. Bactéria Pulmonar some e criança é salva. Jornal Fé Mundial - Outubro à Novembro/2010.

_____. Nódulo Maligno desaparece após orações. Jornal Fé Mundial - Outubro à Novembro/2010.

_____. Jovem larga muletas e anda. Jornal Fé Mundial. Outubro à Novembro/2010.

DEFENDENDO OS SERTÕES: AS TROPAS DE AUXILIARES E A MANUTENÇÃO TERRITORIAL NO GOIÁS SETECENTISTA

Diego Veloso Gomes
divgomes@gmail.com
 FH/UFG
 Mestre em História

Resumo

A relação entre as Coroas ibéricas no século XVIII foi marcada por constantes desentendimentos acerca do delineamento das fronteiras de seus domínios na América meridional. Ao falharem os acordos diplomáticos, os objetivos de Portugal no tocante à posse dos territórios que outrora eram de Espanha seriam assegurados por meio das políticas de ocupação e de guarnição militar, situação que motivou a criação do Regimento de Auxiliares na capitania de Goiás em 1764. Distribuídas estrategicamente por sua extensão, tais cavalaria se constituíram em parte essencial do sistema defensivo goiano. Tendo isso em vista, objetivamos neste artigo analisar a criação desta força militar para a manutenção e o fortalecimento da soberania portuguesa no território em questão durante a década de 1760.

Palavras-chave: Defesa militar; capitania de Goiás; século XVIII.

Abstract

The relationship between the Iberian crowns in the eighteenth century was marked by constant disagreements about the delineation of the borders of their domains in southern America. By failing diplomatic agreements, the objectives of Portugal regarding the ownership of territories that were once of Spain would be secured by policies of occupation and garrison, situation that led to the creation of the Auxiliary Regiment in the captancy of Goiás in 1764. Strategically distributed by its extension, such chivalry have formed themselves into an essential part of the defensive system of Goiás. Keeping this in view, in this article we aim to analyze the creation of this military force for the maintenance and strengthening of Portuguese sovereignty in the territory under discussion during the 1760s.

Keywords: Military defense; captancy of Goiás; XVIIIth century.

Linha mestra da divisão das terras americanas desde 1494, em fins do século XVII e início do século XVIII o meridiano de Tordesilhas¹ já começava a se mostrar insuficiente no que dizia respeito à satisfação dos distintos projetos que os reinos da península ibérica tinham acerca dos territórios sob seu domínio. Neste período, as notícias sobre o *achamento* do ouro em solo brasileiro despontaram como refresco aos anseios do governo lusitano, que há muito sonhava com a presença do famigerado metal em suas possessões da América meridional. Este fator direcionou toda a política administrativa adotada pela Coroa portuguesa durante o setecentos, pois, o êxito das descobertas em Minas Geraes (1693-1695), Cuyabá (1717), e, em seguida, Goyases (1725), trouxera consigo a necessidade da ocupação ilegítima e definitiva destas terras. Ilegítimas por se encontrarem além do meridiano supracitado; definitivas por se constituir em uma estratégia para a garantia destes territórios que outrora eram de Espanha, de acordo com as definições do Tratado celebrado em fins do século XV.

Muitos foram, no entanto, os obstáculos para a consolidação do projeto português de conquista e manutenção territorial dos sertões em questão. Inicialmente, os povoados estabelecidos à beira dos rios e córregos auríferos se mostraram extremamente voláteis e pouco duradouros, uma vez que, em sua maioria, eram criados com o propósito de possibilitarem a extração rápida do metal e, após o esgotamento das lavras, serem abandonados, dando lugar a busca de outros veios que saciassem os anseios econômicos das populações videirinhas² (PALACIN, 2001, p. 13). Para o governo português este panorama não era ideal, pois sem povoados fixos e bem estabelecidos não seria possível clamar o direito às ditas terras e tampouco assegurar a instauração de um necessário aparelho fiscal, situação que demandou uma série de políticas direcionadas ao estabelecimento dos aventureiros em tão dilatados e longínquos territórios.

¹ Meridiano definido em Tratado firmado entre Portugal e Espanha em sete de junho de 1494. A linha imaginária dividia os domínios americanos entre as duas potências ibéricas, delegando aos portugueses a porção leste do referido território, fixando às 370 léguas de distância a oeste da ilha de Santo Antão – arquipélago de Cabo Verde – sua faixa limítrofe (BRAZIL, 2000, p. 3).

² Homens que lançavam mão da vida nos garimpos para garantir o sucesso de seus interesses econômicos.

Para tal propósito, Portugal viu a necessidade de esquadrihar estratégias para regulamentar a concessão dos sítios de extração. Uma delas foi o chamado “Regimento das minas”, criado em 1700 com o fim de orientar os procedimentos para a distribuição das *datas* entre os mineiros. Sobre o mecanismo legislativo em questão, explica Moraes:

Esse Regimento determinava que todo aquele que descobrisse ouro tinha o direito de demarcar 60 braças quadradas para si, uma superfície igual era reservada para a Coroa e seu representante no distrito de mineração. Os outros lotes auríferos eram delimitados e adjudicados de acordo com o número de escravos que o minerador tinha a seu serviço (MORAES, 2005, p. 28).

Tal documento evidencia a intenção da Coroa de fazer com que aqueles homens se apossassem dos novos domínios – pouco conhecidos até então – criando laços fortes e duradouros nestas distantes localidades, não obstante povoadas por diversas nações indígenas e animais selvagens, cercadas por matas fechadas e desertas, dentre outros perigos ocultos ampliados pelo imaginário português, principalmente daqueles que se arriscavam longe da realidade das zonas urbanas do ultramar. A presença do ouro bastava para atraí-los. Fixá-los, porém, exigia ações planejadas do governo luso.

Com efeito, as primeiras décadas do setecentos foram marcadas por políticas de planejamento urbano levadas a cabo pela metrópole no intuito de definir o controle das regiões recém-descobertas. Assim, as expedições paulistas que culminaram na penetração dos territórios mineiros, mais especificamente aquelas ocorridas no início do século XVIII³, foram seguidas por medidas planejadas dos órgãos da Coroa portuguesa com destacados interesses geopolíticos e diplomáticos. Dentre elas, expõe Deusa Maria Boaventura:

³ Antes da efetiva ocupação dos sítios mineiros no setecentos, houve também outras bandeiras ainda no século XVII que já se davam conta daquelas terras. Movidos essencialmente pela preação de índios, os sertanistas percorreram uma extensa área do coração do Brasil até que o ouro fosse descoberto nestas localidades.

Regulamentos para as regiões das minas, elaboração de uma jurisdição que incidisse sobre os exploradores aventureiros, contenção das ampliações das primeiras terras justificadas pelas posses, expansão do território colonial a oeste de Tordesilhas, levantamentos cartográficos e a combinação de um sistema de partilha de terras, ou de direitos sobre ela, com o estabelecimento de povoações articuladas entre si, foram os fundamentos dessa nova política de ocupação, organizada particularmente por engenheiros militares que utilizavam mapas, descrições e relatos corográficos para o conhecimento, a demarcação e a legitimação de territórios mais avançados (BOAVENTURA, 2007, p. 65).

Como exemplo desta política expansionista, em 1719, pouco após o sucesso das descobertas dos filões auríferos do Cuiabá, o Conselho Ultramarino expediu ordens ao engenheiro da capitania de São Paulo para verificar os avanços espanhóis a oeste, visto que cerca de dois anos antes o ouvidor relatara a ocupação de jesuítas castelhanos em terras que considerava ser daquela capitania. A partir de então, ficaria a cargo do engenheiro fazer um mapa que detalhasse elementos que pudessem servir de divisas naturais com a colônia vizinha (FERREIRA, 2007, p. 1), situação que acabou evidenciando a necessidade de um arranjo fronteiriço mais definido para evitar o avanço castelhano na região. Entretanto, essas medidas iniciais se caracterizaram pela carência de conhecimentos técnico-científicos daqueles incumbidos de realizar o reconhecimento das áreas e o planejamento dos mapas para o governo português, pois estas informações, tão imprescindíveis à Coroa, geralmente eram fornecidas por mineiros, sertanistas e bandeirantes que tinham um conhecimento empírico oriundo do contato *in loco* com os sertões do Brasil.

Por isso, esboçando preocupações de ordem geopolítica e observando o atraso português nas ciências matemáticas – essenciais para o mapeamento territorial – em meados da década de 1720, D. João V fundou o Observatório de Lisboa e buscou na figura de geógrafos, cartógrafos e matemáticos estrangeiros o suprimento daquelas necessidades (MAGALHÃES, 2009, p. 80-82), já que as habilidades desses profissionais apresentavam o rigor científico que a situação exigia. Tais medidas visavam, também, um aprimoramento na exploração dos recursos e a melhor

administração dos territórios auríferos no Brasil, que foi alvo de crescentes esforços para um levantamento cartográfico mais rigoroso e preciso nos anos seguintes.

O retorno do bandeirante Bartolomeu Bueno aos *Goyases* em 1726 também nos serve de exemplo para demonstrar o interesse estratégico dos portugueses sobre as novas minas, já que a fundação dos primeiros arraiais mineradores e a instalação da estrutura eclesiástica naquelas distantes terras podem ser percebidas como elementos de controle territorial e fixação populacional. Outrossim, nota-se a consideração da metrópole no tocante às políticas de reconhecimento territorial e de urbanização, medidas que aos poucos foram se fazendo mais visíveis através das ações de funcionários nomeados para tais objetivos. Fatores como a vinda de dois engenheiros de minas na comitiva de Bueno – Manoel de Barros e Manoel Pinto Guedes (TELES, 1998, p. 77) – demonstram que, desde os primórdios da ocupação, a expansão das possessões mineiras e a instalação das estruturas administrativas não se consistiram em mero casuísmo resultante da ambição dos bandeirantes e garimpeiros que aos montes se deslocavam para aquelas paragens. Os objetivos de D. João V estavam bem definidos: assegurar os interesses fiscais sobre os filões auríferos e o domínio sobre as dilatadas terras do oeste colonial.

O vigor inicial destas importantes providências lançariam o sustentáculo para projetos mais detalhados e que servissem mais especificamente aos propósitos de controle territorial pretendidos pelo governo português. Por volta de 1736 uma proposta mais concreta de estabelecimento das fronteiras começa a ser efetivamente delineada pelos funcionários do monarca, dentre os quais estava Alexandre de Gusmão, secretário particular do Rei entre os anos de 1730 e 1750, responsável por elaborar um projeto secreto visando à exploração das áreas de soberania duvidosa. Este plano objetivava a constituição do Novo Atlas do Brasil, proposta do Conselho Ultramarino para o levantamento de dados e justificativas que poderiam ser utilizadas juridicamente para a defesa da posse efetiva das terras localizadas além da linha de Tordesilhas (BOAVENTURA, 2007, p. 77).

Concomitantemente a essas medidas, a fundação de Vila Boa de Goiás (1736) nos arredores do arraial de *Sant'Anna* figurou como elemento de continuidade às propostas lisboetas de urbanização das vastas áreas do coração do Brasil. Quando da escolha do espaço que sediará a única vila goiana em todo o século XVIII, grande foi a discussão acerca do melhor sítio que atenderia as necessidades locais e metropolitanas. Àquela época, os poderosos da região divergiam quanto ao arraial que oferecia as condições ideais para o cumprimento da real ordem, sendo que a tônica acabava sendo a garantia de seus interesses nesta importante decisão política. Cercada pela Serra dos Pirineus e de clima mais ameno, *Meya Ponte* era considerada por seus habitantes como escolha óbvia para a instalação da vila, já que *Sant'Anna* apresentava algumas dificuldades de ordem climática e geográfica⁴ que a tornava menos interessante para tal propósito. Ademais, o arraial de *Meya Ponte* era passagem obrigatória não só para os viandantes que quisessem alcançar os demais arraiais das minas de Goiás, como também para aqueles que dali partiam, em virtude de sua localização no ponto de confluência dos caminhos que levavam a São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia. Desde o princípio tal fator o converteu em um dos mais importantes arraiais goianos.

Tantas eram as vantagens de *Meya Ponte*, que em 1754 o governo luso inquiriu a D. Marcos de Noronha, o primeiro governador e capitão general da capitania de Goiás, sobre os benefícios de se transferir a casa de fundição de Vila Boa para o arraial supracitado. Sobre o tema, comenta Palacin:

Responde o governador que os mineiros não fundem ouro; os únicos que fundem são os comerciantes, e para estes o traslado significaria uma economia de 32 léguas; e que, além disso, na sua opinião, não se deveria pensar em transferir somente a Casa de Fundição, mas o governo todo, pois Meia Ponte oferecia melhores comunicações e muito melhor clima; a única dificuldade para a mudança é que precisariam construir de novo todos os edifícios públicos (PALACIN, 2001, p. 28).

⁴ Além do clima bastante quente e abafado, o arraial era mais distante dos centros urbanos paulistas, o que tornava *Meya Ponte* parada obrigatória para aqueles que daquela capitania partiam.

Não obstante, à época do governo de Antônio Luís da Távora, Conde de Sarzedas e governador das minas de Goiás de 1732 a 1737 – período em que estava subordinada administrativamente à São Paulo – o local escolhido para a ereção de Vila Boa foi justamente as proximidades do arraial de *Sant'Anna*, em oposição à vontade de muitos. Tal decisão não se deu por acaso, muito pelo contrário, foi fruto de um olhar cauteloso das autoridades reais que há muito se guiavam por cuidados de ordem estratégica. Diferente do arraial de *Meya Ponte*, localizado a leste do meridiano de Tordesilhas, *Sant'Anna* encontrava-se alguns graus a oeste, nas terras pertencentes ao monarca espanhol Felipe V. Ao estabelecer o sítio como capital das minas e futura capitania de Goiás, a Coroa colocou em prática sua política geoestratégica de ocupação e expansão da soberania nos domínios da América do sul, bem como suas pretensões legitimadoras, expandindo as malhas da administração ultramarina naquelas terras tão essenciais ao fortalecimento político e econômico do Império.

Desde a segunda década do setecentos, o governo português percebeu fazer-se mister o estabelecimento de unidades administrativas autônomas bem estruturadas para intensificar o controle e a gerência dos novos territórios, de modo que também pudessem proporcionar a fixação populacional no oeste colonial. Intentando dar cumprimento a esse projeto, primeiramente as *Geraes* foram elevadas à condição de capitania em doze de setembro de 1720, mudança esta que teve um efeito visível na melhoria administrativa, desenvolvimento e controle da região. As minas posteriormente descobertas não ficariam de fora desta política. Para tanto, acerca dos governos dos *Goyases* e *Cuyabá*, em 29 de janeiro de 1748 o Conselho Ultramarino sugeria ao Rei D. João V:

Se fazer presente o mesmo Concelho ser muito importante asserviço de S. Mag. e ao bem publico o regulamento dos novos Governos das

Minas dos Goyaz e do Cuyabá, e as ponderações e providencias q a este respeito se lhes oferecem e vay a Consulta q se accuza⁵.

Dada a importância das referidas regiões, tendo em vista o sucesso do estabelecimento da capitania das *Geraes* e objetivando o mesmo aprimoramento na direção destes últimos descobertos, em 1748 é ordenada a separação das minas goianas e matogrossenses da capitania de São Paulo, elevadas à condição de capitania de Goiás e do Mato Grosso, respectivamente, constituindo, deste modo, jurisdição e administração próprias. Estabelecidas institucionalmente por ordem régia, foram designados, no mesmo ano, os respectivos governadores e capitães gerais, escolhidos entre as gentes da alta nobreza e fieis cumpridores dos reais serviços. A 26 de julho de 1748, El Rei de Portugal baixa um decreto nomeando o então governador de Pernambuco D. Marcos de Noronha, o Conde dos Arcos, para assumir o governo da nova capitania de Goiás:

Tendo consideração as qualidades, merecimentos e serviços, que concorrem na pessoa de D. Marcos de Noronha, e aqui dará inteira satisfação a tudo o que lhe for encarregado: Hey por bem nomeallo Governador e Capitão General da Capitania do Goyás por tempo de tres annos. O Conselho Ultramarino o tenha assim entendido, e lhe mandará passar os despachos necessarios⁶.

Uma breve leitura das instruções do Conde dos Arcos⁷ nos mostra que desde a criação das duas novas capitanias, o papel de Goiás devia ser o de íntimo suporte e salvaguarda às dificuldades do vizinho *Cuyabá*. Tal informação é ao longo dos anos reiterada, sendo que, logo nos primeiros meses de governo, Noronha remete à D. João V uma carta explicando o adiamento da comunicação terrestre entre os dois governos – fator que revela a preocupação da Coroa com o diálogo e a interlocução política e

⁵ AHU, Goiás, cx. 5, doc. 349. (1748).

⁶ AHU, Goiás, cx. 5, doc. 374. (1748).

⁷ AHU, Goiás, cx. 7, doc. 500. (1752).

econômica entre ambos – bem como as dificuldades enfrentadas para auxiliar devidamente àquela região. Observe-se:

No penultimo cap.º das instrucções que V. Mag.º foy servido asignar da Sua Real Mão, e se me remetendo em Janeyro de 1749 hé V. Mag.º servido ordenar-me que de ir animar a comunicação destas Minas de Goiaz com as do Cuyabá, pello caminho novo, e que se o Gov.ºr de Matto Grosso me pedir ajuda em alguma occazião, que lhe devo dar toda a que for possivel attendendo a distancia em que lhe fica aquelle districto, p.ª ser auxiliado de outra parte. Duas comprehende esta Real determinação de V. Mag.º, a prim.ª que hé a comunicação destas Minas com as do Cuyabá, pello cam.º novo, achey m.º adiantada esta comunicação, se vay frequentando este cam.º bastantem.º, porque os viandantes, certanejo tem conhecido que com vinte e cinco dias de viagem podem transportar as suas carregações deste àquelle Governo, e a grande utilid.º que deste lhe rezulta, espero que seja o meyo mais efficaz p.ª que se deyxem persuadir das m.ºs instancias, que farey todas as possiveis p.ª que se continue este cam.º, executandose desta sorte o que V. Mag.º determina.

Quanto à segunda parte, que hé socorrer ao Governador do Matto Grosso, devo por na prezença de V. Mag.º, que m.º pouco ou nenhum socorro poderey eu dar a este Governador, emquanto a este Gov.ºº senão derem as providencias de que se necessita: Aqui não há armas, polvora, balla, tambem não há nem sequer, compor huma vez se carregue huma espingarda, [ilegível] mesmo succede a respeyto de todas as mais munições: a Fazenda Real, com as despezas que novam.º lhe acresceração está sem os meyo que bastem p.ª outras extraordinarias; a este paiz não vem tão grande abundancia dos generos, que sendo necess.ºs possão comprar-se ainda que por excessivos preços.

Cazo que o d.º Governador recorra a este Gov.ºº, eu o não poderey socorrer, senão com algum pequeno n.º de homens, o que necessariam.º lhe ha de faltar tudo oque hé precizo, p.ª servirem do socorro de que se necessita. V. Mag.º determinará o que for servido. V.ª Boa, 12 de dezembro de 1742.

D. Marcos de Noronha⁸

⁸ AHU, Goiás, cx. 5, doc. 420. (1749).

São explícitas as preocupações cada vez mais crescentes do governo português acerca da legitimação e da manutenção das terras em litígio com a Espanha, processo este que, juntamente com medidas de caráter político-administrativo, quais sejam as destinadas ao povoamento e administração das porções auríferas do oeste brasileiro, serviriam de fundamento à lógica do *uti possidetis, ita possideatis*⁹: já que possuíam as terras de fato, deveriam possuir de direito. Tal objetivo, sob os auspícios de Alexandre de Gusmão, seria também alcançado por meio da argumentação diplomática pautada no delineamento da fronteira oeste através do reconhecimento dos limites naturais, fator que possibilitaria invocar esta cláusula do direito romano em 13 de janeiro de 1750, em tratado definido na cidade de Madrid. Este acordo foi um marco na definição da soberania das terras americanas entre os reinos de Portugal e Espanha, onde por meio da argumentação de Gusmão, os lusitanos conseguiram manter os territórios ocupados a oeste do Brasil, além da bacia do Amazonas e das áreas ao sul da colônia – dentre elas a região dos Sete Povos das Missões. Em contrapartida, tiveram que ceder aos espanhóis a colônia do Sacramento e o domínio da bacia do Prata (MORAES, 2005, p. 45).

Não obstante o suposto consenso alcançado em 1750, nos anos seguintes as dissonâncias continuaram, fomentadas pelas dificuldades do cumprimento do acordo supracitado em vista da grande extensão dos territórios em jogo; dos problemas com o deslocamento das missões e populações indígenas para as terras estipuladas ao sul; dos constantes confrontos entre os colonos lusitanos e castelhanos – principalmente na região meridional –, dentre outros obstáculos que não possibilitaram a demarcação estabelecida em Madrid. Assim o compromisso acabou ficando no papel, posteriormente anulado por meio do Tratado d’El Pardo (1761). Todavia:

Apesar de o Tratado de El Pardo afirmar que todos os atos que decorressem daquele documento estavam “cancelados, cassados e anulados, como se nunca houvessem existido, nem houvessem sido

⁹ Princípio do direito privado romano que diz respeito à manutenção da soberania de um Estado sobre determinada região já ocupada pelo mesmo. Em tradução livre: como possuís, assim possuís.

executados”, ele [o Tratado de Madrid] havia transformado indelevelmente uma referência imprecisa numa fronteira clara, referendada pelo direito e que pautou concretamente o movimento das duas frentes de colonização (LIMA, 2010, p. 98, *grifo nosso*).

Anulados os esforços diplomáticos de uma divisão consensual das terras coloniais, intensificaram-se os conflitos de ambas as Coroas pela posse e expansão dos limites das fronteiras. Este cenário foi o pano de fundo do governo de João Manuel de Melo, terceiro governador e capitão general dos *Goyases*, nomeado mediante carta patente datada de sete de setembro de 1759, com mandato previsto para três anos ou até que a Majestade lhe enviasse sucessor, o que acabou ocorrendo depois de sua morte em 1770.

Em suas instruções particulares (1758), enviadas também ao governador do Mato Grosso Antônio Rolim de Moura, é grande a ênfase dada pelo Rei ao *estabelecimento, e defesa daquella capitania* [de Goiás], *e nos socorros com que deve auxiliar a do Matto Grosso*¹⁰, objetivos que tentariam garantir a supremacia portuguesa por vias militares, onde havia falhado as tentativas diplomáticas. Este parece ser o eixo primordial do governo de Melo, em virtude da extensiva recomendação do monarca no corpo das ordens a serem cumpridas durante os anos que encabeçaria a administração das terras goianas. Tão grande era a importância atribuída pelo governo português à salvaguarda do Mato Grosso, que João Manuel de Melo deveria auxiliá-lo com todos os recursos cabíveis e de maneira efetiva, *ainda quando seja necessario q. p.^a os remetteres hajão de sahir dos meus Reaes Quintos*¹¹. Ressalte-se o peso que a permissão para utilização dos quintos tem para a compreensão da relação entre Goiás e Mato Grosso neste período. Salvo os casos de grande necessidade, o ouro arrecadado por meio deste imposto deveria ser integralmente remetido para Portugal, transportado até o Rio de Janeiro por soldados pagos e levado em naus de guerra ao reino para sua devida proteção.

¹⁰ AHU, Goiás, cx. 15, doc. 916. (1758). Grifos nossos.

¹¹ Idem.

O discurso de D. José I (1750-1777) nas instruções de Melo evidencia que um dos meios necessários à defesa de Goiás seria a constituição do primeiro corpo de Auxiliares¹² da capitania. Durante cerca de duas décadas e meia, a região dos *Goyases* foi guarnecida por uma única companhia dos Dragões – sozinha a tropa de primeira linha até o fim do século XVIII – um corpo de Pedestres – muito úteis na repressão dos grupos indígenas que assaltavam os caminhos para as outras regiões – e diversas companhias de Ordenanças que se distribuía irregularmente por sua extensão, além de contarem com uma débil estrutura que se mostrava insuficiente para o cumprimento das atribuições as quais estavam incumbidas.

Com todos esses obstáculos para a execução dos objetivos destes grupos militares, pareceu conveniente à Coroa portuguesa a constituição de uma força organizada possuidora de algumas características básicas que com o passar dos anos, e com o desenvolvimento da autonomia goiana, se mostraram cada vez mais imprescindíveis, considerando-se o cenário local e os interesses geopolíticos do governo português. A experiência provavelmente mostrou a D. José I e seus funcionários reais que em terras de tamanha extensão, o ideal era que os corpos incumbidos de sua guarnição tivessem facilidade no deslocamento de norte a sul dos domínios goianos, que se distribuíssem uniformemente – fator que, em parte, garantiria sua eficácia – e que fossem compostos por homens distintos e adequados, dotados da capacidade de fazer valer as patentes e honrarias recebidas para a sua defesa.

Para que possamos compreender a magnitude das medidas reais acerca da composição do primeiro corpo de Auxiliares da capitania goiana, devemos nos voltar um pouco para a situação das populações indígenas no referido território.

¹² Ao longo do século XVIII, no reino de Portugal e em seus domínios ultramarinos, havia três esferas militares com diferentes atribuições e áreas de atuação: as tropas de 1ª linha – em Goiás chamadas de Dragões –, pagas e, portanto, profissionais; as tropas de 2ª linha, também chamadas de Auxiliares, composta por civis e passíveis de serem mobilizadas para outras regiões da capitania; e as tropas de 3ª linha – Ordenanças – cujos membros também eram civis, mas, diferente dos Auxiliares, não podiam ser deslocadas de seus locais de origem (COTTA, 2002, p. 73-75).

Em um momento caracterizado pela forte influência do 1º ministro Sebastião José de Carvalho e Melo na vida administrativa portuguesa, João Manuel, assim como diversos outros governadores e capitães gerais, teve seu governo direcionado para a aversão aos jesuítas e à suposta equidade entre os vassallos d’El Rei, fossem brancos ou índios, que em muitos casos nem viviam em pleno contato com as povoações luso-americanas, mas, pelo simples fato de se encontrarem nos domínios de Sua Majestade, eram alvo frequente das mais diversas políticas (DOMINGUES, 1999). A população branca ali presente era minoria, então para a efetiva ocupação do território colonial, intensificou-se através de uma série de dispositivos um processo de incorporação e assimilação do *gentio*, numa tentativa de resignificar sua relação com a terra e com o outro. A vontade expressa pelos poderes centrais era então a de tornar os indígenas em cidadãos de pleno direito, em tudo semelhantes aos vassallos brancos que aqui viviam, tudo em prol de seus interesses políticos e econômicos¹³.

Esses ideais que estavam sendo difundidos nas Cartas e Alvarás Régios a partir do ministério do futuro Marquês de Pombal também alcançariam a vida militar na longínqua capitania de Goiás, visto que para o Conde de Oeiras uma estrutura militar bem definida e coesa era uma das chaves para a manutenção territorial e para o equilíbrio no interior do Estado do Brasil.

Assim, nas instruções de João Manuel de Melo, Sua Majestade D. José I requereu que o então governador se empenhasse em *defender toda a fronteira dos meus domínios do Brazil e em especial deste que vos encarrego*¹⁴. Para tanto, solicitou que se formasse em Goiás um Regimento de Cavalaria Auxiliar, sendo este o corpo que

¹³ Um documento que representa bem essas medidas é o *Directorio, que se deve observar nas Povoações dos Indios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o contrario*, cuja validade foi estendida a todo o território brasileiro em 1758. O Diretório deixava claro o posicionamento do governo português para evitar a escravização, segregação ou isolamento dos índios, cerceando os tratamentos considerados inadequados e incentivando um melhor relacionamento entre os colonos e estas populações. No documento foi estabelecida a proibição do uso do termo *negro*, reiterou-se o incentivo ao casamento entre brancos e indígenas, determinou-se a substituição da língua geral pela língua portuguesa, dentre outras medidas. Há uma versão digitalizada disponível no sítio <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/1929> Acesso em: 12/08/2013.

¹⁴ AHU, Goiás, cx. 15, doc. 916. (1758).

finalmente comporia a tríade das forças armadas da capitania durante o setecentos. A princípio, El Rei havia ordenado ao governador que neste corpo militar alistasse alguns índios civilizados de modo a completar a força, sugerindo que se valesse dos Bororo que ali viviam. Note-se:

[...] assim pelo que pertence ao modo de vos servires dos Indios Bororos, que achares no vosso Destricto, como ao estabelecimento de outro Terço auxiliar, que deveis procurar promover para segurança do vosso Governo domestico; defesa delle contra os inimigos externos; e offensa dos que vos atacarem, ou infestarem as minhas fronteiras, ou seja inpidioza, ou descobertamente¹⁵.

Destarte, segundo a ordem, a composição de um terço Auxiliar de índios Bororo serviria aos interesses não só de manutenção da segurança interna da capitania goiana – entenda-se aqui as desordens sociais nos arraiais e vila –, como também de defesa contra as ameaças externas – representadas pelos inimigos castelhanos, ou quaisquer agentes por eles enviados. A escolha deste grupo indígena foi tomada *porque sendo os ditos Bororôs os mais valorozos gentios desses sertoens, será muito útil telos da nossa parte*¹⁶, além do fato de tais índios serem considerados *mansos*, e terem auxiliado os portugueses sob o comando do capitão Antônio Pires de Campos nas lutas contra os Cayapó¹⁷.

¹⁵ Idem.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Antônio Pires de Campos foi um sertanista contratado pela Coroa no início da década de 1740 para dar fim ao problema representado pelos Cayapó do Sul, grupo que assaltava os caminhos que ligavam Goiás às outras capitanias, principalmente São Paulo. Com 500 índios Bororo sob seu comando – todos trazidos do Cuyabá – o sertanista empreendeu uma campanha que durou até meados de 1751, quando foi mortalmente ferido pelos índios. Durante o período os habitantes de Vila Boa deveriam concorrer com uma arroba de ouro para auxiliar em suas despesas. Após o ocorrido, seu irmão Manuel de Campos Bicudo encabeçou a missão como maneira de sanar as dívidas do falecido para com a Coroa. O “problema” Cayapó só teria fim em 1780, quando durante o governo de Luís da Cunha Menezes as negociações deram frutos, o que acarretou no descimento dos índios para o aldeamento de Maria I. Sobre o tema, Cf. ATAÍDES, J. M. de. *Sob o signo da violência: colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central*. Goiânia: Ed. da UCG, 1998; MARTINI, D. M. *Na Trilha dos Bororo: Um Histórico das Relações com os Paulistas*. In: ENCONTRO DE PESQUISA DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, 2008, Campinas. Anais do I Encontro de Pesquisa de Graduação em História. Disponível em: www.ifch.unicamp.br/graduacao/anais/daniel_martini.pdf Acesso em: 06/08/2013.



O fato de as instruções enviadas para Antônio Rolim serem as mesmas de João Manuel de Melo revela que estes governadores deviam compartilhar de uma política para a proteção das fronteiras, através da utilização das populações indígenas *civilizadas* que habitavam os territórios sob sua administração. Entretanto, apesar de ordenado nas instruções, as informações que temos acerca do Regimento de Cavalaria de Auxiliares criado no governo de João Manuel de Melo não evidenciam a presença de indígenas em tal corpo militar¹⁸. O trabalho ainda germinal de formação dos aldeamentos goianos no início da segunda metade do setecentos constituía-se em um obstáculo estrutural para que tais medidas ali pudessem ser executadas. Logo nos primeiros anos de sua administração, explica ao Rei que não seria possível alistar os índios nas companhias de 2ª linha, como recomendado nas ordens, pois na capitania *não há Indioz, civilizados nem ainda aldeadoz como nas outras p^a se emcorporarem com os mais soldadoz do novo Regimento como V. Mag.^e ordena; maz há gente bastante p.^a ezte seformar, sem o concurso doz ditoz indioz*¹⁹. Destarte, coube ao governador a formação de uma Cavalaria de Auxiliares composta exclusivamente pelas pessoas que considerava mais distintas e capazes daquelas terras, seguindo os mesmos parâmetros utilizados para a seleção dos oficiais das companhias de Ordenanças goianas.

A recomendação do Rei acerca da composição de uma cavalaria de Auxiliares nas terras goianas tinha fundamento, principalmente em virtude da extensão territorial da capitania. Uma das principais características das tropas de 2ª linha era justamente a mobilidade: em caso de necessidade, poderiam se deslocar para os diversos arraiais dos *Goyases* – não obstante terem sido organizadas para sentar praça em localidades específicas – podendo, inclusive, ocupar suas regiões fronteiriças caso fosse deflagrada uma guerra entre os reinos de Portugal e Espanha, situação que certamente teria consequências nos domínios do Atlântico sul. Tendo isso em vista, ao se considerar uma urgência, a mobilização do corpo da tropa a cavalo deveria ocorrer

¹⁸ AHU, Goiás, cx. 27, doc. 1730. (1773).

¹⁹ AHU, Goiás, cx. 17, doc. 1022. (1760).

com a maior presteza e rapidez possível, de modo que pudessem socorrer os arraiais com a total eficiência requerida em momentos tão difíceis. Explica Melo:

E como V.^a Mag.^e me recomendava q se fosse, o dito Regimento de Cavalaria, seria mais do seu Real agrado, achey logo pelo conhecim.¹⁰ q fui tomando dezta capitania, q.^{do} util hera p.^a ella ezta determinação de V. Mag.^e, poiz me [?] tão grandez distancias, entre oz Arrayaiz, q só com cavallaria se poderão promptam.^{te} socorrer huns, aos outroz em qualq.^r incidente²⁰.

Assim, após publicar um bando avisando a população sobre a criação do novo Regimento de Cavalaria de Auxiliares e de coletar as informações necessárias para sua composição, João Manuel de Melo colocou em prática a execução das ordens da Coroa, lidando sempre com as especificidades das terras sob sua administração.

Melo iniciara os esforços para a formação das primeiras tropas de 2ª linha da capitania logo no início do seu governo, mas somente em meados de 1764 conseguiu finalizar a execução desta diligência, provavelmente devido as grandes dificuldades encontradas para a formação de um corpo eficaz, fosse no que dizia respeito ao oficialato, fosse no referente aos demais praças. Outrossim, convém considerar ainda que tal ordem só poderia ser devidamente cumprida por meio do conhecimento *in loco* da situação dos arraiais e do levantamento das pessoas mais hábeis e preparadas para compor um Regimento tão bem quisto pela Coroa, necessidade que exigiu do governador tempo para visitar as ditas localidades.

Assim, em 18 de maio de 1764, aproximadamente cinco anos após ter assumido o governo de Goiás, envia o governador ao Rei D. José I uma carta explicando ter concluído em janeiro daquele ano a missão a ele destinada, bem como um mapa explicativo com número das companhias, seus oficiais e soldados, além de destacar a composição do Estado maior do Regimento:

²⁰ Idem.

Senhor.

O Regimento da Cavallaria auxiliar q V. Mag.^e me mandou criar nesta Capitania para segurança della se acha completo, como consta do Mapa Inluzo, e a mayor parte delle já fardado brevemente se verão todas as companhias com a mesma uniformidade; q. as minhas repetidas persuaçoens tem conseguido o efeito com os novos alistados. Elegi p^a officiaes as pessoas que me pareceram mais idoneas para desempenharem a obrigação dos seus postos, todos elles são prezados de cavalleiros, e cuidam m.^{to} em terem bons Cavallos e boas armas.

V. Mag.^e se sirva ordenar ao seu Conselho Ultramarino, que confirme as Patentes dos Capitães para ficar inteiramente estabelecido este novo Regimento de que tanto necessitava esta Capitania.

Deos Guarde a Real Pessoa de V. Mag.^e.

Villa Boa de Goyas 18 de Mayo de 1764²¹.

É interessante perceber o compromisso firmado pelo governador de colocar em uniformidade as demais companhias da região, atitude de extrema necessidade para a devida defesa de uma capitania de grande relevância geopolítica. Ademais, a reformulação da vida militar nos *Goyases* era uma medida de grande importância para o auxílio ao Mato Grosso, por se tratar, como vimos anteriormente, de um período delicado e de crescentes tensões nas fronteiras sul e oeste do Brasil.

O recém-formado Regimento contava com dez companhias, cada qual com 40 soldados e quatro oficiais em seu estado efetivo, exceto a de Vila Boa e de Água Quente que ainda careciam de capitão. Tais tropas estavam dispostas em oito arraiais, a saber, Água Quente, Anta, Pilar (que contava com duas companhias), Santa Luzia, São José, Meia Ponte, Natividade e Jaraguá. De igual forma, havia uma tropa responsável pela guarnição de Vila Boa, centro administrativo da capitania. Para o posto de coronel, o governo luso ordenou que o próprio governador e capitão general de Goiás o preenchesse, e os postos de tenente-coronel, sargento-mor e ajudante do Regimento

²¹ AHU, Goiás, cx. 20, doc. 1247. (1764).

também já se encontravam devidamente lotados e prontos para o cumprimento de suas funções²².

Local	Vila Boa	Água Quente	Anta	Pilar	Santa Luzia	São José	Meia Ponte	Pilar (2ª)	Natividade	Jaraguá	Soma
Oficiais por companhia											
Capitães	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	8
Tenentes	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10
Alferes	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10
Furriéis	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10
Soldados por companhia											
Coronel	40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40
T. Coronel	-	40	-	-	-	-	-	-	-	-	40
Velozo	-	-	40	-	-	-	-	-	-	-	40
Pacheco	-	-	-	40	-	-	-	-	-	-	40

²² Idem.

Carvalho	-	-	-	-	40	-	-	-	-	-	40
Cardozo	-	-	-	-	-	40	-	-	-	-	40
Ribeiro	-	-	-	-	-	-	40	-	-	-	40
Campos	-	-	-	-	-	-	-	40	-	-	40
Malafaya	-	-	-	-	-	-	-	-	40	-	40
Barros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40	40
TOTAL: 400 soldados e 38 oficiais											

REGIMENTO DE CAVALARIA AUXILIAR DA CAPITANIA DE GOIÁS EM 1764.

Fonte: AHU, Goiás, cx. 20, doc. 1247. (1764).

Dentre os diversos arraiais goianos, apenas um da comarca do norte foi agraciado com uma tropa, sendo que as demais companhias foram todas posicionadas na faixa central da capitania. Distanto léguas da capital e, inclusive, mais próxima às capitanias do norte do Brasil, a companhia de Natividade, cuja responsabilidade cabia ao capitão *Malafaya*, estava incumbida da guarnição de um dos mais importantes arraiais daquela comarca, povoado este que, ressaltado-se, chegou a ser cogitado para ser capital do norte goiano em meados do século XIX. Em constante desenvolvimento e com uma população cada vez mais exigente quanto à extensão e melhoria das medidas tomadas pela administração dos *Goyases*, os arraiais daquela comarca tinham para a Coroa uma relevância que não era secundária, particularmente por ser aurífera foi, desde o princípio de

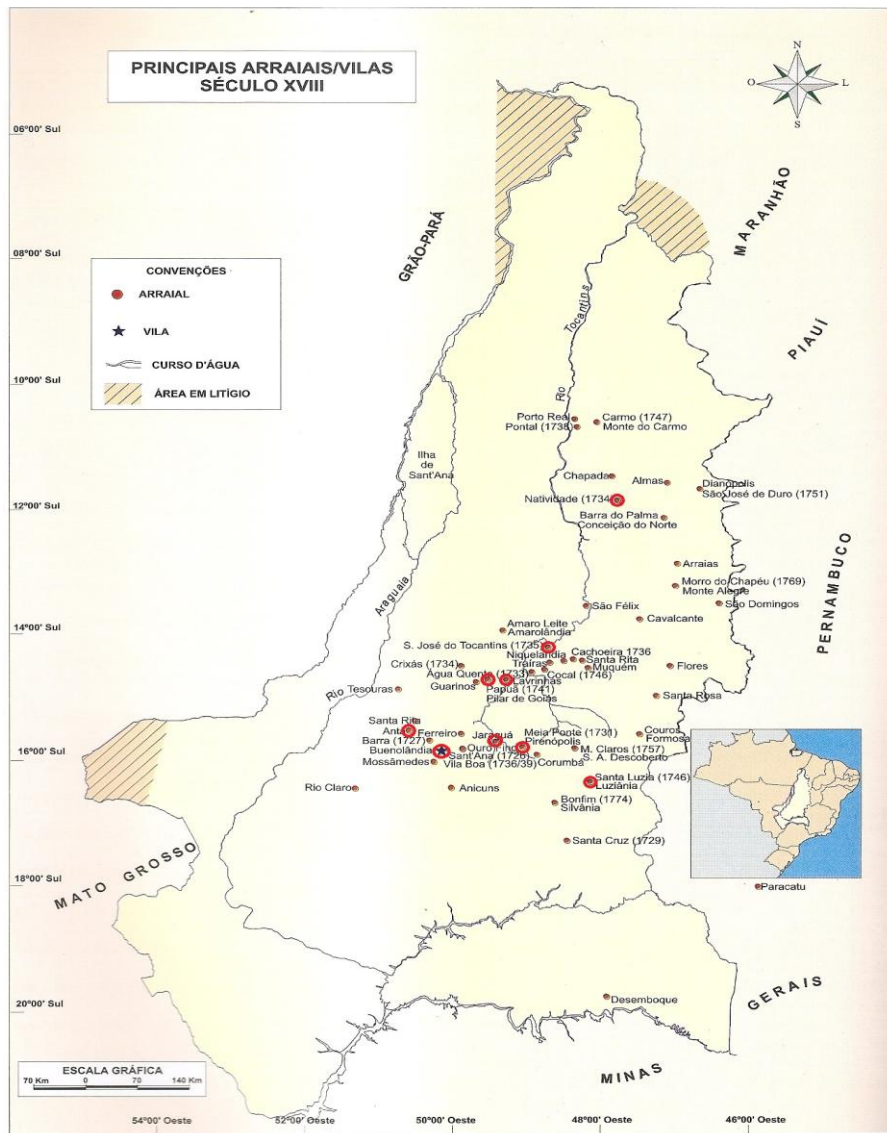
sua descoberta, alvo de uma tributação mais pesada do que a do sul, o que indica uma produtividade proporcional²³.

Ademais, acreditamos que o posicionamento de uma companhia no arraial de Natividade se deu, principalmente, em virtude dos constantes ataques dos índios da nação Acroá àquelas paragens, onde a população estava vulnerável a tais investidas, já que desde a década de 1740 a contenção dos ataques estava sob responsabilidade de algumas bandeiras criadas para tal fim e pelos esforços do capitão-mor Antônio Gomes Leite, que à época chegara a um acordo no intuito de aldeá-los²⁴, mas que não fora duradouro. Assim, a presença de uma tropa treinada para fazer frente àquele grupo indígena certamente estava nos planos do governador, e a formação do Regimento de 2ª linha cairia como uma luva para a resolução desta problemática, por isso uma companhia teria sido estabelecida em um ponto estratégico e relevante para a defesa dos interesses da administração lusa na região.

DISPOSIÇÃO DAS TROPAS AUXILIARES NOS ARRAIAIS E VILA DA CAPITANIA DE GOIÁS (locais circulados em vermelho).

²³ Palacin comenta que durante os anos em que vigorava o imposto da capitação, na região sul a taxa cobrada era de quatro oitavas e três quartos – em virtude de sua produção ser equiparada a das *Geraes* – e, nas minas de Crixás, de seis oitavas e um quarto – justificada pelos elevados rendimentos. Entretanto, nas minas do Tocantins (ao norte), o imposto era muito mais pesado: por serem consideradas ainda mais ricas que as outras regiões, arcavam com uma taxa de sete oitavas e três quartos referentes à capitação (PALACIN, 2001, p. 53).

²⁴ Em virtude dos *insultos* dos Acroá em Natividade, o ouvidor geral das minas de Goiás Manuel Antunes da Fonseca escreveu a D. João V explicando-lhe a resolução de mover guerra contra os índios. Para tanto, convocou um capitão-mor do Piauí de nome Antônio Gomes Leite, cuja ação acabou levando à negociação da paz. A trégua logo foi desfeita, e os ataques dos Acroá se tornaram cada vez mais frequentes com o passar dos anos. É interessante notar na situação em questão que o auxílio para a contenção dos índios veio de uma capitania localizada ao norte, fator que evidencia a comunicação entre os povoados do norte goiano e as capitanias mais próximas. Conferir o documento AHU, Goiás, cx. 3, doc. 281. (1745).



Fonte: Marcação realizada no mapa de ROCHA, Leandro M; MORAES, Cristina de C.P.; WUST, Irmhild. *Atlas Histórico: Goiás Pré-Colonial e Colonial*. Goiânia: Ed. CECAB, 2001. p. 36.

Desta forma, em relação aos Auxiliares, a manutenção da ordem interna dos povoados da capitania de Goiás não parece ter sido prioridade do governo português naquele delicado momento de ordem diplomática ao qual estavam sujeitas as duas Coroas ibéricas. Os problemas eram os agentes considerados “externos”. Ao

observarmos a forma como as companhias foram dispostas em seus dilatados sertões, é inevitável notar a relevância dada aos arraiais das faixas territoriais mais centrais, inclusive mais próximas ao Mato Grosso, ou que tivessem uma possibilidade maior de deslocamento para a fronteira com a capitania vizinha. Obviamente, como centro administrativo dos *Goyases*, Vila Boa e seus arredores mereciam uma especial atenção por parte do governo português quanto à cobertura militar e defensiva, já que era o cerne da vida política goiana. Tendo em vista o contexto que levou à formação do Regimento de Auxiliares e as orientações da Coroa acerca da proteção das fronteiras – bem como o incentivo à ofensiva ante qualquer inimigo que a atravessasse – não podemos descartar que tais fatores tenham relação direta com a disposição das tropas pensada por João Manuel de Melo.

É interessante ressaltar, ainda, que o tenente-coronel Caetano Lopes de Gouveia foi designado para cuidar da companhia de Água Quente, arraial muito próximo a Pilar, o único com duas companhias. Qual seria a importância daquele distrito em particular, considerando-se a preocupação da Coroa em nomear um oficial do Estado Maior para a supervisão de um dos arraiais, e ainda ter disponibilizado duas companhias Auxiliares de 40 soldados para a defesa do outro? Alguns fatos que ocorreram anos antes da constituição efetiva do Regimento Auxiliar de Goiás podem nos ajudar a responder este questionamento.

Em 29 de dezembro de 1762, João Manuel de Melo escreve ao então secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre as hostilidades dos índios Xacriabá, Acroá e Xavante, que andavam atacando e provocando desordens em alguns arraiais da capitania. No intento de conter a ação dos dois primeiros grupos ordenou a criação de uma bandeira de sertanejos residentes nessas localidades, estratégia cujas únicas despesas para a Real Fazenda seriam a da *polvora* e *balla* da qual necessitavam para a campanha. A ação dos Xacriabá se deu nas proximidades da *Ribeira do Paraná*, sendo facilmente contidos pela bandeira, que

desfez seus acampamentos, obrigando-os a adentrarem o território dos índios Acroá²⁵. Segundo o governador, tais índios os haviam auxiliado na *rebelião*, mas, por apresentarem algumas inimizades, os traíram e os assassinaram enquanto dormiam. Desta forma, ao terem seu efetivo reduzido a 40 guerreiros, os Xacriabá propuseram um acordo de paz à bandeira dos sertanejos, oferecendo seus homens para acompanhá-los nas campanhas contra os Acroá, almejando, segundo o governador, vingar seus mortos.

As investidas dos Acroá nas proximidades do arraial de Natividade já faziam parte do cotidiano de seus moradores, e, a partir de então, as bandeiras ali organizadas teriam os Xacriabá como aliados, que doravante estavam enfraquecidos e reduzidos a poucos indivíduos. Enquanto isso, pouco mais ao sul, os Xavante também se apresentavam para as autoridades da administração goiana como um problema a ser contido. Segundo Melo, os índios praticavam *hostilidades* nos arredores do arraial de Crixás, do Rio Tesouras e de Morrinhos, povoações vizinhas a suas aldeias – localizadas a oeste da capitania –, e em certa ocasião, ressalta, chegaram a entrar com um *grande corpo de gente pelo nosso terretorio*²⁶.

O *ataque* do *gentio* Xavante foi o que mais chamou a atenção do governador. Há alguns anos na direção da capitania, João Manuel de Melo certamente já havia sido informado do comportamento das diversas nações indígenas que povoavam as extensas terras goianas, principalmente no tocante à convivência com os portugueses. Os Xavante eram considerados um povo *menos bárbaro*, e, portanto, não viviam do corso e dos assaltos aos aglomerados urbanos que com o passar dos anos iam crescendo, se desenvolvendo, e invadindo cada vez mais as terras dos habitantes originais daqueles sertões. No entanto, explica Melo que três meses antes de remeter a carta que ora tratamos, tais índios haviam iniciado incursões bélicas – comportamentos nada comuns na relação que tinham estabelecido com os portugueses –, provocando *mortes* e

²⁵ AHU, Goiás, cx. 18, doc. 1121. (1762).

²⁶ Idem.

destruição nos arredores de Crixás²⁷. A situação era considerada agravante, em virtude do grande número de guerreiros que hostilizavam as *rossas* dos referidos arraiais e atrapalhavam a extração aurífera, situação que certamente exigia do governo medidas imediatas para a contenção de tais desordens.

Nas situações de conflito com grupos indígenas, geralmente os próprios habitantes das povoações sob ataque se organizavam para fazer frente às ofensivas, utilizando-se de seus próprios armamentos e homens, muitas vezes negros escravizados, a quem eram concedidas armas de fogo. Isso pelo menos até o momento em que as notícias chegassem aos ouvidos do governador e a ele fossem requisitadas as providências cabíveis, o que ocorreu posteriormente, com o envio do sertanista João de Godói Pinto da Silveira²⁸.

Fora a justificativa da contenção das ações bélicas dos Xavante e a redução dos conflitos visando à exploração aurífera, o que mais teria significado esta preocupação tão grande com relação à guarnição daquele distrito? Uma suposição feita por Melo neste documento nos direcionou a um importante elemento para a compreensão dos projetos militares por ele empreendidos no tocante à disposição dos Auxiliares nos sertões dos *Goyases*. Ao tentar explicar as razões pelas quais uma nação indígena considerada *mansa* começara tão repentinamente uma série de incursões aos arredores dos arraiais de Crixás, provocando ofensivas de maneira inédita, sugeriu o governador que os Xavante haviam sido influenciados por outros índios. Estes teriam sido enviados pelos jesuítas das missões espanholas, *q se não descuidam de nos inquietarem*. Inclusive, ao abordar o papel das bandeiras na repressão às atitudes belicosas deste grupo, destaca que a mensagem principal a ser transmitida seria a de que eles não deviam *continuar a fazer a guerra q lhe aconselham os Jezuitas das Missoens de Hespanha*²⁹. Esta informação está presente em mais de uma carta, o que demonstra uma

²⁷ Idem.

²⁸ Idem.

²⁹ Idem.

crença cada vez mais forte de que não se tratava apenas de uma suposição, mas sim de um fato merecedor da atenção da Coroa.

Cerca de um ano e meio depois, em seis de junho de 1764, João Manuel de Melo expõe ao Conde de Oeiras os principais episódios ocorridos na capitania, dentre os quais estava novamente as informações sobre os ataques dos índios Xavante, que pareciam não ter cessado durante este tempo. Para fazer nova frente, explica, os arraiais de Crixás e Pilar armaram às suas custas uma bandeira de 200 homens, medida que continuava sendo necessária em virtude dos *bons servos de Deos os Jezuitas Hespanhoes sugerirem estes gentios a nos fazerem continuas hostilidades, quando dantes conservaram sempre connosco huma boa vizinhança, como V. Ex.^a veras nas cartas q dou*³⁰.

Outrossim, no dia seguinte escreve ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre as providências tomadas acerca dos novos ataques do povo Xavante aos arraiais vizinhos das suas aldeias. Nesta, também expõe sua teoria de que tais ofensivas teriam sido ordenadas pelos jesuítas das missões espanholas, e, mais especificamente, só teriam se iniciado a partir do momento em que a Espanha declarou guerra a Portugal, o que se consistiria em uma estratégia de combate. Note-se:

Tambem o gentio chavante q nunca hostilizou o dstricto do Arrayal de Chrixas com quem comfina, antes se conservou sempre em boa vizinhança, comessou a invadir as nossas rossas, e lavras desde q Castella intentou declarar a Guerra. Já reprezentey ao Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. Conde de Oeyras, que se prezumia serem estas novas hostilidades fomentadas pelos jezuitas hespanhoes³¹.

Destarte, não há dúvidas de que João Manuel de Melo acreditava ser esta a causa mais provável para os ataques dos índios em questão. E tendo-se em vista que o Regimento de

³⁰ AHU, Goiás, cx. 20, doc. 1218. (1764).

³¹ AHU, Goiás, cx. 20, doc. 1220. (1764).

Cavalaria Auxiliar só teria sido completado por volta de maio de 1764, certamente os referidos acontecimentos tiveram forte influência na disposição das tropas pelo território goiano. Mesmo que na prática os esforços de combate e expulsão dos indígenas coubessem às bandeiras formadas localmente, não podemos ignorar que em se tratando da invasão de inimigos externos – pelo menos na visão do governador –, era ideal que houvesse por perto companhias de cavalaria para salvaguardar as terras de soberania portuguesa contra as investidas da Coroa espanhola, não obstante o fato de que esse perigo fosse representado por nações indígenas que já existiam na região antes mesmo da ocupação portuguesa. As ordens iniciais acerca da inclusão de índios *civilizados* nas tropas de 2ª linha demonstram, além da força das políticas de adaptação dos habitantes naturais da terra *brasilis* às estruturas militares portuguesas, a necessidade da utilização dos conhecimentos destes indígenas para a melhor defesa dos interesses lusitanos ante a perspectiva da ofensiva castelhana.

Não devemos, obviamente, desconsiderar outros fatores como o número de habitantes de cada arraial³²; a proximidade desses povoados com o centro administrativo e única vila de Goiás ou a necessidade de guarnição das fronteiras, caso os temidos inimigos adentrassem os territórios goianos. Considerando-se, portanto, as funções atribuídas por ordem d’El Rei ao Regimento de Cavalaria Auxiliar, conforme consta nas instruções particulares do governador e capitão-general João Manuel de Melo, a natureza de defesa contra agentes externos orientou as decisões do governo quanto à melhor estratégia geopolítica de preservação da vila e demais arraiais da capitania dos *Goyases*, fator que condicionou a disposição das tropas para o melhor aproveitamento da força militar disponível na região.

O Regimento Auxiliar era todo composto de mineiros, roceiros e mercadores que só podiam servir para defender os limites do território goiano, e, segundo o governador, não serviam *para passar a Mato Grosso, pois se acabariam as Minas, as Roças, e o comércio e os pretos ficariam despóticos senhores de toda ela*³³. Eis o restrito caráter de proteção atribuído aos Auxiliares em Goiás: a guarnição da capitania contra os agentes externos. Desta forma, tudo o que se enquadrasse neste leque de ameaças se relacionaria, em maior ou menor grau, às atribuições das dez companhias espalhadas por suas extensas terras.

³² Pilar era um dos arraiais mais populosos da capitania, certamente uma das razões para a criação das duas companhias de Auxiliares incumbidas da sua guarnição.

³³ AHU, Goiás, cx. 22, doc. 1365.

REFERÊNCIAS

BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. *Urbanização em Goiás no século XVIII*. Tese (Doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007. 277 p.

BRAZIL, M. C. *Brasil e Portugal no período Pombalino: ocupação geoestratégica de Mato Grosso*. In: IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS IBERO-AMERICANOS, 2000, Porto Alegre IV Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre-PUC, 2000. Disponível em: http://www.do.ufgd.edu.br/mariabrazil/arquivos/docs/genericos/Per_Pombalino.pdf Acesso em: 01/05/12.

COTTA, Francis Albert. Os terços de homens pardos e pretos libertos: mobilidade social via cargos militares em Minas Gerais no século XVIII. *Mneme – Revista de Humanidades*, Rio Grande do Norte, v. 3, n. 6, p. 1-19, 2002. Disponível em: www.cerescaico.ufrn.br/mneme/pdf/mneme06/005-p.pdf Acesso em: 01/10/2010.

DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos. Colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: CNCDP, 1999.

FERREIRA, M. C. *Cartografar o sertão: a representação de Mato Grosso no século XVIII*. In: II SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, Lisboa, 2007. Disponível em: http://www.igeo.pt/servicos/DPCA/PDF/022_MarioClementeFerreira.pdf Acesso em: 17/11/2012.

LIMA, André Nicácio. *Caminhos da integração, fronteiras da política: a formação das províncias de Goiás e Mato Grosso*. Dissertação (Mestrado em História) São Paulo: FFLCH/ USP, 2010.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. Mundos em miniatura: aproximação a alguns aspectos da cartografia portuguesa do Brasil (séculos XVI a XVIII). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, N. Sér. v.17, n.1, p. 69-94, jan.- jun. 2009.

MARTINI, D. M. *Na Trilha dos Bororo: Um Histórico das Relações com os Paulistas*. In: ENCONTRO DE PESQUISA DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, 2008, Campinas. Anais do I Encontro de Pesquisa de Graduação em História. Disponível em: www.ifch.unicamp.br/graduacao/anais/daniel_martini.pdf Acesso em: 04/10/2010.

MORAES, Cristina de Cássia Pereira. *Do corpo místico de Cristo: irmandades e confrarias na Capitania de Goiás. 1736-1800*. Tese (Doutorado em História) Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2005.

PALACIN, Luís. *O século do ouro em Goiás (1722-1822). Estrutura e conjuntura numa capitania de minas*. 4ª. ed. Goiânia: Ed. UCG, 2001.

ROCHA, Leandro M; MORAES, Cristina de C.P.; WUST, Irmhild. *Atlas Histórico: Goiás Pré-Colonial e Colonial*. Goiânia: Ed. CECAB, 2001.

TELES, José Mendonça. *Vida e obra de Silva e Souza*. Coleção documentos. Goiânia: Editora UFG, 1998.

ILUMINISMO E REVOLUÇÃO NAS IDÉIAS DA GERAÇÃO 1870 BRASILEIRA

Dievani Lopes Vital

dievanilopesvital@yahoo.com.br

Universidade Federal de Juiz de Fora

Licenciado em História pela UFJF

Mestrando em História pela UFJF

CAPES

Resumo

Este artigo discute a possibilidade de fazer uma história social das idéias em perspectiva comparada, no intento de demonstrar a relevância do pensamento francês iluminista e revolucionário sobre a produção intelectual da geração de 1870 brasileira. A relação entre idéia e contexto já tem sido explorada em estudos que interpretam essa geração no tocante ao uso, por parte de seus membros, das correntes científicas européias surgidas no decorrer do século XIX. Contudo, nenhuma pesquisa em particular ainda se debruçou para investigar como as idéias do pensamento francês de fins do Setecentos foram apropriadas em solo brasileiro pelos nossos homens de letras, no contexto da crise do Império. A França foi o país que maior influência exerceu sobre a nossa intelectualidade no período. Ressaltam-se as analogias referentes à situação social dos membros do Iluminismo e da geração 1870.

Palavras-chaves: Iluminismo, Revolução Francesa, Geração de 1870 brasileira.

Abstract

This article analyze the possibility of to make an ideas social history in comparative perspective, it aiming to demonstrate the importance of the illuminist and revolutionary franc thought about the 1870 Brazilians intellectual's production. The relation among the ideas and the context yet has been used in the intellectual generation's study appearing in the 1870 decade in respect to the usage, by those intellectuals, of the Europeans scientific theories appeared during the 19th century. But, no one particular research was still made to examine as the illuminists and revolutionaries ideas were appropriate in the Brazil by ours men of letters in the Empire Brazilian crisis context. The France was the country that more exercised influence about Brazil in that period. Its stand out the analogies among the social situation of the Enlightenment's members and the Brazilians intellectuals from 1870,

Keys-words: Enlightenment, French Revolution, the 1870 Brazilian Generation

As obras *Boemia Literária e Revolução*, de Robert Darnton (1987), e *Idéias em Movimento*, de Ângela Alonso (2002), são dois trabalhos basilares que aqui foram tomados na busca por investigar a influência ilustrada e revolucionária da França, de finais do Setecentos, sobre o pensamento e o direcionamento das práticas de mobilização da Geração de 1870, na crise do sistema imperial-monárquico no Brasil. A abordagem do Iluminismo, e do grupo de intelectuais brasileiros da década de 1870, empregada, respectivamente, nas duas obras, permite ao leitor estabelecer conexões analógicas concernentes à situação social e intelectual de marginalização dos membros que compuseram ambos os movimentos, e ao uso político de suas idéias, mesmo em se tratando de contextos nacionais distantes no tempo e no espaço.

Robert Darnton (1987) aponta para o fato de o Iluminismo ter se constituído no ápice da história intelectual do Setecentos. Especificamente na França, o primórdio do movimento é denominado de Alto Iluminismo, marcado por figuras como Voltaire, D'Alembert, Montesquieu, Rousseau, Mably, Diderot, entre outros. Essas figuras eram os *grands philosophes* e formavam uma unidade composta de homens que morreram entre 1778-1785. O desafio deles era o de recrutar novos acólitos que fossem dignos de sua causa. Esses filósofos buscavam usufruir dos canais de ascensão social disponibilizados pela sociedade absolutista francesa, e ao invés de desafiá-la, apoiavam-na. Era crescente o prestígio social que a profissão de escritor ganhava na França do século XVIII. A Corte favorecia essa situação ao financiar, através de pensões ou de concessões de cargos, escritores que fossem simpáticos ao regime, em sua busca por recrutar novos membros para a República das Letras (DARNTON, 1987, p.25).

Esse movimento filosófico e literário passou por um quadro de institucionalização crescente marcado por uma ruptura conflituosa que separava os filósofos do Alto Iluminismo de seus sucessores do Baixo Iluminismo (DARNTON, 1987, p. 26). Estes últimos passaram a formar o submundo das letras, a boemia literária. Tal distanciamento demonstra a relação entre Iluminismo e a Revolução. Aquela boemia era composta por grupos de provincianos que haviam invadido Paris em busca

de prestígio e de ascensão social através das letras. Originando uma geração de escritores nascidos entre os anos de 1720 e 1730, esses provincianos vinham de encontro ao ideal da igualitária *República das Letras* defendida pelos grandes filósofos. Entre estes escritores estavam Brissot, Carra, Desmoulins, Prudhomme, Hebert, Marat, entre outros. Muito deles exerciam a atividade de jornalistas. Outros, para além desse ofício também eram advogados, como é o caso de Robespierre. O fato a ressaltar é que os homens de letras da França daquele período estavam profundamente envolvidos com o empreendimento jornalístico e com as demais instituições do espaço público literário, que fornecia a sociabilidade intelectual típica do século XVIII, como os clubes, os cafés, os salões, às sociedades, as lojas (CHARTIER, 2009, p. 235).

Ainda segundo Darnton (1987), a organização corporativa e arcaica da cultura francesa, caracterizada pelo privilégio, empurrava esses jovens para a miséria, restando a eles viver da literatura clandestina dos *libelles*, através da qual difamavam com um escandaloso sensacionalismo sexual a Corte, a Igreja e a aristocracia francesas. Mostravam a incapacidade desta aristocracia em gerir a Igreja e o Exército, além de mostrá-la como grupo social degenerado moral e fisicamente. É dessas obras do “proletariado” literário que brotou o ódio contra os aristocratas literários do Alto Iluminismo que haviam elidido a igualitária *República das Letras*. É nesse submundo intelectual que os subliteratos iluministas se tornaram revolucionários. Ali nasceu o ímpeto jacobino de elidir a aristocracia intelectual do pensamento (DARTON, 1987, p. 31). Tanto os *grands philosophes* quanto os subliteratos foram “revolucionários” à sua maneira, merecendo assim lugar nas origens intelectuais da Revolução.

Dessa forma, a Revolução Francesa para Darnton (1987) foi decisiva para a criação de uma nova elite, permitindo que a boemia literária destronasse o *Le monde* e ganhasse poder e prestígio. Enquanto nos anos de 1789-1791 a Revolução pôs em prática as idéias do Alto Iluminismo, o ápice do seu revolucionarismo expressou o antielitismo da boemia literária (DARNTON, 1987, p. 46-48).

Antes de passar para contextualização da Geração de 1870 brasileira convém aqui apontar algumas considerações que podem ajudar a entender melhor o vínculo imbricado do pensamento iluminista em relação à ênfase dada à violência nos eventos

da Revolução de 1789, em outras palavras, isso implica salientar a relação entre os intelectuais e a política do período. Para além de dado histórico, o Iluminismo enquanto movimento filosófico e intelectual engendrou um sistema de interpretação dos processos históricos, extremamente influente sobre o pensamento ocidental. José Reis (2006) salienta que o Iluminismo em seu projeto de modernidade concebe a história como espírito universal, ou em outros termos, como a marcha do espírito em busca da liberdade (REIS, 2006, p. 68). Profundamente otimista esse projeto crê na Razão e em seu poder transformador do mundo histórico-social. Uma vez governada pela Razão, “a história só pode produzir a moralidade, a liberdade e a justiça” (REIS, 2006, p. 68).

Mas qual é o sentido da revolução nesse projeto, que constitui, aliás, uma das macroteorias orientadoras da reflexão e da ação histórica dos séculos XVIII e XIX? De acordo com Reis (2006), uma vez conhecido antecipadamente o sentido da história, que aponta para um futuro de perfectibilidade, a revolução torna-se legítima. Ela é apenas “(...) a aceleração da marcha do espírito em busca da liberdade” (REIS, 2006, p. 69). Legitimando assim toda a violência contra o passado-presente, obstáculo à liberdade, e ao mesmo tempo, propondo a ida imediata ao futuro, o Iluminismo concebeu a história como um processo global, coerente, único e acelerado da humanidade rumo à perfeição futura. É nesse sentido que a crítica racional, segundo o autor, torna-se impiedosa e intransigente com os irracionalismos e privilégios da tradição. Como expressão superior do espírito universal, a mais violenta revolução é, dessa forma, moral e legítima (REIS, 2006, p. 69).

Uma vez criada pelo “projeto iluminista” para a reconstrução da realidade histórica e social, dessa cosmovisão se originam as idéias das quais se valerão os homens de letras do último decênio do século XVIII francês para modificar a situação de marginalidade social na qual se encontravam sob o cetro da dinastia dos Bourbons, na França absolutista. Esses homens eram aquela boemia literária descrita por Darnton (1986), a *canaille de la littérature*. Inclusive, é essa mesma perspectiva, que legitima a violência revolucionária enquanto meio de concretizar a liberdade, que leva, por exemplo, a um Marat em 1793, no seu *Ami Du Peuple* a afirmar que “É pela violência

que se deve estabelecer a liberdade”¹. Herdeiro da Filosofia das Luzes, o período da Revolução Francesa é apontado por Giuseppe Duso (2011) como o período no qual novos conceitos foram usados para se referirem à organização constitucional da vida humana pelos indivíduos. Foi uma época de mudança radical no pensamento das pessoas, no conhecimento que tinham delas mesmas (DUSO, 2011, p. 280).

Devido à sua amplitude universalista, as idéias ilustradas e os princípios decorrentes da insurreição de 1789 não se retiveram à Europa. Seja através da introdução e circulação clandestina de livros “proibidos” dos autores iluministas, seja através dos filhos das elites que eram enviados à Europa para fazer seus estudos, o fato é que as idéias do pensamento francês de finais do Setecentos se espalharam também para as nações ibero-americanas recém libertas do jugo colonial nas primeiras décadas do século XIX. Ao longo do Oitocentos, neste outro lado do Atlântico, o racionalismo do movimento ilustrado teve forte penetração na elite brasileira, parte da qual o fora beber na própria Europa, inclusive o imperador (MELLO, 2007, p. 91). Essa elite tinha na Revolução Francesa o espectro da revolução popular. Dessa forma, as referências européias, sobretudo a francesa, se apresentavam à vida política e intelectual do Brasil. As décadas de 1870 e 1880 assistiram à emergência do movimento político-intelectual da Geração “Setenta”, já em meio à desagregação da ordem político-imperial.

No que se refere ao epíteto “geração de setenta”, Ângela Alonso (2000) assevera que o movimento da nova geração formada em finais do Império foi “(...) assim automeado numa referência à juventude de seus membros”. Foram os seus intérpretes posteriores que passaram a identificá-la como ‘movimento intelectual da geração 1870’ (ALONSO, 2000, p. 35). Conforme ressalta Adalmir Leonídeo (2007), o uso desse epíteto, apesar da sua imprecisão, se difundiu entre os historiadores e críticos literários no Brasil. Ele faz alusão analógica ao grupo de intelectuais lusitanos (Antero de Quental, Eça de Queirós, Teófilo Braga, entre outros) que aspiravam à introdução em Portugal das idéias modernas tais como o realismo, o positivismo, o republicanismo e o socialismo (LEONIDEO, 2007, p. 194). Na verdade, como bem mostra Ângela Alonso

¹ A frase completa está disponível no site indicado na referência bibliográfica no final do artigo

(2002), o caso brasileiro fazia parte de um todo mais amplo uma vez que “o movimento intelectual da geração 1870 foi um fenômeno internacional”, compartilhando um elitismo científico que teve expressão também no México, no Chile e na Argentina (ALONSO, 2002, p. 331).

No tocante ao conceito de “geração”, Jean François Sirinelli indica que apesar de suas ‘restrições’ e ‘obstáculos’, ele é um elemento incontestável para a análise histórica. Esse “(...) conceito contribui para reabilitar o acontecimento, na medida em que a investigação de um acontecimento inaugurador pode revelar traços que marcam indelevelmente a trajetória dos atores sociais (...)”. Isso possibilita uma maior nitidez daquilo que o autor denomina de ‘respirações do tempo’ (SIRINELLI *apud* ARAÚJO; SILVA, 2011, p.78). Especificamente no caso da geração de intelectuais brasileiros que emerge nos anos 70 do século XIX, não se trata bem de um evento inaugurador de curta duração, mas de uma situação histórica concreta, determinada por dois processos fundamentais: a modernização conservadora incompleta, levada a cabo pelo Gabinete Rio Branco (1871-1875); e a crise do arcabouço político-institucional do Império brasileiro.

Composta por grupos sociais bastante heterogêneos, que incluíam intelectuais, políticos, jornalistas e literatos, Roque S. M. Barros a denominou de *Ilustração brasileira* (BARROS, R., 1986). Ele indicou a data de 1870 como um marco, não necessariamente exato, para a consolidação de novas idéias e para uma mudança de mentalidade no país (BENTO; SANCHES, 2008, p. 4736). Esse período foi assim denominado em sua tese não pelo fato de termos tido, com um século de atraso, a nossa ‘ilustração’, nos mesmos moldes do século XVIII. O autor aponta que sob a influência dos autores do Oitocentos, no Brasil criou-se um movimento que teria desempenhado um papel semelhante ao do Iluminismo europeu do décimo oitavo século, se diferenciando desse pela dimensão histórica (BARROS, R., 1986, p. 9). A Ilustração brasileira teria recebido como herança do Iluminismo “a crença absoluta no poder das idéias; a confiança total na ciência e a certeza de que a educação intelectual é o único caminho legítimo para melhorar os homens, para dar-lhes inclusive um destino moral” (BARROS, R., 1986, p. 9). Juntamente a essa herança vinha acrescida uma visão da

história, específica do século XIX romântico, fundamental para a nossa visão de mundo (BARROS, R., 1986, p. 9).

Ressalta-se aqui o fato de que analogamente aos grandes filósofos franceses, a *intelligentsia* nacional quis valer-se da razão como único guia para a reconstrução da sociedade e do Estado pátrios, superando a tradição de hierarquias fundadas no privilégio e a caduca união trono-altar do Império, para fundá-los sobre a ciência, a efetiva propulsora do progresso (MELLO, 2007, p. 93). Entre os principais representantes dessa geração de homens de letras destacaram-se Assis Brasil, Júlio de Castilhos, Lauro Sodré, Lúcio de Mendonça, Joaquim Nabuco, Quintino Bocaiúva, Rui Barbosa, Saldanha Marinho, Silva Jardim, entre outros.

O Rio de Janeiro era para o Brasil na década de 1870 o que Paris representava para França no último quartel do Setecentos. Sede política do país e seu centro econômico no período, o Rio tinha na Rua do Ouvidor o lugar dos seus homens de letras, a boemia literária da época. Eles sonhavam reproduzir na cidade a Paris retratada em *Scènes de la Vie Bohème*, sucesso de Henri Murgar. Frequentemente, eles desempenhavam a função de jornalistas dentro do incipiente espaço público que se expandia naquele decênio, não só na Corte, como também em outras regiões do país. Fora do controle direto exercido pelo Estado, este espaço não estamental e partidário era representado, sobretudo, pela imprensa periódica e pelas diversas modalidades de formas associativas, que se expressavam através dos clubes, das confederações e das sociedades (ALONSO, 2002, p. 276-283). Em suas produções muitos atacavam a monarquia, entendida como mesquinha. Esses literatos julgavam-se talentos desperdiçados. Assim como os literatos do Baixo Iluminismo na França setecentista, eles aspiravam a viver das letras, algo impossível na época. Eles eram sensíveis à indiferença do trono para com o talento (MELLO, 2007, p. 67-63).

Atenta ao atraso e à letargia da sociedade imperial, essa geração buscou repensar a realidade nacional, a partir das novas idéias vindas da Europa e em voga no período, especialmente o cientificismo e suas derivações teóricas, que de certa forma eram tributárias do Iluminismo do século XVIII. Muitos de seus membros pugnavam contra as instituições da Monarquia e o seu fulcro econômico: a escravidão. Defendiam a

abolição, o federalismo, a secularização e a expansão da instrução pública. A república era o ideário político de grande parte dos intelectuais, salvo alguns como Joaquim Nabuco e Eduardo Prado. De acordo com Ângela Alonso (2002), esta geração acabou por construir uma crítica coletiva às instituições e aos modos de pensar cristalizados como tradição político-intelectual do II Reinado: o liberalismo estamental, o indianismo romântico, e o catolicismo hierárquico (ALONSO, 2002, p. 170). Com isso, o movimento buscou deslegitimar simbólica e teoricamente o regime imperial, ao atacar os seus suportes, forjando com as novas idéias um solo republicano.

Apesar da diferença temporal e, principalmente espacial, que separam a geração de 1870 brasileira do Iluminismo francês, a marginalidade dos seus membros frente ao quadro social e político de suas respectivas épocas e em seus respectivos países foi tomada aqui como um fator que os aproxima em um estudo de História social das idéias sob perspectiva comparada². Os homens de letras de ambos os movimentos político-intelectuais, na perspectiva de ascender verticalmente na escala social, encontravam um obstáculo típico do Antigo Regime: o privilégio. No caso brasileiro, isto pode explicar o porquê dos intelectuais da Geração de 1870 associarem a Monarquia ao Antigo Regime. Outro caso análogo muito peculiar diz respeito à adoção do credo republicano de tipo jacobino por parte desses letrados de 1870 (PAMPLONA, 2003, p. 119-121).

Outro aspecto que aproxima esses dois movimentos em um estudo comparado da condição social dos seus membros e de suas idéias está no fato de seus representantes terem usado a literatura filosófica como instrumento na busca por alterar o *status quo*. Assim como o Iluminismo havia contribuído para a irrupção revolucionária na França em 1789, a Geração de 1870 também auxiliaria em 1889, cem anos depois, na queda do regime imperial brasileiro.

Na busca por determinar qual foi a relevância do pensamento francês iluminista e revolucionário na composição das idéias da Geração de 1870 brasileira, uma pesquisa com essa temática avança a possibilidade de uma abordagem comparativa histórica da

² No caso do Iluminismo francês, segundo Robert Darnton em “Boemia Literária e Revolução”, a situação de marginalidade social e política era característica comum aos sublitteratos do Baixo Iluminismo. (DARNTON, Robert, p. 38-39)

conjuntura da França e do Brasil em fins dos séculos XVIII e XIX, respectivamente, na perspectiva entender a gênese e o uso de tais idéias dentro de uma relação texto-contexto.

Acerca do comparativismo histórico aqui abordado, Marc Bloch indica que dois aspectos são imprescindíveis na construção de uma história comparada “coerente”: de um lado, certa similaridade dos fatos, de outro, certas dessemelhanças nos ambientes em que essa similaridade ocorre (BARROS, J., 2007b, p. 165; TARGA, 1991, p. 267). Ele visualizou dois caminhos a serem percorridos neste tipo de estratégia: a comparação entre sociedades com certa contiguidade espacial e temporal (comparativismo sincrônico); ou a comparação entre sociedades distantes no tempo e no espaço (comparativismo diacrônico) (BARROS, J., 2007, p. 165). Neste último caso, segundo José D’Assunção (2007a), dois riscos a serem evitados são o anacronismo (isto é, o transporte de um elemento típico de uma sociedade historicamente localizada para outra em que o elemento não se enquadre) e a leitura forçada (insistência em ajustar realidades a um determinado modelo) (BARROS, J., 2007a, p. 12).

Ao empregar uma análise diacrônica para o estudo do tema proposto, os riscos apresentados acima, presentes no comparativismo histórico, pretendem ser superados se atendo tanto ao momento analítico dos contrastes quanto ao da analogia, trabalhando no campo de uma história social das idéias em perspectiva comparada. Uma vez dada a distância espaço-temporal, a análise das sociedades francesa e brasileira dos períodos mencionados ganha viabilidade quando se pensa no caráter trans-histórico das idéias, e no fato de Brasil e França serem países integrantes de um modelo de organização civilizacional.

Como demonstra Terry Eagleton (2005), o desdobramento semântico pelo qual passou o termo cultura indica a mudança histórica da própria humanidade no que diz respeito à transição do mundo rural para o urbano (EAGLETON, 2005, p. 10). Entre os três sentidos modernos da palavra cultura, um deles, datado do século XVIII, concebe “cultura” como sendo sinonimicamente equivalente à “civilização”, “no sentido de um processo geral de progresso intelectual, espiritual e material” (EAGLETON, 2005, p. 19). Sendo em grande parte uma noção francesa, o termo “civilização” nomeava

concomitantemente o processo gradual de refinamento social e o *télos* utópico ao qual se estava desenvolvendo. Uma vez entendido como sinônimo de civilização, o termo “(...) ‘cultura’ pertencia ao espírito geral do iluminismo, com seu culto do auto-desenvolvimento secular e progressivo” (EAGLETON, 2005, p.20).

Levando em consideração essa equivalência cultura-civilização e o destaque alcançado pela França no século XVIII enquanto país modelo de civilização no Ocidente, parte-se aqui do pressuposto de França e Brasil serem partes integrantes desse todo denominado civilização Ocidental, na qual o fluxo das idéias iluministas assumiu contornos universais, sobretudo a partir da sua difusão, dentro do ideário da Revolução Francesa, que segundo Tocqueville (1979).

(...) não teve um território próprio, mais do que isso, teve por efeito por assim dizer, apagar do mapa todas as antigas fronteiras (...), formando acima de todas as nacionalidades uma pátria intelectual comum da qual os homens de todas as nações podiam tornar-se cidadão (TOCQUEVILLE, 1979, p. 57).

Entende-se assim que o Brasil oitocentista não ficou fora do cosmopolitismo dessas idéias e da atração literária e filosófica oriunda da influente tradição cultural francesa. Pensando na recepção do legado revolucionário pelos homens do século XIX, especificamente pelos os homens de letras do Brasil do final do Oitocentos, Hobsbawm (1996) se faz sugestivo ao apontar para o fato de que “o impacto maior da Revolução Francesa naqueles que a rememoravam no século XIX, e mesmo no século XX, não era literário e sim político ou, mais genericamente ideológico” (HOBSBAWM, 1996, p. 21).

O tratamento conceitual da reinterpretação em solo brasileiro de tais idéias, presentes nos discursos e em obras de alguns membros da Geração 1870, a partir da idéia de conceito pensada por Reinhart Koselleck (1993), será útil na tarefa de evitar os riscos do comparativismo aqui proposto. Isso implica em analisar o que alguns nomes selecionados da geração 1870 entendiam por federalismo, monarquia, secularização,

republicanismo, escravidão, instrução pública, entre outras idéias que estavam presentes na teoria política dos porta-vozes do Iluminismo.

Segundo a história dos conceitos koselleckeanos, quando se focaliza a duração ou a transformação dos conceitos ao longo das épocas, a relevância histórica e social dos resultados cresce, podendo assim avaliar a duração e o impacto de um conceito social ou político. Os conceitos segundo ele reúnem em si diversas experiências históricas e características teóricas de uma única circunstância. Portanto, a retrospectiva diacrônica pode dar acesso a camadas de significados de um conceito (KOSELLECK, 1993, p. 113, 117, 118).

Ao se privilegiar a análise de longa duração dos conceitos elencados acima, utilizados pelos autores da Geração de 1870 em suas produções para contestar a ordem imperial, pretende-se identificar aquelas camadas temporais que os remetem às concepções do Iluminismo e a aspectos da experiência revolucionária francesa. Pretende-se também verificar se houve a ressignificação conceitual para o contexto final do Império. Para isso, o uso de dicionários de época torna-se indispensável na busca pela precisão do significado dos conceitos no decorrer das diferentes épocas, nas quais eles são empregados pelos atores sociais³.

Mas afinal, o que viria ser o campo da história social das idéias? Segundo Darnton (1987), a história social das idéias consiste num alargamento da história intelectual. Ela foi sugerida por ele como um gênero híbrido para uma nova avaliação do Iluminismo (DARNTON, 1987, p. 10). Na verdade, Darnton descreve quatro tipos de disciplinas para o estudo das idéias: a história das ideias propriamente dita (o estudo do pensamento sistemático, ou seja, as ideias geralmente expostas em tratados filosóficos); a história intelectual (o estudo do pensamento informal, climas de opinião, movimentos literários); a história social das ideias (o estudo das ideologias e da difusão das ideias); a história cultural (o estudo da cultura no sentido antropológico, inclusive as

³ Os dicionários, em sua maioria, foram levantados na *Fundação Cultural Casa Rui Barbosa* (RJ): Dicionário Raphael Bluteau (1712, 1713, 1720, 1726, 1727, 1728), Dicionário da Língua Portuguesa Antonio Moraes e Silva (1889, 1891). Outros dicionários de época, como Luiz Maria da Silva Pinto (1832), Antonio de Moraes Silva (1789), também utilizados, se encontram disponíveis online: <http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario>.

concepções ou visões de mundo e as mentalidades) (FALCON, 1997, não paginado). Para a pertinência do estudo proposto dentro deste campo, toma-se ainda aqui a argumentação de Keith M. Baker, segundo a qual “toda a atividade social tem uma dimensão intelectual que dá a ela significado, assim como toda atividade intelectual tem uma dimensão social que lhe confere o seu ponto de vista” (BAKER, 1990, p. 13).

As interpretações do Iluminismo e da Geração de 1870 brasileira pela historiografia

A historiografia que trata da “Filosofia das Luzes” se mostra bastante extensa, não possuindo, portanto, uma interpretação unívoca. Aqui a análise do Iluminismo com a Geração de 1870 se dá dentro do terreno delimitado por Daniel Mornet para o primeiro caso, porém incluindo o exame do campo cultural como se encontra em Roger Chartier (1990). Segundo Chartier, Mornet em *Les origines intellectuelles de la Révolution Française – 1715-1787* “postulou uma ligação necessária entre o Iluminismo e a Revolução”, ao indicar que foram em parte idéias que determinaram a Revolução a partir de transformações geradas no pensamento pela a inteligência (CHARTIER, 1990, p. 27). Darnton percorre por um caminho semelhante ao de Chartier, indicando a necessidade de se examinar o mundo cultural do Antigo Regime através da conexão entre o Iluminismo e a Revolução (DARNTON, 1987, p. 49). O fato de levar em consideração o exame do mundo cultural daquele período não escapa da abordagem social do Iluminismo, pois “(...) toda a cultura é cultura de um grupo. A história cultural é indissociavelmente social dado que está ligada ao que diferencia um grupo do outro” (PROST, 1998, p. 134). Portanto, “Toda a história é, ao mesmo tempo e indissociavelmente, social e cultural” (PROST, 1998, p. 137).

Tanto Chartier quanto Darnton são vistos por Daniel Roche (1998) como historiadores do livro, “pois dele fazem o centro da sua investigação, ligando o estudo dos textos, o dos objetos materiais e o dos usos que engendram na sociedade” (ROCHE, 1998: 39). Roche recusa a simples identificação entre as Luzes e a Revolução, identificação direta esta que também é discutida por Chartier (1990) e por Darnton (1987). Para ele, “o estudo social mostra como as motivações da ‘República das Letras’

e como as idéias são inseparáveis do comportamento cultural” (ROCHE, 1998, p. 36). Daí o privilégio dado por Roche às sociabilidades culturais e ao livro no estudo do Iluminismo.

Alguns autores seguindo os passos de Darnton (1987) tentam demonstrar como os intelectuais frustrados em suas carreiras, através da atividade panfletária, buscaram solapar as bases de legitimação do Antigo Regime na França, metamorfoseando o vocabulário do Iluminismo (BACZKO; 1889; SOLÉ, 1989). Como se percebe, essa perspectiva mostra que é muito mais complexa a relação entre as Luzes e a Revolução. Tal complexidade é explorada aqui como o vínculo entre o Iluminismo e o movimento revolucionário francês, dentro da proposta de comparar o primeiro ao movimento político-intelectual da Geração “Setenta” no Brasil.

Sendo mais elucidativo, essa abordagem do Iluminismo, qual seja, a da sua conexão com a Revolução, é tomada na tentativa de alcançar o objetivo de comparar a expansão do espaço público na França de fins do Setecentos com aquela ocorrida em fins do Império no Brasil. Isso implica em analisar a relação dos intelectuais marginalizados com a imprensa e com o processo de formação da opinião pública, dentro do contexto de transformações políticas em ambas as sociedades apontadas. A mobilização da opinião, pelos intelectuais marginalizados dessas sociedades, teve papel profícuo no descrédito das autoridades tradicionais (o clero e a monarquia), formando assim, em ambos os casos, ambientes politizados de contestação e de crítica ao *status quo* vigente. Aliás, Berrington Moore (1987) observa que a “(...) a tarefa cultural básica que se coloca para qualquer grupo oprimido é a de solapar ou de destruir a justificação do estrato dominante” (MOORE, 1987, p. 127).

Ângela Alonso (2002) aponta que a maior parte da bibliografia que trata da Geração 1870 é composta de monografias sobre os autores. O movimento em suas obras é tanto encarado como interpretação do Brasil quanto espírito de época do Oitocentos. A autora agrupa as análises em duas vertentes. A primeira o entende sob o ângulo da história das idéias e tem como expoentes Cruz Costa e Antônio Paim. Ambos tomam a trajetória da Geração de 1870 a partir da filiação de seus textos com as correntes europeias de pensamento em voga no período, tais como o cientificismo,

spencerianismo, darwinismo social, novo liberalismo e positivismo. A outra vertente explica o movimento intelectual através da posição social de seus membros, apontando-o como expressão dos anseios dos novos grupos sociais emergentes, surgidos com o processo de modernização do país. Ângela Alonso verifica que ambas as vertentes compartilham o fato de analisarem o movimento em termos do desenvolvimento da filosofia no Brasil, negligenciando assim a relação dos intelectuais com a crise do Império, ou seja, com suas práticas políticas (ALONSO, 2002, p. 22-29).

Como é possível constatar, a historiografia que se dedica ao estudo tradicional da História das idéias sobre a Geração 1870 atém-se exclusivamente aos vínculos intelectuais do movimento em nível das correntes de pensamento européias do século XIX. Além disso, essa historiografia foi obra, sobretudo, de filósofos, como Ricardo Velez, Roquer Spencer, que explicavam o ideário político dos intelectuais brasileiros a partir de sua transposição, mais ou menos deturpada, do ideário liberal europeu em solo nacional. Esses filósofos tinham dificuldades em vincular os membros da geração de setenta ao contexto político em que viviam, como se seus pensamentos não estivessem fundamentados nas profundas mudanças de conjuntura nas quais se encontravam inseridos.

Por outro lado, trabalhos mais recentes, como os de José Murilo de Carvalho (1990), Ângela Alonso (2002) e Célia de Azevedo (2003), têm apontado para a influência do Iluminismo e da Revolução Francesa sobre as idéias de alguns autores dessa geração. O primeiro ressalta a forte presença simbólica desta Revolução no imaginário republicano brasileiro e o entusiasmo de propagandistas, como Silva Jardim, pelo discurso revolucionário (CARVALHO, 1990, p. 9-15). A. Alonso afirma que, apesar dos contestadores terem negado as formas violentas de mudança, como a Revolução Francesa, preferindo antes a propaganda e a persuasão, a retórica da revolução popular “surgia de forma legítima em ‘situações extremas’” (ALONSO, 2002, p. 262). Segundo ela, os grupos republicanos do movimento “(...) reapropriaram como ideário contramonárquico os símbolos e os lemas da Revolução (...)” (ALONSO, 2002, p. 294). Comparando o Abolicionismo nos EUA e no Brasil, Célia de Azevedo

ênfatiza que “(...) os conceitos iluministas enraizavam-se de um modo muito mais puro no discurso abolicionista brasileiro” (AZEVEDO, 2003, p. 44).

Apesar desses trabalhos, nenhuma análise aprofundada e de inter-relação, para além daqueles que defendiam a república ou até mesmo a abolição, foi feita na perspectiva de investigar a relevância e a contribuição do ideário francês iluminista e revolucionário no arranjo das idéias políticas da Geração 1870 brasileira, em associação com a crise imperial. Partindo dessa constatação, os objetivos propostos da pesquisa descrita nesse artigo pretendem dar contribuições à historiografia que trata das idéias desse movimento, porém levando em conta a sua participação naquela crise, como indica A. Alonso (2002). Busca-se assim perceber a apropriação do ideário iluminista e revolucionário francês pela produção dos seus autores, e ainda o uso político desse mesmo ideário por esses membros da Geração 1870 no contexto da crise do Império, focando a relação texto-contexto.

Sabe-se que é impossível ignorar a vinculação existente entre a Geração 1870 e as culturas políticas européias do século XIX, idéias coetâneas ao movimento político-intelectual brasileiro. Como sustenta Daniel Cefai (2001), uma vez que emergem e se transformam nos contextos temporais, as culturas políticas não podem ser pensáveis fora de seus processos de emergência (CEFAI, 2001, p. 95, 110). Elas “(...) aparecem de forma indissociável de seus usos pragmáticos e estratégicos. Os atores se orientam e se movem nas arquiteturas semânticas que constroem as formas de ação individual e coletiva” (CEFAI, 2001, p. 99). Por isso, a análise da percepção das idéias caras à filosofia iluminista sobre o pensamento da inteligência nacional, parte aqui do pressuposto de que o cientificismo e suas variantes da segunda metade daquele século constituíram uma continuidade do Iluminismo, porém repensadas sob novas bases, marcadamente evolucionistas.

Para confirmar essa continuidade, toma-se aqui o exemplo do Positivismo, enquanto doutrina filosófica típica do Oitocentos, e do seu criador Augusto Comte⁴.

⁴ Outros pensadores ilustres do século XIX também experimentaram a influência tanto do Iluminismo quanto da Revolução Francesa em seus escritos. Leitor assíduo de Montesquieu, de *O Espírito das leis*, Alexis de Tocqueville, devido ao seu clássico *A Democracia na América*, chegou a receber a alcunha de

Norbert Elias (2006) chama a atenção para o fato de o filósofo de Montpellier, assim como Marx, ter feito da problemática da transformação da sociedade humana o cerne do seu programa de pesquisa (ELIAS, 2006, p. 199). A experiência perturbadora da Revolução Francesa, promovendo uma transformação específica, foi decisiva em Comte (ELIAS, 2006, p. 199), o nosso caso aqui em particular.

A obra que maior impacto exerceu sobre a formação do filósofo francês proveio de um iluminista, o estudo do *Esboço de um Quadro Histórico dos Progressos do Espírito Humano*, do Marquês de Condorcet (1743-1794), ao qual o próprio Comte, muito influente sobre os intelectuais republicanos da Geração 1870 brasileira, se referiria, mais tarde, como seu imediato predecessor (OS PENSADORES, 1978, não paginado).

François Dosse (2001) ao discorrer sobre como a idéia de progresso, tributária do Iluminismo, esteve presente nas concepções dos pensadores do século XIX, ressalta o fato de que tanto os defensores do imobilismo quanto da mudança partilharam do esquema global de revolução e de um progresso contínuo

Quer se trate de Saint-Simon, Spencer, Comte ou Marx, vê-se desenhar no horizonte da humanidade inteira a sucessão dos estágios teológico, metafísico e positivo (em Comte), a passagem da escravidão à servidão e depois ao capitalismo para acabar no socialismo (em Marx). (DOSSE, 2001, p. 174)

Ao apontar para o lugar que a educação ocupa não somente nas obras de Augusto Comte, como também nas de Spencer e de Stuart Mill, Roque S. de Barros (1986) indica que os filósofos do século XIX souberam responder ao apelo da Ilustração

“O Montesquieu do século XIX”. Inclusive os ingleses reconheceram em Tocqueville “(...) a grande raça intelectual e social de Montesquieu, a dos aristocratas liberais” (CHEVALIER, 1999, p. 250). Grande doutor do Liberalismo, Benjamin Constant em *De la liberté chez les Modernes* advogava que os males da revolução de 1789 foram decorrentes da influência de filósofos como Mably e Rousseau, defensores de um tipo de liberdade não adaptada aos tempos modernos. Essa liberdade, adotada pelos jacobinos, era aquela que caracterizava as repúblicas antigas de Atenas e Roma e, sobretudo, Esparta (CARVALHO, 1998, p. 83-84).

do Setecentos no que diz respeito à crença no poder das idéias e da cultura (BARROS, R., 1986, p. 10-11).

Para além do Iluminismo, outros autores demonstram como os elementos legados da Revolução Francesa também permearam a produção de Comte. Anthony Giddens (1998) afirma que a Revolução Francesa produziu um ciclo de revolução e restauração que vem dominando a história francesa até atualidade. Neste contexto político e social, os escritos de Comte “(...) incorporaram e deram expressão a esse precário equilíbrio entre as influências liberal e conservadora” (GIDDENS, 1998, p. 106).

Apropriação, opinião pública e sociabilidade: os conceitos chaves.

Para os propósitos da pesquisa que esse artigo descreve é utilizado o sentido do conceito de apropriação, tal como é pensado por Chartier (1988). Ao discorrer sobre uma sociologia histórica das práticas culturais, ele aponta que o mundo das representações é “moldado através de uma série de discursos que o apreendem e o estruturam” (CHARTIER, 1988, p. 23). A sua problemática se baseia numa reflexão do modo como as representações [configuradas por meio desses discursos] podem ser apropriadas pelos leitores dos textos. A apropriação dos discursos coloca-se assim como a “(...) maneira como estes afetam o leitor e o conduzem a uma nova norma de compreensão de si próprio e do mundo” (CHARTIER, 1988, p. 24). Portanto, é dentro dessa noção que se busca entender como a temática das idéias comuns ao Iluminismo e os princípios decorrentes de 1789 foram “apropriados” em solo brasileiro pelos nossos intelectuais, no contexto da crise do Império, como eles instrumentalizaram essas idéias e esses princípios no universo do discurso e da prática de modo a compreender as transformações que se processavam na realidade brasileira e a propor reformas para solucionar os problemas das mais variadas ordens naquele momento.

Para isso, mais de 20 produções bibliográficas dos mais destacados membros da Geração 1870, nas quais se apresentam debates e explanações acerca dos conceitos já

elencados neste artigo, foram selecionadas⁵. Outro tipo de material usado é o jornal *A República*⁶, um órgão porta-voz da propaganda republicana na imprensa carioca. Este jornal foi escolhido, pois nele é possível identificar os principais pontos de defesa do discurso republicano da década de 1870, como a laicização do Estado, a república, e outros pontos que em muito contribuem para entender a apropriação das idéias francesas pelos intelectuais brasileiros no final do Império.

O conceito de opinião pública é imprescindível para os propósitos apresentados. Tanto a ação e a mobilização dos autores do Baixo Iluminismo na crise do Antigo Regime francês, em fins do século XVIII, quanto da Geração de 1870, no ocaso do regime monárquico brasileiro, podem ser verificadas nos respectivos contextos, sobretudo através da produção impressa, tendo em vista a sensibilização pública (as camadas letradas) a respeito da desestabilização do regime, com a publicização de temas políticos antes restritos ao espaço parlamentar. O filósofo alemão *Jürgen Habermas* caracteriza esse fenômeno, verificado tanto na sociedade francesa quanto na brasileira nos períodos mencionados, como processo de formação do *espaço público político*, sucessor do espaço público literário oriundo do Iluminismo do século XVIII.

O processo ao longo do qual o público constituído pelos indivíduos conscientizados se apropria da esfera pública controlada pela autoridade e a transforma numa esfera em que a crítica se exerce contra o poder do Estado realiza-se como refuncionalização (Umfunktionierung) [grifo meu] da esfera pública literária, que já era dotada de um público possuidor de suas próprias instituições e plataforma de discussão. (...) A dimensão polêmica, dentro da qual a esfera pública chega, durante o século XVIII, à eficácia política, já havia sido, durante os dois séculos precedentes, desenvolvida na controvérsia do Direito Público em torno do princípio da soberania absoluta (HABERMAS, 2003, p. 68-69).

⁵Essas obras encontram-se disponíveis nos seguintes sites: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/>; www2.camara.gov.br/documentos-e-pesquisa/biblioteca-digital.

⁶ Este periódico está disponível de forma digitalizada no *Laboratório de História Política e Social (LAHPS)* da UFJF.

Marcada pela crítica para além da mera publicação noticiosa, a imprensa de opinião enquanto instituição por excelência da esfera pública foi uma criação desse século. Segundo Habermas, é neste espaço público político que emerge o debate racional entre os indivíduos sobre a comunidade política, ao nível mais abstrato e universal (SILVA, 2001, p. 121-123).

François-Xavier Guerra (1993), ao analisar a pedagogia política na imprensa revolucionária espanhola (1808-1810), aponta que foi na proliferação dos impressos, sobretudo da imprensa, e na expansão das formas de sociabilidade do século XVIII que nasceu a opinião pública moderna e o que se pode designar, com Habermas, de espaço público político. A República das Letras (espaço público literário) deu origem ao espaço público político através dos dois fenômenos apontados acima (GUERRA, 1993, p. 227-228). Assim como Habermas (2003), Tocqueville (2000) também destaca o papel da imprensa no processo formativo da opinião pública (TOCQUEVILLE, 2000, p. 138-146).

Pilar de Quirós (2008) aponta que a noção de sociabilidade surgiu da reflexão feita pelos teóricos do absolutismo sobre a natureza do homem. Ao longo do século XVIII, ela foi difundida pelo Iluminismo como “(...) peça da teoria do estado pré-social do homem/indivíduo” (QUIRÓS, 2008). É precisamente no decorrer daquele século que se verifica o processo de politização das formas de sociabilidade intelectual, expressas sobre tudo nos cafés, nos clubes, nas sociedades literárias e nas lojas maçônicas (CHARTIER, 2009, p. 42-43).

Analisando o processo de formação de uma esfera pública tanto na França quanto no Brasil nos períodos já citados, para cada caso é possível esboçar um panorama. No caso francês, é mormente em Paris, nas últimas décadas daquela centúria nas quais se assinala a crise do Antigo Regime, que se dá o envolvimento dos literatos do Baixo Iluminismo com a imprensa periódica, com a literatura libelista, com os espaços de sociabilidade típicos do Setecentos e, finalmente, com a opinião pública já no advento da era revolucionária. Baker (1990) postula que o discurso revolucionário foi criado pela cultura política que emergira na França entre os anos de 1750-60, assumindo a forma de uma opinião pública (BAKER, 1990, p. 24). Para Lynn Hunt

(2007), essa cultura política foi a maior invenção da Revolução. Expressa por meio de práticas simbólicas, ela forneceu a lógica da ação política revolucionária (HUNT, 2007, p. 31 35,37).

No caso brasileiro, é nas décadas de 1870 e 1880, no Império, que emerge e se desenvolve o movimento político-intelectual da Geração de 1870. O período é marcado pela modernização econômica do país, com o uso de novos meios de comunicação e transporte, pelo advento dos movimentos republicano e abolicionista e pela tentativa de implementação de reformas políticas no sistema imperial. É o período de expansão da imprensa, de associações que permitiram a formação de um tímido espaço público, que era uma “(...) esfera pública do mesmo gênero daquela que se estava constituindo na Europa contemporânea (...)” (ALONSO, 2002, p. 276). É nesse espaço público que os membros da Geração 1870 puderam expressar sua opinião e manifestar seu descontentamento ante a ordem imperial erigida pelos saquaremas.

Considerações finais

A pesquisa esboçada nesse artigo se encontra ainda em fase introdutória, porém, a partir das constatações aqui apontadas, é possível comprovar a pertinência do tema de estudo no que diz respeito à sua fundamentação historiográfica. Esta é comprovada com os trabalhos citados: BARROS (1986); CARVALHO (1990); ALONSO (2002); AZEVEDO (2003); MELLO (2007). Os resultados parciais obtidos da leitura preliminar de algumas das já referidas produções bibliográficas levantadas da Geração 1870 direciona também para a fundamentação empírica da investigação acerca da contribuição do Iluminismo e da Revolução de 1789 para o pensamento da intelectualidade brasileira, nos dois decênios finais do Império.

FONTES

A República 1870; 1871; 1872-1873; 1874

REFERÊNCIAS

ALONSO, Ângela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 15 n. 44, 2000. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n44/4146.pdf.

_____. **Idéias em Movimento: a Geração de 1870 na crise do Brasil Império**. SP: Paz e Terra, 2002.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. **Abolicionismo: EUA e Brasil, uma história comparada (século XIX)**. SP: Annablume, 2003.

BACZKO, Bronislaw. Ideias. IN.: FURET, François; OZOUF, Mona. **Dicionário crítico da Revolução Francesa**. RJ: Nova Fronteira, 1989 pp. 754-763.

BAKER, M. Keith. **Inventing the French Revolution**. Cambridge: University Press, 1990.

BARROS, José D'Assunção. Origens da História Comparada. As experiências com o comparativismo histórico entre o século XVIII e a primeira metade do século XX. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 14, n. 25, p.141-173, jul. 2007. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/branos90/articleview5405>>. Acesso em: 24 abril 2012.

BARROS, Roque S. M. **A Ilustração brasileira e a idéia de universidade**. SP: Convívio, 1986.

BENTO, FLÁVIO; SANCHES, Samyra H. D. F.N. A Ilustração Brasileira e a atuação dos Bacharéis. In.: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 27, 2008, Brasília. **Anais...** Brasília: [s. n.]2008. Disponível em: http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/Brasília_08_262.pdf

CARVALHO, José M. **A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil**. SP: Cia das Letras, 1990.

_____. **Pontos e Bordados: escritos de história e política**. BH: editora UFMG, 1998

CEFAI, Daniel. **Cultures Politiques**. Paris: Presse Universitaire de France, 2001

CHARTIER, Roger. **Origens culturais da Revolução Francesa**. Trad. George Schilensinger. SP: Editora Unesp, 1990.

CHEVALIER, Jean-Jacques. **As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias**; prefácio, André Siegfried; Tradução Lydia Cristina. 8. ed. 12. impr. Rio de Janeiro: Agir, 1999

DARTON, Robert. **Boemia literária e revolução**: submundo das letras no Antigo Regime. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DOSSE, François. Clio no exílio. In.: _____ **A história à prova do tempo**: da história em migalhas ao resgate do sentido. Trad. Ivone Castilho Benedetti. SP: UNESP, 2011, cap. 9.

DUSO, Giuseppe. Begriffsgeschichte and the modern concept of Power. IN.: SEBASTIÁN, Javier F. (ed.) **Political concepts and time**. Santander: Cantabria University Press/McGraw-Hill Interamericana de Espanha, 2011.

EAGLETON, Terry. Versões de cultura. In.: _____ . **A idéia de cultura**. Trad. Sandra Castello Branco. SP: Unesp, 2005, cap. 1

ELIAS. Norbert. Para a fundamentação dos processos sociais. In.: _____ **Escritos e Ensaios**. RJ: Zahar, 2006, vol. 1, cap. 7.

FALCON, Francisco. História da Idéias. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história** : ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. Cap. 4

GIDDENS, Anthony. A sociologia política de Durkheim. In.: **Política, sociologia e teoria social**: encontros com o pensamento social clássico contemporâneo. SP: Unesp, 1998, cap. 3.

GUERRA, François-Xavier. **Modernidad e Independencias**: Ensayos sobre las revoluciones hispánicas. México, DF: Editorial Mapfre, 1993.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Trad. Flávio R. Kothe. 2. ed. RJ: Tempo Brasileiro, 2003.

HOBBSAWM, Eric J.. **Ecos da Marselhesa**: dois séculos reveem a revolução Francesa. Tradução Maria Célia Paoli. SP: Cia das Letras, 1996.

HUNT, Lynn. **Política, cultura e classe na Revolução Francesa**. Trad. Laura Teixeira Motta. SP: Cia das Letras, 2007.

- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Pasado**: para una semántica de los tiempos históricos. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1993.
- LEONÍDEO, Aldamir. O “republicanismo Social” no Brasil na passagem do Império à República. **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 11, n.1/n. 2, p.193-213, 2007. Disponível em: www.uem.br > Capa > Vol. 11, No 1 e 2 (2007).
- MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República Consentida**: Cultura democrática e científica no final do Império. RJ: Editora FGV: Editora EDUR, 2007.
- MOORE JR, Berrington. **Injustiça**: as bases sociais da obediência e da revolta. Trad. João Roberto Martins Filho. [S. I.]: Editora Brasiliense, 1987
- MOREL, Marco. Da gazeta tradicional aos jornais de opinião: metamorfoses da imprensa periódica no Brasil. In.: NEVES, Lúcia Maria Pereira das (org.). **Livros impressos**: retratos do setecentos e do oitocentos. RJ: Ed. UERJ, 2009.
- PAMPLONA, Marcos A. **Revoltas, Repúblicas e Cidadania**. Nova York e Rio de Janeiro na consolidação da ordem republicana. RJ/SP: Record, 2003.
- PROST, Antoin. Social e cultura indissociavelmente. IN.: RIOUX, Jean Pierre; SIRRINELLI, Jean-François (orgs.). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.
- QUIRÓS, Pilar Gonzáles Bernaldo de. La “sociabilidad” y la historia política. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, BAC - Biblioteca de Autores del Centro, 2008. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/24082> ; DOI : 10.4000/nuevomundo.24082. Acesso em: 10 agosto 2013
- REIS, José Carlos. Da História total à História em migalhas: o que se perde, o que se ganha. _____. In.: **História e Teoria**...RJ: FGV, 2009, cap. 2.
- ROCHE, Daniel. Uma declinação das Luzes. IN.: RIOUX, Jean Pierre; SIRRINELLI, Jean-François (orgs.). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.
- SILVA, Filipe Carreira da. Habermas e a esfera pública: reconstruindo a história de uma idéia. **Sociologia, Problemas e Práticas**, [S.I.], n.º 35, 2001, pp. 117-138. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdfspn35n35a05.pdf>>. Acesso em: 13 junho 2012.

SIMMEL, Georg. O nível social e o nível individual. IN.: _____. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. RJ: Zahar, 2006. Cap.2

SIRINELLI, Jean François. Geração. In.: ARAÚJO, Valdeci Lopes de; Silva, Weder Ferreira da. Fragmentos de um periódico perdido: a Sentinela do Serro e o sentido da republicanização (1830-1832). **Varia história**, Belo horizonte, v. 27, n. 45, June, 2011, p.78. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v27n45/v27n45a04.pdf>. Acesso em: 10 agosto 2013.

SOLÉ, Jacques. Um triunfo das Luzes?_____ **A Revolução Francesa em questão**. RJ: J. Zahar Editora, 1989, cap. 1.

TARGA, Luiz Roberto Pecoits. Comentário sobre a utilização do método comparativo em análise regional. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 1991, 12(1):265-271. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaio/article/viewFile/14241788/>>. Acesso em: 23 abril 2012

TOQUEVILLE, Alexis. **A Democracia na América: Sentimentos e opiniões**. Trad. Eduardo Brandão. SP: Martins Fontes, 2000.

_____. **O Antigo Regime e a Revolução**. Trad. Yvone Jean. Brasília: editora da Universidade de Brasília, 1979.

Sites Consultados

<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/jacobinos.htm>. Acesso em 3 agosto 2013.

SOBRE AS PROFESSORAS DE MINAS E DAS GERAIS: MEMÓRIAS, HISTÓRIAS, IDENTIDADES

Diva do Couto Gontijo Muniz
divamuniz@brturbo.com.br
Universidade de Brasília
Doutora em História

Resumo

Tendo como fio condutor relatos de memórias e de histórias de professoras de Minas e das Gerais, traço um desenho inconcluso, porque histórico, da produção da identidade das “professoras mineiras” e da invenção do magistério como “profissão feminina”. Nesse esforço de historicização, em que articulo experiências docentes vivenciadas nos séculos XIX e XX, enfoco a dimensão da memória e, nesta, a do trabalho, marca indelével na/da escrita que cada um de nós faz de si enquanto sujeitos históricos. Ser mulher/aluna e tornar-se mestra/profissional foi experiência informada por diversas práticas discursivas e não discursivas, operadas, cotidianamente, em meio ao exercício do trabalho docente. Trabalho, visto, assim, como parte integrante da vida das professoras, de suas vidas, memórias e histórias.

Palavras-Chave: Memória, história, professoras

Abstract

Based on Minas and Gerais teachers’ memories and stories, I trace an unfinished draft, because it’s historical, of the “mineiras teachers” identity production and the invention of teaching as “female profession”. In this historicizing effort, in which I articulate teaching experiences that happened in the nineteenth and twentieth centuries, I focus on the memory extent and, in this one, the work’s as well, indelible mark on writing that each of us makes of ourselves as historical subjects. To be a woman/student and to become master/professional was an experience informed by various discursive and non-discursive manners, daily operated amid the exercise of teaching. Teaching, after all, seen as an integral part of the teachers’ lives, memories and stories.

Keywords: memory, history, teachers

Que mistério nossa memória!

Quando se vê, passaram 50 anos (...). Eu me lembro, eu me lembro, de algumas histórias pequenas, conto ainda para meus netos. Bonequinha Doce, Pituchinha, Bonequinha Preta... Por isso e tudo isso me pergunto: por que deixei a escola que tanto amava? Por que parei no tempo? A vida. (ALVES, 2012)

Tal como minha primeira professora, a amada D. Terezinha, eu também, quando vi e me vi, percebi que meio século se passara desde aquele primeiro dia, daquele ato inaugural que marcou minha vida, direcionou os rumos por ela tomados, produziu minha identificação como professora/historiadora, como profissional indissociada da pessoa que sou: o de meu ingresso na escola primária em uma pequena cidade do interior mineiro. Outras escolas vieram, entraram e saíram de minha vida, ainda permaneço em uma delas, mas a experiência primeira, a da alfabetização foi, sem dúvida, a mais decisiva. Como apagar da memória essa relação desafiante e instigante com os códigos da linguagem e da escrita, porta de entrada para o mundo dos livros e do conhecimento? Como deixar no esquecimento essa experiência fundante que opera a mais incisiva mudança na vida de quem a ela teve acesso e a vivenciou? Como fazer *tabula rasa* desse tempo escolar carregado de historicidade, que me ancora como sujeito, que é constitutivo de minha história e da história de todos que passaram pela escola? Penso que tais questionamentos interpelam a todos nós que escolhemos o magistério como profissão, independentemente da área e do nível de ensino de nossa atuação. Penso que no campo disciplinar da História trata-se mesmo de uma exigência pensar a história e a memória da escola e, nesta, a de seus mestres e mestras, alunos e alunas.

Pois é, se o tempo passa e a fila anda, ainda bem que a memória, misteriosa e engenhosamente, retém fragmentos de um tempo vivido, preserva e refaz lembranças de experiências passadas constitutivas, e ao mesmo tempo constituidoras, da história de cada um de nós, seres históricos que somos. Percebida assim como a história do sujeito,

a experiência compreende, portanto, a vivência refletida que nos ancora e nos localiza como pessoas, como indivíduos/grupos dotados de historicidade. Como tais, somos, como define Teresa de Lauretis, sujeitos engendrados não só na experiência de relações de sexo, mas também de raça e classe; somos, portanto, um sujeito múltiplo em vez de único, e contraditório, em vez de simplesmente dividido (LAURETIS, 1994, p.208). Nessa identificação, não se pode ignorar a importância da dimensão do trabalho, do exercício profissional como uma das marcas mais indeléveis no/do desenho de cada um de nós. Trabalhar é prática integrante de nossas vidas, é um verbo de localização, pois é experiência que nos transforma e nos conforma, conferindo-nos “*vita activa*” (ARENDETT, 2000, p.15) e, portanto, política.

Interessante lembrar que a memória, ao mesmo tempo que produz recordações, produz também, e paradoxalmente, esquecimentos, constrói silenciamentos, opera apagamentos, apaziguando nosso incontornável desconforto ante e diante dos limites impostos pela finitude de nossa condição humana. Um deles, o de nossa incompletude inclusive nas relações que estabelecemos como o passado, já que não nos é possível, para o bem ou para o mal, reter, rever, relembrar e refazer a totalidade das experiências vividas. Resta-nos o alento ou as possibilidades de recuperação do vivido acenadas na proposta da história – emancipatória para uns, compensatória para outros, exemplar para muitos – com sua mirada retrospectiva sobre o passado e que fundamenta sua constituição como saber, como campo de conhecimento.

Com efeito, os historiadores, em seu desafio e esforço em mapear e “recuperar” o passado, reavivam e realimentam a memória, constroem outras memórias e também delas se abastecem, na narrativa que tecem acerca das experiências vividas, cujo acesso será sempre indireto, via leitura crítica e interpretativa dos diferentes discursos produzidos acerca delas em determinados espaços e temporalidades. Nesse exercício em que o passado é domesticado, em que nós, historiadores/historiadoras, elaboramos a montagem do mosaico da experiência temporal com fragmentos que nos chegam do passado, opera-se a identificação das políticas de silenciamento e de construção da memória, a historicização dos esquecimentos e das lembranças com a correspondente

desnaturalização de imagens cristalizadas no imaginário social. Nesse fazer próprio aos do ofício, presenças e ausências históricas ganham visibilidade historiográfica e significação, são investidas de sentido. Sob tal lógica, memória e história são termos e dimensões indissociáveis na leitura que nós, historiadores e historiadoras, fazemos do mundo, na relação que estabelecemos entre passado e futuro a partir do presente, nosso mirante temporal de reflexão. São, assim, elementos e dimensões que conformam nossa humanidade, que compõem nossa identificação como seres históricos, que integram a composição das identidades sociais (POLLACK, 1992).

Tal relação informa a leitura que faço sobre as professoras mineiras, localizando-as no percurso primeiro de suas experiências como docentes, de sua identificação e auto-identificação como tais. Enfoco justamente o momento e movimento de seu ingresso no mundo do trabalho remunerado como mestras das escolas públicas de instrução primária elementar, em Minas, no século XIX. É sobre elas, sobre as “professoras de antigamente”, aquelas que na memória de Carlos Drummond de Andrade “usavam óculos e não eram bonitas” e que “por isso mesmo o ensino se fazia com dificuldades horríveis e ninguém aprendia a ler e a escrever ou aprendia sem gosto” (ANDRADE, 1987, p.16), que centro minha análise.

Nessa minha reflexão, tenho em vista traçar um desenho, sempre inconcluso, porque histórico, da constituição da identidade e da identificação das professoras mineiras e da invenção do magistério como profissão feminina. A referência à identidade é feita referenciada pelo entendimento de que se trata da construção cultural, linguística e histórica. Sob tal modo de ver, concebo-a portanto como algo que não é fixo, nem linear, nem estável; nem tampouco que tenha uma “essência”, pois não é biologicamente determinada, mas historicamente produzida. Sob a mesma perspectiva, emprego a denominação “professoras de Minas e das Gerais” porque, tal como o espaço físico, social e histórico em que se encontram localizadas, são identificações e identidades cuja diversidade e pluralidade de sua constituição encontram-se mal abrigadas, ao meu ver, na expressão “professoras mineiras”. Como as Minas, suas mulheres e professoras são muitas e múltiplas...

A referência ao magistério como uma profissão que atualmente se apresenta como “feminizada”, isto é, cujo corpo docente é composto majoritariamente por mulheres, é construção amplamente disseminada na sociedade brasileira. O censo de 1980 já identificava claramente tal processo, cujos contornos foram sendo delineados desde os anos 1960, ao indicar a participação feminina na composição do corpo docente no Brasil: 87% do total. Ser professora já constituía, àquela época, uma das principais ocupações da população economicamente ativa feminina: 8% das mulheres na força de trabalho eram professoras, perfazendo um total de aproximadamente 940 mil pessoas (ROSEMBERG e PINTO, 1985, p.89). Segundo o censo de 2010, no que tange à educação básica, o corpo docente no Brasil era formado por cerca de 2 milhões de profissionais, sendo que 80% do sexo feminino. Para Minas Gerais, nesse mesmo setor, o censo de 2007, registrou um total de 210.126 professoras/es da Educação Básica, sendo 178.268 do sexo feminino e 31.857 do sexo masculino, (CENSO/MEC, 2007). Trata-se de quantitativo que representa, respectivamente, 84,84% e 15,16% do total de docentes. A feminização do magistério explicita-se inclusive nesses números carregados de historicidade.

A evidência da predominante participação das mulheres nesse setor do mundo do trabalho obscurece, todavia, uma história de lutas empreendidas pelas mulheres com vistas à igualdade de acesso aos bancos escolares, ou como alunas ou como professoras. Foi um longo e acidentado percurso, uma história de enfrentamentos e negociações, recusas e assujeitamentos aos modelos normativos de professora vigentes na sociedade brasileira dos séculos XIX e XX, não sendo Minas exceção. Como bem avalia Rosemberg, ao refletir sobre mulheres educadas e a educação de mulheres no Brasil:

Longo foi o processo para a permissão legal do acesso geral e irrestrito das brasileiras à educação escolar. Autorizada em 1827 pela Lei Geral de Ensino de 15 de outubro, mas restrita apenas às escolas femininas de primeiras letras, a educação das mulheres só conseguem romper as últimas barreiras legais com 1971 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que atribuiu equivalência entre os cursos secundários. (ROSEMBERG, 2012, p.334)

Tal equivalência foi fundamental para o acesso das mulheres ao ensino superior, pois, desde o final do século XIX, o curso normal secundário já era visto como espaço de domínio feminino. Criadas entre as décadas 1840-1870, as escolas normais públicas, frequentadas inicialmente apenas por homens enfrentaram durante um bom tempo resistências em sua política de acesso às mulheres. Algumas estratégias foram criadas para viabilizar o seu ingresso, sem correr riscos, porém, quanto à suposta “ameaça à honra e à reputação” femininas que a convivência entre alunas e alunos em um mesmo espaço escolar representava. Havia na sociedade sexista da época o temor generizado e generalizado não apenas quanto aos perigos que o sistema de co-educação apresentava para as “moças de família”, mas sobretudo quanto às possibilidades de emancipação que a ampliação da educação das e para as mulheres acenava. Como bem observa Rosemberg,

para manter a segregação sexual nas escolas normaes, as artimanhas utilizadas eram bizarras, não apenas ao nosso olhar de hoje, mas também ao da época: frequência de homens e mulheres em dias, períodos, prédios separados ou alternados; sistema de entrada e saída dos alunos e alunas por locais separados de forma que não se vissem a não ser durante as aulas, mesmo assim vigiados por duas inspetoras atentas, dentre as principais. (ROSEMBERG, 2012, p.336)

Nas Minas oitocentistas, a segregação sexual nas escolas normais era prática que produzia/reproduzia a desigualdade de gênero operante na sociedade e envolvia igualmente os demais níveis de ensino, pois ocorria também a exclusão das mulheres do acesso ao ensino secundário e superior. No ensino de primeiras letras, correspondente às séries iniciais do atual ensino fundamental, as meninas dele estiveram praticamente ausentes até início do século XIX. O seu acesso aos bancos escolares foi um processo lento, gradual e desigual em relação ao dos meninos, já que existia por parte das famílias o receio em encaminhá-las à escola, vista ainda como “espaço perigoso”, como um “bicho papão” que afugentava as meninas. Havia principalmente a significação generizada acerca da educação feminina, considerada como menos importante do que a masculina. Esse modo de ver explicita-se inclusive em números: em 1825, as alunas

compreendiam menos de 8% do total de crianças matriculadas nas escolas públicas de primeiras letras; em 1889, as meninas compreendiam 34,38% do total do alunado, quantitativo que aponta para um gradual crescimento da presença feminina nas escolas. (MUNIZ, 2003).

Trata-se de crescimento no setor público de ensino que foi acompanhado pela expansão das classes femininas de primeiras letras, regidas por mulheres, pelas mestras das escolas de instrução primária elementar. Em 1825, eram apenas 04 classes/mestras para 27 classes/mestres de escolas públicas masculinas de instrução primária; em 1889, ocorreu uma ampliação com relativa expressão da presença das mulheres naquelas escolas – 721 mestras para 928 mestres; quantitativo, esse, que corresponde a 43,72% do total de docentes das escolas públicas da Província (Idem, ibidem). Cautelosos, os mineiros foram liberando, aos poucos, e sob cuidadosas regras, o ingresso das meninas e das mulheres, sus mestras, nas escolas. Tinham receio de “dar asas às cobras”...

O ingresso das mineiras no mundo do trabalho remunerado, via exercício do magistério, profissão que lhes assegurava realização pessoal, relativa autonomia financeira, visibilidade pública e conferia-lhes alguma distinção e respeito, foi experiência perpassada e orientada por um conjunto de regras e procedimentos. Dispositivos disciplinares foram criados e implementados de modo a assujeitá-las ao modelo normativo de mestra da época, cujo propósito final era o da normalização da conduta docente. Todo um conjunto normativo e prescritivo acerca do modo correto de agir, sobretudo quanto à postura, gestos, atitudes, modo de vestir-se e pentear-se, compunha o desenho esboçado para a atuação das mulheres no magistério. Afinal, representada como ser frágil, estruturalmente inferior aos homens, inconstante e emotiva, para se tornar professora, era preciso

prover a mulher professora de alguns recursos que lhe permitissem controlar seus sentimentos e exercer a autoridade em sala de aula. Ela deveria ser disciplinadora de seus alunos e alunas e, para tanto, precisava ter disciplinado a si mesma. Seus gestos deveriam ser contidos, seu olhar precisaria impor autoridade. Ela precisava ter controle da classe, considerado um indicador de eficiência ou de sucesso na função docente até nossos dias (LOURO, 1997, p.467).



Representadas pela imagem prototípica de “mulher” – ser lascivo, causador da perdição do homem, habitado pelo Mal e pelo Pecado (SWAIN, 1995, p.52) –, as mulheres deveriam ter seu acesso ao magistério cercado de garantias e sob controle social e institucional já que lhe seriam entregues crianças “puras e inocentes” para serem por elas educadas. Nesse sentido, entende-se as minuciosas e inúmeras prescrições legais de modo a promover sua transformação e domesticação: a de despreocupadas mulheres/jovens em zelosas mães/mestras. Significativamente, o Regulamento nº49, de 1861, da Diretoria de Instrução Pública, não obstante estabelecer, em suas disposições legais, igualdade de condições para o ingresso no magistério, determinava em seu artigo 27 que

as Senhoras que pretenderem o professorato exhibirão, além das provas mencionadas nos artigos antecedentes, se forem casadas, Certidão de casamento; se viúvas, a de óbito do marido; ou se viverem dele separadas, certidão de sentença que julgou a separação, para se avaliar o motivo que o originou. *As casadas e viúvas serão, em igualdade de circunstâncias, preferidas às solteiras.*¹(APM. Regulamento nº 49 de 31/01/1861.Grifos nossos)

A prática de cercar de exigências sexualmente diferenciadas as “senhoras que pretenderem o professorato” revela-nos a plena operacionalidade da lógica da partilha desigual do gênero, fundada nas construções da inferioridade e incapacidade do sexo feminino. A preferência dada às mulheres casadas e viúvas em detrimento às solteiras, “em igualdade de circunstâncias”, é um efeito dessa lógica. Se o propósito da ação disciplinar é o de normalizar a conduta docente consoante o modelo de mestra honrada, dedicada, recatada, paciente e maternal, a prioridade dada às casada e viúvas assegurava, em tese, maior eficiência daquelas, dada a pressuposta relação de docilidade/utilidade estabelecida por conta da experiência conjugal (MUNIZ, 2006, p.248-249). Trata-se de domesticação instaurada na perspectiva assinalada por Colette Guillaumin, que é a de “apropriação social das mulheres”, processo que

se dá mediante a divisão sexual de papéis e de poder estabelecida por meio e no interior das relações entre os cônjuges. (GUILLAUMIN, 1978, p.22-24).

Uma ação disciplinadora, definida e implementada de modo a homogeneizar a conduta docente, processou-se institucionalmente mediante dois movimentos: um, durante o exercício mesmo da função, quando muitas mulheres constróem-se e são construídas como mestras/professoras; o outro, por meio da formação escolar proporcionada pelos cursos normais, quando as alunas/normalistas são preparadas para serem futuras mestras/professoras. Não se deve porém ignorar que a experiência de “tornar-se” mestra/professora, operada no espaço escolar e sob a lógica sexista que orientava o ordenamento da sociedade mineira oitocentista, reiteradora das assimetrias nas relações entre mulheres e homens, não descarta e nem sequestra a dimensão criadora que informa a fabricação de cada um de nós como pessoas, igualmente constitutiva da construção de nossas identidades e subjetividades.

Afinal, a escola não está localizada fora da sociedade; pelo contrário, é espaço institucional privilegiado na constituição das identidades sexuais e de gênero, regulando, normalizando e inculcando modelos de feminilidade, de masculinidade e da heterossexualidade compulsória. Com efeito, é na “ação pedagógica desenvolvida no cotidiano escolar que se processa a inscrição do gênero e da sexualidade nos corpos, comportamentos e relações sociais; é por meio dela que estes ganham sentido socialmente” (MUNIZ, 2005, p.78). Não por acaso, na definição dos currículos sexualmente diferenciados das escolas normais e das escolas de primeiras letras, observa-se a longa e reveladora permanência do ensino de “trabalhos d’agulha” e de “economia doméstica” para as alunas e o de geometria para os alunos, apesar e por conta das inúmeras reformas curriculares realizadas no século XIX e parte do século XX (MUNIZ, 2005, p.81). A visível hierarquização curricular – trabalho intelectual para uns e manual para outras – expressava e reiterava a partilha desigual do gênero, legitimadora, também, da desigualdade de salários. Afinal, ensinar geometria envolvia uma operação mental, um domínio cognitivo inacessível às mulheres em razão de sua “limitada capacidade intelectual”, decorrente da “composição inadequada dos centros nervosos, índole imaginosa e imprópria para o estudo e a imaginação” (ENGEL, 1988, p.127), na definição sexista veiculada pelo autorizado saber médico do século XIX, cujos efeitos desdobram-se até meados do século XX.

Tal desigualdade de salários permaneceu até 1879, quando ocorre sua equiparação entre aqueles mestres e mestras cujo exercício profissional enquadrava-se no mesmo cargo e função e

com a mesma formação escolar. Há, nessa medida, o visível estímulo para cooptar professoras para os quadros da instrução pública, iniciativa inscrita no projeto político imperial de modernização do país das últimas décadas do século XIX que incluía a ampliação do atendimento escolar público nas províncias. Como ressaltou o presidente Rebelo Horta, em sua mensagem à Assembléia Provincial, em 10/08/1879:

Cessou também a desigualdade que havia entre os vencimentos de professores e professoras, sem motivo plausível, quando a experiência tem provado que elas são mais próprias para educar e dirigir meninos em idade tenra, exercendo sobre eles a influência maternal, pela vocação ao ensino e suavidade de sua disciplina. Seria inexplicável a continuação de semelhante diferença, quando tem elas a reger as escolas muitas que já existiam em nossos costumes antes de qualquer prescrição legal e sem inconveniente algum, organizadas como se acham, além de econômicas, podem trazer muitas vantagens à educação dos costumes. (apud MOACYR, 1940, p.196).

Claramente explicável é a mobilização da imagem da “vocação” como aptidão “natural” das mulheres para o magistério, como qualidade inerente à “essência” feminina, associada ao seu sexo biológico, definidor de seu destino ligado ao ventre e à maternidade. Trata-se de construção discursiva instituidora de sentidos naquela sociedade que estabelece a escola como “lar”, a professora como “mãe”, o exercício docente como uma “missão”, como uma “extensão da maternidade”, em que cada aluno/aluna era visto como filho/filha espiritual (LOURO, 1989, p.36-37). Tal invenção ancorava-se em imagens e argumentos que pareciam perfeitos aos interesses do Estado e da sociedade porque, não obstante receosos quanto ao ingresso das mulheres no mundo do trabalho, estavam, porém, cientes da necessidade da presença delas nas escolas de primeiras letras. Não por acaso, investia-se na idéia de que a docência não subverteria a função e os papéis femininos básicos – a de reprodução e de cuidados com os filhos e a casa –, mas poderia justamente ampliá-los, melhorá-los e até mesmo sublimá-los. Para tal, seria importante que o magistério fosse representado como uma atividade de amor, de entrega e de renúncia de si em nome do outro; como uma “missão”, um

“sacerdócio”. À docência concorrerem as pessoas que tivessem “vocação”, isto é, as mulheres, solteiras, casadas ou viúvas. Ao lado disso, como bem avalia Cláudia Maia, o acesso ao curso normal, exigência para o exercício do magistério, possibilitaria não somente a profissionalização das professoras, mas também a produção de donas de casa racionais para a administração da casa e para o exercício de uma maternidade esclarecida (MAIA, 2012, p.180), sintonizada com o ideário de progresso e modernização da época.

Atribuir o sentido de “vocação” feminina para o exercício do magistério, isto é, justificá-lo por “uma lógica que se apoiava na compreensão social do magistério como formação adequada para mulheres e na aproximação dessa função à maternidade” (LOURO, 1997, p.465), compreendia uma invenção extremamente conveniente ao Estado, interessado em ampliar o atendimento escolar, e também às mulheres. Não se pode desconsiderar a necessidade e mesmo a conveniência de as mulheres incorporarem, em seu exercício docente, a linguagem da “vocação”. Se tal linguagem justificava, por um lado, pagar-lhes salários mais baixos do que os dos professores, por outro, possibilitava-lhes, porém, ingressar em um setor do mundo do trabalho até então a elas interdito, rompendo assim com a reclusão doméstica e localizando-as no espaço público.

Com ou sem vocação, muitas mulheres, lenta e gradualmente, ingressaram no magistério, ocupando os espaços deixados por homens, os mestres das escolas de primeiras letras da Província.² Por escolha própria, por necessidade de sobrevivência ou para ajudar à família, pelo desejo de exercer um trabalho remunerado, pela vontade de realização pessoal, por pressões familiares, ou por outro motivo qualquer, enfim, foram múltiplas e diversas as motivações envolvidas na decisão de cada uma delas em “abraçar” a profissão docente. Isso significou o assujeitamento e também recusas às regras e prescrições estabelecidas para tal exercício. Afinal, e ainda bem que é assim,

² Como bem avalia Michel Apple (1988, p.14-23), essa gradual retração dos professores do setor de instrução primária ocorreu em relação às salas de aula do ensino primário e não do secundário e do superior, predominando nos cargos de direção das escolas, inspeção escolar e da administração do ensino.



senão não existiriam criação e nem mudanças, nesse “fazer-se” como professoras, as mulheres se inscrevem como sujeitos históricos e, como tais, “não cumprem sempre, nem cumprem literalmente, os termos das prescrições de sua sociedade” (SCOTT, 1990, p.86).

Por meio de estratégias e escolhas minuciosas, operadas nem sempre pelo confronto, sujeição ou recusa explícitas, mas pela apropriação de um modelo imposto, mobilizando-o para seus próprios fins, as professoras “feias” de “antigamente” acabaram por ingressar em um setor do mundo do trabalho antes restrito aos homens. Foi uma inserção que se processou, em suas linhas gerais, sem grandes enfrentamentos, sem o formato das “dilaracerações espetaculares” de que fala Chartier (1995, p.41), incorporando a linguagem da dominação e reempregando-a para marcar sua resistência, sua posição no mundo. Sob tal lógica, submeteram-se, mais ou menos conformadas às regras estabelecidas, participando dos exames públicos, das bancas examinadoras, dos processos de remoção para lugares distantes, alinhando-se mais ou menos fielmente às diretrizes e procedimentos prescritos em leis, regulamentos e estatutos. Assim fez, por exemplo, em 1868, D. Francisca Rodrigues Pereira, ao prestar exame público, juntamente com mais quatro professores, para a cadeira de primeiras letras de Itabira, conforme relata formalmente o inspetor Firmino de Souza Junior:

Tenho a honra de participar a V. Exc. que os professores públicos de instrução primária, José Manoel de Oliveira Catao, desta capital, Francisco Leonardo da Silva Tomaz, do Districto de Madre de Deos, município de S. J. D’El Rey, d. Francisca Rodrigues Pereira, da cidade de Itabira, João Martiniano Martins Pereira, de Sant’Anna dos Ferros e Antonio Caetano Xavier, da Freguezia de S. João do Morro Grande forão submettidos a exame superior e todas as mais constituem o ensino primário elementar, e tendo sido appropriado, digne-se V. Exc. julga-los habilitados nos termos do Regulamento n°56. (APM, FIP, códice n°1205).

Da exclusão inicial à cooptação explícita por parte das políticas governamentais, muitas mineiras, com ou sem experiência de docência, ingressaram nos cursos normais para se tornarem normalistas e serem mestras. O “ser mestra” assegurava a muitas mulheres, solteiras, casadas ou viúvas, uma maior liberdade de movimentos e poder de decisão, advindos do exercício de uma profissão remunerada, vinculada ao Estado e identificada como atividade intelectual em um contexto social escravista em que o preconceito contra o trabalho braçal atingia todas as classes, indistintamente. Esta condição proporcionava a muitas professoras solteiras e solitárias relativa autonomia financeira e para aquelas que fossem casadas ou residissem com seus pais ou parentes a possibilidade de efetiva ajuda no orçamento familiar. Foi o que se passou com as professoras “Madge” e “Quequeta”, cuja decisão de ingressar no curso normal, “depois de velhas”, foi objeto de registro no diário de sua sobrinha, Helena Morley, em 1893:

A família do vovô inglês é a família mais bem organizada que eu tenho conhecido. Ela teve muitos filhos e depois de criados entregou a cada irmão uma irmã para cuidar e sustentar. Madrinha Quequeta era de meu pai. Todos vão vivendo, mas só tio Mortimei é que já fez fortuna. Quando fizeram Escola Normal em Diamantina Tia Madge tinha perto de quarenta anos. Assim mesmo entrou para a Escola e tirou o título (...). Madrinha Quequeta também invejou Tia Madge entrou para a Escola depois de velha e já está em Santa Maria ganhando dinheiro e mandando coisas bonitas para mim. (MORLEY, 1994, p.57)

Tal como as tias de Morley, quantas outras, solteiras e “depois de velhas”, foram “chamadas para o magistério” (LOURO, 1997, p.465), tendo em vista principalmente um meio de “arranjar-se” na vida, ou seja, assegurar sua sobrevivência mediante o exercício de uma profissão que apesar de mal remunerada, e com o pagamento do “ordenado” sempre atrasado, conferia-lhes sobretudo autonomia. “Ser chamada para o magistério” como possibilidade de “arranjar-se na vida” ou de “esperar marido” foi significação dada ao trabalho docente que permaneceu por muito tempo. Nem mesmo as reformas modernizadoras dos cursos normais, empreendidas na primeira metade do

século XX (Reforma Francisco Campos, 1931 e Capanema, 1942), voltadas para a melhor capacitação e profissionalização dos quadros docentes, extinguiram tal traço do desenho do magistério feminino. É o que nos sugere a consistente pesquisa realizada por Cláudia Maia junto a um grupo de professoras, nascidas entre as décadas de 1920 e 1930 em diferentes cidades de Minas, egressas de cursos das Escolas Normais, que optaram pelo celibato e pela profissão docente. Segundo aquela historiadora:

O magistério foi uma das carreiras profissionais que melhor ofereceu oportunidades de trabalho remunerado para as mulheres. Para muitas, o diploma de normalista foi a porta de entrada no mundo do trabalho: era a chance para muitas jovens bem-nascidas que, principalmente a partir do início do século XX, se viram obrigadas a realizar uma atividade econômica remunerada, mas também para as jovens mais pobres. (MAIA, 2012, p.185)

Inicialmente vista com receios e reservas, a educação das mulheres, particularmente as que se tornavam normalistas, tornou-se, porém, após a segunda metade do século XIX, “motivo de orgulho da família”. Esse sentido permanece para as professoras das gerações dos anos 1920-1950, principalmente no “caso daquelas que provinham de um universo rural e relativamente pobre” (Idem, *ibidem*). Não por acaso, a Prof^ª Terezinha Araújo Alves, normalista formada em 1953, em curso normal de colégio de freiras belgas em Patrocínio, Minas Gerais, relembra em seu relato, com declarado orgulho, que “ser professora primária era privilégio” (ALVES, 2012). A atual e evidente desvalorização da profissão docente encobre assim histórias outras do magistério, marcadas inclusive por um insuspeito reconhecimento social e pelo *status* de “privilégio” conferido à condição e posição de “professora primária”. Do final do século XIX até os anos 1950, observa-se uma política de valorização do magistério, engenhosamente tecida em meio a medidas governamentais e práticas sociais cotidianas. A exposição do diploma de normalista, “conferido pelo presidente da Província”, documento legal emoldurado e pendurado na parede da sala, bem à vista das visitas, e também o uso do anel “encimado por um livro com uma turquesa engastada”,

símbolo “distintivo da classe”, são alguns dos “sinais externos de uma formação e de uma atuação profissional às quais se atribuíram distinção em decorrência de sua função social” (MUNIZ, 1998, p.19).

Tal como as mulheres entrevistadas por Cláudia Maia, que “colocaram suas carreiras profissionais à frente de outros interesses como o casamento e a maternidade” (MAIA, 2012, p.184), quantas outras professoras de Minas e das Gerais não fizeram do magistério a razão de ser de suas vidas? Usando, muitas vezes seus próprios recursos financeiros para a compra do mobiliário escolar básico, para o pagamento do aluguel da casa ou da sala e, em alguns casos, para a aquisição do material escolar das alunas/alunos mais desprovidos de recursos, essas professoras de “antigamente”, habilitadas ou não, bonitas ou feias, atuaram na ampliação do atendimento escolar na Província. Elas incorporaram o magistério como uma profissão remunerada, independentemente dos significados a ela conferidos: ou como “um arranjo”, ou sublimando-o como uma “missão”, um “sacerdócio”, ou até mesmo racionalizando-o como um “meio termo” entre o trabalho profissional e o doméstico. Essa perigosa imprecisão alimentou a manutenção da política de baixos salários justificada inclusive pelo argumento reiterado de que se tratava de uma “atividade complementar” ao orçamento familiar, não obstante ter sido sempre enaltecida como prioritária e incontornável para o desenvolvimento do país. Tal modo de ver o magistério feminino, principalmente o setor de educação básica, informa a lenda sindical acerca da resposta do governador de Estado às reivindicações por melhores salários na greve dos/as professores/as mineiros/as de 1979: a de que as professoras não eram mal pagas, mas seus maridos é que ganhavam pouco!

Se, no século XX, aquelas professoras acolheram e escolheram o magistério como razão de ser de suas vidas, ou dele desistiram quando se casaram e passaram a cuidar dos filhos e da casa, como foi o caso da Prof^a. Terezinha, que pesarosa lamenta ter deixado a “escola que tanto amava”, no século XIX esse traço de profissionalização ainda não estava perfeitamente delineado e internalizado. Nesse contexto do oitocentos, o magistério compreendia uma atividade que não obstante caracterizado pelo traço

comum de “respeitabilidade”, apresentou nuances em seu desempenho e percurso, variando do “sofrível” ao “ótimo”, segundo avaliações registradas nos relatórios dos vigilantes inspetores de ensino. Nesses dois extremos, encontram-se, por exemplo, as avaliações de desempenho das professoras Anna Gonçalves de Souza e D. Altina Maria de Jesus. A primeira, embora fosse “honradíssima esposa e exemplar mãe de família”, não servia, porém, para o magistério público, pois passava “quase todo o tempo sem o trabalho de suas funções” e não era “completamente habilitada em todas as matérias de ensino” (APM, FIP, código nº 29). A segunda, foi elogiada, em ofício, pelo próprio Diretor da Diretoria Geral de Instrução Pública, incumbido de “dar em nome do governo à respectiva professora... os louvores que merece pelo desvelo que mostra no exercício do magistério” (APM. SP, FIP, código 622).

Os inspetores de ensino usaram e abusaram do poder disciplinar em seu trabalho de fiscalização e controle da atividade escolar com o objetivo de normalizar a conduta docente. No caso das mestras, eles registraram em minuciosos relatórios suas avaliações sobre o desempenho delas, cujo traço comum foi o zelo meticuloso menos com o domínio do conteúdo curricular ensinado e mais com a respeitabilidade e moralidade de seus comportamentos. Esses dois critérios eram aplicados segundo a perspectiva sexista e moralista do avaliador, uma vez que diziam respeito menos à atuação das mestras no âmbito profissional, mas principalmente nos domínios da vida privada, até porque muitas “escolas” funcionavam nos mesmos locais onde aquelas residiam e eram vistas como prolongamento da casa, como uma extensão do lar. Assim, conforme os referidos registros, foram vários os casos de professoras com desempenho “reprovado” pelos inspetores de ensino, seja pelo fato de viverem sozinhas, ou amancebadas, ou embriagadas, ou cujos maridos assim o eram; seja por terem abandonado a cadeira/turma sem autorização oficial; seja por não preencherem os livros de matrícula com o cuidado e zelo prescritos; seja por não trazerem a escola em “completo asseio”; seja por não terem a habilitação necessária; seja por não ensinarem a ler conforme os métodos definidos pela Diretoria de Instrução Pública (MUNIZ, 2006, p.244).

Sobre a eficiência da ação fiscalizadora e disciplinadora, alguns casos são exemplares. Como o de D. Modesta Benta da Silva, demitida do cargo, por recomendação do inspetor, por abandono da turma; ou de D. Maria Adelina de Jesus Rocha, professora de primeiras letras do sexo feminino de Ponte Nova, admoestada pelo inspetor, em razão de sua desobediência e impontualidade; ou de D. Maria Lusía Gonzaga, professora de primeiras letras de Paracatu, cuja conduta foi considerada imprópria para o exercício do magistério porque, além de “não ter habilitações precisas para o desempenho de seu magistério”, era insubordinada e desonesta, tendo reduzido “no mapa (de frequência) o número de suas faltas”. Além disso, existia algo que a desabonava sobremaneira como mestra: o fato de “o português José Caetano Carmo, que se diz marido da referida professora, maltratar as alunas com pancadas e com palavras obscenas e injuriosas” (APM. SP, FIP, Códices 857, 1217 e 29), conforme denúncia do inspetor.

Nos três casos relacionados, as advertências dadas tinham em vista corrigir a conduta indisciplinada, eliminar comportamentos profissionais indesejáveis e, em último caso, excluir o elemento indesejado dos quadros do magistério. Tal foi a situação de D. Senhorinha Martins de Figueiredo, professora de primeiras letras de Diamantina, demitida do cargo em razão de sua condição de amasiada (APM, SIP. Códice nº 1212). Embora tivesse também incorrido em falta grave pelo abandono da turma sem licença de seus superiores, essa “indócil” mestra vivia amancebada, conduta inaceitável para os padrões morais da época e sobretudo para o padrão normativo de mestra. Sua exclusão do magistério público se deu em consonância com o disposto em lei, isto é, para evitar que continuasse a dar “maus exemplos”, e “inculcar maus princípios aos alunos”, principalmente às alunas (MUNIZ, 2006, p.245).

Advertências, repreensões, multas, suspensões e demissões integravam as técnicas e estratégias da ação disciplinar cujo funcionamento tinha em vista tornar, ao mesmo tempo, “penalizáveis as frações mais tênues da conduta e dar uma função punitiva aos elementos aparentemente indiferentes do aparelho disciplinar” (FOUCAULT, 1989, p.159-160). Não por acaso, como prescrevia o referido

Regulamento nº 49, havia um sistema gradual de punições para os mestres e mestras indisciplinados. Assim, antes da demissão, a penalidade máxima, o docente transgressor recebia, por escrito, uma advertência pelo governo ou pelos inspetores municipais ou paroquiais e, na “reincidência de atos pelos quais tenha sido repreendido por escrito”, era finalmente suspenso das atividades e depois exonerado do cargo. (APM. Regulamento nº 49 de 31/01/1861). Nas penalidades prescritas e aplicadas explicita-se a operacionalidade da ação disciplinar exercida com o objetivo de realizar renúncias e obediências, de fabricar “corpos submissos e exercitados”, “corpos dóceis” (FOUCAULT, 1989, p.127), “corpos úteis”, corpos domesticados de mestres e mestras, disciplinados e autodisciplinados para o exercício de disciplinarização de seus alunos e alunas.

Assujeitar-se aos sentidos hegemônicos articulados ao social, submeter-se à força instauradora da representação de professora como pessoa distinta, recatada, modesta, dedicada, paciente, maternal e disciplinadora, não foram escolhas feitas por todas “as professoras feias de antigamente”. Mulheres como D. Modesta, D. Maria Luzia, D. Maria Adelina, D. Senhorinha foram “elementos aparentemente indiferentes do aparelho disciplinar” (Idem, ibidem), representam corpos que escaparam à sua ação homogeneizadora e normalizadora. Foram mulheres que fizeram escolhas outras, ou abrindo mão do cargo ou nele permanecendo, mas reincidindo nas faltas, inventando estratégias para contornar as determinações inerentes ao cargo nos prazos e formas estipulados, confrontando o poder dos inspetores de ensino, tecendo alianças estratégicas, manipulando afetos e cooptando proteção e apoio dentro e fora do círculo educacional. Foram mulheres que, finalmente, afirmaram seu protagonismo na construção de si como mestras e sobretudo como pessoas, com a posição de recusa à condição de docilidade/utilidade. Mulheres/professoras insubordinadas, indóceis, indisciplinadas e, por certo, mais poderosas e felizes porque mais autônomas e emancipadas, já que construíram de formas próprias e diversas suas identidades e suas subjetividades, muitas vezes em discordância às proposições de seu tempo. Penso que todas nós, professoras, fomos e somos um pouco (ou muito) disso tudo... Ainda bem.

FONTES

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Regulamento n° 49 de 31/01/1861. In: *Coleção de Leis e Resoluções da Província de Minas Geraes. Livro da Lei Mineira*. Typographia Provincial de Minas, Tomo XXVIII, 1861.

_____. Decreto n° 533, de 08 de junho de 1891. In: *Colleção de Leis e Resoluções da Província de Minas Geraes. Livro da Lei Mineira*. (1891). Typographia Provincial de Minas, Tomo LVII.

_____. Relatório circunstanciado sobre oito escolas constantes na relação de cadeiras da 75ª Circunscrição Literária. Seção Provincial. Fundo de Instrução Pública. Códice n° 29.

_____. Offício dirigido ao governo sobre instrução publica em 1856. Seção Provincial. Fundo de Instrução Pública. Códice n° 622, folha n° 116.

_____. Offício da Secretaria do Governo ao Juiz da Comarca de Paracatu, de 21 de novembro de 1860. Seção Provincial. Fundo de Instrução Pública. Códice n° 857, folha n°23.

_____. Offício dirigido ao Governo sobre instrução publica de 10 de setembro de 1867. Seção Provincial. Fundo de Instrução Pública. Códice n° 1212, documentos n° 926 e 927.

_____. Offício dirigido ao governo sobre instrução publica, 1868. Seção Provincial. Fundo de Instrução Pública. Códice n° 1205.

_____. Offícios dirigidos ao governo sobre instrução publica, em 02 de março de 1868. Seção Provincial. Fundo de Instrução Pública. Códice n° 1217, documento n° 254.

ALVES, Terezinha de Araújo. Correspondência de 15/12/2012. Goiânia, 2012. Manuscrito.

ANDRADE, Carlos Drumond de. *Crônicas*. 1930-1934. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/BNDES, 1981.

BRASIL. Ministério da Educação. *Censo do Professor de 2007*. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13596&Itemid=975 Acesso em 18 jul. 2013.

MORLEY, Helena. *Minha vida de menina*. 17ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPLE, M. Ensino e trabalho feminino: uma análise comparativa de história e ideologia. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n° 64, 1988. p.12-23.

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. *Cadernos Pagu*. Dossiê Fazendo a história das mulheres. Campinas: Unicamp, n° 4, 1995. p32-48.

ENGEL, Magali. *Meretrizes e doentes: o saber médico e a prostituição no Rio de Janeiro*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Nascimento das prisões. 7ª. edição. Petrópolis: Vozes, 1989.

GUILLAUMIM, Colette. Pratique du pouvoir et idée de nature. Les discours de la Nature. *Questions Fèministes*, n° 3, mai., 1978.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5. n.10, 1992.

LAURETIS, Teresa de.

LOURO, Guacira Lopes. Magistério de 1º grau: um trabalho de mulher. *Revista Educação e Realidade*, n° 14, 1989. p.31-39.

_____. Mulheres em sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/Unesp, 1997.

MAIA, Cláudia de Jesus. *A invenção da solteirona: conjugalidade moderna e terror moral: Minas Gerais (1890-1948)*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. Mineiras trabalhando em silêncio: subjetividade e experiência no fazer-se das professoras de Minas no século XIX. *Pro-posições*. Campinas: Unicamp, v.09, n° 01 (25), 1998.

_____. *Um toque de gênero: história e educação em Minas Gerais (1835-1892)*. Brasília: EDUnB/Finatec, 2003.

_____. Mulheres, trabalho e educação: marcas de uma prática política. In: SWAIN, Tânia Navarro e MUNIZ, Diva do Couto Gontijo (orgs.). *Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas*. Florianópolis: Editora Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2005.

_____. Sobre “Violeta” e “violetas” ou a política de produção de identidades. In: COSTA, Cléria Botelho e MACHADO, Maria Clara Tomaz (orgs.). *História e literatura: identidades e fronteiras*. Uberlândia: EDUFU, 2006.

MOACYR, Primitivo. *A instrução e as províncias (1834-1889)*. São Paulo: Editora Nacional, v.03, 1940.

ROSEMBERG, Fúlvia e PINTO, Regina P. *A educação da mulher no Brasil*. São Paulo: Nobel/Conselho da Condição Feminina, 1985.

_____. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre: Editora Global, n° 16, 1990.

SWAIN, Tânia Navarro. De deusa à bruxa: uma história de silêncios. *Revista Humanidades*. Brasília, v.9, n.1, 1995.